

Patrícia Oliveira Teixeira

**Os sistemas jornalísticos europeus no século XVII e a génese do jornalismo – Uma
comparação entre Portugal, Espanha e França**



Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2013

Patrícia Oliveira Teixeira

**Os sistemas jornalísticos europeus no século XVII e a génese do jornalismo – Uma
comparação entre Portugal, Espanha e França**



Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2013

Patrícia Oliveira Teixeira

**Os sistemas jornalísticos europeus no século XVII e a génese do jornalismo – Uma
comparação entre Portugal, Espanha e França**

Tese apresentada à **Universidade Fernando
Pessoa** como parte dos requisitos para obtenção do
grau de **doutor em Ciência da Informação**, sob a
orientação do **Prof. Doutor Jorge Pedro Sousa**.

RESUMO

PATRÍCIA OLIVEIRA TEIXEIRA: Os sistemas jornalísticos europeus no século XVII e a génese do jornalismo – Uma comparação entre Portugal, Espanha e França
(Sob orientação do Prof. Doutor Jorge Pedro Sousa)

A génese do jornalismo português deu-se no século XVII, fruto de um combinado de factores e intimamente relacionada com as perturbações sociais, políticas e militares do movimento da Restauração de 1640. O sistema jornalístico surgido no seio desta conjuntura materializou-se em duas publicações, as primeiras noticiosas e simultaneamente periódicas em Portugal: a *Gazeta* “da Restauração” (1641-1647) e o *Mercúrio Português* (1663-1667).

Na restante Europa seiscentista, o fenómeno foi semelhante. De um conjunto de transformações e de condições materiais, económicas, culturais, políticas e sociais (criação e desenvolvimento do serviço de correios; incrementação do alfabetismo; vontade do homem de conhecer o mundo; surgimento de um público interessado em notícias; crescimento da burguesia; expansão do capitalismo; interesse dos governos em divulgar informação que servisse os seus interesses; emergência de uma esfera pública; nascimento de uma cultura de valorização dos factos), bem como do advento de novos mecanismos de comunicação (surgimento da tipografia), deu-se a génese do jornalismo periódico e configuraram-se os sistemas jornalísticos europeus.

Neste trabalho procurou-se, através de uma análise comparativa, colocar em confronto as primeiras publicações periódicas portuguesas com as suas congéneres europeias, nomeadamente aquelas que primeiramente surgiram em Espanha e em França (dada a proximidade geográfica, política, cultural e linguística): a *Gaceta Nueva*, publicada desde 1661, e a *Gazette*, cujo primeiro número saiu em 1631.

Feita esta comparação, foi possível perceber que, relativamente ao *design*, ambas as publicações portuguesas se assemelhavam à francesa, enquanto o periódico espanhol apresentava mais diferenças; em relação aos temas, notou-se que em todas se deu destaque às notícias estrangeiras, em detrimento de notícias da pátria, sendo que, neste aspecto, o *Mercúrio Português* se diferenciou por ser a publicação com mais informação sobre acontecimentos nacionais, e que as guerras ou outras contendas eram o assunto mais divulgado; o discurso pautou-se, em todas, por um carácter noticioso mas também propagandístico; os regimes políticos instaurados e outras condições externas tiveram influência no sistema jornalístico que se criou em cada um dos países e nos periódicos que surgiram; e que *Gazeta “da Restauração”, Gaceta Nueva e Mercúrio Português*, com maior ou menor relevo, seguiram como modelo a *Gazette*.

ABSTRACT

PATRÍCIA OLIVEIRA TEIXEIRA: The European journalistic systems in the seventeenth century and the genesis of journalism - A comparison between Portugal, Spain and France

(Under the orientation of Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa)

The genesis of the Portuguese journalism took place in the seventeenth century, in the result of a combination of factors and closely related with social, political and military disruptions and with the movement of the Restoration of 1640. The journalistic system arose within this scenario materialized in two publications, the first news periodic in Portugal: *Gazeta “da Restauração”* (1641-1647) and *Mercúrio Português* (1663-1667).

In the rest of Europe, during the seventeenth century, the phenomenon was similar. A set of material, economic, cultural, social and political transformations and conditions (creation and development of the postal service; rise of the literacy rates; desire to know the world by man; emergence of an audience interested in news; growth of the bourgeoisie; expansion of capitalism; interest of governments in disclosing information that would serve their interests; emergence of a public sphere; birth of a culture of appreciation of facts), as well as the advent of new communication mechanisms (emergence of typography), resulted in the genesis of periodical journalism and configure themselves the journalistic European systems.

In this work we tried, through a comparative analysis, to put in the first clash the first periodicals Portuguese with their European counterparts, namely those that first emerged in Spain and France (due to the geographical, political, cultural and linguistic

proximity): the *Gaceta Nueva*, published since 1661, and the *Gazette*, whose first issue came out in 1631 .

After this comparison is made, we realized that the design of both Portuguese publications resembled the French, while the Spanish presented more differences; about the issues, it was noted that all of them gave prominence to foreign news, in detriment of news about the homeland, and in this aspect, the *Mercúrio Português* differed by being the publication with more information about national events, and that wars and other battles were the matters more publicized; that the speech was marked in all, for a newsy but also propagandist character; political regimes instituted and other external conditions influenced the journalistic system that has been created in each of the countries and in the journals that have emerged; and that *Gazeta* “da Restauração”, *Gaceta Nueva* and *Mercúrio Português*, with greater or lesser import, followed *Gazette* as a model.

RESUMÉN

PATRÍCIA OLIVEIRA TEIXEIRA: Los sistemas periodísticos europeos en el siglo XVII y la génesis del periodismo – Una comparación entre Portugal, España y Francia
(Bajo la orientación de lo Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa)

La génesis del periodismo portugués ocurrió en el siglo XVII, como resultado de una combinación de factores, y relacionado con los trastornos sociales, políticos y militares de la Restauración de 1640. El sistema periodístico surgido dentro de este escenario se materializó en dos publicaciones, las primeras periódicas y simultáneamente noticiosas en Portugal: *Gazeta* “da Restauración” (1641-1647) y *Mercúrio Português* (1663-1667).

En el resto de la Europa del siglo XVII el fenómeno fue similar. De un conjunto de transformaciones y de condiciones materiales, económicas, culturales, sociales y políticas (creación y desarrollo del servicio postal; incremento de la alfabetización, el deseo del hombre de conocer el mundo; surgimiento de un público interesado en las noticias, el crecimiento de la burguesía; expansión del capitalismo, el interés de los gobiernos para divulgar información que pudiera servir a sus intereses; surgimiento de una esfera pública, el nacimiento de una cultura de apreciación de los hechos), así como la aparición de nuevos mecanismos de comunicación (aparición de la tipografía), provocaron la génesis del periodismo periódico y configuraron los sistemas europeos periodísticos.

En este trabajo hemos intentado, a través de un análisis comparativo, poner en contraste los primeros periódicos portugueses frente a sus homólogos europeos, entre los que surgieron por primera vez en España y Francia (dada la proximidad geográfica,

política, cultural y lingüística): la *Gaceta Nueva*, publicado desde 1661, y la *Gazette*, cuyo primer número salió en 1631.

Hecha esta comparación, cabe señalar que el diseño de las publicaciones portuguesas se parecía al de las francesas, mientras que las publicaciones españolas presentaban más diferencias; en los temas se observó la importancia que se le dio a las noticias extranjeras en detrimento de las noticias nacionales. En este aspecto el *Mercúrio Português* fue diferente por ser la publicación que ofreció más información sobre los acontecimientos nacionales, y las guerras y otras contiendas fueron el asunto más divulgado; en cuanto al discurso se caracterizó en general, por ser noticioso, pero de carácter propagandístico. Los regímenes políticos instituidos y otras condiciones externas influyeron en el sistema periodístico que se ha creado en cada uno de los países y en los periódicos que han surgido y donde la *Gazeta* "da Restauración", la *Gaceta Nueva* y el *Mercúrio Português*, con una mayor o menor relevancia, han seguido el modelo de la *Gazette*.

DEDICATÓRIA

Àqueles que mais amo:

Os meus pais, **José e Nazaré**,
os dois pilares da minha vida,
de quem tanto me orgulho,
que tanto admiro

e que serão sempre o meu refúgio.

As minhas irmãs,

Isabel, Fernanda, Catarina e Alexandra

pieces of me, blood of my blood,

e ao meu **João Nuno**,

the sweetest thing of my life.

Ao meu namorado **João Luís**,

pela vontade de querer mais e melhor que sempre despertou em mim,

pela força que sempre me deu,

pela paciência que teve com a elaboração desta tese

e pelo amor com que me presenteia dia após dia.

AGRADECIMENTOS

Fazer o doutoramento sempre foi um dos meus objectivos. Sabia que seria difícil, pelos mais variados motivos, mas estava decidida e, assim que me foi possível, enveredei nesta caminhada. No entanto, teria sido complicado calcorrear os trilhos deste percurso sem apoio e sozinha. E eu tive quem, ao longo deste caminho, caminhasse comigo e me ajudasse ao chegar à meta. É a essas pessoas que destino as próximas palavras.

Em primeiro lugar, e com todo o merecimento pelo pódio, quero agradecer ao meu orientador, colega e, acima de tudo, amigo, o professor doutor Jorge Pedro Sousa. Sem ele, muito provavelmente este trabalho não teria acontecido, pelo que este simples agradecimento não é suficiente para exprimir a minha gratidão. No entanto, é, neste espaço, o possível. Obrigada por tudo! A sua orientação, o seu apoio, a sua dedicação e acima de tudo o seu exemplo, fazem-me querer conseguir mais e melhor, sempre esperando que tenha orgulho no meu trabalho.

Quero também deixar um agradecimento ao meu namorado, João, companheiro de quase uma dezena de anos, que tem, pacientemente, vivido comigo as atribulações de uma “vida dedicada a investigações” e que sempre tem incentivado o seu avanço, suportando as ausências e perdoando o facto de, muitas vezes, ser trocado/negligenciado por/em prol uma/de uma tese. Obrigada!

Por último, quero deixar um agradecimento à minha família, porque o seu apoio está sempre onde e quando é preciso, e cada um à sua maneira ajudou esta investigação a chegar ao seu fim. No entanto, tenho de fazer um agradecimento especial à Isabel que foi, simplesmente, incansável. Finalmente, à Nair, entre outras coisas, pela companhia.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

CAPÍTULO I – A Europa no século XVII – Contexto político e militar, económico, social e cultural	9
1. 1. A Europa no século XVII	9
i. A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648)	11
ii. A Revolução Inglesa (1640-1688)	15
iii. As transformações na Europa do século XVII	18
iv. A consolidação da modernidade	20
1.2. Portugal no século XVII	28
i. O sentimento de nacionalidade	30
ii. A Restauração da Independência	35
iii. A legitimação de D. João IV e a política diplomática da Restauração	39
iv. A Guerra da Restauração	45
v. A morte de D. João IV e os reinados de D. Afonso VI e de D. Pedro II	48
vi. A vida económica portuguesa no século XVII.....	56
vii. Vida social no século XVII português	63
viii. As artes e a cultura em Portugal, no século XVII	64

CAPÍTULO II – Fenómenos pré-jornalísticos e a génese e a evolução do jornalismo na Europa	73
2.1. O ambiente seiscentista	73
2.2. O contexto seiscentista e a génese do jornalismo na Europa	80
i. Fenómenos pré-jornalísticos no século XVI	84
ii. Publicações noticiosas ocasionais impressas	88
iii. As medidas legislativas em torno da imprensa	93
iv. A génese do jornalismo moderno, no século XVII	95

v. Os modelos normativos e funcionais de jornalismo: o inglês e o francês	103
2.3. A génese e a evolução do jornalismo em Portugal	105
i. Publicações noticiosas ocasionais portuguesas seiscentistas	105
ii. Publicações periódicas portuguesas seiscentistas.....	116
2.4 A génese e a evolução do jornalismo em Espanha	138
i. Publicações noticiosas ocasionais espanholas seiscentistas	138
ii. Publicações periódicas espanholas seiscentistas	147
iii. As gazetas espanholas nos Países Baixos no século XVII e as gazetas vascas ..	160
2.5. A génese e a evolução do jornalismo em França	164
i. Publicações noticiosas ocasionais francesas seiscentistas.....	164
ii. Publicações periódicas francesas seiscentistas	168
iii. Outros periódicos seiscentistas franceses	173
2.6. Itália, Inglaterra e Alemanha: génese e evolução do jornalismo	175
i. A génese e a evolução do jornalismo em Itália	175
ii. A génese e a evolução do jornalismo em Inglaterra	180
iii. A génese e a evolução do jornalismo na Alemanha	220
2.7. A reflexão sobre o jornalismo no século XVII	231

CAPÍTULO III – Configuração dos sistemas jornalísticos e os periódicos europeus do século XVII – uma comparação entre Portugal, Espanha e França

3.1. Metodologia	235
3.2. Os sistemas jornalísticos europeus no século XVII	242
3.3. Os periódicos europeus do século XVII – uma comparação entre Portugal, Espanha e França.....	244
i. Portugal: <i>Gazeta</i> “da Restauração” e <i>Mercúrio Português</i>	244
ii. Espanha: <i>Gaceta Nueva</i> / <i>Gaceta de Madrid</i>	277
iii. França: <i>Gazette</i>	289
3.4. Discussão dos resultados	302

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Os sistemas jornalísticos europeus no século XVII e a génese do jornalismo – Uma comparação entre Portugal, Espanha e França.

APÊNCIDE 1 – Títulos e datas de publicação da Gaceta, nas suas várias fases 337

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: <i>Relações</i> , de Manuel Severim de Faria – capas e página interior	113
FIGURA 2: Página interior da <i>Gazeta</i>	247
FIGURA 3: Capa do mês de Janeiro de 1642 e de Novembro de 1641 da <i>Gazeta</i> ...	248
FIGURA 4: Capa do primeiro número da <i>Gazeta</i> , de Novembro de 1641, o único que apresenta frontispício.....	248
FIGURA 5: Exemplo de letra capitular ornamentada usada na primeira fase de publicação da <i>Gazeta</i>	249
FIGURA 6: Exemplo de letra capitular usada na segunda fase de publicação da <i>Gazeta</i>	249
FIGURA 7: Iluminatura com face de uma mulher, presente na <i>Gazeta</i> do mês de Janeiro de 1641	250
FIGURA 8: Referências administrativas na última página do número de Fevereiro de 1642 da <i>Gazeta</i>	250
FIGURA 9: Símbolo do privilégio real, na capa do número de Fevereiro de 1642 da <i>Gazeta</i>	251
FIGURA 10: Secção “Novas de Fora do Reino” da <i>Gazeta</i>	251
FIGURA 11: “Secções” na segunda fase da <i>Gazeta</i>	252
FIGURA 12: Primeiras páginas da <i>Gazeta</i> – Janeiro de 1642 e Agosto de 1645	255
FIGURA 13: Página interior do <i>Mercúrio Português</i>	263
FIGURA 14: Capas do <i>Mercúrio Português</i> , Maio de 1664 e Março de 1663	263
FIGURA 15: Capa do primeiro número do <i>Mercúrio Português</i> , Janeiro de 1663, com frontispício, e do número de Janeiro de 1665, também com frontispício	264
FIGURA 16: Exemplo de letra capitular ornamentada usada no <i>Mercúrio Português</i>	264
FIGURA 17: Vinheta decorativa colocada no final do <i>Mercúrio Português</i> , do mês de Junho de 1666	265

FIGURA 18: Vinheta decorativa colocada no início do <i>Mercúrio Português</i> , do mês de Janeiro de 1667	266
FIGURA 19: Referências às licenças e ao impressor, no final do <i>Mercúrio Português</i> do mês de Julho de 1663	266
FIGURA 20: Referências às taxas, no final do <i>Mercúrio Português</i> do Fevereiro de 1663	266
FIGURA 21: Referências às licenças e ao impressor, no início (capa) do <i>Mercúrio Português</i> do mês de Março 1663	267
FIGURA 22: Primeiras páginas do <i>Mercúrio Português</i> – Abril de 1663 e Junho de 1663	272
FIGURA 23: Primeiro número do <i>Mercúrio Português</i> , com referência ao nome do seu redactor	272
FIGURA 24: Página interior da <i>Gazeta Nueva</i>	279
FIGURA 25: Capa do mês de Agosto de 1662 e de Maio de 1661 na <i>Gazeta Nueva</i>	279
FIGURA 26: Exemplo de letra capitular usada no início de cada grupo de notícias da <i>Gazeta Nueva</i>	280
FIGURA 27: Letra capitular ornamentada, usada na primeira notícia do primeiro número da <i>Gazeta Nueva</i>	281
FIGURA 28: Imagem de uma jarra de flores, presente no número 5, de Julho de 1662, da <i>Gazeta Nueva</i>	281
FIGURA 29: Dois exemplos das referências administrativas presentes na última página da <i>Gazeta Nueva</i>	282
FIGURA 30: Secções na <i>Gazeta Nueva</i>	282
FIGURA 31: Primeiras páginas da <i>Gazeta Nueva</i> – Janeiro de 1661 e Fevereiro de 1662	285
FIGURA 32: Página interior da <i>Gazette</i>	291
FIGURA 33: Capa da <i>Gazette</i> n.º 137, de 2 de Novembro de 1641 e da <i>Gazette</i> n.º 3, de Janeiro de 1663	291
FIGURA 34: Capa da colecção anual da <i>Gazette</i> (e de outras publicações), com frontispício, ano de 1631	292
FIGURA 35: Título da <i>Gazette</i> , com primeira letra ornamentada	292

FIGURA 36: Exemplo de letra capitular ornamentada no início da primeira notícia da <i>Gazette</i>	293
FIGURA 37: Capa da colecção anual do ano de 1644 da <i>Gazette</i> , com gravura.....	293
FIGURA 38: Imagem de Renaudot, na contracapa da primeira colecção anual das suas publicações, 1631	294
FIGURA 39: Exemplo da referência administrativa presente na última página da <i>Gazette</i>	294
FIGURA 40: Referências administrativas na capa da colecção anual das publicações de Renaudot – 1647	295
FIGURA 41: Secções na <i>Gazette</i>	296
FIGURA 42: Primeiras páginas da <i>Gazette</i>	297

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Temas das publicações noticiosas ocasionais portuguesas	110
GRÁFICO 2: Temas das notícias nas <i>Relações</i>	114
GRÁFICO 3: Temas das notícias da <i>Gazeta</i>	127
GRÁFICO 4: Temas das notícias no <i>Mercúrio Português</i>	136

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1: Primeiras publicações noticiosas seriadas/periódicas na Europa seiscentista	98
QUADRO 2: Sinopse das <i>Relações</i> de Manuel Severim de Faria	111
QUADRO 3: Publicações noticiosas seriadas/periódicas portuguesas seiscentistas.	117
QUADRO 4: Aspectos relevantes do <i>design</i> da <i>Gazeta</i> “da Restauração”	124
QUADRO 5: Aspectos relevantes do <i>design</i> do <i>Mercúrio Português</i>	132
QUADRO 6: Principais publicações noticiosas espanholas seiscentistas (seriadas ou periódicas)	142
QUADRO 7: Principais publicações noticiosas francesas seiscentistas (seriadas ou periódicas)	165
QUADRO 8: Principais publicações noticiosas italianas seiscentistas (seriadas ou periódicas)	177
QUADRO 9: Principais publicações noticiosas inglesas seiscentistas (seriadas ou periódicas)	186
QUADRO 10: Principais publicações noticiosas alemãs de Quinhentos e Seiscentos (seriadas ou periódicas)	225
QUADRO 11: Primeiras publicações noticiosas periódicas seiscentistas – <i>corpus</i> da investigação	242
QUADRO 12: Data da circulação pública da <i>Gazeta</i>	245
QUADRO 13: Títulos e datas de publicação da <i>Gazeta</i>	252
QUADRO 14: Localização geográfica dos acontecimentos relatados na <i>Gazeta</i>	256
QUADRO 15: Data da circulação pública do <i>Mercúrio</i>	260
QUADRO 16: Títulos e datas de publicação do <i>Mercúrio Português</i>	267
QUADRO 17: Localização geográfica dos acontecimentos relatados no <i>Mercúrio Português</i> em Portugal	273

QUADRO 18: Localização geográfica geral dos acontecimentos relatados no <i>Mercúrio Português</i>	274
QUADRO 19: Títulos e datas de publicação da <i>Gaceta</i> , nos anos de 1661 e 1662	283
QUADRO 20: Localização geográfica dos acontecimentos relatados na <i>Gazeta Nueva</i>	285
QUADRO 21: Títulos e datas de publicação da <i>Gaceta</i> , nos anos de 1661 e 1662	337

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: Publicações seiscentistas periódicas portuguesas – características jornalísticas – <i>Gazeta da “Restauração”</i>	244
TABELA 2: Publicações seiscentistas periódicas portuguesas – características jornalísticas – <i>Mercúrio Português</i>	260
TABELA 3: Publicações seiscentistas periódicas espanholas – características jornalísticas – <i>Gaceta Nueva / Gaceta de Madrid</i>	277
TABELA 4: Publicações seiscentistas periódicas francesas – características jornalísticas – <i>Gazette</i>	289
TABELA 5: Comparação dos critérios jornalísticos	302
TABELA 6: Comparação do <i>design</i>	303
TABELA 7: Comparação do título	304
TABELA 8: Comparação da primeira página	305
TABELA 9: Comparação – censura	306
TABELA 10: Comparação das notícias	306
TABELA 11: Comparação dos géneros jornalísticos das notícias	308
TABELA 12: Comparação – Promotores / Redactores / Impressores	308
TABELA 13: Comparação do temário	309

INTRODUÇÃO

As primeiras publicações informativas editadas em Portugal surgiram no século XVI e o nascimento do jornalismo¹ periódico deu-se no século XVII, sendo que esta marca se estabeleceu pelo facto de ter sido nesta altura que surgiu a sua primeira publicação noticiosa periódica, a *Gazeta* “da Restauração”. As primeiras manifestações jornalísticas seguiram o intenso fluxo tipográfico e editorial da época – na Europa de Quinhentos e Seiscentos, um pouco por todo o continente, a aparição de publicações seriadas e de periódicos informativos destinados a um público, que já começava a mostrar interesse em estar informado e em saber o que se passava à sua volta, foi uma realidade (Braojos Garrido, 1999; Cunha, 1941; Dias, 2006 e 2012; Guillaumet, 2004; Pizarroso Quintero, 1994a; Sousa, coord. *et al.*, 2007a, 2011, 2013a; Tengarrinha, 1989; etc.).

Apesar da importância que representa a génese do jornalismo português, esta só recentemente começou a ser estudada de forma sistematizada. Tendo como coordenador Jorge Pedro Sousa, as *Relações* de Manuel Severim de Faria, a *Gazeta* “da Restauração” e o *Mercúrio Português* já foram objecto de investigação (2007, 2011, 2013), sob o ponto de vista das Ciências da Comunicação e dos Estudos Jornalísticos. Também Eurico Dias (2006 e 2010) estudou aquelas que são consideradas as primeiras publicações periódicas portuguesas, a *Gazeta* e o *Mercúrio*, se bem que numa perspectiva mais histórica que jornalística. Os grandes méritos da obra de Dias (2006)

¹ É possível falar de jornalismo e de jornais no século XVII? Sousa (2013b) afirma que sim, uma vez que aquelas publicações seiscentistas que se consideram jornais apresentam características para tal – eram periódicas, tinham redactores dedicados, pretendiam divulgar informação e torná-la pública, ou seja, destinaram-se a um público. O autor menciona que mesmo que na época não existissem os termos da forma como hoje se entendem, à luz dos argumentos referidos, eles podem ser usados sem se correr o risco de cair em “anacronismo” (Sousa, 2013b, p. 17). Assim, aceita-se nesta tese que no século XVII já existia jornalismo, que as publicações periódicas que surgiram eram jornalísticas e que quem as redigia era jornalista “por ocupação”.

sobre a *Gazeta* são ter dado à estampa transcrições literais de todos os números sobreviventes da publicação e ter construído índices do conteúdo dos mesmos. Em relação à obra sobre o *Mercúrio Português* traz também a transcrição integral do jornal e faz algumas considerações gerais mas importantes daquilo que foram algumas das especificidades do periódico.

A génese do jornalismo ocorreu no seio de uma determinada conjuntura: a convergência de condições políticas, económicas, sociais e culturais; o desenvolvimento do sistema capitalista, onde a circulação da informação era uma mais-valia; a existência de capital disponível para transacionar, associado ao crescimento da burguesia; o surgimento da tipografia; a consolidação do sistema regular de correios; a incrementação do alfabetismo; o brotar de um público ávido de novidades; entre outras. No entanto, apesar de ter sido no século XVII que as primeiras publicações periódicas vieram a lume, o caminho para a sua periodicidade e carácter noticioso já vinha sendo trilhado desde o século (ou séculos, em alguns casos) anterior, com a manifestação de certos fenómenos pré-jornalísticos. As publicações noticiosas ocasionais, nos seus mais variados tipos, tanto manuscritas como impressas, emergiram na segunda metade do século XVI.

Portugal seguiu, na grande maioria dos aspectos e no que à génese do jornalismo e às primeiras publicações periódicas diz respeito, os seus congéneres europeus. Acabada que estava de ser restaurada a independência portuguesa, em Dezembro de 1640, após sessenta anos de domínio espanhol, e num momento de ainda muito fragilidade política e social, que inclusive se prolongou e configurou em contenda, a Guerra da Restauração, foi dada à estampa a *Gazeta* “da Restauração” (1641-1647). Anos mais tarde, ainda num clima de conflito, pois a guerra não terminara (só viria a terminar em 1668), apareceu o *Mercúrio Português* (1663-1667). Estas duas publicações marcaram a génese do jornalismo periódico noticioso em Portugal.

A *Gazeta* “da Restauração”, aquele que é praticamente de forma unânime considerado o primeiro periódico português, surgiu por meio da iniciativa privada (os seus redactores foram todos clérigos) e teve por modelo publicações estrangeiras

semelhantes existentes na época (principalmente a *Gazette* francesa, fundada por Renaudot, da qual se diz a *Gazeta* ter traduzido, em determinada altura, algumas notícias). No entanto, apesar de ser fruto de iniciativa privada, tudo leva a crer que o poder régio (encabeçado por D. João IV e acabado de se instalar) estivesse interessado na publicação de um periódico noticioso no país. De facto, os redactores da *Gazeta* foram “simpáticos” com a Coroa e procuraram até legitimar, de forma simbólica, numa primeira fase da sua publicação, a nova dinastia. No entanto, após um período em que esteve suspensa, a *Gazeta* surgiu apenas com autorização para divulgar notícias do estrangeiro, o que leva a crer que terá divulgado algo que desagradara o poder régio (Sousa, coord. *et al.*, 2011, pp. 65-67).

O *Mercúrio Português* (1663-1667) tinha por redactor um político, António de Sousa de Macedo, que, enquanto esteve “à frente” da publicação (desde o seu início até 1666), esteve também ligado ao poder régio, uma vez que exercia funções na corte de D. Afonso VI. Era secretário de Estado e um dos homens mais poderosos do reino. Tinha excelentes relações com o rei e era aliado político de Castelo Melhor (que era, no fundo, quem governava) e membro do “partido” do conde na corte. Daí que, apesar de ter surgido por meio da iniciativa privada, o *Mercúrio* contou terá contado com “suporte” por parte dos governantes. Contrariando a segunda fase de publicação da *Gazeta*, o periódico de Sousa de Macedo apostou em divulgar essencialmente notícias nacionais e de produção própria (Sousa, 2013a, p. 174), centralizando o seu discurso na guerra pela restauração da independência que Portugal travava com Castela e enquadrando a informação de forma a usá-la como propaganda.

Nos países europeus mais próximos de Portugal e, de certa forma, os países que eram consideradas as potências da época (Espanha, França, Itália, Inglaterra e Alemanha), a génese do periodismo não foi muito diferente da portuguesa. Surgiram, primeiro, as publicações noticiosas ocasionais e, com o passar do tempo e sob determinado contexto, evoluíram para publicações que já apresentavam alguma periodicidade. No entanto, certas condições (por vezes políticas, outras sociais, etc.) influenciaram alguns aspectos deste nascimento e conferiram determinada especificidade quer ao sistema jornalístico (o sistema jornalístico compreende a regulamentação da imprensa – legislação, etc. – e as práticas de recolha, processamento

e difusão de informação, bem como a cultura jornalística) surgido, quer às publicações que foram aparecendo.

Neste trabalho, procurar-se-á compreender como se instituiu o jornalismo em Portugal, a partir do estudo dos seus primeiros periódicos, publicados no período compreendido entre 1641 e 1667², designadamente da sua forma e do seu discurso, e de uma perspectiva comparativista entre estes e outros periódicos europeus da mesma época, de países próximos geograficamente e com sistemas políticos semelhantes: Espanha e França. Confrontar-se-á também, ainda que de forma mais genérica e superficial, o nascimento do periodismo português com o nascimento do periodismo em Inglaterra, Alemanha e Itália, uma vez que o que aconteceu nestes três países, a nível jornalístico, nesta altura, foi importante e terá tido alguma influencia e/ou relação na/com a génese do jornalismo português. Ou seja, o objecto de estudo deste trabalho serão os sistemas jornalísticos surgidos em Portugal, Espanha e França, bem como as suas primeiras publicações periódicas em toda a sua abrangência (forma, conteúdo, discurso, etc.). Para este estudo, ter-se-á em consideração o contexto histórico da época, em particular o ambiente cultural e o quadro normativo e funcional/legal. É este o principal objectivo desta investigação, comparar as primeiras publicações noticiosas periódicas e os sistemas jornalísticos que surgiram/se formaram nestes países e perceber em que se aproximaram e/ou distanciaram, para assim se entender se o fenómeno da génese periodística foi mais ou menos global, mais ou menos fechado, no que coincidiram e no que não, procurando compreender as razões, etc..

² Uma vez que para a análise dos sistemas jornalísticos e dos periódicos dos outros dois países, Espanha e França, será apenas escolhido uma publicação (aquela que é praticamente de forma consensual considerada a primeira a poder chamar-se de jornal), convém explicar porque é que em Portugal se escolhem duas. A primeira razão tem a ver com o facto de tanto a *Gazeta* como o *Mercúrio* terem tido um período de existência inferior ao das outras publicações: a *Gazeta* durou seis anos, com interrupções, e o *Mercúrio* durou quase cinco anos. Ora, tanto a *Gaceta de Madrid*, como a *Gazette*, se bem que também com interrupções e mudanças, percorreram, pelo menos, todo o século XVII (mas também os seguintes). A segunda razão relaciona-se com o período de publicação dos periódicos estrangeiros. O primeiro número da *Gazette* veio a lume em 1631; o da *Gaceta* veio em 1661. Ora, o periódico português que, temporalmente, está mais próximo da *Gazette*, é a *Gazeta* “da Restauração” (e, aliás, a publicação da gazeta francesa não chegou a ser simultânea, nem próxima, com a publicação do *Mercúrio*, logo haveria aspectos que não seriam possíveis de comparar; o mesmo acontece com a *Gaceta* espanhola e a *Gazeta* portuguesa – quando uma acabou, a de Portugal, a de Espanha ainda não tinha começado). Por sua vez, aquele que está mais aproximado do período de publicação do *Mercúrio* é a *Gaceta*. A terceira e última razão encontra-se no facto de quer em Espanha, quer em França, estas publicações terem tido uma existência “algo solitária” sem que nenhuma outra “lhe tenha feito sombra”, o que já não aconteceu em Portugal.

Por sua vez, a tese que se procurará provar – e hipótese a comprovar – é a de que nos três países em análise e confrontação, Portugal, Espanha e França, análogos no sistema político, próximos geograficamente, com relações do mais variado tipo entre si e com uma língua de origem comum, a génese do jornalismo teve bastantes aspectos semelhantes e os seus primeiros periódicos foram igualmente idênticos, o que não só pode comprovar a relação entre o contexto e o sistema jornalístico surgido em cada um dos locais, mas também demonstrar que a génese do jornalismo não foi um fenómeno isolado e nacional, mas global e europeu. Simultaneamente, e uma vez que, em teoria, cada povo tem uma identidade que o caracteriza (Raymond, 2002, p. 130), tentar-se-á, também, provar, em tese, que apesar de partilharem o mesmo embrião de sistema jornalístico, cada um dos países teve igualmente particularidades diferenciadoras na génese do seu jornalismo, particularidades estas que poderão ter contribuído para formatar cada um dos futuros sistemas jornalísticos nestes diferentes países e que se poderão reflectir ainda hoje na forma como o jornalismo é praticado nos países objecto de estudo.

Curiosamente, não há, no nosso país, estudo algum que tenha colocado em comparação estes objectos, os primeiros periódicos e os sistemas jornalísticos iniciais do século XVII. No entanto, é importante que ele seja feito, pois, e contrariamente ao que posso parecer, a “aldeia global” de que tanto hoje se fala, e o “mundo globalizado”, também em voga, não são conceitos assim tão recentes, isto é, ainda que com contornos totalmente diferentes, no século XVII já se estabeleciam relações entre os diferentes Estados, nomeadamente no que diz respeito ao “mundo jornalístico”. No entanto, não é um estudo fácil de levar a cabo, pois a distância temporal da época que está a ser estudada é muita e isso traz sempre dificuldades acrescidas, quer seja pela falta de dados concretos, quer seja pela perda de este ou daquele documento, quer seja pela estranheza que algum vocabulário mais arcaico causa, etc.. Mesmo o próprio acto de estudar História (já diz a máxima: “estudar o passado para compreender o presente” – e dar pistas para o futuro, “quicá”!) tem limites, limites esses que dificultam o trabalho de quem a quer estudar e a quer continuar a fazer. Ainda assim, a pertinência do tema mostrou-se grande e espera-se, assim que o trabalho estiver concluído, conseguir contribuir positivamente para um melhor entendimento da génese do jornalismo em Portugal.

Há muitas questões que são necessárias colocar para se compreenderem os primeiros periódicos nacionais e a génese do jornalismo em Portugal, bem como para estabelecer uma perspectiva comparativista entre eles e os seus homólogos europeus.

1) Como surgiu a actividade de publicação de jornais periódicos em Portugal, tendo em conta o contexto europeu e nacional?

2) Quais as similitudes e diferenças entre o sistema jornalístico português no século XVII e os sistemas jornalísticos de outros países europeus, nomeadamente Espanha e França?

3) Quais as semelhanças e diferenças entre os periódicos portugueses do século XVII e os seus congéneres europeus espanhóis e franceses, tendo em consideração os respectivos sistemas jornalísticos?

4) Que comparação pode ser estabelecida entre os processos jornalísticos e os conteúdos noticiosos dos jornais seiscentistas portugueses e dos restantes jornais europeus, nomeadamente espanhóis e franceses (tendo em conta o contexto legal e político)?

Para dar resposta a estas questões, usar-se-ão alguns dos dados já obtidos por Sousa, coord. *et al.* (2007a, 2011, 2013) resultantes da análise quantitativa (onde se apuraram os temas das notícias, as fontes de informação, os lugares referidos, etc.) e qualitativa (enquadramentos, etc.) efectuada ao discurso dos primeiros periódicos portugueses e, quando necessário, utilizar-se-á o mesmo método para obter novos dados. Neste processo, tentar-se-á determinar como estes primeiros periódicos portugueses apresentaram e interpretaram o mundo do século XVII. De seguida, e numa perspectiva comparativista, comparar-se-ão os primeiros periódicos portugueses com outros primeiros periódicos europeus da mesma época, nomeadamente os de Espanha e França (os países que estão geograficamente mais perto de Portugal, que apresentavam, na época, sistemas políticos semelhantes e que, como se mostrará, partilharam algumas similitudes na génese do seu jornalismo e na configuração do seu sistema jornalístico).

Neste ponto, dar-se-á especial destaque ao discurso destes periódicos uma vez que, de acordo com Sousa (2013b, p. 19) o próprio jornalismo pode ser analisado enquanto um discurso que resulta das interações sociais estabelecidas, que depende do contexto histórico-cultural em que é produzido e gera, graças aos significados que propõe aos receptores e difunde na sociedade, efeitos pessoais, sociais, culturais e históricos. O autor define mesmo jornalismo como “uma prática discursiva social contínua e organizada, social, cultural e historicamente enformada, que alimenta continuamente (e, portanto, de significados) os indivíduos, as sociedades e as culturas.” (Sousa, 2013b, p. 19). De acordo com o que foi dito, é possível, através do discurso dos periódicos que serão objecto de análise, efectuar também uma pesquisa ao próprio sistema jornalístico que os acolhe.

Para além de recorrer a uma análise quantitativa e qualitativa das publicações e à comparação das mesmas com outras já mencionadas e, para além da comparação dos sistemas jornalísticos dos países referidos, esta investigação efectuar-se-á, também, com recurso à pesquisa em bibliotecas e hemerotecas e à pesquisa bibliográfica e documental, essencial para que se fique a conhecer, não só aquilo que já foi publicado sobre o assunto, mas também as diferentes opiniões dos autores que se dedicam ao assunto.

Esta tese comporta três grandes capítulos, dois mais teóricos e um terceiro com uma vertente mais prática. O primeiro desses capítulos, efectuado essencialmente com recurso a pesquisa bibliográfica, explora os contextos político e militar, económico, social e cultural de Portugal e da Europa do século XVII, para que seja possível descortinar como e até que ponto estes tiveram influência nos sistemas jornalísticos surgidos e nas publicações periódicas noticiosas que apareceram. Por sua vez, o segundo é uma síntese da génese e evolução do jornalismo em Portugal e noutros países da Europa do século XVII (Espanha, França, Itália, Inglaterra e Alemanha), referindo brevemente as principais manifestações pré-jornalísticas e descrevendo e explicando o surgimento do jornalismo periódico em Portugal e nos outros países europeus. No terceiro capítulo, estabelece-se uma comparação entre os sistemas jornalísticos surgidos em Portugal, Espanha e França e analisar-se-ão as principais publicações periódicas

noticiosas surgidas no seio dos mesmos, bem como se estabelecerão as principais semelhanças e diferenças entre elas.

CAPÍTULO I – A Europa no século XVII – Contexto político e militar, económico, social e cultural

1.1. A Europa no século XVII

No século em que o jornalismo lusófono começou a dar os primeiros passos, século XVII, a Europa foi palco de alguns acontecimentos que marcaram a história do continente, de forma geral, e a história do jornalismo, de forma particular. Conta Duroselle (1990, p. 217), a propósito desta época,

Aos olhos dos historiadores políticos, os séculos XVII e XVIII surgem como o apogeu da monarquia absoluta (...). Aos olhos dos historiadores da estratégia trata-se, por excelência, de uma época de divisão, de terríveis conflitos, com base no equilíbrio europeu (as guerras franco-espanholas de 1515 a 1713) nas rivalidades comerciais e coloniais (as quatro guerras anglo-holandesas de 1641 a 1647, as oito guerras franco-inglesas de 1689 a 1815), sem falar nas ambições suecas. A Guerra dos Trinta Anos, de 1619 a 1648, prolongada até 1659, entre a França e a Espanha, constitui um resíduo das guerras religiosas que haviam oposto os protestantes aos católicos, mas é também uma manifestação de rivalidades entre a França e os Habsburgos de Espanha e da Áustria. Marca, finalmente, o acesso sucessivo ao poder de dois países do Norte, momentaneamente a Suécia e, em seguida, com mais durabilidade, a Rússia.

Segundo Salvadori (2005, p. 17), a primeira metade do século XVII caracterizou-se por “uma sobreposição de reviravoltas políticas, conflitos religiosos, depressão económica e redução demográfica, criadas por epidemias de impacte devastador”. Uma das epidemias mais devastadoras foi a da peste que ocorreu, entre 1665 e 1667, em Inglaterra, particularmente em Londres, onde morreu quase um quarto da população. E um dos conflitos foi, conforme já foi referido, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), um complexo conflito de contornos religiosos, políticos, económicos, etc., no qual se envolveram, directa e indirectamente, vários países, nomeadamente a

Alemanha (Sacro-Império), a França, a Espanha, a Inglaterra, Itália e Portugal. Também neste século, mas especificamente em Inglaterra, viveu-se uma guerra civil, entre 1642 e 1649/51³, tendo esta sido precedida de vários conflitos e rebeliões e sucedida de outras tantas discórdias e revoltas, e que viria a ter repercussões em vários outros países.

Portugal viveu, durante o século XVII, a Restauração da Independência (1640) e a Guerra da Restauração (1641-1668), dois acontecimentos que, segundo Duroselle (1990) e Labourdette (2001), foram influenciados e influídos pelo contexto que se vivia no resto do Velho Continente, nomeadamente a Guerra dos Trinta Anos e a Guerra Civil Inglesa. Há ainda a registar outros conflitos como os que opuseram as Províncias Unidas e a Catalunha à tutela espanhola e lutas religiosas em França desencadeadas contra os huguenotes (Lousada, 2012, p. 40).

Todas estas discórdias fizeram da Europa do século XVII um espaço de conflitualidades, “com as rivalidades externas e as turbulências internas a misturarem-se e os actores em confronto a variarem constantemente”, tendo este *status* bélico levado à “centralização do poder real e à consolidação do Estado soberano, pois, acima de tudo, a sobrevivência de ambos passou a ser inexoravelmente questionada.” (Lousada, 2012, p. 40). Explica Lousada (2012, p. 40) a este respeito:

A necessidade obrigou os governantes a acautelar a unidade político-ideológica interna e a sustentar a independência externa, organizando uma coesa máquina administrativa e burocrática, uma política externa agressiva, onde sobressaiu a permanência das embaixadas, a preocupação de colocar em funcionamento uma economia estatal virada para a produção industrial de âmbito militar e a manutenção de um exército permanente e oneroso, assente num complexo sistema de recrutamento.

Assim, da necessidade de um Estado forte, que fosse capaz de suprimir os antagonismos que se verificavam, que conseguisse romper com a autoridade arbitral da Igreja e que tivesse a capacidade de negar os “espartilhos feudo-medievais” consolidou-se o Estado soberano, assente no poder secularizado e supremo de um príncipe, que se

³ O facto é que durante esta época, a Inglaterra viveu um período de guerra. Alguns historiadores dividem este conflito em vários períodos, outros entendem-na como um todo. Daí que nem sempre seja fácil determinar com precisão o fim desta contenda. Há quem refira que o fim se deu com a condenação à morte de Carlos I; outros prolongam a guerra civil até 1651. Neste trabalho usaremos as duas datas para assinalar o término da Guerra Civil inglesa.

identificava com o próprio Estado (Lousada, 2012, p. 41). A conjuntura que se apresentou no século XVII europeu deve-se, assim, “a esta prática governativa dos estadistas, ao deflagrar da era da pólvora, à arte e ciência renascentistas e à mutação da sociedade” (Lousada, 2012, p. 41).

O século XVII revelou-se, assim, um século de contrastes. Rodrigues (1996, p. 337) apelida-o de “grande século” e de “século de ferro”: “grande século”, porque foi grandioso para o espírito humano (nos domínios literários, artístico, científico); “século de ferro”, porque as guerras, as crises económicas, as fomes, as pestes, as revoltas e os motins populares travaram o desenvolvimento pessoal.

i. A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648)

A Guerra dos Trinta Anos ocorreu no século XVII, altura em que a *Gazeta* “da Restauração” (1640-1648) e o *Mercúrio Português* (1663-1667), as duas publicações que marcaram o início da imprensa periódica portuguesa, foram publicadas, envolveu boa parte dos países da Europa Ocidental e causou sérios problemas económicos e demográficos no continente. Navarro (2005, p. 296) afirma que, entre outras razões, a Guerra dos Trinta Anos foi fruto da rivalidade existente entre as casas reais de Habsburgo – soberanos de Espanha e Áustria – e da França, tal como a política externa dos estados europeus, de finais do século XVII até ao século XVIII, que também foi extremamente influenciada por este antagonismo. O autor vai mais longe no empreendimento de explicar qual foi a ou quais foram as causas deste conflito. Recua no tempo e diz o seguinte:

Os factores que motivaram este conflito foram de uma extraordinária complexidade. Além das tensões religiosas que afectaram o Império alemão e que se repercutiram em toda a Europa, atenta à Alemanha que podia surgir desta crise, havia o conflito que durante todo o século anterior tinha enfrentado a Espanha e a França, e, como se isso fosse pouco, os problemas internos nos domínios patrimoniais dos Áustrias tornavam-se gradualmente mais intensos, devido à dificuldade de submeter a uma só coroa os Húngaros e os Boémios, separados por diferentes crenças religiosas (Navarro, 2005, pp. 24-25).

Foram precisamente alguns incidentes ocorridos em Praga que desencadearam a guerra. A Defenestração de Praga foi o primeiro acto de rebeldia de toda a Boémia e o responsável pelo desencadeamento da Guerra dos Trinta Anos, que veio a tornar-se um verdadeiro conflito à escala europeia (Navarro, 2005, p. 25). Rapidamente o conflito se alastrou a toda a Alemanha e ao resto da Europa, acabando por contar com a participação, directa ou indirecta, de todas as potências europeias da época. Este conflito que começou por invocar razões religiosas, facilmente permitiu que razões políticas se entrosassem na quezília, uma vez que, na Europa do século XVII, várias nações tinham interesse em ampliar os seus poderes no continente por meio da conquista de novos mercados e territórios, e esta guerra poderia proporcionar-lhes isso. Assim, um conjunto de pequenas rivalidades entre católicos e protestantes, que já vinham desde o século XVI, a luta pela afirmação do poder de algumas monarquias europeias, assuntos constitucionais e políticos germânicos e até disputas sucessórias e territoriais e questões comerciais foram-se transformando, gradualmente, numa grande luta europeia. Salvadori (2005, p. 21) explica como se deu esta transformação em luta europeia:

Ao confronto religioso, que tinha o seu epicentro na Alemanha, sobrepuseram-se outros conflitos – na Holanda, entre as Províncias Unidas e Espanha, em Itália, entre Espanha e França, no Báltico, entre Suécia, Dinamarca e Polónia – que se uniram entre si fragmentando a Europa em alianças opostas e estipuladas com base na opção religiosa, com excepção da católica França que alinhou do lado protestante contra o bloco dos Habsburgo.

Este conflito, um dos mais devastadores na história europeia, dividiu-se em quatro períodos distintos, caracterizados pelos soberanos que, sucessivamente, lutaram contra o Imperador, sustentáculo dos católicos: uma primeira fase, dita Palatino-Boémia (1618-1625); depois a fase dinamarquesa (1625-1629); a fase sueca (1630); e, finalmente, o período francês (1635-1648). Mas, a verdade, e como já foi dito, as disputas já vinham de antes.

O fim da guerra chega em 1648, numa altura em que o desejo de paz já se fazia sentir por todo o lado, sem que, no entanto, alguém tomasse a iniciativa de dar o primeiro passo (Grimberg, 1968a, p. 189). Os tratados de paz de Vestefália vieram colocar um fim à Guerra dos Trinta Anos, ainda que a luta entre a França e a Espanha se

tenha arrastado durante outra década, até à paz dos Pirenéus. Refere Navarro (2005, p. 35) que os inúmeros interesses envolvidos no conflito explicam a lentidão das negociações e a sua dispersão entre cidades. O tratado marca o fim da guerra e vem garantir a protestantes e católicos a liberdade de culto.⁴

As consequências religiosas e políticas decorrentes destes tratados de paz foram muito importantes. Do ponto de vista religioso, o tratado de paz de 1648 era relevante, porque confirmava a cláusula da paz religiosa de Ausburgo (de 1555), pela qual os governantes tinham competência para determinar a pertença dos seus súbditos a uma outra confissão, acrescentando, porém, uma emenda primordial:

nos territórios que albergassem, desde 1624, súbditos que não tivessem a mesma religião que o chefe de Estado, os citados súbditos viam ser-lhes concedida a liberdade de culto. Os bens católicos secularizados após 1624 deviam ser restituídos (Grimberg, 1968a, p. 189).

Assim, na Alemanha a igualdade religiosa entre católicos, luteranos e calvinistas, ajustou-se ao princípio segundo o qual os súbditos deviam seguir as crenças dos seus príncipes, *cuius régio, eius religio*, ou emigrar para territórios onde imperasse o seu credo. Desta forma, estabilizaram-se as relações entre o protestantismo e o catolicismo existentes. A Guerra dos Trinta Anos, que para a Alemanha representou uma terrível guerra civil, consagrava a sua divisão por mais de dois séculos (Navarro, 2005, pp. 39-40). O mapa religioso da Europa ficaria, no entanto, imóvel, uma vez que a eventual conversão dos soberanos não acarretaria mudanças religiosas nos respectivos domínios.

Ao mesmo tempo, alterou-se o equilíbrio de poderes no continente europeu: “a supremacia habsburguesa quebrara-se. A França⁵ era a primeira nação da Europa; a

⁴ Lousada (2012, p. 120) conta que as negociações da Paz de Vestefália permitiram que se sentassem à mesma mesa “actores políticos com códigos de valores diferentes, poder diferenciado e objectivos políticos divergentes, algo a que não se assistia desde os grandes concílios religiosos do século XV” e que as conversações decorressem enquanto estavam em curso operações militares nas várias frentes de batalha, o que levava a que a mesa negocial dependesse da evolução do campo de batalha, onde cada país procurou a melhor posição negocial para o pós-guerra.

⁵ Alguns dos grandes nomes da França do século XVII que contribuíram para esta supremacia, foram o do cardeal Richelieu, o do cardeal Mazarino e o de Jean-Baptiste Colbert. Diz Navarro (2005, p. 291) sobre os ministros franceses: “A prosperidade material da França borbónica durante o século XVII foi obra de

Suécia e a Holanda estavam em condições de enfileirar no grupo das grandes potências” (Grimberg, 1968a, p. 191). De facto, estes três países conseguiram retirar importantes vantagens da guerra (Navarro, 2005, p. 40). Algumas fronteiras foram também redefinidas: a Suécia recebeu a Pomerânia ocidental, ainda que estes territórios continuassem vinculados ao Reich; a França tomou posse de quase toda a Alsácia, bem como de Metz, Toul e Verdun; e várias nações, entre as quais os Países Baixos, viram reconhecida a sua independência. O Tratado fortaleceu, também, a importância do poder temporal (político, não religioso) nos Estados e a diminuição da presença de Igreja nas monarquias europeias. A Alemanha viu-se profundamente marcada por todas estas “campanhas e contracampanhas” e “as suas feridas levariam vários séculos a cicatrizar” (Grimberg, 1968a, p. 190). Mesmo assim, os príncipes alemães conseguiram a sua independência em relação ao imperador e asseguraram o seu direito de estabelecer alianças com príncipes estrangeiros. Desta forma, o “espírito de Vestefália” implicava a neutralização da Alemanha como potência europeia e o fim do poder dos Habsburgos de Viena. A França tinha o caminho livre para enfrentar os Áustrias espanhóis, em primeiro lugar, e para realizar de seguida, a sua intenção hegemónica na Europa (Navarro, 2005, p. 40). Assim, com o fim da Guerra dos Trinta Anos, deu-se, também, uma decisiva viragem nas relações internacionais.

Grimberg (1968a, p. 191) afirma que a Guerra dos Trinta Anos foi a última guerra de religião. Porém, continua o autor, quando terminou, a religião já não exercia a mesma influência decisiva na política, porque entretanto se haviam produzido grandes alterações no poderio (Grimberg, 1968a, p. 191).

Como a história já demonstrou vezes sem conta, quem mais sofre, directa e indirectamente, com as guerras é a população. Tal sucedeu, também, durante os trinta anos do conflito que dominou o cenário europeu na primeira metade do século XVII, a Guerra dos Trinta Anos (apesar de esta crise ter acontecido num período de desenvolvimento económico, fruto da expansão colonial). Milhares de pessoas foram mortas nos campos de batalha, para além de outros tantos milhares de civis, vítimas de doenças, de desnutrição, da ferocidade das tropas, dos grandes êxodos e de deportações

vários ministros inteligentes. Os monarcas tiveram pelo menos a discrição de saber escolhê-los e dar-lhes relativa liberdade.”

em massa. De realçar que, alguns destes acontecimentos foram relatados na *Gazeta* “da Restauração”, nomeadamente os ocorridos a partir de 1641.

ii. A Revolução Inglesa (1640-1688)

No século XVII, a Inglaterra viveu um período de conflitos e de transformações sociais e políticas que ficou conhecido por Revolução Inglesa. Este período teve início no princípio dos anos quarenta, comum a uma série de revoltas camponesas e à rebelião da Escócia contra o governo de Londres (tendo preparado e acompanhado o conflito institucional entre o soberano e o parlamento, que desembocou numa guerra civil de desfecho explosivo – vitória do exército puritano e decapitação do rei Carlos I), conheceu um curto período de “ditadura” cromwelliana e de restauração monárquica com os filhos de Carlos I, Carlos II e Jaime II, a gloriosa revolução de 1688-1689, que levou ao trono Guilherme de Orange, e terminou em finais dos anos oitenta do século em questão, com as condições para a firmação de uma monarquia temperada de base parlamentar criada (Salvadori, 2005, pp. 22-23). Esta Revolução representou a primeira manifestação de crise do sistema da época moderna, identificado com o absolutismo. O poder monárquico, severamente limitado, cedeu a maior parte das suas prerrogativas ao Parlamento e instaurou-se o regime parlamentarista, que permanece até hoje. O processo começou, então, com a Revolução Puritana de 1640 e terminou com a Revolução Gloriosa de 1688, tendo a Guerra Civil ocorrido nos meandros.

A Guerra Civil Inglesa (1642-1649/51⁶), que teve lugar durante a Revolução Inglesa, colocou em confronto os partidários do rei de Inglaterra, Carlos I (reinado entre 1625 e 1649), que, à imagem do resto do continente, se esforçou por estabelecer uma monarquia absoluta, sendo que estes eram constituídos maioritariamente por anglicanos e católicos, e o Parlamento inglês, liderado por Oliver Cromwell e apoiado por grupos protestantes, também chamados de puritanos (Grimberg, 1968a, p.211). Os defensores do rei combatiam por uma Igreja e um poder tradicional. Os partidários do Parlamento defenderam reformas na religião, na política económica e na repartição dos poderes. Este conflito, conhecido como a Guerra Civil de Inglaterra, teve início em 1642 e

⁶ Ver nota de rodapé número 1 sobre a data de término da Guerra Civil Inglesa.

terminou em 1649⁷, com a condenação à morte de Carlos I, declarado culpado de traição.

Afirma Grimberg (1968a, pp. 213-214) que “a causa da liberdade política e religiosa tinha pois triunfado em Inglaterra”, não atribuindo, no entanto, esta vitória à habilidade política do Parlamento, mas sim à coragem do exército parlamentar. Isto porque, explica o autor,

O Parlamento queria conservar a monarquia, mas limitando-lhe o poder de maneira antecipadamente acordada. O exército, pelo contrário, era republicano e exigia a cabeça desse rei ímpio que tinha as mãos manchadas de todo o sangue vertido em Inglaterra nos últimos anos (Grimberg, 1968a, p. 214).

Uma vez executado o rei, a Câmara dos Comuns aboliu a monarquia e a Câmara dos Lordes proclamou a República de Inglaterra. O executivo foi confiado a um Conselho de Estado formado por civis e militares. No entanto, quem se torna o verdadeiro senhor de Inglaterra foi Cromwell, nomeadamente a partir de 1651 (Grimberg, 1968a, p. 218).

Durante o período de governação de Cromwell, a Inglaterra envolveu-se em alguns conflitos com a Holanda. Diz Grimberg (1968a, p. 218) que o mar do Norte se começava a tornar “demasiado pequeno para as duas marinhas rivais, Inglaterra e Províncias Unidas, tal como nas Índias Orientais e Ocidentais”. Assim, conta Grimberg (1968a, p. 218), para excluir a Holanda dos “frutuosos” transportes marítimos para a Inglaterra, o Parlamento inglês promulga, em 1651, o célebre Acto de Navegação, segundo o qual

os produtos dos outros continentes não podiam ser conduzidos para Inglaterra senão por navios provenientes desta ou das suas colónias e os artigos europeus só podiam ser importados por navios dos respectivos países de origem ou por navios ingleses.

É certo que os holandeses não estavam directamente nomeados no documento, mas o texto era, com toda a evidência, dirigido contra eles (Grimberg, 1968a, p. 218).

⁷ Ver nota de rodapé número 1 sobre a data de término da Guerra Civil Inglesa.

Como consequência deste estado das coisas, as duas potências entram em conflito armado, naquela que foi a primeira guerra entre os dois países. Este termina em 1654, com uma espécie de compromisso. Quando este conflito teve desfecho, Cromwell já era o Protector de Inglaterra, distinção conseguida por “proteger tão bem a República dos perigos internos e externos” (Grimberg, 1968a, p. 220), detendo poderes ditatoriais, o que contrariava aquilo que o Parlamento exigia – o poder supremo em nome do povo – coisa que Cromwell não permitiu. Sem poder, o Longo Parlamento termina e Cromwell reinou durante algum tempo como um verdadeiro monarca. Estava rodeado por um Conselho de Estado, mas este era composto, na maioria, por amigos e conhecidos seus. O Conselho não passava, nas palavras de Grimberg (1968a, p. 222), “dum utensílio dócil nas mãos do chefe do Estado.”. O exército estava, também, do lado de Cromwell.

Grimberg (1968a, p. 224) é da opinião de que Cromwell foi um bom governante, pois “fez da Inglaterra um dos Estados mais poderosos da Europa”. Ele foi o primeiro a compreender o interesse de manter uma potente frota no Mediterrâneo, pois era onde a Inglaterra encontraria o meio mais eficaz para impor os seus pontos de vista aos outros países. Também se esforçou por conseguir mais territórios nas Índias Ocidentais, no intuito de arrecadar as vantagens do comércio desta região.

O período em que durou o protectorado de Cromwell foi uma época de governo severo e de reformas salutares. Menciona Grimberg (1968a, p. 226) que uma administração incorruptível trouxe o bem-estar e o progresso. Porém, “a mão de ferro dos puritanos pesava duramente sobre o povo inglês: todos os prazeres, mesmo os mais sãos, estavam proibidos” (Grimberg, 1968a, p. 226). Com o passar dos anos, Cromwell foi-se apercebendo de que as estruturas políticas do protectorado estavam condenadas a morrer com ele. E, de facto, assim aconteceu. O seu filho e sucessor, Richard Cromwell, não possuía a religiosidade do pai, nem os seus severos princípios morais e a revolta não demorou a surgir. O protectorado ainda sobreviveu algum tempo ao seu fundador, mas somente em teoria. Richard Cromwell renunciou ao poder, assim que a contestação surgiu, e até 1660, a Inglaterra viveu numa espécie de anarquia. Na Primavera deste mesmo ano, o novo rei, Carlos II, entra no país e o povo aclama-o sem qualquer dúvida. Deu-se, assim, a restauração da monarquia.

Carlos II regressou ao seu país decidido a cingir a coroa que fora arrecadada a seu pai e procurou rapidamente fortalecer o seu trono, fosse por que preço fosse, para não voltar a sofrer de um novo exílio (Grimberg, 1968b, p. 82). Na primeira década do seu reinado, voltaram os conflitos com a Holanda e as duas nações entram novamente em guerra, naquela que é chamada de segunda Guerra Anglo-Holandesa, que durou de 1665 a 1667 e que contou com um envolvimento da França, ainda que indirecto e muito limitado (Grimberg, 1968b, p. 96). Alguns dos acontecimentos deste conflito foram descritos no *Mercúrio Português*.

A Holanda vai estar ainda envolvida em conflitos armados com a França (a Guerra Franco-Holandesa que ocorreu entre 1672 e 1678) e a França, por sua vez, envolvida na Guerra da Devolução, contra a Espanha, entre 1667 e 1668). Por causa destes conflitos, a Inglaterra de Carlos II vai, em Fevereiro de 1668, aliar-se às províncias Unidas e à Suécia, naquela que ficou conhecida como a *Tripla Aliança de Haia*, procurando obrigar a França de Luís XIV a concluir um acordo de paz com a Espanha (concluído em 1668). Refere Grimberg (1968b, p. 100) que era o começo de coligações contra a França.

iii. As transformações na Europa do século XVII

Como já foi dito, ao longo do século XVII, a Europa foi palco de várias lutas e as consequências destas lutas foram as mais variadas. A Espanha, esgotada pelas guerras empreendidas pelo seu soberano, entrou em decadência no cenário europeu. A Inglaterra foi governada pelos impopulares Stuart, que provocaram uma guerra civil, a Guerra Civil Inglesa, acabando por principiar uma viragem no modelo de governação. A França enfrentou situações difíceis após as guerras de religião, mas contou com situações particulares que fizeram deste país a primeira potência entre as nações europeias do século XVII. A Alemanha perdeu a hegemonia e caiu em declínio, após trinta anos envolvida em guerra. A Holanda tornou-se um oásis de tolerância para as minorias alvo de perseguição, tendo sido o primeiro Estado a autorizar o pluralismo religioso, e encabeçou a lista dos países mais profícuos no comércio. A Itália viveu o século XVII mais como um período de sombras do que de luzes. Portugal, por seu lado,

assistiu à coroação de D. João IV, em 1640, restaurando, assim, a independência do país, depois de sessenta anos sob o domínio espanhol. Porém, viveu os anos que se seguiram em conflito, com a Guerra da Restauração (1641-1668).

Ao longo do século XVII, a economia europeia foi-se tornando, de forma crescente, capitalista e industrial, sofrendo várias modificações, sobretudo devido ao contexto político e militar. O mundo urbano foi ganhando terreno ao mundo rural; no entanto, a maioria da população continuava a viver no campo.

Neste século assiste-se, pela primeira vez, ao surgimento de governantes do Estado oriundos da burguesia⁸. Conta Navarro (2005, p. 16) que

Progressivamente e de maneira quase imperceptível, a burguesia – paralelamente ao aumento da sua riqueza – vai ocupando lugares de maior destaque na organização do Estado moderno e, ao mesmo tempo, vai tomando consciência de que o seu poder social é decisivo, entre outras coisas, porque com a sua contribuição económica sustentava toda a máquina e organização política de cada país, que se revelava progressivamente mais complexa. De forma imperceptível, a partir desta classe social ir-se-ão formando as linhas de um pensamento e mesmo de uma acção social que acabariam por se manifestar, de modo claro e decisivo, no período das Luzes e na crise do Antigo Regime.

São vários os factores que o proporcionaram, nomeadamente a colonização, a industrialização das manufacturas e o comércio, em todas as suas vertentes. Surgem, também, nesta altura, as grandes companhias comerciais, os primeiros bancos e a bolsa. A ascensão da burguesia faz-se sentir também na educação. O Protestantismo já havia instigado as pessoas a instruírem-se, de modo a que pudessem ler a Bíblia, mas as novas exigências comerciais e industriais tornaram a alfabetização mais premente. Também na política o ascendimento da burguesia se fez sentir. Os Estados viram-se obrigados a recorrer aos burgueses endinheirados para que estes os ajudassem a fazer face às despesas crescentes e aos sucessivos défices orçamentais. Esta transformação na política, nomeadamente a intervenção da burguesia no governo e a aquisição de terras

⁸ Foi na Holanda que surgiram pela primeira vez governantes oriundos da burguesia. Em Inglaterra, os burgueses lutaram contra Carlos I, num conflito que terminou com a imposição do parlamentarismo moderno, com o poder centrado na Câmara dos Comuns. Em França, os parlamentares burgueses desempenharam um papel fundamental na revolta de 1648 contra D. Luís XIV. As revoltas portuguesa e catalã podem também inserir-se neste panorama de revoluções burguesas (Navarro, 2005, p. 17).

da aristocracia tradicional arruinada, acabou por levar a alguns conflitos, designadamente com os nobres, que se viam a ser suplantados por esta classe.

Apesar de tudo, as transformações políticas e sociais ocorridas no século XVII trouxeram um apaziguamento das formas mais violentas do extremismo religioso que anteriormente tiveram lugar. Proporcionaram, também, um revigorar na produção intelectual e cultural, potenciando as mudanças renascentistas anteriormente ocorridas. A produção científica e tecnológica da época permitiu que se assistisse a um desenvolvimento em variadas áreas, nomeadamente numa de extrema importância, que era a navegação marítima, uma vez que esta era responsável pelo incremento do comércio e pela colonização ultramarina.

Finalmente, a relativa paz que se conseguiu no terminar do século e, alicerçada a ela, a prosperidade geral alcançada pelos países europeus, permitiu que os Estados investissem na criação de infra-estruturas que iriam ter também influência no crescimento económico, crescimento mais acentuado já em finais do século. Todas estas transformações criaram e alimentaram condições para que o século XVIII viesse a ser o século das luzes.

iv. A consolidação da modernidade

A Europa da primeira metade do século XVII, acabada de sair do período do Renascimento, da afirmação das monarquias e dos seus impérios e da crise religiosa que a abalara (com a reforma e a contra-reforma), procurava consolidar a sua modernidade, através de novos caminhos na racionalidade do pensamento, na legitimação do poder real, na estrutura da sociedade, na economia e também nas formas de conduzir a guerra. Diz Navarro (2005, pp. 2-3) que

Silenciadas as posições conflituosas dos antagonismos religiosos – pelo menos na sua expressão mais evidente e violenta –, o século XVII criaria uma plataforma propícia para um amplo desenvolvimento da vida intelectual e científica, ela própria necessitada de uma indispensável plataforma de tolerância e de liberdade de expressão.

Esta plataforma, favorável à renovação da vida cultural, foi acompanhada pela eclosão de uma série de circunstâncias, muitas delas anunciadas de

forma mais ou menos mitigada desde os séculos XIII e XIV (e que são paralelas ao aparecimento do movimento renascentista) e que, em conjunto, tenderão a manifestar-se num facto demográfico que terá grande importância na história mais recente do Ocidente.

De facto, a população europeia aumentou de 95 para 130 milhões de habitantes ao longo do século XVII. Navarro (2005, p. 3) explica que este aumento considerável “corresponderá a uma linha de crescimento de repercussão definitiva no futuro da Europa, ao estabelecer umas bases numéricas de especial magnitude para a sua subsequente expansão por todo o mundo.”.

Para além do aumento populacional, o século XVII tendeu também a dar uma importância crescente a outro fenómeno demográfico de repercussões consideráveis na história moderna ocidental. Trata-se do crescente papel dos factores urbanos, da importância cada vez maior das cidades, especialmente em Inglaterra. Navarro (2005, p. 3) conta que

o fenómeno urbanístico desenvolveu-se de tal maneira [no século XVII] que, ao entrar no século XVIII, a Europa tinha catorze cidades que contavam mais de 100000 habitantes, duas das quais, Paris e Londres, possuíam entre 250000 e 500000.

No entanto, Costa *et al.* (2011, p. 143) referem que, por volta de 1620, se encontram em diferentes espaços europeus “sinais de inversão na tendência de crescimento que pautou o século XVI.”. Os autores explicam que

A variação da população seguiu um padrão menos compatível com crescimento cumulativo e suspeita-se que o produto agrícola foi sensível a essa tendência de recessão ou estagnação demográfica. A relação destas duas variáveis ao longo da primeira metade do século XVII, denotando rutura com a estrutura delineada em mais de um século de prosperidade antecedente, foi um fenómeno extensível a toda a Península Ibérica e a outros espaços mediterrânicos europeus. Em contraste, nas economias do Noroeste, quanto muito, ocorreu uma desaceleração do ritmo de crescimento da população, aliás só detetável depois de 1650 (Costa *et al.*, 2001, p. 143).

Assim, após um período de estagnação e até algum recuo, a população europeia conhece um certo crescimento, nomeadamente a partir da segunda metade de Seiscentos.

No século XVII, é desenhada, também, uma linha de transformações que se concretizaria na realização da denominada “revolução intelectual e científica” e também no desenvolvimento das fórmulas políticas da monarquia absolutista ou de certas formas de capitalismo (Navarro, 2005, p. 4). A denominada “revolução intelectual e científica” do século XVII começara a esboçar-se ainda em finais do século XVI. Diz Navarro (2005, p. 16) que na passagem do século XVI para o século XVII, as novas orientações proporcionadas pelo Renascimento, pela Reforma, pelo capitalismo, etc., tinham já definido uma série de manifestações muito específicas que se aperfeiçoariam ao longo de Seiscentos, destacando-se:

o individualismo, o espírito de iniciativa, a ânsia de investigação, novas inquietações científicas, o requinte progressivo do gosto, o subjectivismo, o criticismo, a ânsia racionalista, etc., as quais, por vezes quase paradoxalmente, se afirmariam paralelamente à consolidação do novo sistema de Estado, a monarquia absoluta, ou, para se ser mais exacto, o absolutismo, já que para alguns teóricos o fenómeno do absolutismo não estará necessariamente vinculado à forma monárquica.

Gradualmente, o convulso mundo das lutas religiosas e das consequências sociais da revolução dos preços conseguiu retomar um fio, uma linha de crescimento estimulada pelo movimento renascentista, e desta forma – depois de serenados os ânimos – foi possível assistir no século XVII a um vertiginoso progresso dos valores definidos pelo Renascimento (Navarro, 2005, p. 16).

Este progresso, que chegava mais depressa a uns países que a outros, viria a ter repercussões em vários outros fenómenos, alguns deles “transcendentes”, como os apelida Navarro (2005, p. 19), referindo, com esta afirmação,

o triunfo da concepção kepleriana como base de uma moderna sistematização do mundo, o êxito definitivo das ideias de Bacon ou de Galileu relativamente à aplicação do método empírico ao estudo da natureza, o triunfo do racionalismo com Descartes e Espinosa ou as novas linhas de um futuro livre-pensamento (com exemplos como o de Boyle), preludiando o enciclopedismo do século XVII, bem como o maduro desenvolvimento das literaturas e culturas nacionais nos diferentes países ocidentais.

Esta série de progressos conduz, definitivamente, “a uma nova relação com o papel capitalista e burguês que reinava”, ao coincidirem “numa afirmação do indivíduo (e dos seus valores concretos e particulares) no contexto da sociedade em que vive”, em paralelo “à afirmação da razão como instrumento não só suficiente, mas fundamental, para a compreensão e conhecimento do mundo” (Navarro, 2005, p. 19). Acrescenta o

autor que este conhecimento se viria a alimentar da grande revolução intelectual do século e que encontraria uma chave decisiva na obra de Newton, no período de máximo esplendor do absolutismo (Navarro, 2005, p. 19).

Navarro (2005, p. 69) refere que, também neste século, são criadas algumas academias científicas na Europa, nomeadamente academias dedicadas à biologia, e que se desenvolveu o empirismo (2005, p. 84). De facto, do século XVII ao aparecimento de Kant, os filósofos europeus inscreveram-se em duas grandes correntes: o racionalismo, no qual figuram os pensadores continentais, e o empirismo, representado pelos autores ingleses. Diz Navarro (2005, pp. 94-95) que

o racionalismo afirma que o único princípio e fundamento dos conhecimentos verdadeiros é a razão, porque apenas esta produz ideias claras e distintas da realidade, enquanto a experiência não passa do sedimento das sensações ou impressões confusas que o sujeito recebe dos objectos. Assim, o saber constituído com base na razão é necessário, universal e indiscutivelmente certo, enquanto que os dados empíricos caracterizam-se por ser particulares e relativos ao indivíduo que os recebe.

O racionalismo, o empirismo, o experimentalismo, que se desenvolveram paralelamente, e em íntima relação, com o ascenso das forças burguesas na Europa, colocavam em causa todo o quadro mental sobre o qual assentava a predominância das classes aristocráticas, nobreza e clero, na hierarquia social. É inegável o impulso sofrido pela ciência, que se libertou de verdades dogmáticas, concorrendo para o enriquecimento da humanidade e do seu conhecimento dos objectos que a rodeiam (Pereira, 1983, p. 329).

Francis Bacon, Hobbes, Bossuet, Newton, Descartes, Espinosa, Leibnitz, Locke, Blaise Pascal espalharam doutrinas todas elas muito importantes. As obras de vários destes pensadores foram proibidas em Portugal, pelo que só aqueles que se deslocavam ao estrangeiro podiam entrar em contacto com as novas ideias neles defendidas. A sua difusão em terras lusas fez-se com considerável atraso, o que lhe retirou alguma actualidade, devido ao rápido progresso científico que se fez sentir na Europa do século XVIII (Pereira, 1983, p. 328).

No que à cultura diz respeito, no século XVII, como já fora no XVI, as obras que versavam sobre assuntos religiosos e temas políticos eram as mais lidas. Assim, não foi de estranhar que escritores ou filósofos como Lutero, Calvino, Maquiavel, Bodin, Hobbes ou Grotius tivessem tido larga influência nas elites letradas da época, “cuja absorção pelos estadistas influiria sobremaneira na forma de encarar o quotidiano, sentir a sociedade, fazer política e olhar o mundo.” (Lousada, 2012, p. 41).

Também na literatura o século XVII apresenta grandes nomes.⁹ Duroselle (1990, p. 226) afirma, sobre a literatura europeia seiscentista que “depois do século do Renascimento e antes do século das Luzes, o século XVII surge, primeiro, como uma época fulgurante para o espírito humano, pelo menos nos domínios literário e artístico”. A Inglaterra deu a conhecer ao mundo John Milton, escritor que redigiu, entre outras obras, *Areopagitica*, onde defendeu a liberdade de imprensa. Grimberg (1968a, p. 232) apelida-o de “Dante do século XVII”, uma vez que, como o grande florentino, tomou parte, com paixão, nas lutas políticas e religiosas da sua época. Milton pôs ao serviço do puritanismo militante uma pena acerada e de largos conhecimentos. O poeta sentia um ódio feroz pela opressão, sob todas as suas formas. Com a restauração da monarquia, foi obrigado a alguma contenção e, a partir dessa altura, dedicou-se mais à escrita não consagrada a temas políticos. É desta fase da sua vida a obra *Paradise Lost (Pecado Original)*, 1667, uma grande epopeia cósmica sobre o pecado original. Outro grande escritor inglês foi John Bunyan, autor de *The Pilgrim's Progress*, segundo Grimberg (1968a, p. 238), uma espécie de bíblia do sectarismo inglês, que conseguiu ensinar e apoiar pessoas nem estado de angústia espiritual.

⁹ Duroselle (1990, pp. 226-228) enumera os seguintes autores e algumas obras, por países: França – 1637 - *Cid*, de Corneille e *Discurso do Método*, de Descartes; outros autores: Pascal, Molière, Bossuet, Racine, La Fontaine, La Bruyère. Inglaterra: John Milton, John Bunyan; *Leviata*, de Thomas Hobbes e *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, de John Locke. Alemanha – *Simplicius Simplicissimus* - Grimmelshausen – 1669. Espanha – Miguel de Cervantes y Saavedra, com *D. Quixote de la Mancha*; outros escritores: Lope de Vega, Tirso de Molina, Calderón. Províncias Unidas – P. C. Hooft.

A outra grande potência do século XVII, a França, também deu a conhecer ao mundo excelentes escritores¹⁰. Grinberg (1968b, p. 40) afirma mesmo que

Os grandes escritores que fizeram da época do Rei-Sol o período glorioso da literatura francesa contribuíram em larga medida para a expansão do gosto francês pelo mundo. Luís XIV amava as letras e as artes, protegia os artistas e os poetas (sobretudo os dramaturgos e os historiadores) e concedia-lhes generosas pensões.

Na arte, assiste-se, no século XVII, ao despertar do barroco, sendo Itália o país onde se expressou com mais intensidade, nomeadamente nos trabalhos de Borromini e de Bernini (Duroselle, 1990, p. 226). Segundo Grinberg (1968b, pp. 36-37), a arte barroca caracteriza-se por

uma vitalidade transbordante que se exprime primeiro pelo *phatos*, a tensão dramática. As formas de expressão artísticas têm então algo de convulsivo; procuram um êxtase que degenera facilmente em afectação e, por fim, condensam-se em requintes artísticos que dão ao estilo aquela qualidade a que os historiadores de arte chamam *maneirismo*. A ornamentação torna-se tão rica que causa uma impressão de excesso e de afectação.
[O barroco] tem mil faces, muda segundo a personalidade de cada artista, tem o selo da sua nacionalidade e da sua filosofia.

Alguns dos nomes em destaque na arte seiscentista foram os de El Greco, Murillo e Velázquez, Rubens e Rembrandt (pintura). Algumas criações barrocas foram a Praça de São Pedro, a escadaria da Praça de Espanha e a escadaria de Santa Inês, em Roma; o Palácio de Wurzburg e o Zwinger, de Dresden; igreja jesuíta de Jesús de Roma, do arquitecto Vignola; Igreja de Santo Inácio, do arquitecto Grassio.

Em alguns países europeus, as transformações culturais e artísticas foram mais intensas que noutros. Em Espanha, o seiscentismo é também, tal como nas letras, um período de grande vitalidade em matéria de criação plástica (Pereira, 1983, p. 327). Cláudio Coelho, pintor espanhol, filho de pai português (o bronzista Francisco Coelho),

¹⁰ Nomes como os de Blaise Pascal (*Augustinus, Cartas Provinciais* – escreveu várias), François de La Rochefoucauld (*Máximas*), Jean de La Fontaine (*Contos, Fábulas* – Fábulas Escolhidas Postas em Verso pelo Sr. de La Fontaine), Nicolas Boileau (fundador da crítica literária em França – *Arte Poética, Sátiras*), Pierre Corneille (*Cid* – tragédia, *Rodogune, O Mentiroso* – comédia, *Cina, Horácio, Polieucto*), Jean-Baptiste Molière (*Preciosas Ridículas, Escola de Mulheres, Tartufo, O Misanthropo, O Avaro, George Dandi, Monsieur de Pourceaugnac, O Doente Imaginário, O Médico à Força*), ou Jean Racine (*Andrómaca, Os Litigantes, Britânico, Berenice, Ester, Atalia*) fizeram parte deste período glorioso. Também Francis Bacon, pensador e filósofo, e escritor de *Novum Organum*, é do século XVII.

por exemplo, distinguiu-se pela sua capacidade de retratista e pelo tratamento delicado das indumentárias. O quadro *Carlos II adorando a Sagrada Família* é uma das suas obras.

No século XVII, a economia europeia também, conheceu algumas mudanças e algum desenvolvimento. Segundo Castro (1983, pp. 196-197), aquilo que caracteriza a economia europeia do primeiro quartel do século XVII até ao período semelhante do século seguinte,

reside numa adaptação das estruturas económico-sociais às novas relações capitalistas de marca comercial que durante o século de quinhentos se haviam imposto como dominantes, com os desajustamentos resultantes da existência de aspectos que não correspondiam às novas necessidades.

O autor refere a existência de um fenómeno de regressão geral na economia europeia, chegando mesmo a falar de “crise do século XVII”, admitindo, porém, que este conceito de crise pode revelar-se muito ambíguo e pode designar fenómenos muito diferentes (Castro, 1983, p. 197). Salvadori (2005, p. 17) também admite este conceito ao reconhecer que “a partir da conjuntura negativa de 1619-1622, se interrompeu o longo ciclo do crescimento do século anterior em muitas áreas da Europa”.

Após a época de ouro de Portugal e Espanha com os descobrimentos, o século XVII dá a conhecer novas potências económicas europeias. Castro (1983, p. 197) refere que os Países Baixos assumem um dos lugares de destaque, vindo mais tarde a ser substituídos pela Inglaterra,

cuja função de substituição nessa dominância se começa a manifestar nos dois últimos decénios do século de Seiscentos, com a concomitante decadência da primazia holandesa, ao mesmo tempo que avançam outras potências, a França, a Suécia, a Polónia (ao menos pela sua função no comércio mundial, sobretudo de cereais); mas isto tem uma contrapartida no declínio vertical doutros países, entre os quais a Espanha antes de qualquer outro, Portugal e mesmo, nos limites do seu espaço nacional, a Itália.

Diz Valladares (2006, p. 167) que a Inglaterra vinha a conhecer grandes progressos desde o início do século XVII, sobretudo no Mediterrâneo, e, em meados do século XVII, a sua actividade comercial tinha atingido o máximo do seu

desenvolvimento dentro dos rígidos limites das companhias de monopólio. O autor refere que

a acumulação de capital, a diversificação das áreas de penetração e o desenvolvimento das colónias eram factores que reclamavam uma mudança de rumo que permitisse aos ingleses manter a sua pujança económica (...) (Valladares, 2006, p. 167).

Estas novas potências que se afirmam no comércio intercontinental, para além de virem questionar o predomínio ibérico que havia sido alcançado nos séculos XV e XVI, vêm, segundo Costa *et al.* (2011, p. 143), proporcionar a emergência de centros financeiros, industriais e comerciais no Noroeste da Europa.

Em termos práticos, aquilo a que se assiste, por volta de 1620, é ao surgimento de algumas dificuldades no que ao comércio diz respeito. Algumas destas dificuldades manifestaram-se na produção agrícola (nomeadamente, na produção de cereais), que vai conhecer uma regressão, fruto dos conflitos já referidos e também de um ciclo de arrefecimento que ocorrera em finais do século XVI (Salvadori, 2005, p. 17). Castro (1983, p. 198) refere que se vai assistir a

importantes deslocções da estrutura e da geografia industrial do continente, emergindo a têxtil de lanifícios, do algodão (...), de meias, intensifica-se o consumo de tecidos antes de luxo; os seus centros principais deslocam-se nomeadamente para a Inglaterra, progride a indústria de refinação de açúcar, sob o acicate dum enorme aumento da procura, expande-se a manufactura do tabaco, desloca-se e avança a construção naval.

De facto, o comércio internacional conhece um intervalo na sua expansão, o que, segundo Castro (1983, p. 198), não é o mesmo que recuo. Paralelamente a estas deslocções e transformações, vão crescer as necessidades dos estados, que nem com uma intensificação da carga fiscal consegue cobrir as suas necessidades, necessidades estas que, de acordo com Castro (1983, p. 198), se prendiam essencialmente com despesas de guerra que, nesta época, avassalavam a Europa. A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), a Guerra Civil Inglesa (1642-1649/51), A Guerra da Restauração (1640-1668), a revolta da Catalunha, a guerra da independência dos Países Baixos do Norte e outros tantos conflitos de âmbito mais local, que implicavam manutenção de trocas e

armamento, tiveram grande influência na economia dos respectivos estados envolvidos, nomeadamente no aumento das despesas com a defesa.

A navegação marítima, grande força motriz do impulso capitalista, conheceu, neste século, diversos avanços técnicos e uma melhoria na regularidade dos serviços. Explica Navarro (2005, p. 5) que, “além dos desenvolvimentos do tráfico marítimo, registaram-se também melhorias consideráveis nas comunicações fluviais através da construção de canais, represas e diques, que alargaram a possibilidade de aproveitamento dos rios para a navegação.”.

Ainda neste século, ganham expressão, aperfeiçoam-se e desenvolvem-se certas formas de realização capitalista. Logo no início da centúria, são fundadas duas poderosas companhias comerciais: a Companhia Inglesa das Índias Orientais e a Companhia Holandesa das Índias Orientais. Pela mesma altura, funda-se o Banco de Inglaterra, segundo Navarro (2005, p. 7), “um tipo de instituição constitutivo do centro directivo das finanças mundiais até praticamente à época actual” e, anos depois, nas Províncias Unidas, o Banco de Amesterdão. Refere Navarro (2005, p. 10) que, apesar do impulso inglês, serão os Holandeses a estabelecer as pautas do desenvolvimento capitalista e financeiro e do auge capitalista do século XVII. Ao longo do século XVII, outros países além da Inglaterra e da Holanda criaram companhias comerciais e desenvolveram as suas actividades de tipo capitalista, sendo que, em finais do século XVII, existiam mais de 135 companhias comerciais (Navarro, 2005, p. 16).

O século XVII constitui, assim, uma etapa histórica complexa, que está repleta de contradições e que, ao mesmo tempo, procura um constante equilíbrio (Navarro, 2005, p. 20).

1.2. Portugal no século XVII

O século XVII viu surgir, em Portugal, a *Gazeta* “da Restauração” e o *Mercúrio Português*, publicações que marcam o início da imprensa periódica neste país. Durante

grande parte deste século, Portugal viveu sob o domínio de Espanha¹¹, tendo tido, neste período (1580-1640), três reis espanhóis, Filipe I, Filipe II e Filipe III (Filipe II, Filipe III e Filipe IV de Espanha, respectivamente), e tendo sido esta uma “época de provação” para os portugueses (Silva e Hespanha, 1993, p. 22). Durante os três reinados dos monarcas espanhóis, a realidade política portuguesa sofreu modificações decisivas, salientando-se “o distanciamento da corte e o enfraquecimento do poder real,” (Saraiva, 1983, p. 19). Neste período de governo dos Filipes, as forças sociais internas tinham-se podido refazer da grave crise em que tinham caído no último quartel do século XVI. E, ao longo do seu reinado, beneficiando de alguma estabilidade, é possível dizer que se deram reais progressos, admite Saraiva (1983, p. 20). Refere Labourdette (2003, p. 289) que, no entanto, apesar de algumas vantagens que a população portuguesa reconhecia nesta união ibérica, nomeadamente numa fase inicial,

o espírito de independência, ou melhor, a hostilidade aos Castelhanos, não havia desaparecido da alma do povo português. A nostalgia de um reino de Portugal e de um império que tinha feito a sua fortuna e glória, continuava presente.

Só em 1640, com a ascensão ao trono de D. João I, se restaurou a independência e o país voltou a ser governado por um rei português. A Restauração da Independência, encabeçada pela Casa de Bragança, só foi, no entanto, possível, entre outras coisas, porque a Espanha, envolvida directamente na Guerra dos Trinta Anos¹², não teve capacidade de resposta imediata à conspiração dos aristocratas portugueses que acabaria por repor o meio ibérico, anterior a 1580, e porque Filipe III se vinha mostrando incapaz

¹¹ Com a crise da sucessão ao trono, devido à morte do rei D. Sebastião de Portugal, o país passou a ser governado por Filipe II de Espanha (I de Portugal). Com o fim da linha directa de João III de Portugal, havia três hipóteses de sucessão: Catarina de Portugal, neta de D. Manuel I e esposa de João I, duque de Bragança; o seu filho adolescente, Teodósio; António Prior do Crato, igualmente neto de D. Manuel I, mas tido pela sociedade como ilegítimo; e Filipe de Habsburgo, rei de Espanha e também neto de D. Manuel I, por via feminina. Filipe II de Espanha acabou por ser reconhecido como rei de Portugal, nas Cortes de Tomar, de 1581, por ser o parente legítimo mais próximo. Depois dele seguiram-se como reis o seu filho Filipe II de Portugal (III de Espanha) e o seu neto Filipe III de Portugal (IV de Espanha). A esta sucessão de reis que governaram sobre Portugal e Espanha, deu-se o nome de dinastia Filipina. Ao todo esta dinastia durou sessenta anos.

¹² Os espanhóis estavam a lutar em várias frentes, quando rebentou o golpe de Estado que conduziu à Restauração da Independência: defrontavam a França; tinham de auxiliar os católicos Imperadores do Sacro-Império nas guerras que estes travavam contra os protestantes e os franceses; eram obrigados a enfrentar as Províncias Unidas em terra e no mar; lidavam com uma tentativa independentista da Catalunha; e precisavam de afectar recursos financeiros e militares para manter não só os domínios ultramarinos mas também as possessões europeias de D. Filipe IV, designadamente no Norte de Itália e na Flandres.

de defender e manter o seu império comercial, o que, para os portugueses, era motivo suficiente para passar a considerar desnecessária a união das duas Coroas (Labourdette, 2003, p. 290).

Assim que foi instaurado, o regime português independentista, saído da Restauração, logo procedeu à consolidação da sua posição. Para tal, procurou reorganizar administrativa, económica e militarmente o Reino, bem como desenvolver alianças com os principais inimigos da Espanha (França, Holanda, Suécia, Grã-Bretanha, etc.), de forma a ter, em caso de necessidade, apoios. Ao mesmo tempo, o novo regime iniciou várias ofensivas diplomáticas para legitimar o novo ocupante do trono, D. João IV. Tentou, também, retomar o controlo perdido de alguns dos territórios ultramarinos portugueses e conservar os que possuía. De qualquer forma, numa Europa em acentuada transformação, adivinhava-se, já na primeira metade do século XVII, que os anos áureos de Portugal tinham ficado para trás. A Guerra da Restauração, que se seguiu ao golpe de Estado, veio contribuir de forma decisiva para o enfraquecer o país, após mais de um século de descobrimentos e conquistas que haviam feito a grandiosidade da nação.

i. O sentimento de nacionalidade

Afirma Oliveira Marques (1973, p. 436) que parece não haver dúvidas de que a ideia de nacionalidade esteve por trás da Restauração da Independência em Portugal, após sessenta anos de monarquia dualista. Os cinco séculos de governo próprio permitiram que se fosse forjando e fortalecendo uma nação que rejeitava qualquer espécie de união com o país vizinho, até porque, para a maioria dos portugueses, os monarcas Habsburgos mais não eram que usurpadores, que vieram adquirir Portugal através de conquista e não de união (Oliveira Marques, 1973, p. 436). Veloso (1933, p. 273) acrescenta que “aliciante ou autoritária, a dominação castelhana nunca conseguiu apagar totalmente em Portugal a saudade da independência.”. Labourdette (2003, p. 313) acrescenta que

o sentimento nacional era demasiado forte na alma lusitana para que um movimento favorável à independência não surgisse contra aqueles que sempre haviam considerado seus inimigos hereditários.

Valladares (2006, p. 33) reforça que “a chamada Restauração de Portugal começou no mesmo dia em que Filipe II, cabeça dos Habsburgos espanhóis, decidiu reclamar os seus direitos ao trono vago do Portugal dos Avis.”.

Houve também, da parte da França, um apelo a que os portugueses se rebelassem contra os espanhóis, com a promessa de que, se isso acontecesse, eles ofereceriam apoio diplomático e militar a Portugal (Bourdon, 1973, p. 84; Oliveira Marques, 1973, p. 439; Ramos, 2009, p. 304). No entanto, outras razões estiveram por trás da necessidade de restaurar a independência.

Uma dessas razões foi cultural. Durante os sessenta anos de domínio espanhol, a castelhanização cultural do país avançou depressa. Muitos artistas e autores portugueses fixavam residência em Espanha, aceitando trabalhar segundo os padrões espanhóis e escrevendo na sua língua. Isto levou a que se considere, erroneamente, segundo Oliveira Marques (1973, p. 437), que houve uma grande decadência cultural, a partir de 1580, quando, na verdade, os melhores valores portugueses contribuíam para a riqueza do mundo das artes e das letras do país vizinho, Espanha, e “para a magnificência do século de ouro espanhol” (Labourdette, 2003, p. 313). Além do mais, muito do espólio cultural que existia em Portugal fora levado pelos reis espanhóis para fora do país, passando a *residir* nos diversos palácios de Espanha (Oliveira Marques, 1973, p. 437). O esquecimento votado à cultura levou a que muitos intelectuais e escritores portugueses, “sabendo com pertinência que os seus esforços seriam vão sem a Restauração da Independência política”, comessem a reagir contra a perda de identidade nacional (Labourdette, 2003, p. 313).

Assim, tornava-se evidente que a falta de uma corte régia, de acordo com o que conta Oliveira Marques (1973, p. 437),

prejudicou a expansão cultural dentro das fronteiras nacionais, desencorajou o florescimento de talentos, localizou e ruralizou a cultura, confinando-a a pequenos núcleos em redor de alguns bispos e nobres mais abastados.

Também existiram razões económicas. Desde o início do século XVII, que a situação portuguesa se vinha deteriorando, remando no sentido contrário ao que era apregoado aquando da união das duas nações.¹³ A Rota do Cabo, que era o eixo da estrutura económica do país, deixou de constituir a fonte principal da prosperidade e das receitas e o tráfico português entre Lisboa e a Índia reduzira-se a menos de um terço, desde 1580. Explica Oliveira Marques (1973, p. 438) que as especiarias asiáticas, o ouro africano e muitos outros produtos chegavam agora à Europa também a bordo dos navios ingleses e, especialmente, holandeses. Aliás, de 1580 a 1663, os portugueses (e também espanhóis) estiveram em permanente conflito com a Holanda. Refere Labourdette (2003, p. 293) que

esta guerra era muito moderna, pois os seus desafios eram antes de mais económicos: o cravo-da-índia e a noz-moscada das Molucas, a canela de Ceilão, a pimenta do Malabar, a prata do México, do Peru e do Japão, o ouro da Guiné e do Monomotapa, o açúcar do Brasil e os escravos negros da África Ocidental.

Os holandeses queriam, segundo Labourdette (2003, p. 294) fundar um império comercial à custa dos portugueses. Em 1602, criaram a Companhia Holandesa das Índias Orientais e conseguiram, assim, melhorar a sua posição no Oriente e no negócio com os portugueses, mas provocaram desagrado nos espanhóis que tentaram, de várias formas, acabar com as relações comerciais entre Portugal e a Holanda e outras províncias dos Países Baixos (Labourdette, 2003, p. 295). Ao mesmo tempo, foram ocupando e tentando conquistar várias dependências portuguesas no Oriente e na África Oriental, nomeadamente as que lhes traziam mais vantagens comerciais¹⁴. Chegaram mesmo a ocupar, durante algum tempo, parte do Brasil, o que valeu duras críticas dos portugueses à Coroa, que acusavam de não estar a fazer o suficiente para defender esta

¹³ Labourdette (2003, p. 290) menciona que, nos primeiros anos de união ibérica, os mercadores portugueses conheceram algumas vantagens, nomeadamente a possibilidade de negociarem nas Índias de Castela.

¹⁴ Labourdette (2003, pp. 299 e 300) explica que as vitórias dos holandeses foram-se sucedendo pelo facto de, por um lado, estes terem recursos abundantes em dinheiro e em homens e um poder naval predominante e, por outro, porque os portugueses foram passivos e negligentes na defesa dos seus domínios. O autor diz ainda que “Em tais condições de inferioridade, pode-se ficar quase espantado que os portugueses tenham conseguido conservar tantos domínios no ultramar.”. Mas depois acrescenta que “[os portugueses] tinham sobre os holandeses uma superioridade fundamental, a de uma presença secular e de um enraizamento dos seus nacionais.” (Labourdette, 2003, p. 300).

possessão, alargando, assim, o fosso que se ia cavando entre as duas nações (Labourdette, 2003, p. 299).

Já os ingleses consideravam Portugal, o seu comércio e as suas possessões “um adversário e uma presa de monta” (Labourdette, 2003, p. 294), daí que tenham empreendido vários ataques, nomeadamente a navios portugueses, destinados a interceptar as suas linhas de comércio. Os tratados de paz que foram sendo assinados, iam garantindo alguma tranquilidade, mas sabia-se que as possessões do Oriente nunca estavam seguras.

Portugal via, assim, fugir-lhe o monopólio comercial, particularmente a partir de 1620, com graves consequências económicas para todas as classes sociais. Mesmo o tráfico atlântico (de escravos, açúcar e tabaco) declinara, devido aos ataques estrangeiros ao Brasil, às Índias Ocidentais, à costa ocidental africana e às rotas de navegação. Uma das diligências tomadas para fazer frente àqueles que procuravam apoderar-se do império português foi criar uma sociedade de comércio, à imagem do que a Holanda, a Inglaterra e mesmo Portugal já haviam feito, que protegesse, essencialmente as colónias e o comércio lá realizado, tendo sido, então, fundada, a Companhia das Índias, em 1628. No entanto, conta Labourdette (2003, p. 298) que “a insuficiência de capitais concedidos pela Coroa e a ausência de importantes investimentos privados fizeram-na ter um começo incerto e condenaram-na a uma actividade algo decepcionante. Valladares (2006, p. 43) remata, acrescentando que

a sabotagem política sofrida por esta Companhia, por parte do Conselho da Fazenda português – que temia perder o controlo sobre o tráfico no Índico – e por parte de Goa – cujos mercadores se queixavam do regime de monopólio imposto por Madrid –, aliada à escassez de capitais privados, acabou por ditar o fracasso da iniciativa.

Valladares (2006, p. 41) refere que “todos os territórios da coroa portuguesa tinham motivos de queixa contra Madrid” e que, desde o início do século XVII vários factores tinham vindo a contribuir para tal. Cortesão (1933, p. 319), avaliando a situação do império português do Oriente, durante o período de governação espanhola, relata que este “desaba subitamente, teatralmente, entre os anos de 1637 e 1641.” E explica que esta

repentina catástrofe – o desabamento quase global do edifício gigantesco que havíamos levantado sobre as plagas do Índico, acompanhado, aliás, dum desmoronamento parcial, mas não menos temeroso, das colónias do Atlântico – esta, sim, abre fosso largo entre o período do domínio castelhano e o da Restauração, que se lhe segue.

Mas o autor assegura, também, e ao contrário do que muitas vezes se pensa, que, durante o período filipino, não se deu uma decadência total do Império ultramarino português, pois “o que perdemos no Oriente, e mais concretamente no Índico oriental, ganhámos no Atlântico e em África.” (Cortesão, 1933, p. 461).

No país, as coisas não corriam melhor. Os produtores sofriam com a queda dos preços do trigo, do azeite, do carvão, etc. Esta crise, agravada com o aumento constante dos impostos, afectava essencialmente as classes mais baixas, cuja pobreza aumentava, aumentando, também, consecutivamente, o descontentamento com a situação¹⁵. Segundo Labourdette (2003, p. 301) e Oliveira Marques (1973, p. 439), para a grande maioria dos portugueses da época, a causa de todos estes males era única e exclusivamente a Espanha, daí que clamassem por uma solução rapidamente. A própria Espanha entrara numa crise económica, no início do século XVII (crise esta que se repercutia em Portugal), manifestando-se, nomeadamente, na quebra da produção da prata americana, a partir de 1620, que veio também prejudicar as transacções portuguesas (Labourdette, 2003, p. 293).

O descontentamento sentido deu origem a vários motins populares, um pouco por todo o país, facilmente controlados pelas autoridades, mas servindo para demonstrar às classes superiores que as populações estavam dispostas e preparadas para um “movimento mais amplo contra o governo espanhol.” (Oliveira Marques, 1973, p. 439). Labourdette (2003, pp. 317 e 318) compreendeu estas revoltas como um sinal de alarme para Filipe IV, uma vez que o autor observa este acontecimento como um movimento para a defesa dos privilégios e das liberdades de Portugal. Também Valladares (2006, p.

¹⁵ Labourdette (2003, pp. 307 e 308) faz referência a uma série de motins que foram acontecendo sempre que se dava novo aumento de imposto. E questiona-se: “seriam estes motins manifestações de um sentimento patriótico? Ou tratava-se simplesmente de revoltas fiscais que se inscreviam no movimento geral que atingiu toda a Europa ocidental nesta primeira metade do século XVII?” (Labourdette, 2003, p. 308). E, logo de seguida, responde: “Que o exaspero fiscal tenha desencadeado perturbações sociais, isso é inegável. (...) Por outro lado, é também evidente que em Portugal era uma autoridade estrangeira, ou considerada como tal, que exercia essa pressão fiscal insuportável. E essa pressão exasperava o sentimento nacional, que alimentava ele próprio a revolta.” (Labourdette, 2003, pp. 308 e 309).

35) alude a este descontentamento geral que se ia sentindo. Costa (2004, p. 14) acrescenta que, tendo tido origem na revolta dos populares, o descontentamento não era apenas destes, mas também de vários ilustres portugueses. Aliás, Veloso (1933, p. 274) afirma que foi desde 1637 que “a aspiração de independência [começou] a corporizar[-se] em atitudes bem definidas.” Mas o duque de Bragança, D. João, achara o momento “inoportuno para arriscadas aventuras: não havia plano maduramente pensado, nem suficientes elementos de luta. A prudência, aliás justificada, ordenava-lhe que se alheasse do movimento.”. Labourdette (2003, p. 321) faz, ainda, referência a um descontentamento geral que se fazia sentir entre os portugueses, bastando “uma faísca para que tudo incendiasse.”.

ii. A Restauração da Independência

Oliveira Marques (1973, p. 439 e 440) salienta que o facto de a França se ter aliado a Portugal (mais interessada em enfraquecer a Espanha do que, propriamente, a ajudar Portugal) foi decisivo em todo o processo da Restauração da Independência. Este apelo a que os portugueses se rebelassem contra os espanhóis trouxe consigo a promessa de que eles ofereceriam apoio diplomático e militar a Portugal (Bourdon, 1973, p. 84; Oliveira Marques, 1973, p. 439; Ramos, 2009, p. 304; Veloso, 1933, p. 274). Veloso (1933, pp. 274 e 275) descreve como seria o apoio francês:

1.^a) o apoio francês consistiria simplesmente na conquista de todos os fortes que defendem a entrada do Tejo; 2.^a) a França enviaria forças de terra e mar – um exército de 13.000 homens de infantaria e cavalaria e uma esquadra de 50 navios –, que cooperariam com os portugueses no restabelecimento da independência, nada exigindo o governo francês por este auxílio; 3.^a) a França auxiliaria Portugal na conquista de toda a Espanha, se os portugueses resolvessem empreendê-la, e ficariam pertencendo a Portugal as terras conquistadas, mesmo as que fossem exclusivamente por franceses.

Diz Veloso (1933, p. 279) que o momento se mostrava propício “a qualquer ousada tentativa.” As coisas corriam mal para a Espanha e o número de conjurados era já tão elevado que tornava muito difícil manter em inviolável segredo o que se tramava. De facto, estes estavam já organizados, segundo palavras de Veloso (1933, p. 273) num verdadeiro “partido nacional”. Lousada (2012, p. 160), por sua vez, assevera que o acontecimento decisivo que impeliu os conjurados à acção e tornou irreversível o

movimento que conduziria à Restauração da soberania portuguesa foi a sublevação da Catalunha, ocorrida em Junho de 1640.

Assim, no final de 1638, com a promessa francesa de ajuda, uma conspiração começa a ser engendrada, por parte da nobreza. O duque de Bragança, D. João, surge como chefe natural do conluio,¹⁶ por cumprir com perfeição o papel de “rei natural” dos portugueses (Costa, 2004, p. 14). No entanto, e apesar de o duque representar, nas palavras de Labourdette (2003, p. 322), toda a “legitimidade dinástica violada por Filipe II em 1580”, a Coroa de Espanha considerava-o “uma personagem insignificante, que jamais arriscaria a sua tranquilidade numa conspiração contra o poder espanhol”, ideia que saía reforçada pelo facto de este estar casado com uma espanhola, D. Luísa de Gusmão (Labourdette, 2003, p. 322). No entanto, Veloso (1933, p. 280) afirma que esta terá tido grande influência na resolução do duque, uma vez que desejava, acima de tudo, ser rainha. D. João foi sempre agindo com alguma prudência, o que não encorajava os conspiradores e só em Novembro de 1640 é que o duque dá o seu apoio formal. Na manhã de 1 de Dezembro desse mesmo ano, um grupo de nobres, dos quais Labourdette (2003, p. 323) destaca, por ter sido o mais activo, João Pinto Ribeiro, antigo juiz de fora, atacou o palácio real de Lisboa, prendeu a duquesa de Mântua¹⁷, e aclamou D. João como D. João IV, pondo fim a uma união ibérica que durou sessenta anos. O 1.º de Dezembro resume-se assim, nas palavras de Costa (2004, p. 14) a “uma revolta sem componente militar significativa, sendo as poucas forças que poderiam resistir anuladas pela surpresa e pela falta de orientação.”. Peres (1934a, p. 9) refere que “por toda a parte, sem dificuldades de maior, a nova ordem política, estabelecida pela revolução de 1 de Dezembro de 1640, era acatada”, e Veloso (1933, p. 286) menciona que a revolução triunfante “substituíra os governantes”, mas todos os que desempenhavam funções públicas de importância acabaram por aderir à nova ordem política.

¹⁶ D. João era neto de D. Catarina, filha do infante D. Duarte, sua legítima herdeira e candidata em 1580 e, pelo lado paterno, estava ligado por bastardia à dinastia de Avis, visto que descendia, em linha directa varonil, de D. Afonso, conde de Barcelos e primeiro duque de Bragança, filho natural do mestre de Avis, D. João I, e, mais importante, de sua esposa, filha do herói nacional, o condestável D. Nuno Álvares Pereira (Labourdette, 2003, p. 322).

¹⁷ A duquesa de Mântua, ou Margarida de Sabóia, era prima direita de Filipe IV e neta de Filipe II (logo descendente da dinastia de Avis), tendo exercido funções de vice-rainha.

D. João viria a entrar em Lisboa, dias mais tarde, a 5 de Dezembro e mesmo ainda antes da cerimónia de aclamação, conta Labourdette (2003, pp. 325 e 326) que começou a trabalhar, tomando algumas medidas de maior urgência: procurou assegurar a segurança militar do reino; criou um Conselho de Guerra, um Conselho da Fazenda; e procedeu à reconciliação nacional, permitindo que os nobres portugueses instalados na corte de Madrid regressassem à pátria.¹⁸ Lousada (2012, p. 173) acrescenta que, assim que subiu ao poder, D. João IV procurou governar com o apoio da Nação, concedendo privilégios e mercês aos vários estratos sociais: “a concessão de distinção de títulos nobiliárquicos; manutenção da garantia da acção inquisitória; a possibilidade de o povo manifestar opinião através das Cortes; a permissão da actividade financeira dos cristãos-novos.” No entanto, Costa (2004, p. 23) refere que, aclamado D. João IV, a guerra era mesmo inevitável.

Labourdette (2003, p. 324) e Oliveira Marques (1973, p. 440) contam que a notícia da mudança de regime e do novo juramento de fidelidade ao duque de Bragança se espalhou rapidamente por todo o Portugal metropolitano e ultramarino, tendo esta sido bem recebida e sem qualquer dúvida, com excepção de Ceuta, que permanecera fiel à causa de Filipe IV (Filipe III de Portugal). Saraiva (1983, p. 23) resume que a primeira década do Portugal restaurado se preencheu com a

organização para a guerra, a busca de apoio nas potências inimigas de Espanha, as diligências para conseguir que a Santa Sé reconhecesse a legitimidade da situação dinástica portuguesa e a luta entre as facções políticas desavindas.

Proclamar a separação fora, nas palavras de Labourdette (2003, p. 314) e Oliveira Marques (1973, p. 440), relativamente fácil. Difícil foi conseguir mantê-la, tendo custado vinte e oito anos de luta com Espanha, que estava decidida a “defender a legitimidade do seu poder” (Labourdette, 2003, p. 328), tendo a paz apenas chegado em 1668. Era, então, necessário, defender a Restauração. Esta foi orientada, segundo, Veríssimo Serrão (1983, p. 4) em dois sentidos: a protecção militar das fronteiras e o envio de embaixadores para as principais cortes europeias. Explica o autor:

¹⁸ Valladares (2006, p. 114) faz notar que, no entanto, a situação contrária também acontecia e que foram alguns os portugueses que estiveram exilados em Madrid ou que para lá se mudaram, voluntariamente.

Por um lado, impunha-se reparar os castelos, organizar as tropas e obter armas para enfrentar a iminente invasão da País. Por outro lado, carecia D. João IV do reconhecimento das outras nações, solicitando os inimigos da Espanha (como a França e os Países Baixos) para a assinatura de tratados de comércio e de amizade. Tão importante como o papel dos militares foi o dos diplomatas, que, em circunstâncias muitas vezes adversas, sustentaram nas capitais da Europa os direitos da Casa de Bragança ao trono (Veríssimo Serrão, 1983, p. 4).

Era, também, necessário justificar a separação e mostrar a todos o novo monarca como alguém que apenas reivindicara aquilo que lhe pertencia por direito legítimo e, igualmente para isso, foram precisos vários anos e várias jogadas políticas. Na verdade, nem mesmo em Portugal as opiniões eram unânimes relativamente a D. João IV (Labourdette, 2003, pp. 326 e 327; Oliveira Marques, 1973, p. 441 e 442; Peres, 1934a, p. 14). Refere Oliveira Marques (1973, p. 441 e 442) que as classes inferiores conservavam intacta a fé nacionalista e aderiram ao novo monarca sem qualquer hesitação, mas que a nobreza se mostrava mais hesitante e só parte dela (nomeadamente aquela de onde provera o núcleo revolucionário) alinhava firmemente com o duque de Bragança. Entre os outros, alguns continuaram a servir o rei espanhol ou fugiram para Espanha, outros esperaram para perceber qual seria o melhor lado, acabando por ficar do lado de D. João IV. Peres (1934a, p. 14) menciona que alguns destes outros interpretavam “talvez como sintoma de fraqueza a política de tolerância adaptada por D. João IV”. Porém, se assim pensavam, o futuro encarregar-se-ia de lhes mostrar que o monarca “pronto a facilitar a via da reconciliação aos dúbios, e até aos inimigos, não seria indeciso quando chegasse a hora de punir actos de rebeldia ou de traição”. Já os burgueses, a grande maioria apanhada de surpresa pela Restauração da Independência (Oliveira Marques, 1973, p. 442), ficaram expectantes, tendo acabado, a maior parte deles, por apoiar a causa portuguesa e até por financiá-la. O clero também se encontrava dividido, nomeadamente as mais altas hierarquias. E este era um grupo com muita importância, uma vez que, na época, tinha enorme peso político (Hespanha, 1993a, p. 287). Mas de dentro deste grupo veio um forte apoio para a causa nacionalista, da parte dos Jesuítas, tendo este servido, também, para o futuro poder e prestígio (Oliveira Marques, 1973, p. 442).

São vários os autores que referem que, provavelmente, Portugal só conseguiu a independência, porque a Espanha se encontrava envolvida na Guerra dos Trinta Anos,

levando a que Filipe IV tivesse em mãos várias empreitadas, nomeadamente a conservação dos seus domínios europeus e ultramarinos e o controlo do comércio marítimo no Atlântico e no Índico, a juntar ao conflito bélico já referido e ainda a uma disputa interna, na Catalunha (Costa, 2004, p. 23; Oliveira Marques, 1973, p. 445; Ramos, 2009, pp. 299 e 300; Ribeiro, 1934b, p. 25; Valladares, 2006, p. 48). Assim, diz Costa (2004, p. 23), a questão da separação de Portugal pôde ser adiada, pois problemas maiores e mais perigosos existiam e precisavam de ser resolvidos primeiramente.

iii. A legitimação de D. João IV e a política diplomática da Restauração

A par da legitimação do novo monarca, era também necessário e importante, segundo conta Labourdette (2003, p. 332)

reconstruir a defesa de uma fronteira que sessenta anos de união ibérica haviam deixado amplamente aberta, e constituir um exército que detivesse a invasão, porque a hora de uma ofensiva espanhola havia de soar infalivelmente.

E essa hora não demorou a chegar. Durante mais de um quarto de século, os portugueses, conduzidos por D. João IV, D. Luísa de Gusmão (que, após a morte do marido, iria ficar como regente, dada a menoridade do filho herdeiro) e pelo conde de Castelo Melhor (que viria a ser conselheiro do futuro rei, D. Afonso VI), tiveram de efectuar contra a Espanha uma verdadeira guerra de independência. Assim, a nova administração do rei brigantino teve urgência em criar uma “superestrutura militar”, em gerar meios de financiamento, em recrutar soldados e em inovar institucionalmente¹⁹ (Costa, 2004, p. 24).

O reinado de D. João IV não foi, assim, e nomeadamente numa fase inicial, um reinado fácil. Foram urdidas algumas conjuras para destituir o novo rei e mesmo para assassiná-lo (Costa, 2004, p. 49; Labourdette, 2003, p. 327; Oliveira Marques, 1983, p.

¹⁹ Costa (2004, pp. 24 e 25) refere que uma das principais inovações institucionais foi a criação do Conselho de Guerra e do governo das armas como uma inovação institucional (2004, p. 26). A Junta dos Três Estados surge, igualmente, nesta época (Costa, 2004, p. 27). Subtil (1993, pp. 180 e 181) refere a existência de outros órgãos da administração central, como o Conselho de Estado ou a Junta da Bula Cruzada, mas ambos foram criados antes da restauração da independência.

444; Peres, 1934a, pp. 15-19; Ramos, 2009, p. 325; Veríssimo Serrão, 1983, p. 4). Assim, dentro do país, a estabilidade do regime dependeu do aniquilamento de toda a discórdia a favor da Espanha.

De forma a conseguir impor a independência, depois do golpe de Estado, e a reconquistar um império que fora, nas palavras de Labourdette (2003, p. 328), “gravemente mutilado pelos holandeses”, D. João IV precisava, também, do apoio de potências estrangeiras. E os governantes portugueses, ao passo que organizavam a defesa, não descuraram este aspecto, tratando logo de comunicar às potências estrangeiras a independência do Estado Português e de procurar negociar alianças²⁰, sendo que, no campo diplomático, D. João IV contou com “embaixadores e agentes de alta craveira” (Veríssimo Serrão, 1983, p. 5). E era, pois, natural, que o governo procurasse estas entre as nações rivais da Espanha e, em primeiro lugar, na França (Ribeiro, 1934b, pp. 25-27). Ora, a conjuntura internacional, apresentava-se-lhe muito favorável, uma vez que a Espanha, envolvida na Guerra dos Trinta Anos, lutava em diversas frentes e acabava por não poder “castigar e reconquistar (...) [a] nação rebelde” como desejaria (Labourdette, 2003, p. 328). Neste campo, Labourdette (2003, p. 328) refere que

D. João IV teve inicialmente a sorte de beneficiar da passividade da Espanha, depois a habilidade de congregar alianças na Europa, e finalmente a capacidade de organizar uma defesa do reino contra a qual a Espanha nada poderia.

Oliveira Marques (1973, p. 443) informa que, relativamente à política externa, um dos objectivos de Portugal era fazer a paz com a Holanda e conseguir apoio militar e diplomático dos inimigos da Espanha. Logo em 1641, D. João IV concedeu aos holandeses a liberdade de comércio, de que gozavam antes da união ibérica, e os holandeses proibiram os seus compatriotas de fazer a guerra contra Portugal, apesar de

²⁰ Lousada (2012, p. 218) divide a “diplomacia da Restauração” em três ciclos: “«embaixadas da Restauração (1641-42)», com as quais se iniciaram os primeiros contactos nas chancelarias europeias inimigas da Monarquia Hispânica, com vista à legitimação da Dinastia de Bragança, antes que uma nova ordem saísse do fim da Guerra dos Trinta Anos o inviabilizasse; «formação da rede diplomática portuguesa (1642-57)», sobressaindo uma diplomacia de guerra, as missões especiais de dominicanos e jesuítas e os acordos falhados ou mitigados em Inglaterra, Holanda, Suécia e Roma; «redução da rede diplomática em tempo de guerra (1658-67)», centrando o esforço na Holanda e, mais particularmente, em Inglaterra e na França.”.

tal não os impedir de “continuar a atacar descaradamente os domínios portugueses” (Labourdette, 2003, p. 331). No entanto, um tratado de paz demorou a ser assinado, uma vez que, para isso, a Holanda teria que renunciar à sua política de conquista na Ásia e no Atlântico e isso não lhes interessava, e só em 1661 é que chegaram a um acordo, tendo a paz definitiva chegado em 1662. O tratado de paz com as Províncias Unidas proclamava que, em troca da renúncia ao Brasil, a Angola e a São Tomé, Portugal reconhecia a possessão holandesa das suas conquistas no Oriente e concedia-lhes as mesmas facilidades que já eram concedidas aos ingleses. Para além disto, comprometia-se a pagar-lhes, no prazo de dezasseis anos, uma avultada indemnização (Labourdette, 2003, pp. 339 e 340). Ou seja, Portugal acabou por acordar um tratado algo desvantajoso (segundo os portugueses da época), mas que dadas as circunstâncias foi o possível (Ribeiro, 1934b, p. 28).

Uma aliança francesa também foi procurada, como já se referiu. No entanto, no que toca a este país, Oliveira Marques (1973, p. 444) refere que o apoio acabou por ser mais verbal, que outra coisa qualquer. Assim, depois de ter encorajado os portugueses a revoltarem-se, a França prometeu uma aliança com Portugal, no sentido de as duas potências se manterem unidas e em que se comprometiam a não estabelecer uma paz separada com a Espanha. No entanto, a intenção da França não era cumprir o acordado e D. João IV, apercebendo-se disso e também da intenção deste país de tornar Portugal num seu peão, recuou e as duas nações acabaram por não entrar em acordos (Labourdette, 2003, p. 331). Só no reinado de Afonso VI (estando já o monarca casado com uma princesa francesa) é que se assinou um tratado de aliança, do qual fazia parte ajuda miliar a Portugal.

Com a Inglaterra, a princípio, as negociações decorreram com rapidez e bom entendimento entre os contratantes. O monarca português conseguiu, em 1642, um tratado de amizade e de navegação (Labourdette, 2003, p. 330). Anos depois, entre 1650 e 1654, Portugal esteve em guerra aberta com os britânicos, mas estes facilmente se mostraram superiores, levando a que os portugueses tivessem que assinar um tratado de paz que abria o império ao tráfico inglês (Ramos, 2009, p. 308). Em 1661, a filha de D. João IV, D. Catarina, veio a casar com Carlos II de Inglaterra, tendo este obtido, em dote, a cedência de Bombaim e Tânger. Nesta altura, foi assinado novo tratado de paz e

aliança que ratificava todos os anteriores e segundo o qual Portugal tinha de cumprir uma série de cláusulas. Valladares (2006, p. 213) afirma que “este acordo representou um indiscutível triunfo britânico, se bem que o regime dos Bragança tivesse alcançado o que mais necessitava: apoio militar e diplomático contra Madrid.”.

Labourdette (2003, p. 330) refere, ainda, que ajuda militar, tanto na forma de contingentes mercenários, como na de armas e abastecimentos, Portugal recebeu da parte da Europa setentrional, nomeadamente da Suécia. Ribeiro (1934b, pp. 34-36) acrescenta que Portugal conseguiu, tanto da Suécia como da Dinamarca, apoio e estabeleceram-se, desde aí, com estes países, boas relações, “afectuosas e confiantes”.

Um fracasso diplomático vivido por D. João IV teve a ver com a permanente recusa da Santa Sé em reconhecer a secessão de Portugal, negando, também, “todas as súplicas de confirmação de bispos para as dioceses que iam vagando.” (Oliveira Marques, 1973, p. 444). Roma considerava o rei de Espanha o chefe da causa católica contra os protestantes e não queria, de forma alguma, enfraquecê-lo (Labourdette, 2003, p. 331). Ramos (2009, p. 308) acrescenta que a influência da coroa espanhola na corte pontifícia era muita e que mesmo com os insistentes esforços diplomáticos portugueses, o resultado nunca foi o esperado. Só em 1669, no pontificado de Clemente IX, e já depois de firmada a paz entre Portugal e a Espanha é que se mudou a atitude romana para com Portugal (Veríssimo Serrão, 1983, p. 5). Ribeiro (1934b, p. 37) ressalva que a embaixada a Roma foi mesmo a última a ser enviada, talvez já imaginando as dificuldades com que se iria deparar. Diz o autor que

o governo português ligava importância ao reconhecimento da independência portuguesa pelo pontífice, e que logo de princípio pensou em restabelecer as relações com a cúria romana. Mas, desde o princípio também, antevira todas as dificuldades que oferecia semelhante missão (Ribeiro, 1934b, p. 38).

Ramos (2009, p. 306) resume a acção dos diplomatas portugueses nas diversas cortes europeias como tendo sido marcadas por “mil e uma peripécias rocambolescas”. Contudo, prossegue o autor,

é difícil fazer um balanço negativo da actuação destes improvisados diplomatas, visto que alcançaram o que era indiscutivelmente o seu principal

objectivo, ou seja, o reconhecimento internacional da autonomia portuguesa (Ramos, 2009, p. 306).

No que às possessões ultramarinas diz respeito, Portugal havia sido expulso da maioria das que ainda lhe restavam no oceano Índico e era também expelido da Arábia e do Golfo Pérsico pelos árabes, ajudados pelos ingleses e pelos holandeses. Restou-lhe Moçambique, que reconheceu D. João IV como rei, em 1641; Goa, no mesmo ano; e Macau, onde a notícia da Restauração só chegara em 1642, sendo o novo monarca logo aclamado (Labourdette, 2003, p. 338). No Atlântico, Portugal perdeu parte de Angola e de São Tomé, em 1641, mas acabou por recobrar estes territórios, em 1648. Já na Madeira e nos Açores, a aclamação de D. João IV aconteceu logo em 1641 e 1642, respectivamente, o que se revelou deveras importante, uma vez que estes arquipélagos comandavam a navegação e a defesa do Atlântico e, conseqüentemente, a Restauração portuguesa em África e no Brasil. Marrocos reconheceu o soberano, logo em 1640; Tânger fez o mesmo em 1643; Ceuta permaneceu fiel a Espanha. No Brasil, a notícia da proclamação da independência foi chegando de forma faseada às diversas cidades e o reconhecimento do novo monarca ia sendo aceite assim que se sabia do sucedido. Veríssimo Serrão (1983, p. 16) afirma que a Restauração no Brasil “foi porventura o capítulo mais glorioso da fidelidade a D. João IV das parcelas ultramarinas” e Cortesão (1934, p. 639) acrescenta que “em seu conjunto, a história do Brasil [no século XVII] é uma epopeia, que, só por si, resgata o nome português do vergonhoso declínio que noutras partes manifesta”.

As perdas de territórios são entendidas por Labourdette (2003, p. 337) como um preço a pagar para garantir a Restauração da Independência. No sentido de manter a paz com holandeses e ingleses, duas potências marítimas em ascensão, D. João IV acabou, como já se viu, por ter de renunciar a algumas das possessões que haviam feito a fortuna e a grandeza de Portugal, ao longo do século XVI, pois o seu realismo político permitia-lhe perceber que a reconquista, por esses motivos e pela falta de meios, só poderia vir a ser parcial (Labourdette, 2003, p. 337). O novo eixo da política colonial giraria em torno do Atlântico e, segundo Labourdette (2003, p. 337), a fundação da Companhia Geral do Comércio do Brasil foi disso a melhor prova. O autor refere, também, que, apesar da prioridade dada a esta rota, os assuntos da Índia não foram totalmente esquecidos, mas, uma vez que era o rendimento do açúcar brasileiro que financiava a independência

portuguesa, a sua exploração e comercialização tornava-se primordial (Labourdette, 2003, p. 337). Apesar destas privações, Xavier e Hespanha (1993b, p. 408) referem que a construção modular e descentralizada do país, “permitiu-lhe ultrapassar a perda do controle de qualquer rota marítima fundamental.”. Para Boxer (1977, p. 133), e de uma forma global, este conjunto de perdas, conquistas e reconquistas podem sintetizar-se da seguinte forma: “vitória para os holandeses na Ásia, um empate na África Ocidental e vitória para os portugueses no Brasil.”.

Cortesão (1934, p. 641) chama a atenção para o facto de a história da administração colonial portuguesa dever ser considerada em “globo e não província a província”, de modo a que melhor se compreenda o esforço que representou. Quando olhada assim, assegura o autor, na totalidade do Império, “averigua-se, é certo, que abandonámos aos inimigos muitos territórios; mas reconquistámos e dilatámos, em proporções mais sólidas a parte melhor daqueles que nos haviam sido arrebatados.” (Cortesão, 1934, p. 641). Cortesão (1934, p. 642) alerta, ainda, para um facto capital que costuma escapar aos historiadores, quando julgam os esforços da Nação e dos seus governantes em relação aos nossos domínios ultramarinos depois da Restauração: a insuficiência demográfica de Portugal para levar a cabo a defesa eficaz de territórios mais vastos que nunca, e sobre os quais se estendia com frequência uma soberania apenas nominal. Explica o autor que a população existente em Portugal era insuficiente para, ao mesmo tempo, defender o reino dum inimigo mais poderoso que o invadia com frequência por todas as fronteiras e para defender e reconquistar parte duma província já nesse tempo tão vasta como o Brasil mais as costas de dois continentes, a África e a Ásia, dos ataques das nações marítimas mais fortes daquela época (Cortesão, 1934, p. 642). “Quando se compara a grandeza desmesurada da tarefa com a insignificância dos meios humanos, espanta que ainda pudéssemos conservar tanto”, afirma Cortesão (1934, p. 642).

A nível económico, D. João IV procurou obter dinheiro de qualquer maneira, principalmente para conseguir defender o país de Espanha. Oliveira Marques (1973, pp. 444 e 445) refere que as cortes votaram subsídios mas o governo, actuando de forma prudente, tentou o mais que pôde não aumentar os impostos, conseguindo obter proveitos através da cobrança de somas avultadas aos mercadores a quem, em troca,

concedia privilégios. O desenvolvimento do comércio com os países da Europa do norte favoreceu numerosos mercadores, levando-os, segundo Oliveira Marques (1973, p. 445), a apoiar a causa da independência. Já a produção de açúcar, no Brasil, veio a tornar-se a principal fonte de rendimentos da nova dinastia (Saraiva, 1983, p. 42).

Quem, economicamente e não só, beneficiou de toda esta situação foram os cristãos-novos que ajudaram, com capitais judaicos, a causa da independência e auxiliaram-se a si mesmos em operações rendosas. Além disto, por mais que uma vez, nos períodos de maior aperto, “os representantes dos cristãos-novos ofereceram à coroa vultosos recursos financeiros, em troca de atenuações ao estatuto inquisitorial.” (Saraiva, 1983, p. 43). Conta Oliveira Marques (1973, p. 445) que, com estes capitais, os portugueses conseguiram comprar navios, munições e soldados para a defesa da sua pátria. Além do mais, a administração dos bens anteriormente confiscados passou da Inquisição para o Estado, o que constituía uma mais-valia. Labourdette (2003, p. 350) refere que o mais influente dos jesuítas da Restauração fora o padre António Vieira, simultaneamente “orador, missionário, escritor, diplomata, homem de Estado e economista.” (Labourdette, 2003, p. 350). Tinha grande ascendente sobre D. João IV, ao qual demonstrara que a riqueza e actividade comercial dos cristãos-novos “eram indispensáveis à salvaguarda e ao desenvolvimento do império colonial.” (Labourdette, 2003, p. 351). Ribeiro (1934e, p. 69) refere que o monarca o encarregou, até, de várias missões diplomáticas.

iv. A Guerra da Restauração

A Guerra da Restauração percorreu os reinados de D. João IV e D. Afonso VI (este, com as regências de D. Luísa de Gusmão e de D. Pedro II, pelo meio) e foi “o mais prolongado conflito militar da história portuguesa” (Ramos, 2009, p. 302). No entanto, continua o autor, “esteve longe de se traduzir a maior parte do tempo num efectivo e sistemático confronto bélico no cenário europeu.” (Ramos, 2009, p. 302). Teve início praticamente logo que se restaurou a independência de Portugal²¹ e só terminou em 1668. Esta guerra mobilizou todos os esforços que o país podia despender

²¹ Ribeiro (1934f, p. 41) refere que “tinham decorrido seis meses após a revolução vitoriosa de Dezembro quando se trocaram os primeiros tiros entre portugueses e espanhóis, na fronteira do Alentejo”.

e absorveu enormes somas de dinheiro, acabando por levar a que a ajuda concedida às possessões ultramarinas fosse diminuta e insuficiente (Oliveira Marques, 1983, p. 445; Ramos, 2009, p. 300). Ramos (2009, p. 300) esclarece que, provavelmente, “sem a conjuntura internacional excepcionalmente favorável e sem o apoio em técnica e em força militar do estrangeiro, a guerra nunca tivesse sido vencida pelos portugueses” mas que, mesmo assim, “a resposta portuguesa [se] debateu (...) com enormes problemas.” O autor completa que

O peso das condicionantes externas no conflito foi, sem dúvida, decisivo no despoletar da iniciativa restauracionista e em toda a sua evolução ulterior, porque limitou drasticamente a capacidade de manobra da monarquia dos Habsburgos. (...) A disputa pela hegemonia entre a França dos Bourbon e a Espanha dos Habsburgos (...) constitui o pano de fundo internacional que condicionou directa e decididamente o curso dos acontecimentos em Portugal na sua fase inicial (Ramos, 2009, pp. 303 e 304).

Em relação à guerra em si, do lado português, esta limitou-se, nas palavras de Oliveira Marques (1973, p. 445), “a operações fronteiriças de pouca envergadura, baseadas no ataque a aldeias desprotegidas, à captura de gado e virtualhas, à queima de searas ou ao corte de árvores.” Isto porque Portugal não dispunha de um exército moderno, as suas fortificações eram escassas, as suas coudelarias haviam sido extintas e os seus melhores generais lutavam pela Espanha, algures na Europa (Oliveira Marques, 1973, p. 445). Ainda assim, ao longo do período que durou a guerra, alguns portugueses que se encontravam fora do país, regressaram e foram importantes para a formação do exército de Portugal (Costa, 2004, p. 51). Mesmo com um número de forças militares inferior, estas eram mais motivadas que as espanholas, uma vez que lutavam para impedir uma invasão à sua pátria e eram, também, melhor comandadas (Labourdette, 2003, p. 335). Ribeiro (1934d, p. 99) diz mesmo que “Portugal afirmava os seus direitos de nação livre. E cada soldado português sabia que defendia o solo pátrio.”

Do lado espanhol, as ofensivas eram algo reprimidas e demoradas, uma vez que o país se encontrava envolvido na Guerra dos Trinta Anos e a resolver a questão da Catalunha. Até à resolução desta questão, as armas mais importantes dos espanhóis, na condução da guerra contra os portugueses, foram, segundo Ramos (2009, p. 305), o bloqueio comercial e, sobretudo, o isolamento diplomático. Enquanto o primeiro teve uma eficácia limitada, uma vez que fora furado por várias potências europeias, em

função das suas necessidades, já o isolamento diplomático, “apoiado numa intensa actividade propagandística”, revelou-se bastante dramático nos seus efeitos (Ramos, 2009, p. 304). Depois de estabilizada esta última questão, a monarquia dos Habsburgos canalizou esforços para a frente ocidental dos seus conflitos (Ramos, 2009, pp. 302 e 303).

Assim, esta guerra teve altos e baixos para os dois lados, tendo algumas das batalhas dado a vitória aos exércitos portugueses e outras aos espanhóis. Oliveira Marques (1973, p. 446) afirma que, no entanto, costumavam ser os portugueses a actuar como defensores, enquanto os espanhóis actuavam como invasores. Ramos (2009, p. 303) confirma e acrescenta que, a última década da guerra, entre 1656 e 1668, se caracterizou por sucessivas ofensivas espanholas e pelas correspondentes e vitoriosas respostas portuguesas, “configurando-se como o período mais marcante e decisivo do conflito.”. Os principais combates foram: Olivença, entre 1641 e 1657; Ouguela, 1644; Montijo (Espanha), 1644; Badajoz, 1657; Elvas, entre 1658 e 1659; Ameixial, 1663; Évora, 1663; Sobradillo (Espanha), 1664; Castelo Rodrigo, 1664; Almeida, 1664; Vila Viçosa, 1665; Montes Claros²², 1665 (Oliveira Marques, 1973, p. 447). Costa (2004, p. 95) afirma que os anos decisivos da guerra terão sido os de 1662 a 1665, com o ano de 1663 a ter um papel preponderante.

Em 1665, Filipe IV morreu, deixando um herdeiro ainda menor, o que enfraqueceu a monarquia dos Habsburgos. Ao mesmo tempo, Luís XIV de França decidira reclamar a parte da herança da sua mulher, filha mais velha do falecido soberano, o que viria acrescentar conflitos para resolver aos espanhóis. O país estava, assim, fragilizado e parecia mesmo compreender que, em relação a Portugal, tinha de se resignar ao inevitável, ou seja, aceitar que, pelo menos no plano militar, a guerra havia chegado ao fim e que tinha de reconhecer a dinastia de Bragança (Labourdette, 2003, p. 336). Castelo Melhor, valido de D. Afonso VI, percebeu isso e considerou que estavam reunidas as condições para obter esse reconhecimento nos melhores termos. Assim, entrou em negociações com a regente, Mariana de Áustria, que já em Agosto de 1667 fizera saber que estava disposta a aceitar a paz com Portugal, e, a 5 de Janeiro de 1668,

²² Batalha onde a vitória fora completa e decisiva para o desfecho da guerra (Ribeiro, 1934d, p. 99).

conclui-se o tratado de Madrid, onde se determinava que a monarquia de Filipe IV reconhecia a independência de Portugal e a dinastia de Bragança.²³ As principais cláusulas do tratado determinavam o seguinte:

restituição mútua de todas as praças conquistadas, com excepção de Ceuta, que ficara em poder dos castelhanos; libertação imediata de todos os prisioneiros; restabelecimento das relações comerciais entre os súbditos dos dois países, tais como se efectuavam no tempo de D. Sebastião; reparação dos danos sofridos pelos particulares, em razão da guerra (Peres, 1934b, p. 120).

A vitória portuguesa na Guerra da Restauração é explicada por Ramos (2009, p. 315) da seguinte forma:

Sem que se possa excluir outros factores, bem como algum êxito português na criação de uma força armada na última fase do conflito, não oferece dúvidas que a vitória portuguesa se deveu, em larga medida, à incapacidade “castelhana” para organizar um exército com a dimensão suficiente para vencer a guerra. A monarquia dos Habsburgos, para além de se encontrar esgotada, não fora, ao que tudo indica, capaz de prosseguir com as inovações militares que no século XVI lhe tinham granjeado assinaláveis êxitos.

Conta Costa (2004, p. 104) que logo que foi sabida a paz, houve sinais de grande contentamento. Aos poucos, o reino foi sendo desmantelado “de toda a superestrutura militar criada durante a guerra”, tornando-se Portugal um país sem exército permanente (Costa, 2004, p. 106).

v. A morte de D. João IV e os reinados de D. Afonso VI e de D. Pedro II

Em 1656, D. João IV morre. Em jeito de resumo, Oliveira Marques (1973, p. 443) afirma que o reinado de D. João IV (1640-1656), numa fase inicial,

foi uma sucessão de desastres para o Império, uma série de desaires na diplomacia europeia e uma situação pouco próspera na economia interna, só compensada por meia dúzia de triunfos militares em Portugal que impediram uma invasão espanhola em larga escala.

²³ Valladares (2006, p. 268) conta que houve quem, em Portugal, considerasse os termos do tratado muito decepcionantes e criticasse D. Pedro por tê-lo assinado. No entanto, o autor ressalva que Portugal se encontrava de tal modo debilitado que “o facto de ter alcançado a sua independência resumia toda a glória a que, naquela altura, podia aspirar (...)” (Valladares, 2006, p. 268).

No entanto, o autor ressalva que, no geral, o governo do rei restaurador ficou marcado por ter sido prudente, com uma série de medidas acertadas na administração (Oliveira Marques, 1973, p. 446). Veríssimo Serrão (1983, p. 3), confirma este lado prudente de D. João IV e acrescenta que ele soube manifestar, ao longo de dezasseis anos, essa prudência, muitas vezes concretizada em firmeza, o que tornou o seu papel, à frente dos destinos de Portugal, notável. Diz, ainda, o autor que o monarca

soube estar à altura da confiança que nele depositaram os conjurados da confiança que nele depositaram os conjurados, identificando-se com os ideais da pátria, tornada senhora do seu destino (Veríssimo Serrão, 1983, p. 3).

Bourdon (1973, p. 87) afirma, simplesmente, que tanto do ponto de vista militar, como diplomático, a obra de D. João IV fora “capital”, apesar de “inacabada”, e que pode ser considerado

um dos soberanos mais importantes do seu tempo, não só porque lhe coube o mérito de restaurar a independência do seu reino, mas também porque era um príncipe cultivado, amigo das artes e da música (Bourdon, 1973, p. 89).

Com a morte de D. João IV, sobe ao trono Afonso VI²⁴. No entanto, o novo rei era menor e debilitado física e mentalmente, o que o incapacitava de governar. Ramos (2009, p. 327) diz que o jovem era hemiplégico e realça as dúvidas que a sua saúde física e mental suscitavam na altura. Bourdon (1973, p. 91) afirma mesmo que o monarca era “violento” e “depravado” e que dava, frequentemente, provas de um “desregramento precoce dos sentidos e do espírito”. Ribeiro (1934c, p. 101) salienta que o príncipe, quando contrariado, tinha acessos de fúria e que tentava bater nos que se lhe aproximavam, lançando, mesmo, mão a uma qualquer arma para os atingir. O autor acrescenta que “a esses acessos violentos, sucedia um estado de apatia, em que sofria sem reacção tudo o que se lhe pudesse fazer ou dizer.” (Ribeiro, 1934c, p. 101). Apesar de todos estes problemas, Ribeiro (1934c, pp. 101-102) afirma que D. Afonso era dono de uma memória prodigiosa, “mas [demonstrava] impossibilidade de fixar a atenção, ideação claudicante, debilidade de intelecto, que faziam do moço/rei uma eterna criança – e criança de pouco sizo” que, desde pequena, dera sérios trabalhos à mãe regente, ao

²⁴ A subida ao trono de D. Afonso VI deu-se, porque o filho primogénito do rei, D. Teodósio, morreu prematuramente, aos 19 anos, corria o ano de 1653.

aio e aos perceptores, “cujos esforços se inutilizavam contra a resistência duma índole rebelde.”. Além do mais, não havia sido preparado para ser rei, uma vez que o herdeiro deveria ser o seu irmão, D. Teodósio. Enquanto D. Afonso não atingiu a maioridade (na altura, catorze anos), D. Luísa de Gusmão, sua mãe, mulher “inteligente e dotada de forte personalidade” (Labourdette, 2003, p. 342), ficou como regente do reino²⁵. No entanto, mesmo depois de D. Afonso ter feito catorze anos, em 1657, a regência de D. Luísa foi-se mantendo, indefinidamente. Oliveira Marques (1973, p. 446) afirma que neste período compreendido entre 1656 e 1662 não ocorreram grandes mudanças comparativamente ao reinado de D. João IV. Veríssimo Serrão (1983, p. 8) afirma que, de uma forma geral, D. Luísa soube reger o país “com o maior tacto político, sabendo congraçar as duas facções palacianas que se tinham reunido em torno dos condes de Odemira e de Cantanhede.”. De facto, depois da morte de D. João IV e durante a regência de D. Luísa, a nobreza encontrava-se dividida em facções inimigas que, constantemente, se batiam entre si (Saraiva, 1983, p. 24).

Durante os anos de regência, Portugal enviou a princesa Catarina de Bragança para Inglaterra, em 1661, a fim de casar com Carlos II e assim criar uma união e conseguir alianças entre as duas nações (Oliveira Marques, 1973, p. 446). Conforme já foi referido, para que tal união se realizasse, foi preciso entregar Tânger e Bombaim, como dote, aos ingleses. Diz Veríssimo Serrão (1983, p. 9) que a coroa inglesa recebia, assim, “pontos fundamentais para alicerçar o seu império ultramarino”, mas a verdade é que, sem o apoio da Inglaterra, Portugal não teria sobrevivido à força das armas espanholas, nem a independência teria resistido à aliança franco-espanhola, decorrente da Guerra dos Trinta Anos (Veríssimo Serrão, 1983, pp. 9 e 10). Este casamento (e esta aliança) foi negociado numa altura em que a Guerra da Restauração entrara numa fase perigosa para Portugal – a Paz dos Pirenéus era celebrada entre as coroas de França e a dos Habsburgos de Madrid – e os espanhóis podiam agora dedicar-se de forma exclusiva à guerra com os portugueses. Daí que fosse importantíssimo conseguir fortes alianças (Costa, 2004, pp. 86-87). E, de facto, Valladares (2006, pp. 214 e 215) afirma que o casamento da princesa com o monarca inglês representou a mais séria ameaça para Madrid, desde o levantamento de 1640, uma vez que um membro dos Bragança

²⁵ D. João IV havia deixado a regência a D. Luísa por testamento (Ribeiro, 1934e, p. 72).

conseguia, pela primeira vez, entrar no círculo das famílias reais europeias, assegurando, desse modo, o respeito pela nova dinastia reinante em Portugal.

Foi também durante este período de regência que ocorreram a maior parte das batalhas com a Espanha, o que desagradava à maioria da população, que começava a questionar a governação de D. Luísa de Gusmão. Este descontentamento era também causado pelo facto de, neste período, Portugal ter tido de pagar o primeiro dote da infanta Catarina (referente ao casamento), o que obrigou a grandes sacrifícios (Saraiva, 1983, p. 29). O autor refere que D. Luísa viu-se até obrigada a vender algumas das suas joias pessoais, de forma a fazer face a esta despesa (Saraiva, 1983, p. 29). Além do mais, o ano fora de fome. Saraiva (1983, p. 29) menciona que foi este ambiente que tornou possível o êxito do golpe que se preparava.

Em jeito de resumo, Ribeiro (1934d, p. 77) descreve desta forma a regência de D. Luísa:

As circunstâncias em que a animosa princesa tomava conta do governo eram particularmente difíceis. Sobrava-lhe energia, mas, em sua volta, os políticos e os militares ambiciosos engendravam aquela rede de dificuldades que é peculiar a todas as regências pela menoridade do reinante: dissídios por questões de precedência, rebeldias por apetites insatisfeitos, orgulhos que podem finalmente extravasar, quando a morte gelou para sempre a mão que costumava firmar os decretos de cargos, as cartas impondo exílios e abrindo prisões.

Neste entretanto, D. Afonso VI começou a dar-se, nas palavras de Labourdette (2003, p. 343), com “um bando de rapazes do povo e de baixa extracção.”. Um desses rapazes, António Conti, um mercador ambulante italiano, adquiriu rapidamente uma influência preponderante “no espírito fraco e na falta de vontade do infeliz soberano que o chamou, como a qualquer fidalgo, para junto de si no palácio” (Labourdette, 2003, p. 343). Mas D. Luísa de Gusmão, ciente da perigosa conjuntura externa em que Portugal se encontrava, acabou por conseguir mandar prender Conti, em 1662, e, mais tarde, embarcá-lo para o Brasil (Labourdette, 2003, p. 343). O rei não reagiu bem a esta situação e caiu num estado de “abatimento completo” e só “a presença de espírito e a ambição” de um dos seus fidalgos de câmara, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor, o conseguiram animar e convencer a tomar as rédeas do governo

(Labourdette, 2003, p. 344). Desta situação de debilitação do rei, também se aproveitou um grupo de nobres que, em segredo, preparou o fim da regência de D. Luísa e o início do reinado efectivo de D. Afonso VI (Saraiva, 1983, p. 29). O autor refere que esta ainda procurou contrariar a situação, mas, como já foi dito, o descontentamento com a conjuntura que se vivia era acentuado e ela não teve outra hipótese senão entregar os destinos da nação ao filho (Saraiva, 1983, p. 29).

Assim, em 1662, um golpe de estado palaciano transferiu o poder para D. Afonso VI. Labourdette (2003, p. 342) relata que D. Afonso “soube tomar medidas que se impunham no plano militar, financeiro e institucional”, apoiando-se nos seus conselheiros e nas Cortes. Segundo Oliveira Marques (1973, p. 448), neste período, assistiu-se a uma série de vitórias para as armas portuguesas, graças a um renovado esforço militar, a uma melhor chefia e a um governo mais eficiente. Aos conselhos e tribunais criados por D. João IV foi imposto um governo de ministério, o conde de Castelo Melhor tornou-se primeiro-ministro²⁶, “com o título renascido de escrivão da pureza” (Oliveira Marques, 1973, p. 448), e D. António de Sousa de Macedo (que viria a redigir o *Mercúrio Português*) tomava conta da secretaria de estado. Conta Labourdette (2003, p. 344) que o conde de Castelo Melhor era quem, no fundo, governava, deixando que o rei se “entregasse aos seus excessos e loucuras”, completamente desinteressado dos assuntos políticos, que deixava ao cuidado do seu valido. Saraiva (1983, p. 30) corrobora, apelidando Castelo Melhor de “único árbitro da política portuguesa”, tal como Veríssimo Serrão (1983, p. 10) que o considerou o verdadeiro governante do país. Ribeiro (1934c, p. 106) elogia a governação do conde, considerando que os sete anos que durou o seu consulado foram felizes e que,

apesar das dissensões que dividiam a corte, a sua acção inteligente, enérgica e competente preparou o País para resistir com eficácia às invasões

²⁶ De acordo com as palavras de Ribeiro (1934d, p. 91), “Luís de Vasconcelos, de inteligência viva, visão rápida, energia serena, conhecimento dos homens, sabendo aproveitar-lhes as qualidades como os defeitos, era o homem que mais convinha ao momento e ao pobre monarca, débil e maleável como cera, e que, sem um mentor dessa ténpera resvalaria fatalmente na desgraça da deposição, como de facto resvalou, quando lhe faltou o amparo desse braço forte e dessa tão lúcida inteligência.”. O autor acrescenta que foi Castelo Melhor o “dirigente supremo da política” neste período e “quem orientou a guerra e organizou a vitória, começando por pôr em ordem as finanças públicas, pagando os soldos em dívida, dominando as intrigas dos generais, que não haviam cessado em vinte anos de guerra, exigindo disciplina, fazendo vibrar o patriotismo por hábeis jogos políticos.” (1934d, p. 91).

estrangeiras, e levou os exércitos portugueses, pela excelente orientação do governo central, às vitórias sucessivas de Elvas, Castelo Rodrigo e Montes-Claros.

Num escrito da época, atribuído a Alexandre da Paixão²⁷ dizia-se o seguinte sobre o conde:

de nenhuma consulta fazia caso, despachando tudo por cima, sendo ele o datário dos postos, comendas, ofícios e tenças, e sua vontade era toda a razão de dar e tirar despachos, que, como cega, ou do ódio ou do amor, nem via serviços nem incapacidades, regulando tudo pelo seu querer. (*Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, p. 23).

A fim de assegurar a sucessão ao trono e, ao mesmo tempo, neutralizar aqueles que queriam que se substituísse D. Afonso VI pelo irmão, D. Pedro, Castelo Melhor fez casar, em 1666, Afonso VI com uma princesa francesa, Maria Francisca de Nemours, mulher formosíssima, inteligente e ambiciosa e que desde que chegara dera indícios de estar disposta a tomar conhecimento dos negócios e a neles intervir (Ribeiro, 1934c, p. 108). Um ano depois, assinou-se um tratado de aliança com a França, de forma a obter aliados para o lado de Portugal. Valladares (2006, pp. 257 e 258) entende esta aproximação a França, por parte de Portugal, durante a governação de Castelo Melhor, e mesmo o casamento do rei, como uma “batalha pessoal” que o próprio travou e que pretendia “pôr fim à submissão de Portugal face às demais potências.”. O autor assegura que, desde o golpe de 1640,

a Restauração praticaria uma diplomacia sem rumo, submetida à superioridade dos seus vizinhos, os quais tiraram muito proveito dessa situação. Castelo Melhor pretendia acabar com isso e colocar Portugal numa posição mais forte – ou menos fraca –, a partir da qual tivesse condições para defender os seus interesses (Valladares, 2006, p. 257).

No entanto, os planos do conde não correram como ele desejava, uma vez que, por um lado, o rei se mostrou “incapaz de se comportar como marido, originando-se um *flirt* amoroso entre a nova rainha e o príncipe D. Pedro” (Oliveira Marques, 1973, p. 448). A crescente violência da guerra exigiu maiores sacrifícios, e fez também crescer o

²⁷ *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, vol. I (1662-1669). A autoria da obra não está, porém, confirmada.

descontentamento contra o valido real (Saraiva, 1983, p. 31). O autor continua, dizendo que

Todos compreendiam que o único suporte de Castelo Melhor era a vontade pueril do rei, e a ideia de que aquele rei não tinha condições para ocupar o trono fazia cada vez mais adeptos. Os descendentes agrupavam-se em volta do irmão do rei, infante D. Pedro, que depressa se tornou o chefe da oposição ao governo do conde (Saraiva, 1983, p. 31).

Esta oposição emergente manifestou-se numa confusão e oscilação das linhas fundamentais da política portuguesa. Assim, de um lado, estava D. Pedro e os nobres que como ele defendiam a paz com a Espanha, a demissão do valido do rei, o regresso à oligarquia dos tempos de D. João IV e o apoio da Inglaterra; do outro estava o conde de Castelo Melhor, que defendia a continuação da guerra, até que a Espanha reconhecesse a independência portuguesa, o absolutismo e o governo pessoal e a aproximação com a França para obter os meios militares necessários e indispensáveis para uma guerra ofensiva (Saraiva, 1983, p. 31).

Ramos (2009, p. 334) e Saraiva (1983, p. 32) referem que à oposição crescente ao valido se acrescentava a hostilidade da rainha para com este. Também se verificava uma certa animosidade da parte da soberana para com o secretário de Estado António de Sousa de Macedo. Esta situação contribuiu para que a luta entre as duas facções se intensificasse, estando a maior parte da nobreza do lado do infante D. Pedro (Saraiva, 1983, p. 32). Ribeiro (1934c, pp. 112 e 113) não hesita em afirmar que “os principais factores da sua desgraça política, mais do que os inimigos declarados – os generais e os cortesãos – foram a rainha e o infante” e como o valido via que o rei vacilava, decidiu afastar-se do governo e da corte, sendo que, a partir desta altura, o partido da Rainha e do infante passou a dominar.

No âmbito deste cenário, dá-se, em Setembro de 1667, um golpe de estado dirigido pelo infante D. Pedro, segundo Labourdette (2003, p. 347) apoiado por quase toda a totalidade do reino, que levou ao afastamento de Castelo Melhor²⁸ e dos seus

²⁸ Ramos (2009, p. 332) explica que os argumentos usados contra o conde de Castelo Melhor foram muito semelhantes aos invocados contra outros favoritos políticos ou primeiros-ministros no resto da Europa. Diz o autor que “Por um lado, considerava-se que usurpavam a função do rei (...). Por outro, acreditava-

partidários (como Sousa de Macedo) e ao aprisionamento do próprio rei. D. Afonso VI vai permanecer aprisionado, entre os Açores e o Paço de Sintra, até à sua morte, em 1683²⁹. D. Pedro assumiu o título de príncipe regente³⁰, “em virtude da incapacidade em governar” do seu irmão (Labourdette, 2003, p. 347), “restaurou os nobres como classe ao seu primitivo poder” (Oliveira Marques, 1973, p. 449) e casou com a cunhada, D. Maria Francisca, a 28 de Março de 1668, após se ter provado a impotência do seu irmão, o rei D. Afonso VI, e se ter dissolvido o casamento deste, apenas quatro dias antes. Depois da morte desta, volta a contrair matrimónio com D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo, em 1687. Afirmo Oliveira Marques (1973, p. 449) que se preenchem, assim, todas as condições para ser firmada a paz, que todos desejavam. O tratado foi assinado em 1668 e nele reconhecia-se a independência plena de Portugal, mantendo inalteráveis as suas fronteiras e possessões, à excepção de Ceuta que, como já foi referido, permaneceu em poder da Espanha. Saraiva (1983, p. 36) acrescenta que o tratado estipulava, também, que se devolvessem as conquistas e prisioneiros de Portugal, bem como se desistisse, mutuamente, de reparações.

Saraiva (1983, p. 36) diz que é comum designar-se a época de D. Pedro II como o início do absolutismo real no nosso país, pelo facto de as cortes terem reunido muito poucas vezes. No entanto, o autor defende que se ajusta mais “o conceito tradicionalmente enraizado em Portugal do que o da monarquia absoluta tal como a pensavam os políticos do século XVII.” (Saraiva, 1983, p. 36). Bourdon (1973, p. 92) a falar de um “reforçamento do poder monárquico”, neste período (1668-1706). Na política externa, Peres (1934b, p. 125) refere que D. Pedro II tentou manter uma certa

se que tendiam a estabelecer mecanismos de decisão e consulta sobre as principais matérias políticas que violavam a jurisdição e competências dos conselhos e tribunais. No caso de Castelo Melhor, houve ainda a suspeita de que acrescentara a sua Casa e as daqueles que lhe eram fiéis com mercês injustamente distribuídas.” (2009, p. 332).

²⁹ No decurso dos quinze anos que ainda viveu, o rei não passou de um pobre prisioneiro, pois receava-se que “dum entendimento secreto do sequestrado com os seus velhos servidores, resultasse alguma conspiração feliz ou quaisquer tumultos que perturbassem o sossego do reino.” (Ribeiro, 1934c, p. 117).

³⁰ Nas cortes de Janeiro de 1668, em que D. Pedro é aclamado príncipe regente, explica-se que a deposição de D. Afonso VI se funda nos seguintes factos: “a sua incapacidade governativa e impossibilidade de sucessão, os abusos do poder por ele ou em seu nome cometidos, e a dissipação dos bens e fazenda régia verificada durante o seu governo.” (Ribeiro, 1934c, p. 117). Nestas mesmas cortes, D. Pedro declarou que não pretendia usurpar a coroa do seu irmão, mas simplesmente salvar o reino dos perigos que esta corria e continuava a correr e trabalhar pelo bem público, contentando-se com o título de Príncipe Regente, que efectivamente usou até à morte de Afonso VI (Ribeiro, 1934c, p. 117).

neutralidade de Portugal em relação aos conflitos europeus da época, mas não conseguiu ou não quis evitar o envolvimento na guerra da sucessão de Espanha.

De forma global, Ramos (2009, p. 336) considera que o ciclo político iniciado com os episódios do afastamento de Castelo Melhor e da deposição de D. Afonso VI possui algumas características de conjunto que claramente o diferenciam das décadas anteriores. Diz o autor que:

Em primeiro lugar, abriu-se uma conjuntura de acalmia bélica, com o estabelecimento da paz definitiva com a Espanha (1668), que só viria a ser interrompida precisamente poucos anos antes da morte do infante e depois rei D. Pedro II (1703). (...) parece certo que durante a maior parte da regência (1668-1683) e reinado (1683-1703) se adoptou uma política de relativo distanciamento face aos conflitos continentais e de alguma oscilação nas aproximações em relação à França e à Inglaterra. (...) Em seguida, a disputa política e as facções de corte, embora sempre presentes, deixaram de se revestir da dimensão fortemente polarizada que assumiram na fase anterior. Decisiva foi a consolidação da dinastia, conseguida não apenas através da paz externa e do restabelecimento do domínio sobre as suas possessões coloniais, mas também por via das várias disposições que asseguraram a definição dos mecanismos de sucessão à coroa (Ramos, 2009, p. 336).

D. Pedro II garantiu, assim, uma certa estabilidade governativa, tanto a nível interno como externo, que nem as dificuldades financeiras conseguiram perturbar, e rodeou-se de homens que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para a prosperidade do país (Ramos, 2009, p. 337). O facto de ter tido uma larga descendência (principalmente do segundo casamento) ajudou a assegurar a necessária segurança que a Coroa e a casa de Bragança precisavam.

vi. A vida económica portuguesa no século XVII

Costa *et al.* (2011, p. 144) referem que “a inserção de Portugal na monarquia hispânica implicou a sua participação numa frente generalizada de choques militares, na Europa, África, Ásia e no Novo Mundo.” Depois de readquirida a autonomia, Portugal enfrentou despesas crescentes com a guerra e, para as suportar, teve de buscar receitas em bases alternativas de execução fiscal (Costa *et al.*, 2011, p. 145).

Assim, a nível económico, o século XVII foi fortemente marcado, pelo menos até à assinatura do tratado de paz com a Espanha, em 13 de Fevereiro de 1668, pela Guerra da Restauração. Afirma Castro (1983a, p. 195) que esta contenda influenciava a situação económica do país, situação que já se vinha a degradar, particularmente nos últimos quinze a vinte anos da união das duas cortes “como consequência directa do agravamento progressivo das actividades produtivas e comerciais do país, combinado com as exacções crescentes das autoridades centrais espanholas.”. O autor acrescenta que estas exacções foram um dos factores directos que mais contribuíram para a explosão de revoltas populares que levaram à Restauração da Independência (Castro, 1983a, p. 195). Costa *et al.* (2011, p. 154) referem que, entre 1643 e 1666, Portugal terá aumentado para o dobro as suas despesas com a guerra, bem como duplicado o número de soldados mobilizados. Os autores justificam este aumento com o recrudescer de violência que a contenda assumiu na sua fase final, que se espelha na necessidade de reforçar o recrutamento (Costa *et al.*, 2011, p. 144).

Para arrecadar recursos, procurou-se, por um lado, desvalorizar a moeda e, por outro, intensificar a carga tributária, “quer em impostos ordinários, quer em impostos extraordinários (...), bem como através de empréstimos internos” (Castro, 1983a, p. 196). Hespanha (1993b, p. 217) refere que a Guerra da Restauração foi mesmo a principal causa da criação de novos impostos.

Aquilo que, segundo Castro (1983a, p. 198), vai acontecer na economia portuguesa da segunda metade do século XVII, enquadrado neste contexto geral, é uma

persistência de sérias dificuldades de abastecimento em produtos alimentares de origem agrícola, sobretudo de cereais, e dentre eles o trigo, base da alimentação de massa, e pelo estrangulamento das indústrias, ao mesmo tempo que (...), sob o pano de fundo da contracção do Império Ultramarino, a sua estrutura sofre algumas modificações básicas; emerge a importância central da economia brasileira, assente na economia do pau-brasil, do açúcar e de um produto novo – o tabaco –, até que na viragem para o século XVIII é a grande corrida ao ouro e (com menos projecção económica) aos diamantes.

No entanto, sensivelmente a partir de meados deste século, a despeito destas dificuldades, Portugal conheceu também algum crescimento, nomeadamente com a expansão da importância do vinho do Porto que, conforme relata Castro (1983a, p. 198),

cedo ocupará o primeiro plano nas exportações portuguesas, ao lado dos vinhos comuns, do azeite, do sal, completados por outros produtos de alcance menor, como frutas, nomeadamente citrinos (laranjas, limões), frutos secos algarvios e amêndoa.

Serrão (1993a, p. 71) classifica a economia portuguesa de Seiscentos como uma economia “de base colonial, complementada pela actividade económica metropolitana”. Acrescenta o autor que este era um modelo deveras singular na Europa, uma vez que, para os outros países, mesmo para aqueles que já se dedicavam à exploração colonial, “esta constituía um recurso complementar e não o núcleo central das suas economias.” (Serrão, 1993a, p. 71). O autor diz ainda que, em meados do século XVII, a economia portuguesa atravessava, de facto, uma conjuntura difícil, em parte provocada pela Restauração e, numa outra parte, relacionada com a conjuntura económica internacional, que também atravessava uma fase crítica em alguns sectores, nomeadamente no ligado ao tráfico colonial, aquele de que Portugal estava mais dependente (Serrão, 1993a, p. 71). Em finais de Seiscentos, assiste-se a uma viragem na conjuntura, com a economia a sair do estado depressivo anterior, sendo vários os factores que contribuíram para tal (Serrão, 1993a, pp. 71 e 72).

Relativamente às actividades produtivas puramente nacionais, estas sofreram alguns revezes durante o século XVII. Conta Castro (1983a, p. 199) que a agricultura continuou a padecer de problemas estruturais que vinham de trás e que “se teriam agravado até durante a dominação castelhana.”. A agricultura portuguesa permaneceu, tecnicamente, mais atrasada, em confronto com a Europa mais evoluída. Por sua vez, Peres (1934c, p. 399) afirma que “a agricultura jazia num abatimento profundo desde o início do século XVII e não conheceu grandes mudanças com o avançar do século”. O autor identifica como principais problemas o abandono do cultivo por parte de muitos proprietários de terras e a carência de mão-de-obra com que lutavam aqueles que persistiam em fazê-las produzir e diz ainda que a existência de um longo período de lutas contribuiu para aumentar as dificuldades da solução destes problemas (Peres, 1934c, p. 399). No entanto, Serrão (1993a, pp. 74-77) informa que, de entre as actividades produtivas em destaque neste período, a agricultura era a que ocupava o primeiro lugar, nomeadamente o cultivo de cereais, da vinha e de oliveiras, levando o autor a afirmar que “os cereais, a vinha e a oliveira eram os elementos dominantes da

paisagem rural cultivada”. Em menor escala, também se viam árvores de fruto, tipicamente mediterrânicas (figueiras, amendoeiras, alfarrobeiras), pomares de maçãs e de pêras, e de caroço e de espinho; e depois havia as hortas, que também ocupavam espaço agrícola e eram importantes, porque satisfaziam as assistências alimentares quotidianas (Serrão, 1993a, p. 77). No que diz respeito ao cultivo de cereais, aqueles que dominavam a superfície cultivada eram o trigo (cultivado essencialmente no Ribatejo, Estremadura e Alentejo), o centeio (com maior destaque no interior do país – Trás-os-Montes e zonas montanhosas do centro, até à cordilheira central – e Algarve) e o milho maís (no noroeste do país) (Serrão, 1993a, p. 74). Ao chegar ao final do século, a agricultura começou a contornar os problemas de que padecia e a dar mostras de um maior dinamismo e vitalidade, devido, principalmente, à introdução e difusão de novas culturas (por exemplo, o tabaco), à expansão da área cultivada e à alteração dos equilíbrios culturais tradicionais (Serrão, 1993a, p. 77). Aumentaram as vinhas e a produção de milho maís; cresceram as plantações de oliveiras, a fruticultura, as hortas, as culturas de suporte industrial (amoreiras, linho) e a pecuária. No entanto, deu-se, também, uma regressão na cerealicultura (Serrão, 1993a, p. 82).

Já Azevedo (1933, p. 311) acrescenta que a pesca, que fora durante muitos anos uma indústria florescente em Portugal, “encontrava-se, como as demais, em decadência.”. Costa *et al.* (2011, p. 191) falam num aumento das importações de pescado, nomeadamente a partir de finais dos anos oitenta de Seiscentos.

No plano industrial, e depois de uma dedicação quase exclusiva às actividades relacionadas com a guerra, que eram apoiadas pelo Estado, nomeadamente a mineração do estanho e as ferrarias (Peres, 1934c, p. 397), Serrão (1993a, p. 89) afirma que foi no último quartel do século XVII, nomeadamente a partir de 1675, que se verificou “um primeiro impulso industrializado”. Castro (1983a, p. 201) refere que, além das indústrias de transformação de produtos vegetais, como o linho, observava-se que “neste sector a insuficiência se manifestava no fabrico de lonas para as velas e de cordame a partir do cânhamo”, sendo necessário recorrer a importações, nomeadamente da Holanda, “num ramo tão importante para a construção naval.”.

Uma outra indústria que, ao longo do século XVII, se manteve atrasada e insuficiente para acorrer ao consumo interno foi a do papel. Já a indústria das porcelanas, incluindo os famosos e característicos azulejos portugueses, conheceu algum desenvolvimento nesta época (Castro, 1983a, pp. 201 e 202).

No entanto, o panorama da indústria portuguesa, na segunda metade do século XVII, era, no geral, “desolador” (Castro, 1983a, p. 202). Por exemplo, no ramo industrial mais importante de então, a têxtil de lanifícios, a dependência de exportações era completa. Mesmo assim, Costa *et al.* (2011, p. 184) mencionam que os têxteis eram uma indústria fortemente disseminada e com uma forte inserção nos meios rurais. Como conta Castro (1983a, p. 203), alguns governantes da altura tentaram inverter esta situação, com a publicação de legislação repressiva contra consumos externos ou com a difusão de algumas medidas mercantilistas³¹, tendo em vista o equilíbrio da balança comercial portuguesa, “substituindo a importação de produtos industriais do estrangeiro por artigos de fabricação nacional” (Castro, 1983a, p. 203). Esta medida incidiu, não só, mas sobretudo sobre a indústria têxtil e “dirigiu-se no sentido de criar unidades industriais de tipo manufactureiro para substituir as importações ou até para exportar (...).” (Castro, 1983a, p. 203).

Apesar dos esforços despendidos, Castro (1983a, p. 204) indica que estas políticas não viriam a produzir grandes alterações na estrutura da economia portuguesa, uma vez que “não ultrapassavam um conjunto de providências circunstanciais, sem tocar nas bases do sistema português” e também “porque novos aspectos da realidade iriam travar as preocupações com o equilíbrio da balança comercial através da produção interna de artigos industriais”: o ouro descoberto no Brasil e a expansão do vinho do Porto, ambos com destaque a partir dos inícios do século XVIII. No entanto, Costa *et al.* (2011, p. 180) revelam que, a partir de 1670 se registou, por parte do governo, um incentivo para que se aumentasse o produto das indústrias e realçam que esta acção governativa coincidiu com o período em que se assinalaram “indicadores positivos na evolução do produto agrícola e das rendas reais, bem como uma fase de recomposição demográfica, apesar das balanças comerciais negativas.” (Costa *et al.*, 2011, p. 180). Ao

³¹ As chamadas “pragmáticas”, no fundo leis de protecção à indústria nacional (Peres, 1934, p. 401).

mesmo tempo, associam-se estes aspectos com as manipulações monetárias e suas implicações nos preços que “afectaram a distribuição social do rendimento pelos diferentes estratos sociais, favorecendo os detentores de direitos sobre a terra e penalizando a população dependente de um salário.” (Costa *et al.*, 2011, p. 180).

Outras actividades produtivas portuguesas que tiveram destaque no século XVII, quer pela sua importância interna, quer pelo seu lugar nas exportações, foram a pecuária e a salicultura. Em relação à salicultura, Costa *et al.* (2011, p. 193) referem que os valores da exportação de sal, no século XVII, eram bastante relevantes. O gado era, por exemplo, objecto de importantes feiras periódicas (Castro, 1983a, p. 208). Em menor escala, o autor refere outras actividades industriais que se destacaram, tais como a produção de couros, a produção e exportação de cortiça em bruto, a indústria do sabão, a existência de alguns artesãos especializados no fabrico e reparação de relógios e de outros aparelhos de precisão, a metalúrgica do ferro, etc. (Castro, 1983a, pp. 209 e 210).

O sistema das relações económicas entre Portugal, as nações ultramarinas e a Europa, durante o século XVII, também apresenta algumas particularidades. Peres (1934c, pp. 391-392) menciona que, em matéria de actividade comercial, “o nosso País, porque precisava instantaneamente de alcançar a neutralidade ou, se possível fosse, o apoio das principais nações europeias, não podia pensar em hostilizar ou limitar a acção dos mercadores dessas nações”; se o fizesse, transformaria em seus inimigos os possíveis aliados de que tanto necessitava. Precisamente por isto mesmo, entre 1641 e 1642, Portugal celebrou tratados com as principais potências europeias, tendo em particular atenção o interesse dos seus mercadores. Serrão (1993a, p. 97) refere que o comércio externo foi mesmo “o sector mais dinâmico da economia e o principal responsável pela criação de riqueza, pública ou privada, apropriada internamente ou transferida para o estrangeiro” e que este comércio externo era constituído, essencialmente, pelos tráficos ultramarinos.

Apesar de menos intenso, o comércio com o Oriente continuava a fazer-se. Depois de chegadas a Lisboa, e, de acordo com Serrão (1993a, p. 98), “Lisboa era indiscutivelmente a cidade portuguesa que absorvia e centralizava o comércio oriental”,

as mercadorias asiáticas eram, ma sua maior parte, redistribuídas na Europa, cuja procura sempre fora, segundo o mesmo autor, a principal razão de ser do comércio da Rota do Cabo (Serrão, 1993a, p. 98).

Porém, se no século XVII, estes tráficos ainda eram rendosos, a sua decadência já se tornava por demais evidente e, face a esta decadência, começa, então, a assistir-se, ainda no decurso do século de Seiscentos, “a um fenómeno de *atlântização* da economia ultramarina portuguesa. O Brasil ascende então ao primeiro plano dos interesses portugueses (...)” (Serrão, 1993a, p. 98). Os principais produtos que vinham do Brasil eram o açúcar, o pau-brasil e o tabaco. O tabaco foi a grande novidade do século XVII. Servia de pagamento para comprar escravos em África e para trocas no Oriente. Para as possessões no Atlântico, também seguiam muitos produtos: vinho e azeite do reino; cereais, bacalhau, têxteis e produtos manufacturados da Europa.

Costa *et al.* (2011, p. 190) também falam deste último quartel do século XVII português, no que ao comércio ultramarino diz respeito. Os autores assinalam que, no último quartel do século XVII, um novo contexto internacional desafiava a função de Portugal “como entreposto europeu de produtos coloniais americanos.”. Dizem ainda, em jeito de resumo, que

O último quartel do século XVII emerge, portanto, como uma conjuntura especial, na qual os actores e decisores políticos visionaram a vulnerabilidade de Portugal no sistema internacional, quando entraram em cena outras potências europeias a disputar a sua função de entreposto (Costa *et al.*, 2011, pp. 195 e 196).

Ainda numa perspectiva económica, há a referir que, durante o século XVII, a moeda portuguesa conheceu alguns aspectos particulares. Após se ter restaurado a independência, D. João IV tratou de mandar cunhar moedas em seu nome, uma vez que, a grande maioria das que circulavam ostentavam os nomes dos soberanos espanhóis. Entretanto, esta foi sofrendo algumas desvalorizações (Barata, 1983, p. 305). Data deste século, a abertura de muitas casas de cunho, que Magro (1983, p. 274) justifica pela necessidade de carimbar o maior número possível de moedas. A cunhagem de novas moedas foi acontecendo frequentemente, ao longo de todo o século XVII.

vii. Vida social no século XVII português

A acompanhar esta evolução da economia portuguesa do século XVII, que Castro (1983a, p. 198) apelida de “complexa em ziguezague”, Portugal conheceu, na época, uma importante expansão demográfica, sendo que a população portuguesa crescera, atingindo a casa dos dois milhões, na viragem para o século XVIII. No entanto, durante o século XVII, os saldos populacionais eram negativos. Conta Vicente (1933, p. 51) que por volta de 1620, ter-se-á atingido um valor de 475 mil fogos; no entanto, ao chegar a 1640, esse valor descera para os 466 mil. Peres (1934c, p. 363) informa que, no momento em que Portugal recobrou a independência a sua população seria de 1.300.000 a 1.500.000 habitantes e que, desde então até os princípios do século XIX, a população portuguesa duplicou, atingindo cerca de três milhões de indivíduos. O autor explica estes números da seguinte forma:

Durante a Guerra da Restauração a população de Portugal decerto não aumentou sensivelmente. A perda de muitas vidas em pleno vigor, resultado da luta, e a depressão económica do País contribuíram para impedir o crescimento da população. A esses males veio ainda somar-se uma epidemia de peste que assolou o Algarve de 1646 a 1650. Feita porém a paz e reanimada a economia nacional, o progresso do País acentuou-se (Peres, 1934c, p. 363).

Por sua vez, Costa *et al.* (2011, p. 167) dão conta que, a época da aclamação se inseriu num período de estagnação demográfica, comum a outras regiões da bacia mediterrânica, sendo que, globalmente, entre 1600 e 1650, “a população europeia perdeu cerca de 9% dos seus efectivos, perda só compensada na segunda metade do mesmo século.”. Portugal não ficou indiferente a esta situação e também registou uma interrupção do crescimento até à fase final da guerra. Assim, pode resumir-se o comportamento demográfico português seiscentista da seguinte forma: abrandamento até 1620, estagnação de 1620 a 1660 e, entre 1660 e o fim do século, um ligeiro crescimento (Serrão, 1993b, p. 50 e 51). Costa *et al.* (2011, p. 168) relatam que, neste último período (1660-1700) “a população portuguesa teve um crescimento só comparável com o da Alemanha, região europeia que nesta segunda metade do século XVII recuperava igualmente de um conflito.”. Os autores, ao avaliar as tendências demográficas registadas na época de Seiscentos, encontram causalidades múltiplas que as explicam: para a estagnação e recessão, os factores são os já referidos, efeitos da

guerra e as crises agrárias, mas também as condições climáticas adversas que se registaram e surtos epidémicos que ocorreram nesta altura; para o crescimento, contribuiu, principalmente, o fim da guerra (Costa, *et al.*, 2011, pp. 169 e 170).

Peres (1934c, pp. 370-373) faz também referência à existência de bastantes estrangeiros em Portugal, no século XVII, nomeadamente ingleses e franceses, que se dedicavam, na sua maioria, ao comércio ou, mais tarde, à indústria. Fala também da existência de muitos ciganos, que os governantes foram sempre tentando expulsar. No entanto, em 1689, já eram tantos os que haviam nascido em Portugal que se optou por nacionalizá-los. O autor fala ainda da existência de muitos escravos, vindos das colónias, que por terem atingido um número tão numeroso já se tornavam um “grave elemento de perturbação” (Peres, 1934c, p. 373).

Num outro prisma da vida social seiscentista e no que à assistência aos mais necessitados diz respeito, no início do século XVII, fundaram-se vários recolhimentos para órfão e viúvas e difundiram-se as Misericórdias, que passaram a administrar os hospitais (Ribeiro, 1934a, p. 625). Surgem, assim, em 1651, o Colégio dos Órfãos, no Porto e, em 1674, o Colégio dos Órfãos, em Coimbra (Ribeiro, 1933, pp. 465 e 466).

viii. As artes e a cultura em Portugal, no século XVII

Macedo (1934, pp. 421-422) afirma o seguinte, em relação à cultura portuguesa do século XVII:

Se no domínio político o que importara fora cerrar as fronteiras às ambições dum vizinho incómodo, no domínio espiritual, o que urgia era abrir essas fronteiras aos novos ideais da cultura europeia, arejar a consciência nacional, despertar nela o gosto pelas novas formas de saber numa palavra, integrá-la na corrente europeia de conhecimentos e de ideias.

De facto, o país precisava de abrir portas às novas ideias e aos novos ideais que circulavam pela Europa, mas, na realidade, as novidades demoraram a chegar e a enraizar-se. Em Portugal, as poucas achegas à ciência conhecidas devem-se sobretudo aos padres da Companhia de Jesus (Pina, 1934, p. 512). Pina (1934, p. 512) declara que

neste século XVII a decadência do espírito científico é mesmo notória e justifica tal declínio da seguinte forma:

Não lhe foram alheios o domínio espanhol, certa intolerância religiosa, o cansaço posterior às grandes empresas históricas, como foram as do século XV e XVI, etc.; mas acima de tudo isso, entendemos serem graves causas a própria falta de espíritos como os que brilharam no século anterior e a decadente intelectualidade universitária.

Em relação às artes portuguesas do século XVII, há primeiramente que referir que a actividade arquitectónica nesta época foi um tanto ou quanto reduzida e, na primeira metade do século, fora, até, marcada por um período de estagnação, fruto da forte depressão económica que atravessou quase todo o século. Barata (1983, p. 305) enumera as razões para esta situação: até 1640, essas razões foram a Guerra da Restauração, a concorrência nos mares dos países do norte da Europa, a falta de estruturas a que o afluxo de riquezas do período anterior não dera origem e a própria situação interna da Espanha, à qual Portugal se achava ligado; a partir da Restauração da independência, as razões para a estagnação registada prenderam-se com as lutas pela manutenção da independência, com as dificuldades diplomáticas com a Holanda, a Suécia ou a França e com a contínua desvalorização da moeda.

Saraiva (1983, p. 20), por seu lado, afirma que, dentro da modéstia do património monumental português, assume particular importância a construção seiscentista. Grande parte dos grandes edifícios anteriores ao terramoto de 1755 foram construídos no século XVII. Saraiva (1983, p. 20) adianta que esta época ficou marcada por um estilo muito próprio, quer na arquitectura, quer no mobiliário, sendo deste tempo muitos dos solares nobres que ainda hoje existem. Ramos (2009, p. 343) acrescenta que foi apenas após o fim da Guerra da Restauração que se deu, em Portugal, a explosão do barroco arquitectónico e artístico, um pouco mais tarde que na maioria dos outros países europeus. Diz o autor que o primeiro, “porventura mais relevante do que o segundo”, ficará associado, “para além das infindáveis expressões ditadas pelas encomendas régias e eclesiásticas, (...)” às casas nobres (despojadas já de qualquer função militar), tanto na capital como nas províncias, sendo que esta profusão de casas fidalgas barrocas nas províncias do reino constitui o reflexo simultâneo da “vitalidade económica dos seus detentores e da impossibilidade de alcançarem os espaços sociais quase inacessíveis da

corte régia.” (Ramos, 2009, p. 343). No entanto, apesar de chegar com algum atraso, vai impor-se, a partir de meados do século XVII, na arquitectura dos templos e dos solares (Rodrigues, 1996, p. 341). Lacerda (1934a, p. 562) acrescenta em relação à arquitectura seiscentista, que esta, na sua vertente civil, fixou, durante o século XVII, as disposições básicas da casa portuguesa, nos tempos modernos, atingindo uma das suas mais características fases e tendo-se generalizado por todo o país.

No campo da escultura, o século XVII deu a conhecer um escultor portuense, Manuel Pereira. Foi autor das imagens de S. Bruno, Cristo, S. Plácido, S. Bernardo, S. Pedro e S. Paulo, S. Inácio de Loyola. Manuel Delgado foi seu discípulo e seu seguidor. Deste século ficaram também algumas obras assinadas pelos barristas do mosteiro de Alcobaça (Lacerda, 1934b, pp. 601-607).

No que à pintura diz respeito, há a destacar a segunda metade do século XVII, que, no seu conjunto, se apresentou marcada pelos mesmos problemas e condicionalismos já referidos para a arquitectura do período que se seguiu à Restauração. Barata (1983, p. 318) menciona que o contacto com os maiores nomes da pintura europeia do tempo e com as grandes correntes a que pertenciam era “escasso ou quase nulo, o que não deixa de se reflectir, naturalmente, tanto no volume como na qualidade das obras produzidas.”. O autor afirma, também, que mesmo o número de artistas foi reduzido, destacando, apenas, o nome de José Avelar Rebelo, pintor que exerceu ainda no tempo de D. João IV, de Domingos Vieira Serrão, da mesma altura, e de Josefa de Óbidos (1630-1684) e Bento Coelho da Silveira (1630-1708), os nomes mais representativos da pintura portuguesa da segunda metade do século XVII (Barata, 1983, p. 318). Lacerda (1934b, p. 615) acrescenta os de Domingos da Cunha, Marcos da Cruz, Luís Álvaro, Diogo Pereira, Simão Rodrigues e Domingos Barbosa.

Numa outra extensão das artes, a iluminura e as artes decorativas (olaria e cerâmicas), Lacerda (1934b, pp. 619-621) destaca os nomes de Estêvão Gonçalves Neto (iluminura) e o de António de Oliveira Bernardes e seu filho Policarpo (cerâmicas).

Em relação à cultura na época de Seiscentos, nomeadamente após a Restauração da Independência, Pereira (1983, p. 324) alerta que para se elaborar uma “história da cultura” deste período, é necessário ter em conta a situação do país que, na altura, se preocupava, principalmente, em garantir a manutenção da independência, sendo que, por tal razão, todos os recursos eram drenados “no sentido de opor tenaz resistência ao regresso ao *status quo* filipino.”. O autor acrescenta que

É a actividade bélica e a sua congénere diplomática que podem conservar o trono nas mãos dum príncipe português e é essa preocupação que é manifestamente visível na profusão da literatura jurídica da época, tentando justificar o golpe do 1.º de Dezembro como a recuperação de algo ilegalmente usurpado, chegando ao ponto de fabricar os documentos que deveriam servir de base às teses que se pretendia fundamentar (...) (Pereira, 1983, p. 324).

Uma das obras que viria a ser publicada nesta altura foi o *Quinto Império*, do padre António Vieira. Nela, o padre jesuíta transforma as profecias do Bandarra³² numa crença messiânica na ressuscitação de D. João IV. Através de um exercício silogístico, o padre vaticina que Portugal seria “a nação propulsionadora dum quinto império, que espalharia uma nova ordem no mundo, sob o comando do falecido monarca D. João IV” (Pereira, 1983, p. 324). Na obra *História do Futuro*, Vieira foi transpondo as suas previsões messiânicas para D. Afonso VI e D. Pedro II. Pereira (1983, p. 326) justifica o envolvimento de um espírito tão esclarecido como o do padre António Vieira nas “teias pouco sólidas dos sinais pronunciadores e das profecias ambíguas dos prodígios futuros” pela “necessidade que os homens da época sentiam de ultrapassar a crise, nem que fosse através do recurso a quiméricas antevisões do devir.”. Uma outra figura da cultura da época foi Manuel Severim de Faria. Em 1655, dissertou sobre os problemas populacionais, na obra *Remédios para a Falta de Gente*.

Pereira (1983, p. 328) menciona que o facto de não existir, na época, “uma burguesia nacional suficientemente coesa para implantar e impor um projecto próprio ao todo da população” leva a que se acople ao século XVII uma “sensação de vazio”, pois as classes possidentes (clero e nobreza) apresentavam-se com um projecto ideológico “anacrónico, conservador e situacionista”, refugiado na “escolástica regressiva e

³² As profecias de Bandarra são um conjunto de trovas compostas por um sapateiro de Trancoso (1500?-1556) – também trovador –, onde este vaticina sobre Portugal e os portugueses (Pereira, 1983, p. 324).

estiolante e no barroco formalista e oco” e a classe popular, “mais crente que opinante”, havia sido afastada dos mecanismos do poder, após intervenção activa, mas episódica, no caso da deposição de D. Afonso VI.”. Pereira (1983, p. 329) fala também do papel do Santo Ofício neste vazio intelectual, cultural e científico. O autor afirma que a actuação inibidora da instituição incidiu essencialmente na criação de um ambiente hostil a qualquer inovação e no índice dos livros proibidos, “que colocava uma intransponibilidade de contacto entre os Portugueses e aquilo que de moderno se produzia para lá das nossas fronteiras”. E desenvolve:

Desta forma, o racionalismo, o cartesianismo e o empirismo só clandestinamente poderiam procurar prosélitos entre nós. Locke, Descartes, Newton, Gassendi, eram nomes banidos da familiaridade dos nacionais, cujas *élites* espirituais se conformavam com a filosofia peripatética e a física aristotélica (Pereira, 1983, p. 329).

Às escolas da altura, todas elas sob a responsabilidade da Companhia de Jesus, estes nomes e outros de igual valor, responsáveis pelos processos de transformação que a Europa evoluída vinha a sofrer, estavam expressamente interditos (Pereira, 1983, p. 329). Macedo (1934, p. 422) afirma que o reinado de D. João IV, bem como o dos seus dois sucessores, D. Afonso VI e D. Pedro II, foi escasso em providências governativas sobre assuntos da instrução pública. Gouveia (1993, p. 438) refere que foram os Estatutos de 1653 que regulamentaram o ensino, durante grande parte do século. Estes procuravam compartimentar os saberes, os professores e os alunos, por forma a manter as hierarquias e as opiniões distintas entre si e sem confusões.

Em relação à literatura de Seiscentos³³, Cidade (1934, pp.450-452) conta que esta,

³³ Cidade (1934, pp. 451-463) dá alguns exemplos de obras publicadas no século XVII, por entre poesias, romances, élogos, obras de historiografia, obras religiosas, literatura de viagens, epistolografia, etc., e dos seus respectivos autores: *Apólogos Dialogaes – Hospital das Lettras, Epanaphoras, Carta de Guia de Casados e Auto do Fidalgo Aprendiz*, de D. Francisco Manuel de Melo; *Élogos variadas*, de Francisco Rodrigues Lobo; *A España Libertada*, de Bernarda Ferreira de Lacerda; *Condestabre*, de Rodrigues Lobo; *Destruição de Espanha*, de André da Silva Mascarenhas; *Laura de Anfriso*, de Manuel da Veiga Tagarro; poema *Malaca Conquistada*, de Francisco de Sá de Meneses; *Viriato Trágico*, de Braz Garcia de Mascarenhas; *Affonso Africano*, de Vasco Mousinho de Quevedo; *Corte na Aldeia, Primavera, Pastor Peregrino, Desenganado*, de Francisco Rodrigues Lobo; *Clarisol da Bretanha*, de Baltazar Gonçalves Lobato; *Ribeiras do Mondego*, de Eloi de Sá Souto Maior; *Campos Elysios*, de Padre João Nunes Freire;

além de aristocrática, como por toda a Europa culta, há-de ser, como a filosofia e a ciência, absolutamente “conformista”, a própria sátira flagelando sobretudo os desvios do ideal comum. Há-de ser embevecidamente “narcisista”, igualmente tomada do receio de que, dos países que nos consideram os “cafres da Europa” venham inovações perturbadoras da ordem espiritual. E nem será preciso dizer que há-de ser, finalmente, “formalista”, pois, assim como na esfera do pensamento, as balizas que lhe são postas apenas lhe permitirão uma actividade de comentário ao texto aristotélico, assim, nos domínios da imaginação e da sensibilidade estéticas, o artifício verbal é a natural compensação à superficialidade e monotonia da matéria.

Cidade (1934, pp. 455-456) informa também que, a novelística em voga no século deriva toda da que fazia as delícias da época anterior, entre nós representada por algumas das obras de maior celebridade da Península, como o *Palmeirim de Inglaterra*, de Francisco de Moraes, e, sobretudo, *Diana*, de Jorge de Montemor mas que, durante esta época e ainda por muito tempo depois dela, o romance será preferido, não porque *pinta* mas porque *idealiza* a realidade. Também a oratória, literatura mística e a literatura de crítica de costumes foram géneros muito em voga no século XVII (Cidade, 1934, p. 461).

Pereira (1983, p. 330) resume a literatura seiscentista como um misto de sabedoria religiosa ortodoxa e literatura formalista que se deleitava em jogos de palavras e rimas pueris e inócuas. O autor refere que a preocupação didáctica do livro religioso era dar exemplos morais e em nome desse objectivo construía-se toda a estrutura narrativa das obras (Pereira, 1983, p. 330). Mas havia também obras elaboradas à “imagem exuberante dos complicados artifícios e elucubrações dos poetas

Desmaios de Maio em Sombras do Mondego, de Diogo Ferreira Figueiroa; *Elogios dos Reis de Portugal*, de Bernardo de Brito; *Europa Portuguesa, África Portuguesa e Ásia Portuguesa*, de Manuel Severim de Faria; *Chronica das Companhias de Jesus na Província de Portugal, História Geral da Etiópia o Alta ou Preste João*, de Padre Baltazar Teles; Vários Discursos Políticos e Biografias de Camões, Barros e Couto, de Manuel Severim de Faria; *A Jornada de África*, de Jerónimo de Mendonça; *A Nova Lusitania, História da Guerra Brasílica*, de Francisco de Brito Freire; *Vida e Acções del rei D. João I e História de Tanger*, de 2º conde de Ericeira, D. Fernando de Menezes; *História de S. Domingos e A vida de Frei Bartolomeu dos Mártires*, de Fr. Luís de Sousa; *Catálogo dos Bispos do Porto, História Eclesiástica de Lisboa, História Eclesiástica do arcebispado de Braga*, de D. Rodrigo da Cunha; *Agiologia Lusitano*, de Jorge Cardoso; *História Seraphica da Ordem do Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, de Fr. Manuel da Esperança; *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto (composta no século XVI mas publicado no XVII, em 1614); *Cartas, Sermão da Sexgêssima e Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, do Padre António Vieira; *Relação*, do Padre Manuel Godinho; *Itinerário*, de Fr. Gaspar de S. Benardino; *Casamento Perfeito*, de Diogo de Paiva de Andrade; *O Tempo de Agora*, de Martim Afonso de Miranda; *Arte de Furtar* (autor desconhecido); *Luz e Calor e Nova Floresta*, do Padre Manuel Bernardes; *Obras Espirituais*, de Frei António das Chagas ou capitão António da Fonseca Soares; *Miscelanea*, de Leitão de Andrada; *Judeu*, de António José da Silva e Manuel de Figueiredo.

barrocos”, onde se nota “uma evidente preocupação de engenhosidade estilística em detrimento da substancialidade do conteúdo.” (Pereira, 1983, p. 330).

A vida social seiscentista era frequentemente descrita nas obras desta época. Pereira (1983, p. 332) conta que, por exemplo, em *Arte de Furtar*, do padre Manuel da Costa, se refere que a sociedade assistia a uma dissolução dos costumes, a uma brutalidade dos comportamentos, a uma corrupção generalizada e a constantes intrigas palacianas, que ocasionavam uma vida profana insensível e impenetrável ao talento oratório do sermão de qualquer pregador (Pereira, 1983, p. 333). Em *O Matrimónio Perfeito*, de Diogo Paiva de Andrade Sobrinho, e *Carta de Guia de Casados*, de D. Francisco Manuel de Melo, a forma como os portugueses viviam, os seus hábitos e costumes, as vivências familiares, etc., também surgem descritos. Gouveia (1993, p. 430) enumera, ainda, algumas obras de carácter pedagógico, catequético ou de exercícios espirituais que surgiram na época, tais como: *Tratado de Boa Criação e Polícia Cristã em que os Pais Devem Criar os seus Filhos*, 1633, do Frei Pedro de Santa Maria; *Avisos Para o Paço*, 1659, de Luís de Abreu e Melo; e *Arte de Criar Bem os Filhos na Idade de Puerícia*, 1685, de Alexandre de Gusmão.

O mecenato veio a ter muita importância para a divulgação de ideias. E tendo em conta a situação económica do país, o rei parecia ser um excelente pólo de atracção para aqueles seus súbditos que se acolhiam à sua protecção no intuito de levar a pessoa real a financiar as suas iniciativas (Pereira, 1983, p. 340). A família dos Bragança, quando ainda era apenas uma casa ducal, tinha fama de dispensar às artes e às letras o seu auxílio e, por vezes, representava a única alternativa possível a uma ida para Madrid, uma vez que Lisboa se encontrava desprovida da presença de um soberano. Após ser aclamado rei, D. João IV, com assuntos mais importantes e urgentes para tratar, relegou a cultura para o segundo plano. Pereira (1983, p. 340) comenta esta situação, dizendo que “a causa bélica e o seu sustentáculo económico [sobrelevaram] as preocupações de índole diversa.” Não obstante, o monarca concedeu o seu apoio a diversas iniciativas

culturais, nomeadamente a publicação de tratados jurídicos, sendo que a produção literária surge aqui, portanto, em apoio às necessidades políticas do trono,³⁴

que ensaiavam explicações doutrinárias para a destronização da dinastia espanhola, na procura de convencer a opinião internacional que não estava perante um vassalo rebelde que ilegitimamente punha em causa os direitos inalienáveis do monarca castelhano, mas sim a justíssima recuperação duma independência e dum ceptro que estavam indevidamente usurpados (Pereira, 1983, p. 340).

Durante a regência de D. Luísa e no reinado de D. Afonso VI, foram poucos os exemplos de manifestações artísticas. *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, *Anticatástrofe* e *Catástrofe* foram alguns dos testemunhos escritos que desabrocharam neste tempo, representando um óptimo manancial de informações históricas. D. Pedro II, sucessor de D. Afonso VI, também não constitui o melhor exemplo de soberano dedicado às artes e à protecção das letras. Pereira (1983, p. 341) explica esta situação, bem como a de D. Afonso VI, com o facto de ambos os infantes não terem recebido a menor preparação para a execução da sua tarefa, pois fora o príncipe herdeiro, D. Teodósio, que recebera educação para tal.

No que à música diz respeito, é conhecido o carinho que a casa ducal de Bragança lhe dispensava, ao ponto de ter criado em Vila Viçosa uma escola destinada ao seu ensino: o Colégio dos Reis. Deste saíram numerosos músicos com valor que tornaram o reinado de D. João IV “um dos mais profícuos no campo da composição e interpretação de trechos musicais, sobretudo de cariz religioso”, sendo que o próprio monarca dedicava duas horas diárias à música (Pereira, 1983, p. 323).³⁵

³⁴ Ramos (2009, p. 342), na sua obra *História de Portugal*, discorre acerca do nascimento da imprensa periódica em Portugal, no século XVII, relacionando este acontecimento com a Restauração. O autor argumenta que é corrente esta associação, uma vez que todo este período (Restauração da Independência; Guerra da Restauração) foi acompanhado pela publicação de impressos, primeiro a *Gazeta* “da Restauração” e depois o *Mercúrio Português* (2009, p. 342). No entanto, Cruz (1983, p. 181) chama a atenção para outras publicações, de cariz não periódico, que também circularam nesta altura e que também dedicavam as suas temáticas à política portuguesa e às suas extensões. Ramos (2009, p. 342) também fala também de obras “de cariz político mais ou menos doutrinário”, algumas delas atribuídas ao secretário de Estado de D. Afonso VI, António de Sousa de Macedo.

³⁵ A música religiosa dominou o reinado de D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II. Executores como José Lourenço Rebelo, os organistas Manuel Rodrigues Coelho e Francisco Correia de Araújo,

CAPÍTULO II – Fenómenos pré-jornalísticos e a génese e a evolução do jornalismo na Europa

2.1. O ambiente seiscentista

Para se perceber de forma mais clara como foi, porque foi, quando foi e como aconteceu a génese do jornalismo e como foram os primeiros jornais periódicos que apareceram na Europa é importante explicar o contexto em que este ocorreu e em que estes surgiram. Este contexto foi o do cruzamento entre o Renascimento e a Idade Moderna (Espejo, 2012, p. 104; Sousa, 2013a, p. 108). Na transição de um período para o outro, foram várias, como já se viu, as mudanças que a sociedade sofreu, desde políticas e económicas, passando por sociais, culturais e mesmo demográficas, o que alterou toda uma estrutura vigente e preparou terreno para a génese do jornalismo e para a sua evolução, sendo que, de acordo com Timoteo Álvarez (2004, p. 31), talvez por ser um produto do Renascimento, esta génese e evolução estejam intimamente ligadas à inovação. O jornalismo seiscentista teve assim origem no ambiente que desde o Renascimento impulsionou a abertura mental dos europeus e a sua receptividade às notícias que circulavam crescentemente por toda a Europa, bem como nas condições materiais e infraestruturais, nomeadamente a existência de capital disponível no seio de um sistema capitalista, os processos de impressão sofisticados (para a época) e baratos e a consolidação dos serviços postais regulares, que permitiram o desenvolvimento de redes informativas (redes estas que se serviam dos mais variados modos – embaixadores, cartas oficiais e privadas, transmissão oral, mensageiros privados – e meios – a pé, de barco/navio, de cavalo, etc. – para transitar) e a circulação de publicações noticiosas entre toda a Europa.

As transformações trazidas pela Renascimento, que, tendo tido o seu berço em Itália se espalhou gradualmente por toda a Europa, reflectiram-se, num primeiro momento, na organização política dos países. Renovadas formas de governar e de fazer política foram-se criando. Ainda em relação à organização política dos países e factor importante para algumas das mudanças a que se iria assistir foi a concentração do poder régio, permitindo que se fale de uma política absolutista, que se verificou em alguns países, o que ajudou a desenvolver e consolidar o Estado moderno (Espejo, 2012, p. 105). Também Schwanitz (2004, p. 110) faz referência ao crescendo do poder do rei e ao absolutismo, defendendo que estas políticas absolutistas foram, para os países por elas afectados, uma “bênção”. Diz a autora que o absolutismo veio pôr termo “às eternas guerras civis e rixas entre nobres”, assegurando “a paz interna”, criando assim “condições para o florescimento da economia e da cultura” e que unificou países, despertando “sentimentos de comunidade nacional” e criando “mercados maiores para o desenvolvimento da economia nacional.”. Estando o poder concentrado no rei, foi de forma natural que a corte passou a ser a sede do domínio e das influências o que acabou por originar o desenvolvimento de uma cultura cortesã (Schwanitz, 2004, pp. 114-115).³⁶

Como também já foi abordado, novas potências emergiram (casos da Holanda³⁷ e da Inglaterra), outras mantiveram o seu poder (França) e velhas nações perderam alguma da sua influência e domínios (por exemplo, Portugal e Espanha).

Por sua vez, as crises dinásticas e religiosas e a solidificação das redes informativas permitiram o incremento da circulação da informação no continente, numa altura em que as pessoas queriam saber o que se passava, onde se passava e como se

³⁶ Recorde-se que a Inglaterra seguiu um caminho político diferente deste, com a experiência da república e do poder parlamentar. Desta forma, e instituída uma cultura política caracterizada pela cultura parlamentar, desenvolveu-se um ambiente que proporcionou a que se viesse a falar, pela primeira vez, na liberdade de imprensa, tendo sido John Milton, em 1644, o pioneiro, seguido, em 1689, de John Locke.

³⁷ Días Noci e Hurtado (2003, p. 4) referem que Amesterdão e Veneza eram, nesta altura, os focos mais importantes da produção de notícias. No entanto, como na cidade holandesa se escrevia em variadas línguas, os seus escritos tinham maior alcance. As condições políticas e económicas locais também contribuíam para um maior desenvolvimento, nomeadamente do jornalismo, sendo que desta cidade seguiam notícias e mesmo publicações noticiosas para toda a Europa (Bots, 1982, p. 55). Com uma expressão menor, destacava-se Bruxelas.

passava. Interessava-lhes, e o maior ou menor conhecimento do que acontecia noutros locais poderia interferir com o curso das suas vidas e mesmo com a sua sobrevivência. A existência deste público também está, assim, interligada com o nascimento do jornalismo, como referem Copeland (2006, pp. 1-2) e Días Noci e Hurtado (2003, p. 3 e p. 24). Tal existência e interesse pela informação contribuiu para uma intensificação da politização da opinião, um pouco por toda a Europa, com o nascimento e solidificação da ideia de que as novidades políticas eram do interesse público.³⁸ O surgimento desta opinião pública politizada foi muito importante em todas as transformações que ocorreram na Europa seiscentista.

A Reforma Protestante foi também elemento fulcral na construção do ambiente de Seiscentos, de modo que Sousa (2013, p. 116) até a apelida de “verdadeira parteira da Modernidade”. Schwanitz (2004, p. 120) refere, também, que foi a Reforma Protestante que deu “o impulso decisivo para a formação de uma consciência nacional”. A Reforma fomentou igualmente a alfabetização, que passou a ser obrigatória para o ingresso em determinados ofícios (Días Noci e Hurtado, 2003, p. 3; Sousa, 2013a, pp. 86 e 148).

A noção de cultura também é importante para se perceber o porquê de o jornalismo surgir quando surgiu. Refere Sousa (2013, p. 135) que jornalismo e cultura estão ligados desde que surgiram os periódicos e que, por fazer parte da cultura e com ela estar relacionado, o seu estudo tem de compreender o contexto cultural em que foram produzidos. Blanning (2002, p. 9) refere que “a cultura foi transformada de algo que era representacional numa mercadoria que podia ser desejada para benefício individual”. A autora apelida esta modificação de “industrialização da cultura” (Blanning, 2002, p. 9).

Ainda no século XV, um outro factor veio, assim que se estabeleceu definitivamente, impulsionar a circulação da informação e ampliar a cultura do impresso: a invenção e expansão da tipografia. Nas palavras de Martin (1992, p. 16), a

³⁸ Em Inglaterra, a formação de facções politizadas opostas foi uma realidade, dada a situação política do país e como tal, todas as partes da contenda necessitavam de órgãos de expressão ideológica, daí que o jornalismo tivesse, neste país, um desenvolvimento mais acelerado (Días Noci e Hurtado, 2003, p. 4).

imprensa, assim que se estabeleceu, ocupou o centro dos movimentos intelectuais, literários, económicos, tecnológicos e políticos que se anteciparam ao Renascimento. No século XV, o germânico Johann Gensfleischum Gutenberg inventou um sistema tipográfico que veio revolucionar a sociedade, abrindo condições para o aparecimento e para o sucesso da indústria jornalística. Esta invenção constituiu uma mudança radical na aproximação do homem e da sociedade a algumas das suas criações e inovações mais importantes e permitiu a circulação de ideias que viriam a transformar a sociedade ocidental e veio diminuir a importância das antigas redes de comunicação (que praticamente monopolizavam os fluxos informativos antigos), tornando algo arcaicas quer as folhas noticiosas manuscritas, quer as antigas redes de correspondentes (Pizarroso Quintero, 1994a, pp. 29-30). Espejo (2012, p. 106) e Días Noci e Hurtado (2003, p. 3) também relacionam a aparição do jornalismo com a implementação da imprensa, uma vez que a principal função dos impressos que circulavam era informar. Ao mesmo tempo, Espejo (2012, p. 106) refere que o jornalismo como actividade comercial foi-se expandido pela Europa, ao mesmo tempo que se produzia a assistia à expansão da imprensa.

Tendo-se tornado um negócio algo rentável a deveras competitivo, rapidamente a sua difusão pelos vários países se fez notar e, com a mesma velocidade, lhe foram sendo introduzidas inovações – uso de novos caracteres tipográficos, figuras, cabeçalhos, notas de rodapé, etc. (Eisenstein, 2009, p. 52). Simultaneamente, a introdução da tipografia alterou a produção de textos e permitiu que os impressores inventassem técnicas de publicidade referentes a si, aos seus textos e respectivos autores (Eisenstein, 2009, p. 59).

Chivelet (2001, p. 11) acrescenta que a impressão veio permitir o desenvolvimento da cultura, porque para além de ter provocado um fenómeno de popularização da mesma, que passa de oral a escrita, baixou o preço dos livros e veio também ajudar a desenvolver a imprensa “como género específico encarregado de tornar públicos, de forma periódica, os escritos noticiosos”. Ao mesmo tempo, permitiu que a produção escrita e informativa se especializasse (Días Noci e Hurtado, 2003, p. 10). Espejo (2011, p. 190) completa esta ideia, dizendo que o facto de a tipografia ter

surgido na altura que surgiu (em que se verificava um ambiente favorável à consolidação da cultura impressa) foi determinante para o seu sucesso.³⁹

Um outro aspecto importante foi a expansão do capitalismo e o surgimento de uma economia monetária⁴⁰. Em relação a este ponto, Melton (2001, p. 5) menciona que se favoreceu a dissociação entre o estado e a sociedade, pois esta última adquiriu uma autonomia crescente e consciência própria, devido essencialmente ao capitalismo mercantil. O autor refere, ainda, que esta ascensão do capitalismo favoreceu a expansão dos mercados nacionais e internacionais e que tal também foi importante para a divulgação e circulação da informação (Melton, 2001, p. 5). Melton (2001, pp. 5-6) completa que “a expansão dos mercados nacionais e internacionais acelerou os fluxos de informação” e a ampliação e densificação das redes de comunicação, bem como o progresso dos transportes e o desenvolvimento do serviço de correios⁴¹ ajudaram a aumentar a circulação de jornais e folhas comerciais. De salientar a procura de informação que já se verificava nesta altura, que era essencial para manter estes fluxos informativos activos.

A expansão do capitalismo por toda a Europa foi, de acordo com Sousa (2013, p. 118), um dos principais factores de estruturação da esfera pública burguesa que, por sua vez, é essencial para explicar o êxito do jornalismo e a influência social da informação jornalística. E nesta sequência, relaciona-se a ascensão da burguesia e o surgimento do jornalismo⁴². Diz Espejo (2012, p. 104) que o surgimento de um e outro estão

³⁹ No entanto, como todas as novidades e inovações, também a tipografia não se livrou de críticas. Briggs e Burke (2004, pp. 27 e 28) contam que se havia quem elogiasse o novo invento, também havia quem o criticasse.

⁴⁰ Esta economia monetária “alimentava-se” essencialmente através das linhas comerciais que circulavam entre o Oriente e Itália, fornecendo capital para os ramos industriais do artesanato e da indústria têxtil. As contribuições eclesiais que chegavam a Roma também eram maiores e mais frequentes, na medida em que a vontade de agradar à Cúria também era grande.

⁴¹ No Simpósio “News and the shape of Europe, 1500-1750”, ocorrido em Londres entre 26 e 28 de Julho de 2013, Mario Infelise, aquando proferiu a sua comunicação intitulada *The spread of news in Europe (XVI-XVII centuries): a proposal for periodisation* acrescentou um aspecto importante no que diz respeito ao surgimento das publicações periódicas na Europa: o estabelecimento de embaixadas residentes um pouco por toda a Europa.

⁴² Días Noci e Hurtado (2003, p. 10) referem que a burguesia se dedicava principalmente à actividade comercial e, como tal, precisavam de dados muito concretos que ajudassem nos negócios. Assim, das

historicamente ligados, uma vez que o jornalismo nasce com o “despertar da burguesia”, que usava a imprensa para atacar o poder político, ao mesmo tempo que enriquecia do comércio do seu produto. A autora explica que o nascimento do jornalismo não deve apenas associar-se à invenção da tipografia, como o tentam fazer algumas teorias, uma vez que foi o surgimento de um novo grupo social, a burguesia, sustentada no capitalismo e no protestantismo e capitalizando com a liberdade económica, política e moral, que contribuiu de forma intensa para o surgimento do jornalismo, ao reunir práticas jornalísticas, anteriormente dispersas, num negócio lucrativo (Espejo, 2012, p. 111). Martin (1992, p. 38) corrobora esta ideia, acrescentando que os periódicos serviram, de facto, para orquestrar as aspirações da burguesia ascendente, mas também para dar voz a um “proletariado urbano desarraigado e pobre”. Também Días Noci e Hurtado (2003, p. 15) vão ao encontro desta ideia, quando afirmam que a burguesia, principalmente a urbana, assim que se consolidou como classe dirigente e motor da sociedade, mostrava ter necessidades comunicativas só satisfeitas com a produção de notícias.

Todas as transformações políticas, aliadas ao enriquecimento dos países, ao espírito capitalista, a importantes inovações na cultura e mesmo a mudanças nas fronteiras estatais e linguísticas originaram mudanças na sociedade, nomeadamente o surgimento daquilo que Habermas (1962) chamou de esfera pública.

Jürgen Habermas, em *The Structural Transformation of the Public Sphere*, de 1989 (tendo sido publicado primeiramente na Alemanha, em 1962), refere que foi graças a mudanças na vida privada das pessoas, em paralelo com a emergência do capitalismo, com o desenvolvimento económico, com transformações políticas e com a separação entre sociedade civil e estado que a nova esfera pública surgiu, esfera sustentada essencialmente pela burguesia. O autor sugere que a imprensa foi essencial para a formação e estruturação desta esfera, uma vez que era o veículo que permitia a difusão das novidades que viriam a ser discutidas. Permitia, também, que os indivíduos desta esfera, que não eram espectadores e receptores, mas sim participantes da vida pública, pudessem tornar conhecidas as suas ideias e concepções. Tendo sido um dos

cartas informativas, como por exemplo as dos Függer, de carácter privado, passou-se a um conceito público (se bem que restringido a quem pudesse pagar a publicação).

primeiros autores a abordar a questão da esfera pública, Habermas não foi, no entanto, o único a abordá-la, nem a sua concepção se livrou de algumas críticas.

Sommerville (1996, p. 15) regista que a difusão da informação veio criar uma nova feição da sociedade, em que o público, informado, podia aceder e discutir às/as notícias que circulavam, sendo que assim se criava uma opinião e uma esfera públicas. Porém, esta esfera viria a deteriorar-se assim que a imprensa, nomeadamente os jornais, se associaram a facções políticas e se tornaram a sua voz, levando a que a recém-criada esfera pública se limitasse a um papel de espectador. Por sua vez, Harris (1996, p. 3) concorda que a imprensa foi crucial para a formação e estruturação da esfera pública, por ser “o veículo das razões privadas dos indivíduos”. O autor completa que, tendo começado por se focar em temas como literatura e arte, rapidamente evoluiu para temas políticos, o que levou ao surgimento de um novo tipo de políticos e a uma alteração na essência da esfera pública inicial (Harris, 1996, p. 3). Já Ward (2004, p. 116) refere que a imprensa noticiosa do século XVII contribuiu para a formação de uma esfera pública, na medida em que disponibilizava a informação e permitia a sua discussão pública, nomeadamente sobre matérias de estado. E esta discussão era considerada um direito do povo, uma vez que não estava assente em lado algum que o conhecimento, o debate e as decisões coubessem apenas a parte da sociedade. Todos deveriam fazer parte da esfera pública e participar nela. Daqui, rapidamente se evoluiu para a participação dos cidadãos na vida política do seu país. Raymond (2002, p. 110), por seu lado, ao abordar a obra de Habermas, explica que este, apesar de procurar englobar toda a Europa no seu estudo, usou como verdadeiro modelo a Grã-Bretanha, uma vez que esta precedeu a Europa no desenvolvimento de uma esfera pública. O autor refere também que alguns autores questionam o modelo pioneiro de esfera pública proposto por Habermas, bem como as suas implicações na sociedade e mesmo no jornalismo (Raymond, 2002, p. 110). Para Raymond (2002, p. 130), o desenvolvimento da esfera pública, apoiado na imprensa, foi problemático mas, ao mesmo tempo, positivo: o autor defende a sua opinião, afirmando que os jornais tiveram um papel muito importante na construção do sentido de vizinhança e de identidade nacional dos leitores, contribuindo para a definição de uma “comunidade imaginada”. Assim, continua o autor, “os jornais construíram a base de uma série de esferas entrelaçadas e sobrepostas de debate político e acção em diferentes comunidades de leitores”, leitores esses que sempre foram

capazes de usar o que liam para os seus próprios fins e de aprimorar os argumentos neles expostos (Raymond, 2002, p. 130). Raymond (2002, pp. 132-133) defende que os jornais de então contribuíram para o desenvolvimento da opinião pública e possuíam atributos que permitiam que os seus leitores cultivassem entre si o debate crítico. Esses atributos eram a publicitação em si mesma (que, sob a forma impressa, permitia um julgamento mais justo por parte do leitor), a periodicidade (que garantia a continuidade da informação e do debate) e a heterogeneidade dos jornais (que, ao agregar assuntos não relacionados, obrigavam o leitor a reconhecer a diversidade e a dar significados).

Foi assim, de um conjunto de transformações e de condições materiais, económicas, culturais, políticas e sociais, bem como do surgimento de novos dispositivos de comunicação, novos públicos e novos palcos, que as portas para a génese do jornalismo periódico se abriram e, de seguida, esta se afirmou e consolidou, não só como actividade comercial, mas também como forma organizada e permanente de comunicação e difusão pública de informação. De salientar e acrescentar, ainda, que a sede de informação era cada vez maior e que o aparecimento do jornalismo noticioso trouxe consigo uma revolução na forma de as pessoas verem o mundo e de percepcionarem o tempo, sendo que, agora, estavam muito mais voltadas e interessadas para/no futuro que no passado. Combinados todos estes factores, o jornalismo pôde crescer em importância na sociedade seiscentista e, ao tornar-se o principal suporte para a difusão da informação e das ideias, nomeadamente das novas (permitiu que se imaginasse um mundo mais amplo que aquele que era conhecido até então), contribuiu para a mudança das sociedades europeias da Modernidade.

2.2. O contexto seiscentista e a génese do jornalismo na Europa

É difícil situar a origem do jornalismo num ano e local concretos⁴³. Porém, pode afirmar-se que o nascimento e desenvolvimento do jornalismo, numa forma semelhante àquela que conhecemos hoje, aconteceu no século XVII. E porquê nesta altura? Quais foram, então, os factores que contribuíram para tal? Sousa (2013, pp. 129 a 131) enumera os seguintes:

⁴³ Espejo (2012, p.10) declara que o ano de 1618 pode considerar-se como aquele em que nasceu o “autêntico jornalismo”.

a) O surgimento da tipografia, que permitiu uma maior e mais rápida impressão de textos e a um custo mais baixo do que a cópia manuscrita.

b) A incrementação do alfabetismo, nomeadamente nos países de tradição protestante, sendo que este incremento ajudou a despertar um maior interesse pelo mundo.

c) O desenvolvimento, no homem, de uma maior vontade de conhecer aquilo que existia à sua volta, sobretudo o mundo material, vontade que foi inflamada pela cultura humanista.

d) Aumento do interesse por temas populares e por notícias, sendo que ambos eram já transmitidos na língua nacional e não em latim, idioma que poucos dominavam.

e) As monarquias dos estados europeus, ou as diferentes facções políticas que existiram em Inglaterra, confrontados com o crescimento da burguesia e com o desenvolvimento de uma sociedade civil, procuraram fazer chegar a sua palavra a uma maior quantidade de pessoas, mantendo, para tal, um fluxo social de informação vigiado e controlado que pudesse servir os seus interesses.

f) A ascensão da burguesia e a acumulação de capital que este grupo estava a conseguir proporcionava-lhes um crescente poder de compra, nomeadamente de bens culturais, como publicações noticiosas, que lhes interessavam particularmente, porque a posse de informação era-lhes essencial para poder intervir nos negócios. A ascensão deste novo grupo social, bem como a capacidade que lhes foi notada de correr os riscos próprios do investimento privado, aliada ao seu sentido de inovação, criaram, também, condições para o desenvolvimento da indústria editorial. Ao investir nesta indústria, a burguesia garantia um retorno lucrativo e, ao mesmo tempo, ganhava influência, graças à projecção conferida pelo jornalismo.

g) Brotaram, pela primeira vez, públicos segmentados, fruto de diferentes preferências culturais. Politizados esses públicos, originaram distintas facções políticas.

Surgiu, também, uma esfera pública, eminentemente burguesa, que era autónoma em relação ao estado e que se alimentava de novas informações e ideias.

h) Fruto do processo de mudança a que se assistia, notava-se um cada vez maior interesse, e mesmo necessidade, pela informação, como forma de combater as incertezas e dúvidas que o mundo em modificação proporcionava.

i) Originou-se uma cultura de valorização dos factos que determinou a procura da objectividade nas notícias e a aparição de uma ética jornalística embrionária assente no valor da verdade.

j) A criação e desenvolvimento do serviço de correios permitiu a expansão da rede de correspondentes e de trocas de informação, redes estas que foram fundamentais para acelerar os fluxos de informação e tornar as notícias num bem comum e apetecível, convertendo-se, assim, facilmente, em mercadoria.

Timoteo Álvarez (2004, p. 27) refere que este jornalismo embrionário apresentou logo de início algumas características que se viriam a manter até aos dias de hoje: operava com informações e comentários/interpretação às notícias; tinha elementos chamativos, até escandalosos, para suscitar o interesse; afectava a vida pública, os jogos de poder, a sua repartição e ter capacidade para se intrometer e aproveitar deles, elaborava-se sob a forma de produtos concretos e em suportes tecnologicamente viáveis, promovia ideias, pessoas, serviços e bens. Ward (2004, p. 115) acrescenta que logo de início os primeiros jornais já apresentavam algumas características específicas e que viriam a tornar-se identitárias: colocar os títulos nas primeiras páginas, publicar histórias de interesse humano, escrever um artigo de fundo (editorial), publicação de anúncios, uso de correspondentes no terreno; os semanários começaram, ainda, a separar notícias de comentários e a iniciar práticas que procurassem divulgar conteúdos factuais, rigorosos e fiáveis. O autor explica, ainda, que, apesar de ser difícil precisar quando e como a ética jornalística começou (Ward, 2004, p. 89), é possível afirmar-se que foi logo com a publicação dos primeiros jornais que, não só nasceu a ética jornalística (2004, p. 90), como também uma espécie de compromisso com a

factualidade e com a imparcialidade (2004, p. 115)⁴⁴. Diz o autor que “o surgimento de ética jornalística começa com o aparecimento de um conjunto de capacidades utilizadas na produção de notícias impressas para um público” (Ward, 2004, p. 90), que tem o seu berço na Inglaterra seiscentista (2004, p. 91) e que resultou da convergência de três factores: o desenvolvimento de uma cultura do facto⁴⁵ e o desenvolvimento da imprensa; a confluência de condições sociais, económicas e tecnológicas; e a proliferação dos periódicos, bem como o interesse pelas notícias, associados ao desenvolvimento da esfera pública (2004, pp. 91-92). No entanto, a invenção da ética jornalística não ocorreu por vontade dos editores, mas porque estes, ao serem factuais, objectivos e imparciais, podiam mais facilmente defender-se das críticas que lhe pudessem vir a ser apontadas, defender-se da censura e justificar o crescente protagonismo que iam ganhando. Ward (2004, p. 101) refere por isto mesmo que a origem da ética jornalística é acima de tudo social, uma vez que residia no relacionamento entre o jornalismo e a sociedade e que foi adoptada em virtude das mudanças ocorridas em ambos e porque o próprio clima cultural do século XVII assim o propiciava. Também Sommerville (1996, p. 13) e Brownlees (2011, p.85) falam da adopção de um registo factual por parte do jornalismo, logo na sua fase inicial.

A informação foi-se, assim, introduzindo como factor político, social e económico na sociedade ocidental e, com o tempo, evoluindo. Diz Timoteo Álvarez (2004, p. 27) que esta penetração e ocupação por parte da informação do espaço social e do poder evoluiu paralelamente desde objectivos e interesses⁴⁶ complementares nas

⁴⁴ No entanto, as críticas não deixavam de aparecer, pois verificavam-se, amiúde, discrepâncias entre relatos dos mesmos eventos em diferentes meios de informação. Espejo (2011, p. 198) conta que os leitores, por vezes, se queixavam da falta de rigor e de respeito pela verdade das notícias. Também se criticava a orientação de certos editores para o lucro, o que os levava a procurar notícias sensacionalistas, que entreteriam o público e estabilizava vendas, levando a que, de acordo com Sommerville (1996, p. 15), surgisse o sensacionalismo noticioso. O autor critica estes mecanismos usados pelos editores para cativarem o público.

⁴⁵ Na sua obra *A culture of Fact*, publicada no ano 2000, Shapiro defende que esta cultura do facto foi originada pelo empirismo e materialismo que se desenvolveram no século XVII, levando a que procurasse a objectividade nas notícias e aparecesse a ética jornalística. A autora refere, também, que o discurso adoptado, desde o início, pelo jornalismo foi factual.

⁴⁶ Interesses dos governantes, com objectivo de obter o controlo social e ideológico e assim justificar o poder; interesses dos agentes económicos, que necessitavam da informação para as suas actividades e propósitos; interesses de actores e activistas ideológicos, que viam na imprensa um útil instrumento de promoção das suas crenças e ideais; e interesses dos leitores, que encontravam nos meios de informação uma forma de aprendizagem, educação, ócio e entretenimento (Timoteo Álvarez, 2004, p. 27).

sucessivas eras históricas que foram desfilando desde o Renascimento até aos nossos dias. Os periódicos tornaram-se, assim, importantes, “quer como veículos de notícias, quer como instrumentos de propaganda régia ou fação, quer como dispositivos de uso da razão argumentativa capazes de representar correntes de opinião.” (Sousa, 2013a, pp. 143-144).

Em relação aos primeiros redactores, estes eram, amiúde simultaneamente, impressor, director da publicação, editor e promotor (Días Noci e Hurtado, 2003, p. 15)⁴⁷. Escreviam as suas notícias com base em fontes oficiais ou, por falta delas, baseadas noutros periódicos (Guillamet, 2004, pp. 72-73). O mais importante, no entanto, era que o conteúdo temático destas notícias corresponde-se àquilo que eram os interesses, principalmente oficiais. No entanto, apesar do controlo existente sobre aquilo que era escrito, nomeadamente um controlo político, religioso e económico, os redactores, pressionados pelo público e impulsionados pela perspectiva de lucro⁴⁸, iam, por vezes, ao limite daquilo que era permitido dizer. Também a crescente difusão de notícias e o facto de os redactores quererem corresponder às expectativas do seu público levaram, então, a que, muitas vezes, tivessem de pisar a barreira do que, segundo os governantes era permitido ser dito, ou não. Foi na sequência desta tendência que surgiu a figura do repórter, aquele que ia à procura de notícias em vez de esperar que elas chegassem ao editor (Sommerville, 1996, p. 15). Guillamet (2004, p. 46) discorre sobre estes primeiros redactores de notícias e menciona que apesar de estes poderem ser considerados *mercadores* de notícias e de procurarem veicular informação factual e verídica, o destinatário do seu produto nem sempre era um público leitor, mas mais certos e determinados clientes que se reduziam aos mais poderosos da época.

i. Fenómenos pré-jornalísticos no século XVI

O desenvolvimento do jornalismo periódico está, como já se viu, ligado a importantes acontecimentos políticos, sociais, culturais, económicos, etc. O crescimento

⁴⁷ Realce-se que, em Portugal, as primeiras publicações periódicas (*Gazeta* da “Restauração” e *Mercúrio Português*) não tinham como redactores e/ou promotores nem tipógrafos nem donos de tipografias.

⁴⁸ De facto, enquanto alguns editores procuravam, acima de tudo, divulgar informação ao seu público, outros moviam-se apenas por motivos puramente económicos e por lucro. Daqui que muito cedo tenha surgido a publicidade, como conta Sommerville (1996, p. 14).

das cidades, a melhoria das comunicações, o aumento das viagens, os descobrimentos, o surgimento, interesse e solidificação de um público sedento de informação, a existência de matéria-prima informativa e de toda uma estrutura material e capital de suporte e o facto de haver pessoas que pudessem redigir as notícias contribuíram para que se ampliasse a visão do mundo e para que a informação passasse a ocupar um lugar mais destacado do que o que ocupava até então.

A invenção e rápida difusão na Europa do prelo de caracteres móveis permitiu que a imprensa ocasional, pré-periodística, se desenvolvesse e que se desse, mais tarde, a génese do jornalismo periódico. Assim, ainda antes do surgimento de um jornalismo periódico, manifestaram-se outras publicações, também elas noticiosas mas sem uma periodicidade regular. Diz Lundell (2008, p. 4) que ter-se começado a transmitir informação de forma impressa permitiu que se começasse a compreender melhor o mundo da comunicação e Morón (2002, s.p.) acrescenta que o desenvolvimento da impressão e do mundo da comunicação ajudou ao aparecimento de publicações noticiosas. Passou a haver uma maior circulação de notícias, para além de em forma manuscrita, em forma impressa, pois a invenção da imprensa, conforme relata Gürtler (2005, p. 9), abriu uma nova dimensão no serviço de difusão das notícias, uma vez que, ao contrário da forma manuscrita que não promovia a divulgação de conhecimento e de informação entre as pessoas, a nova técnica de reprodução de textos conseguia-o, na medida em que, a partir de um texto, se podiam reproduzir quantas cópias se desejassem. Para esta circulação de notícias foi também importante o desenvolvimento do já referido sistema de correios à escala europeia, iniciado no século XV e estabilizado no século XVI,⁴⁹ o que facilitava a propagação das notícias de um local para outro (Arblaster, 2005, p. 21; Boys, 2011, pp. 40-41; Días Noci e Hurtado, 2003, p. 16; Guillet, 2004, p. 47; Infelise, 2002, p. V; Sousa, 2008c, p. 32; Ward, 2004, p. 96). Arblaster (2005, p. 21) informa que o serviço de correios deixou de servir apenas para divulgar e partilhar informações comerciais e passou a servir também para partilhar outro tipo de informações, nomeadamente novidades recentes. Os locais por onde

⁴⁹ Refere, ainda, Guillet (2004, p. 50) que o serviço de correios, habitualmente com periodicidade semanal, atravessava toda a Europa, sendo que a periodicidade semanal coincidia com a celebração de mercados nas principais cidades europeias. Note-se que, em 1490, já estava estabelecida uma rede de correios entre as principais cidades europeias (Guillet, 2004, p. 50).

passavam estas linhas de correio eram aqueles onde chegavam mais e mais rápida e facilmente as notícias (Días Noci e Hurtado, 2003, p. 11).

Esta rápida difusão da arte da tipografia esteve intimamente ligada com o aumento do número de casas de impressão. Guillamet (2004, p. 49) enumera as primeiras cidades, depois das alemãs, a ter casa de impressão: Barcelona, Segóvia, Valência, entre 1470 e 1473; Basileia, 1476; Roma, 1467; Paris, 1468; Veneza, 1469; Westminster, 1476; Praga, 1477; em Portugal, só chegariam em 1487. O autor refere, ainda, que, em 1489, havia 110 cidades com casas de impressão, na Europa, sendo que, em 1500, já se havia ultrapassado as duzentas (Guillamet, 2004, p. 49). Era nestes locais que se produziam as folhas noticiosas que começaram a surgir, nesta altura, um pouco por todo o lado. Ward (2004, p. 98) contabiliza as cidades que, nos anos vinte do século XVII, já possuíam folhas noticiosas semanais e bi-semanais: Amesterdão, Antuérpia, Basel, Berlim, Colónia, Frankfurt, Hamburgo, Leipzig, Londres, Paris e Viena, sendo que, através do serviço de correios, estas folhas circulavam por muitos mais lugares. Antes de o jornalismo se afirmar um pouco por toda a Europa, a cultura do impresso já estava, então, bem enraizada na sociedade, sendo que o livro⁵⁰ e principalmente as folhas ocasionais e, mais tarde, as gazetas⁵¹ foram quem mais contribuiu para tal.⁵²

Como já foi retratado nesta investigação, durante grande parte dos séculos XVI e XVII, a Europa foi palco de conflitos e guerras, nomeadamente a Guerra dos Trinta Anos, que envolveu diversos países. As várias nações europeias não se entendiam entre si e pugnavam em busca, essencialmente, de poder, afirmação e independência. Os modernos estados europeus, no seio dessa conjuntura, ambicionavam mostrar a sua soberania e autonomia e as velhas monarquias necessitavam de manter a lealdade dos

⁵⁰ Nesta altura, ainda não estava cem por cento definida a distinção entre livro e periódico e até se mantinham semelhanças formais entre ambos. De facto, a ligação entre literatura era estreita e Sousa (2013, p. 136) refere mesmo que a forma das notícias foi influenciada pelas narrativas populares que caracterizavam a literatura oral.

⁵¹ João Luís Lisboa (2006, p. XIII) explica que o termo gazeta, palavra de origem veneziana, começou por designar um preço, passando, mais tarde, a representar o objecto a que o preço se referia. Com o passar dos anos, a palavra gazeta passou a ser equivalente a “relações”, “novas” ou “descrição”, termos usados para identificar os folhetos impressos avulso, que abundavam um pouco por toda a Europa seiscentista, dando conta de batalhas, naufrágios ou outros acontecimentos dignos de atenção.

⁵² O surgimento dos folhetos ocasionais e dos jornais periódicos noticiosos gerou uma distinção entre ficção e jornalismo, não apenas no formato, mas também nas práticas (Raymond, 1993, p. 22).

seus súbditos e de se afirmar perante os mais altos senhores das suas cortes. Para tal, a imprensa pré-jornalística, que circulava na altura, foi de um papel fundamental, uma vez que, por um lado, contribuiu para a “democratização do acesso à informação, do conhecimento e da cultura” e para ajudar a “forjar uma consciência europeia” e, por outro lado, também contribuiu “para a propaganda dos regimes, para a uniformização das línguas nacionais e para o reforço das nacionalidades (...), sendo mais ou menos tolerada pelos governantes” (Sousa, 2008c, p. 32). Conta Timoteo Álvarez (2004, p. 37) que, desde cedo, os governos e o poder político em geral compreenderam as capacidades das publicações noticiosas e não se inibiram de as usar em seu proveito, fosse como forma de legitimação e/ou propaganda ou simplesmente como instrumentos de informação. Pizarroso Quintero (1994a, p. 43) acrescenta ainda que, por esta altura, se começou a notar uma certa inter-relação entre os diversos territórios europeus, o que, por consequência, levava a que houvesse interesse em saber o que ia acontecendo um pouco por toda o continente.

Pela mesma altura, os descobrimentos portugueses e espanhóis, pela curiosidade que despertavam e pelas novidades que forneciam, também eram motivo de “notícia” e contribuíam para fazer aumentar a procura pela informação e, consequentemente, pelos meios que transmitiam essa informação (Pizarroso Quintero, 1994a, p. 43). O século XVI viu, ainda, aparecerem as primeiras feiras bibliográficas, em Frankfurt, Leipzig e Lyon (Sousa, 2008c, p. 32).

Neste ambiente, e à medida que a impressão se difundia e consolidava, foi surgindo um público leitor potencial, ávido de notícias, tendo tido como resposta o surgimento das folhas noticiosas dos mais variados tipos, que permaneceram durante bastante tempo e que começaram, gradualmente, a transformar-se em publicações periódicas. No entanto, antes da publicação de periódicos noticiosos propriamente ditos (obedecendo a uma periodicidade determinada, numerados correlativamente, ostentando um título similar e apresentando conteúdo noticioso), existiram muitas manifestações anteriores que, de acordo com as palavras de Sousa (2008c, p. 33) já tinham impacto e importância na sociedade, dado os esforços censurantes ou manipuladores de alguns para com elas.

ii. Publicações noticiosas ocasionais impressas

Com as primeiras impressões, surgiram, então, as primeiras publicações ocasionais noticiosas em forma impressa. A denominação usada para apelidar estas publicações variou, fosse devido ao seu formato ou às suas características, ao seu propósito ou finalidade, à sua origem ou modo de difusão, etc.. No entanto, as diferenças entre elas nem sempre eram de maior. Os impressos ou publicações ocasionais foram então decompostos em folhas volantes, folhas soltas, folhas ocasionais ou folhas noticiosas; relações (ocasionais, avulsas); avisos; opúsculos noticiosos (ocasionais); livros noticiosos; etc.; isto em Portugal, porque noutros países⁵³ as designações eram, obviamente, outras.⁵⁴ Estas publicações representaram os principais dispositivos pré-jornalísticos do século XV e XVI, tendo perdurado, com mais ou menos transformações, mais ou menos variações, até ao século XIX (Chivelet; 2001, p. 12; Espejo, 2012, p. 106; Guillaumet, 2004, p. 51; Morón, 2002, s.p.; Sousa, 2008c, p. 28; Tengarrinha, 1989, p. 27). Sousa (2007b, p. 1) considera algumas destas publicações como antepassados directos dos actuais jornais, estando “na génese do jornalismo moderno e contemporâneo” e podendo ser vistas como “uma forma de jornalismo de reportagem que antecipa o jornalismo moderno.” (Sousa, 2008a, p. 2). Tengarrinha (1989, p. 27) atenta, para o facto de estas publicações já apresentarem “algumas características da imprensa, pela informação detalhada e pela actualidade.”

⁵³ Algumas das denominações foram: *avvisi*, *relazione*, *gazzeta*, *broglietti* e *fogli a mano*, em Itália; *price-currents* e *news pamphlets*, no Reino Unido; *cartas nuevas*, em Espanha; *zeitungen* ou *neue zeitung*, na Alemanha; *occasionnel* e *canards*, em França, etc. Morón (2002, s.p.) apresenta definições para algumas destas publicações ocasionais noticiosas que circularam pela Europa: a autora descreve os avisos como folhas sem título ou assinatura, mas com data e nome da cidade onde eram publicados, que se vendiam principalmente nos portos das cidades e que forneciam informações sobre actividade bélica ou descobrimentos; os *price-courrents* como folhas que davam informações sobre preços de mercadorias e horários de barcos, etc. Já os ocasionais informavam sobre feitos excepcionais de forma eventual, ou seja, só quando a ocasião o requeria, sendo que os de Cristóvão Colombo foram os que tiveram mais procura; as relações como publicações de periodicidade semestral, cuja saída costumava coincidir com a edição das feiras de editores e livreiros, que ocorriam na cidade de Frankfurt, Alemanha, e recolhia os principais acontecimentos ocorridos na Europa durante os seis meses que separavam uma feira de outra; os *canards* são comparados aos ocasionais, mas o seu conteúdo era mais popular, tratando essencialmente temas sensacionalistas, como monstros, milagres, etc., sendo que a explicação para tal era sempre religiosa (Morón, 2002, s.p.).

⁵⁴ Para Espejo (2012, p. 106) as publicações ocasionais que dominaram foram os *news pamphlets*, em Inglaterra, os *neue zeitung*, na Alemanha, os ocasionais, em França e as relações em Espanha, Itália e Portugal.

Relativamente aos temas destas publicações ocasionais, estes eram os mais variados. Para os editores-redactores-impressores-tipógrafos, qualquer pretexto servia para publicar, indiciando, assim, “com as suas histórias, os mais diversos aspectos da vida colectiva.” (Sousa, 2008c, p. 33). Desta forma, o jornalismo configurava-se como a actividade de contar histórias sobre a vida quotidiana. Sousa (2008c, p. 33) acrescenta que muitas dessas histórias eram publicamente úteis, enquanto outras se destinavam essencialmente a satisfazer a curiosidade humana, sem que, no entanto, deixassem de “ser positivas para a vida de uma sociedade”, uma vez que as notícias, “ao representarem as atitudes, comportamentos e cognições humanas e ao delimitarem o que é considerado desvio,” ajudavam (e ajudam) a definir “as regras de convivência e as normas que asseguram a sobrevivência e a estabilidade da sociedade.”. Ainda assim, as principais temáticas eram as reconquistas e as batalhas a elas associadas e, tempos depois, as notícias sobre os novos mundos, que iam sendo descobertos, isto em finais do século XV, inícios do século XVI (Morón, 2002, s.p.). Chivelet (2001, p. 12), por seu lado, avisa que, a todos eles, estava vinculado um pressuposto: deveriam estabelecer um período de tempo para aparecer que permitisse contar as últimas novidades do que havia acontecido, entre um exemplar e outro. As guerras (nomeadamente contra os turcos), batalhas (exaltação de vitórias ou descrição das atrocidades de um inimigo para o desacreditar), viagens, naufrágios, descobrimentos, a rebelião de Lutero, o divórcio de Henrique VIII, acordos de paz, cerimónias públicas, episódios da vida nas cortes, casamentos, baptizados, celebrações e festas, crimes e criminosos, descrições de lugares, fenómenos insólitos, milagres, maravilhas da natureza, religião, etc. foram outros dos temas tratados nas publicações noticiosas ocasionais (Pizarroso Quintero, 1994a, p. 43; Sousa, 2008c, p. 33).

Estas folhas não apresentavam qualquer periodicidade regular ou título (a não ser o título da notícia a que se referiam, que vinha logo na primeira página, bem como a data e o local de impressão). Por vezes, vinham ilustradas com gravuras alusivas ao tema de que se falava (Gürtler, 2005, p. 9; Pizarroso Quintero, 1994a, p. 43; Terrou, 1970, p. 9). Eram vendidas nos locais de impressão, nas lojas dos livreiros, em feiras, em postos ambulantes e em lugares concorridos. Frequentemente, as pessoas, que, nesta época, eram maioritariamente analfabetas, juntavam-se para escutarem a leitura pública de folhas noticiosas e o leitor, normalmente, pedia-lhes uma determinada quantia de

dinheiro como pagamento pela realização da tarefa (Sousa, 2007b, p. 2). O resto da população (a burguesia urbana, os letrados, os académicos e a população alfabetizada), se não se juntava nestas sessões conjuntas, comprava a sua própria folha ocasional.

Sousa (2008c, p. 31) chama a atenção para outra característica das publicações ocasionais: era frequente que as notícias que continham fossem traduzidas para vários idiomas, “ajudando a tornar a Europa o espaço de referência para os cidadãos do Velho Continente”. Para além disso, ao serem difundidas por toda a Europa, permitiam que os cidadãos europeus de um determinado país soubessem o que se passava noutro, ajudando, assim a que se fosse forjando “uma consciência geo-cultural unitária e identitária.” (Sousa, 2008c, p. 31).

As primeiras destas publicações terão surgido em Itália, no século XV.⁵⁵ Foram chamadas principalmente de folhas volantes (ou uma das suas variações) e, inicialmente, tinham apenas forma manuscrita; mas rapidamente se espalharam por toda a Europa com o objectivo principal de difundir textos informativos (Gürtler, 2005, p. 9; Pizarroso Quintero, 1994a, p. 30) e de propaganda (Pizarroso Quintero, 1994a, p. 30). Andrews (1859, p. 12) afirma mesmo que, por esta razão, a Itália pode ser considerada como o berço do jornalismo, opinião que, no entanto, por razões várias, não reúne consenso. Arblaster (2005, p. 22) e Guillet (2004, p. 45) reconhecem igualmente a importância de algumas cidades italianas na difusão destas publicações, nomeadamente Veneza, pela sua posição comercial e central (daqui se espalhavam as notícias para o resto da Europa), e de algumas cidades alemãs. Mais tarde, a Antuérpia⁵⁶ e Bruxelas também se destacaram como centros de difusão de informação (Arblaster, 2005, p. 23).

De acordo com Pizarroso Quintero (1994a, p. 43) e Tengarrinha (1989, p. 29), as folhas volantes eram, por norma, constituídas por uma única folha, sendo esta de

⁵⁵ De acordo com Sousa (2008c, p. 29), a mais antiga folha volante conhecida, terá aparecido em Bolonha, em 1470, e relatava a queda de Constantinopla e do Império Romano do Oriente, acontecimentos ocorridos em 1435, e os avanços dos turcos otomanos pelo Mediterrâneo Oriental que se seguiram. Outras, posteriores, faziam referência a factos como a descoberta da América por Cristóvão Colombo, a queda de Granada, a expulsão dos mouros de Espanha, a queda de um meteorito em Ensisheim, etc. (Sousa, coord. *et al.*, 2007a, p. 43).

⁵⁶ Arblaster (2005, p. 23) refere que, em 1620, esta cidade estava no centro de dois dos serviços de correios que serviam toda a Europa.

pequena dimensão (cerca de 15x20 centímetros, as maiores, e de 15x10 centímetros, as menores) e onde apenas se inseria uma única “notícia”, que nem sempre primava pela verdade dos factos. Em alguns casos, juntavam-se duas ou três folhas, mas mesmo nesta situação, costumava figurar apenas uma “notícia” e eram raros os casos em que se oferecia ao leitor mais do que um texto. Mais raramente, o conjunto podia atingir até as oito páginas e, nesse caso, chegavam a juntar-se, na mesma folha ocasional, “notícias sérias” e “notícias populares” e/ou “sensacionalistas”, ou ainda a “notícias” que, pelo seu conteúdo, tinham manifesto interesse público, apesar de se poderem referir, por exemplo, a calamidades (Pizarroso Quintero, 1994a, p. 43; Tengarrinha, 1989, p. 29; Terrou, 1970, p. 9).

O sucesso das folhas volantes ficou provado pelas sucessivas edições, reedições e mesmo contrafacções das mesmas, levadas a cabo até ao século XVIII e, de acordo com Gürtler (2005, p. 9), também pelo tratamento que foram tendo nos próprios escritos da época. E o seu bom acolhimento junto da população levou a que se percebesse que as pessoas necessitavam e estavam cada vez mais ávidas de notícias regulares, pelo que as folhas rapidamente evoluíram para os primeiros jornais, “que com propriedade poderão ser considerados verdadeiramente ‘relações de notícias’ (no sentido de incluírem várias notícias).” (Sousa, 2008c, p. 31). Assim, continua o autor, é de atribuir às folhas volantes o mérito de preparar o mercado e a audiência para o jornalismo industrializado (Sousa, 2008c, p. 31).

Outras das publicações noticiosas ocasionais com destaque no século XVI e XVII foram as relações (ocasionais, noticiosas, avulsas, ...). A grande diferença em relação às folhas volantes estava no número de páginas (que ia desde as vinte até à casa das centenas). Estas relações formatavam-se como os livros ou os opúsculos, graças ao aprimorar que foram sofrendo as técnicas de impressão e ao embaratecimento dos custos de produção (Sousa, 2008c, p. 29).

Guillamet (2004, p. 51) fornece uma definição para relação:

a forma mais genuína de folha de notícias e ainda que este nome servisse também para a apresentação de relatos fantásticos onde se misturavam

elementos de realidade e invenção, foi através da sua evolução nos anos imediatamente a seguir ao surgimento da imprensa que se chegou ao nascimento dos primeiros periódicos e gazetas.

Guillamet (2004, p. 51) esclarece que, no seu primeiro século e meio de publicação, as relações ocupavam-se detalhadamente de um único feito, por norma político ou militar, e que, a nível formal, se apresentavam em formato de “quatro”, tendo entre quatro a oito páginas, ou como um caderno, com mais páginas e uma capa com uma imagem alusiva ao tema ou uma ilustração à volta do título. Relativamente aos temas, os mais frequentes eram os que abordavam as guerras com a Turquia e as notícias sobre as reconquistas espanholas contra os árabes e sobre as descobertas de novas terras (tal como em noutras publicações noticiosas).

De acordo com o que diz Sousa (2007b, p. 3) as notícias publicadas nas relações já obedeciam a alguns “critérios de noticiabilidade idênticos aos contemporâneos, o que acentua a natureza cultural e histórica dos valores-notícia”, tais como a negatividade, a referência a fenómenos insólitos, a novidade, a referência a pessoas de elite, a utilidade prática das informações, entre outros. Dias (2006, p. XXX) corrobora que foi desde os princípios do século XVII, que “se estabeleceram muitas das características normativas da moderna imprensa periódica” e acrescenta que foi também nesta altura que aqueles que escreviam as “notícias” começaram a exigir publicar todo o tipo de informações políticas, militares, económicas e sociais, de forma a fazer circular essa mesma informação.

Um hábito que se veio a registar, relativamente a todas estas publicações, foi o de juntar notícias de várias folhas ocasionais, de vários países, e publicadas ao longo de um determinado período de tempo, para fabricar uma publicação noticiosa (um livro noticioso). Os livros noticiosos diferiam das folhas volantes e de outras publicações noticiosas ocasionais monotemáticas no volume de páginas e de informações, na diversidade de notícias, na periodicidade mais ou menos definida e na existência de um título que denominava todas as sucessivas edições (Sousa, 2008c, p. 33). Sousa (2007b, p. 3) menciona que este hábito também esteve na origem dos jornais periódicos e do jornalismo como hoje o concebemos, uma vez que, se inicialmente se iam juntando as notícias publicadas ao longo de um ano, esse período foi-se estreitando e passaram a

juntar-se notícias publicadas ao longo de um semestre, depois ao longo de um mês e também a juntar-se notícias de produção própria. Acrescenta o autor que, desta forma, se abriram as portas “ao aparecimento das primeiras gazetas periódicas, mensais, semanais e, por fim, diárias, antepassadas dos jornais modernos e contemporâneos.” (Sousa, 2007b, p. 3).

As folhas ocasionais impressas⁵⁷ conviveram, durante bastante tempo, pelo menos dois séculos, com as folhas ocasionais manuscritas (Guillamet, 2004, p. 45; Pizarroso Quintero, 1994a, p. 30 e 43). E progressivamente vieram dar lugar às publicações periódicas, no século XVII.⁵⁸

iii. As medidas legislativas em torno da imprensa

Diz Sousa (2008c, p.33) que “o sucesso da imprensa jornalística emergente foi também a causa das dificuldades que conheceu para se implementar”. De facto, o clima de instabilidade que se vivia um pouco por toda a Europa, bem como o bom acolhimento que estas publicações tiveram por parte do público, acentuaram as tentativas, por parte dos governos ou autoridades, em controlar e censurar as actividades pré-jornalísticas⁵⁹ e, mais tarde, jornalísticas.

As publicações noticiosas ocasionais tiveram então grande aceitação por parte do público e assim que as elites governantes se aperceberam do poder da impressão,

⁵⁷ Com o início da circulação das folhas noticiosas impressas, as manuscritas baixaram a sua tiragem; no entanto, estas eram menos alvo de censura e repressão, dado que a sua circulação era muito mais limitada (Guillamet, 2004, p. 45; Sousa, coord. *et al.*, 2007a, p. 41).

⁵⁸ Días Noci e Hurtado (2003, p. 15) esclarecem que as relações, que predominaram no século XV, mantiveram-se depois, especializando-se num público mais popular ou para dar informação mais detalhada de um acontecimento pontual considerado importante.

⁵⁹ Infelise (2012, p. 161) resume que, na segunda metade do século XVI, prevalecia nos governos a ideia de que era necessário reprimir a difusão de notícias (se bem que tal nunca foi suficiente para impedir esta disseminação). No entanto, adverte o autor, esta severidade era por vezes condicionada, dependendo de qual fosse a publicação, a sua finalidade, o seu promotor ou o seu público (Infelise, 2012, p. 163). Na entrada para o século XVII, já com a impressão a funcionar em força, a atitude dos governantes suavizou e a possibilidade de difundir a informação própria começou a fazer sentido – o autor chama a atenção para o caso da França, com a sua *Gazette*, como melhor exemplo desta situação (Infelise, 2012, p. 165).

rapidamente procuraram utilizar esse poder em seu proveito, uma vez que, sendo livre⁶⁰, poder-lhes-ia ser prejudicial. Conseguiram-no, em alguns casos, mas não em todos, pois era difícil controlar a prolífera actividade editorial que fazia circular não só publicações autorizadas, mas também outras clandestinas, que poderiam versar sobre qualquer assunto. Decidiram, então, e um pouco por todos os países do continente europeu, limitar o que pudesse colocar em perigo os seus interesses ou, em alternativa, criar publicações oficiais ou apoiar a criação de determinado periódico, onde podiam evitar qualquer tipo de crítica ao seu governo. No entanto, se destruir ou acabar com um qualquer folheto manuscrito era relativamente fácil (uma vez que existiam, por norma, poucas cópias de cada um), já com os impressos era mais complicado, uma vez que, iniciando uma impressão, era rápido que se chegava às centenas ou mesmo aos milhares. Porém, por outro lado, era mais fácil interditar o local de trabalho de um impressor (que necessitava de um espaço, de determinados materiais e equipamentos, de licenças, etc.) e localizá-lo, do que controlar o trabalho de um copista. E mais ainda: o mercado privado das notícias manuscritas era livre, enquanto o das notícias impressas, por norma público, não, sendo que era mais fácil censurá-lo (Guillamet, 2004, p. 46; Infelise, 2002, p. VI). Estas interdições levavam a que os exemplares proibidos despertassem um maior interesse no público e que, como tal, a pressão para que se publicassem ilegalmente fosse maior (Pizarroso Quintero, 1994a, p. 44).

Desta forma, foram aparecendo sistemas de fiscalização e foram adoptadas medidas repressivas que permitiram aos governantes controlar aquilo que era publicado. Uma dessas medidas foi o sistema de privilégio, segundo o qual a concessão para imprimir num determinado local era feita exclusivamente a um determinado impressor. Assim, aquele que concedia a licença ficava, também, com o controlo da actividade nesse mesmo local. Esta medida de privilégios estendeu-se, posteriormente, às obras literárias, ou seja, determinada publicação só poderia ser impressa se tivesse privilégio (Pizarroso Quintero, 1994a, p. 45).

Pesados impostos, aprovações antecipadas, licenças prévias, necessidade de haver um registo do impressor em determinada colectividade, todos estes mecanismos

⁶⁰ De acordo com Copeland (2006, p. 9), este interesse por parte de um público viria a ser um dos impulsionadores da ideia de liberdade de imprensa.

legais procuraram limitar a liberdade e o direito de impressão. Sousa (2008c, p. 33) refere que os processos mais usados foram o sistema de licenciamento prévio e a censura prévia.

Todas estas medidas, conforme refere Pizarroso Quintero (1994a, pp. 45-46),

lançaram as bases do que veio a ser a atitude do Estado moderno perante o novo fenómeno da impressão, cujo desenvolvimento posterior deu lugar a um tipo de imprensa periódica que nasceu limitada por essa legislação.

Mesmo com todas estas restrições à imprensa, os governantes não conseguiram impedir que, no início do século XVIII, a imprensa semanal fosse um fenómeno praticamente generalizado por toda a Europa. Houve sempre quem estivesse disponível para desafiar as tentativas de limitar a liberdade de expressão, sendo que alguns editores arriscavam mesmo a sua vida no esforço de lançar uma publicação clandestina.

No entanto, e apesar das várias medidas que foram sendo instituídas, no sentido de reprimir a imprensa, os diversos Estados europeus também percebiam o alcance que esta podia atingir e, como tal, não deixaram de a usar como instrumento de propaganda, empenhando-se, mesmo “na segurança e na regularidade das comunicações, criando (...) os primeiros serviços postais regulares, canal indispensável para a difusão da informação.” (Pizarroso Quintero, 1994a, p. 46). Foram vários os países que criaram publicações oficiais, publicações estas que, estando limitadas naquilo que podiam ou não contar, conseguiam, por ter apoio estatal, maior estabilidade.

iv. A génese do jornalismo moderno, no século XVII

O surgimento dos primeiros periódicos informativos representou o resultado de um processo de transformação das folhas ocasionais – fossem elas noticiosas ou panfletárias – e dos anuários noticiosos “em publicações impressas mais frequentes ou mesmo periódicas, menos volumosas, de menor custo e com informações mais actuais” (Sousa, 2013a, p. 148). Com pequenas diferenças, o nascimento das primeiras publicações periódicas foi bastante similar em toda a Europa, exceptuando o caso da

Grã-Bretanha. São vários os autores que consideram que a génese do jornalismo periódico se deu, então, com a publicação destas primeiras publicações de carácter noticioso, periódicas e/ou impressas com regularidade⁶¹ e seriadas, destinadas a um público, na primeira metade do século XVII⁶² (Arblaster; Espejo, 2012; Guillaumet, 2004; Pizarroso Quintero, 1994a; Sousa, 2008c; Sousa, 2013a, p. 100; Tengarrinha, 1989; etc.). O aparecimento das primeiras publicações noticiosas periódicas permite afirmar, tal como refere Sousa (2008c, p. 35) que “o jornalismo noticioso é uma invenção europeia dos séculos XVI e XVII, com raízes remotas na antiguidade clássica e antecedentes imediatos na Idade Média e Renascimento.”.

Como já foi referido, durante grande parte do século XVII, a Europa viveu um período de transformações, instabilidade e mudanças, daí que tivesse havido maior receptividade para as notícias, por parte da sociedade, e que estas tenham sido recebidas com naturalidade. A Guerra dos Trinta Anos, por exemplo, despertou nas populações a vontade de querer saber novidades, de querer saber as novas sobre a contenda (Ettinghausen, 2013, p. 94). As pessoas necessitavam de informação e essa informação, como matéria-prima, existia ou, pelo menos, começava a ser entendida como tal, permitindo, de acordo com Sousa (2008c, p. 34), “sustentar o aparecimento dos primeiros jornais eminentemente jornalísticos (...)”, normalmente chamados de gazetas. Haffemayer (1999, s.d.) acrescenta que estas publicações vieram revelar um espaço europeu de intercâmbio de notícias cuja periodicidade foi articulada em redes estruturadas e que eram, por norma, influenciadas pelas políticas vigentes no seu país e controladas pelo poder⁶³. Tal como acontecia com as diversas folhas volantes, relações e outros dispositivos pré-jornalísticos, as gazetas tinham uma circulação relativamente

⁶¹ Alguns autores, como por exemplo Pizarroso Quintero (1994a, p. 48) identificam algumas publicações semestrais e anuais, nomeadamente na Alemanha, em finais do século XVI. No entanto, não as consideram como exemplos de publicações noticiosas periódicas, uma vez que a sua actualidade e também periodicidade não permitem que sejam consideradas como tal. Porém, outros autores, como Raymond (1994, p. 179) identificam uma destas publicações, o *Mercurius Gallobelgicus*, como a primeira a que podemos chamar de periódica, apesar de esta ter sido semestral.

⁶² Días Noci e Hurtado (2003, p. 16) referem que, geograficamente, a génese do jornalismo se estendeu do centro da Europa para os outros países do continente.

⁶³ Guillaumet (2004, p. 72) corrobora que o jornalismo assentou, de facto, as suas primeiras formas e modelos sob a vigilância do poder.

restrita⁶⁴, quer por causa do preço, quer por causa dos baixos índices de alfabetização (Sousa, 2008c, p. 35 e 2013, p. 154; Tengarrinha, 1989, p. 39).

Estes primeiros “jornais”, comumente apelidados de gazetas, correspondiam, segundo Sousa (2008c, p. 34), a uma evolução do livro noticioso, sendo que eram menos volumosos, mais baratos, continham notícias com maior actualidade e a sua publicação era mais frequente. O autor ressalva, no entanto, que apesar de as gazetas terem evoluído dos livros noticiosos, não os substituíram por completo, pois estes não deixaram de existir. Persistiram e continuaram a ter sucesso durante grande parte do século XVII (Sousa, 2008c, p. 34). Espejo (2013, pp. 73-74) afirma que também os avisos e relações de sucessos, nomeadamente as produzidas em Espanha, evoluíram, frequentemente, para gazetas. Pizarroso Quintero (1994a, p. 49) corrobora esta ideia e acrescenta que algumas das publicações ocasionais, começaram a ser publicadas de forma seriada, primeiro sem numeração e depois com, evoluindo, assim, para uma publicação periódica regular. Para Días Nocí e Hurtado (2003, p. 12), as gazetas eram veículos de informação, propaganda, literatura e anúncios comerciais.

Procurando, de forma geral, descrever as primeiras publicações periódicas europeias, Guillet (2012, p. 260) refere que estas exibiam textos ligeiros, orientados para a transmissão de feitos e apresentação de novidades; expunham conteúdos variados, resultado de uma grande diversidade de informação; mostravam as notícias por ordem de chegada, o que facilitava a leitura e a compreensão dos acontecimentos, bem como a composição na imprensa.

Sendo praticamente unânime que as primeiras publicações noticiosas periódicas europeias vieram a lume no século XVII, já não é tão consensual dizer-se qual delas tem a primazia de poder intitular-se a primeira. São, pois, várias as que reclamam o título. No entanto, mais que perceber qual foi o primeiro jornal com carácter noticioso e regularidade/periodicidade definida (no entanto, esta periodicidade, que até podia começar por ser regular, nem sempre assim se mantinha) a ser publicado, importa

⁶⁴ Entre os leitores directos das gazetas encontravam-se “os burgueses endinheirados, a aristocracia rica e o clero instruído” (Sousa, 2013a, p. 154). Mas também circulavam de forma indirecta, uma vez que eram, frequentemente, lidas em público.

perceber quais foram os primeiros, como se apresentavam, quais as suas principais características e de que forma influenciaram os sistemas jornalísticos que se foram configurando nos diferentes países europeus, bem como as publicações que se lhe seguiram. Há mesmo algumas publicações que, pelo facto de se terem tornado modelos das suas congéneres subsequentes, são uma referência quando se fala na génese do jornalismo europeu.

Para melhor se perceber quais foram as primeiras publicações noticiosas seriadas ou mesmo com periodicidade da Europa, independentemente da importância e interesse que vieram a ter para a história do jornalismo, segue-se um quadro com os títulos, ano ou anos de publicação, país e cidade onde surgiram e editores, promotores ou redactores das mesmas.

Quadro 1 ⁶⁵			
Primeiras publicações noticiosas seriadas/periódicas na Europa seiscentista			
Título	Data (s)	Redactor (es) e impressor (es) provável/prováveis	País
<i>Mercurius Gallobelgicus</i>	1594 (circulou fora da Alemanha já no século XVII) até 1635	M. Jansen	Alemanha (Colónia e depois Frankfurt)
<i>La Gazette Française</i>	1605	Marcellin Allard – redactor – e Pierre Chevalier – impressor	França. Terá sido escrita anos antes da sua publicação e assemelhava-se mais a um livro.

⁶⁵ Este quadro foi elaborado com recurso a diferentes fontes bibliográficas. No entanto, dada a natureza de um quadro, que pretende apresentar a informação de forma mais clara, estas informações bibliográficas são apenas referidas no final do mesmo, não esclarecendo de onde proveio cada um dos dados apresentados mas permitindo que a informação surja de forma mais legível.

<i>Nieuwe Antwersche Tijdinghe</i> ou <i>Nieuwe Tijdinghen</i>	1605. Desaparece em 1631.	Abraham Verhoven/ Verdussen	Holanda (Anvers) que, na altura, estava sob o domínio espanhol.
<i>(Avisa) Relation oder Zeitung (...)</i>	1609 (50 números) 1610 (52 números)	Julius Adolph von Söhne	Alemanha (Wolfenbüttel)
<i>Die Relation</i> também conhecida por <i>Relation aller Fürnemmen und Gedenckwürdigen Historien</i> e <i>Gazeta de Estrasburgo</i>	1609 (52 números)	Johan Carolus	Alemanha (Estrasburgo)
<i>Mercure Français</i>	1610	Jean e Etienne Richer (primeiros anos) Padre Joseph	
<i>Newes Out of Holland</i>	1619	Nathaniel Newberry	
<i>Corrant or Weekly News/Newes from Italy, Germany, Bohemia, the Palatinate, France and the Low Countries</i> , vulgarmente conhecido por <i>A Current of General News</i>	1622	Nathaniel Butter Nicholas Bourne Thomas Archer	Inglaterra
<i>Relação Universal do Que Sucedeu em Portugal & Mais Províncias do Ocidente e Oriente, Desde o Mês de Março de 625 Até Todo Setembro de 626. Contém Muitas Particularidades & Curiosidades. (1ª edição)</i>	1626 e 1628 (dois números)	Francisco d'Abreu (pseudónimo de Manuel Severim de Faria)	Portugal
<i>La Gazette</i>	Maio de 1631	Théophraste Renaudot	França
Fontes: Blanchard, 1973; Chartier, 2012; Días Noci e Hurtado, 2003; Guillaumet, 2004, Muddiman,			

1908; Raymond, 1994; 2012; Sousa, 2013a; Terrou, 1970; etc.

De todas estas publicações destacam-se, pela relevância que tiveram e pelo facto de terem instituído modelos que foram seguidos, algumas.

a) O *Mercurius Gallobelgicus*, por ter sido a primeira publicação noticiosa, seriada e periódica (semestral). Reunia notícias das publicações ocasionais, impressas e manuscritas, que surgiam por toda a Europa (Raymond, 2012, p. 179). Brownlees (2011, p. 72) acrescenta que apesar de ter tido o primeiro número em finais do século XVI, só começou a circular pela Europa nos anos vinte do século XVII e Conboy (2004, p. 17) informa que esta publicação foi fonte e modelo para muitas outras. Muddiman (1908, p. 11) informa que esta publicação começou por ser escrita em latim e que o primeiro número, saído em 1594, continha eventos ocorridos em 1588 e tinha 625 páginas.

b) A *Nieuwe Antwersche Tijdinghe* (Notícias de Anvers), publicada em Anvers, em 1605, pelo flamengo Abraham Verhoeven. Este obtivera, da parte dos reis, privilégio para publicar todas as notícias recentes, as vitórias, assédios e conquistas das cidades que os seus soberanos tivessem ou ganhassem na Holanda (Pizarroso Quintero, 1994a, p. 49). Fazia, assim, uma celebração propagandística dos feitos do governo. Entretanto, evoluiu e, não tendo abandonado a função propagandística, alargou as temáticas e tornou-se um periódico noticioso. Esta publicação começou por ser escrita apenas em flamengo, tendo sido, a partir de 1610, também publicada em francês. Numa primeira fase, careceu de alguma regularidade, daí que alguns autores, como Guillamet (2004, p. 43), por exemplo, não a considere como publicação periódica. Mas, em 1617, já se publicava semanalmente. Já em 1620, sendo o impressor Verdussen, a *Nieuwe Antwersche Tijdinghe* chegava a sair até três vezes por semana. Para alguns autores (Braojos Garrido, 1999, p. 24; Chivelet, 2001, p. 12; Días Nocí e Hurtado, 2003, p. 11; Gürtler, 2005, pp. 37-38; Popkin, 1999; Sánchez Alarcón, 1994, p. 364; Sousa, 2008c, p. 34, etc.) esta foi a primeira publicação a apresentar características de jornal e o seu modelo foi aquele que a maioria das outras gazetas, que entretanto foram surgindo por toda a Europa, seguiu. O *Nieuwe Antwersche Tijdinghe* publicava notícias nacionais e do estrangeiro (o que constituía uma novidade) e conseguiu durar vários anos, tendo

sido semanal, a partir de 1617, e trissemanal, a partir de 1620. Acabou em 1631, quando já se intitulava *Wekelijke Tijdinghen*.

c) A *Relation aller Fürnemmen und gedenckwürdigen Historien*, de 1609, da qual se conservam 52 exemplares deste ano (Chivelet, 2001, p. 12), e que é considerada por Guillaumet (2004, p. 43) como a primeira verdadeiramente noticiosa e periódica, e (*Avisa*) *Relation oder Zeitung* (...), pelo mesmo motivo, ser noticiosa e mostrar um respeito criterioso pela periodicidade, durante um certo período de tempo.

d) A *Gazette*, de Théophraste Renaudot, surgida a 1631, em França. Para Pizarroso Quintero (1994a, p. 48) o modelo fundamental das gazetas europeias foi o da *Gazette* de Renaudot, apesar de, cronologicamente, esta não ter sido a primeira publicação semanal impressa, nem sequer na França.

Ao apresentar e descrever estas gazetas, Sousa (2008c, pp. 34-35 e 2013, pp. 151-152) enumera como principais características as seguintes:

a) Periodicidade (mesmo que irregular) definida e frequente.⁶⁶

b) Atitude eminentemente informativa, ainda que por vezes também propagandística. O autor ressalva, porém, que algumas gazetas não se resumiam a um “conteúdo unicamente noticioso neutral”, pois incluíam, nas suas páginas, “notícias orientadas e seleccionadas para servirem determinadas causas, excertos argumentativos, opinativos e persuasivos” ou, simplesmente, propagandísticos (Sousa, 2008c, p. 35).⁶⁷ Noutros casos ainda, as gazetas perseguiram objectivos religiosos e moralistas.

⁶⁶ Normalmente semanal e depois bi e trissemanal, até chegar a diária. Nem sempre, no entanto, é possível comprovar esta periodicidade, pois faltam alguns exemplares, nem todos chegaram até aos dias de hoje.

⁶⁷ Encontram-se neste caso os periódicos portugueses *Gazeta* “da Restauração” e *Mercúrio Português* (Sousa, 2008c, p. 35 e 2013, p. 152).

c) Inclusão de textos simples, escorregados, datados e geograficamente localizados, por vezes com menção directa às fontes, geralmente desenvolvidos numa narrativa cronológica.

d) Primeira página titulada (sendo este título mantido ao longo de todo o tempo da publicação) e, por vezes, ilustrada, mencionando, habitualmente, a data e o local de impressão/edição e o nome do editor.

e) Os temas das notícias eram variados. Incluía-se várias notícias sobre diferentes assuntos e de diversas proveniências, paginadas a uma coluna, por vezes sem qualquer ordem lógica, outras vezes com ordem cronológica, muitas vezes com indicação da data e local de proveniências das mesmas (podendo ser obtidas por tradução de notícias de gazetas estrangeiras e/ou por produção própria).

f) Publicação de notícias do dia anterior, o que reconstrói a noção de actualidade.

g) Existência de profissionais (um ou dois) dedicados em exclusivo à redacção, paginação e impressão.

h) Inclusão de anúncios pagos (principalmente a partir de meados do século XVII).⁶⁸

O formato estrutural destas publicações foi, conforme se disse, fixado pela *Nieuwe Antwersche Tijdinghe*, de Anvers.

Relativamente ao primeiro periódico diário, existe também alguma discordância no seio dos investigadores que se dedicam ao assunto: entre o *Einkommende Zeitungen* (Notícias Recebidas), fundado em Leipzig, Alemanha, em 1650 (Dias, 2006, p. XXIX; Raymond, 2012, p. 178); o *Neueinlauffende Nachricht von Kriegs-und Welt-Händeln*, também de Leipzig, em 1660 (Sousa, 2007a, p. 54); o *Leipziger Post-Und Ordinari*

⁶⁸ Sousa (2008c, p. 35) acrescenta que a inclusão de publicidade veio permitir diminuir o preço por exemplar, o que tornou as gazetas acessíveis a mais pessoas, e que o pioneirismo nesta matéria terá pertencido à *Gazeta de Veneza*.

Zeitung, igualmente saído em Leipzig, dois anos mais tarde, em 1662 (Sousa, 2007a, p. 54); ou o *Daily Courant*, periódico inglês, do início do século XVIII, 1702, estará o primeiro jornal com periodicidade diária.

No final do século XVII, a imprensa semanal já era um fenómeno generalizado por toda a Europa. Por norma, era de carácter oficial ou oficioso e estava submetida a uma rígida censura religiosa e civil. Os temas de política interna só muito raramente eram tratados, mas existiram, limitando-se, estas publicações semanais, a discutir e comentar acontecimentos políticos externos e a servir de instrumento de propaganda aos governantes. Días Noci (2002, p. 229) afirma que, em determinados locais, as notícias “caseiras” sobre política eram, nesta altura, melhor conhecidas no estrangeiro que no próprio país. Estas publicações eram vendidas ao público, mas também tinham clientes fixos. A sua difusão limitava-se, essencialmente, às pessoas mais cultas, mas a sua repercussão atingia todos os estratos da população (Pizarroso Quintero, 1994a, p. 52).

v. Os modelos normativos e funcionais de jornalismo: o inglês e o francês

Apesar de, se encarado de forma global, o jornalismo seiscentista apresente características comuns, é possível, no entanto, estabelecer diferenças e falar de dois modelos de informação. Os modelos normativos e funcionais de jornalismo⁶⁹ que vieram alicerçar e moldar o jornalismo europeu foram o inglês e o francês (Sánchez Aranda, 2004, p. 78; Sousa, 2008c, p. 36 e 2013, p. 153). Na Europa, estes dois modelos de informação impuseram-se no século XVII. Enquanto o inglês, assente na iniciativa privada de publicação de jornais, independente do Estado, permitiu que, já no século XVIII, se falasse e/ou desse vida ao sistema de liberdade de imprensa⁷⁰, o francês,

⁶⁹ Alguns autores, como, por exemplo, Espejo (2012, pp. 111 a 124), discordam desta divisão em dois modelos funcionais e normativos de jornalismo. Para Espejo (2012, p. 113), a génese do jornalismo foi um processo global e transeuropeu e não se deve entender de forma categorizada, que dê ênfase às singularidades de cada modelo e não ao fenómeno como um todo.

⁷⁰ Copeland (2006, pp. 2 e 9) refere, no entanto, que já desde o século XVI se falava numa espécie de *liberdade de consciência* (sendo que o autor faz questão de realçar que falar-se da expectativa de saber novidades é diferente de reclamá-las como um direito), nomeadamente em Inglaterra e no seio de alguns grupos protestantes, que se moviam numa sociedade autoritária, que procurava manter a imprensa sob a alçada da igreja anglicana e do rei, ao mesmo tempo que o interesse demonstrado pelas pessoas em saber notícias crescia. Para Copeland (2006, p. 22) a religião foi mesmo a grande impulsionadora no

alicerçado num modelo propagandístico de jornalismo, sob a alçada do absolutismo monárquico juntamente com o Estado e dependente dele, controlava as publicações periódicas. Foi este o modelo que praticamente todos os outros países europeus seguiram⁷¹. De acordo com Sousa (2008c, p. 35), o modelo normativo e funcional de jornalismo inglês viria a propor o paradigma em que se fundaria o jornalismo ocidental contemporâneo (Modelo Ocidental de Jornalismo). O modelo normativo e funcional de jornalismo francês ajudou a fundar a forma de fazer jornalismo em ditadura (Modelo Autoritário de Jornalismo⁷², influenciando também os modelos Socialista e Desenvolvimentista de jornalismo).

Sousa (2008c, p. 36 e 2013, pp. 154-155) explica que o modelo normativo e funcional de jornalismo francês, nascido para regular o movimento da imprensa, determinava que as publicações estivessem ao serviço do absolutismo régio que se vivia, na época, em França. E para melhor controlar o que estas publicações escreviam, foram promulgadas leis, através das quais se instituiu a censura prévia, se reforçaram as proibições de publicar determinados conteúdos, se estabeleceu um regime obrigatório de licenças de impressão e se multava, prendia, desterrava, etc. quem “prevaricasse”. Mas se por um lado, estas medidas repressivas, impostas pelos governantes, limitavam o exercício do jornalismo, pelo menos no que à liberdade de expressão dizia respeito, por outro, o próprio Estado, financiava (pela primeira vez) as publicações que estavam ao seu serviço, empregando redactores a quem instruía sobre o quê e como escrever.⁷³

O chamado modelo normativo e funcional de jornalismo inglês, segundo Sousa (2008c, p. 36) “acalentador da liberdade de pensamento e de expressão e da argumentação jornalística persuasiva”, contribuiu para fundar os valores do jornalismo

desenvolvimento da ideia de liberdade de imprensa, uma vez que a demanda pela liberdade religiosa se estendeu à de imprensa.

⁷¹ Exceptuam-se as Províncias Unidas.

⁷² Siebert, Peterson e Schramm (1963, p. 2) e Guillaumet (2004, p. 72) referem que a mais antiga das teorias da imprensa é mesmo a autoritária e que, apesar de o jornalismo ter tido um desenvolvimento desigual nos diferentes países, na sua maioria assentou formas e modelos sob a vigilância do poder.

⁷³ Esta situação verificou-se com o *Mercure Français*, a partir de 1624, que era conduzido pelo padre Joseph, e com *La Gazette*, dirigida por Théophraste Renaudot, a partir de 1631.

ocidental e dos seus profissionais. Na implementação deste modelo, são consideradas, por Sousa (2008c, p. 36) duas fases, que correspondem aos dois períodos vividos pelo país, o de domínio monárquico e o de domínio parlamentar, “antes de se chegar ao paradigma da liberdade de imprensa.” Assim, após um período em que a censura e as licenças prévias limitaram o conteúdo das folhas noticiosas inglesas a assuntos inócuos para o regime, a imprensa de Inglaterra conheceu uma outra realidade. Este modelo inglês de imprensa, saído das convulsões que o Reino Unido conheceu durante o século XVII, apresentava algumas características particulares, tais como conhecer liberdades formais, nomeadamente a liberdade de expressão e, consequente a liberdade de imprensa; e possuir um sistema jornalístico alicerçado em jornais independentes de vários tipos, entre os quais os jornais noticiosos, generalistas ou especializados, os jornais culturais e científicos e os jornais de partido (*party press*). Desta forma, os jornais deixam de ser entendidos apenas como meros veículos de notícias e passam a ser encarados como “instrumentos a usar na arena pública e na luta pelo poder, no quadro de discussões racionais e livres sobre os problemas.” (Sousa, 2008c, p. 37).⁷⁴

A *Gazeta* “da Restauração”, primeira publicação periódica portuguesa, que veio a lume entre 1641 e 1647, foi uma das publicações a ser controlada politicamente e a servir propósitos propagandísticos, inserindo-se, por isso mesmo, na perfeição, neste modelo autoritário de jornalismo. Também o *Mercúrio Português*, publicado entre 1663 e 1667, foi um importante apoio à continuação da Guerra da Restauração e um dispositivo de propaganda relevante dos partidários de D. Afonso VI e do seu valido, o conde de Castelo Melhor. No entanto, o controlo total destas publicações era sempre tarefa difícil.

2.3. A génese e a evolução do jornalismo em Portugal

i. Publicações noticiosas ocasionais portuguesas seiscentistas

Antes de surgirem as primeiras publicações noticiosas periódicas em Portugal, o país assistiu, no século XVI, a uma proliferação de vários dispositivos jornalísticos

⁷⁴ Este modelo de jornalismo, o primeiro a garantir a liberdade de imprensa e de expressão, será aquele que virá a ser adoptado na maioria dos estados democráticos de direito (Sousa, 2008c, p. 37).

impressos (alavancados pela invenção tipográfica de Gutenberg) e que constituíram os primeiros exemplos de publicações noticiosas no espaço lusófono. Esses dispositivos procuravam, nas palavras de Sousa (2011, p. 40) alimentar “a curiosidade pública, o interesse pelo que sucedia, e consequentemente também formando um mercado para a comunicação jornalística.”. O mesmo autor (Sousa, 2007b, p. 1) argumenta que se excluirmos as crónicas e as cartas

pode localizar-se no século XVI o nascimento do jornalismo português e, por extensão, do jornalismo lusófono, pois foi nessa época que surgiram as primeiras folhas volantes noticiosas portuguesas com relatos sobre ocorrências recentes.

Pena Rodríguez (1994, p. 351) concorda e acrescenta que

A utilidade e a satisfação de curiosidades nessa investigação de factos, principalmente relacionados com conflitos militares ou desastres naturais, representa, como acontece nessa época em toda a Europa, um impulso para a difusão da informação cada vez mais detalhada e actualizada. Assim, o progresso da tipografia, a melhoria das comunicações e o interesse do público fomentam a publicação das primeiras folhas noticiosas impressas ou relações, como eram conhecidas em Portugal.

Cunha (1941, p. 36-37), por seu lado, realça o interesse que estas publicações despertavam no público, que mesmo sem saber ao certo a data em que surgiriam, nem sobre o que iriam exactamente versar, ansiavam-nas, o que revela a sua receptividade para “consumir” as novidades e para “absorver” o conhecimento que partilhavam.

Tengarrinha (1989, p. 25) refere que a folha noticiosa manuscrita portuguesa mais antiga que se conserva é de 1588, intitulando-se de *Notícia da Infelicidade da Armada de Sua Majestade Que Escreveu o Mestre de Santa Catarina*. Tinha duas páginas com informações sobre a destruição da “Armada Invencível”. O autor acrescenta que, entre 1640 e 1643, se registou um elevado número de folhas manuscritas, semelhantes à primeira, com notícias avulsas de Portugal e do estrangeiro, sendo as notícias, por norma, extraídas de gazetas estrangeiras. Estas publicações cumpriam uma função social importante, na medida em que eram o único veículo informativo de que se dispunha (Tengarrinha, 1989, p. 27).

Já em relação às folhas noticiosas ocasionais impressas, Tengarrinha (1989, p. 29) e Pena Rodríguez (1994, p. 351) concordam quando afirmam que a mais antiga de que se tem conhecimento é a *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição Chamada Algaravia a Nova de que Era Capitão Francisco Nobre a Qual Perdeu nos Baixos de Pêro dos Banhos em 22 de Agosto de 1555*, e foi impressa em Lisboa, em 1556. Tinha 23 páginas de 15x20 centímetros e foi escrita, pensa-se, por Manuel Rangel. Já Lanciani (1979, p. 11) indica que a folha volante *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal*, impressa em 1555 ou 1556, terá sido o primeiro exemplo deste tipo de publicação no país. A autora (Lanciani, 1979, pp. 21-22) argumenta que na *Relação* de Manuel Rangel são referidas obras do século XVII (*Crónica de Dom João III*, de Francisco de Andrade e *Década VII*, de Diogo Couto, a primeira de 1613 e a segunda de 1616), daí que a data de 1556 não possa estar correcta. Por sua vez, Passos (1928, s.p.) faz menção a folhas volantes portuguesas de 1527, sobre o naufrágio de várias naus (São Pedro, São Sebastião, Santo António e Conceição). De qualquer forma, e independentemente de se saber qual foi, de facto, a primeira folha ocasional portuguesa impressa, é facto assente que foi no século XVI que estas começam a circular.

Assim, diz Sousa (2008c, p. 30), que quanto ao método de fixação da informação no suporte, se devem considerar dois tipos de folhas volantes coexistentes: as impressas e as manuscritas e, lembra Pena Rodríguez (1994, p. 351) as folhas impressas coexistiram com as manuscritas.

Todas estas publicações sobre naufrágios foram frequentes, não só em Portugal como no resto da Europa, e relatavam, como o próprio nome indica, os naufrágios, as suas causas e as suas consequências. Dias (2006, p. XXXI) realça a peculiaridade com que as reacções humanas e o esforço pela sobrevivência eram descritos, nestas publicações, sempre com inúmeros pormenores, facto que agradava ao leitor. Bernardo Gomes de Brito coligiu todas as relações sobre naufrágios com navios portugueses,

ocorridos entre 1552 e 1602, na sua *História Trágico-Marítima*, publicada, pela primeira vez, em 1735, seguindo-se novo volume, em 1736.

Por norma, as folhas volantes eram anónimas, mas conhece-se o nome de alguns daqueles que as escreveram, tais como: Bento Teixeira Feio, Manuel Rangel, Manuel da Mesquita Pelestrelo, Manuel Godinho Cardoso, por exemplo (Dias, 2006, p. XXXII; Sousa, coord. *et al.*, 2007a, p. 30). O facto de serem, grande parte das vezes, anónimas, permitia que o assunto pudesse ser controverso. Assim, para evitar temas desconfortáveis, a partir de 1627, as publicações portuguesas passaram a ser submetidas à censura, com a promulgação da primeira lei da imprensa portuguesa. No entanto, a sua circulação não acabou, sendo que, durante todo o século, várias publicações tenham sido distribuídas (Pena Rodríguez, 1994, pp. 351-352). Os métodos de recolha e processamento de informações que predominavam nestas publicações eram, por norma, os mesmos que prevaleciam nas publicações europeias do género: transcrição e tradução das notícias de exemplares de outros países, troca de correspondência e recolha directa junto às fontes (Sousa, 2013a, p. 166). Esta constatação demonstra que tanto em Portugal como noutros países europeus, principalmente os mais eruditos estabeleciam redes de correspondentes, promovendo, assim, o intercâmbio noticioso e com ele o interesse e a expectativa pela informação, o que veio contribuir de forma notória para o desenvolvimento do jornalismo (Espejo, 2011, p. 191; Sousa, 2013a, p. 164).

Tengarrinha (1989, p. 29) afirma que as folhas volantes portuguesas apresentavam o aspecto de um pequeno livro, com frontispício, na primeira página, muitas vezes ilustrado. Sem carácter de regularidade, cada uma delas limitava-se a “descrever, sem comentários, nem interpretações, um único acontecimento, com grandes minudências, mas nem sempre com muita verdade.” (Tengarrinha, 1989, p. 29). Eram um misto de crónica e reportagem; no entanto, a narrativa tendia sempre a ser cronológica, independentemente da extensão do relato, e estas podiam surgir escritas em prosa ou em verso (Sousa, 2008c, pp. 29-30).

Surgidas numa fase pré-industrial da imprensa, estas publicações não apresentavam, de facto, qualquer periodicidade. No entanto, tinham como propósito o

lucro (através da venda), recorriam a um tipo de discurso informativo e eram distribuídas de forma “massiva” para a época, aproximando-as, assim, estruturalmente, das publicações que existem, hoje, no jornalismo contemporâneo.

Os temas das folhas volantes, relações e das restantes publicações noticiosas ocasionais eram variados. Tengarrinha (1989, p. 29) refere a política, o comércio, os fenómenos insólitos e curiosos, os acontecimentos sociais, os crimes e criminosos, as calamidades, as batalhas, os lugares, etc. como exemplos de alguns dos temas que serviram de pretexto para a elaboração de folhas ocasionais. Para chegar a estes resultados, o autor fez um levantamento das relações ocasionais portuguesas de que se tem conhecimento ou que ainda se conservam, publicadas entre 1555 e 1641⁷⁵, tendo chegado ao número de 32, abarcando as seguintes temáticas: expansão marítima, naufrágios, relações com povos e descrições de terras distantes, proselitismo religioso; assuntos religiosos; notícias da corte; acontecimentos gerais do país e do estrangeiro; batalhas; descrição de Lisboa, distribuídas como se pode ver no gráfico 1:

⁷⁵ Ano em que é publicada a primeira publicação noticiosa periódica, em Portugal.

Gráfico 1
Temas das publicações noticiosas ocasionais portuguesas



Fonte: Tengarrinha (1989, p. 29)

O gráfico 1 permite perceber que, de facto, as notícias relacionadas com as viagens marítimas e suas consequências e o desvendar do desconhecido eram o assunto que mais interessava ao público, seguindo-se, a alguma distância, os assuntos religiosos e as notícias da corte. A curiosidade demonstrada pelo incógnito era comum num mundo ainda pouco conhecido e, tal como afirma Benedict (2000, p. 2), era uma espécie de caminho para fora do lugar onde se estava sempre e de onde raramente se saía; era algo que permitia olhar mais além.

No início do século XVII, estando, ainda, Portugal, a ser governado por um rei espanhol, as folhas volantes multiplicaram-se, no país. Algumas destas, circulando na clandestinidade, procuravam levantar a opinião pública contra o domínio espanhol, daí que o rei Filipe III tenha imposto severas limitações à circulação da informação,

(Tengarrinha, 1989, p. 30).⁷⁶ Estas providências viriam a ser alteradas quando a independência foi restaurada.

Ainda no século XVII, surge um outro tipo de publicação em Portugal, uma espécie de anuário noticioso (Sousa, 2013a, p. 163). Manuel Severim de Faria⁷⁷, um erudito português da época, sob o pseudónimo de Francisco de Abreu, mandou imprimir duas *Relações* multitemáticas de notícias, extraídas de uma série de 31 relações manuscritas intituladas *História Portuguesa e de Outras Províncias do Ocidente, Desde o Ano de 1610 Até o de 1640 da Feliz Aclamação d'El Rei D. João o IV Escrita em Trinta e Uma Relações* (Sousa, coord. et al., 2007a, p. 11). A primeira *Relação* foi impressa em Lisboa, em 1626, e reimpressa em Braga, em 1627. Dizia respeito aos dezanove meses decorridos entre Março de 1625 e Setembro de 1626. A segunda foi impressa em Évora, em 1628, e discorria sobre os acontecimentos decorridos entre os meses de Março de 1626 e Agosto de 1627. Esta continha 18 páginas.

Quadro 2

Sinopse das *Relações* de Manuel Severim de Faria

Título	Autor referenciado	Ano de edição	Local de edição	Impressor	Número de páginas
<i>Relação Universal do Que Sucedeu em Portugal & Mais Províncias do Ocidente e Oriente, Desde o Mês de Março de 625 Até</i>	Francisco d'Abreu, natural de Lisboa (pseudónimo usado por	1626	Lisboa	Geraldo da Vinha	32

⁷⁶ Tengarrinha (1989, p. 30) acrescenta que esta medida, por parte de Filipe III, marca o início da legislação restritiva em relação às folhas noticiosas.

⁷⁷ Manuel Severim de Faria nasceu em 1584, em Lisboa, e morreu em 1655. Foi educado em Évora, para onde foi viver ainda em criança, por um tio que era Cónego e Chantre (cargos que Manuel Severim de Faria veio também a ocupar, aos 25 anos). Frequentou a Universidade de Évora, vindo a ser Mestre em Artes e Doutor em Teologia. Escreveu várias dezenas de obras (Sousa, coord. et al., 2007a, pp. 59-68). No texto “Prosa Doutrinal, Panfletária e Historial”, publicado na *História da Literatura Portuguesa* de Óscar Lopes e António José Saraiva, descreve-se Manuel Severim de Faria como “um dos precursores da imprensa noticiosa em Portugal”, devendo-se tal à sua “propensão noticiaria e articulista” (Lopes e Saraiva, 1996, p. 542).

<i>Todo Setembro de 626. Contém Muitas Particularidades & Curiosidades (1ª edição)</i>	Manuel Severim de Faria)				
<i>Relação Universal do Que Sucedeu em Portugal & Mais Províncias do Ocidente e Oriente, Desde o Mês de Março de 625 Até Todo Setembro de 626. Contém Muitas Particularidades & Curiosidades (2ª edição)</i>	Francisco d'Abreu, natural da Cidade de Lisboa	1627	Braga	Frutuoso Lourenço de Basto	32
<i>Relação do Que Sucedeu em Portugal e Nas Mais Províncias do Ocidente e Oriente Desde Março de 1626, Até Agosto de 1627</i>	Francisco de Abreu, natural da cidade de Lisboa	1628	Évora	Manuel Carvalho, impressor da Universidade	18
Fonte: Sousa, coord. et al., 2007a, p. 76.					

As *Relações* de Manuel Severim de Faria constituíram-se como um conjunto valiosíssimo de relatos acerca dos sucessos bélicos e políticos portugueses, no período em questão. Eram, decisivamente, noticiosas e, intencionalmente, políticas, e eram vendidas por um preço elevado (Dias, 2006, p. XXXIII). Sousa, coord. et al. (2007a, p. 73) corroboram esta opinião, dizendo que as *Relações* de Severim de Faria apresentavam um conteúdo todo ele noticioso, que oscilava entre o propagandístico, o analítico e o factual. Os autores referem ainda que as notícias das *Relações* ou eram transcritas de outras publicações europeias congéneres ou resultavam de cartas enviadas por correspondentes de Severim de Faria ou advinham da recolha directa junto de fontes por parte do redactor (Sousa, coord. et al., 2007a, pp. 117-118).

Em relação a questões formais, os autores informam as *Relações* que se apresentavam em papel de linho, num formato *in-quarto* (cerca de 14x20 centímetros), que a sua primeira página era composta, para além do título, por um frontispício,

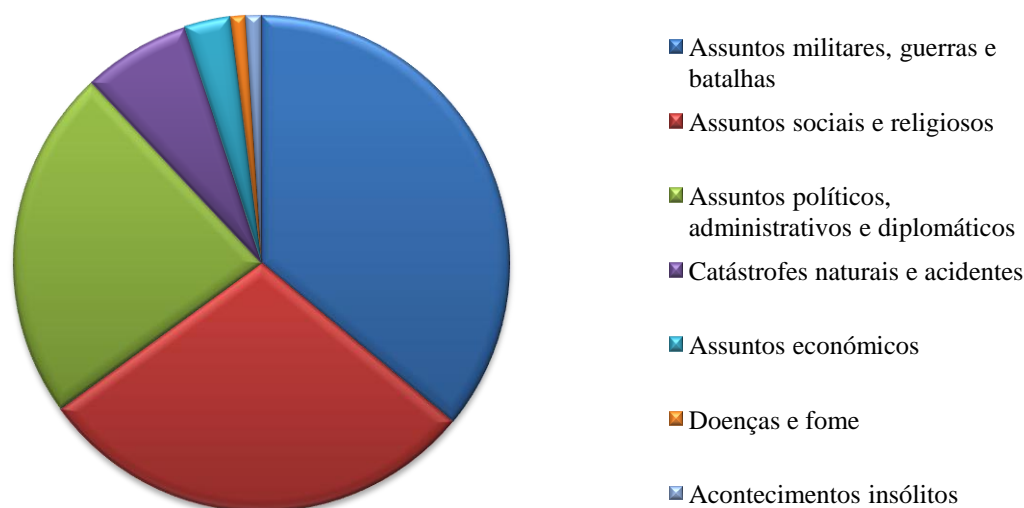
lembrando um livro, e que dispunha as notícias numa só coluna, sucedendo-se umas às outras, como o faziam as outras publicações noticiosas europeias da época (Sousa, coord. *et al.*, 2007a, p. 74).



Figura 1 – *Relações*, de Manuel Severim de Faria – capas e página interior

Em relação aos temas tratados, Sousa, coord. *et al.* (2007a, p. 128), que fizeram um estudo aprofundado sobre esta publicação de Manuel Severim de Faria, informam que as peças das *Relações* se encontravam divididas pelas seguintes categorias: assuntos políticos, administrativos e diplomáticos; assuntos sociais e religiosos; assuntos económicos; assuntos militares, guerras e batalhas; catástrofes naturais e acidentes; doenças e fome; acontecimentos insólitos. Percentualmente, a divisão é a que se verifica no gráfico seguinte:

Gráfico 2
Temas das notícias das *Relações*



Fonte: Sousa, coord. *et al.*, 2007a, p. 128

O gráfico 2 revela elevadas percentagens para as notícias que versavam sobre assuntos militares ou guerras/batalhas, para as que se relacionavam com a administração do país e com a vida em comunidade e para as que versavam sobre assuntos sociais e religiosos. Ou seja, em relação aos temas das folhas noticiosas ocasionais que circularam antes da publicação das *Relações*, nota-se que já não eram as viagens marítimas e a descoberta e descrição do desconhecido a despertar mais interesse, mas sim aquilo que era conhecido e que interferia directamente com a vida das pessoas – as guerras e a administração do seu país.

Estas *Relações* de Manuel Severim de Faria são consideradas por alguns autores, como Rocha (1998, pp. 20-21), Sousa (2007a, p. 11) e Tengarrinha (1989, p. 29 e 35), por exemplo, os primeiros “jornais” portugueses noticiosos e multitemáticos impressos. Os mesmos autores defendem que, no entanto, as *Relações* de Manuel Severim de Faria não podem ser consideradas como os primeiros “jornais” periódicos portugueses, pois a sua publicação foi ocasional, não obedecendo a qualquer tipo de periodicidade, como se

exige no jornalismo. Já Cunha (1941, p. XVIII), nos anos quarenta do século XX, dizia que não se podia reconhecer regularidade e continuidade a um folheto que apareceu apenas por duas vezes e com intervalo de um ano, entre cada um, sem data certa ou sequer aproximada para vir a lume. O autor alude, ainda, para a falta de uniformidade, no que ao título, ao local de impressão e aos destinatários diz respeito (Cunha, 1941, p. 44). A falta de periodicidade e continuidade das *Relações* de Manuel Severim de Faria leva a que se pense que estas apenas eram publicadas quando acontecia algo realmente importante (Dias, 2006, p. XXXIII; Rocha, 1998, pp. 20-21) ou quando se dava alguma ocorrência verdadeiramente singular ou estranha (Cunha, 1941, p. 35).⁷⁸

Lisboa (2006, p. XIII) refere as todas publicações noticiosas ocasionais de que atrás se falou permitiram que se seguisse o que era tido como relevante, como as movimentações diplomáticas e militares ou a vida das famílias reais, por exemplo, mas salvaguarda que estas ainda não eram consideradas um periódico, dada a sua falta de periodicidade, entre outros aspectos. No entanto, o levantamento político do 1.º de Dezembro e a guerra que se lhe seguiu fizeram com que a imprensa passasse a ser utilizada de uma forma nunca antes vista, passando a ter como principal missão afirmar a política e a diplomacia recém-instauradas, não só no país, mas também fora dele, nomeadamente nas principais cortes europeias e, em particular, na Santa Sé (Lisboa, 2006, p. XV). O autor acrescenta que estas publicações actuavam “num terreno já de si conflituoso, onde a necessidade e eficácia do que se diz pode ser contraditória” ao mesmo tempo que gerava resistências e entrava em campos sensíveis, nomeadamente aqueles que envolviam esforço de guerra (Lisboa, 2006, p. XV).

Esta utilização da imprensa por parte do poder político, em seu proveito, leva a que Lisboa (2006, p. XV) considere a existência de uma relação entre o desenvolvimento da imprensa e a própria independência política que havia sido conquistada. No entanto, o autor também identifica, nomeadamente a partir da década de quarenta do século XVI, algum interesse comercial naquilo que era publicado pelos

⁷⁸ Sousa (2010, p. 9) informa que as *Relações* de Manuel Severim de Faria podem nem sequer ter sido as únicas publicadas em Portugal, antes de 1641, pois existe na Torre do Tombo uma Carta Régia, datada de 26 de Janeiro de 1627, onde se regista que, nessa data, já existiam relações de notícias há alguns anos em Portugal.

impressores, levando a que estes deixassem de depender exclusivamente da Coroa ou das encomendas dos grandes senhores (Lisboa, 2006, p. XVI).

A partir do final do século XVIII, começa a notar-se um decréscimo na procura das publicações ocasionais portuguesas. Isto vem coincidir com a consolidação do jornalismo periódico português, “que acabou por retirar às folhas noticiosos volantes uma grande dose de interesse.” (Sousa, 2007b, p. 4).

ii. Publicações periódicas portuguesas seiscentistas

Segundo Tengarrinha (1989, p. 35), foram principalmente três os factores que permitiram a génese do jornalismo periódico em Portugal (no fundo semelhantes aos que se verificaram noutros países europeus): “o progresso da tipografia, a melhoria das comunicações e o interesse do público pela notícia.”⁷⁹ Na senda deste clima surgem as primeiras publicações periódicas portuguesas e, nas palavras de Cunha (1941, p. 15), o jornalismo em Portugal nasceu noticioso, ou seja, com intenção de informar, dar novas, mas intencionalmente político e propagandista, isto é, “dando às informações (...) orientação propositadamente favorável aos restauradores da pátria.”

A *Gazeta* “da Restauração” e o *Mercúrio Português* foram as primeiras publicações noticiosas periódicas portuguesas. No entanto, outras publicações noticiosas foram publicadas em Portugal nesta época, como se pode constatar na tabela abaixo, não sendo incluídas na posterior análise e comparação que se irá efectuar pelo facto de não possuírem a continuidade e periodicidade necessárias, e elementos fundamentais para se considerarem publicações periódicas ou jornais.

⁷⁹ Tengarrinha (1989, p. 38) refere que, para além dos factores já mencionados que explicam o início da imprensa periódica, em Portugal, um outro veio contribuir para o surgimento da *Gazeta*: a necessidade de se propagandear a Restauração da Independência. A *Gazeta* identificava-se e, de certa forma, defendia os ideais brigantinos, tal como, em França, *La Gazette*, de 1631, patrocinada pelo cardeal Richelieu, veiculava os ideais da coroa francesa (Tengarrinha, 1989, p. 38).

<p>Quadro 3</p> <p>Publicações noticiosas seriadas/periódicas portuguesas seiscentistas⁸⁰</p>			
Título	Data (s)	Redactor (es) (provável/prováveis)	Notas
<i>Relação Universal do Que Sucedeu em Portugal & Mais Províncias do Ocidente e Oriente, Desde o Mês de Março de 625 Até Todo Setembro de 626. Contém Muitas Particularidades & Curiosidades</i>	1626 (reimpressa em 1627) e 1628	Francisco d’Abreu, (pseudónimo usado por Manuel Severim de Faria)	Anual.
<i>Gazeta “da Restauração”</i>	1641-1647 (37 números)	Manuel de Galhegos, João Franco Barreto e frei Francisco Brandão (clérigos)	Mensal. Teve dois períodos de publicação, um de produção própria e outro em que se terá limitado a copiar notícias da <i>Gazette</i> , sendo este último o maior (a partir de Outubro de 1642).
<i>Mercure Portugais</i>	1643 (sete números)	Antoine de Sommaville, coadjuvado por Augustin Courbé, ou François de Chastonniers de Grenaille ou Manuel Fernandes Vila Real	Editado em Paris e escrito em francês. No entanto, publicava conteúdos noticiosos sobre o processo da Restauração em Portugal, apoiando a causa portuguesa.
<i>Mercurius Ibernicus</i>	1645 (um número)	Anónimo	Estava escrito em castelhano, mas era publicado em Lisboa, na oficina de Domingos

⁸⁰ Este quadro foi elaborado com recurso a diferentes fontes bibliográficas. No entanto, dada a natureza de um quadro, que pretende apresentar a informação de forma mais clara, estas informações bibliográficas são apenas referidas no final do mesmo, não esclarecendo de onde proveio cada um dos dados apresentados mas permitindo que a informação surja de forma mais legível.

			Lopes Rosa, respeitando todas as taxas vigentes na época. No único exemplar desta publicação, abordam-se acontecimentos ocorridos fora de Portugal.
<i>Mercúrio Português</i>	1663-1667 (55 números)	António de Sousa de Macedo (1663 a 1666) Anónimo (1667)	Consideram-se dois períodos de publicação, sendo que o maior foi aquele em que Sousa de Macedo esteve à frente da publicação (1663-1667).
<i>Notícias de Constantinopla</i>	1687- 1688 (três números)	Anónimo (por vezes usava a sigla N. N.)	Trazia essencialmente notícias do conflito entre otomanos e a Santa Liga. Foram escritas em 1687 mas só terão chegado a Lisboa no ano seguinte.
<i>Mercúrio da Europa</i>	1689 (três números)	Anónimo	Traz essencialmente notícias do estrangeiro.
Fontes: Dias; 2006 e 2010; Sousa, 2011, 2013a, 2013b.			

O quadro 3 mostra-nos, entre outras coisas, que entre o fim da *Gazeta* “da Restauração” e o início do *Mercúrio Português*, outras publicações vieram a lume: o *Mercure Portugais* e o *Mercurius Ibernicus*. O *Mercure Portugais* surgiu no primeiro semestre de 1643, foi editado em Paris e escrito em francês. No entanto, publicava conteúdos noticiosos sobre o processo da Restauração em Portugal, apoiando a causa portuguesa. Existem sete números desta publicação, todos do mesmo ano. Em relação ao seu autor, Dias (2010, p. XXXVIII) aponta para que possam ter sido ou Antoine de Sommaville, coadjuvado por Augustin Courbé, ou François de Chastonniers de Grenaille ou Manuel Fernandes Vila Real. O *Mercurius Ibernicus* teve apenas um número, em Fevereiro de 1645. O seu autor era anónimo e não há quem aponte um nome, apesar de Dias (2010, p. XLI) considerar que este deveria ser português. Estava, no entanto, escrito em castelhano, mas era publicado em Lisboa, na oficina de Domingos Lopes Rosa, respeitando todas as taxas vigentes na época. No único exemplar desta publicação, abordam-se acontecimentos ocorridos fora de Portugal. Já

depois do término do “jornal” de Sousa de Macedo, e ainda no século XVII, duas publicações de apenas três números cada uma, figuraram também no panorama jornalístico nacional, *Notícias de Constantinopla* e o *Mercúrio da Europa*. Ambas de autores anónimos ou desconhecidos, abordavam sobretudo assuntos ocorridos fora do país.

Aquela que é considerada por diversos autores (Cunha, 1941; Dias, 2006; Pena Rodríguez, 1994; Sousa, coord. *et al.*, 2011; Tancredo de Moraes, 1941; Tengarrinha, 1989; etc.) como a primeira publicação noticiosa periódica portuguesa, a *Gazeta* “da Restauração”⁸¹, surge em 1641 e, segundo Cunha (1941, p. 62), Sousa, coord. *et al.* (2011, p. 114) e muitos outros autores, era de “índole estritamente noticiosa”⁸², sendo o seu principal objectivo informar. Nesta publicação, já se encontravam marcas de periodicidade⁸³, continuidade e um objectivo eminentemente informativo (Sousa, coord. *et al.*, 2011, p. 54; Tengarrinha (1989, p. 35), bem como algum encadeamento e uma certa uniformidade e interdependência (Cunha, 1941, p. 43). Pena Rodríguez (1994, p. 352) informa que a difusão desta publicação era muito restrita⁸⁴ devido ao seu preço elevado e ao baixo nível cultural da população⁸⁵ e à submissão às regras da censura a que estava sujeita. Os constrangimentos legais à imprensa continuaram a fazer-se sentir nesta altura, cerceando o jornalismo português emergente. Nem a Restauração da Independência, em 1640, trouxe boas novidades à imprensa portuguesa, pois, logo em 1643, D. João IV fez publicar leis que reforçavam o sistema de licenças prévias e a

⁸¹ Recebeu esta alcunha por ter sido publicada durante o contexto do processo que conduziu à independência de Portugal, em 1640 (Sousa, coord. *et al.*, 2011, p. 54).

⁸² Segundo Sousa, coord. *et al.* (2011, p. 312), 99% das peças publicadas na *Gazeta* eram noticiosas, dividindo-se estes 99% entre notícias factuais (82%) e notícias comentadas (17%).

⁸³ No entanto, conta Tengarrinha (1989, p. 38) que esta periodicidade não era tão frequente quanto os leitores da *Gazeta* o desejariam, uma vez que estes sentiam cada vez maior necessidade de estar informados e maior interesse em acompanhar os desenvolvimentos que ia acontecendo no país. Sousa, coord. *et al.* (2011, p. 65) informam que as pequenas quebras na periodicidade poderão ter-se devido a questões relacionadas com medidas legislativas, decorrentes de algum desagrado por parte do poder instituído com alguns conteúdos publicados.

⁸⁴ Circulava essencialmente entre a elite letrada e culta: nobres, cleros e membros da alta burguesia (Sousa, 2013a, p. 178).

⁸⁵ 90% da população era analfabeta (Carvalho, 2001, p. 548).

censura e onde estava escrito que não se poderiam imprimir livros sem licença do Rei.⁸⁶ Assim, depreende-se que, para obter o privilégio real e todas as licenças necessárias para ser impressa, a *Gazeta* (e, mais tarde, também o *Mercúrio Português*) não poderia contrariar, mesmo que quisesse, a política dos soberanos que permitiram a sua publicação. Portanto, não sendo, oficialmente, um órgão do governo, acabava por divulgar muito daquilo que um meio oficial divulgaria. No entanto, num artigo publicado na revista *Panorama* (1838, T. II, p. 102), atribuído a Alexandre Herculano, este diz-nos que as gazetas não funcionavam com um órgão oficial do governo, facto que se pode justificar pela interrupção que a publicação veio a ter, entre Julho e Outubro de 1642:

Estas gazetas foram, como outro qualquer impresso, sujeitas às censuras e licenças do costume, e nada indica que fossem verdadeiramente oficiais; antes o dizer dos seus artigos deixa ver que o redactor colhia a notícias donde melhor podia, como qualquer outro jornalista particular, arredado dos segredos do gabinete.

Também Sousa (2013, p. 169) se debruçou sobre este assunto, referindo que não se sabe exactamente se a *Gazeta* foi um projecto do regime instaurado por D. João IV ou se foi instituído por iniciativa privada, sendo depois acolhido pelo poder régio que viu nele uma forma de se legitimar e propagandar.

Marques Guedes (2006, p. IX) afirma que esta publicação veio colmatar uma lacuna conjuntural que já se ia fazendo sentir e teve como finalidade “retratar processos sentidos como cruciais.”. O mesmo autor, procurando sintetizar os assuntos abordados na *Gazeta* “da Restauração” informa que esta nos trouxe notícias de

(...) de batalhas e lutas políticas, no quadro maior da Guerra dos Trinta Anos, no mais regional das Guerras da Restauração, e no ainda mais amplo da Reforma e da Contra-Reforma que opôs Protestantes e Católicos, e secundarizou Roma. No processo, viu-se implantada a imprensa em Portugal, que não se esgotou em publicações mais conhecidas da mesma época como o *Mercúrio Português*, e publicado no reinado de D. Afonso VI (1663-1667) (Marques Guedes, 2006, p. IX).

⁸⁶ Estas leis foram adaptadas das leis divulgadas nas *Ordenações Filipinas*, reformadas e recopiladas em 1595 e publicadas em 1603. D. João IV mandou-as guardar e praticar, quando lhe aprouve (Cunha, 1941, p. 41).

Dias (2006, p. XXIII e XXIV) acrescenta que o objectivo primordial dos vários volumes da *Gazeta* “da Restauração” foi o de “veicular todo um volumoso processo de informação e de contra-informação”, uma vez que estas continham informação “sobre o desenrolar das diferentes guerras e estratégias diplomáticas europeias”, ao mesmo tempo que colocavam em destaque o papel das forças militares portuguesas, dentro e fora do país, e das embaixadas, espalhadas pelas diferentes estâncias europeias, “sempre em defesa da insigne causa da Restauração”. O autor alude para o facto de a *Gazeta* ser, notoriamente, censurada ou instrumentalizada e ajustada “à realidade que Portugal ia vivendo” e que, como tal, a informação veiculada nesta publicação deve ser compreendida “no quadro de uma ampla perspectiva política, militar e diplomática das estratégias nacionais desenvolvidas após o 1.º de Dezembro de 1640.” (Dias, 2006, p. XXIV). De facto, o movimento da Restauração desencadeou

toda uma abundante literatura de justificação revolucionária e chamamento patriótico, de tratados jurídicos, panegíricos e de outros múltiplos discursos e panfletos, simultaneamente doutrinários e políticos, mas todos dotados de um pendor nacionalista e legitimador da nova dinastia de Bragança (...). (Dias, 2006, p. XXV).

Dias (2006, p. XXXVII) diz ainda que a *Gazeta* desempenhou um papel muito importante “na defesa indelével da liberdade do povo português perante o jugo espanhol”.

Também Cunha (1941, p. 15) defende, de certa forma, esta ideia, uma vez que afirma que a *Gazeta* ajudou a consolidar o feito glorioso de D. João IV, chegando a revestir-se, por vezes, de alguns exageros, nomeadamente quando falava das vitórias do monarca. Por sua vez, Sousa, coord. *et al.* (2011, p. 116; 2013, p. 146) referem que a *Gazeta* foi fundamental para propagandar a causa da restauração da independência portuguesa.

Ainda na revista *Panorama* (V. II, p. 102; 1ª série), num artigo atribuído a Alexandre Herculano, em que o autor se dedica a discorrer sobre a *Gazeta*, nos é dito, a propósito da publicação e do porquê do seu começo que

Era preciso animar o povo depois daquela ousada tentativa; convinha narrar-lhe as vantagens alcançadas contra a Espanha, bem como as dificuldades em que se via envolvida aquela monarquia, e até exagerá-las, e porventura o governo não achou meio nenhum mais azado a seus intentos, do que lançar mão das Gazetas, invento que (...) era já conhecido em outros países da Europa (*Panorama*, V. II, p. 102; 1ª série).

Ainda em relação a esta publicação é, dito, na revista *Panorama*, num artigo dedicado às gazetas em Portugal e à sua origem e atribuído também a Alexandre Herculano, o seguinte:

O objectivo principal destas gazetas antigas era dar notícias da guerra com Castela; continham, além disso, as novidades ocorridas nos países estrangeiros, as novas publicações literárias de vulto, os óbitos das pessoas notáveis, e variedades curiosas, tudo narrado com tal concisão e simplicidade, que seria de imitar pelos periodistas modernos. Quanto aos sucessos militares, vemos que já não é novo o costume dos periódicos, o exagerar as perdas alheias e encobrir as próprias (...).
“Origem das Gazetas em Portugal”, in *Panorama*, vol. II, 1ª série, ft. 48, 23 de Março 1838.

A *Gazeta* foi então publicada, com maior ou menor regularidade, entre 1641 e 1647, perfazendo, no seu conjunto, pelo menos 37 números (conhecidos). Os seus redactores terão sido Manuel de Galhegos⁸⁷, João Franco Barreto⁸⁸ e Frei Francisco

⁸⁷ Licença concedida por Alvará de Novembro de 1641. O facto de Manuel de Galhegos ter obtido o privilégio real prova que ele era um homem da confiança do Rei. Tengarrinha (1989, p. 29) informa, no entanto, que Galhegos, durante o período em que esteve à frente da *Gazeta*, terá encarregue Miguel de Mascaranhas de Azevedo da função de redactor. Cunha (1941, pp. 56-57) também pondera a hipótese de Galhegos ter encarregue outra pessoa de redigir a publicação, pois considera os seus dotes literários superiores aqueles que sobressaíam na publicação. Porém, também não excluiu a hipótese de ter sido: “de que não fora ele [Galhegos] o seu redactor, visto que, escrevendo bem, não provocaria a censura quanto ao estilo, e sendo pessoa muito dedicada ao rei, e por este muito estimada, também não é provável que merecessem os seus escritos a acusação de faltarem à verdade, por forma que desagradasse ao monarca, pode conjecturar-se, sem absurdo, que, autorizado pela Alvará de concessão, houvesse transferido este para outrem (...)”. Por seu lado, Heitor Martins (1964) defende que foi Manuel de Galhegos que, durante um período, redigiu a *Gazeta*. Na realidade, o seu nome é o que consta no Alvará que foi passado, em 1641, autorizando a impressão da *Gazeta*.

⁸⁸ João Franco Barreto obteve o privilégio para publicar a *Gazeta* em Julho de 1642. Assim, defendem Sousa, coord. *et al.* (2011, pp. 55-56), pode falar-se em dois períodos de publicação deste periódico, um primeiro até Julho de 1642, em que a responsabilidade coube a Galhegos, e um segundo, a partir daí, em que se deu a substituição deste por Barreto, provavelmente porque alguns conteúdos terão desagradado ao poder instituído. No entanto, os autores alertam que, apesar da licença obtida, Franco Barreto pode não ter sido ele mesmo o redactor da *Gazeta* (Sousa, coord. *et al.*, 2011, p. 56).

Brandão⁸⁹ (todos eles clérigos), segundo informam Sousa, coord. *et al.*, que em 2011 efectuaram um profundo estudo sobre esta publicação.

A primeira *Gazeta* saiu, então, em Novembro de 1641 e tinha por título *Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*⁹⁰, tendo sido impressa em Lisboa, na oficina de Lourenço de Anvers, com privilégio real concedido a Manuel de Galhegos. Tinha doze páginas e custava seis réis. No segundo número, o título mudou (*Gazeta do Mês de Dezembro de 1641*), o preço subiu (dez réis) e o número de páginas aumentou (dezasseis), tendo-se apenas mantido o impressor e, muito provavelmente, o redactor. Estas pequenas alterações foram constantes ao longo de todo o período de publicação da *Gazeta*. Para além dos títulos já exemplificados, a publicação apresentou ainda outros – Sousa, coord. *et al.* (2011, pp. 59-64) registam-nos todos⁹¹; para além de Lourenço Anvers, os impressores foram Domingos Lopes Rosa, António Alvarez; a taxa habitual era de seis réis, mas os preços variaram, consoante o número de páginas, entre os já referidos seis, os oito e os dez; por sua vez, o número de páginas era habitualmente de doze, embora tenha variado entre as seis e as dezoito.

Em relação ao *design*, Sousa, coord. *et al.* (2011, p. 70) referem que a *Gazeta*, tal como outras publicações noticiosas do século XVII, já apresentava alguma preocupação com este aspecto. Os autores apresentam o seguinte quadro com as informações mais importantes (Sousa, coord. *et al.*, 2011, pp. 71-72):

⁸⁹ Sousa, coord. *et al.* (2011, p. 56) referem que possivelmente o Frei Francisco Brandão colaborou na redacção da *Gazeta* a partir de Julho de 1645.

⁹⁰ O título era longo, como em todas as publicações desse tempo (Tengarrinha, 1989, p. 35).

⁹¹ De realçar a mudança ocorrida em Outubro de 1642, em que o título mudou para *Gazeta Primeira do Mês de Outubro de Novas de Fora do Reino* e para a alteração em Abril de 1643 para *Gazeta do Mês de Abril de 1643 de Novas Fora do Reino Com o Protesto Que Fez a Sua Santidade o Bispo de Lamego, Embaixador deste Reino de Portugal Quando Saiu de Roma*, sendo que a partir desta altura os títulos eram prolongados e continham uma breve sinopse de um dos assuntos que ia tratar, uma espécie de “manchete”, ou sumário, da notícia principal.

Quadro 4

Aspectos relevantes do *design* da *Gazeta* “da Restauração”

Papel	Linho
Formato	Quarto (sensivelmente 13,5x19 centímetros, sensivelmente o formato A5). As dimensões variam alguns milímetros de número para número.
Primeira página	O primeiro número tem frontispício. Os restantes não, sendo a primeira página ocupada pelo título da publicação em maiúsculas (normalmente com referência ao mês de edição, o que prometia uma determinada periodicidade) e por notícias. O frontispício do primeiro número é de papel idêntico ao das restantes folhas.
Indicação da página	Irregularmente, há referências tipográficas ao número do caderno resultante da dobragem da folha de impressão, inseridas em rodapé e centradas.
Margens	Todos os números têm margens tipográficas. O rodapé de alguns números é diminuto devido à necessidade de aproveitamento da mancha gráfica.
Entrelinhado	Denso, diminuindo do primeiro para os restantes números. O primeiro número tem em média 30 linhas por página, enquanto outros apresentam 36 e mais linhas por página.
Parágrafos	Indentados, começando dois ou três toques para a direita.
Colunas	A maioria das notícias é paginada a uma coluna. Em casos pontuais, usam-se duas colunas.
Estilos	<p>A maioria das notícias, independentemente da oficina tipográfica, é paginada com letra tipo <i>Elzevir</i>, de recorte gótico, em estilo normal. Há algumas imperfeições e irregularidades na impressão dos caracteres, explicadas pela inexistência do <i>ponto tipográfico</i> nessa altura (seria criado somente em 1737).</p> <p>Muitas vezes o texto contém abreviaturas nos finais de linha para evitar as divisões (-) de palavras.</p> <p>Usa-se o <i>itálico</i> para grafar as “manchetes”, a proveniência de certas notícias (“<i>De Paris aos 23 de Julho de 1643</i>”), determinadas palavras (como locuções latinas e títulos de livros e outras publicações), para certos textos ou excertos de textos (por exemplo, cartas,</p>

	<p>textos de acordos transcritos nas notícias, etc.) e ainda para inserir o texto administrativo (taxas, impressores, etc.).</p> <p>Usam-se MAIÚSCULAS para grafar determinadas palavras a que se quer dar ênfase (por exemplo, “DOM JOÃO o QUARTO”) e ainda para identificar a publicação (“GAZETA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1642”). Por vezes, o título da secção de “NOVAS DE FORA DO REINO” é também grafado em maiúsculas.</p>
Letras capitulares	<p>Presentes de forma irregular, no início de certas notícias ou de grupos de notícias (por exemplo, num grupo de notícias de França, a primeira letra da primeira notícia pode ser capitular).</p>
Vinhetas decorativas	<p>O frontispício do primeiro número inclui o brasão real joanino. Vinhetas decorativas ajudam a separar secções em determinadas ocasiões ou constituem motivo decorativo. O número de Janeiro de 1642 inclui uma iluminura com a face de uma mulher ao centro e rosas de um e do outro lado, que separa as notícias do Reino das notícias de fora do Reino, repetida no final, unicamente com intuítos decorativos.</p>
Filetes	<p>Raramente usados. Podiam servir para separar notícias de última hora, rectificações ou ainda o texto administrativo do informativo.</p>
Secções	<p>Há uma certa preocupação pela arrumação das notícias, embora não se notem preocupações pelo estabelecimento de uma hierarquia das notícias através do <i>design</i>. Assim, várias gazetas têm, por exemplo, uma secção para “Novas de Fora do Reino”. Grupos de notícias com a mesma proveniência, devidamente referida, também podiam constituir uma espécie de secção.</p>
Publicidade	<p>Não existente.</p>
Referências administrativas (taxas, licenças, impressores, etc.)	<p>Na última página, no final. No primeiro número, a referência ao impressor surge no frontispício.</p>
<p>Fonte: Sousa, coord. <i>et al.</i>, 2011, pp. 71-72.</p>	

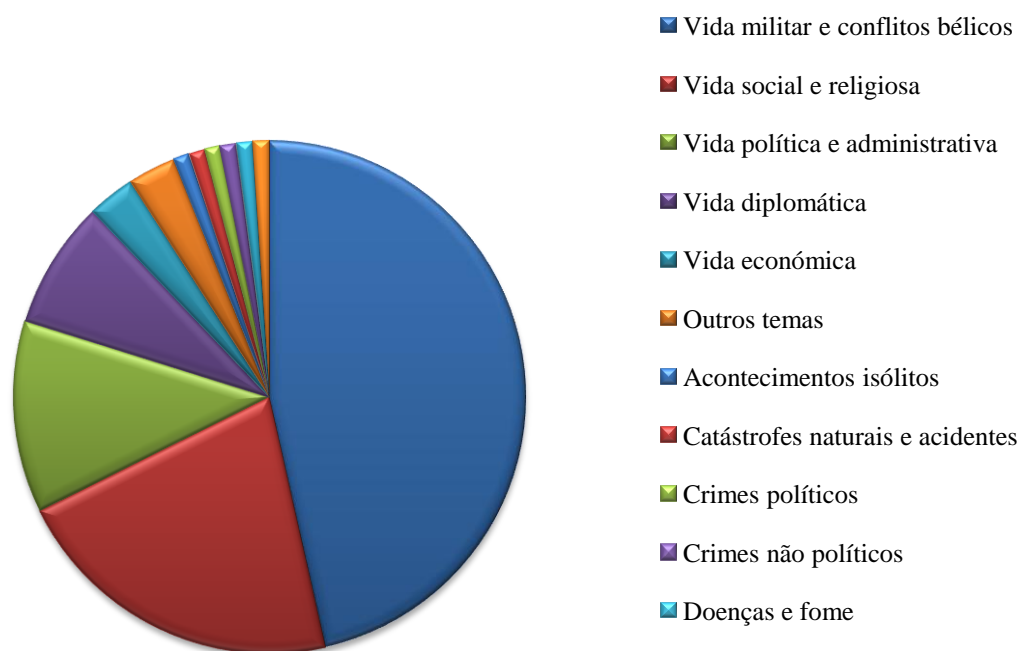
O quadro 4 explicita como era fisicamente a *Gazeta*. De realçar que, pelas características apresentadas é possível afirmar que o seu *design* se assemelhava mais ao de um livro que ao de um jornal contemporâneo.

A nível temático, inicialmente, continha sobretudo notícias do Reino mas, a partir de Outubro de 1642, passa a incluir só novas de fora do reino, pois fora proibida a publicação de notícias nacionais⁹². Sousa, coord. *et al.* (2011, pp. 315-324), no seu estudo, classificaram todas as notícias veiculadas por este periódico e, de acordo com os números por eles obtidos, é possível afirmar que o equilíbrio do noticiário é reduzido, uma vez que, como se irá ver, a grande maioria das notícias diz respeito ao mundo militar e à guerra, em ambos os períodos de publicação do periódico. No entanto, e uma vez que, durante o período em que a *Gazeta* foi publicada, Portugal viveu a Guerra da Restauração, é natural que os assuntos sobre a contenda fossem o que mais interessava ao público.

A informação sobre o temário, recolhida por Sousa, coord. *et al.* (2011, pp. 316-322) encontra-se sintetizada no seguinte gráfico:

⁹² Pouco tempo depois do começo da *Gazeta*, em Agosto de 1642, uma lei é promulgada, proibindo todos os tipos de publicações de divulgarem notícias quer do reino, quer de fora deste. As gazetas são mesmo acusadas de “o seu estilo ser mau e as suas informações mentirosas” (Cunha, 1941, p. 54). No entanto, em Outubro do mesmo ano, a *Gazeta* reaparece e, como já foi dito, passa a incluir apenas notícias de fora do reino, como o próprio cabeçalho indicava: “De novas fora do Reino” (*Gazeta Segunda do mês de Outubro de Novas de fora do Reino*, 1642). Nesta nova fase, o privilégio real é concedido a Franco Barreto, mas não para imprimir ou publicar gazetas como as primeiras, antes para traduzir as relações e gazetas vindas de França (Cunha, 1941, p. 56).

Gráfico 3
Temas das notícias da *Gazeta*



Fonte: Sousa, coord. *et al.* (2011, pp. 315-324)

O gráfico 3 permite perceber de que falou a *Gazeta*. No fundo, foi notícia aquilo que ainda hoje é notícia, uma vez que não se encontram muitas variações em relação ao que decerto encontraríamos em jornais contemporâneos, pois as qualidades que dão valor noticioso aos factos (os valores-notícia ou critérios de noticiabilidade) são historicamente estáveis (Sousa, coord. *et al.*, 2011, p. 233). Apesar de o jornalismo ter passado por várias fases históricas, os assuntos abordados, mantiveram-se estáveis, sofrendo poucas alterações. Já Alfredo da Cunha, em 1941 (p. 50), reparou que a *Gazeta*, no que ao temário diz respeito, era estruturalmente semelhante aos jornais contemporâneos. Tal como referiram Stephens (1988, pp. 33-35) e Traquina (2002, p. 276), privilegia-se (e privilegiou-se) o extraordinário, o insólito, a actualidade, a referência a pessoas de elite, a transgressão, as guerras, a tragédia e a morte. Ontem, como hoje, foram/são estes critérios que decidiram/decidem o que foi e o que será notícia.

Relativamente ao discurso, este oscilou entre o propagandístico, procurando fazer um enaltecimento do rei, o factual e o fantasioso, se bem que este último era mais raro surgir (Sousa, coord. *et al.*, 2011, p. 115).

Em relação às fontes das notícias da *Gazeta*, estas foram, nomeadamente para as notícias nacionais, a observação directa, cartas e relatos orais e, para as notícias estrangeiras, outros periódicos ou publicações ocasionais europeias, de onde muitas vezes se fazia literalmente tradução das notícias expostas (Sousa, coord. *et al.*, 2011, pp. 114-117).

A *Gazeta* tinha, como já se viu, uma periodicidade mensal. Assim, era normal que, a cada mês, o público estivesse expectante pela sua saída, a fim de saber das novas do reino, durante a primeira fase da sua publicação, e também de fora dele, uma vez que, com as publicações não periódicas anteriores, apenas colhiam este tipo de informação, quando o impressor se decidia a escrever e publicar. De qualquer forma, apenas uma parte da população acabava por ter acesso às *Gazetas* “da Restauração”, uma vez que o seu custo (elevado, para a época) impedia que muitos tivessem oportunidade de comprar a publicação. Outro aspecto que determinava a compra, ou não, da *Gazeta* era o nível de instrução da população. Ora, se a grande maioria da população era analfabeta e tinha um nível de instrução baixíssimo, não fazia grande sentido comprar uma publicação para ler. Assim, entre os compradores e leitores directos da *Gazeta* encontravam-se alguns comerciantes, homens de negócios e outros elementos instruídos da burguesia, a aristocracia mais directamente interessada nas notícias da guerra com Castela e o clero (Tengarrinha, 1989, p. 39). Havia, depois, os leitores indirectos, aqueles que ouviam a leitura das gazetas nas feiras e/ou outros ajuntamentos (Sousa, 2013a, p. 154).

Com a cessação da publicação da *Gazeta*, em 1647, não foram publicados quaisquer periódicos em Portugal, até 1663. Apenas surgiram, pontualmente, folhas avulsas ocasionais, que divulgavam, essencialmente, notícias sobre a guerra da independência que Portugal travava contra Espanha (Tengarrinha, 1989, p. 39) e outras publicações não periódicas.

Anos mais tarde, surgem outras publicações, em alguns aspectos semelhantes às gazetas, mas que adoptam a denominação de mercúrios.⁹³ Em Portugal, o mais importante foi o *Mercúrio Português*, publicado entre 1663 e 1667, por António de Sousa de Macedo⁹⁴ (até Dezembro de 1666), e que se caracterizou, segundo Cunha (1941, p. 62) “pela sua feição política e de bom molde literário”.

O *Mercúrio Português* foi então a segunda publicação periódica estável que surgiu em Portugal. Foi editado em Lisboa, exactamente entre Janeiro de 1663 e Julho de 1667, na Oficina de Henrique Valente de Oliveira. Apresentava a forma e o estilo da *Gazeta* e o seu propósito principal era, tal como escreveu Sousa de Macedo, relatar as novidades da guerra entre Portugal e Castela (Guerra da Restauração). Era, assim, uma publicação dedicada à causa da Restauração e os seus escritos, redigidos em prol dessa demanda, formam o manancial informativo desta publicação. Este periódico teve, assim, um papel de elevada importância na estratégia informativa e de contrapropaganda, nesta contenda (Dias, 2010, p. XLVI), sendo considerado por Moreira e Pernes (2013, p. 232) um valioso dispositivo no apoio à continuação da guerra pela restauração da independência de Portugal e de propaganda do rei D. Afonso VI e dos seus partidários.

Cada número do *Mercúrio Português* procurava fazer uma cronologia noticiosa dos acontecimentos principais, ao longo de um mês inteiro, embora sem preocupações de encadeamento. Os textos do *Mercúrio* têm, assim, um marcado cunho político e propagandístico (engrandecer os feitos portugueses e diminuir o estatuto dos espanhóis), nunca deixando, no entanto, de serem noticiosos (Sousa, 2010, p. 10)⁹⁵.

⁹³ Tengarrinha (1989, p. 39) informa que a designação de “mercúrio”, evocando o mensageiro dos deuses, foi adoptada um pouco por toda a Europa, tendo-se tornado um título comum.

⁹⁴ O fundador do *Mercúrio Português* apenas se manteve ao leme da publicação até Dezembro de 1666. Após esta data, desconhece-se quem terá sido verdadeiramente o redactor do jornal. O afastamento de Sousa de Macedo é explicado por Sousa (2013, p. 172) pelo facto de este e a rainha, D. Maria Francisca, se terem desentendido.

⁹⁵ Moreira e Pernes (2013, p. 324) declaram que o total de peças noticiosas apresentadas pelo *Mercúrio Português* foi de 98%, sendo que destes 98%, 67% foram notícias factuais e 31% foram notícias comentadas.

O *Mercúrio Português* foi dirigido, entre outros directores e colaboradores, por D. António de Sousa de Macedo⁹⁶, Secretário de Estado de D. Afonso VI (terceira figura de Estado a seguir a D. Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor), que absorveu atentamente tudo o que pôde das publicações que circulavam um pouco por toda a Europa, aquando da sua estadia nos Países Baixos, e o reproduziu para esta/nesta sua publicação, ao chegar a Portugal. Este escritor e diplomata é considerado por Tengarrinha (1989, p. 41) como o primeiro jornalista português, não por ter sido o primeiro a escrever “notícias” mas por ser ele quem, com a sua versatilidade e cultura, estilo directo e conciso “apresentou uma verdadeira constituição de jornalista, ainda não visível em Manuel de Galhegos⁹⁷.” Também Cunha (1941, pp. 27, 58 e 62) atribui o “título de primeiro jornalista” a António de Sousa Macedo, pelas suas “aptidões e méritos periodísticos” e por se reunirem nele as qualidades de um grande jornalista “à moderna: senso político, estilo apurado, notável ilustração e finura de espírito realçada por delicado humorismo.” Outros autores, como Pena Rodríguez (1994) e Dias (2006 e 2010) partilham desta opinião.

D. António de Sousa de Macedo era um profundo conhecedor das problemáticas da sua actualidade e, como tal, ao redigir o *Mercúrio Português* recorreu quase exclusivamente a conhecimentos históricos directamente relacionados com a história de Portugal, optando por tornar praticamente inexistentes referências ao conjunto da história europeia, sendo esta uma opção eivada de patriotismo (Dias, 2010, p. L). O próprio confessa, no último número que assina (Dezembro de 1666) que

Consegui o intento que o incitou a escrever que foi tapar a boca aos castelhanos que vendo-nos mudos imprimiram licenciosamente relações fantásticas do que desejavam, fiados em que os estrangeiros lhes davam crédito, parecendo-lhes que em calarmos, consentíamos: e depois que *Mercúrio* escreveu, não se atreveram a prosseguir. (António de Sousa Macedo, *Mercúrio Português*, Dezembro de 1666).

⁹⁶ António de Sousa de Macedo nasceu a 15 de Dezembro de 1606, no Porto. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e exerceu o cargo de desembargador de agravos da Casa da Suplicação, em Lisboa. Foi, também, secretário de embaixada, embaixador na Holanda (onde terá tido contacto com várias das publicações noticiosas que circulavam na Europa) e, mais tarde, secretário de Estado de D. Afonso VI, altura em que começou a escrever o *Mercúrio Português* (Cunha, 1941, p. 59).

⁹⁷ Redactor da *Gazeta* “da Restauração”.

O redactor do *Mercúrio* diz também, no mesmo número de Dezembro de 1666, o último que assinou, que esta publicação cultivava um estilo puro, simples e corrente, procurando, sempre, primar pela verdade do que contava. Tengarrinha (1989, p. 41) identifica aquilo que, a seu ver, distingue esta publicação da *Gazeta* “da Restauração”: a sua feição que, apesar de ser noticiosa, já tinha, também, uma acentuada intenção política, facto que não passava despercebido aos governantes, que ampliaram a vigilância a esta e outras publicação, ao mesmo tempo que faziam sair o Decreto de 14 de Agosto de 1663, onde estava escrito que não se devia dar licença, sem consulta, a obras que envolvessem coisas do Estado ou reputação pública (Tengarrinha, 1989, p. 41).

Quando, no final de 1666, António de Sousa de Macedo foi afastado dos comandos do *Mercúrio*, devido, entre outros motivos, ao crescendo de divergências que vinha ostentando com o infante D. Pedro e com a rainha Maria Francisca, outra equipa assume a feitura da publicação. Dias (2010, p. L) avança que o novo redactor deverá ter sido alguém da confiança de Sousa de Macedo e que por ele deverá ter sido instruído (sem, no entanto, deixar de ser alguém que também estaria próximo do poder régio). No entanto, o autor faz notar que estes números finais do *Mercúrio Português* “estão, na sua globalidade, imbuídos de um estilo mais pomposo e próximo do gosto literato da época, se bem que as indicações noticiosas permanecessem desenvoltas e credíveis.” (Dias, 2010, p. L).

Entre 1663 e 1667, saíram 55 do *Mercúrio*, mais dois suplementos⁹⁸. Vinham a público no fim de cada mês (tinha, portanto, uma periodicidade mensal) e cada número continha entre as quatro e as 54 páginas (no entanto, estes dois valores foram casos excepcionais. O normal era o número de páginas variar entre as oito e as 24). O seu custo variava entre os cinco e os dez réis. Em relação ao título, ele foi variando ao longo dos meses, mas sem nunca alterar a parte inicial, “*Mercúrio Português*”. O que acontecia era que se acrescentava sempre algo mais ao nome, normalmente referências

⁹⁸ Moreira e Pernes (2013, p. 200) fazem uma contagem diferente dos números suplementares. Para os autores, foram três os números suplementares, uma vez que dividem o segundo número suplementar saído, de Julho de 1665, em dois, por ter uma parte escrita em português e outra em castelhano (Moreira e Pernes, 2013, p. 200).

ao assunto (“novas da guerra entre Portugal e Castela”, por exemplo) e com referências temporais (“Novas do mês de Fevereiro de 1663”, por exemplo).

Relativamente ao *design*, Moreira e Pernes (2013, p. 212) esclarecem que este não foi homogêneo durante os cinco anos em que esta publicação veio a lume, mas que também não apresentou grandes discrepâncias. Os autores apresentam o seguinte quadro com as informações mais importantes (Moreira e Pernes, 2013, pp. 212-213):

Quadro 5	
Aspectos relevantes do <i>design</i> do <i>Mercúrio Português</i>	
Papel	Linho
Formato	Quarto
Primeira página	<p>O primeiro número apresenta um frontispício, tal como aqueles que foram publicados em Março de 1663 e em Janeiro de 1664, 1665 e 1667. Nenhum outro número contém frontispício.</p> <p>O jornal alterna também números em que nas primeiras páginas de cada edição são apresentados títulos, com outros onde apenas são mencionados o mês e o ano de publicação. No primeiro número é possível ler-se como título, <i>Mercúrio Português, com as novas da guerra entre Portugal e Castela</i>.</p>
Indicação de página	No periódico, a paginação ocorreu de um modo intermitente. O número de páginas não era mencionado de uma maneira regular, inclusive dentro de uma mesma publicação. Quando tal ocorria, a referência à numeração da página aparecia centrada e em baixo do texto noticioso.
Margens	As margens do periódico encontram-se bem delimitadas. O jornal tinha cerca de 19/20 centímetros de altura e 14/15 de largura. O rodapé das páginas é

	geralmente pequeno.
Entrelinhado	O espaço entre linhas é algo denso, mas sem que a percepção do conteúdo textual por parte do leitor saia afectada.
Parágrafo	Os parágrafos estão assinalados por uma margem descaída ligeiramente para a direita, sendo por isso de fácil percepção.
Colunas	Frequentemente os textos apareciam escritos numa coluna. Por razões excepcionais, como a colocação da listagem de prisioneiros ou dos danos causados ao adversário, estes poderiam conter duas colunas.
Estilos	O estilo tipográfico utilizado no <i>Mercúrio Português</i> foi, predominantemente, o Helzevir, de recorte gótico. Ainda assim, o tipo de letra do jornal não se manteve constante, havendo uma variação estilística que se podia verificar mesmo ao longo de uma só publicação. O tamanho do tipo de letra não se manteve uniforme em todas as publicações. A partir do mês de Março de 1667 é utilizada a letra V no meio das palavras, substituindo a letra U empregue até então com valor de V. O itálico era utilizado geralmente na transcrição de cartas ou outro tipo de documentos.
Letras capitulares	Presença constante deste tipo de letra na primeira palavra do início de cada publicação. Por vezes, apareciam também a meio do texto, geralmente quando era feita a transcrição de alguma carta ou comunicado.
Vinhetas decorativas	Apareceram a partir do mês de Junho de 1666, sempre no final de cada publicação.
Filetes	Inexistentes.
Secções	Não há uma divisão física das notícias. Tal pode ser explicado pela homogeneidade temática existente, que

	fez com que o teor das <i>novas</i> raramente saísse fora do âmbito da Guerra da Restauração e do movimento político que lhe estava adjacente.
Publicidade	Inexistente.
Referências administrativas (taxas, licenças, impressores, etc)	<p>As taxas apenas foram publicadas no primeiro ano de existência do jornal. Concretamente nos meses de Janeiro (10 réis), Fevereiro (5 réis), Março (5 réis), Setembro (5 réis) e Outubro (15 réis).</p> <p>Os impressores do <i>Mercúrio</i> foram Henrique Valente de Oliveira (desde Janeiro de 1663 até Dezembro de 1665); Domingos Carneiro (durante 1666, pese embora o seu nome só aparecer referenciado em Janeiro desse ano); João da Costa (Janeiro de 1667) e António Craesbeeck de Melo (de Fevereiro de 1667 em diante).</p> <p>Nota ainda para uma referência, no frontispício, a António de Sousa de Macedo, em que este é apresentado como o redactor do jornal. Esta menção ocorreu apenas no primeiro número do periódico.</p>
Fonte: Moreira e Pernes, 2013, pp. 212-213.	

O quadro 5 permite perceber que, tal como a *Gazeta*, também o *Mercúrio*, no que à sua tipologia física diz respeito, não destoou muito de outras publicações informativas de Seiscentos. E a preocupação registada com o aspecto gráfico também já era comum tanto nesta publicação como em publicações semelhantes de outros países (Moreira e Pernes, 2013, p. 214).

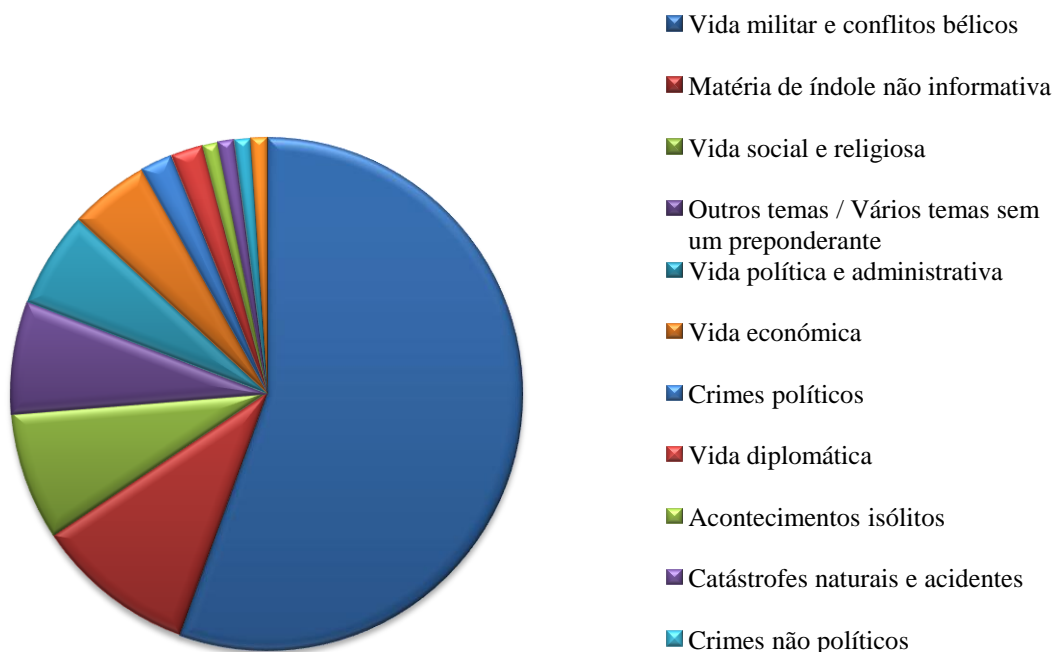
No que diz respeito aos assuntos abordados, logo no primeiro número do *Mercúrio*, explica-se o seu propósito: fornecer novas, ao público, sobre a guerra entre portugueses e castelhanos.

Saber os sucessos de outros Reinos, e Províncias não é só curiosidade, mas necessidade dos Políticos; porque de mais do que se aprende pelos exemplos (que sendo do mesmo tempo, são melhores Mestres) o estado em que se acham os outros, principalmente se são vizinhos, ou interessados, é medida por que se regulam, e encaminham os meios de conservação, e utilidade própria. Este serviço poderá fazer ao bem comum os Castelhanos, melhor que os Portugueses; porque os seus engenhos sempre se aplicaram mais a escrever como os Portugueses só a obrar o que deu matéria aos Escritores mais insignes. Porém, ou pouco informados, ou muito ligeiros, ou com demasiada paixão, referem as coisas tão erradamente, que fica a relação sem alma, que é a verdade, e sua lição muito prejudicial a quem lhe dá crédito; e o pior é, que não sei por que fatalidade, o tem com os estrangeiros tão grande, que na opinião mais que nas forças os atemoriza Castela. (*Mercúrio Português*, número 1, Janeiro de 1663).

Apesar de salientar apenas este objectivo, o *Mercúrio Português* não tratou apenas de assuntos relacionados com a guerra. O conflito que visou restaurar a independência de Portugal do domínio filipino foi, de facto, o tema forte deste periódico do século XVII, mas ele abordou, também, assuntos mais triviais e do quotidiano nacional.

Moreira e Pernes (2013, p. 334) classificaram todas as notícias deste periódico e, de acordo com os resultados por eles obtidos, é possível desenhar o seguinte gráfico:

Gráfico 4
Temas das notícias do *Mercúrio Português*



Fonte: Moreira e Pernes (2013, p. 334)

O gráfico 4 mostra mais uma vez, tal como na *Gazeta*, que também as notícias veiculadas pelo *Mercúrio* eram-no porque possuíam valor noticioso, porque era sobre aquele assunto que as pessoas queriam receber informação. Relativamente ao discurso, também este foi marcadamente noticioso, com laivos propagandísticos (Sousa, 2013a, p. 173).

No que diz respeito às fontes das notícias do *Mercúrio Português*, este recorreu essencialmente a dois tipos de fontes: as intuídas e as referidas. Moreira e Pernes (2013, p. 310) explicam o seguinte em relação a este aspecto:

por “fontes referidas” podem entender-se as menções explícitas feitas no periódico à proveniência das informações recolhidas, como notícias retiradas a partir de órgãos noticiosos estrangeiros (gazetas espanholas, frequentemente). As “fontes intuídas” são aquelas não mencionadas directamente (cartas, missivas ou assuntos da corte) e cuja origem se entende pelo posicionamento do redactor do jornal, sendo por isso resultado de uma análise interpretativa que teve como base a descrição biográfica de Sousa de Macedo.

Apesar da importância que o *Mercúrio Português* tinha no quotidiano nacional seiscentista (não só no panorama jornalístico, mas também no simples dia-a-dia dos portugueses) nem todos concordavam com a sua existência ou com o modo como divulgava as novas. Pena Rodríguez (1994, pp. 352-353) afirma que

o acentuado tom político dos escritos de Macedo [tirou] brilho ao carácter predominantemente noticioso do jornal e [fez] dele objecto de duras críticas por parte de homens ilustres da época, como o padre jesuíta António Vieira que, por essa altura, era a figura mais relevante da propaganda política, realizada através da sua persuasiva oratória sagrada.

Finda a Guerra da Restauração (formalmente, no início de 1668, mas a partir de finais de 1665 esta já estava esmorecida) também se “esmoreceu” o principal objectivo desta publicação (contas as novas da guerra entre Portugal e Castela). No entanto, o *Mercúrio Português* fez detonador uma longa série de outros “mercúrios” que foram surgindo até ao século XIX (Pena Rodríguez, 1994, p. 353), e mesmo de outras publicações noticiosas, apesar de nenhuma delas ter conseguido manter-se periódica, nem de ter durado muito tempo.⁹⁹

⁹⁹ Ainda no século XVII, surgiram outras duas publicações, mas pelo facto de não terem tido continuidade, nem regularidade definida, não perfazem o corpus desta investigação. São *elas Notícias de Constantinopla*, de autor anónimo, saída em 1688 e que terá tido três números (trazia essencialmente notícias do conflito entre otomanos e a Santa Liga) e o *Mercúrio da Europa*, ou melhor, *Mercúrio da Europa com as notícias principias, não só dos sucessos da Liga Sagrada contra os Infieis, mas descreve-se o caminho que fez El-Rei da Grã-Bretanha, Jacobo II defensor da Fé, desde que saiu de Londres a França, até chegar à Irlanda, aonde fica de caminho para vir ao Reino da Escócia e descrição do Reino de Inglaterra*, semanal que teve três números, entre 20 de Maio e 7 de Junho de 1689 e que foi impresso na Oficina de Domingos Carneiro, que, de acordo com Cunha (1941, pp. 16 e 63), seria, eventualmente, uma tradução de notícias do estrangeiro ou de alguma publicação homónima estrangeira.

2.4. A génese e a evolução do jornalismo em Espanha

i. Publicações noticiosas ocasionais espanholas seiscentistas

Días Noci e Hurtado (2003, p. 3) e Espejo (2013, p. 75) mencionam que em Espanha se notou algum atraso no nascimento do jornalismo, comparado com outros países europeus, explicando-o da seguinte forma: a posição algo remota do país em relação aos grandes centros comerciais e bélicos da Europa; a hierarquia da estrutura social espanhola e a posição da monarquia católica.¹⁰⁰ No entanto, Días Noci (2012, p. 409) refere que já nos anos vinte de Seiscentos o interesse por notícias era muito, de tal forma que Filipe IV, receoso, promulgou uma lei, proibindo o aparecimento descontrolado de publicações (o que não lhe terá valido de muito, visto que os impressores espanhóis encontravam maneira de fazer circular a informação).

Os primeiros periódicos em Espanha nasceram no século XVII, na sequência do que aconteceu um pouco por toda a Europa e seguindo os modelos de outros periódicos similares que já haviam surgido. Porém, alguns anos mais tarde que noutros locais. Pizarroso Quintero (1994b, p. 274) afirma mesmo que os primeiros passos do jornalismo em Espanha não diferiram em nada do que se passou noutros países europeus. A invenção da imprensa¹⁰¹, o surgimento de “profissionais” disponíveis a redigir “notícias” e a existência de um público interessado na aquisição destas, bem como as descobertas (geográficas) e a reforma protestante permitiram que surgissem algumas publicações que, não sendo periodísticas, apresentavam já algumas marcas de tal.¹⁰²

¹⁰⁰ Días Noci (2012, p. 410) completa: “A Espanha era formada, devido a vários factores, por um conjunto de reinos com as suas próprias leis, tradições e linguagem e possuía muito poder, estendido pelos seus inúmeros territórios. Porém as guerras e conflitos do mais variado tipo em que se envolveu vieram provocar dificuldades ao país, nomeadamente na consolidação de um mercado de notícias.”

¹⁰¹ Chivelet (2001, p. 11) informa que, assim que a impressão se instalou em Espanha, todos os géneros escritos que existiam se aliaram ao novo meio.

¹⁰² Guillet (2004, p. 52) e Pizarroso Quintero (1994b, p. 274) destacam a obra de Pedro Mártir de Anglería que, entre 1488 e 1526, redigiu uma epístola composta por 812 cartas, nas quais dissertou sobre os mais variados temas, algumas vezes de forma noticiosa. Só mais tarde, apareceram as folhas soltas, almanaques, preços correntes, etc.

Algumas das primeiras publicações ocasionais a circular em Espanha foram as relações de sucessos¹⁰³ e os avisos, ainda no século XV, mas principalmente no XVI (Días Noci e Hurtado, 2003, p. 16). As relações de sucessos eram escritos informativos, sobre um (monotemáticas) ou vários acontecimentos, normalmente feitos a mando da Coroa, da Igreja ou de alguém importante que queria recordações de um dia particularmente especial, não deixando, pelo facto de serem mandadas escrever, de ser informativas, por muito que a intenção aparecesse recheada de sensacionalismo, preceitos doutrinários da Igreja ou dirigismo político. No entanto, anunciavam quase sempre uma intenção de verdade (Bernal e Espejo, 2003, pp. 147-148). Estes documentos procuravam, pois, narrar acontecimentos ocorridos, não só com o fim de informar, mas também entreter e comover o público, leitor ou ouvinte.

Bernal e Espejo (2003, p. 140) afirmam que estas relações, desde as suas mais rudimentares manifestações, foram um produto jornalístico, na medida em que não precisavam de promoção para ser notícia. No fundo, as relações cumpriam vários dos requisitos necessários para serem consideradas jornalísticas, nomeadamente a finalidade – o facto de se dirigir a um público –, o facto de interpretarem o presente desde o presente e ainda porque a informação que divulgavam era mais importante que qualquer condicionamento interno relativo à organização textual. Afirmam os autores que “as relações forem *basicamente* informação de actualidade, por muito que essa intenção informativa aparecesse trufada de sensacionalismo, afã doutrinário da Igreja ou dirigismo político” (Bernal e Espejo, 2003, p. 147). Os autores afirmam porém que, apesar disso, a censura foi benévola com estas relações, porque as considerava inocentes, tanto do ponto de vista político como teológico (Bernal e Espejo, 2003, p. 144).

As relações de sucessos podiam ser de dois tipos: mais sérias ou mais sensacionalistas/populares. Bernal e Espejo (2003, p. 133) referem que os sucessos “constituem o grande filão temático (...) da Idade Moderna”. Os autores afirmam que tanto as mais sérias, aquelas que informavam sobre festas militares ou cerimónias públicas, como as mais populares, tiveram imenso êxito e viram a sua existência

¹⁰³ As relações já existiam no século XV, se bem que o seu carácter não era propriamente informativo.

prolongar-se até ao século XIX¹⁰⁴ (se bem que com menos vigor) (Bernal e Espejo, 2003, p. 133)¹⁰⁵. Bernal e Espejo (2003, pp. 136 e 137) explicam este êxito (que não se verificou noutros países) pelo facto de o modelo das gazetas se ter imposto algo tardiamente no panorama jornalístico espanhol, e referem as três cidades que se destacaram na sua produção: Barcelona e Sevilha, primeiro, e Madrid, depois.

A grande maioria das relações não eram assinadas; no entanto, conhecem-se os nomes de alguns dos seus impressores: Juan Serrano de Vargas, Francisco de Lira e Manuel Jiménez, Andrés de Almansa y Mendonza (Bernal e Espejo, 2003, p. 142; Días Noci e Hurtado, 2003, p. 19). Estes impressos continham, por vezes, imagens, sendo que Bernal e Espejo (2003, pp. 145 e 146) justificam a sua inclusão pela necessidade de preencher espaço disponível, explicando, também, que para um público pouco letrado, como o era a maioria do público daquele tempo, as imagens ajudavam na interpretação do escrito que, muitas vezes, não conseguiam ler/perceber.

Os avisos, por seu lado, eram publicações que, a nível formal, constavam de quatro páginas no máximo, continham data no início e no fim, sendo que a data inicial era a data do momento da redacção e não a data em que os acontecimentos descritos ocorriam. Ofereciam uma acumulação selectiva de acontecimentos, cada um dos quais constituía um aviso. A fonte principal para os redactores destes exemplos pré-jornalísticos eram o correio, também a principal forma como era feita a circulação. A

¹⁰⁴ Sendo que a época dourada destas relações tenha sido quando surgiu a impressão (Bernal e Espejo, 2003, p. 140).

¹⁰⁵ Os autores efectuaram um estudo profundo sobre as relações de sucessos espanholas, começando por delimitar o que poderia ser considerado relação de sucessos e o que não. Dizem eles que “no nutrido *corpus* de impressos a que chamaram de “relações” existem dois subtipos, o das peças dedicadas à informação mais detalhada e sucinta, em torno dos grandes acontecimentos políticos, diplomáticos, militares e cortesãos..., e o dos impressos que narram um só feito, geralmente num estilo mais ameno e com registos retóricos mais próximos do literário”. Os autores consideram, como já foi dito, que estas publicações já apresentavam algumas características jornalísticas, pois, para além de terem como finalidade última informar e de não necessitarem de ser promovidas para se converterem em notícia, impondo-se, assim, por si mesmo, são dirigidas a um público conhecido de antemão pelos seus redactores, a informação prima sobre as condições estéticas e retóricas do texto e interpretam o presente desde o presente.

Bernal e Espejo referem, também, que as relações de sucessos espanholas podem ser consideradas antecessoras do actual género crónica (são relatos cronológicos que informam sobre um acontecimento actual; o redactor foi testemunha e/ou protagonista do que conta; e informam sobre um acontecimento ao mesmo tempo que o interpreta) e que em si já se encontram esboçadas algumas das rotinas profissionais jornalísticas dos dias de hoje. (Bernal e Espejo, 2003).

principal finalidade destes avisos era informar os seus leitores, ou alguém que se encontrava fora da corte, do que estava a ocorrer. Eram, portanto, não só um serviço público, mas também privado. Días Noci e Hurtado (2003, pp. 19-20) referem que alguns dos escritores de avisos mais conhecidos de Espanha foram José de Pellicer e Jerónimo de Barrionuevo.

Para além das relações e dos avisos, circularam, em território espanhol, os compêndios, uma série de folhas avulsas, bem como outras folhas ocasionais. Chivelet (2001, p. 12) destaca, ainda, os almanaques, que se publicavam anualmente e que a autora considera serem os pioneiros da imprensa periódica. No decorrer do século XVI, os temas dominantes destas publicações ocasionais e que despertavam maior interesse entre os leitores foram a conquista da América,¹⁰⁶ algumas disputas espanholas e os conflitos europeus da época.

Estas publicações ocasionais apareceram um pouco por toda a Espanha, embora se destacassem Sevilha por ter sido, como afirma Pizarroso Quintero (1994b, p. 274) “o centro mais activo de produção de notícias, não só originais, mas também reimpressões e traduções de publicações estrangeiras que chegavam facilmente através do activíssimo porto”¹⁰⁷ e Barcelona, onde, segundo Pizarroso Quintero (1994b, p. 274), se publicou, em 1557, a primeira relação noticiosa espanhola, *Copia de les noves de Italia per letres de Genova*.¹⁰⁸ Guillamet (2004, p. 52) acrescenta Valência como centro de publicação de relações e outras publicações noticiosas, nomeadamente a partir de 1536. No século XVII, Madrid passou, também, a publicar relações, sendo que Guillamet (2004, p. 52)

¹⁰⁶ As cartas de Cristóvão Colombo, por exemplo, foram impressas numerosas vezes e traduzidas para outros países (Pizarroso Quintero, 1994b, p. 274). Chivelet (2001, p. 11) informa que foram os próprios monarcas espanhóis a colocar estas cartas em circulação, conscientes do interesse que elas despertariam.

¹⁰⁷ O impressor sevilhano Rodrigo Cabrera, entre 1596 e 1599, publicou todos os anos uma série de “avisos”, alguns precedentes de Roma e outros dedicados à actividade da corte. Guillamet (2004, p. 52) e Pizarroso Quintero (1994b, p. 275) destacam também, nesta altura, a actividade do impressor sevilhano Almansa y Mendoza, autor de numerosas relações, sendo que Guillamet (2004, p. 52) afirma que as suas publicações já apresentavam alguma continuidade e eram numeradas, o que lhes conferia alguns rasgos de “jornalismo”. Pizarroso Quintero (1994b, p. 275) refere que uma das suas publicações foi *Cartas de Novedades de esta Corte y avisos recibidos de otras partes*.

¹⁰⁸ Guillamet (2004, p. 52) contrapõe que as primeiras relações surgidas em Barcelona dataram de 1528.

aponta o ano de 1606 como a data em que se publicou a primeira relação impressa neste local. Muitas vezes, estas relações eram reimpressas e/ou difundidas nas colónias.

Já perto da segunda metade do século XVII, surgiram outras publicações, as gazetas, que ainda conviveram muito tempo com as publicações ocasionais. Pizarroso Quintero (1994b, p. 275) afirma que a

periodicidade, a continuidade, a amplitude e diversificação dos conteúdos e um claro propósito de divulgar notícias eram as características específicas das gazetas e marcavam a diferença entre estas e as relações (...).

No primeiro terço deste mesmo século XVII, sem que se deixassem de publicar notícias ocasionais, surgiram assim publicações noticiosas que já pretendiam apresentar alguma periodicidade, mais regulares e menos espaçadas no tempo, embora acabassem, amiúde, por não o conseguir (Días Noci e Hurtado, 2003, pp. 17-18). Começaram, então, a publicar-se as gazetas, que pretendiam ter periodicidade semanal e conteúdo estritamente informativo. Foram estas que vieram consolidar o jornalismo espanhol, uma vez que se afirmaram como as primeiras publicações periódicas ou, pelo menos, com essa intenção. Incluíam notícias independentes entre si sobre diversos lugares do mundo, sobre política, sobre economia ou sobre diplomacia. De uma forma geral, sintetizam-se no quadro abaixo as principais publicações noticiosas espanholas de Seiscentos, ou pelo menos aquelas que são mais comumente referidas pelos teóricos da história do jornalismo espanhol:

Quadro 6 ¹⁰⁹			
Principais publicações noticiosas espanholas seiscentistas (seriadas ou periódicas)			
Título	Data (s)	Redactor (es) e impressor (es) provável/prováveis	Notas

¹⁰⁹ Este quadro foi elaborado com recurso a diferentes fontes bibliográficas. No entanto, dada a natureza de um quadro, que pretende apresentar a informação de forma mais clara, estas informações bibliográficas são apenas referidas no final do mesmo, não esclarecendo de onde proveio cada um dos dados apresentados mas permitindo que a informação surja de forma mais legível.

<i>Gazeta romana, y relación general, de avisos de todos los Reynos y Provincias del mundo</i>	1618	Serrano de Vargas – impressor	Impressa em Sevilha. Só se conhece um número.
<i>Gazeta de Roma</i> ¹¹⁰	1618 a 1621	Felipe Mey – impressor	Surgiu em Valência.
<i>Noticias de Sevilla</i>	1619		
<i>Avisos de Italia, Flandres, Roma, Portugal e outras partes de 28 de Julho até 3 de Agosto, deste ano de 1625. Etc.</i>	1625		
<i>Gazeta de Barcelona</i> ¹¹¹	1640 ou 1641	Jaume Romeu	Limitar-se-ia a traduzir notícias da <i>Gazette</i> . Esta região de Barcelona estava, na época, sob o domínio francês.
<i>Relations Véritables</i> ¹¹²	1652 a 1741	Guillaume Scheybels ¹¹³	Escrito em língua francesa mas impressa

¹¹⁰ Estudos recentes conduzidos por Carmen Espejo (<http://www.upf.edu/obrapperiodistica/es/anuari-2011/gazeta-de-valencia.html>) referem que, neste momento, são conhecidos pelo menos quatro números desta publicação, o que lhe confere alguma periodicidade, nomeadamente se vierem a ser localizados mais.

¹¹¹ Não é totalmente certo que o título *Gazeta de Barcelona* tenha sido usado. Pizarroso Quintero (1994, p. 275) indica que Jaume Romeu publicou uma série de quatro *Novas ordinárias*, em 1641; e, a partir de 28 de Maio do mesmo ano de 1641, publicou semanalmente uma tradução da *Gazette* parisiense, que intitulou de *Gazeta vinguda a esta ciutat de Barcelona, per lo Ordinari de Paris, vuy a 28 de Maig, any 1641. Traduida de francès, en nostra llengua catalana*. Talvez ao conjunto de todas estas publicações se apelide de *Gazeta de Barcelona*. O autor considera esta publicação como “o primeiro jornal semanal propriamente dito em território espanhol” (Pizarroso Quintero, 1994b, p. 275), opinião que, como já foi abordado, não é unânime, uma vez que no seu conteúdo apenas se publicavam traduções de notícias que saíam noutros periódicos europeus, nomeadamente na *Gazette* e porque, nesta altura, a Catalunha estava sob a égide francesa (Días Noci e Hurtado, 2003, p. 26). Os autores também referem não poder afirmar-se que a intenção do redactor foi de publicar com regularidade ou se foi um acaso a publicação ter saído, durante algum tempo, semanalmente (Días Noci e Hurtado, 2003, p. 36).

¹¹² Esta publicação surge nos quadros 6 e 7, relativos às primeiras publicações noticiosas periódicas espanholas e francesas, respectivamente, por se tratar de um periódico que circulou em terras sob o domínio espanhol (Bruxelas) – quadro 6 – e por ter sido escrita em língua francesa – quadro 7.

¹¹³ Começou sozinho. Em 1666, associa-se a Cleyn e pouco depois, entre Janeiro e Maio de 1667, o periódico deixa de aparecer. Passado este interregno, Pedro de Cleyn surge como único impressor até

		Pierre (Pedro) de Cleyn Gilles Stryckwant	em Bruxelas (na altura sob o domínio espanhol). Defendeu, ao longo de toda a sua existência, a causa católica face à protestante. Tinha privilégio de impressão. Durante alguns períodos, não se publicou. No início foi semanal, mais tarde bissemanal. Terá sucedido a <i>Courrier Véritable des Pays-Bas</i> ou <i>Relation fidèles extradites de diverses letters</i> .
<i>Gazeta de Sevilha</i>	1661	Juan Gómez de Blas (entre 1661 e 1667)	Provavelmente reproduziria as notícias da <i>Gazeta Nueva</i> .
<i>Gazeta de Valência</i>	1661		
<i>Gaceta de Madrid</i> (teve vários títulos) <i>Gazeta Nueva</i>	1661 (até aos dias de hoje, com mudanças de título)	Julián de Paredes, Bernardo Nogués, Francisco Fabro Bremundan	
<i>Gazeta Nueva de Zaragoza</i>	1661 a 1662	Herdeiros de Pedro Lanaje, Diego Bomer e Juan de Ibar	Nos seus primeiros números limitava-se a reproduzir as notícias da <i>Gazeta de Madrid</i> .
<i>Gazeta Nueva de Sevilha</i>	1665		
<i>Gazeta de Málaga</i>	1667		
<i>Gazeta de Amsterdam</i>	1675 a 1691	David de Castro Tartás (Comunidade sefardi holandesa)	Publicada nos Países Baixos em espanhol

1685, quando o impressor passa a ser Gilles Stryckwant, apesar de o lugar de venda da publicação continuar a ser o estabelecimento de Cleyn (Días Noci, 2002, p. 227).

<i>Avisos ordinários de las cosas del Norte</i>	1676	Francisco Fabro Bremundan	Para alguns autores, uma continuação da <i>Gazeta Nueva/Gaceta de Madrid</i> .
<i>Nuevas ordinarias de los sucessos del Norte (...)</i>	Novembro de 1683 a 1696	Sebastián de Armendáriz, Vicente de Armendáriz	Segundo a Hemeroteca de Espanha, teve outros nomes: <i>Gazeta general del Norte</i> , <i>Italia y otras partes</i> / <i>Nuevas singulares</i> / <i>Relación histórica de la Liga sagrada contra los turcos</i> / <i>Noticias generales de las cosas del Norte</i> / <i>Noticias ordinarias</i> / <i>Nuevas ordinarias de los sucesos del Norte</i> e foi uma continuação da <i>Gazeta Nueva/Gaceta de Madrid</i> .
<i>Gazeta General, que da noticias de las novedades de la Europa</i>	1683	Chistoval Lopeez	Dá conta de notícias de França, Inglaterra, Alemanha e Flandres, ou seja, do estrangeiro. Apresentava uma periodicidade irregular, quatro páginas, <i>in quarto</i> , a uma coluna, sem paginação ou numeração. Era publicada em Sevilha.
<i>Gazeta general del Norte, Italia y otras partes</i>	1684	Lucas António de Bedmar y Valdivia	Para alguns autores, esta gazeta não era a <i>Nuevas ordinarias de los sucessos del Norte</i> ou a <i>Gazeta Nueva/Gaceta de Madrid</i> .
<i>Continuación histórica de el estado, sucesos y progresos de la Liga Sagrada contra</i>	Fevereiro de 1685	Sebastián de Armendáriz	Talvez continuação de <i>Nuevas ordinarias de los sucessos del Norte</i> (<i>Gazeta Nueva/Gaceta de Madrid</i>). Foi

<i>turcos</i>			publicada pelo menos durante todo este ano de 1685.
<i>Notícias Principales y Verdaderas</i>	1685 a 1686 e 1688 a 1691? A partir de Novembro de 1691	Pedro de Cleyn (morreu em 1690) Pedro Dobbeleer	Publicada em Bruxelas (Países Baixos) em espanhol
<i>Relación histórica del año 1686</i>	1686	Sebastián de Armendáriz	Talvez continuação de <i>Continuación histórica de el estado, sucesos y progresos de la Liga Sagrada contra turcos</i> .
<i>Noticias Extraordinarias del Norte</i>	1687 a 1704	Pedro de Huarte Bernardo de Huarte	Basca
<i>Notícias Principales y Verdaderas</i>	1689 a 1696	Pedro de Huarte Bernardo de Huarte	Reimpressão ¹¹⁴ da publicação de Pedro de Cleyn, entre 1696 e 1704, em San Sebastian. Basca.
<i>Noticias Generales de las Cosas del Norte</i>	1689 a 1696	Francisco Fabro Bremundán	Varição da a <i>Gazeta Nueva/Gaceta de Madrid</i> ?
<i>Noticias ordinarias del Norte, Italia, España, y otras partes</i>	1694 ou 1696	Vicente de Armendáriz	Muito provavelmente continuação da <i>Gazeta Nueva/Gaceta de Madrid</i> . ¹¹⁵

¹¹⁴ Na reimpressão retiravam-se as notícias que falavam sobre Espanha.

¹¹⁵ Pena Sueiro (2006, p. 169) refere que esta publicação foi original e não continuação de outra e que narrava sucessos, sobretudo políticos, de alcance nacional e internacional. Cada um dos números tinha doze páginas, com assinatura e paginação correlativas, publicando-se semanalmente. Tratava-se de unidades tipográficas independentes embora encadeadas e sequenciais, sendo que algumas eram continuação de outras; estavam organizadas para ser vendidas tanto individualmente como em conjunto. Apresentavam a estrutura típica das gazetas: um encabeçamento uniforme seguido das notícias diversas, iniciadas por um título, onde se indicava a proveniência da notícia, a data, terminando com uma nota final (colofão). Não apresentava imagens, nem iniciais gravadas. Pensa-se que a fonte destas notícias pudesse ser uma publicação italiana. Esta publicação apresentava regularidade, continuidade e variedade informativa.

<i>Gazeta de Zaragoza</i>	1697	Pedro Argayón	
Fontes: Días Noci, 2012; Días Noci e Hurtado, 2003; Espejo, 2013; Guillamet, 2004; Pena Sueiro, 2006; Pizarroso Quintero, 1994b; etc.			

O quadro 6 dá-nos uma visão do panorama jornalístico espanhol no que às publicações noticiosas seriadas ou periódicas diz respeito. Note-se que antes de ter surgido aquela que é mais frequentemente considerada a primeira publicação periódica de Espanha, a *Gaceta Nueva*, futura *Gaceta de Madrid*, outras publicações surgiram. No entanto, e apesar de terem procurado a periodicidade, nem sempre o terão conseguido. Guillamet (2004, p. 52) indica que o *Noticias de Sevilla*, de 1619 e as primeiras gazetas semanais de Barcelona, de 1640 ou 1641, foram as publicações precedentes das publicações periódicas em Espanha, sendo que concorda que a verdadeira periodicidade só se alcançou com a *Gazeta Nueva/Gaceta de Madrid*. No entanto, Días Noci (2002, p. 217) ressalva que a própria *Gaceta de Madrid* não nasceu com as características de um periódico, nem com título e periodicidade estáveis e o Días Noci e Hurtado (2003, p. 7) afirmam mesmo que é difícil estudar a génese do jornalismo em Espanha, pois faltam muitos números dos periódicos da época.

ii. Publicações periódicas espanholas seiscentistas

O Estado, ao perceber o alcance, a popularidade e a influência das gazetas, procurou, também associar-se à sua publicação. D. João José de Áustria¹¹⁶ foi um dos impulsionadores deste tipo de publicações, ao perceber o seu poder propagandístico e a publicidade que podiam fazer ao seu nome ou aos seus interesses. Como tal, contratou o gazeteiro espanhol Francisco Fabro Bremundán, segundo Varela Hervías (1960, pp. 12-13), aquele que deve ser considerado o primeiro *jornalista* espanhol, que veio a escrever a primeira gazeta espanhola, em 1661, a futura *Gaceta* (ou *Gazeta* – a palavra aparece com as duas grafias) *de Madrid*. A *Gaceta* surge, assim, vinculada aos interesses reais e

¹¹⁶ Pizarroso Quintero (1994b, p. 275) informa D. João José de Áustria, filho ilegítimo de Filipe IV, durante o tempo em que permaneceu na Flandres, como governador, compreendeu a importância de possuir um órgão de expressão que ajudasse nas ambições de quem o patrocinava. Já em Espanha, e com a ajuda do seu secretário Francisco Fabro Bremundán, impulsionou a criação da referida gazeta, da qual Fabro viria a ser redactor. Chivelet (2001, p. 13) acrescenta que também o secretário de Estado do monarca, que havia estado em França, país que já tinha gazetas, percebeu a relevância das mesmas, tendo-o comunicado ao rei, ao mesmo tempo que o alertava da importância de a Espanha também ter.

Juan José de Áustria não hesitou em usar esta publicação para fazer autopropaganda das suas façanhas militares (Núñez, 2002, p. 149).

A primeira publicação noticiosa periódica espanhola¹¹⁷ foi, então, a *Relación o Gaceta de algunos casos particulares, así políticos como militares, sucedidos en la mayor parte del mundo, hasta fin de 1660*, mais conhecida como *Gaceta Nueva* ou *Gaceta de Madrid*, publicada a partir de Janeiro de 1661, por Fabro Bremundán. Era um jornal oficioso e, inicialmente, publicava-se todos os meses. Esta publicação periódica pretendia dar a conhecer as notícias do reino e de fora dele com prontidão e regularidade, de modo que tentou manter-se sempre como mensal. Ettinghausen (2001, p. 212) afirma que a *Gaceta* apresentava uma combinação de notícias colectadas de outras gazetas com informação recolhida pelos informadores de Bremundan, sendo que Espejo (2013, p. 83) menciona que a gazeta espanhola terá seguido de perto o modelo da sua congénere francesa. A licença para a sua publicação foi obtida em Madrid por Julián de Paredes, impressor de livros en la Plazuela del Angel, tal como é dito no final do primeiro número deste periódico (bem como dos outros números), que foi adoptando várias designações, até chegar a *Gaceta de Madrid*, em 1697.

No primeiro número desta publicação justificava-se a sua aparição da seguinte forma:

Supuesto que en las más populosas ciudades de Flandes, Francia y Alemania, se imprimen cada semana (además de las Relaciones de sucesos particulares) otras con títulos de Gacetas, en que se da noticia de las cosas más notables, así políticas como militares, que han sucedido en la mayor parte del Orbe, será razón que se introduzca este género de impresiones, ya que no cada semana, por lo menos cada mes; para que los curiosos tengan aviso de dichos sucesos y no carezcan los españoles de noticias que abundan en las extranjeras naciones. (*Relación o Gaceta de algunos casos particulares, así políticos como militares, sucedidos en la mayor parte del mundo, hasta fin de 1660*, Janeiro, 1661)

Este primeiro número desta gazeta tinha oito páginas e, a nível formal, imitava as gazetas que já existiam no resto da Europa, como era o caso das gazetas em Portugal, Itália, Flandres, França e Alemanha. Informava que teria uma periodicidade mensal e, de facto, em 1661, saíram mais onze números, totalizando um total de doze. Em relação

¹¹⁷ Opinião que reúne mais consenso.

ao *design*, apresentava um tamanho de vinte centímetros por doze, estava paginado a uma coluna, apresentava a primeira letra capitular, tanto na notícia inicial, como depois de cada novo grupo de notícias, introduzido por nova referência ao local de proveniência da informação, e não tinha número de página. As notícias deste primeiro exemplar falavam de acontecimentos ocorridos em Roma, Veneza, Viena de Áustria, Suécia, França e Inglaterra e eram introduzidas precisamente pela referência ao local de onde provinham. O temário variou entre assuntos diplomáticos, militares, políticos e notícias sobre a corte e sobre pessoas de elite.

Os três primeiros números tiveram todos um título diferente: no número dois, o título foi *Gazeta de los sucessos políticos y militares de la mayor parte del mundo, hasta el mes de Enero deste año de mil y seiscientos y sesenta y uno* e no número três mudou para *Gazeta nueva de las cosas mas particulares, assi políticas, como militares sucedidas en la mayor parte de la Europa, hasta el mes de Febrero deste año de mil y seiscientos y sessenta y uno*. Só a partir do quarto número é que o título se fixou em *Gazeta Nueva*, sendo que tinha sempre algo mais, que funcionava como uma espécie de localização espacial geral das notícias daquele exemplar (normalmente *sucedidas en la mayor parte de la Europa*) e temporal (*hasta el mes de Febrero deste año de mil y seiscientos y sessenta y uno*). Em 1662, saíram oito números da gazeta, estando todos eles digitalizados e disponíveis no site da Hemeroteca de Espanha (assim como os exemplares do ano de 1661). De notar, ainda, que cada exemplar vinha numerado, sendo que esta numeração foi correlativa, cada número era continuação do anterior. Durante o ano de 1661, essa numeração iniciou-se em “I” e terminou em “XII” e, no ano de 1662, a numeração foi “Numero primeiro” até “Numero Octavo”. Ou seja, no início de cada ano, a numeração recomeçava.

Nestes dois primeiros anos de publicação, os números da *Gazeta Nueva* foram todos bastante similares. Cada exemplar continha por norma oito páginas, e apresentavam-se com o título, referência ao local de onde provinham as notícias e de seguida a notícia, sendo que a primeira letra desta era capitular. Logo de seguida, outro local e respectiva notícia. No final de cada número, exibia-se a informação sobre as licenças (“*Con licencia, en Madrid, por Julian de Paredes, Impresor de Libros, en la Plaçuela del Angel, año 1661*” – ou 1662). O texto era paginado a uma coluna e não

existia referência ao número de página. A maioria das notícias era sobre acontecimentos ocorridos no estrangeiro, mas a publicação também divulgou notícias domésticas, nomeadamente aquelas que envolviam a campanha de D. José da Áustria na Guerra da Restauração ou noutras contendas. Em relação ao temário, este variou principalmente entre assuntos militares, diplomáticos, políticos, religiosos, referências a pessoas de elite (casamentos, baptizados, nascimentos, falecimentos, etc.), etc. Já o local focalizado variou entre as cidades mais importantes de cada país europeu, normalmente onde ocorriam acontecimentos de relevo tal que justificava serem noticiados (alguns dos locais mais referenciados foram Roma, Veneza, Turim, Nápoles, Milão, Génova, Livorno, Moscovo, Viena, Oran, Munster, Haya, Riga, Bruxelas, Aronches, Varsóvia, Londres, Paris, Jerusalém), sendo que tanto se referia a cidade como apenas o país (França, Inglaterra, Áustria, Alemanha, Suécia, Irlanda, Hungria, Polónia, Portugal, Malta, Dinamarca, Escócia, Flandres, Holanda,) ou mesmo o continente (África). Espanha também era um espaço provedor de notícias, sendo que, neste caso, a referência era sempre feita à cidade ou região (Cadiz, Zafra, Viscaya, La Palma, Badajoz, Sevilha, Málaga, Alicante, Gibraltar, Llerena, Tui, Galicia, Cartagena, Ciudad Rodrigo).

Entretanto a edição é interrompida o que pode ser explicado pelo facto de a gazeta nesta altura não contar com privilégio de publicação exclusivo, tinha apenas licença, o que a obrigava a competir num mercado escasso com outras publicações, periódicas ou não (Núñez, 2002, p. 150). A autora acrescenta ainda que, uma vez que a publicação nasceu e sobreviveu muita à custa do seu “inspirador”, D. João José da Áustria, foi com naturalidade que a existência da mesma se tivesse associado às suas vitórias e/ou derrotas e que, por isso, não tenha sido tão regular quanto desejável (Núñez, 2002, p. 150). Também Varelas Hervias (1960, pp. 12-13) afirma que este interregno da publicação pode estar relacionada com alguma derrota pesada dos espanhóis na Guerra da Restauração, pois a publicação era usada, entre outros fins, para propagandear a campanha espanhola contra a portuguesa e, estando esta numa fase menos boa, não interessava divulgar. Neste interregno, surgem outras gazetas – que Pizarroso Quintero (1994b, p. 275) não considera como continuação da *Gazeta Nueva* mas que outros autores (Alarcón Sierra, 1992, p. 3; Chivelet, 2001, p. 13; Días Noci e Hurtado, 2003, p. 28) ponderam ser.

Em 1676, mais precisamente entre 7 de Janeiro e 15 de Setembro¹¹⁸, Francisco Fabro Bremundan, a pedido de D. João José (que se encontrava em Saragoça, pois havia sido nomeado General da Coroa de Aragão), fez sair, nesta cidade, semanalmente, 36 números dos chamados *Avisos ordinários de las cosas del Norte*, “cuja finalidade era defender os interesses da coligação formada pela Espanha, Alemanha, Dinamarca e Brandeburgo contra o bloqueio hostil da França, Inglaterra e Suécia” (Pizarroso Quintero, 1994b, p. 276). Para alguns autores, esta publicação foi uma espécie de continuação da *Gaceta de Madrid*¹¹⁹ (Alarcón Sierra, 1992, p. 3; Chivelet, 2001, p. 13; Días Noci e Hurtado, 2003, p. 28).

Segundo a informação recolhida junto de outros autores (Pizarroso Quintero, 1994b, p. 276) e dos *sites* da “Hemeroteca Digital de Espanha” e do “Boletim Oficial de Espanha”, a *Gaceta* terá reaparecido apenas em 1677, com o título de *Gazeta Ordinaria de Madrid*.¹²⁰

Nesse ano, D. João José regressa a Madrid e no mês de Julho, dia 4, reaparece a *Gazeta Ordinaria de Madrid*, impressa com privilégio, ou seja, “gozando de uma licença para imprimir uma publicação em regime de monopólio, em nome de uma pessoa ou instituição concreta” (Pizarroso Quintero, 1994b, p. 276). Núñez (2002, pp.

¹¹⁸ Data em que D. João José viu as suas manobras políticas, defendidas na publicação, triunfarem, logo já não precisava de uma publicação que as divulgasse.

¹¹⁹ Esta informação vem contradizer alguma informação recolhida junto dos autores Núñez (2002, p. 150) e Hartzenbusch (1894, p. 1), que defendem que a *Gazeta Nueva* terá reaparecido em 1667, prometendo periodicidade mensal, que terá consigo, pelo menos durante este ano, e que terá mantido este título até 1680, sendo que em 1677 se terá tornado semanal, mantendo-se assim até 1680, pois se Fabro Bremundan estava em Saragoça e se lá fez sair esta publicação, *Avisos ordinários de las cosas del Norte*, ainda pra mais considerada por tantos autores como continuação da *Gaceta Nueva/de Madrid*, não poderia estar simultaneamente em Madrid a fazer sair a *Gazeta ordinária de Madrid*. Ou seja, alguma da informação não estará correcta. Deverá ter sido interrompida, ter-se-ão, entretanto, publicado em Saragoça os *Avisos* e, regressados a Madrid, Fabro e D. João José terão reavivado a *Gaceta ordinária* neste local. Ou então não terá aparecido senão em 1677, o que, dada a informação disponível, parece ser o mais certo.

¹²⁰ Esta informação não está de todo clara na informação bibliográfica e hemerográfica recolhida. Pelos dados recolhidos, parece haver alguma confusão relativamente ao ano em que a *Gaceta* terá reaparecido, depois da interrupção de finais de 1662. Mas no site da Hemeroteca Digital de Espanha (<http://hemerotecadigital.bne.es/details.vm?q=id:0003414877&lang=es>) a informação é de que, sob este título, *Gazeta ordinária de Madrid*, foi publicada entre 1677 e 1680. Também no site do Boletim Oficial do Estado de Espanha (<http://www.boe.es/buscar/gazeta.php>) a informação é de que a *Gazeta ordinária de Madrid* apenas surgiu em 1677 até 1680, sendo que há versões digitalizadas de todos os números conhecidos. Desta forma, parece ser esta a opção mais viável, não deixando, no entanto, esta investigação de registar outras hipóteses.

150-151) refere que esta continuava a ser escrita por Fabro,¹²¹ sendo o impressor Bernardo de Villa Diego, também impressor do rei. No entanto, esta informação relativamente ao impressor (“En la Imprenta de Bernardo de Villa-Diego, Impresor de Su Magestad”) só aparece na publicação a partir do número 19 de Abril de 1678.

Conta Pizarroso Quintero (1994b, p. 276) que, por esta altura, a gazeta continha duas secções¹²², sendo que uma era

de carácter internacional, feita a partir de diferentes gazetas estrangeiras, e outra dedicada a notícias espanholas, sobretudo da Corte: vida e actividade do rei, do seu valido, nomeações, mercês, etc.

Analisando os números que se encontram digitalizados no site do Boletim Oficial de Madrid, percebe-se que, de facto, *La Gazeta Ordinaria de Madrid* se assemelhava bastante àquela que é considerada sua antecessora, *Gazeta Nueva*. Relativamente ao *design*, mantinha-se o título, seguido da data em que se publicava o periódico, apresentando-se depois as notícias, introduzidas pelo local de proveniência e a data em que foram recolhidas. Aqui notou-se uma diferença: agora colocava-se em letra com tamanho aumentado o país e de seguida, os diferentes locais desse mesmo país de onde provinham as informações. Por exemplo, referia-se Alemanha e depois as várias cidades (Ratisbona, Hamburgo, Frankfurt, etc.) e a data. De certa forma, organizava-se melhor a informação. A letra de cada primeira palavra de cada grupo de notícias era sempre capitular e o texto era paginado a uma coluna. Apenas o primeiro número apresentou um frontispício com o símbolo do “Privilégio Real” ornamentado. No final das notícias, surgia a informação sobre licenças: entre 4 de Julho de 1677 e 19 de Abril de 1678, escrevia-se, apenas, “Con Privilegio”. A partir desta data passou a dizer “En la Imprenta de Bernardo de Villa-Diego, Impresor de Su Magestad. Con Privilegio”. No entanto, por uma ou outra vez, a informação era apenas sobre o privilégio, não dando para saber se nesses números o impressor terá sido outro. O número de páginas oscilou entre as oito e as doze, embora alguns suplementos ou números extraordinários tinham mais. Em relação aos temas das notícias, foram

¹²¹ Que em Julho de 1677, obtém o título de gazeteiro do reino.

¹²² O autor diz que esta estrutura se manteve praticamente invariável até ao século XIX (Pizarroso Quintero, 1994b, p. 276).

novamente os militares, diplomáticos e políticos os mais abordados, sendo que os assuntos sobre a corte e sobre a Casa Real também tenham ocupado muitas notícias. Por exemplo, o casamento do rei D. Carlos II com D. Maria Luísa foi notícia em variados números e justificou, até, alguns números extraordinários. Assuntos mais triviais, como comemorações religiosas ou sociais, catástrofes naturais, ou mesmo acontecimentos insólitos, também fizeram parte do temário, mas em menor soma.

No entanto, há duas grandes diferenças desta fase da *Gaceta* para a anterior. A primeira tem a ver com a periodicidade: enquanto anteriormente a *Gaceta* era mensal, agora apresentava-se semanalmente. A segunda diferença tem a ver com a inserção do número de página e com a não numeração de cada exemplar. Assim, o primeiro número de 4 de Julho de 1677 teve oito páginas, sendo que quatro delas estavam numeradas (a primeira – número 1, a terceira – número 2, a quinta – número 3 e a sétima – número 4¹²³). Já cada exemplar não tinha qualquer referência a numeração. Outro aspecto particular da inserção do número de página tem a ver com o facto de esta ser sequenciada, ou seja, o número de 4 de Julho de 1677, já referido para exemplo, teria então as suas páginas numeradas de 1 a 4; o exemplar seguinte, de 10 de Julho, surgiu com as páginas numeradas de 5 a 8, e assim sucessivamente. Mesmo os exemplares extraordinários, apresentados com outros títulos, seguiam esta sequência.

O último número com este título corresponde à data de 2 de Abril de 1680, data em que as gazetas foram vetadas pelo rei, de forma a controlar a informação que circulava (a monarquia desconfiava da imprensa), sendo difícil de precisar, como afirma Hartzenbusch (1894, p. 2), se a gazeta, neste período, deixou de ser publicada ou não¹²⁴. Foi enviada a todos os impressores, em 1680, uma notificação que impedia a publicação de relações ou outras folhas noticiosas, a não ser que estas tivessem autorização superior, sendo que este vazio informativo se manteve até 1683. No entanto, segundo conta Núñez (2002, p. 151), nesta altura publicaram-se alguns avisos e relações de sucessos.

¹²³ Ou seja, no fundo numerava-se a folha.

¹²⁴ Do notar que D. João José morreu em 1679, o que também pode explicar a falta de “apoio” à publicação da gazeta.

Em Novembro de 1683, as gazetas são novamente autorizadas e a *Gaceta* reaparece. O grande interesse que os acontecimentos decorrentes da guerra entre a Liga Sagrada e o Império Otomano despertavam é uma das justificações para este reaparecimento. A informação sobre a titulação desta gazeta entre os anos de 1683 e 1697 (altura em que passa a chamar-se *Gaceta de Madrid*) é bastante contraditória. Isto porque foram surgindo algumas publicações, não só em Madrid como noutros locais de Espanha, e as opiniões dos autores dividem-se na hora de decidir se são uma continuação da *Gaceta de Madrid* ou uma publicação diferente. De acordo com a informação contida no site do governo espanhol do “Boletín Oficial del Estado” (<http://www.boe.es/buscar/gazeta.php>), a *Gaceta* reapareceu em 1683, com o título de *Nuevas ordinarias de los sucessos del Norte*, mas na página apenas se disponibilizam os números relativos ao ano 1697, e apenas um número, do mês de Março, sendo que este exemplar é numerado com “Num. I”, referia ter sido impresso por Antonio Roman e vendido na casa de Antonio Bizarron (vendedor de livros). No entanto, a Hemeroteca Digital de Espanha (<http://hemerotecadigital.bne.es>) disponibiliza versões digitalizadas desta fase da *Gaceta*, desde 16 de Novembro de 1683 até 11 de Dezembro de 1696, informando que terá, porém, circulado com outros títulos: *Gazeta general del Norte, Italia y otras partes; Nuevas singulares; Relación histórica de la Liga sagrada contra los turcos; Noticias generales de las cosas del Norte; Noticias ordinárias; Nuevas ordinarias de los sucesos del Norte*.¹²⁵

Os autores dividem-se, uma vez mais, nesta questão de quais são os títulos que terão sido continuação da *Gaceta* e quais não. *Nuevas Ordinarias de los sucessos del Norte* é como Días Noci e Hurtado (2003, p. 28) e Espejo (2013, p. 84) dizem ter-se chamado a gazeta, logo quando reaparece, em 1683, indo portanto ao encontro do que veicula a Hemeroteca Digital de Espanha; *Nuevas ordinárias e Nuevas singulares*¹²⁶ é como Hartzenbusch (1894, p. 2) refere ser o novo nome da publicação; Varela Hervías

¹²⁵ Informa o site: Para a sua publicação, *Nuevas ordinarias de los sucessos del Norte* contou com Fabro Bremundán, que já havia sido nomeado gazeteiro do reino, sendo o impressor Bernardo de Villa-Diego, impressor do rei Carlos II.

¹²⁶ Hartzenbusch (1894, p. 2) afirma que Fabro recuperou o privilégio de impressão e que durante todo este ano de 1683, a gazeta foi publicada na impressora de Villa Diego. Nos números seguintes deste ano, o título da publicação é novamente alterado, sendo, desta vez, *Nuevas singulares e Noticias singulares*. Os impressores foram, para além de Bernardo Villa-Diego, António Román e Sebastián Armendáriz.

(1960, pp. 12-13) sugere que continuou a chamar-se de *Gaceta ordinária de Madrid*¹²⁷; para Ettinghausen (2001, p. 212) e Pizarroso Quintero (1994b, p. 276) o título foi *Nuevas Singulares del Norte*¹²⁸. Hartzenbusch (2002, p. 2) refere que, durante o ano de 1685 e diante, o título adoptado pela publicação foi *Relación histórica de la liga sagrada contra turcos* ou *Continuación histórica del estado, sucesos y progresos de la Liga Sagrada contra [los] turcos*¹²⁹

Tanto confusão leva a que tanto Hartzenbusch (1894, p. 2) como Pizarroso Quintero (1994b, p. 276) concordem quando afirmam que é difícil estabelecer a cronologia desta publicação, mas que parece evidente que todos estes títulos que foram surgindo estão relacionados com a *Gaceta ordinária* que os precedeu e com a *Gaceta de Madrid* que lhes sucedeu.¹³⁰ Para que melhor se perceba quais os títulos que se associam à *Gaceta*, bem como outras informações sobre os mesmos, atente-se no quadro que se publica no Apêndice 1 (página 337).

Segundo a informação disponibilizada no site da Hemeroteca Digital de Espanha (<http://hemerotecadigital.bne.es/details.vm?q=id:0003414877&lang=es>), a publicação

¹²⁷ Também Varela Hervías (1960, pp. 12-13) refere que Fabro continuou à frente da publicação. O autor refere, ainda, que, também em 1683, Sebastián de Armendáriz, fez sair outra publicação intitulada *Nuevas ordinárias*, que conviveu com *Gaceta ordinária de Madrid* de Fabro até 1684. A partir desta data, diz o autor que prevaleceu a publicação de Armendáriz, até 1690 (Varela Hervías, 1960, pp. 12-13). Mais uma vez, esta informação entra em confronto com outra disponível. O facto de alterar o título com frequência e mesmo os redactores e/ou impressores não ajuda a clarificar a informação.

¹²⁸ Segundo o autor, foi Fabro quem continuou à frente da redacção da publicação, associando-se a Sebastián de Armendáriz, livreiro de câmara do rei (Pizarroso Quintero, 1994b, p. 276). Pizarroso Quintero (1994b, p. 276) acrescenta que, em 1684, a publicação se “transforma” em *Nuevas singulares concernientes a la sola guerra Sagrada contra los turcos y separadas de propósito de las generales de toda Europa*.

¹²⁹ Para Espejo (2013, p. 84) ambos os nomes (*Nuevas Singulares del Norte* e *Relación histórica de la liga sagrada contra turcos* ou *Continuación histórica del estado, sucesos y progresos de la Liga Sagrada contra [los] turcos*) se referem a outras publicações de Sebastián de Armendáriz e não são uma continuação da *Gaceta*.

¹³⁰ Núñez (2002, p. 151) fala na circulação de uma gazeta em 1684 com o título de *Gaceta general del Norte, Italia y otras partes* que não é, no entanto, para a autora, a *Gaceta de Madrid* de Fabro Bremundán, que tinha como título, na altura, *Nuevas singulares del Norte, Italia y otras partes de Europa*. No entanto, refere a autora, as duas acabaram por se fundir no mesmo mês (Núñez, 2002, p. 151). Días Noci e Hurtado (2003, pp. 28-29) também fazem referência a uma outra publicação surgida intitulada *Gazeta General del Norte, Italia, y Otras Partes*, impressa por Lucas Antonio de Bedmar y Baldivia, não a relacionando com a *Gazeta Nueva/Gaceta de Madrid*.

adoptou os diferentes títulos já referidos mas foi sempre uma continuação ou esteve sempre relacionada com a *Gaceta Nueva/Ordinária/de Madrid*. Mais informa que, durante o ano de 1683, enquanto se intitulou de *Nuevas ordinarias de los sucessos del Norte* ou *Nuevas Ordinarias del Norte*, o seu redactor foi Fabro de Bremundán e os impressores Bernardo de Villa-Diego (16/11/1683 e 23/11/1683) e Mateo de Llanos (30/11/1683). Já em 1685, altura em que o título *Continuacion historica del estado, sucesos, y progresos de la Liga Sagrada contra Turcos* se associa à *Gaceta*, foram os nomes de Sebastián de Armendáriz (redactor), associado ao impressor Antonio Román que sobressaíram na publicação.

No ano de 1683, saíram, ou são apenas conhecidos, três números, todos do mês de Novembro, com periodicidade semanal. Tendo em conta que a numeração das páginas era correlativa com números anteriores, é de supor que tenham existido exemplares antes, pois a primeira página do primeiro número conhecido, de 16 de Novembro, é numerado com um 9, o que leva a crer que terão existido outros exemplares anteriores. O *design* apresentava algumas diferenças relativamente à *Gaceta Ordinaria de Madrid*: na primeira página mantinha-se o título e data, sendo que agora se incluía um resumo das notícias que se iriam divulgar e logo de seguida as notícias, paginada a uma coluna, com primeira letra capitular¹³¹, sem qualquer outra entrada ou referência a datas ou locais, provavelmente porque o temário da publicação se centrou quase exclusivamente na contenda entre a Liga Sagrada e os Turcos. A informação parece assim, pelo menos esteticamente, mais *pesada*. O número de páginas foi de doze, oito e doze, respectivamente¹³². No final de cada exemplar vinha a informação sobre as licenças (“En la Imprenta de Bernardo de Villa-Diego, Impresor de Su Magestad. Con privilegio.” ou “En Madrid, en la Imprensa Real: Por Mateo de Llanos, Impresor del Rey N. S. Año de 1683. Con privilegio.”).

¹³¹ Para além de letra capitular, o número de 30 de Novembro inclui um floreado a contornar essa letra.

¹³² Ao contrário do que era habitual, numerar as folhas só na parte frontal, o exemplar de 30 de Novembro de 1683 recebeu número de página em todas as suas folhas, frente e verso. A numeração das páginas também não é correlativa com o exemplar anterior que se conhece, de 23 de Novembro, o que poderá indicar que entre um e outro tenha existido um qualquer número extraordinário (que costumavam seguir a numeração sequencial do periódico).

Já em 1685, o primeiro número conhecido é de 27 de Fevereiro, e a primeira página deste exemplar é numerada com 33 (o que mais uma vez deixa antever a existência de outros números anteriores). Deste ano, conhecem-se dez exemplares da publicação, sendo que a periodicidade é algo irregular, pois os três primeiros números são mensais, depois há outros três semanais, de seguida faz uma pausa de dois meses e a numeração volta atrás, perde-se a sequencialidade... E os últimos dois números são quinzenais e correlativos. Relativamente ao *design*, seguiu aquele que se aplicou aos exemplares de 1683. A informação final era sobre as licenças e referia também o redactor e o impressor da publicação e variou entre: “Por Sebastian de Armendariz, Librero de Camara de Su Magestad. Con las licencia necesarias.” ou “Por Sebastian de Armendariz, Librero de Camara de Su Magestad. En la Imprenta de Antonio Roman. Con las licencia necesarias.” ou “Por Sebastian de Armendariz, Librero de Camara de Su Magestad.” ou ainda “En Madrid: Por Sebastian de Armendariz, Librero de Camara de Su Magestad. En la Imprenta de Antonio Roman. Con las licencias necesarias.”.

A partir do ano de 1689, a titulação volta a mudar mas continua pouco clara a conexão e encadeamento entre todos os nomes. A 15 de Fevereiro surge uma publicação intitulada *Relacion Historica Del Año MDCLXXXIX. Tocante al estado, sucesos y progresos de la Liga Sagrada contra Turcos. Formada de las ultimas cartas de Italia, y el Norte*, da qual se conhecem seis números, sendo que um não apresenta numeração correlativa com os outros, apesar de em toda a sua essência ser semelhante aos demais e outro apresenta um título diferente (*Relacion Distinta Del modo con que los Embiados del Sultàn de los Turcos Solimàn III fueron admitidos à la Audiencia publica del Augustissimo Emperador Leopoldo I à 8 de Febrero 1689. Traducida legalmente del original en lengua Italiana, que traxo el ultimo Correo de la Corte Imperial*), mas numeração sequencial como número que o antecede. A periodicidade não foi regular, pois a publicação tanto se apresentou quinzenal, como semanal, durante este tempo.

O *design* apresentava-se semelhante àquele que apresentaram *Nuevas ordinarias de los sucessos del Norte* ou *Nuevas Ordinarias del Norte e Continuacion historica del estado, sucesos, y progresos de la Liga Sagrada contra Turcos*. Diferenciava-se a colocação do número de página, que aqui surgia em ambos os lados da folha, frente e verso, sendo que o número de páginas continuava a ser o mesmo, que nesta fase foi

sempre de doze. O temário também andou quase sempre à volta do conflito entre os países da Liga Sagrada e os Turcos.

A informação sobre as licenças, redactores e impressores voltava a surgir no final e era sempre relativamente parecida: “En Madrid: Por Sebastian de Armendariz, Librero de Camara de Su Magestad y Curial de Roma. En la Imprenta de Antonio Roman. Con las licencias necesarias.” ou “Por Sebastian de Armendariz, Librero de Camara de Su Magestad y Curial de Roma.”. Às vezes, referia apenas as licenças: Con las licencias necesarias ou Con licencias necessárias” e por uma ou outra vez, não colocou qualquer tipo de informação.

A partir de 24 de Maio deste mesmo ano de 1689, surge um novo título, *Noticias Generales de las cosas del Norte*, e a numeração recomeça do 1, o que pode indicar que este e o anterior não estarão relacionados, apesar das semelhanças: *design*, impressor, redactor, Diferenciava-se no facto de introduzir o local e proveniência das notícias e de apresentar um temário mais variado, assemelhando-se, fisicamente àquela que se intitulou de *La Gazeta Ordinaria* (04/07/1677 a 02/04/1680). Pouco depois, ainda no mesmo ano, no mês de Julho, a publicação muda o título para *Noticias Ordinarias*, sendo que será este que irá perdurar pelos anos seguintes. No entanto, ainda neste ano de 1689, a publicação, por vezes, intitulava-se de *Noticias Extraordinarias*, provavelmente por ser algum número extra. A numeração, que nem sempre está correcta (sendo por erro de impressão ou mesmo porque faltarão alguns exemplares) não ajuda a perceber esta questão da sequencialidade. A partir da década de noventa, dá-se uma estabilização na publicação, tanto no que ao título diz respeito (*Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas ...*), como ao número de páginas (doze, tirando um ou outro caso em que tinha menos), ao *design*, etc. Em 1690, já mantendo sempre o início do título como *Noticias Ordinarias*, ainda variava o que se seguia (*Del Norte, Italia, y otras partes; Del Norte, y Africa; etc.*), mas, a partir de meados de 1691, já foi sempre o mesmo (*Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas el ...*), só mudando mesmo a data.

No início do ano de 1694, o privilégio de impressão passa de Sebastian de Armendariz para Vicente de Armendariz, mantendo-se, no entanto, o mesmo impressor, Antonio Roman e assim continua até, pelo menos finais de 1696. Nesta época, a *Gaceta* foi bastante regular, tanto a nível de temas, como de *design* e mesmo de discurso; teve quase sempre 12 páginas, excepto em duas ocasiões e o título não oscilou. Em 1697, o primeiro número disponível tem a data de 26 de Março e vem numerado com “Num. I”. O título continua a ser *Noticias Ordinarias* e diz ser impressa pelo mesmo Antonio Roman, acrescentando que se vende em casa de Antonio Bizarron. No final, refere o seguinte: “Saldrán estas Relaciones todos los Martes, y los ausentes que las quisieren las pondrán tener por el Correo en la misma forma que hasta aquí”. Na realidade, na semana seguinte, a 2 de Abril, sai outro exemplar, com o número II, porém o título já passara para *Gaceta de Madrid*.

A *Gaceta* teve assim, como se viu, diferentes designações até estabilizar. Ao longo destes primeiros anos de publicação, a *Gaceta* sofreu muitas alterações, sendo que o mais constante terão sido mesmo as temáticas, que se foram mantendo.

Já no século XVIII, Carlos III assume a feitura, impressão e venda da *Gaceta*, através de pessoal da sua confiança, incorporando, assim, a publicação à Coroa, e fazendo-a passar de órgão oficioso para órgão oficial (Pizarroso Quintero, 1994b, pp. 276 e 277). Assim, no momento do seu nascimento e nos primeiros anos, esta gazeta era dirigida e administrada por privados.¹³³ Porém, no século seguinte, durante o reinado de Carlos III, a Coroa passou a ter os direitos de impressão da *Gaceta de Madrid*, passando a controlar a publicação e levando a que esta passasse a ser um meio de informação oficial e que reflectisse os critérios e decisões do governo.

Durante todo o século XVII, várias outras publicações surgiram, por toda a Espanha, algumas a imitar, em forma e conteúdo, a de Madrid, ou mesmo a reproduzir as suas notícias (Días Noci e Hurtado, 2003, p. 33).

¹³³ No entanto, e tal como aconteceu com a *Gazeta* “da Restauração”, é difícil afirmar que a Coroa espanhola não tenha financiado, de alguma forma, desde sempre, a publicação.

iii. As gazetas espanholas nos Países Baixos no século XVII e as gazetas vascas

Fora do território espanhol, foram publicadas gazetas em língua espanhola. Os Países Baixos foram um desses locais.

Em Amesterdão, um dos principais centros da vida intelectual europeia, respirava-se um clima de tolerância, o que ajudou a tornar este local num dos principais focos informativos e num dos principais produtores de gazetas (nas mais variadas línguas) da Europa, ou não fosse esta, na época, uma região multilinguística (Días Noci, 2002, p. 219)¹³⁴. Días Noci (2002, p. 220) refere que a publicação de “papéis noticiosos” em línguas que não o holandês, não foi totalmente inocente e/ou independente. O autor refere que a sua publicação numa “esfera pública protestante” procurava prestar um serviço ideológico muito concreto (Días Noci, 2002, p. 220).

A primeira dessas publicações foi a *Gazeta de Amsterdam*, editada nos Países Baixos, entre 1675 e, pelo menos, 1691. O seu impressor foi o sefardi¹³⁵ David de Castro Tartás¹³⁶. Num estudo efectuado por Javier Díaz Noci (2002), o autor refere que há conhecimento de muitos dos números desta publicação, sendo que, alguns são consecutivos, o que mostra a periodicidade que conseguiu ter. Segundo Días Noci (Días Noci, 2002, p. 222), a *Gazeta de Amsterdam* era dirigida a todos os que soubessem ler em espanhol, judeus ou não, e não a um público ibérico (sendo que, de forma legal,

¹³⁴ Días Noci (2002, p. 220) dá alguns exemplos: entre os anos de 1620-1621, Jacob Jacobsz publicou o *Courant d'Italie & d'Almaigne, &c.*, segundo o autor, uma versão do *Courante uyt Italien, Duytslandt, &c.*, iniciado em 1618; entre 1639 e 1643, Broer Jansz publicou corantos e gazetas não só em holandês, mas também em inglês e francês.

¹³⁵ Os sefardis eram os descendentes dos judeus espanhóis e portugueses que haviam vivido na Península Ibérica até finais do século XV. No entanto, Días Noci (2002, p. 218 e 219) alerta que os sefardis de Amesterdão não provinham dos judeus expulsos de Espanha, em 1492, mas que se tratavam, na sua maioria, de convertidos ou descendentes de convertidos espanhóis e portugueses, comumente designados de marranos, que haviam decidido emigrar. O seu idioma era, portanto, o português e espanhol da época. O autor menciona, ainda, que a comunidade sefardi de Amesterdão no século XVII era constituída por um grupo de pessoas com algum grau de cultura, pertencentes à burguesia comercial e com vida activa na comunidade holandesa, mais tolerante, a nível religioso, que as suas comunidades de origem (Días Noci, 2002, p. 219).

¹³⁶ Por causa do seu apelido “de Castro”, Días Noci (2002, p. 221) afirma que Tartás tanto poderia ser um judeu de origem portuguesa como espanhola. No entanto, este assinava as suas gazetas apenas como David Tartás, provavelmente porque estas se dirigiam mais aos leitores protestantes dos Países Baixos que aos habitantes da Península Ibérica.

estas publicações também não tinham forma de entrar a terras ibéricas). Esta gazeta era semelhante a outras gazetas holandesas da época saídas em língua alemã, francesa, inglesa ou italiana, escritas pelos grandes impressores de gazetas de então, como Caspar y Jan van Hilten, Broer Jansz, Mathijs van Meininga, Joost Broersz, Francoys Lieshout ou Jan Jacobsz Bouman (Días Noci, 2002, p. 223).

Formalmente, a *Gazeta de Amsterdam* apresentava na página inicial uma manchete com o título (*Gazeta de Amestrdam*), em letras grandes e centradas, com um escudo ao meio. Por baixo, como uma espécie de subtítulo, surgia a data de edição e, de seguida, apareciam as notícias, ordenadas em duas colunas. Días Noci (2002, p. 223) afirma que este era um produto mais cuidado que o resto das gazetas espanholas, que eram paginadas a uma só coluna. As notícias surgiam organizadas por países (Itália, França, Alemanha, Flandres e Holanda), com estas palavras a serem tituladas em maiúsculas, sendo que, como subtítulo, era indicada a cidade concreta e a data da notícia. As páginas não eram numeradas nos exemplares de 1675 mas em 1690 já surge numeração, de forma correlativa com os números anteriores. Numeram-se os exemplares de cada ano, no final da primeira coluna da primeira página, e tal permite ter a certeza de que o primeiro número foi mesmo o que saiu a 7 de Janeiro de 1675. Cada exemplar semanal costuma ter quatro páginas, sendo que na final figurava em pé de imprensa o local de impressão (“Impresso en casa de David Tartás”).

Relativamente aos assuntos noticiados, a *Gazeta de Amsterdam* abordava os acontecimentos ocorridos nos diferentes países europeus – Itália (Veneza, Nápoles, Génova, Roma e Milão), Alemanha, França (Paris e Estrasburgo) e Inglaterra (Londres), lugares onde existiam comunidades sefardis – e também de outros locais, de forma mais pontual, como Bruxelas e a própria Holanda (não sendo de todo habitual as gazetas darem conta do que se passava nos países onde eram editadas, a *Gazeta de Amsterdam* fazia-o. Tartás contava o que se passava em cidades como Amesterdão e La Haya e divulgava mesmo notícias oficiais da Casa de Orange). O dia de saída da publicação era à Segunda.

Em Bruxelas, na Flandres, também se editou uma gazeta em língua espanhola. Intitulava-se *Notícias Principales y Verdaderas* e editou-se pelo menos entre 1685 e 1686 e entre 1688 e 1691.¹³⁷ Tinha uma periodicidade quinzenal (apesar de ter tentado ser semanal, como era costume, na altura) e o seu redactor era Pedro de Cleyn,¹³⁸ de quem se sabe muito pouco. No seu estudo sobre as gazetas espanholas nos Países Baixos no século XVII, Días Noci (2002, p. 226) assevera que no primeiro número que se conhece desta publicação se afirma que a mesma já levava algum tempo de impressão e distribuição na Flandres e em Espanha, daí que seja muito provável a existência de números anteriores ao conhecido de 1685.

Esta gazeta incluía todo o tipo de notícias sobre Espanha¹³⁹, sendo que tal era conseguido pelo facto de ela não ser editada em Espanha, escapando, assim, à censura espanhola, para desespero dos governantes (Días Noci, 2002, p. 226). E era com notícias deste país, normalmente sobre a família real e a sua corte, que *Notícias Principales y Verdaderas* se iniciava. De seguida, falava dos principais acontecimentos de outros países (Alemanha, Itália, Inglaterra, Holanda e França). Por último, e com letra mais pequena, surgiam informações sobre Bruxelas, sendo que as fontes para estas notícias costumavam ser oficiais.¹⁴⁰ As autoridades flamengas alentavam a publicação desta (e provavelmente de outras) gazeta e aproveitavam-na para também divulgar aquilo que lhes interessava e convinha, de forma oficiosa. Días Noci (2002, p. 227) informa, também, que esta publicação era conhecida e lida em Espanha, estando, todavia, por explicar como é que a sua circulação se fazia.

¹³⁷ Días Noci (2002, p. 226) refere que existem quatro exemplares desta publicação do ano de 1689, na Biblioteca Nacional de Madrid, e uma colecção de vários números correlativos dos anos de 1685 e 1686 (desde 24 de Julho de 1685 até a 2 de Abril de 1686), na Biblioteca Nacional de França. A Hemeroteca de Madrid tem uma colecção mais composta, com 64 exemplares, que vão desde 1688 a 1691 – 13 números de 1688, 19 de 1689, 7 de 1690 e 25 de 1691).

¹³⁸ Segundo Días Noci (2002, p. 227), Pedro ou Pierre de Cleyn poderá ter sido o impressor de uma outra publicação, *Relations Véritables*, uma gazeta em língua francesa, publicada em Bruxelas.

¹³⁹ Días Noci (2002, p. 228) conta que as notícias sobre Espanha sofriam “um curioso processo de ida e volta” que permitia assim iludir a legislação restritiva das autoridades espanholas.

¹⁴⁰ Refere Días Noci (2002, p. 228) que a base do prestígio de um periódico, na altura, era a informação internacional, que deveria ser de qualidade e fiável, sendo que *Notícias Principales y Verdaderas* possuía este tipo de informação.

Relativamente aos temas, esta publicação abordava essencialmente assuntos políticos, diplomáticos e militares (numa fase inicial referente aos países da Liga Sagrada e, a partir de 1696 também sobre os países nórdicos), mas também falavam sobre assuntos mais triviais. Já a nível formal, continha por norma quatro páginas, *in-quarto*, a primeira das quais se iniciava com uma manchete, seguida de uma espécie de subtítulo com a data das notícias. O texto dispunha-se numa só coluna, com a primeira letra capital. Relativamente à ordenação das notícias, as primeiras eram as que falavam sobre Espanha (condição expressa pelos governantes espanhóis para permitir a publicação da gazeta), com carácter oficial. Seguiam-se as notícias sobre os outros países: Itália, Alemanha, do Norte, Inglaterra, Holanda e França, sempre bastante breves. Cada uma delas, sem data, surgia encabeçada pelo nome do país. Grande parte da última página destinava-se às notícias sobre Bruxelas¹⁴¹, geralmente num tamanho de letra inferior ao das restantes notícias. Por fim, vinha uma nota em pé de página, dizendo “En Brusselas [data]”. A partir de 1689, passou a indicar-se a licença e o local onde era impressa (Días Noci, 2002, pp. 229-230).

Em território espanhol, mais propriamente em Donostia-San Sebastián, perto do final do século XVII, surgiram algumas publicações, em língua espanhola, que, durante certo tempo, foram relegadas para a categoria de folhas volantes ocasionais. Porém, com a pesquisa efectuada por Días Noci e Hurtado (2003) sobre estas gazetas vascas ou donostiarras do século XVII e XVIII, percebeu-se que estas apresentavam periodicidade, eram informativas e noticiosas, tinham quem as redigisse e quem as lesse, devendo, por tal, ser categorizadas como publicações periódicas (Días Noci e Hurtado, 2003, p. 8). Mesmo sem provas concretas, Días Noci e Hurtado (2003, p. 8) arriscam afirmar que a informação divulgada por estas gazetas era muito diferente da informação “oficial” divulgada pela *Gaceta de Madrid* e que o seu raio de difusão ia muito além de Donostia-San Sebastián. Referem também que não se sabe ao certo a sua tiragem mas garantem que esta região espanhola era das mais bem informadas, graças às gazetas de Huarte.

¹⁴¹ Eram estas notícias que, segundo Días Noci (2002, p. 230), interessavam aos compradores flamengos e que permitiam o ganho de algum dinheiro a Cleyn.

Publicadas já no último quartel do século XVII, *Noticias Extraordinarias del Norte* (1687¹⁴² a 1704) e *Noticias Principales y Verdaderas* (1688 a 1696) são vistas por Días Noci e Hurtado (2003, p. 88), em princípio, como originais e não apenas como cópias ou traduções de outras publicações. Focadas em temas políticos e militares, principalmente estrangeiros, mas também locais, contribuíram para aumentar a informação disponível para os espanhóis e para enriquecer o seu panorama jornalístico.

2.5. A génese e a evolução do jornalismo em França

i. Publicações noticiosas ocasionais francesas seiscentistas

A génese e o progresso da imprensa periódica francesa foram severamente freados pelo regime político instaurado e directamente por ele influenciados (Vittu, 2001, p. 160). Espejo (2011, p. 194) afirma até que o jornalismo francês é muitas vezes entendido como um exemplo de *absolutismo* (Espejo, 2011, p. 194). O absolutismo régio que se havia estabelecido no país, procurava controlar tudo aquilo que era divulgado de modo a não deixar circular o que pudesse ser inconveniente. A construção do Absolutismo em França foi mesmo, segundo Vittu (2001, p. 160), acompanhado de diferentes tipos de controlo sobre a imprensa que tentava emergir.

Ainda assim, antes do aparecimento da *Gazette*, de Théophraste Renaudot¹⁴³, a 31 de Maio de 1631, foram algumas as publicações que circularam em França. Rebollo (1994, p. 153) enumera os ocasionais, os libelos, as relações, etc. O género *canards* também foi propagado em França, sendo que este divulgava um tipo de notícia algo sensacionalista, por vezes acompanhado de ilustrações (Vittu, 2001, p. 163). O autor ressalva que, em comum, todas estas publicações ofereciam frequentemente informação

¹⁴² Días Noci e Hurtado (2003, p. 50) consideram que a publicação de Pedro ou Pierre de Cleyn, saída em Bruxelas desde 1685, *Noticias Principales y Verdaderas*, foi como que antecessora desta gazeta dos Huarte.

¹⁴³ Théophraste Renaudot (1586-1653) é considerado por diversos autores como o primeiro jornalista francês (Rebollo, 1994, p. 15; Guillaumet, 2004, p. 52 e 2012, p. 271, etc.). Era médico de profissão e uma verdadeira e extraordinária personalidade do seu tempo. Foi numa viagem às Províncias Unidas que terá contactado com as gazetas e conhecido o seu êxito, tendo decidido “copiá-las” e/ou “adoptá-las” para o seu país (Rebollo, 1994, p. 154).

política (Vittu, 2001, p. 164). Porém, faltava a todas elas uma das principais características do jornalismo: a periodicidade.

Relativamente a esta questão da periodicidade e de qual foi a primeira publicação a apresentá-la, há duas vertentes: uma, e com mais seguidores, que afirma que esta só surgiu com a publicação da *Gazette* (Rebollo, 1994, p. 15; Vittu, 2001, p. 166, etc.). Outra que afirma que a primeira publicação noticiosa periódica francesa surgiu em 1611 e se intitulava *Mercure Français* (Pizarroso Quintero, 1994a, p. 47).

O *Mercure Français*, surgido em 1611¹⁴⁴, divulgou, de uma forma cronológica e noticiosa, os principais acontecimentos ocorridos em França e no estrangeiro, desde 1605 até 1611 (Sousa, 2007a, p. 54). Jean Richer e o seu filho Estienne Richer foram os seus redactores e promotores (Haffemayer, 2002, p. 13). Em 1624, era um membro afecto e leal ao governo, o padre Joseph, quem estava encarregue de redigir as notícias divulgadas por esta publicação, acabando, como bom funcionário que era, por escrever aquilo que lhe era “encomendado”. Segundo Tengarrinha (1989, p. 41), o *Mercure Français* começou por ter uma periodicidade anual, pelo menos na sua fase inicial. Haffemayer (2002, p. 13) informa que, a partir de 1638, era Renaudot quem dirigia a publicação (não referindo se também a escrevia).

De forma resumida, as principais publicações noticiosas francesas seiscentistas foram as que se apresentam no quadro abaixo:

Quadro 7			
Principais publicações noticiosas francesas seiscentistas (seriadas ou periódicas) ¹⁴⁵			
Título	Data (s)	Redactor (es) e impressor (es)	Notas

¹⁴⁴ Haffemayer (2002, p. 13) refere que terá apenas surgido em 1613.

¹⁴⁵ Este quadro foi elaborado com recurso a diferentes fontes bibliográficas. No entanto, dada a natureza de um quadro, que pretende apresentar a informação de forma mais clara, estas informações bibliográficas são apenas referidas no final do mesmo, não esclarecendo de onde proveio cada um dos dados apresentados mas permitindo que a informação surja de forma mais legível.

		provável/prováveis	
<i>La Gazette Française</i>	1605	Marcellin Allard – redactor – e Pierre Chevalier – impressor	Terá sido escrita anos antes da sua publicação e assemelhava-se mais a um livro.
<i>Mercure Français</i>	1611 ou 1613 a 1648	Redactores: Jean Richer e Estienne Richer Padre Joseph	Anual, na sua fase inicial. Compilação de notícias veiculadas noutras publicações.
<i>Gazette</i>	Maio de 1631	Théophraste Renaudot – redactor Michel Blageart – impressor (até à década de cinquenta deste século).	
<i>Nouvelles Ordinaires de divers endroicts</i> ¹⁴⁶	Janeiro ou Julho de 1631 ou A partir de Dezembro de 1631	Jean Epstein – redactor Impressores: Jean Martin e Louis Vendosme Renaudot – teve o monopólio da publicação, a partir de 1632. ¹⁴⁷	Notícias do estrangeiro, essencialmente de países da Europa do Norte. Provavelmente traduzia algumas notícias de outras publicações. Terá havido alguns números antes do mês de Julho, uma vez que a numeração se inicia com o número 27.
<i>Relations des nouvelles du monde</i>	1632-1633		Imprensa de análise e comentário.

¹⁴⁶ Chartier (2012, p. 27) considera esta publicação como a primeira a ser periódica em França. No entanto, a opinião mais consensual é de que essa primazia cabe à *Gazette*. O facto de ser apontada como primeira publicação periódica, leva a que parece ser certa a existência de outros números antes do conhecido de Julho de 1631.

¹⁴⁷ A partir desta data, a publicação terá passado a pertencer ao monopólio de Renaudot e terá continuado a ser produzida sob a sua orientação (Haffemayer, 2002, pp. 13-14). No catálogo da Biblioteca Nacional de França, que disponibiliza todos os números da *Gazette* em formato digital, *Nouvelles ordinaires* surge associada à *Gazette*, com numeração sequencial entre os números de uma e outra. Parece que a numeração apresentada é a que terá sido usada para a colecção anual da *Gazette* (publicada com a recolha de todos os exemplares do ano que findava, não só da *Gazette*, mas de outras publicações pertencentes ao monopólio de Renaudot, como era o caso de *Nouvelles ordinaires*). O primeiro número é de Janeiro de 1632.

<i>Courrier Français</i>	1650	Fundado pelos herdeiros de Renaudot	
<i>Relations Véritables</i> ¹⁴⁸	1652 a 1741	Guillaume Scheybels ¹⁴⁹ Pierre (Pedro) de Cleyn Gilles Stryckwant	Escrito em língua francesa mas impressa em Bruxelas. Defendeu, ao longo de toda a sua existência, a causa católica face à protestante. Tinha privilégio de impressão. Durante alguns períodos, não se publicou. No início foi semanal, mais tarde bissemanal. Terá sucedido a <i>Courrier Véritable des Pays-Bas</i> ou <i>Relation fidèles extradites de diverses letters</i> .
<i>Journal des Savants</i>	Janeiro de 1655. Chegou, com modificações, até ao século XIX.	Denis Sallo Abade Gallois – redactores	Jornal científico.
<i>Mercure Galant</i>	1672 a 1724 (com algumas interrupções)	Doné de Vizé – redactor. Teve outros colaboradores.	Jornal literário. Terá dado origem, já no século XVIII, ao <i>Mercure de France</i> .
Fontes: Blanchard, 1973 ; Chartier, 2012 ; Guillamet, 2004; Haffemayer, 2002 ; Rebollo, 1994; Vittu,			

¹⁴⁸ Redigida, inicialmente por Guillaume Scheybels, mais tarde por Pedro de Cleyn e, na sua última fase, por Gilles Stryckwant. Conta Días Noci (2002, pp. 227-229) que ao longo de toda a sua existência, esta publicação defendeu a causa católica por oposição ao protestantismo. As notícias abordavam principalmente temas diplomáticos e militares. O prestígio desta publicação era conseguido por possuir uma boa informação internacional, conseguida pela diversidade de correspondentes que tinha destacados nas principais cidades europeias: Roma, Veneza, Génova e Milão, em Itália; Hamburgo como principal subministrador das notícias do Norte, Londres, Paris e Viena; e Madrid, para as notícias de Espanha. Tinha, habitualmente, oito páginas (Días Noci, 2002, p. 229).

¹⁴⁹ Começou sozinho. Em 1666, associa-se a Cleyn e pouco depois, entre Janeiro e Maio de 1667, o periódico deixa de aparecer. Passado este interregno, Pedro de Cleyn surge como único impressor até 1685, quando o impressor passa a ser Gilles Stryckwant, apesar de o lugar de venda da publicação continuar a ser o estabelecimento de Cleyn (Días Noci, 2002, p. 227).

2001; etc.

O quadro 8 deixa perceber que em França não surgiu um grande número de publicações noticiosas periódicas ou seriadas, durante o século XVII. Os privilégios de impressão e os respectivos monopólios da informação, bem como a censura poderão ser a explicação para tal.

ii. Publicações periódicas francesas seiscentistas

A *Gazette*, que apareceu em Maio de 1631 e rapidamente se tornou modelo para outras publicações similares, noutros países (Espejo, 2013, p. 73; Popkin, 1999, p. 283), é considerada comumente como a primeira publicação noticiosa periódica francesa (Espejo, 2012, p. 105). Para Haffemayer (1999, s.d.) e Espejo (2011, p. 194) a sua criação foi, entre outras coisas, resposta a uma necessidade social que se fazia sentir – as pessoas começavam a procurar informar-se. A *Gazette* marca também o início de um novo hábito: o de o Estado utilizar oficialmente, ou pelo menos de forma oficiosa, as publicações jornalísticas para se propagandear. Ao fazê-lo através da *Gazette* consolidou o modelo autoritário de jornalismo, do qual a França foi o seu principal expoente¹⁵⁰ (Rebollo, 1994, p. 153; Sousa, 2008c, p. 36).

Os governantes da época utilizavam a imprensa “para informar as pessoas sobre o que consideravam que elas deviam saber”, colocando, desta forma, a informação ao serviço do Estado (Rebollo, 1994, p. 153). Para tal, adoptaram um sistema de privilégio (concessão de patentes de monopólio) e de autorizações prévias (licenças individuais para cada obra) e asseguraram o desenvolvimento de cada publicação – os ofícios de impressão e livraria eram regulados por uma organização corporativa e por uma regulamentação minuciosa¹⁵¹ (Rebollo, 1994, pp. 153 e 154).

¹⁵⁰ Nos séculos anteriores, o controlo do Estado sob aquilo que era publicado manifestava-se através da censura e da repressão, ou, como afirma Rebollo (1994, p. 153) através de uma postura defensiva. Este novo hábito de utilizar as publicações em seu proveito, caracteriza uma atitude mais ofensiva, procurando “acalmar a opinião pública, agora talvez mais acusadora e susceptível” (Rebollo, 1994, p. 153).

¹⁵¹ Para além de todos estes sistemas de controlo, a imprensa francesa estava, ainda, sujeita a vários tipos de censura (civil e eclesiástica), tinha vários temas proibidos (normalmente relacionados com dirigentes e

Terrou (1970, p. 19) refere que, ao viver sob o regime de autorizações prévias, ou seja, apenas publicando aquilo que os “autorizadores” permitiam, a imprensa francesa conseguiu assegurar às publicações existentes alguma estabilidade. Porém, este sistema foi um obstáculo ao surgimento e circulação de novas publicações, mas, ainda assim, não impediu, de todo, que estas proliferassem. Quanto à censura que era exercida sobre as publicações, elas não foram sempre totalmente eficazes, mas limitaram a liberdade daqueles que escreviam nestas publicações. Assim, naquilo que circulava, o que era escrito revelava sempre alguma prudência. No entanto, com o passar dos anos, a imprensa acabou por vir a representar uma força política, a enriquecer os seus conteúdos e a aumentar a quantidade da sua audiência (Terrou, 1970, p. 14).

Neste contexto, subjugado ao modelo autoritário de jornalismo (francês), surgem três publicações com privilégio de impressão, todas no século XVII: a *Gazette*, em 1631 (imprensa política), o *Journal des Savants*, em 1665 (imprensa científica), e o *Mercure Galant*, em 1672 (imprensa literária e mundana). Estas três publicações eram o rosto da imprensa periódica (oficiosa/oficial) francesa, no século XVII. No entanto, no mesmo período temporal nasceram ou continuaram a editar-se publicações não oficiais, de periodicidade nem sempre regular¹⁵², cujo papel não pode ser esquecido, pois tal como afirma Rebollo (1994, p. 157) serviram de complemento às publicações oficiais; no entanto, a maioria destas publicações acabou por morrer, “asfixiadas pelo privilégio e a ajuda estatal que as publicações institucionais recebiam”.¹⁵³ De facto, na França seiscentista só havia dois tipos de imprensa rentável: a *oficial* e a popular (almanaques, libelos, panfletos, etc., que eram vendidos em feiras) (Rebollo, 1994, p. 157). As primeiras gazetas acabaram por não publicar grandes notícias/novidades, mas, a partir de meados do século XVII, passaram a conter mais informação. Algumas especializaram-se, de modo a poder conviver com a concorrência a que já se ia assistindo (Terrou, 1970, p. 14).

projectos governativos) e sujeitava-se a enfrentar castigos e processos nos tribunais por violação das normas estabelecidas (Rebollo, 1994, p. 154).

¹⁵² Um dos géneros mais conhecido foi o das *mazarinades* (Vittu, 2001, p. 166).

¹⁵³ A autora refere que, para contrariar e combater as vendas insuficientes, alguns editores procuraram novas formas de financiamento, como, por exemplo, através da criação de jornais de anúncios, não tendo, no entanto, alcançado os resultados desejados (Rebollo, 1994, p. 157).

Em Maio de 1631, veio a lume, pela primeira vez, a *Gazette* de França, pela mão do célebre jornalista Théophraste Renaudot¹⁵⁴. Alguns autores, como Dias (2006, pp. XXIX e XXX) e Popkin (1999, p. 283) referem que esta publicação influenciará a grande maioria das publicações congéneres que se lhe seguiram. A *Gazette*, de periodicidade semanal, foi publicada com o apoio de Richelieu¹⁵⁵ e do rei de França, Luís XIII. A protecção do rei permitiu também que Renaudot difundisse na sua publicação documentos oficiais e que controlasse a sua distribuição. Para além desta exclusividade de publicação, de carácter perpétuo (transitando de Théophraste Renaudot para os seus descendentes), o redactor tinha, também, um apoio monetário pago pelo Estado que era, na altura, de 800 libras.¹⁵⁶ De acordo com as palavras de Chartier (2012, p. 27), a protecção do rei foi o motivo pelo qual a *Gazette* foi tão duradoura. A verdadeira diferença das outras publicações que circulavam tinha mesmo a ver com o respeitar o princípio de periodicidade (Haffemayer, 2002, p. 18).

A nível formal, os primeiros números da *Gazette*, de 1631, não apresentavam data, numeração, nem sequer endereço do impressor (este, só passou a figurar a partir de meados de Junho do ano de 1631). O formato era *in-quarto*¹⁵⁷ (23x15 centímetros), as páginas quatro¹⁵⁸ (o número de página surgia e era de um a quatro, a cada novo exemplar) e era paginado a uma coluna. As notícias eram colocadas todas seguidas, sendo que a informação sobre o local de onde provinham, bem como a data da recolha surgia nas margens laterais. A primeira letra das notícias era capitular e, por vezes, floreada. No ano de 1632, o *design* manteve-se semelhante, sendo que a grande

¹⁵⁴ Théophraste Renaudot nasceu em 1586, em Loudun. Frequentou e concluiu o curso de medicina na Faculdade de Montpellier (Terrou, 1970, p. 12). Renaudot foi o médico particular do rei Luís XIII.

¹⁵⁵ Por este motivo, considera-se que foi o órgão oficial da Corte e que esteve directamente ao serviço do poder, tendo inaugurado uma geração de publicações oficiais (Censer, 1994, p. 15; Terrou, 1970, p. 13).

¹⁵⁶ A família Renaudot conservou o privilégio de publicação até 1749, data em que o sobrinho do abade Renaudot, Eusèbe Felix Chaspaux, marquês de Verneuil, vendeu os seus direitos. Desde aí, passou por vários “donos” (Rebollo, 1994, p. 155).

¹⁵⁷ Procurando, com este formato, diferenciar-se das publicações ocasionais que circulavam em França e que tinham uma dimensão menor (Haffemayer, 2002, p. 19).

¹⁵⁸ Graças “ao êxito conseguido pelo monopólio das notícias e à repressão paralela organizada contra as folhas clandestinas”, em 1642, a *Gazette* não só duplicou a sua paginação, como passou também a editar *Extraordinários*, “espécie de ocasionais que surgiam quando era necessário dar conta de algum acontecimento extra” (Rebollo, 1994, p. 155).

diferença introduzida teve a ver com a inserção de número de página em cada exemplar, que era correlativo, tanto de número para número, como em relação à publicação *Nouvelles Ordinaires*¹⁵⁹, e com o tipo de letra do título, que foi diferente e era floreado. No ano seguinte, 1633, surgem algumas alterações em relação a 1632: o título voltou a adoptar um tipo de letra menos adornado e a mostrar a primeira letra capitular e a informação sobre o local de proveniência das notícias, bem como a data da sua recolha, já surgia entre cada notícia e não nas margens laterais. Nos anos de 1634 e 1635¹⁶⁰ o *design* manteve-se da mesma forma.¹⁶¹ Em geral, no que ao estilo diz respeito, a *Gazette* caracterizava-se por conter tanto notícias breves como longas, mas “diplomáticas e sem comentários”, o que “dava à publicação uma aparência monótona e cinzenta, inclusivamente do ponto de vista visual, pois os caracteres eram pequenos e o texto estava amontoado” (Rebollo, 1994, p. 155). Nas décadas de quarenta, cinquenta e sessenta, a nível formal, a *Gazette* manteve sempre o mesmo estilo.

A publicação de Renaudot tinha como principal intenção informar o leitor sobre aquilo que acontecia no estrangeiro (principalmente notícias diplomáticas e militares) e em França, difundindo notícias sobre a corte (nascimentos, casamentos, mortes, etc.), sobre Paris e sobre as províncias francesas, sendo que os assuntos que mais interessavam eram os que versavam sobre questões políticas e diplomáticas e os assuntos bélicos (Dias, 2006, p. XXX; Rebollo, 1994, p. 154; Sousa, 2008c, p. 36), nomeadamente às elites que consumiam a informação e a aproveitavam de acordo com os seus interesses pessoais: militares, diplomatas, comerciantes, mercadores... (Popkin, 1999, p. 284)¹⁶². Porém, enquanto que os temas relacionados com notícias estrangeiras eram tratados de forma mais *jornalística*, os assuntos sobre a corte e sobre o rei eram mais *propagandeados* (Popkin, 1999, p. 283). No entanto, a publicação procurava mostrar-se independente do poder político, de forma a ser vista como credível junto do público (Popkin, 1999, p. 284). Haffemayer (1999, pp. 23-25) acrescenta que a

¹⁵⁹ Pelo menos é assim que se verifica na colecção anual.

¹⁶⁰ Neste ano, introduzem-se os Extraordinários.

¹⁶¹ No site da Biblioteca Nacional de França, não constam exemplares dos anos de 1636 a 1640.

¹⁶² O autor destaca, também, os homens de letras de toda a Europa, que também compravam e seguiam atentamente a *Gazette*, não sendo, no entanto, com interesses comerciais (Popkin, 1999, p. 284).

informação publicada surgia dos mais variados locais, com predominância da Europa continental, seguindo-se a Europa mediterrânica, Atlântico e, de forma mais residual, o Báltico. De entre as notícias provenientes da Europa continental, a grande maioria eram mesmo sobre a França, enquanto que o resto se dividia pela Sacro-Império, os Países Baixos espanhóis, o norte de Itália e a Grã-Bretanha¹⁶³.

A venda desta publicação fazia-se, sobretudo, por assinatura (o que assegurava a sua estabilidade financeira): repartições oficiais e particulares subescreviam-na. No entanto, Haffemayer (1999, p. 23) informa que a *Gazette* encontrava também muitos compradores individuais, principalmente mercadores e homens ligados às armas. A partir de 1650, a publicação passou a ser vendido nas ruas. No entanto, o seu público restringia-se sobretudo às elites aristocráticas e clericais e à grande burguesia (Sousa, 2013a, p. 155). Rebollo (1994, p. 155) identifica duas categorias de assinantes: os “recomendados” (governadores, comissionados do Rei, etc.), que recebiam a *Gazette* sete dias depois de esta ser distribuída em Paris; e a “gente comum”, que tinha acesso ao periódico cerca de duas semanas depois da sua publicação. Em 1642, a *Gazette* alcançou uma tiragem de oitocentos exemplares (Haffemayer, 2002, p. 19; Sousa, 2008c, p.36 e 2013, p. 155), sendo que, em 1640, alguns números da *Gazette* já tinham oito páginas e a partir desta altura todos passaram a ter oito ou mais. Nos seus tempos áureos, chegou a ter uma tiragem de 12.000 exemplares (Rebollo, p. 155), tendo tido um sucesso fenomenal e impulsionando o prevalecimento da imprensa periódica em França. No final de cada ano, todos os números da *Gazette* eram agrupados num só volume, sendo vendido como colecção anual (Sousa, 2008c, p. 36 e 2013, p. 155; Terrou, 1970, p. 13). No prefácio da colecção de 1631, Renaudot refere que demorava cerca de quatro horas a redigir as quatro páginas da sua gazeta. Nesta colecção incluíam-se, também, o outro título pertencente ao monopólio de Renaudot, *Nouvelles Ordinaires*, e diversos Extraordinários.

Durante a sua publicação, a *Gazette* introduziu duas importantes inovações, no que à evolução do jornalismo diz respeito: uma delas tem a ver com a utilização de vendedores ambulantes, em 1650, para difundir a publicação; a outra relaciona-se com

¹⁶³ O autor ressalva, no entanto, que estes dados sofreram modificações ao longo do século XVII, tal como a própria Europa se ia modificando (Haffemayer, 1999, p. 25).

as reimpressões regionais que se faziam a partir da *Gazette*, o que, de acordo com Rebollo (1994, p. 155) prefigurava já “o modelo de uma verdadeira imprensa de província, uma vez que ao texto parisiense eram acrescentadas notícias locais e publicidade”. Porém, Haffemayer (2002, p. 20) informa que entre 1647 e 1663 só quatro locais tinham autorização para reimprimir a *Gazette*: Lyon (1633), Bordéus (1638), Tour e Rouen (1646).

Já no século XVIII, a *Gazette* muda o seu nome para *Gazette de France*. Com o passar dos tempos, vai sofrendo várias alterações, tendo perdurado como jornal oficioso ou oficial até 1915.

iii. Outros periódicos seiscentistas franceses

Também no século XVII, mais precisamente em 1650, em França, nasce o jornal *Courrier Français*, fundado pelos herdeiros de Renaudot. Sousa (2008c, p. 36) menciona que este foi o primeiro jornal francês a ter “edições locais nas províncias, a inserir publicidade e a ser amplamente vendido nas ruas.”.

Com o mundo da ciência em franco crescimento, era necessário que o conhecimento obtido pudesse ser difundido e não se concentrasse apenas entre alguns. Terá sido esta, segundo Rebollo (1994, pp. 155 e 156), uma das razões que levou Jean-Batiste Colbert, ministro de Luís XIV, a apoiar o nascimento de uma publicação regular sobre o assunto¹⁶⁴. Assim surgiu o primeiro jornal cultural, o *Journal des Savants*. O primeiro número desta publicação saiu em Janeiro de 1655, sob a direcção de Denis Sallo. No entanto, conta Rebollo (1994, p. 156) que algumas das notícias veiculadas não caíram no gosto de certos sectores poderosos e Denis Sallo acabou por ser substituído pelo abade Gallois, que revelou mais prudência no que escreveu, nomeadamente no tratamento de temas religiosos. Com algumas metamorfoses, a publicação percorreu não só o século XVII, mas também os séculos XVIII e XIX.

¹⁶⁴ Ao apoiar a publicação, Jean-Batiste Colbert conseguia, também, controlar a informação que esta veiculava, controlando, assim, a vida intelectual do seu país (por ser este o assunto mor da publicação).

A publicação difundia então resenhas e comentários de livros, bem como artigos científicos, históricos e artísticos (Sousa, 2008c, p. 36 e 2013, p. 156; Terrou, 1970, p. 20). Rebollo (1994, p. 156) caracteriza o *Journal des Savants* como “uma espécie de compilação de livros e de resumos de trabalhos sobre matemáticas, ciências, belas-artes e teologia”. A autora afirma que a revista, no fundo, apresentava “a visão francesa do mundo científico e cultural europeu” e que, graças a esta publicação “Paris passou a reunir as referidas actividades” (Rebollo, 1994, p. 156).

Relativamente à periodicidade, a revista começou por ser semanal. Continha doze páginas e o seu formato era pouco maior que o da *Gazette*. Entretanto, passou a quinzenal e acabou por se fixar em mensal, já no século XVIII¹⁶⁵. Teve um excelente acolhimento por parte do público, não só porque tinha o monopólio, mas também porque respondia a uma necessidade patente, tanto que, mais tarde, foi financiado pela própria Academia de Ciências (Académie des Sciences) (Rebollo, 1994, p. 156; Terrou, 1970, pp. 20-21).

O modelo fixado pelo *Journal des Savants* foi imitado em quase todos os países e até na própria França surgiram concorrentes. Sousa (2008c, p. 36) refere que esta publicação se mostrou como o melhor exemplo de como o jornalismo que emergia, uma vez que não procurava apenas “uma *segmentação dos públicos* mas também *corresponder ao novo espírito iluminista da Ilustração*”.

Em 1672, os franceses incluem, no seu sistema jornalístico do século XVII¹⁶⁶, um livro noticioso, o *Mercure Galant*, apoiado pelo próprio rei, Luís XIV, e editado por Doné de Vizé. O *Mercure Galant* era publicado mensalmente e cada número continha cerca de 200 páginas. Conta Rebollo (1994, p. 156) que “as suas crónicas eram pueris e os comentários triviais” e que o *Mercure Galant* “definiu e consolidou um tipo de publicação frívola, mundana e galante”. Sousa (2008c, p. 36) corrobora esta ideia, afirmando que os conteúdos do *Mercure Galant* incluíam “notícias mundanas, curiosidades, fenómenos insólitos, maravilhas da natureza, gentes e lugares, textos

¹⁶⁵ Mais precisamente em 1724.

¹⁶⁶ Segundo Terrou (1970, p. 20), a *Gazette*, o *Journal des Savants* e o *Mercure Galant* completaram a lista de publicações consideradas como pertencentes à imprensa oficial francesa do século XVII.

laudatórios, etc.” Alguns dos grandes nomes da literatura da época, como Racine ou Molière, criticaram a qualidade do conteúdo do jornal, mas o público concreto a quem este se destinava “achava[-o] simplesmente delicioso” (Rebollo, 1994, p. 156). Terrou (1970, p. 21) acrescenta que, também esta publicação, no seu segmento, foi imitada por outras publicações idênticas, entretanto surgidas na Europa.

A edição do *Mercure Galant* prolongou-se pelo século XVIII e, tal como a *Gazette*, teve edições próprias na província. Dado o “enorme trabalho propagandístico [que fazia] a favor dos modos e comportamentos dos privilegiados” o Ministério dos Assuntos Externos encarregou-se da sua publicação, a partir de 1724, tendo passado a chamar-se *Mercure de France*.

2.6. Itália, Inglaterra e Alemanha: génese e evolução do jornalismo

Por serem países importantes para a génese e para a história do jornalismo europeu, com acontecimentos marcantes e determinantes que influenciaram, de uma ou outra forma, a génese do jornalismo em Portugal, serão feitas algumas considerações sobre os principais aspectos que tingiram o caminho que os três países percorreram para dar início à circulação das publicações noticiosas, primeiro ocasionais e depois periódicas. No entanto, estas publicações não farão parte do *corpus* desta investigação, uma vez que só os periódicos de Espanha e França se compararão com os de Portugal, pelos motivos que se explanarão no próximo capítulo.

i. A génese e a evolução do jornalismo em Itália

A Itália foi pioneira “nos alvares da imprensa e da informação impressa” (Pizarroso Quintero, 1994c, p. 58), tal como o fora no domínio da informação manuscrita (Vivo, 2007, p. 81). No entanto, o facto de esta se encontrar dividida em vários e diferentes Estados e confissões religiosas, dentro de uma área cultural e linguística comum, fez com que, neste país, a génese do jornalismo fosse sendo tingida de diversas tonalidades e influenciasse não só a forma como surgiu, mas também como evoluiu (Pizarroso Quintero, 1994c, p. 58). Días Noci e Hurtado (2003, p. 15) referem

mesmo que a periodicidade, em Itália, foi mais tardia que nas outras potências europeias. Infelise (2002, p. 82) justifica este atraso pelo facto de, nesta nação, circular um número muito elevado de publicações manuscritas. O autor refere também que as várias divisões que o país comportava não ajudavam a que as publicações, mesmo surgindo, estabilizassem (Infelise, 2002, p. 82).

Uma das primeiras manifestações pré-jornalísticas conhecidas em Itália foram os *avvisi*. Estas publicações, além de circularem a nível local, serviam de fonte a outros meios de informação europeus, nomeadamente os corantos ingleses e a *Gazette* de França (De Vivo, 2005, p. 37). Filippo De Vivo (2005), num artigo onde estuda o uso e a circulação da informação em Veneza no século XVII, refere que os *avvisi* foram a sua principal forma de expressão e que Veneza foi o mais importante centro de informação, devido à sua localização geográfica e à sua importância comercial. O autor alude que, no entanto, às elites políticas venezianas não agradava este circular da informação e proibiram-na, alegando que ela não transmitia as novidades políticas da melhor maneira (De Vivo, 2005, p. 37). De Vivo (2005, p. 38), neste seu artigo, destaca o papel de um político italiano, Paolo Sarpi, que, contrariamente ao que se verificava na época, compreendeu, defendeu e apoiou a circulação da informação, tanto em Veneza como noutros locais, e sustentou que a informação devia estar ao serviço do Estado, mas não exactamente sob a forma de propaganda.

O grande destaque que os *avvisi* tiveram no panorama jornalístico italiano da primeira metade do século XVII levou a que as primeiras gazetas a surgir se lhes assemelhassem bastante, o que lhes viria a tirar, numa fase inicial, alguma identidade (Infelise, 2002, p., 82).

As primeiras gazetas italianas surgiram ainda na primeira metade do século XVII e um pouco por toda a nação. Cada cidade, nas pessoas dos seus governantes, compreendendo o sucesso que os *avvisi* tinham e percebendo que podiam utilizar a informação também em seu proveito, apoiaram a criação de publicações que, apesar de nem sempre terem sido periódicas, permitiam que o caminho para tal se fosse construindo. As primeiras gazetas apareceram em Florença, em 1636, seguindo-se

Génova, em 1639, e logo outras cidades se iniciaram na publicação das suas gazetas¹⁶⁷. Em 1640, foi a vez de Roma apresentar um semanário e, em 1642, Bolonha e Milão. Três anos mais tarde, Turim teve a sua publicação semanal; Modena teve em 1658 e Nápoles em 1681 (Pizarroso Quintero, 1994a, p. 51).

De forma sistematizada, seguem abaixo as principais publicações noticiosas italianas, periódicas ou com intenção de tal ou, pelo menos, seriadas.

Quadro 8			
Principais publicações noticiosas italianas seiscentistas (seriadas ou periódicas)¹⁶⁸			
Título	Data (s)	Redactor (es) e impressor (es) provável/prováveis	Notas
<i>Gazetta de Florença</i>	1636		Noci diz que é 1640
<i>Gazetta de Firenze</i>	Depois de 1636 e antes de 1641	Pietro Ceconcelli Lorenzo Landi Amadore Massi	
<i>Gazetta de Génova</i>	1639		Conservam-se poucos exemplares desta publicação.
<i>Gazetta de Milão</i>	1640		Continha notícias de outros países e algumas de Milão, mas não de outras cidades italianas.
<i>Gazetta de Bolonha</i>	1642	Impressores: Nicoló Tebaldini (1642-1646) Gio. Batt. Ferroni	Teve notícias locais, de outras cidades italianas e do estrangeiro.

¹⁶⁷ Para Pizarroso Quintero (1994a, p. 51) a primeira publicação semanal foi a que apareceu no ano de 1639, na cidade de Génova, pois sobre a de 1636, florentina, as informações conhecidas são vagas e indirectas.

¹⁶⁸ Este quadro foi elaborado com recurso a diferentes fontes bibliográficas. No entanto, dada a natureza de um quadro, que pretende apresentar a informação de forma mais clara, estas informações bibliográficas são apenas referidas no final do mesmo, não esclarecendo de onde proveio cada um dos dados apresentados mas permitindo que a informação surja de forma mais legível.

		(1646-1660) Família Monti (1660-1708) Redactor: Lorenzo Pellegrini (1642-1658)	Pellegrini teve o privilégio de impressão para a sua gazeta.
<i>Gazetta de Turim (Gazzetta di Torino)</i>	1645	Pietro Antonio Socini	
<i>Gazzetta di Bolonha</i>	1648	Lorenzo Pellegrini (até 1658)	
<i>Gazetta de Modena</i>	1658		
<i>Gazetta de Macerata</i>	1659		
<i>Gazetta de Rimini</i>	1660		
<i>Gazzetta di Mantova</i>	1664	Federic, Pietro e Guglielmo Osanna – impressores oficiais da corte	Não abordava assuntos políticos locais, mas falava de política.
<i>Gazetta de Ancora</i>	1667		
<i>Giornali dei letterati</i>	Janeiro de 1668	Francesco Nazzari – fundador Redactores: Francesco Nazzari, John Justin Ciampini, Francesco Maria Vettori Giacomo Mascardi e Nicolò Angelo Tinassi – impressor	Surgiu em Roma e ter-se-á inspirado no <i>Journal des Savants</i> . Também era um jornal literário. Primeiro trimestral, depois mensal.
<i>Il café</i>			Milão. Jornalismo literário.
<i>Gazetta de Fano</i>	1677		
<i>Gazetta de Foligno</i>	1680		
<i>Gazetta de Siena</i>	1683		

<i>Gazetta de Spoleto</i>	1683		
<i>Gazetta de Todi</i>	1684		
<i>Gazetta de Senigallia</i>	1685		
<i>Gazetta de Ferrara</i>	1690		
<i>Gazetta de Ravenna</i>	1694		
<i>Gazetta de Torti</i>	1698		
<i>Gazetta de Urbino</i>	1696		
Fontes: Infelise, 2002; Pizarroso Quintero, 1994c, etc.			

O quadro 9 mostra que as várias cidades italianas, que representavam diferentes Estados, procuram cada qual ter uma publicação periódica. Pelo facto de não se saber ao certo se os números em falta de cada publicação não foram produzidos ou simplesmente se perderam e não se conservaram, torna-se difícil confirmar a periodicidade de algumas destas publicações. No entanto, ressalta o facto de as gazetas nascidas neste século e que fizeram e fazem parte da génese do jornalismo italiano se distribuírem por toda a nação (devido à sua organização política em cidades-Estado), o que não acontecia nos outros países, onde a maioria das publicações surgia na capital ou onde se encontrava o Poder, como se verificou em Portugal.

A *Gazzetta di Mantova*, de 1664, é apontada como a primeira a ser realmente periódica e simultaneamente noticiosa, seriada e destinada a um público (Pizarroso Quintero, 1994c, p. 59). Terá tido longa duração para o que contribuiu o facto de possuir privilégio de impressão. Este sistema foi seguido por outras das gazetas referidas. Infelise (2002, pp. 82-83) refere, de forma geral, que os títulos destas gazetas não costumavam ser muito estáveis, que as notícias tanto eram domésticas como do estrangeiro e que era frequente que umas e outras fossem reproduzidas noutros locais do país.

Procurando relacionar a génese do jornalismo italiano com a génese do jornalismo português, podemos verificar desde logo que, como já foi referido, enquanto que em Itália cada cidade (se bem que eram cidades-Estado) procurava ter a sua publicação, em Portugal, estas limitavam-se a surgir na capital do país, Lisboa. Como consequência, o número de publicações surgidas num e noutro local apresentou diferenças substanciais, sendo mais elevado em Itália. No entanto, há também aspectos que aproximam estes dois países e as suas publicações noticiosas periódicas: tanto um como outro se apoiavam no sistema de licenças prévias o que fazia com que a imprensa não circulasse de forma completamente livre e em ambos as suas publicações noticiavam notícias do estrangeiro e domésticas (se bem que a *Gazeta* só o fez na sua primeira fase de publicação). De realçar que algumas das informações veiculada pelas publicações portuguesas tinham como fonte os *aviisi* italianos.

ii. A génese e a evolução do jornalismo em Inglaterra

Enquanto na maior parte da Europa continental a imprensa periódica nasceu e foi crescendo com alguma estabilidade, a inglesa era tumultuosa. O Reino Unido viveu, no século XVII, um dos períodos mais conturbados da sua história, devido aos conflitos militares e políticos que o país atravessou. Essa conjuntura gerou a aparição de um jornalismo de cariz político-noticioso, partidário e combativo (Sousa, 2008c, p. 36). Terrou (1970, p. 16) afirma mesmo que, no século XVII, a imprensa, em Inglaterra, foi usada, essencialmente, como *arma* política, favorecida pelo facto de subsistir num clima de relativa liberdade, pelo menos em alguns períodos, o que também contribuiu para que fossem inúmeras as publicações surgidas nesta época.

A introdução da impressão no país ocorreu em 1476, em Westminster, por obra de Caxon, um impressor que antes trabalhara nos Países Baixos (Donaire, 1994, p. 208).¹⁶⁹

¹⁶⁹ Nesta fase inicial, a introdução da imprensa na Grã-Bretanha não produziu nenhum tipo de revolução social, nem política, pois, de acordo com Donaire (1994, p. 208), “por um lado, poucas pessoas sabiam ler e, por outro, a imprensa era considerada uma novidade inócua”.

Durante a dinastia Tudor, fundada por Henrique VII, em 1485, e que reinou também ao longo de todo o século XVI, foram utilizados diversos sistemas de controlo para regular o desenvolvimento da imprensa.¹⁷⁰ No reinado de Henrique VIII (1509-1547), os impressores já haviam começado a sair do campo das letras para entrar nos da política ou da religião, o que levou a que a imprensa comesse a ser vista como uma ameaça que devia ser controlada e a que o próprio monarca procurasse controlar o que era impresso (Donaire, 1994, p. 208). Assim, em 1526, Henrique VIII publicou a primeira lista de livros proibidos e, um ano mais tarde, estabeleceu-se o primeiro sistema de licenças, segundo o qual “só podia publicar quem tivesse uma autorização concedida pela autoridade competente na matéria” (Donaire, 1994, pp. 208-209).¹⁷¹

Em 1557, no reinado de Maria Tudor (1553-1558), a monarca criou uma instituição chave, a “Stationers’ Company”, que desempenhou um papel importante “como inibidor do desenvolvimento informativo na Grã-Bretanha.” (Donaire, 1994, p. 209). Esta instituição agrupava o grémio dos editores, livreiros e impressores “tríade de artesãos habitualmente bem relacionada com a monarquia (...) e à qual foram concedidos amplos poderes para controlar o material publicado”, passando-se, desta forma, a um “controlo corporativo da informação” (Días Nocí e Hurtado, 2003, p. 13; Donaire, 1994, p. 209).

Já no reinado de Isabel I (1558-1603) publicou-se, em 1586, o Decreto da “Star Chamber”,¹⁷² através do qual se estabeleceu a estrutura da regulação da imprensa para

¹⁷⁰ Donaire (1994, p. 210) apresenta as seguintes razões para os Tudor terem conseguido controlar os primeiros passos da imprensa: “contavam com o apoio dos grupos sociais dominantes (comerciantes e latifundiários), que procuravam a paz para poder ter prosperidade, e que por isso julgavam que um governo forte era o melhor seguro contra um regresso à anarquia de épocas anteriores. Surgiu também um sentimento nacionalista e religioso (anglicanismo), que tanto Henrique VIII como Isabel I souberam aproveitar a seu favor. Por fim, apesar da instrução se ter expandido entre as classes médias, a grande maioria da população continuava analfabeta, o que implicava uma falta de consciência política (salvo no que dizia respeito aos seus bolsos ou quando acontecia algo de interesse excepcional).”

¹⁷¹ Inicialmente, eram as autoridades eclesiásticas quem cumpria esta tarefa, relativamente a obras impressas sobre a Sagrada escritura. A partir de 1538, o sistema repressor estendeu-se a todo o tipo de material impresso.

¹⁷² Na sua origem, o *Star Chamber* era um tribunal de alta instância para julgamentos da nobreza e altos cargos que, a seu tempo, passou a encarregar-se também dos delitos cometidos através da imprensa. Com o tempo, foi perdendo atribuições em matéria nobiliária e ganhando-as em assuntos relativos à liberdade de expressão (Donaire, 1994, p. 209).

os cem anos seguintes.¹⁷³ No reinado de Carlos I (1625-1649), o “Star Chamber” transformou-se num órgão odiado, pela sua actuação excessivamente repressiva. A censura aumentou, tendo-se limitado o número de impressores, mestres e aprendizes, bem como o número de oficinas de impressão. Diz Donaire (1994, p. 209) que os impressores eram, portanto, “artesãos organizados num grémio rigidamente estruturado (...), que exerciam o seu ofício por concessão real e que eram obrigados a registar-se na “Stationers’ Company”. Tal como no resto da Europa, também na Inglaterra se generalizava, assim, o sistema de licenças ou privilégios, para publicar impressos de qualquer índole, e o recurso à censura para controlar o que era publicado.

A dinastia Tudor procurou, também, aproveitar alguns dos benefícios que a imprensa lhe podia proporcionar e, ao fazê-lo, acabou por se tornar “no principal agente do desenvolvimento jornalístico” (Donaire, 1994, p. 210). Assim, aproveitaram a impressão de notícias para criar uma “imagem pública” perante os seus súbditos e conseguir apoio popular, do qual também precisavam, não obstante serem monarcas autoritários. Aliás, Donaire (1994, p. 209) refere que os Tudor se viram obrigados a usar frequentemente a imprensa “para defender os seus interesses, para instruir a nação sobre os seus deveres e para fazer calar os rumores sobre as suas acções cruéis”. O’Hara (2003, p. 179) refere que, por esta altura, se noticiaram alguns assuntos domésticos, nacionais, mas tal era raro, a grande maioria das notícias eram sobre o estrangeiro. E tal se manteve nos primeiros anos da dinastia dos Stuart.

Em 1603, uma nova dinastia começa na Grã-Bretanha, a dos Stuart e foi este panorama que Jaime I (1603-1625) e o seu filho, Carlos I (1625-1649), encontraram quando chegaram ao poder. Durante os seus reinados, os monarcas da casa Stuart viveram momentos de grande tensão com o Parlamento. Os monárquicos procuravam instituir o absolutismo régio, mas os parlamentaristas não o permitiam. Como já foi dito, tal situação levou a um permanente estado de confrontos civis que ora colocava uns no poder, ora colocava outros. Enquanto, em Inglaterra, se viviam todas estas disputas, na maioria dos outros países europeus reinava o absolutismo régio que, entre outras medidas, havia instituído algumas que lhe permitiam controlar aquilo que

¹⁷³ Segundo este decreto, só devia ser autorizada a publicação de qualquer livro mediante a concessão de licença correspondente.

circulava na imprensa do seu país. Ora, não era essa a situação que se verificava na Inglaterra e o ambiente propiciava “uma acolhedora atmosfera de liberdade de pensamento e expressão bem como de confronto político.” (Sousa, 2008c, p. 36). Assim, algumas publicações foram surgindo, tendo sido, nos inícios dos anos quarenta do século XVII, que o número aumentou de forma exponencial. Porém, a maior parte, teve tiragens reduzidas e vida efémera (Sousa, 2008c, p. 37). O sistema de licenças prévias criado pelos Tudor manteve-se, o que levou a que o fenómeno jornalístico na Grã-Bretanha não se expandisse tão rapidamente como noutros países¹⁷⁴, devendo-se tal situação “à vigilância severa e à convicção, admitida sem rodeios, de que o direito de publicar notícias apenas pertencia ao rei, sendo por isso necessário obter a sua autorização para fazer uso dele” (Donaire, 1994, p. 211).

Os ingleses também se foram apercebendo da importância crescente da informação, nomeadamente como instrumento político, daí que, conforme foi referido os diferentes governos sempre tenham imposto um forte controlo ao seu desenvolvimento.¹⁷⁵ Sousa (2008c, p. 36) menciona que, durante todo este tempo, a censura prévia e o sistema de licenças de impressão referidos limitaram os conteúdos das folhas noticiosas inglesas mesmo quando os assuntos eram pouco prejudiciais para o regime, mas, ainda assim, estas não deixaram de surgir. Para além de começarem a circular as autorizadas notícias de carácter oficial, também foram permitidas outras folhas noticiosas¹⁷⁶, que se publicaram em momentos de maior relevo para o país, como conspirações ou execuções públicas. No entanto, conta Donaire (1994, p. 210), que este tipo de informação era bastante prudente, não só porque as folhas estavam sujeitas a uma vigilância apertada, mas também porque os impressores não estavam dispostos a correr muitos riscos, limitando-se, muitas das vezes, a partilhar informação internacional, que era mais tolerada, e evitando os temas controversos do seu país.

¹⁷⁴ Especialmente, Holanda, Alemanha e norte de Itália.

¹⁷⁵ Convém recordar que, apesar disto, na Inglaterra, em finais do século XVII, se lutou pela liberdade de expressão, no Parlamento e nas diversas publicações que iam surgindo.

¹⁷⁶ Donaire (1994, p. 211) afirma que a quantidade de folhas impressas surgidas no século XVI foi surpreendente. Andrews (1859, pp. 26-27), na sua obra *The History of British Journalism*, enumera algumas das publicações noticiosas ocasionais, conhecidas por *newsbooks* (algumas das quais viriam, mais tarde, a tornar-se periódicas), que circularam por esta altura e das quais se tem conhecimento.

Estas folhas noticiosas não obedeciam, ainda, a qualquer periodicidade, mas a nível de conteúdo já respondiam ao gosto do público. Donaire (1994, p. 210) conta que os temas que mais atenção atraíam eram a guerra, o sangue, o sexo, os crimes, as histórias misteriosas, os milagres e os prodígios; mas também se publicavam notícias sobre outras questões, como as referentes à corte e à família real (apesar de tal desagradar ao poder). Inicialmente, estas publicações ocasionais não tinham título, tendo começado a ter anos mais tarde. Nevitt (2005, p. 54) informa que, nesta altura, estas publicações descreviam principalmente acontecimentos militares e diz também que estas nem sempre primavam pela veracidade daquilo que diziam, chegando, por vezes, a recorrer a erratas para repor a verdade dos factos (2005, pp. 55-57).¹⁷⁷ Haris (1996, p. 7) acrescenta que a maioria das publicações se apresentava em formato *in quarto* e que incluíam basicamente notícias do estrangeiro.

O fenómeno da imprensa rapidamente se espalhou por todo o país e chegou a um maior número de leitores. Para tal, também contribuiu a alteração nas condições sócio-económicas do país, começando a registar-se o crescimento do capitalismo e, a ele associado, o surgimento de uma classe média forte, que veio a impulsionar a imprensa periódica (Donaire, 1994, p. 211). Brotava, assim, também, um novo espírito, com o qual os governantes tiveram de conviver e de saber enfrentar.¹⁷⁸ Assim, os anos marcados por confrontos no país marcaram também o início das violações aos regulamentos feitos à imprensa, impostos pelos Tudor. As folhas de notícias proliferaram nesta altura, fazendo notar uma “necessidade social de receber informação” (Donaire, 1994, p. 212). De salientar, também, que as notícias iam chegando a um cada vez maior número de pessoas, das diferentes camadas sociais, não se restringindo só a algumas, o que contribuía também para que a imprensa comesçasse a ter uma maior influência (Donaire, 1994, p. 212). Nesta época dominou um tipo de publicações, os *pamphlets*, que eram produzidos, normalmente, de forma colaborativa

¹⁷⁷ O autor justifica, em parte, esta situação pelo facto de se publicarem mais notícias estrangeiras que nacionais, sendo que as notícias estrangeiras já chegavam, muitas vezes, com imprecisões que eram difíceis de confirmar (Nevitt, 2005, p. 57).

¹⁷⁸ Isabel I, por exemplo, já teve de enfrentar o criticismo crescente dos seus parlamentares que, aos poucos, reivindicavam mais liberdades, entre elas a de expressão, e pediam a diminuição das prerrogativas régias (Donaire, 1994, p. 211).

por um redactor, um impressor e um promotor, sendo este último quem os vendia (Raymond, 1996, p. 21). Na grande maioria das vezes, os autores eram anónimos.

Procurando explicar a forma de trabalhar dos primeiros “jornalistas” ingleses, Nevitt (2005, p. 58) diz o seguinte:

As primeiras publicações eram basicamente sumários de notícias recebidas de numerosos lugares do continente, apresentando uma data, lugar e descrição básica dos eventos mais significativos. Não houve tentativas de veicular histórias diferentes, sem aparência de uma narrativa contínua ou intrusão editorial; nem, sobretudo, houve qualquer esforço para oferecer um relato cronológico dos acontecimentos. Os relatos eram simplesmente colocados na publicação logo no momento em que eram recebidos em Londres pelo editor.

Com o rebentar da Guerra dos Trinta Anos, em 1618, o manancial de notícias tornou-se maior e o interesse que a sociedade inglesa começava a demonstrar pelos assuntos públicos, estrangeiros e/ou nacionais, cresceu, levando a que o fenómeno informativo se generalizasse e que novas publicações (intituladas de gazetas, mercúrios, *newsbooks*¹⁷⁹, etc.) surgissem em força (Conboy, 2004, p. 29; Días Nocí e Hurtado, 2003, p. 12; Harris, 1996, pp. 7-8)¹⁸⁰. De acordo com Rivett (2012, p. 3) estas

¹⁷⁹ Peacey (2012, p. 260) afirma: “Os *newsbooks*, (...), não são apenas um género ao qual os leitores prestam atenção, mas sobretudo um género para o qual eles estão interessados em contribuir de diferentes formas, um factor importante mas negligenciado que ajuda a explicar a sua popularidade e contemporaneidade.”. Raymond (1993, p. 9) acrescenta que os *newsbooks* foram essencialmente uma consequência da Revolução Inglesa.

¹⁸⁰ Brownlees (2005) discorre sobre as primeiras publicações, referindo que, ao longo dos primeiros vinte anos, elas foram alterando de formato, estilo e regularidade na publicação, sendo que o único que se mantinha constante era o conteúdo. E que esse conteúdo se focava essencialmente na divulgação de notícias estrangeiras (sendo que, muitas vezes, aquilo que era noticiado se limitava a ser uma simples tradução do que já havia sido noticiado numa outra publicação de um outro país). O autor explica que este interesse pelo que vinha de fora se justificava pelo desenrolar da Guerra dos Trinta Anos, mas que o desinteresse pelo que era nacional também tinha uma explicação: os mecanismos de censura que existiam no país, que controlavam aquilo que era escrito e publicado, ou seja, que impunham restrições a estas publicações. O autor refere, ainda, que os redactores destas publicações recorriam, amiúde, ao uso de uma linguagem com marcas de oralidade, o que o aproximava dos leitores e, conseqüentemente, os ajudava a conseguir algum consenso sobre aquilo que era dito, fosse este consenso político, religioso, ou outro. Ao conseguir este consenso e ao trazer os leitores para o processo da informação seiscentista, os redactores destas publicações conseguiam perceber e controlar melhor as críticas e as acusações que lhes eram feitas (Brownlees, 2005, pp. 71-75). Harris (1996, p. 8) acrescenta que estas publicações tinham, por norma, oito páginas e algumas já incluíam notícias domésticas. Brownlees (2005, p. 76) refere, ainda, que estas publicações, comumente apelidadas de *newsbooks*, vieram substituir os corantos como principal forma de publicação noticiosa. Acrescenta que, apesar de terem o mesmo formato, diferiam dos corantos em dois aspectos essenciais: primeiro, a periodicidade era muito mais constante; segundo, já divulgavam notícias domésticas. O autor explica que esta inclusão se deveu às mudanças nos mecanismos de

publicações vieram, nomeadamente os *newsbooks*¹⁸¹, com a sua consolidação, contribuir para o desenvolvimento do pensamento político da época.

O'Hara (2003, p. 180) afirma mesmo que foi esta contenda, a Guerra dos Trinta Anos, que esteve na génese do jornalismo periódico na Grã-Bretanha, primeiro com as publicações saídas na Holanda (escritas em inglês) e importadas para terras britânicas, e depois com as próprias publicações inglesas, a relatar esses mesmos acontecimentos decorrentes da Guerra dos Trinta Anos, numa primeira fase, traduzindo publicações estrangeiras e, posteriormente, escrevendo notícias próprias. Días Noci e Hurtado (2003, p. 4) corroboram que as primeiras publicações inglesas foram impressas na Holanda e que só mais tarde se estabeleceram as primeiras empresas informativas inglesas, e Donaire (1994, p. 212) acrescenta que foi com alguma rapidez que os impressores ingleses assumiram a tarefa, primeiro publicando traduções de publicações do continente e, mais tarde, elaborando as suas próprias informações.

Para que melhor se perceba que publicações surgiram desde que rebentou a Guerra dos Trinta Anos e o interesse e procura pela informação aumentou, atente-se no quadro que se segue:

Quadro 9			
Principais publicações noticiosas inglesas seiscentistas (seriadas ou periódicas) ¹⁸²			
Título	Data (s)	Redactor (es) e/ou impressor (es) provável/prováveis	Notas
<i>Current Out of Italy</i> ,	Dezembro de	George Veseler	Era feito em

regulação da censura e ao interesse que estas publicações começaram a despertar nos membros do poder, bem como à utilidade que lhe começaram a reconhecer (Brownless, 2005, p. 76).

¹⁸¹ Por altura da Guerra Civil Inglesa, os *newsbooks* foram uma prática comunicativa muito importante (Rivett, 2012, p. 3).

¹⁸² Este quadro foi elaborado com recurso a diferentes fontes bibliográficas. No entanto, dada a natureza de um quadro, que pretende apresentar a informação de forma mais clara, estas informações bibliográficas são apenas referidas no final do mesmo, não esclarecendo de onde proveio cada um dos dados apresentados mas permitindo que a informação surja de forma mais legível.

<i>France, Germanie, the Palatinat</i>	1620 a Dezembro de 1621		Amesterdão ¹⁸³ e só seguia depois para Inglaterra.
<p><i>(The) Weekly Newes from Italy, Germanie, Bohemia, the Palatinate, France and the Low Countries</i></p> <p>Outros títulos: <i>Newes from most parts of Christendom, (...)</i></p> <p><i>A true relation of the affaires of Europe etc.</i></p>	Maio de 1622	<p>Nicholas Bourne Thomas Archer Nathaniel Newbery William Sheffard Bartholomew Downes – redactores</p> <p>I. D. – impressor</p>	Pretendia ser semanal. Sairam números de Maio a Novembro.
<i>Mercurius Britannicus</i> ¹⁸⁴	1624 ou 1625	Nathaniel Butter Nicholas Bourne (alguns números os dois, outros um dos autores sozinho)	
<p><i>The Heads of Severall Proceedings in the Present Parliament</i></p> <p>Títulos seguintes: <i>The Heads of Severall Proceedings in both Houses of Parliament; The Diurnall: Or. The Heads of All the Proceedings in Parliament</i></p>	<p>Novembro de 1641</p> <p>Terá tido quatro números.</p>	<p>John Thomas (números 1 a 6)</p> <p>Nathaniel Butter (número 6)</p> <p>Impressores: I. T., J. T., T. B.</p>	Dedicado a relatar o que acontecia nas sessões parlamentares. Várias publicações semelhantes e com o mesmo objectivo se lhe seguiram. Relatava assuntos domésticos.
<i>Diurnal Occurences or The Heads of Severall Proceedings in both Houses of Parliament</i>	Novembro de 1641	<p>Redactor: Samuel Pecke</p> <p>Impressor: William Cooke</p>	

¹⁸³ Amesterdão era uma cidade extremamente bem situada para poder relatar os acontecimentos ocorridos no decorrer da Guerra dos Trinta Anos. Estava perto dos territórios alemães onde decorria o conflito, conseguia burlar as proibições monárquicas europeias relativas à imprensa, as notícias que as suas publicações veiculavam não eram submetidas à censura da época, etc. (Días Noci e Hurtado, 2003, p. 12).

¹⁸⁴ Brownlees (2011, p. 71) informa que a escolha deste nome para a publicação terá sido influenciado pelo nome do *Mercurius Gallobelgicus*, publicado em Colónia, em 1594.

<i>The Diurnall Occurrences, or Dayly Proceedings of booth Houses, in this Great and Happy Parliament</i>	Novembro de 1641	William Cooke – promotor	
<i>The Diurnall: Or, The Heads of All the Proceedings in Parliament</i>	Dezembro de 1641	John Wright e Thomas Bates	
<i>Diurnall Occurrences in Parliament</i> Outro título: <i>The Diurnall Occurances: Or, The Heads of Proceedings</i>	Dezembro de 1641	Thomas Bates e Francis Coules	
<i>Diurnall Occurrances, Truly Relating the Most Remarkable Passages</i> <i>A Continuation of the Most Remarkable Passages</i> (número 2)	Dezembro de 1641	Richard Herne	
<i>A Perfect Diurnall of the Passages in Parliament</i>	Janeiro de 1642	Samuel Pecke – redactor (por vezes, nomeadamente mais tarde, teve redactors auxiliaries) William Cooke – impressor (teve outros)	Com algumas mudanças e interrupções, foi publicado até 1655.
<i>The Diurnal Occurances, Touching the dayly proceedings in Parliament</i>	Janeiro de 1642		
<i>The True Diurnall Occurences: Or, The heads of the Proceedings of both Houses in Parliament</i>	Janeiro de 1642	John Hammond – impressor	
<i>A Continuation of the True Diurnall of Passages</i>	Março de 1642		Durou entre dois e três meses.

<i>in Parliament</i>			
<i>A true Diurnall of the Passages in Parliament</i>	Março de 1642	Humphrey Blunden	
<i>Remarkable Passages in Parliament</i>	Maio de 1642		
<i>Some Speciall Passages From London, Westminster, Yorke, Hull, Ireland. and other Parts</i>	Maio de 1642	Thomas Baker – impressor	
<i>The Kingdom's Weekly Intelligencer</i>	1642		
<i>Mercurius Rusticus (...)</i>	Agosto de 1642	Bruno Ryves	
<i>Certain Speciall and Remarkable Passages from both Houses of Parliament</i> <i>A Continuation of Certain Speciall and Remarkable Passages</i>	Agosto de 1642 a Junho de 1643. Teve interrupções e foi reiniciado em 1645 até 1646.	Samuel Pecke Samuel Pecke e Francis Leach	
<i>Some Speciall and Considerable Passages</i> (mais tarde chamar-se-á apenas <i>Special Passages</i>)	Entre Agosto de 1642 e Junho de 1643	H. Blunden – impressor	
<i>Weekly Intelligence From Severall parts of this Kingdome</i>	Outubro de 1642		
<i>Certaine Informations</i>	Entre Janeiro de 1643 e Fevereiro de 1644	William Ingler	
<i>Kingdomes Weekly Intelligencer</i>	Janeiro de 1643 (acabou no mesmo ano, em Outubro, mas	Richard Collings – redactor G. Bishop e R. White – impressores	

	reaparece em 1649).		
<i>Mercurius Civicus: London's Intelligencer</i>	1643	Richard Collins – redactor John Wright e Thomas Bates – redactores	Primeiro jornal ilustrado inglês. Tinha notícias locais.
<i>Mercurius Rusticus, or the Countries Complaint</i>	Maio de 1643	Bruno Ryves – redactor	
<i>Parliament Scout</i>	Junho de 1643	John Dillingham – redactor G. Bishop e R. White – impressores	
<i>Mercurius Aulicus</i>	Janeiro de 1643 a Setembro de 1645	Sir John Berkenhead	Realista. Preocupava-se mais em refutar o que dizia o adversário. Publicado com alguma regularidade e periodicidade, normalmente semanal.
<i>The Weekly Account</i> (mais tarde, entre Maio de 1647 e Janeiro de 1648, mudou o título para <i>The Perfect Weekly Account</i>)	Setembro de 1643	Daniel Border	
<i>The True Informer</i>	Entre Setembro de 1643 e Fevereiro de 1645	Henry Walley – redactor	
<i>The Scottish Dove</i>	Entre Outubro de 1643 e Dezembro de 1646	Redactor: George Smith Promotor: Laurence Chapman	

<i>Mercurius Britannicus Communication the Affairs of Great Britain for the Better Infomation of the People'</i>	Setembro de 1643 até 1646	Capitão Audley Marchamont Needham (inicialmente era apenas co-editor) Impressores: Robert White e G. Bishop	Pró-Parlamento.
<i>The Spie, Communication Intelligence from Oxford</i>	Janeiro de 1644	Durant Hotham	
<i>Occurrences of Certain Speciall and Remarkable Passages in Parliament</i> (mais tarde <i>Perfect Occurrences</i>)	Janeiro de 1644	Henry Walker	
<i>The Military Scribe</i>	Fevereiro de 1644. Teve seis números.	W. E. e J. G. - impressores	Enfâse em notícias militares, nacionais e estrangeiras.
<i>An Exact Diurnall</i> (mais tarde <i>A Diary, Or an Exact Iournall</i>)	Maio de 1644 a Março de 1646	Mathew Walbancke – impressor	
<i>Le Mercure anglois</i>	Junho de 1644 a Dezembro de 1648	Nicholas Bourne ou John Cotgrave – redactor Thomas Forcet – impressor	Escrito em francês.
<i>The Court Mercurie</i>	1644	John Cotgrave – redactor Thomas Forset – impressor	
<i>The London Post</i>	Agosto de 1644 (durou dez meses)	Gilbert Bishop ou John Rushworth e Gilbert Mabbott	
<i>Perfect Passages of Each Dayes Proceedings in Parliament</i>	Entre Outubro de 1644 e Março de 1646	Henry Walker – redactor R. Austin – impressor	

<i>Mercurius Anti-Britannicus</i>	1645		
<i>The Moderate Intelligencer</i>	Entre Março de 1645 e Outubro de 1649	John Dillingham – redactor R. W. – impressor	
<i>Mercurius Hibernicus, Or, The Irish Mercurie</i>	Fevereiro de 1645	Richard Harper	
<i>The Exchange Intelligencer</i>	Maio de 1645	T. Forcet – impressor	Notícias do estrangeiro para marcadores e viajantes, essencialmente.
<i>Mercurius Veridicus: Or, True Informations, of Speciall and Remarkable Passages</i>	Entre Abril de 1645 e Março de 1646	Bernard Alsop – impressor	
<i>A Perfect Declaration of the Proceedings in Parliament</i> (mais tarde <i>The True Informer</i>)	Abril de 1645 a Fevereiro de 1646	Thomas Bate e John Wright	
<i>The Parliaments Post: Faithfully Communicating to the Kingdome the Proceedings of the Armies</i>	Entre Maio e Outubro de 1645	George Bishop – impressor	
<i>Mercurius Anti-Britannicus</i>	Agosto de 1645	Sir John Berkenhead	
<i>Mercurius Academicus</i>	Entre Dezembro de 1645 e Março de 1646	Richard Little e Thomas Swadlin	Sucessor do <i>Mercurius Aulicus</i> . Também realista.
<i>The Kingdomes Scout. Perfectly Communicating the Proceedings in Parliament</i>	Dezembro de 1645	Robert Austin e Jane Coe	
<i>The Kingdomes Weekly Post; Faithfully</i>	Entre Outubro e	John Harris – redactor	

<i>Communicating the Affaires of the Armies</i>	Dezembro de 1645	I. H. – impressor	
<i>The Citties Weekly Post Faithfully Communicating the Affaires of the Armies</i>	Entre Dezembro de 1645 e Março de 1646	F. L. – impressor	
<i>General Newes, from All Parts of Christendome</i>	Maio de 1646 – quatro números	Nicholas Bourne – redactor T. F. – impressor	
<i>The Moderate Messenger</i>	Fevereiro e Março de 1646	Robert Austin e Jane Coe	
<i>Papers from the Scots Quarters</i>	Entre Outubro e Novembro de 1646	Samuel Pecke – redactor F. L. – impressor	
<i>Diutinus Britanicus</i> (mais tarde, <i>Mercurius Diutinus</i>)	Entre Novembro de 1646 e Fevereiro de 1647	Thomas Audley	
<i>Mercurius Candidus</i>	Novembro de 1646	John Harris	
<i>The London Post</i> (outro)	Dezembro de 1646 até Fevereiro de 1647	John Rushworth e Gilbert Mabbott – redactores H. B. – impressor	
<i>Papers of the Resolution/Surrendring/Kings Majesties</i>	Entre Janeiro e Março de 1647		
<i>Mercurius Britanicus Representing the Affaires of Great Britajne</i>	Junho de 1647 (três números)		
<i>A Perfect Summary of Chiefe Passages in Parliament</i>	Entre Julho e Agosto de 1647	Henry Walker	

<i>Occurrences of Every Daies Journal</i>	1647	Henry Walker	
<i>Mercurius Melancholicus</i> (...)	Setembro de 1647 até 1649	John Hackluyt ou Martin Parker e John Taylor	
<i>Mercurius Anti-Melancholicus</i>	Setembro de 1647		
<i>Mercurius Clericus; or Newes from Syon</i>	1647		
<i>Mercurius Pragmaticus</i> (...)	Setembro de 1647 a Janeiro de 1649. Interrompido até Março desse mesmo ano, regressou em Abril, mas não durou muito mais.	John Cleiveland e Samuel Sheppard – redactores Marchamont Needham – redactor a partir de 1648 Etc.	
<i>Mercurius Medicus</i> (...)	Outubro de 1647 (teve dois números)	Henry Walker – redactor William Lay – impressor	
<i>Mercurius Anti-Pragmaticus</i>	Outubro de 1647 (teve seis números)	William Lay – impressor	
<i>Mercurius Diabolicus</i>	1647		
<i>Mercurius Vapulans</i>	1647		
<i>Mercurius Populi</i>	Novembro de 1647		
<i>Mercurius Elenctius</i>	Outubro de 1647	George Wharton e Samuel Sheppard – redactors	

<i>Mercurius Bellicus; or, an Alarm to all Rebels</i>	Novembro de 1647	Sir John Berkenhead – redactor	
<i>Mercurius Morbicus</i>	Setembro de 1647 (dois números)	Henry Walker	
<i>The Kingdoms Weekly Post</i>	Janeiro de 1648	Henry Walley	
<i>Mercurius Dogmaticus</i>	Janeiro de 1648	Samuel Sheppard – redactor	
<i>Mercurius Britanicus Alive Again</i>	Entre Maio e Agosto de 1648 (16 números)	John Hall	
<i>Packets of letters from ... to members of the House of Commons</i>	Entre Março e Novembro de 1648	Robert Ibbitson – impressor Henry Walker – redactor	
<i>A Declaration, Collected Out of the Journalls of Both Houses of Parliament</i>	1648	Robert Ibbitson – impressor Henry Walker – redactor	
<i>Mercurius Honestus</i>	1648	R. O.	
<i>Mercurius Censorius</i>	Junho de 1648	John Hall – redactor	
<i>Mercurius Anti-Mercurius</i>	Abril de 1648	Cleiveland ou John Harris	
<i>Mercurius Insanus Insanissimus</i>	Março de 1648	Impresso na Guidhall Library de Londres	
<i>The Moderate</i>	Junho de 1648	Gilbert Mabbott – redactor Robert White – impressor	Sucessor do <i>The Moderate Intelligencer</i> (que terminou devido a disputas entre o seu redactor e o seu impressor)

<i>Mercurius Scoticus</i>	Julho de 1648	Sir George Wharton	
<i>Mercurius Melancholicus</i>	Julho de 1648	John Crouch	Surge um outro em Janeiro de 1649, provavelmente de um outro redactor.
<i>The Royal Diurnall</i>	Agosto de 1648	Samuel Sheppard	
<i>Mercurius Anti-Mercurius</i>	Setembro de 1648	John Harris – redactor	
<i>Mercurius Militaris</i>	Entre Outubro e Novembro de 1648	John Harris	
<i>The Kingdomes Faithfull and Impartiall Scout</i> (inicialmente <i>Kingdomes Faithfull Scout</i>)	Entre Fevereiro e Outubro de 1649	Daniel Border – redactor Robert Wood – promotor	
<i>The Armies Modest Intelligencer</i> (mudou de título com frequência)	Entre Janeiro e Fevereiro de 1649	C. Brook – impressor	
<i>A Perfect Summary of exact passages</i>	Entre Janeiro e Outubro de 1649	Theodore Jennings – redactor R. Ibbitson – impressor	
<i>The Impartiall Intelligencer</i>	Entre Março e Setembro de 1649	J. C. – impressor	
<i>England's Moderate Messenger</i>	Entre Abril e Setembro de 1649	R. W. – impressor	
<i>A Modest Narrative of Intelligence</i>	Entre Abril e Setembro de	J. M. – impressor	

	1649		
<i>The Man in the Moon (...)</i>	Junho de 1649	John Crouch	
<i>A Brief Relation of Some Affaires and Transactions, Civil and Military, both Foreign and Domestick</i>	Outubro de 1649	Walter Frost Mais tarde William Dugard	
<i>The Royal Diurnall</i>	Entre Junho e Agosto de 1649 (cinco números)	Samuel Sheppard	Realista
<i>A Perfect and More Particular Relation of the Proceedings of the Army in Ireland</i>	Novembro de 1649	Francis Leach – redactor Walter Frost – impressor	
<i>The Irish Monthly Mercury</i>	Dezembro de 1649 a Fevereiro de 1650	Giles Calvert	Um só número
<i>Mercurius Politicus</i>	Junho de 1650 até 1660, quando foi interrompido.	Marchamont Needham e/ou John Hall até final de 1650 – redactores John Milton terá participado na sua feitura.	Principal publicação da Commonwealth's Pró-Protectorado.
<i>Mercurius Anglicus</i>	Setembro de 1650	Henry Walker – redactor E. Alkine – impressor	Um só número.
<i>Nouvelles Ordinaires de Londres</i>	Junho de 1650	John Milton ou Jean de l'Écluse	
<i>Perfect Passages of Every Daies Intelligence</i> (depois alterou para <i>The Moderate Publisher of every dayes Intelligence</i>)	Junho de 1650 a	John Clowes – impressor Henri Walker – redactor	

<i>The Weekly Intelligencer of the Commonwealth</i>	Julho de 1650	R. Collings – redactor R. Austin – impressor	
<i>The Moderne Intelligencer</i>	Setembro de 1650	Henry Walker – redactor	
<i>The Faithfull Scout</i> (depois <i>The Armies Scout</i>)	Janeiro a Dezembro de 1651	D. Border – redactor Robert Wood – impressor	
<i>Mercurius Pragmaticus Revived</i>	Junho de 1651	Samuel Sheppard – redactor James Moxon – impressor	
<i>The Diary</i>	Setembro a Novembro de 1651	Bernard Alsop	
<i>The French Intelligencer</i>	Novembro de 1651 a Maio de 1652	D. Border – redactor Robert Wood – impressor	
<i>Mercurius Bellonius</i>	Janeiro e Fevereiro de 1652	John Crouch – redactor J. C. – impressor	
<i>The Dutch Spy</i>	Março de 1652 (três números)	D. Border – redactor Robert Wood – impressor	
<i>Mercurius Democritus</i> , mais tarde <i>Laughing Mercury</i>	Abril de 1652 a 1653	John Crouch	
<i>Mercurius Phreneticus</i>	Abril de 1652	Samuel Sheppard	
<i>The French Occurrences</i>	Maior de 1652 a Janeiro de 1653	George Horton – impressor	

<i>The Flying Eagle</i>	Entre Novembro de 1652 e Janeiro de 1653	T. Fawcet – impressor	
<i>Mercurius Heraclitus (...)</i>	Junho de 1652	J. C. e D. W. – impressores John Crouch – redactor	
<i>Mercurius Cinicus</i>	Agosto de 1652		
<i>Moderate Occurrences</i>	Março a Maio de 1653	George Horton – impressor	
<i>Mercurius Radamanthus</i>	Entre Junho e Julho de 1653		
<i>The True Informer</i>	Janeiro de 1654	T. Lock – impressor	
<i>The True and Perfect Dutch Diurnall</i>	Entre Janeiro e Maio de 1654	T. Lock – impressor	
<i>The Politique Informer</i>	Entre Janeiro e Fevereiro de 1654		
<i>Mercurius Poeticus</i>	Março de 1654 (talvez tenha havido um número antes)	Marchamont Needham	Não estava escrito em verso.
<i>The Loyal Messenger (...)</i>	Entre Março e Abril de 1654		Terá tido quatro números.
<i>Observations (...)</i>	Abril de 1654	R. Moon – impressor	Terá tido seis números.
<i>Observer</i>	Entre Outubro e	Marchamont Needham	

	Novembro de 1654		
<i>Mercurius Fumigosus</i>	1654 – Até Outubro de 1655	John Crouch	
<i>Mercurius Jocusus (...)</i>	Entre Julho e Agosto de 1654	Thomas Lock – redactor e impressor	
<i>The Public/Publick Intelligencer</i>	Outubro de 1655 até Abril de 1660	Redactores: Marchamont Needham com supervisão de John Thurloe (até Maio de 1659). Depois John Canne e Needham novamente.	
<i>Public Advertiser/Adviser</i>	Maio a Setembro de 1657	Marchamont Needham – redactor Thos. Newcombe – impressor	
<i>An Exact Account of the Daily Proceedings in Parliament, with Occurrences From Foreign Parts</i>	Dezembro de 1658		
<i>The Weekly Post</i>	Entre Maio e Julho de 1659	D. Border – redactor	
<i>A Particular Advice from the Office of Intelligence near the Old Exchange</i> (entretanto alterou o título para <i>An Exact Accompt</i>)	Junho de 1659 a Julho de 1660	Oliver Williams – redactor J. Macock – impressor	Bi-semanal.
<i>Occurrences from Foreign Parts</i>	Entre Junho de 1659 e Março de 1660	Oliver Williams – redactor	
<i>The Parliamentary</i>	Dezembro de	Redactores:	

<i>Intelligencer</i> (teve outros títulos: <i>Kingdome's Intelligencer</i> , a partir de 1661)	1659 até 1663	Marchamont Needham Henry Muddiman Giles Dury Impressores: John Macock, Tho. Newcombe, etc.	
<i>Mercurius Publicus</i>	Janeiro de 1660 até Setembro de 1663	Redactores: Marchamont Needham Henry Muddiman Giles Dury Impressores: John Macock, Tho. Newcombe, etc.	
<i>The Wandering Whore</i>	Dezembro de 1660	John Garfield – redactor	
<i>Mercurius Caledonius</i> (...)	Janeiro de 1661	Thomas Sydserf – redactor	Durou três ou quatro meses.
<i>The Intelligencer Published for the Satisfaction and Information of the People</i>	Agosto de 1663	Roger L' EStrange - redactor R. Hodgkinson – impressor	Saía à Segunda
<i>The Newes</i> (...)	Setembro de 1663 a Janeiro de 1666	L' EStrange – redactor R. Hodgkinson – impressor	Saía à Quinta e tinha privilégio de publicação.
<i>The Oxford Gazette</i> – depois <i>London Gazette</i> , em Fevereiro de 1666	Novembro de 1665	Redactores: Henry Muddiman Roger L'Estrange Charles Perrot Impressor em Oxford: Leonard Litchfield Impressor em Londres: Thomas Newcombe	A corte estava em Oxford, por causa da peste, e era lá que se escrevia a gazeta. Quando voltaram a Londres, mudou o nome. Faltavam-lhe notícias nacionais, o que levava a que os leitores

			interessados nestes assuntos, não comprassem a publicação e preferissem as <i>newsletters</i> , ainda que manuscritas.
<i>The Current Intelligence</i>	Junho de 1666	Henry Muddiman – redactor	Opositor da <i>London Gazette</i> .
<i>The City Mercury, or Advertisements concerning Trade</i>	Novembro de 1675		
<i>The Weekly Pacquet of advice from Rome</i> (mais tarde <i>New Anti-Roman Pacquet</i>)	Dezembro de 1678	Henry Carr/Care George Jeffry's (mais tarde)	
<i>Domestick Intelligence</i> (...)	1679	Nathaniel Thompson B. Harris	
<i>The Popish Courant</i>	1679	Laboratório da Inquisição	
<i>Weekly Discovery</i>	1679		
<i>Mercurius Domesticus</i>	Dezembro de 1679		
<i>Mercurius Librarius</i>	1680		Percursor dos jornais literários.
<i>Faithful Account os all Books and Pamphlets</i>	1680		
<i>Mercurius Infernus</i> (...)	1680		
<i>The Weekly Discovery</i>	1681		
<i>Heraclitus Ridens</i> (...)	Fevereiro de 1681 a Agosto de 1682	B. Tooke	
<i>The Observator/Observer</i>	Abril de 1681	L' Estrange	

<i>The Royal Protestant</i>	1681	Thompson	
<i>The Loyal Protestant</i>	Acabou a 1682		
<i>Protestant Courant</i>	1682		
<i>The Universal Intelligencer</i>	Dezembro de 1688		
<i>The London Courant</i>	Dezembro de 1688		
<i>The London Mercury</i>	Dezembro de 1688		
<i>The Orange Gazette</i>	Dezembro de 1688		
<i>Public Occurrences Truly Stated</i>	1688	Henry Care	
<i>The London Intelligencer</i>	1689		
<i>The Pacquet of Advices from France</i>			
<i>Momus Ridens; or comical Reports on the Publick Reports</i>			
<i>Athenian Gazette</i> (mais tarde <i>Athenian Mercury</i>)	1690	John Dunton Richard South Dr. Norris	
<i>Worcester Postman</i>	1690		Regional
<i>Mercurius Reformatus</i>	1692	Dr. J. Wellwood	
<i>The Ladies' Mercury</i>	1692		Jornal literário
<i>Post-Man</i>	1695		
<i>Post Boy</i>	1695		
<i>Flying Post</i>	1695		
<i>Stanford Mercury</i>	1695		Regional

<i>Lloyd's News</i>	1696		Jornal de negócios
<i>The London Mercury</i>	1695 ou 1696		Jornal literário
<i>The Weekly Comedy</i>	1699		Jornal literário
<i>Gentlemen's Journal</i>			
<i>Pegasus</i>	1696	John Dunton	
<i>Daily Courant</i>	1702 a 1735		Primeiro jornal diário inglês
Fontes: Andrews, 1859; Black, 2001; Bourne, 1887; Conboy, 2004 e 2010; Donaire, 1994; Guillamet, 2004; Mendle, 2001; Peacey, 2012; Raymond, 1996 e 2003; etc.			

O quadro 10 deixa claro que o panorama jornalístico inglês de Seiscentos foi muito diferente do dos outros países europeus, não só pela quantidade, mas também pelo conteúdo. Em relação à quantidade, e recordando-se que este quadro é apenas uma recolha daquilo a que foi possível ter acesso e que, com certeza, não comporta todas as publicações surgidas na Grã-Bretanha, verifica-se que o número de publicações que vieram a lume neste país, nomeadamente nos períodos em que se gozava de alguma liberdade de imprensa, é imenso. Com certeza que nem todas estas publicações tiveram continuidade (algumas saíram apenas uma vez), muito menos a maioria pode ser consideradas periódica. No entanto, a sua aparição só vem comprovar que, de facto, o interesse do público tinha de ser muito para justificar que impressores, redactores, e/ou promotores fossem iniciando publicação atrás de publicação. Ao mesmo tempo, o quadro permite ver que os mesmos redactores e os mesmos impressores encarregavam-se de diferentes publicações simultaneamente ou estavam constantemente a iniciar uma nova.

De todas estas publicações, algumas foram realmente periódicas ou marcaram de forma mais intensa a história do jornalismo inglês. Assim, em 1620, foi difundido pelo país aquele que é considerado o primeiro periódico escrito em língua inglesa, o *Current Out of Italy, France, Germanie, the Palatinat*. No entanto, este era feito em Amesterdão, por George Veseler, e só depois seguia de barco para Inglaterra para,

assim, satisfazer a ânsia por informação que por lá se fazia sentir. A avidez de informação sentida pelos ingleses era, em grande parte, e como já foi referido, provocada pelo deflagrar da Guerra dos Trinta Anos, que os fazia querer saber o que se passava (Black, 2001, p. 4). O *Current Out of Italy, France, Germanie, the Palatinat* satisfazia essa necessidade (Sousa, 2008c, p. 36). Já o primeiro jornal genuinamente inglês foi o *The Weekly Newes from Italy, Germanie, Bohemia, the Palatinate, France and the Low Countries*, sendo que o título alterou diversas vezes. Foi redigido por Nathaniel Butter, Nicholas Bourne e, mais tarde, Thomas Archer¹⁸⁵ e pretendia ostentar periodicidade semanal¹⁸⁶. Apresentava-se num tamanho *in-quarto* e com número de páginas que variava entre as oito e as 24 (Donaire, 1994, p. 212). O *Current Out of Italy, France, Germanie, the Palatinat*, como o *The Weekly Newes from Italy, Germanie, Bohemia, the Palatinate, France and the Low Countries*¹⁸⁷ tinham uma política editorial eminentemente noticiosa e ambos acabaram por ser, posteriormente, imitados por outros jornais (Sousa, 2008c, p. 36). Também ambos foram acusados de difundir notícias falsas, tardias e contraditórias (Braojos Garrido, 1999, p. 29).

As primeiras publicações inglesas eram habitualmente semanais, embora, como afirma Donaire (1994, p. 212), “os impressores variassem a frequência da edição, em função do número de notícias de que dispunham”. Relativamente ao conteúdo, continuavam a dar prioridade a temas como a guerra, histórias misteriosas, a corte e a família real, etc. e continuavam, também, a noticiar com prudência e a preferir falar sobre o que acontecia no estrangeiro. Braojos Garrido (1999, p. 29) e Donaire (1994, p. 212) chamam a atenção para o facto de as notícias veiculadas pelos impressores ingleses nem sempre serem verdadeiras, devido, essencialmente, a um problema de credibilidade das fontes. Mesmo assim, durante as duas primeiras décadas do século XVII, estas

¹⁸⁵ Nathaniel Butter, Nicholas Bourne e Thomas Archer são nomes que estiveram na génese do jornalismo britânico (Donaire, 1994, p. 212). Nevitt (2005, p. 56) acrescenta os nomes de William Sheffard e Batholomew Downes.

¹⁸⁶ Andrews (1859, p. 28) refere que esta periodicidade ou não foi certa ou então perderam-se ou numeraram-se mal alguns dos exemplares.

¹⁸⁷ Sousa (2008c, p. 36) informa que, em Inglaterra, os jornais foram apelidados de corantos pelo facto de muitos deles terem a palavra *current* na sua designação. Conboy (2012, p. 22) acrescenta que os corantos evitavam geralmente aspectos controversos da política doméstica, como forma de prevenir a perda de licenças dos seus editores. No entanto, o material impresso fora do país e depois importado abordava os temas controversos que se tentara evitar ao não publicar notícias “caseiras” e mantinham o interesse do leitor.

publicações inglesas apresentavam tiragens bastante altas, apesar de o preço de cada exemplar ser, de acordo com Donaire (1994, p. 213), caro para a época. O jornalismo impresso inglês parecia, assim, estar para durar, sendo mesmo já visto como uma nova força social, com influência na sociedade, em meados do século XVII (Donaire, 1994, p. 213).

No entanto, durante os anos trinta de Seiscentos, nomeadamente entre 1627 e 1641, o número de novas publicações a surgir foi relativamente baixo (Muddiman, 1908, p. 27). Ao contrário do que sucedia, por exemplo, em França, os jornais ingleses nunca conseguiram o apoio do governo. Carlos I chegou mesmo a proibir todas as publicações periódicas, em 1632, e procurou sempre, das mais variadas formas, seguir uma política de imprensa absolutista, controlando o fluxo de informação, através das instituições existentes. Porém, as mudanças políticas e as desavenças religiosas ocorridas na Grã-Bretanha, por esta altura, vieram alterar os planos do monarca. O Parlamento pretendia obter um equilíbrio com o poder real e, para tal, tiveram de se confrontar variadas vezes, originando uma guerra civil que se prolongou por muitos anos e que teve influência no rumo e na forma que o jornalismo tomou. No entanto, Carlos I já se havia apercebido que o controlo do fluxo de notícias também poderia ser útil ao poder real e, em 1638, dá a sua autorização e apoio a uma publicação, que seria cuidadosamente supervisionada pelos seus. Nathaniel Butter e Nicholas Bourne¹⁸⁸ foram quem conseguiu a autorização real para “imprimir e publicar notícias de qualquer lugar do mundo ou do reino por um período de 21 anos”¹⁸⁹ (Donaire, 1994, pp. 213-214).

Durante o período em que durou a Guerra Civil Inglesa (1642-1649/51), onde, como já foi referido noutro ponto desta investigação, se confrontaram partidários do rei com partidários do Parlamento, sendo que ora uns, ora outros exerciam o poder, as regras para a circulação da informação voltaram a sofrer alterações. Ainda em 1641, foram abolidas, a “Star Chamber” e a “Court of High Commission”, os principais suportes do sistema de controlo da imprensa inglesa (Black, 2001, p. 5; Donaire, 1994, p. 214; Muddiman, 1908, p. 30). Com esta supressão, produziu-se um vazio legal em matéria de

¹⁸⁸ Estes “jornalistas” por ocupação tornaram-se, assim, funcionários do rei.

¹⁸⁹ Esta autorização custar-lhes-ia o pagamento anual de dez libras à Igreja de St. Paul de Londres.

imprensa, o que provocou o aparecimento de numerosas publicações, que tratavam, de forma algo propagandística, assuntos ingleses¹⁹⁰ (Donaire, 1994, p. 216; Raymond, 2003, p. 6). A agitação que se vivia também fomentava o interesse pela leitura da imprensa entre a população, que se apaixonava pelos relatos das discussões políticas. Segundo Donaire (1994, p. 216), este foi um dos “períodos mais confusos de toda a história do jornalismo inglês”, pois os jornais surgiam de todo o lado, cometendo abusos e plágios flagrantes de todo o tipo. E o facto de a grande maioria destas publicações não estarem assinadas ou estarem-no, mas sob a forma de pseudónimo, permitia também que esta situação de confusão ocorresse (Raymond, 2003, pp. 64-65).

Em Novembro de 1641, é publicado em Londres o *(The) Heads of Severall Proceedings*, por John Thomas. Em Dezembro saem outros números desta mesma publicação. E nas semanas seguintes do mês de Janeiro de 1642, outros. Todos os números noticiavam assuntos domésticos, nomeadamente aquilo que havia ocorrido no Parlamento durante a semana anterior (nesta altura, o Parlamento encontrava-se reunido a discutir importantes assuntos nacionais). Nascia, assim, a primeira publicação inglesa que comunicava notícias nacionais para uma população sedenta delas (O’Hara, 2003, p. 179; Raymond¹⁹¹, 1996, p. 80). O’Hara (2003, p. 179) explica que esta aparição se deu não só por causa da crise política a que se assistia entre Carlos I e o Parlamento (que criou uma busca por notícias sem precedentes¹⁹²), mas também por causa da rebelião irlandesa de 1641, nomeadamente enquanto esta ocorreu (uma vez que a grande maioria das novidades comunicadas eram sobre esta região). Esta publicação chegou a alcançar uma tiragem de três mil exemplares (Sousa, 2008c, p. 37), tendo-se distinguido por reportar cronologicamente, com rigor e imparcialidade, os debates parlamentares e por

¹⁹⁰ Apesar da liberdade conjuntural a que se assistia, o tom das publicações continuava a ser o da precaução (Donaire, 1994, p. 216).

¹⁹¹ Para Raymond (1996, p. 80) esta publicação foi a antecessora dos jornais actuais.

¹⁹² Datam desta época inúmeras publicações que se destinavam a relatar exclusivamente o que acontecia no Parlamento (Conboy, 2004, p. 30), sendo que grande parte delas se iniciava com o título de “The Heads of Severall Proceedings in this Present Parliament” (Woolf, 2001, p. 95). Raymond (1996, p. 22) menciona que de todas se distinguiu *A True Diurnall of the Last Weeks Passages in Parliament*, não só porque alterou significativamente o título, mas também porque apresentava numeração das páginas, vinha assinada e os diferentes números também eram numerados. Todas as anteriores eram apenas seriadas.

trazer a política para o quotidiano dos cidadãos, dilatando os círculos restritos em que se difundia a política (Conboy, 2010, pp. 24-25).

Apesar de uma certa estabilidade inicial, no geral, as publicações surgidas por esta altura não eram estáveis. Alteravam constantemente os seus títulos e, em regra, acabavam por ter uma existência breve. Por norma, associavam-se a um dos lados da contenda e procuravam ridicularizar a outra facção. As próprias publicações tornavam-se beligerantes (O'Hara, 2003, p. 179). E sendo que a grande maioria se concentrava em Londres, que se encontrava, no início dos anos quarenta, sob o controlo do Parlamento¹⁹³, os jornalistas tinham tendência para o apoiar, embora sempre com cautela. Isto levou a que os jornais fossem “aborrecidos, monótonos e pouco interessantes” o que, no entanto, não esmorecia a “fome de notícias” e a curiosidade das populações (Donaire, 1994, p. 216).

Samuel Pecke, considerado por Donaire (1994, p. 218), Guillamet (2004, p. 63) e Muddiman (1908, p. 37) como o primeiro grande *jornalista* inglês, fez sair, por exemplo, o *Perfect Diurnall*, em Janeiro de 1642, um periódico diferente, nas palavras de Conboy (2010, p. 25), uma vez que cruzava fontes e procurava persuadir os leitores com argumentos políticos racionais, assentes em exemplos, cuja tiragem andou perto dos três mil exemplares (Braojos Garrido, 1999, p. 29; Donaire, 1994, p. 218).

Em 1643, aparecem mais dois jornais marcantes, o *Mercurius Aulicus* e o *Mercurius Britannicus*¹⁹⁴, o primeiro pró-absolutista e o segundo pró-parlamentar (a própria linha dos jornais acabava por reflectir o que se passava no país) (Sousa, 2008c, p. 37). O *Mercurius Aulicus* era editado por John Berkenhead e procurava defender a causa real. Donaire (1994, p. 216) caracteriza o *Mercurius Aulicus* como

¹⁹³ Conta Sparrow (2003) que a imprensa e o Parlamento sempre tiveram uma relação complexa e tensa mas de dependência mútua e que se, de início, havia desconfiança por parte do Parlamento para com a imprensa e esta tinha de arquitectar vários esquemas para ter acesso aos seus membros, com o tempo aperceberam-se que as vantagens de o público conhecer as suas ideias eram muitas e a relação tornou-se mais afável.

¹⁹⁴ De acordo com Black (2001, p. 5) esta publicação vendia entre 750 e 1000 cópias por semana.

um jornal de carácter violento e estilo directo, pejado de ataques pessoais contra os líderes do Parlamento, ao mesmo tempo que apresentava notícias de interesse humano referentes ao rei e à sua família.

Em Londres, o Parlamento respondeu com um novo *Mercurius Britannicus*¹⁹⁵, editado agora pelo capitão Marchament Needham¹⁹⁶. Diz Donaire (1994, p. 217) que “os dois jornais mantiveram um aguerrido duelo dialéctico, escrevendo uma das páginas mais interessantes da história da imprensa da Grã-Bretanha”.¹⁹⁷ A autora refere que, por exemplo, o *Mercurius Aulicus* costumava abrir a sua edição semanal com uma secção intitulada “London Lyes” (Mentiras de Londres), à qual o *Mercurius Britannicus* respondia, de forma semelhante. No entanto, a repressão não iria demorar a voltar. No mesmo ano de 1643, o Parlamento decidiu ditar novas disposições (que ficaram conhecidas como “Leis de Junho”) para controlar a imprensa e restabelecer a censura, alegando que haviam surgido muitas publicações sem autorização que atacavam a religião e o governo. Assim, deliberou-se que nenhuma publicação podia ser impressa sem mandatos das Câmaras; o *Stationers’ Company* readquiriu o poder fiscalizador da edição de livros; proibiu-se a importação dos mesmos e restringiu-se, também, a sua exportação¹⁹⁸ (Donaire, 1994, p. 217). O’ Hara (2003, p. 179) acrescenta que se voltava assim, a controlar a informação e a regular o que o público consumia.

Apesar destas medidas e de ser uma altura em que se tentava impor, novamente, a censura e as licenças prévias de impressão, algumas publicações conseguiram subsistir, outras iniciaram publicação e o jornalismo inglês continuou a proliferar. Porém, muitas destas publicações tinham vida efémera. Conta Donaire (1994, p. 218) que, no início de 1644, publicavam-se, em Londres, semanalmente, uma dezena de publicações, todas com grande procura. A tiragem mínima de cada uma das publicações

¹⁹⁵ Existira, em 1624 ou 1625, uma outra publicação com este título.

¹⁹⁶ Segundo Sousa (2013, p. 160), um jornalista político independente.

¹⁹⁷ Raymond (1993, p. 7) faz notar que este diálogo entre os dois periódicos representantes de facções opostas já revelava que a esfera pública se estava a deslocalizar para o espaço simbólico dos jornais, que encorajavam os leitores a assumir uma posição sobre os assuntos.

¹⁹⁸ Várias vozes se ergueram contra estas medidas, entre elas a de John Milton que fez um discurso perante o Parlamento reivindicando a liberdade do escritor face à censura e atacando o sistema de licenças instituído pelo Parlamento. Este discurso, escrito em 1644, com o título de *Areopagítica*, tem sido considerado como modelo da defesa moderna da liberdade de expressão e de imprensa. Na altura, porém, teve pouco impacto (Donaire, 1994, p. 218).

rondava os duzentos exemplares e a máxima podia chegar aos mil ou até três mil¹⁹⁹, alcançando assim, uma proporção considerável da população.

Em 1645, o *Mercurius Aulicus* deixou de se publicar, acabando com a principal razão de ser do seu rival, o *Mercurius Britannicus*, que passou a ser apenas mais um entre os demais existentes. Entretanto, os defensores do rei surgiram com mais uma publicação, o *Mercurius Pragmaticus*, editado por Needham, desde 1647, que se tornou o seu propagandista mais eficaz. O êxito deste jornal animou o aparecimento de numerosos imitadores e de réplicas (Donaire, 1994, p. 219).

Donaire (1994, p. 219) refere que os jornais que apoiavam a facção real utilizavam uma linguagem mais agressiva que aqueles que apoiavam o Parlamento. Diz a autora que continham poucas notícias e abusavam do sensacionalismo (mas sempre com grande imaginação), que o estilo era vulgar e que o conteúdo se baseava em histórias atrozes e ataques pessoais aos líderes do Parlamento (Donaire, 1994, p. 219). A prudência dos jornais de Londres não lhes permitia competir com este tipo de publicações.²⁰⁰

Entre 1649 e 1653, altura em que a Inglaterra viveu o seu primeiro e único regime republicano e em que teve, parte do tempo, Oliver Cromwell como chefe máximo, o panorama informativo sofreu algumas modificações. Este procurou impor o controlo sobre a imprensa. No entanto, Braojos Garrido (1999, p. 30) afirma que, pelo menos nos primeiros tempos deste regime, houve uma certa permissividade em relação a alguns tipos de imprensa, nomeadamente a política e a de humor, levando a que jornais menos combativos e mais noticiosos subsistissem e que aparecessem outros como novos estilos, nomeadamente dedicados exclusivamente a anúncios. Desta forma, continua o autor, o país que havia mostrado como se fazia, nos jornais, debate e propaganda política e que havia ensaiado, também, a imprensa humorística, inaugurava, igualmente, a imprensa publicitária (Braojos Garrido, 1999, p. 31).

¹⁹⁹ Donaire (1994, p. 218) conta que jornais consolidados como o *Perfect Diurnall* ou o *Diurnall*, de Samuel Pecke, chegavam aos mil e três mil exemplares, respectivamente.

²⁰⁰ Donaire (1994, p. 219) dá conta de uma exceção, o *The Moderate*, de 1648, editado por Gilbert Mabbot, que apregoava e defendia, essencialmente, as liberdades do povo.

No que ao controlo sobre a imprensa, neste período, diz respeito, a 20 de Setembro de 1649, o Parlamento aprovou uma nova lei de imprensa, segundo a qual se retirava a autorização oficial a todos os jornais, se aumentavam os poderes dos responsáveis pela concessão de licenças, se obrigavam todos os impressores a depositar a quantia de trezentas libras e se limitava a edição de publicações à cidade de Londres e às duas universidades, com excepção das impressoras de York e Finsbury, que imprimiam a Bíblia (Donaire, 1994, p. 220).

Uma das primeiras publicações deste período da história da Inglaterra apareceu em 1649. Intitulava-se *A Brief Relation of Some Affaires and Transactions, Civil and Military, both Foreign and Domestick* era semelhante às gazetas continentais (Sousa, 2008c, p. 37) e, segundo Donaire (1994, p. 220) constituiu

o paradigma do tipo de informação que as publicações devidamente autorizadas ofereciam: dedicar habitualmente cerca de três quartos do seu espaço à informação de assuntos internacionais e despachava a secção nacional com um comentário conciso dizendo “graças a Deus ainda podemos dizer que não temos muitas notícias em casa” e para confirmar a última página era deixada em branco.

Contrapondo-se a este tipo de informação oficiosa, a imprensa realista atacava com a publicação do jornal realista *The Royal Diurnall*, do mesmo ano 1649, onde se fazia uma extraordinária campanha negativa dirigida sobretudo aos líderes republicanos. Porém, conta Donaire (1994, p. 220) que os jornalistas que apoiavam a causa monárquica cedo começaram a ser perseguidos. Mesmo assim, era impossível acabar com todos eles, bem como controlar toda a informação, não só porque esta já se tinha tornado uma “necessidade social” mas também porque Cromwell começava a apreciar os efeitos da sua utilização propagandística (Donaire (1994, p. 220). Nesta senda, é lançado, em 1650, um novo jornal em Londres, o pró-Commonwealth *Mercurius Politicus*, editado por Marchamont Needham e autorizado por John Milton²⁰¹. Conta Donaire (1994, p. 220) que o seu propósito era defender a *Commonwealth* e informar o povo, e tal como a outra imprensa da capital, era um jornal contido no que dizia e evitava assuntos controversos, tanto em matéria de política como religião. Para

²⁰¹ John Milton foi tornado responsável pela concessão de licenças de publicação, mas a sua posição era muito contestada (Donaire, 1994, p. 220).

contornar esta situação, alguns impressores recorreram ao humor para poder falar dos temas mais polémicos, logo nasceram publicações deste género,

cuja única pretensão era provocar o riso e entreter os leitores. Centravam-se em narrativas superficiais sobre questões banais e em histórias obscenas e pornográficas (violações, orgias, raptos, roubos...), fugindo da informação séria (Donaire, 1994, pp. 220 e 221).

Um dos nomes que se destacou neste género foi o de John Crouch que, em 1652, lançou um jornal que se intitulava *Mercurius Democritus* e que teve logo muitos imitadores: *Mercurius Jocosus*, *Mercurius Cinicus*, *Mercurius Fumigosus*, etc.²⁰² Este tipo de publicação sensacionalista ainda durou alguns anos, o que até surpreende, dado que se vivia sob o domínio puritano; mas logo em 1655, Cromwell criou uma lei de repressão da imprensa, decidindo proibir todos os jornais, medida que acabou por ter resultados drásticos: um mês depois, apenas existia o *Mercurius Politicus* e uma edição de Segunda-feira, do *The Public Intelligencer* (Black, 2001, p. 6; Donaire, 1994, p. 221). Cromwell podia, assim, usar a imprensa permitida como mais lhe conviesse. Esta tentativa de criar novo monopólio informativo foi rompida dois anos mais tarde, em 1657, quando Needham criou o *Public Adviser*, “um jornal de um *penny*, inteiramente dedicado aos anúncios publicitários”, diferenciando-se por tal, e que se tornou um “marco importante para o futuro desenvolvimento da imprensa, pois com ele iniciou-se a expansão contínua da publicidade, factor indicativo do progresso comercial do país e do valor concedido à imprensa” (Donaire, 1994, p. 221). A respeito desta publicação, Braojos Garrido (1999, p. 31) escreve que “aquela Inglaterra, de ampla experiência nas técnicas do debate e da propaganda pela acção da imprensa política e que inclusivamente tinha ensaiado a imprensa humorística e a de temas escabrosos, inaugurava igualmente a imprensa publicitária”. Neste período de tempo, os monárquicos não estiveram parados e foi um jornalista conceituado da época, Muddiman, “que se encarregou de preparar a opinião pública inglesa para a chegada de Carlos II, o rei da restauração monárquica” (Donaire, 1994, p. 221).

O período durante o qual durou o governo de Cromwell iniciou, assim, uma fase “emocionante e formativa” para a imprensa, pois nesta altura alguns dos jornais que

²⁰² Este *Mercurius Fumigosus* também era editado por Crouch e foi a publicação deste género que teve mais êxito.

surgiram superaram largamente os corantos, seus antecessores; os jornais realistas mostraram como se podia fazer contrapropaganda; e os jornais de humor também marcaram presença e mostraram novas possibilidades (Donaire, 1994, p. 221).

Com a restauração monárquica, em 1660, Carlos II (1660-1685) assume o poder e a Inglaterra volta a viver sob um regime parlamentar. Contudo, apesar da mudança de governo, muito do que se havido conseguido no período anterior foi mantido, nomeadamente em relação à imprensa. No entanto, assistiu-se a um reforço das limitações impostas à imprensa, tendo sido decretadas novamente a censura e os sistemas de autorizações prévias e especiais a tudo aquilo que era publicado. Assim, o surgimento de novas publicações e a continuidade das que já existiam estava ameaçado. Uma das primeiras acções do novo rei foi nomear um *Surveyor of the Press* (supervisor da imprensa). Escolheu Sir John Berkenhead²⁰³, que seria, então, o novo censor oficial e simultaneamente porta-voz do governo. Ou seja, monopolizou a imprensa, com a criação de uma única empresa com licença régia.²⁰⁴ Foi, assim, permitida apenas a circulação a duas publicações, ambas editadas por Henry Muddiman: o *Parliamentary Intelligencer*²⁰⁵, que saía às Segundas-feiras, e o *Mercurius Publicus*, que saía à Quinta. Mais uma vez se procurava monopolizar a informação, desta vez através destas duas publicações oficiais, ao serviço da monarquia (Donaire, 1994, p. 222).

Uma novidade surgida nesta altura, foram as *written newsletters*, ou simplesmente *newsletters*, também elas antecessoras dos jornais modernos, que mais não eram que folhas de notícias editadas e distribuídas entre privados, que pagavam um elevado preço para as manter em circulação. Braojos Garrido (1999, p. 31) refere que, nesta altura e com estas condições, a liberdade de expressão estava seriamente condicionada e só as *newsletters* clandestinas permitiam alguma liberdade. Todavia, o “jornalista oficial do rei”, Muddiman, não tardou a estabelecer ele mesmo um sistema oficial de *newsletters*, o que resultou apenas parcialmente, uma vez que estas

²⁰³ Antigo editor do *Mercurius Aulicus*.

²⁰⁴ No entanto, o Parlamento aprovou uma lei de *habeas corpus* que permitiu o aparecimento fugaz de algumas publicações.

²⁰⁵ Mais tarde, mudou o nome para *Kingdome's Intelligencer*.

publicações não só não acabaram, como, até, anos mais tarde, já nos anos setenta do século XVII, se assistiu à sua proliferação, numa altura em que estavam cada vez mais críticas em relação ao governo²⁰⁶ (Donaire, 1994, p. 223).

No ano de 1662, foi aprovada uma nova lei, conhecida como “Printing Act”, “Licensing of the Press” ou “Licensing Act”,²⁰⁷ segundo a qual ficava estipulado que o uso da impressão estava restrito aos impressores da “Stationers’ Company”, às duas universidades e ao arcebispado de York, se controlava o grémio de impressores e se protegia a censura prévia, procurando, assim, prevenir abusos na imprensa escrita e controlar as publicações não autorizadas (Black, 2011, p. 2). Ou seja, voltava-se à fase em que o direito de publicar notícias apenas pertencia ao rei e em quem este tinha um controlo total. Para fazer cumprir esta lei, foi nomeado, em 1663, um novo inspector da imprensa, Roger L’Estrange²⁰⁸, que tinha como competências “registar, investigar, examinar e, sendo caso disso, apreender as publicações” (Donaire, 1994, p. 223). Estas novas linhas de pensamento levaram à substituição das publicações de Muddiman (*Parliamentary Intelligencer* e *Mercurius Publicus*) por *The Intelligencer Published for the Satisfaction and Information of the People*, à Segunda, e *The Newes*, à Quinta.

Em 1665, ano em que uma grande peste assolou Londres, levando a que a corte se mudasse para Oxford, surge uma nova publicação, na opinião de Donaire (1994, p. 223), “uma das publicações mais importantes do século XVII”: a *Oxford Gazette*. Muddiman acompanhara a corte para Oxford e começou a editar este jornal de carácter oficial e que era visto como publicação da coroa. O primeiro número saiu em Novembro de 1665 e teve logo grande êxito. Saía duas vezes por semana. Quando a corte voltou à

²⁰⁶ As *newsletters* chegaram a ser distribuídas e discutidas em *coffee-houses*, o que levou a que o governo, em 1676, proclamasse a supressão de todas as *coffee-houses*. No entanto, as *news-letters* não oficiais continuaram a proliferar.

²⁰⁷ Alguns autores, como Donaire (1994, p. 222) consideram que esta foi uma das leis mais duras de toda a história do jornalismo inglês. Downie (2008, p. 261) refere que os dois principais propósitos desta licença eram controlar a produção e disseminação de publicações não autorizadas, através da censura pré-impressão, e regular e controlar aquilo que era permitido.

²⁰⁸ A sua opinião sobre a imprensa deixa perceber os limites apertados em que esta teve de se mover: Roger L’Estrange considerava que “os jornais eram elementos prejudiciais para o país, pois aproximava demasiado do povo os assuntos do governo, infundindo-lhes, ainda por cima, um espírito crítico que não era conveniente”. L’Estrange reavivou assim a censura como um zeloso protector da imprensa (Peacey, 2012, p. 259).

capital, a publicação manteve-se, tendo apenas alterado o título pra *London Gazette* (a partir de Fevereiro de 1666).

O *London Gazette* introduziu duas novidades no mundo da informação:

por um lado, incluía algumas cartas manuscritas dirigidas a cada assinante de forma particular, nas quais havia informação de índole privada; por outro, era feita também uma edição internacional, pois Carlos II estava consciente do poder da Inglaterra no concerto mundial, juntamente com a França (Donaire, 1994, p. 223)

Esta publicação passava, desta forma, a ser o jornal mais importante da altura, “quebrando o monopólio criado por Roger L’Estrange” (Donaire, 1994, p. 223). O pretendido controlo da imprensa ia encontrando cada vez mais entraves e dificuldades em se impor, pois a sociedade estava em constante evolução e cada vez mais interessada nos assuntos públicos.

Mesmo com um controlo apertado, surge, já a 3 de Dezembro de 1678, *The Weekly Pacquet of Advice from Rome*, editado inicialmente por Henry Care e, mais tarde, por George Jeffrys’s. No seu primeiro número, esta publicação afirmava que se dirigia a todos os ingleses protestantes verdadeiros, principalmente os de Londres e Westminster. Logo de seguida, em Janeiro de 1679, aparece *The Popish Courant*, que reportava desde o Laboratório da Inquisição (Black, 2011, p. 3 a 5). Estas duas publicações atacavam-se mutuamente.

Em 1679, um lapso do governo fez com que este não renovasse a *Licensing Act*, tendo como principal consequência uma liberdade provisória para a imprensa. Foi a oportunidade de inúmeras publicações de todo o tipo fazerem a sua aparição no panorama informativo inglês²⁰⁹. Explica Donaire (1994, p. 224) que se desenvolveu, sobretudo, “uma imprensa de opinião, crítica e combativa, juntamente com um jornalismo de carácter propagandístico” e sobreviveu, também, “uma imprensa de características tradicionais e cautelosa relativamente à informação nacional.”. Mas logo

²⁰⁹ Black (2011, p. 6) dá alguns exemplos: *Heraclitus Ridens*, *Observer* e *Weekly Discovery*. Porém, continua o autor, a maioria destas publicações não tinha vida longa (Black, 2011, p. 6).

em 1680, o rei Carlos II volta a decretar a supressão de todos os jornais, o que, no entanto, não acabou de imediato com os muitos que haviam surgido. Assim, entre 1679 e 1682 (quando a lei pôde ser aplicada), o cenário foi dominado pelos jornais de informação política (apesar de alguns impressores tentarem ainda evitar o risco que implicava publicarem comentários políticos). E eram, na realidade, tantos que chegavam a criar confusão e a estabelecer uma concorrência feroz entre eles, publicando constantemente acusações para desprestigiar os seus rivais.²¹⁰ Donaire (1994, p. 224) refere que a maioria deles era de uma só folha e saía duas vezes por semana.

Algumas das principais publicações surgidas nesta altura foram: *The Royal Protestant*, de Thompson, surgido em 1681; *The Observer*, de L' Estrange, também de 1681; e o *Heraclitus Ridens*, de B. Tooke, do mesmo ano. De todas elas, Donaire (1994, p. 224) destaca o facto de reservarem pouco espaço para a informação e de se centrarem mais nos comentários dirigidos contra a imprensa da outra facção. Ressalvava-se, no entanto, a discussão pública entre causas opostas, que estas publicações acolhiam e permitiam, apesar da perseguição que ambos os lados sofriam e do término que muitos dos jornais eram obrigados a ter. Em 1682, aparece a publicação *Protestant Courant*.

Quando James II (1685-1688), irmão de Carlos II, subiu ao trono, em 1685, a situação da imprensa piorou ainda mais. Voltou a restaurar o *Licensing Act*, levando a que os jornais voltassem a viver num clima de instabilidade e perseguição. O monarca apenas permitiu um periódico, de carácter oficial, estando este exclusivamente ao serviço da monarquia e defendendo a política religiosa do rei. Intitulava-se *Public Occurrences Truly Stated*, foi editado por Henry Care, e apareceu em 1688, pouco antes de James II ser destronado. Nesta altura, 1688, apareceram mais publicações: *The London Courant* (que procurava condenar as políticas de James II e elevar William of Orange) e o *London Mercury* (também favorável a William of Orange).

²¹⁰ Donaire (1994, p. 224) explicita que, por exemplo, o *The Royal Protestant*, de Thompson, surgido em 1681, dizia ter como objectivo “prevenir as reportagens sediciosas, escandalosas, falsas (...) que punham o povo contra o Governo”.

De facto, o reinado de James II não durou muito e, ainda em 1688, Guilherme de Orange²¹¹ (1689-1702), futuro Guilherme III, substituiu-o no comando dos destinos da Inglaterra, fazendo triunfar a “Revolução Gloriosa”. Imediatamente, foi instaurado o protestantismo como religião oficial e um Parlamento mais livre. Deste modo, a Grã-Bretanha foi regida por uma nova forma de governo, a monarquia parlamentar, baseada na separação clássica de poderes e na limitação das competências régias²¹², e foi possível desenvolverem-se algumas liberdades, entre elas a de expressão, e os direitos fundamentais (Donaire, 1994, p. 225).

Em 1689, o rei proclamou a Declaração de Direitos, lançando as bases constitucionais que tornaram o este país “um farol de democracia parlamentar e da liberdade de pensamento e de expressão, vistas como sendo um direito natural dos cidadãos.” (Sousa, 2008c, p. 37).

Neste período, a *London Gazette* continuou a circular, bem como outros jornais, com diferentes tendências e conteúdos, cuja publicação era permitida. Durante algum tempo, os jornais de opinião e propaganda foram, também, autorizados. As publicações de humor, surgidas durante a *Commonwealth*, continuavam, igualmente, a existir, embora, na opinião de Donaire (1994, p. 226), fossem de pior qualidade. Jornais de informação económica, “cada vez mais evoluídos e já concebidos como autênticas empresas” também marcaram o panorama jornalístico deste período (Donaire, 1994, p. 226). As publicações não autorizadas ou clandestinas continuaram a proliferar, apesar do sistema de repressão que ainda existia. Estas publicações preenchiam o espaço informativo a que não chegavam os jornais autorizados (Donaire, 1994, p. 226). Alguns dos assuntos que mais interessavam aos leitores, como guerras e sangue, debatiam-se aqui.

Em 1690, mais precisamente em Março, John Dunton começou a publicar a *Athenian Gazette*, com a qual, refere Donaire (1994, p. 226) se inicia uma nova linha

²¹¹ Sobrinho e genro do rei James II.

²¹² Donaire (1994, p. 225) afirma que “sem se poder falar ainda de uma democracia, existia já um alto grau de liberdades formais, o que situava a Inglaterra à frente do resto dos países europeus, onde continuava a imperar o absolutismo monárquico.”

jornalística. Diz a autora que “o seu conteúdo tinha por base perguntas e respostas dos leitores e as questões tratadas relacionavam-se com diversas matérias como as matemáticas, as ciências e as letras” e que conseguiu alcançar grande reputação, tendo sido muito imitada (Donaire, 1994, p. 226). E em 1695, deu-se “um dos acontecimentos mais relevantes na história do jornalismo inglês”: a prescrição do “Licensing Act”²¹³. Esta derrogação aconteceu após um estudo efectuado por John Locke, segundo o qual se entendia que a censura prévia prejudicava as publicações britânicas em relação às holandesas, que gozavam de um estatuto mais livre.

Dava-se, assim, no entender de Donaire (1994, p. 226), “o fim definitivo do sistema medieval de controlo da imprensa mediante a concessão de licenças *a priori* e a abolição da censura prévia” e “o primeiro grande passo para a liberdade de imprensa que, no entanto, não será ainda absoluta.”. Continuou a haver limites à liberdade de expressão, mas estes limites eram mais de ordem económica, levando a que Donaire (1994, pp. 226-227) afirme que se passou “de um controlo autoritário da informação para outro de carácter liberal ou económico que controlava as publicações *a posteriori*, de acordo com o sistema legal vigente.”.

Com a prescrição do “Licensing Act”, deu-se uma avalanche de novas publicações. Grande parte delas foi de existência breve, mas serviram para “fazer experiências sobre a função da imprensa”, aproveitando o facto de, do ponto de vista legal, se poder imprimir e publicar um jornal sem necessidade de licença (Donaire, 1994, p. 227). Estas novas publicações eram, inicialmente, muito baratas, tendo grande parte delas, porém, com os controlos económicos posteriormente estabelecidos, acabado rapidamente.

Dos novos jornais surgidos, alguns saíam três vezes por semana, tendo, por isso, ficado conhecidos como “Big Three”: eram eles o *Post-Boy*, o *Post-Man* e o *Flying*

²¹³ Black (2011, pp. 2 e 3) explica que o “Licensing Act” foi instituído com base na teoria de que o ter-se liberdade absoluta para imprimir era perigoso para a população e uma ameaça para a fé, daí que fosse mesmo necessário limitar o direito e a capacidade para imprimir/publicar e escolher bem quem podia fazê-lo. O número de impressores era, assim, também controlado e regulado.

*Post*²¹⁴. Surgiram, ainda, em Londres, jornais de conteúdos especializados: jornais de negócios, literários e políticos.

Assim, ao chegar-se ao final do século XVII, a imprensa periódica inglesa ganhou novo fôlego e novas liberdades, conhecendo, a partir desta data, grande evolução (Terrou, 1970, p. 16). Novos jornais noticiosos, jornais especializados em informação comercial e económica, publicações humorísticas, periódicos mundanos, jornais para cavalheiros, revistas magazines, jornais culturais e científicos, etc. (Sousa, 2013a, p. 161) e, como não poderia deixar de ser, novos jornais políticos. Neste último tipo de imprensa, os jornais políticos²¹⁵, destacou-se a *party press*, imprensa política de partido, cujos artigos se equiparavam ou até superavam “a notícia em importância enquanto género jornalístico estruturante da informação.” (Sousa, 2008c, p. 37).

Relativamente a tiragens, Donaire (1994, p. 228) conta que, no geral, esta havia aumentado progressivamente, sendo que, em 1704 a tiragem da *London Gazette* era de cerca de seis mil exemplares, a do *Post-Man* e do *Post-Boy* era de 3800 e três mil, respectivamente, o *Daily Courant* tirava cerca de oitocentos exemplares e o *London Post*, *English Post* e o *Flying Post* quatrocentos cada um.

Também importante, no panorama jornalístico inglês do final do século XVII, foi o fortalecimento da imprensa na província, resultante do desenvolvimento industrial que originou o aparecimento de novas cidades, pois tal significava, como afirma Donaire (1994, p. 227), “que Londres deixara já de monopolizar a informação em Inglaterra”. Alguns exemplos destes jornais foram o *Worcester Postman* (1690), o *Stanford Mercury* (1695) e o *Norwich Post* (1701).

O romper do novo século trouxe a novidade do primeiro jornal diário inglês, o *Daily Courant*, que apareceu em 1702 e se manteve até 1735, inaugurando uma nova fase do jornalismo inglês. O seu conteúdo baseava-se em informações gerais e em

²¹⁴ Black (2001, p. 8) refere que estas três publicações seguiram o modelo da *London Gazette*.

²¹⁵ Acrescenta Sousa (2008c, p. 37) que estes jornais visavam não apenas noticiar mas também “argumentar e arregimentar racionalmente partidários para uma determinada causa.”

anúncios e, formalmente, era composto por algumas folhas soltas. Segundo Donaire (1994, p. 227), a intenção do seu editor era fazer dele um “autêntico negócio jornalístico” e para o conseguir prometia proporcionar notícias frescas, “assinalando as diferentes versões e os seus elementos definidores (o quê, quando, onde e quem)”, e procurando informar com independência e objectividade. Ou seja, o editor do *Daily Courant* estava a oferecer “os elementos necessários para que cada leitor retirasse as suas próprias conclusões da leitura do jornal”, algo que as publicações oficiais raramente faziam (Donaire, 1994, p. 227).

Tal como os *avvisi* italianos, também as diversas publicações inglesas foram fonte para as publicações portuguesas Seiscentistas. Aliás, como já foi referido, a circulação de informação por entre os diversos países europeus era uma realidade já no século XVII. Porém, a génese do jornalismo inglês foi, como se procurou mostrar, deveras diferente da génese do jornalismo dos outros países, pelos motivos já expostos. No entanto, há aspectos que aproximam algumas das muitas publicações inglesas da *Gazeta* “da Restauração” e/ou do *Mercúrio Português*, seja no *design*, no temário, no recurso às mesmas fontes, no uso de mecanismo de controlo da imprensa semelhantes, etc., e os próprios sistemas jornalísticos.

iii. A génese e a evolução do jornalismo na Alemanha

Conta Scheneider (1994, p. 107) que “o jornalismo alemão nasceu na mesma altura que o dos seus vizinhos europeus”, por volta da segunda metade do século XVI, mas ressalva que, devido a circunstâncias políticas, comerciais e tecnológicas, o grande florescimento do mesmo tenha apenas ocorrido na segunda metade desse século e em grande parte do século XVII. O facto de Gutenberg²¹⁶ ser alemão e de ter começado a imprimir na Alemanha leva a que se aceite (embora não sem alguma discussão) que este país seja considerado o ou um dos berço(s) da imprensa. Este aspecto foi importante no impulso inicial que o jornalismo alemão conheceu, bem como o facto de o país se

²¹⁶ A história da imprensa alemã estará sempre ligada à invenção de Johannes Gensfleisch (Gutenberg) que veio abalar o mundo dos livros manuscritos e iniciar uma nova era na produção de escritos de todo o tipo.

encontrar numa fase rica e receptiva em/a novidades, levando a que os sucessores de Gutenberg tivessem muito trabalho e que as folhas de notícias proliferassem.²¹⁷

A invenção de Gutenberg, os caracteres móveis, veio facilitar todo o processo de impressão e permitir que a produção de um qualquer escrito fosse mais fácil, mais rápida e mais acessível, o que contribuiu, decisivamente, para o aumento dos mesmos e para o surgimento de novas formas de transmissão de informação, em forma impressa. Scheneider (1994, p. 107) conta que, nesta altura, muitos jovens alemães se tornaram aprendizes do novo ofício de impressor, e que, depois, se colocaram ao serviço de grandes senhores europeus, veiculando, assim, a nova arte por toda a Europa. A “arte secreta de imprimir com letras móveis [expandiu-se] rapidamente por toda a Europa”²¹⁸, concentrando-se, porém, essencialmente nas cidades universitárias e mercantis (Scheneider, 1994, p. 107).²¹⁹

Scheneider (1994, p. 108) considera que as cartas comerciais, em forma manuscrita ou impressa, que circularam na Alemanha, ainda no século XV, foram as precursoras directas das folhas noticiosas e das publicações periódicas. Estas cartas eram trocadas entre as diferentes esferas do poder. Scheneider (1994, p. 108) dá o exemplo da rede de informadores nobres que escreviam para reis e príncipes; da correspondência entre as diferentes hierarquias eclesiásticas; e da troca de informações que os burgueses trocavam entre si, procurando salvaguardar os seus interesses²²⁰.

²¹⁷ Já no século XVII, com os conflitos políticos e religiosos, criados pela reforma luterana, e as guerras subsequentes, a Alemanha passou a ser um dos centros emissores de notícias, pois eram as novidades destes confrontos que interessavam contar.

²¹⁸ Alguns aprendizes do ofício que haviam abandonado a Alemanha, pelos mais variados motivos (políticos, religiosos ou simplesmente pessoais), viriam a colocar-se ao serviço de grandes senhores europeus que ajudaram a que uma nova indústria se desenvolvesse (Scheneider, 1994, p. 107).

²¹⁹ Scheneider (1994, p. 109) refere que, em 1500, Veneza se tornou a capital da impressão, seguindo-se-lhe Roma, Paris e Colónia. No século XVII, devido aos confrontos religiosos, foi o norte da Europa que assumiu o protagonismo tipográfico.

²²⁰ A autora fala, ainda, da existência de uma espécie de agência de notícias em Absburgo, já em 1568, pertencente ao cidadão Jeremias Crasser e, mais tarde, ao seu sucessor, Jeremias Schiffle. Estes encarregavam-se do envio regular dos seus boletins, que se chamavam *Ordinari-Extraordinari Zeitung*, aos seus clientes, entre eles a casa Fugger – família de comerciantes e banqueiros que, no século XVI, mantinha uma informação pontual sobre os acontecimentos políticos ocorridos na Europa e sobre aspectos comerciais e que, pelo facto de distribuírem esta informação, acabavam por formar uma espécie de “jornal” (Scheneider, 1994, pp. 108 e 109). Guillamet (2004, p. 46) conta que a importância desta casa na difusão de notícias foi de tal forma que as autoridades rapidamente a procuraram proibir. Numa

Também diversas folhas soltas circularam nesta época, a maioria delas de forma anónima e reproduzindo textos conhecidos.²²¹

No geral, as diferentes folhas noticiosas ocasionais que foram surgindo e circulando na Alemanha apresentavam entre si um conteúdo bastante diversificado; no entanto, “todas se limitavam a informar sobre factos ocorridos e evitavam cuidadosamente emitir opiniões, proibidas pela censura” (Schneider, 1994, p. 110). Em relação aos temas, a autora refere que os mais usuais eram

as crónicas de viagens, muitas delas relacionadas com os novos descobrimentos, as reportagens das numerosas guerras e respectivas batalhas, informações sobre a Corte e os movimentos das personagens reais. Tudo isto quase sempre adornado com pormenores fantásticos para agradar ao gosto popular, e em detrimento da veracidade dos factos relatados (Schneider, 1994, p. 110).

Para além das folhas noticiosas, circularam, também, na Alemanha, publicações de carácter mais sensacionalista²²²,

dedicados à narração de catástrofes naturais e das suas consequências, de milagres e profecias astrológicas, de crimes e seus terríveis castigos. As deformações de animais e de seres humanos despertavam também um interesse mórbido nas pessoas, que viam neles um castigo divino.

comunicação proferida no Simpósio “News and the Shape of Europe, 1500-1750”, que teve lugar em Londres, entre 26 e 28 de Julho de 2013, intitulada *Mapping the Fuggerzeitungen – the geographical issues of an information network*, Nikolaus Schobesberger explicou que, ao contrário do que era comumente divulgado, a informação divulgada pelos Függer não era privada, mas sim parte de uma rede de correspondentes pública, daí que o acesso a ela não fosse restrito. E referiu também que esta rede se distribuía por quase toda a Europa seiscentista, por meio de rotas primárias, secundárias e através do serviço de correios, tendo, para tal, um conjunto variado de correspondentes e colaboradores.

²²¹ Neste início do “jornalismo” alemão, Carlos V tornara-se imperador (1519) e a Alemanha vivia uma época de grande prosperidade. Dado que, por esta altura, os países mais ocidentais do continente europeu (Portugal e Espanha) descobriam novos mundos, todas as classes sociais do Império desejavam saber o que acontecia, fomentando, assim, a procura de escritos sobre o assunto, nomeadamente de folhas de notícias. Décadas mais tarde, e estando já a Alemanha envolvida nos conflitos políticos e religiosos, criados pela reforma luterana, e nas guerras subsequentes, eram as novidades sobre esta nação que interessavam saber e divulgar (Schneider, 1994, p. 108).

²²² Muitos dos redactores deste tipo de *zeitungen* eram sacerdotes, “desejosos de que as suas histórias induzissem os fiéis a arrepender-se dos seus pecados”, completando-os com ilustrações onde se davam conta dos fenómenos descritos (Schneider, 1994, p. 110).

Depois de uma primeira fase, em que as folhas noticiosas alemãs eram praticamente informativas e procuravam comunicar sobre acontecimentos reais ou fictícios, surgiu uma nova onda, na época da Reforma protestante e dos conflitos políticos e religiosos que abalaram a Alemanha: publicações que Scheneider (1994, p. 111) insere na categoria de jornalismo de opinião e de propaganda, pela oportunidade que deram a que as discussões, principalmente teológicas, ultrapassassem o âmbito restrito dos poderes eclesiásticos e políticos.²²³ Estas publicações foram-se multiplicando e “não foi ainda alcançado num espaço de tempo igual o elevado número de panfletos publicados nestes anos” (Scheneider, 1994, p. 111). Lutero publicou o primeiro destes escritos em 1517, mas foi a partir de 1521 e até 1524, altura em que os *rebeldes* mais precisaram do apoio da opinião pública, que esta actividade se tornou mais intensa. E estes usaram todos os meios de que dispunham para chegar a todo o povo (intelectuais de grande estatura, prestigiados pintores, poetas cantores, etc.), que depois fazia circular a informação, por todo o país, transmitindo-a de boca em boca. Aliás, para que melhor se entendesse a informação veiculada, e dado que grande parte da população era analfabeta, os panfletos eram acompanhados de ilustrações de todo o género, explicando-se, assim, por imagens o que muitos não conseguiam ler (Scheneider, 1994, p. 111). A imprensa e a Reforma ajudaram-se, assim, mutuamente, sendo que Scheneider (1994, p. 112) afirma que a expansão de publicações proporcionada pela Reforma contribuiu para que o público se afeioasse à observação e à leitura das folhas soltas.

A circulação dos panfletos, bem como de outras folhas noticiosas, e o enraizamento da impressão aumentou a comunicação em todos os níveis da população, o que começou a preocupar as instituições que, até ao momento detinham o monopólio nesse campo. Por essa razão, tanto a Igreja como as universidades, “os únicos redutos da erudição” durante a Idade Média, rapidamente procuraram fórmulas que lhes permitissem “manter o privilégio de moldar a opinião pública de acordo com os seus

²²³ Lutero (1483-1546), que era um comunicador nato, encontrou nestas publicações a melhor forma de difundir as suas ideias e os seus ideais. Conta Scheneider (1994, p. 111) que a figura central da Reforma protestante difundiu, entre 1517 e 1520, trinta escritos, sendo que alguns deles alcançaram 24 edições, com uma tiragem total de 300 000 exemplares. Entre estes escritos, destacaram-se o *Manifesto à nobreza cristã da nação alemã*, onde exortava a aristocracia a apoiar a sua reforma, *A escravidão babilónica da Igreja*, com o qual ataca alguns dos sacramentos católicos, e *Sobre a Liberdade do Cristão*, que é dirigido a todos os fiéis, anunciando-lhes a liberdade de consciência para a interpretação pessoal da Bíblia.

interesses.” (Scheneider, 1994, p. 112). Surgiu, assim, na Alemanha, ainda no século XV, a censura e a repressão, sob as mais variadas formas, que atingiu principalmente os panfletos, mas também as folhas noticiosas ocasionais que já começavam a circular.

Nas últimas décadas do século XVI, já se editavam folhas de notícias por toda a Alemanha. Estas, que podiam adoptar diferentes nomes, dependendo do país onde fossem publicadas, chamavam-se comumente de *neue zeitung*²²⁴, em terras germânicas, embora, por vezes, se utilizassem as expressões internacionais (relação, folha volante, aviso, ...). *Zeitung* acabou por ser o termo que, mais tarde, designou todo o tipo de jornais.

Gürtler (2005, p. 17) distingue as folhas noticiosas que circularam na região da Alemanha das restantes folhas que abundavam pela Europa. O autor afirma que a primeira, em forma impressa, de que há conhecimento, nesta região, apareceu em 1502, e que apesar de esta publicação ser semelhante às restantes folhas ocasionais europeias, os temas eram mais variados e tinha um maior número de páginas (Gürtler, 2005, p. 17). Os assuntos abordados estavam, sobretudo, relacionados com guerras ou conflitos, mas as questões religiosas também tinham muito destaque, assim como os assuntos da corte e da vida quotidiana. Tal como as restantes folhas, esta era irregular e, no formato, assemelhava-se às restantes que circulavam na Europa (Gürtler, 2005, pp. 17-19).

Scheneider (1994, p. 110) menciona que as publicações informativas tiveram grande aceitação pública e que, durante os séculos XVI e XVII, se contabilizou um total de oito a dez mil exemplares diferentes, sendo que cerca de metade adoptava a designação referida como início de título. A autora refere, ainda, que “quase todos os nossos actuais géneros jornalísticos existiam já em estado embrionário no primeiro século da imprensa impressa.” (Scheneider, 1994, p. 110).

²²⁴ Gürtler (2005, p. 17) explica que o termo *zeitung* deriva da palavra *zeit* (tempo), fazendo referência a um acontecimento vinculado a um tempo, ou seja, a uma notícia daquele momento. O acrescento do *neue* (novo/nova) tem a ver com o sentido de transmissor de novidades que era dado a estas folhas.

Após o surgimento das primeiras publicações com carácter informativo, os *neue zeitung*, e influenciados por estes, começam a aparecer as primeiras publicações periódicas na Alemanha. Schröder (2001, p. 146) explica que o que mais impressionou nesta fase de passagem do ocasional para o periódico não foi o próprio ganhar de periodicidade, mas antes o sucesso que os “jornais” faziam, a rapidez com que eram distribuídos, o aumento do número de leitores ávidos para os comprar e a sua aceitação pelas diferentes camadas da sociedade. Guillaumet (2004, p. 57) culpa o rebentar da Guerra dos Trinta Anos pelo aumentar do interesse pela informação e refere que neste período surgiram cerca de sessenta publicações noticiosas. Seguem as mais referidas pelos autores, no quadro 11:

Quadro 10			
Principais publicações noticiosas alemãs de Quinhentos e Seiscentos (seriadas ou periódicas)²²⁵			
Título	Data (s)	Redactor (es) e impressor (es) provável/prováveis	Notas
<i>Prostrema RelatioHistorica</i> ²²⁶ também conhecidos por <i>Messrelationem</i> ²²⁷	1587 e 1598	Michael von Aitzing	Colónia. Eram semestrais. Vendiam-se na feira de Frankfurt e aí eram conhecidos pelo segundo título apresentado.
<i>Historicae relationis complementum</i>	1591	Jacobus Francus (pseudónimo do pregador protestante Conrad Lautenbach)	

²²⁵ Este quadro foi elaborado com recurso a diferentes fontes bibliográficas. No entanto, dada a natureza de um quadro, que pretende apresentar a informação de forma mais clara, estas informações bibliográficas são apenas referidas no final do mesmo, não esclarecendo de onde proveio cada um dos dados apresentados mas permitindo que a informação surja de forma mais legível.

²²⁶ Informa Scheneider (1994, p. 114) que, entre 1594 e 1597, esta publicação foi anual.

²²⁷ Nome genérico dado a este tipo de publicações.

<i>Mercurius Gallobelgicus</i>	1594 (circulou fora da Alemanha já no século XVII)	M. Jansen	Colónia e depois Frankfurt.
<i>Annus Christi</i> ou <i>Rorschacher Monatsschrift</i>	1597	Samuel Dilbaum – redactor Leonhard Straub – impressor	Era mensal. Rorschach e Frankfurt.
<i>Relation Aller Fürnemmen und Gedenckwürdigen Historien</i> também conhecido por <i>Ordinarii avisa</i> ou <i>Die Relation</i> ²²⁸	1609 (52 números)	Johann Carolus	Publicada em Estrasburgo ²²⁹
<i>Aviso Relation oder Zeitung (...)</i> ou <i>Relation oder Zeitung (...)</i>	1609 (50 números) 1610 (52 números)	Julius Adolph von Söhne – redactor Lucas Schulte – impressor	Wolfenbüttel
<i>Ordinäre wochnceitun</i>	1610		Basileia
<i>Frankfurter Postzeitung</i> ou <i>Gazeta de Frankfurt</i>	1615 a 1690	Egenolpf Emmel	Frankfurt
<i>Unvergreiffliche Postzeitungen</i> (a partir de 1621)	1617		Frankfurt
<i>Berlin einkommende Ordinar und Postzeitungen</i> (a partir de 1658)	1617		Berlim
<i>Diarium Hepdomadale oder Wochentliche Aviso</i>	1618	Theobald Schönweter	Frankfurt

²²⁸ O título completo é: *Relation: Aller Fürnemmen und gedenckwürdigen Historien so sich hin unnd wider in Hoch unnd Nieder Teutschland, auch in Frankreich / Italien – etc. – Inn diesem 1609. Jahr verlauffen und zuzutragen möchte. Alles auff das trewlichst wie ich solche bekommen und zu wegen bringen mag in truck verfertigen viel.* (Relação de todas as notícias notáveis e rejubilantes).

²²⁹ Também chamada de *Gazeta de Estrasburgo*.

<i>Wöchentliche Zeitung auss Mehrerley örther</i>	1618		Hamburgo
<i>Zeitunger auss underschidlichen Ortem</i>	1619	Mertzenich	Estugarda
<i>Raportem das ist Wochentliche Relation</i>	1620		Colónia
<i>Einkommende Zeitung</i> ²³⁰	1650	Timoteo Ritzsch	Leipzig. Saía quatro vezes por semana, em 1635, cinco, em 1636 e seis, entre 1650 e 1652.
<i>Neueinlauffende Nachricht von Kriegs – und Welt-Händeln (Notícia recém-recebida das guerras e do comércio mundial)</i>	1660	Timoteo Ritzsch	Terá saído sete dias por semana, entre 1660 e 1667. Leipzig.
<i>Leipziger Post-Und Ordinari Zeitung</i>	1662		Leipzig
<i>Acta eroditorum</i>	1682		Leipzig
<i>Monatsgespräche</i>	1688	Christian Thomasius	
Fontes: Dias, 2006; Guillamet, 2004; Haffemayer, 2002 ; Raymond, 2012; Schröder, 2001; Scheneider, 1994; Sousa, 2007a e 2008c; Stephens, 1988; etc.			

O quadro 11 apresenta uma colectânea de títulos e informações básicas sobre as principais publicações noticiosas alemãs, periódicas ou seriadas. Destaque para as primeiras, ainda no século XVI, que circularam, mais tarde, por muitos outros países, sendo, muitas vezes, o principal suporte informativo que possuíam.

²³⁰ Sousa (2007a, p. 54) refere que esta publicação surgiu em 1635, mas que, nessa altura, só saía quatro vezes por semana.

Schneider (1994, p. 113) refere que as primeiras publicações periódicas, se bem que semestrais ou anuais, a aparecer foram os almanaques e os calendários, mas estas não eram propriamente noticiosas, apesar de algumas terem um certo conteúdo jornalístico. Destaca, depois, a existência de livros noticiosos, chamados de *messrelationem* que eram semestrais ou anuais, e que reuniam artigos com informações actuais, apresentando cronologicamente os acontecimentos ocorridos durante seis meses. Michael von Aitzing foi um dos primeiros impulsionadores deste tipo de publicações e, para a sua elaboração, baseava-se nas folhas de notícias ocasionais que circulavam por toda a Europa. As suas *messrelationem* saíam normalmente na Primavera e no Outono, quando se celebravam as grandes feiras comerciais em cidades alemães (Pizarroso Quintero, 1994a, p. 48; Schneider, 1994, p. 114). Nestas publicações encontravam-se notícias diversas, ordenadas cronologicamente sobre os variados acontecimentos europeus. Pizarroso Quintero (1994a, p. 48) refere, também, uma outra publicação, igualmente semestral, *Historicae relation is complementum*, assinada por Jacobus Francus.²³¹ O *Mercurius Gallobelgicus* foi também uma importante publicação, mas dela já se falou em ponto anterior deste trabalho (capítulo II).

Os *neue zeitung*, os *postreuter* e as *messrelationem* prepararam, assim, o terreno para “uma procura contínua de notícias”, que só veio a ser satisfeita com publicações mais regulares e que saíssem em períodos mais curtos (Schneider, 1994, p. 114; Schröder, 2001, p. 146-147). Segundo Schneider (1994, p. 114), o primeiro jornal mensal surgiu em terras alemãs em 1597, mais propriamente em Rorschach, e intitulava-se *Annus Christi 1597. Historische erzöhlung der fürnembsten Geschichten und handlungen, so in diesem 1597. Jahr vast in gantzem Europa, denckwürdig abgelauffen. (a. C. 1597. Relação histórica dos principais factos ocorridos em quase toda a Europa neste ano de 1597 e dignos de serem recordados)*. Também ficou conhecido pelo título de *Rorschacher Monatsschrift*. O seu fundador foi Samuel Dilbaum (um publicista de Augsburg) e impressa por Leonhard Straub, em Rorschach, actual Suíça. Samuel Dilbaum seguiu a receita das relações de feira (Schneider, 1994, p. 114).

²³¹ Pseudónimo de Conrand Lautenbach, pregador evangelista da igreja de Santa Catalina.

Já os primeiros semanais apareceram em 1609²³²: o *Relation aller Fürnemmen und Gedenckwürdigen Historien*²³³, editado por Johann Carolus, de Estrasburgo, e do qual Pizarroso Quintero (1994a, p. 50) informa que são conhecidos, só do primeiro ano (1609), 52 números, o que comprova a sua regularidade, e *Avisa Relation oder Zeitung*, publicado em Wolfenbüttel, por Julius Adolph von Söhne, sendo que desta publicação há cinquenta números, do ano de 1609 e 52, de 1610 (Pizarroso Quintero, 1994a, p. 50). Depois destes, vários outros apareceram, em diferentes cidades alemãs, sendo que estas se situavam, sobretudo, ao longo das rotas comerciais (Schneider, 1994, p. 115).

O formato gazeta também teve sucesso por terras alemãs e foi neste século XVII que muitas cidades passaram a dispor de gazetas semanais. Pizarroso Quintero (1994a, p. 50) enumera as seguintes: Basileia (*Ordinäre wochnceitun*, 1610); Frankfurt (sem título fixo, mas obra do impressor Egenolpf Emmel, 1615); Frankfurt (também sem título fixo, até 1617, tendo, a partir de 1621, adoptado o de *Unvergreiffliche Postzeitungen*); Berlim (desde 1617 até 1658, sem título fixo, altura em que passa a chamar-se *Berlin einkommende Ordinar und Postzeitungen*); Frankfurt (*Diarium Hepdomadaleoder Wochentliche Aviso*, 1618, pelo impressor Theobald Schönweter); Hamburgo (*Wöchentliche Zeitung auss Mehrerley örther*, 1618); Estugarda (*Zeitunger auss underschidlichen Ortem*, 1619); Colónia (*Raportem das ist Wochentliche Relation*, chamado também de *Postzeitungen*, 1620, pelo impressor Mertzenich); Zurique (dois semanários, em 1623); Munique (semanário em 1627); Leipzig (imprensa semanal surge no ano de 1632). O autor ressalva que, no entanto, todas estas gazetas, mesmo não sendo de carácter oficial, estavam sujeitas às licenças ou privilégios e eram submetidas à censura (Pizarroso Quintero, 1994a, p. 51). Em 1682, em Leipzig, aparece uma publicação denominada de *Acta eroditorum*, em vários aspectos semelhante ao francês *Journal des Savants*. Anos depois, em 1688, surge *Monatsgespräche*, de Christian Thomasius, publicação de curta duração e de carácter mais literário e filosófico.

²³² Aqueles que, para alguns autores (Dias, 2006; Terrou, 1970), são as primeiras publicações verdadeiramente periódicas e noticiosas da Alemanha e para outros (Chivelet, 2001, p. 12; Guillet, 2004, p. 43), como já foi referido no capítulo II deste trabalho, também os primeiros a nível europeu.

²³³ O título completo é: *Relation: Aller Fürnemmen und gedenckwürdigen Historien so sich hin unnd wider in Hoch unnd Nieder Teutschland, auch in Frankreich / Italien – etc. – Inn diesem 1609. Jahr verlauffen und zuzutragen möchte. Alles auff das trewlichst wie ich solche bekommen und zu wegen bringen mag in truck verfertigen viel.* (Relação de todas as notícias notáveis e rejubilantes ...).

A Guerra dos Trinta Anos revelou-se um manancial de acontecimentos que despertavam a curiosidade e o interesse, daí que, por isso mesmo, Scheneider (1994, p. 115) considere que este período foi

jornalisticamente muito frutuoso. Por um lado, renasceu a propaganda religiosa e política em milhares de panfletos e folhas ocasionais impressas pelas partes implicadas e, por outro, a informação pontual sobre o desenvolvimento da guerra era necessária tanto para o desenvolvimento dos negócios como para a sobrevivência física das pessoas.

Assim, a índole de várias publicações ia variando de acordo com as tendências da guerra. Ora havia jornais de propensão protestante, ora católica, e cada qual procurava veicular as notícias que mais lhes interessava que fossem conhecidas. Pizarroso Quintero (1994a, p. 51), menciona que a riqueza e variedade de publicações semanais no Sacro Império, na primeira metade do século XVII, contrastava com o escasso número de publicações nos outros Estados europeus²³⁴, uma vez que “o Império alemão era um mosaico político e a sua imprensa [reflectia] essa fragmentação”.

Porém, a guerra teve, também, consequências negativas para o jornalismo. Com as regiões alemãs devastadas e exaustas e com o empobrecimento do país, foram poucos os jornais que apareceram depois da década de quarenta, o que foi prejudicial para o desenvolvimento da imprensa alemã. Scheneider (1994, p. 115) usa números para comprovar esta afirmação: entre 1618 e 1648, fundaram-se noventa jornais, a maioria deles semanários²³⁵; a partir desta data e até 1700, foram criados apenas cinquenta. No entanto, é entre estes que se encontram os primeiros diários alemães – *Einkommende Zeitungen*, publicado em Leipzig a partir de 1650, sendo que se chegou a publicar seis vezes por semana e tinha como editor provável Timoteo Ritzsch; o mesmo Timoteo publicou, em 1660, *Neueinlauffende Nachricht von Kriegs – und Welt-Händeln* (Notícia recém-recebida das guerras e do comércio mundial).

²³⁴ O autor dá os exemplos da França ou da Espanha que, por esta altura, centralizavam a sua imprensa semanal na capital, sob o controlo directo do Governo (Pizarroso Quintero, 1994a, p. 51).

²³⁵ No Simpósio “News and the shape of Europe 1500-1750”, decorrida em Londres, nos dias 26, 27 e 28 de Julho de 2013, Jan Hillgaertner proferiu uma comunicação intitulada *Meeting the reader's expectations: the design of early printed newspapers (1605-1689)* onde informou que, relativamente ao design dos primeiros jornais alemães, alguns já eram paginados a duas colunas, outros possuíam uma espécie de índice de assuntos na página inicial, parte deles exibiam ilustrações, etc.

Na passagem para o século seguinte, século XVIII, o jornalismo alemão conheceu uma contínua expansão sem, no entanto, alcançar o desenvolvimento que se registou em França ou Inglaterra.

Apesar da distância a que Portugal se encontrava dos países do Sacro-Império Germânico (distância que, no século XVII, era muita) é provável que algumas das publicações que por lá existiram e circularam tivessem chegado a Portugal, nomeadamente as primeiras a surgir e das quais se diz terem circulado por toda a Europa.

2.7. A reflexão sobre o jornalismo no século XVII

Um facto que demonstra o impacto social dos primeiros periódicos na Europa foi a sua consagração como objecto de estudo e de reflexão por parte da Academia. Efetivamente, a pesquisa e reflexão sobre o jornalismo deram os primeiros passos no século XVII (Días Noci e Hurtado, 2004, p. 11; Sousa²³⁶, 2008b, p. 156 e 2013, p. 181), na mesma altura em que se deu a génese do jornalismo, um pouco por toda a Europa. A partir do momento em que o jornalismo passou a fazer parte da vida pública, foi com naturalidade que se viu surgir a reflexão à sua volta. Tendo sido na Alemanha que apareceram os primeiros diários e em Inglaterra os primeiros periódicos políticos é também com naturalidade que estes países assumem o pioneirismo na reflexão sobre jornalismo.

De acordo com um estudo realizado por Sousa (2008b), uma das primeiras reflexões aconteceu em 1629. Christophorus Besoldus, intelectual alemão, tentou caracterizar, sob o ponto de vista jurídico, as notícias, na sua obra *Thesaurus Practicus*. Um ano depois, em 1630, o jurista alemão Ahasver Fritsch abordou a problemática do uso e abuso nas notícias, no livro *Discursus de Novellarum Quas Vocant Neue Zeitung Hodierno Uso et Abusu*. Em Inglaterra, em 1644, o já referido John Milton elaborou o primeiro discurso a favor da liberdade de imprensa, onde mencionava que havia vantagens em que os cidadãos tivessem acesso aos jornais. A sua obra *Areopagítica*

²³⁶ O autor exclui as críticas de alguns pensadores às *Actas Diurnas* e as advertências medievais às notícias que iam contra a religião e/ou o sistema.

reveste-se, por tal, de uma importância extrema para os estudos jornalísticos. Voltando à Alemanha, já em 1685, Christian Weise publicou a primeira análise de conteúdo da história sobre jornais, nomeadamente sobre os periódicos surgidos na Alemanha entre 1660 e 1676, mostrando acreditar no valor formativo, informativo, utilitário e pedagógico do jornal diário. A sua obra intitulava-se *Nucleus novellarum ab anno 1660 usque 1676* e era o apêndice de um livro. Ainda na Alemanha seiscentista, há a destacar os nomes de Kaspar Von Stieler, Daniel Hartnack, Joham Peter von Ludwig e Adam Rechemberg, todos relacionados com a pesquisa e a reflexão sobre jornalismo (Sousa, 2008b, p. 156 e 2013, pp. 182-183).

Em 1690, tanto em Inglaterra como na Alemanha, a pesquisa e reflexão sobre jornalismo conheceram novos marcos. O inglês John Locke, na obra *Ensaio Sobre o Governo Civil*, teoriza sobre o papel da imprensa livre numa sociedade democrática e liberal e o alemão Tobias Peucer apresenta, na Universidade de Leipzig, a primeira tese de doutoramento sobre jornalismo, intitulada *De Relationibus Novellis*, sob a orientação de Adam Rechenberg. Sousa (2008b, p. 156 e 2013, p. 183) admite que esta tese inaugura, ainda que de forma simbólica, a história das Ciências da Comunicação e representa, ao mesmo tempo, a consagração académica do jornalismo com objecto de estudo²³⁷.

A tese de Peucer surgiu numa altura em que a produção e consumo de periódicos informativos se consolidava e já apontava para o facto de que os temas das notícias encontravam razão de ser em determinados factores. Também abordava a questão da proximidade entre jornalismo e história (Sousa, 2008b, pp. 156 e 159 e 2013, p. 183).

Em Portugal, o primeiro exemplo de reflexão sobre jornalismo surgiu em 1644 e o seu autor foi o capitão Luís Marinho de Azevedo. Num opúsculo, falou sobre a verdade e a mentira jornalísticas a propósito de algumas falsas notícias que circulavam pelo país sobre a Guerra da Restauração. É assim, sob a forma de crítica à imprensa, que

²³⁷ A sua tese foi o primeiro trabalho académico sobre as notícias sujeito a arbitragem (defesa e avaliação pelos pares), razão porque Sousa (2008b, p. 159) considera Peucer como o progenitor dos Estudos Jornalísticos e das Ciências da Comunicação. Sousa (2008b, pp. 159-160) refere ainda que, na sua tese doutoral, Peucer já dá pistas sobre o efeito de agendamento, sobre o efeito de distanciamento social, aborda os constrangimentos que podem ser colocados à produção de notícias, aborda questão da ética jornalística, etc.

nasce a reflexão sobre o jornalismo em terras lusas (Sousa, 2008b, p. 157 e 2013, pp. 184-185).

Capítulo III – Configuração dos sistemas jornalísticos e os periódicos europeus do século XVII – uma comparação entre Portugal, Espanha e França

3.1. Metodologia

Para realizar esta tese, a metodologia escolhida foi a análise comparativa, ou método comparativo, uma vez que se irão comparar diferentes publicações e diferentes sistemas, procurando destrinçar as semelhanças e as diferenças entre elas/eles.

Collier (1993, p. 22) e Gonzalez (2008, p. 4) mencionam que nos anos sessenta, a comparação passou a ser incluída, por vários autores²³⁸, como um dos métodos aplicáveis e que é adequado “quando os dados não podem ser controlados experimentalmente e o número de casos é pequeno”. Por seu lado, Morlini (1994, p. 14) afirma que a comparação é um método particularmente útil no campo investigativo das ciências sociais. Refere o autor que este método se diferencia, entre outras coisas, por permitir controlar a(s) hipótese(s) formulada(s), na medida em que possibilita que se apresentem várias e se defenda aquela que mais interessa (Morlini, 1994, p. 14). Porém Morlini (1994, pp. 15-16) explica que, num trabalho de investigação, o primeiro passo a dar é definir o que se deseja saber, identificar o problema, algo que exige muitas leituras. Só depois se decide qual o método adequado a usar e um dos métodos possíveis é, então, o método comparativo.

²³⁸ Exemplos dados por Collier (1993, p. 22): Merrit e Rokkan, 1996; Kalleberg, 1966; Verba, 1967; Smelser, 1968; Lasswell, 1968; Przeworski e Teune, 1970; Sartori, 1970; Merrit, 1970; Etzioni e Dubow, 1970; Lijphart, 1971; Vallier, 1971; Zelditch, 1971; Arner e Grimshaw, 1973).

As origens do método comparativo podem situar-se em John Stuart Mill²³⁹, em 1843 (Gonzalez, 2008; Truzzi, 2005, etc.). Mill (1983), na obra *Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva*, esclarece o que deveria ser, para si, o raciocínio lógico e científico e refere dois métodos, um que “consiste em comparar os diferentes casos em que o fenómeno ocorre; o outro, em comparar casos em que o fenómeno não ocorre. Esses dois métodos podem ser respectivamente denominados o método de concordância e o método de diferença (Mill, 1843, p. 196). De seguida, define-os: o método de concordância – “se dois ou mais casos do fenómeno objeto da investigação têm apenas uma circunstância em comum, essa circunstância única em que todos os casos concordam é a causa (ou o efeito) do fenómeno”; o método de diferença – “se um caso em que o fenómeno está sob investigação ocorre e um caso em que não ocorre têm todas as circunstâncias em comum menos uma, ocorrendo esta somente no primeiro, a circunstância única em que os dois casos diferem é o efeito, ou a causa, ou uma parte indispensável da causa, do fenómeno” (Mill, 1843, pp. 198-199). Diz Truzzi (2005, s. p.), em relação a estes métodos, que “quando aplicados em conjunto, combinando-se a análise de vários casos positivos com a de vários casos negativos, é possível se chegar a explicações bastante convincentes e elaboradas envolvendo a comparação entre casos.

De acordo com Schneider e Schimitt (1998, p. 31), o método comparativo tem sido empregue das mais diversas maneiras no campo das ciências sociais. Os distintos usos da comparação refletem diferentes posições acerca das relações existentes entre as teorias gerais e as explicações locais, os quadros conceptuais e as técnicas de pesquisa, a formulação de hipóteses e a sua validação.

Segundo os autores, (Schneider e Schimitt, 1998, p. 1),

²³⁹ Gonzalez (2008, p. 1) refere que, no entanto, em 1843 Mill não aplicava este método às ciências sociais. Só mais tarde, com Durkheim (1987, p. 109), é que tal aconteceu, quando este autor afirmou o seguinte: “Não temos senão um meio de demonstrar que um fenómeno é causa de outro, é comparar os casos em que estão simultaneamente presentes ou ausentes, procurando ver se as variações que apresentam nestas diferentes combinações de circunstâncias testemunham que um depende do outro. Quando podem ser produzidos artificialmente à vontade do observador, o método de verificação é a experimentação propriamente dita. Quando, pelo contrário, a produção dos fatos não está ao nosso alcance e não obtemos senão tais quais se produziram espontaneamente, o método a empregar é o da experimentação indireta, ou método comparativo.” (Durkheim, 1987, p. 109).

A comparação, enquanto momento da atividade cognitiva, pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenómenos sociais (1998, p. 49).

Para Schneider e Schimitt, a comparação tornou-se um requisito fundamental em termos de objectividade científica nas ciências sociais, uma vez que, neste campo, se torna difícil (ou mesmo impossível) de aplicar o método experimental (1998, p. 1).

O método comparativo implica, segundo os autores, em uma série de passos que se articulam de forma diferenciada segundo distintas orientações teóricas e metodológicas e que eles apresentam da seguinte forma:

- 1) A selecção de duas ou mais séries de fenómenos que sejam efetivamente comparáveis.
(...)
- (ii) A definição dos elementos a serem comparados.
(...)
- (iii) A generalização.
(Schneider e Schimitt, 1998, pp. 34-36)

Estes autores fazem ainda uma revisão de alguns estudos clássicos, onde se discursou sobre o método comparativo (Schneider e Schimitt, 1998).

Um dos autores clássicos é Durkheim [Durkheim, E. (1985). *As regras do método sociológico*. São Paulo, Editora Nacional], que estudou essencialmente o uso da comparação na sociologia. Para Durkheim, a pesquisa comparada é o ponto intermediário entre a complexidade dos objectos no seu estado bruto e a possibilidade de o conhecimento científico poder estabelecer explicações generalizáveis. Para empregar o método comparativo de maneira científica, deve tomar-se por base das comparações instituídas a seguinte proposição: a um mesmo efeito corresponde sempre uma mesma causa. Pela variação simultânea ou pelo simples paralelismo de uma variável, pode verificar-se se a causa é permanente e, neste caso, verificar se há uma lei de explicação. A simultaneidade é a prova de que uma causa existe em dois fenómenos e que, portanto, tende a produzir os mesmos efeitos e ter funções semelhantes. Ou seja,

há um só meio para demonstrar que um fenómeno é causa de outro, e esse meio é a comparação de casos em que estão simultaneamente presentes ou ausentes, procurando ver se as variações que apresentam nestas diferentes combinações de circunstâncias testemunham que um depende de outro (Schneider e Schimitt, 1998, pp. 18-19).

Também analisam a obra de Max Weber [Weber, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo, Cortez / Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.], que se dedicou ao estudo do uso da comparação nas ciências da cultura. Segundo este autor, a comparação baseia-se numa estratégia centrada na busca, não do paralelismo existente entre variáveis ou séries de variáveis, mas sim na comparação entre casos históricos verificados na sua diversidade e singularidade (Schneider e Schimitt, 1998, p. 29).

Outros autores que abordaram, nos seus estudos, a questão do método comparativo nas ciências sociais foram Skocpol e Somers (1980). No seu trabalho os autores identificam três tipos de análise comparativa. O primeiro desses tipos compreende os estudos dedicados ao exame sistemático da co-variação existente entre os casos, procurando gerar e controlar hipóteses. Numa segunda categoria, situam-se os trabalhos nos quais o investigador analisa uma série de casos “com o objetivo de mostrar que muitos deles podem ser iluminados de maneira útil mediante um conjunto de conceitos e categorias ou por um modelo concreto”. Neste caso não existe um controle efectivo da teoria, mas uma espécie de demonstração paralela. Ainda que este tipo de abordagem não permita falsear uma teoria, cumpre um papel importante no processo de elaboração de teorias, pelo menos no campo dos estudos internacionais. Um último enfoque, identifica do como “contraste de contextos”, consiste na comparação de dois ou mais casos, buscando pôr em evidência suas diferenças recíprocas (Skocpol e Somers, 1980, pp. 176-183).

Como modo de interligar essas diferentes perspectivas de análise, Skocpol e Somers (1980, pp. 196-197) propõem a noção de “ciclo de investigação”. A debilidade presente em qualquer uma dessas perspectivas analíticas pode servir como estímulo para que o pesquisador venha a recorrer a qualquer um dos outros enfoques:

um estudioso que recorre à “demonstração paralela”, pode introduzir uma nova teoria, tratando de demonstrar como se aplica a muitos casos; assim um estudioso voltado para o “controle das hipóteses”, pode observar que essa teoria não se adapta a determinados casos e, em nível comparativo, formular e verificar hipóteses sobre em que caso se adapta ou não. Por sua vez, um estudo orientado para o “controle das hipóteses”, que confronta contextos distintos de maneira demasiado apressada, pode produzir uma investigação por “contraste de contextos”, na qual outro investigador trate de dar conta, com maior previsão, do significado da diferença entre contextos.

A noção de ciclo de investigação permite situar o uso do método comparativo dentro de um campo teórico-metodológico abrangente, composto por múltiplas estratégias de abordagem dos objectos empíricos. É inegável, no entanto, que a comprovação e formulação de determinadas hipóteses continua sendo, para a maioria dos autores, um dos principais objectivos do método comparativo, como menciona Marc Bloch (*in* Targa, 1991, pp. 265-271):

aplicar o método comparativo no quadro das ciências humanas consiste (...) em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos.

Bloch (*in* Targa, 1991, pp. 265-271) identifica dois momentos inerentes ao método comparativo: um momento analógico, relacionado à identificação das similitudes entre os fenómenos, e um momento contrastivo, no qual são trabalhadas as diferenças entre os casos estudados.

Sartori (1994), também procura definir o método comparativo e identifica-o como uma especialização do método científico em geral, identificando quatro técnicas de verificação utilizáveis nas ciências humanas: os métodos experimental, estatístico, comparado e histórico. Para o autor, comparar implica fundamentalmente encontrar semelhanças e diferenças, o que pode ser feito pelo uso da classificação, na qual as categorias devem ser mutuamente excludentes. As estratégias comparativas são escolher os sistemas mais semelhantes ou os sistemas mais diferentes (Sartori, 1994, p. 40).

O autor explora também a questão “do que é comparável?”, afirmando que “comparar implica assimilar e diferenciar nos limites” e que as comparações que interessam “são aquelas que se levam a cabo entre entidades que possuem atributos em parte compartilhados (similares) e em parte não compartilhados (não comparáveis)”. Por

vezes, quem compara “sublinhará as semelhanças, outras as diferenças, e prestará atenção às diferenças nos contextos similares ou buscará por analogias em sistemas diferentes.” (Santorini, 1994, p. 35 e p. 40).

Collier (1993) é outro dos autores que disserta sobre o método investigativo em discussão: o comparativo. Diz o autor que “a comparação é uma ferramenta fundamental de análise” e que “agudiza o nosso poder de descrição, e joga um papel fundamental na formação de conceitos enfocando similitudes sugestivas e contrastes entre casos” (Collier, 1993, p. 21). Para Collier (1993, p. 21) a comparação utiliza-se de maneira rotineira na avaliação de hipóteses e pode contribuir para a descoberta indutiva de novas hipóteses e à formação de teorias”. O autor defende, ainda, que os estudos mais interessantes que usam o método comparativo são aqueles que se concentram num número menor de casos (Collier, 1993, p. 28).

Ao estabelecer comparações entre os sistemas jornalísticos e entre as publicações noticiosas periódicas que estes sistemas geraram, conseguir-se-á descobrir regularidades e transformações e perceber se a imprensa Seiscentista foi ou não um produto do seu tempo e do seu espaço e se foi ou não resultado de relações políticas, sociais, etc.; ao identificar continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, alcançar-se-á conhecimento sobre relações entre países e povos e poder-se-á falar em modelos e tipologias comuns e em identidade própria e/ou global.

Para determinar o *corpus* usado na comparação, algumas condições foram tidas em conta. Definidos os países a estudar (Portugal, Espanha e França – os mais próximos geograficamente, com sistemas políticos semelhantes, com relações do mais variado tipo entre si e com uma língua de origem comum), procurou delimitar-se concretamente quais foram as primeiras publicações noticiosas periódicas desses países, procurando que a escolha fosse o mais consensual possível. Para tal, explicar o que se entende por periódico ou, mais arrojadamente²⁴⁰, jornal é importante para explicar o *corpus* usado nesta investigação. Os critérios essenciais para uma definição de periódico, segundo Raymond (2012, p. 178) são então: 1) ter periodicidade regular (ou frequência na

²⁴⁰ Arrojadamente, pensando na associação deste termo às publicações periódicas seiscentistas.

publicação); 2) ser seriado (cada novo número ser continuação do anterior); 3) apresentar numeração; 4) mostrar continuidade no formato e no título; 5) oferecer heterogeneidade nas notícias; 6) ser alvo de publicação (ter um público como destino). O respeitar simultaneamente todos estes critérios foi razão para inserir a publicação no *corpus* que se vai apresentar. Assim, foram consideradas como primeiras publicações noticiosas periódicas Seiscentistas de cada um dos países estudados (Portugal, Espanha e França) quatro “jornais”: a *Gazeta* da “Restauração” e o *Mercúrio Português*, em Portugal, englobando um período que vai desde 1641 a 1667²⁴¹; a *Gaceta Nueva*, futura *Gaceta de Madrid*, de Espanha, desde a sua fase inicial, 1661, até 1662²⁴²; e a *Gazette* de França, desde 1641, ano em que se iniciou a publicação da *Gazeta* portuguesa, também até ao final da publicação do *Mercúrio*, com um interregno durante o período em que não houveram publicações portuguesas (1647-1663). Serão estas publicações, dentro deste período, que se irão comparar. Especificamente, comparar-se-ão as suas características jornalísticas: o seu *design*, o seu discurso, o trajecto da informação que veiculavam, o sistema jornalístico em que se inseriam e em que circulavam. Verificar-se-á, ainda, se durante a sua segunda fase de publicação, a *Gazeta* se limitou, como alguns autores afirmam (Cunha, 1941; Tengarrinha, 1989) a ser um modelo, uma cópia da *Gazette*, traduzindo simplesmente para a publicação portuguesa os conteúdos da francesa ou se não, se teve conteúdos originais e notícias de produção própria.

²⁴¹ A inclusão dos dois periódicos portugueses, ao invés de apenas o primeiro a surgir, tem, as seguintes justificações: 1) a *Gazeta* e o *Mercúrio* tiveram um período de existência inferior ao das outras publicações – a *Gazeta* durou seis anos, com interrupções, e o *Mercúrio* durou quase cinco anos. Ora, tanto a *Gaceta de Madrid*, como a *Gazette*, se bem que também com interrupções e mudanças, tiveram durações muito mais longas; 2) em Espanha e em França, as publicações em análise tiveram uma existência “algo solitária” sem que nenhuma outra “lhe tenha feito sombra”, o que já não aconteceu em Portugal – *Gazeta* e *Mercúrio*, cada uma a seu tempo, tiveram importância semelhante; 3) para se poder fazer uma comparação principalmente entre os periódicos, mas também entre os sistemas jornalísticos de Portugal, Espanha e França foi preciso incluir o *Mercúrio Português* no *corpus* da análise uma vez que quando se começou a publicar aquela que é a primeira publicação periódica espanhola (ou aquela que mais investigadores consideram a primeira), a *Gaceta Nueva*, a *Gazeta* portuguesa já não era publicada.

²⁴² Altura em que foi suspensa. Estes dois primeiros anos de publicação da *Gaceta* não coincidiram com a circulação de periódicos em Portugal. Porém, tanto porque as datas são próximas, como porque um dos principais temas era o mesmo (as novas sobre a Guerra da Restauração), os números de 1661 e 1662 da *Gaceta* serão incluídos na comparação. Quando regressou, e independentemente da data (os autores não são unânimes em estabelecer quais são e não as publicações que devem ser consideradas continuação da *Gaceta*, mas o mais certo é ter sido em 1676 ou 1677 – pelo menos é dessa altura que há provas físicas) já não se publicava o *Mercúrio Português* há muitos anos, pelo que não se justifica a inclusão destes números posteriores.

Quadro 11

Primeiras publicações noticiosas periódicas Seiscentistas – *corpus* da investigação

Título	Período em análise	Redactor (es)
<i>Gazette</i>	1641 a 1647 e 1663 a 1667	Théophraste Renaudot
<i>Gazeta</i> “da Restauração”	1641-1647	Manuel de Galhegos (Novembro de 1641 a Julho de 1642) João Franco Barreto (Outubro de 1642 a Junho de 1645) Frei Francisco Brandão (a partir de Julho de 1645)
<i>Gaceta Nueva</i>	1661 a 1662 ²⁴³	Francisco Fabro Bremundan
<i>Mercúrio Português</i>	1663-1667	António de Sousa de Macedo (Janeiro de 1663 a Dezembro de 1666) Anónimo (Janeiro a Julho de 1667)

3.2. Os sistemas jornalísticos europeus no século XVII

Como ficou exposto, o século XVII marcou o início do jornalismo, mais cedo ou mais tarde, um pouco por toda a Europa. Num continente que nascia para a modernidade, apesar de devastado pelas guerras, “o dar a conhecer, mais do que o dever de informar, tornou-se preocupação de dirigentes e de grandes estadistas que nasciam para a História” (Espírito Santo, 2010, p. XVII). Após diversos protótipos de publicações pré-jornalísticas, surgiram as primeiras publicações noticiosas periódicas e enraizou-se a ideia, na sociedade seiscentista, sujeita a grandes transformações e mudanças, de que a informação era mais do que necessária. Havia, como tal, grande

²⁴³ A publicação esteve interrompida entre 1663 e 1667, altura em que se publicou o *Mercúrio Português*. No entanto, decidiu incluir-se na análise os dois primeiros anos de publicação da *Gaceta*, uma vez que, dada a proximidade com a publicação do *Mercúrio*, terão tido certamente aspectos comparáveis e temas muito próximos, uma vez que ainda se disputava a Guerra da Restauração. E como nenhuma outra publicação noticiosa periódica foi publicada em Espanha neste espaço de tempo, a inclusão dos números da *Gaceta* entre 1661 e 1662, ainda que num período em que não se publicaram periódicos em Portugal, é ainda mais pertinente.

receptividade para as notícias e para os periódicos e, aos poucos, estes deixaram de estar limitados às audiências formadas pelas altas elites políticas, religiosas e sociais. Havia, também, toda uma rede de interesses políticos e comerciais em torno da informação (Días Noci e Hurtado, 2003, p. 24). A génese do jornalismo europeu é mesma associada à criação de determinadas estruturas políticas, mas o seu discurso já é referido como sendo escrito em função das condições de mercado (Espejo, 2012, p. 124). A autora sugere, ainda, que esta génese deve ser entendida como um todo, como uma rede à escala europeia, “cruzada por inúmeros pontos de encontro e de fuga” e “como um poderoso agente de construção de uma nova comunidade”, repleta de curiosidade, tanto por parte dos governantes como dos súbditos, pelos assuntos públicos (Espejo, 2012, p. 124).²⁴⁴

No entanto, e como também já ficou patente, a forma como o jornalismo surgiu e se consolidou nos distintos países europeus teve contornos próprios. Cada nação soube aproveitar, ao seu tempo e à sua medida, os benefícios da imprensa. Atendendo às necessidades quer dos seus promotores/redactores, quer do seu público, este produto foi-se moldando e adquirindo características próprias e particulares, sendo, no entanto, possível perceber alguns pontos coincidentes, tanto entre os sistemas jornalísticos surgidos, como entre os periódicos que cada sistema criou. Inerente a estas particularidades e generalidades estão variados factores (políticos, económicos, sociais, religiosos, etc.) que marcaram a história da génese do jornalismo em cada um destes países.

²⁴⁴ Guillaumet (2012, pp. 264-265) enumera aquelas que são para si as bases históricas do jornalismo: “a circulação das notícias, condição prévia e necessária que alimenta desde o século XV um mercado de publicações manuscritas, anterior ao nascimento da imprensa periódica; a periodicidade, cujo processo de formação em finais do século XVI e durante todo o século XVII, marca o nascimento da imprensa periódica; a relação com o poder político, que não só condiciona os conteúdos dos periódicos, como também a sua própria existência e tipologia; a forma e o design dos periódicos que, ainda que não se diferenciam muito dos livros, introduzem a novidade da sua ligeireza, da variedade do seu conteúdo e do esforço em ordenar os textos noticiosos de forma sucessiva, de uma maneira prática para uma composição fácil e rápida leitura; a cultura profissional, resultado da aparição de actividades específicas de elaboração e composição dos periódicos, a especialização do estilo literário e técnico e a sua elaboração teórica; a liberdade de imprensa, cujo estabelecimento sucessivo nos principais países dará à imprensa novas e amplas possibilidades e acalantar o desenvolvimento pleno do jornalismo; o público, cuja demanda justifica a aparição da imprensa, que durante mais de dois séculos se limita aos sectores culturais e às elites da sociedade, cuja ampliação, gostos e interesses determinaram o crescimento e até as crises da imprensa; o custo e o preço, que nem sempre coincidiram e cuja evolução histórica produziu momentos de expansão, outros de crise (...)”.

Estes modelos de comunicação que se estabeleceram nesta altura na Europa são aqueles que estão hoje em dia, com as necessárias alterações e actualizações, estão vigentes (Días Noci e Hurtado, 2003, p. 24; Dooley, 2001, p. 291).

3.3. Os periódicos europeus do século XVII – uma comparação entre Portugal, Espanha e França

i. Portugal: *Gazeta “da Restauração”* e *Mercúrio Português*

Neste século XVII, destacaram-se, a nível jornalístico, a *Gazeta “da Restauração”* e o *Mercúrio Português*, periódicos que marcaram o início e o fim de um ciclo bastante atribulado da História de Portugal. Serão estas publicações que, já analisadas no capítulo anterior, se compararão, de seguida, com outras publicações congéneres europeias.

A *Gazeta “da Restauração”* e o *Mercúrio Português* são então consideradas publicações jornalísticas, uma vez que tornaram informação pública, apresentaram periodicidade, possuíram carácter noticioso, publicaram notícias generalistas que interessaram à quase universalidade das pessoas, disponibilizaram informação actual (actual, para a época) e possuíram um título unificador durante o período em que foram publicadas.

Tabela 1	
Publicações seiscentistas periódicas portuguesas – características jornalísticas <i>Gazeta “da Restauração”</i>	
Critérios jornalísticos	
Periódica	Sim.
Apesar de a sua publicação ter estado interdita durante alguns meses (Agosto e Setembro de 1642), por imposição régia, a <i>Gazeta</i> cumpriu o princípio da periodicidade. Era mensal. Até aos dias de hoje chegaram 37 números desta publicação: Novembro e Dezembro de 1641; Janeiro a Julho de 1642 mais dois	

números em Outubro, dois em Novembro e um em Dezembro do mesmo ano; em 1643, saiu de Março a Julho e de Setembro a Dezembro; no ano de 1644, saiu um número em Fevereiro, outro em Março/Abril, Maio/Junho, Julho/Agosto e Dezembro; em 1645 saiu nos meses de Janeiro, Junho, Julho e Agosto; de 1646, existem três números, de Julho/Agosto, Setembro/Outubro e de Novembro; por fim, em 1647, saiu em Agosto e em Setembro. Não se pode afirmar que a *Gazeta*, nos meses aqui não referidos, não tenha saído. Podem simplesmente não ter sido conservados exemplares desses números. De qualquer forma, os números conhecidos são suficientes para provar que a publicação foi periódica e contínua.

Actual	Sim.
---------------	------

A actualidade no século XVII não era o que é nos dias hoje. As notícias da *Gazeta* eram veiculadas com uma frequência mensal, mas não era por isso que perdiam a sua actualidade. Contar no início do mês de Maio o que aconteceu durante o mês de Abril era manter a actualidade necessária. Atente-se no quadro seguinte, onde se mostra o mês de publicação da *Gazeta* e a data em que esta foi posta em circulação.

Quadro 12 – Data de circulação pública da *Gazeta*

Mês e ano de publicação	Correu em:
Novembro 1641	3 de Dezembro de 1641
Dezembro 1641	11 de Janeiro de 1642
Janeiro 1642	11 de Fevereiro de 1642
Fevereiro 1642	[8 de Março de 1642]
Março 1642	[10 de Abril de 1642]
Abril 1642	[9 de Maio de 1642]
Maio 1642	[14 de Junho de 1642]
Junho 1642	15 de Julho de 1642
Julho 1642	19 de Agosto de 1642
Outubro 1642 (primeira)	[8 de Novembro de 1642]
Outubro 1642 (segunda)	[10 de Novembro de 1642]
Novembro 1642 (primeira)	[5 de Dezembro de 1642]
Novembro 1642 (segunda)	[23 de Dezembro de 1642]
Dezembro 1642	[24 de Janeiro de 1643]
Março 1643	[28 de Março de 1643]
Abril 1643	[23 de Maio de 1643]
Maio 1643	[10 de Junho de 1643]
Junho 1643	[13 de Julho de 1643]
Julho 1643	[11 de Agosto de 1643]
Setembro 1643	[21 de Outubro de 1643]
Outubro 1643	[3 de Outubro de 1643]
Novembro 1643	[17 de Dezembro de 1643]
Dezembro 1643	[21 de Janeiro de 1643]
Janeiro 1644	[Omisso]
Fevereiro 1644	[18 de Março de 1643]
Março e Abril 1644	[Omisso]
Maio e Junho 1644	[9 de Julho de 1644]
Julho e Agosto 1644	[13 de Setembro de 1644]
Janeiro 1645	[10 de Fevereiro de 1645]
Junho 1645	[Omisso]
Julho 1645	[Omisso]

Agosto 1645	[Omisso]
Julho e Agosto 1646	[Omisso]
Setembro e Outubro 1646	[30 de Outubro de 1646]
Novembro 1646	[Omisso]
Agosto 1647	[27 de Setembro de 1647]
Setembro 1647	[Omisso]
Fonte: Sousa, coord. <i>et al.</i> , 2011, pp. 59-64.	

Como se pode verificar pelo quadro acima, decorria sempre um prazo de algumas semanas entre a produção da prova tipográfica inicial e a distribuição pública da *Gazeta*. Mesmo assim, pode falar-se em actualidade, uma vez que se estava no século XVII e, nesta altura, as notícias mantinham-se actuais por muito tempo.

Discurso	Noticioso, mostrando-se ora factual, ora propagandístico.
-----------------	---

A principal função da *Gazeta* foi mesmo “noticiar”, informar. A grande maioria das matérias deste periódico, 99%, são notícias (Sousa, coord. *et al.*, 2011, pp. 3312-3313).

Atente-se em alguns exemplos:

Gazeta do Mês de Maio de 1642

“Vieram algumas naus de França, as quais trouxeram muitos soldados portugueses que militavam por El-Rei Dom Filipe nas praças da Catalunha.

O General Martim Afonso de Melo mandou algumas tropas de gente sobre a Codiceira vila de Castela, na qual entraram. E depois de fazerem recolher o inimigo com grandíssimo dano, foram saqueando o lugar e se pôs fogo à maior parte dele.

Estão declarados os capitães da armada Real que se vai aprestando para sair este Verão, que consta de famosos galeões do Estado.”

Gazeta do Mês de Julho de 1642

“No princípio deste mês escreveu-se da Província do Alentejo que no dia de São João vieram os inimigos a Olivença e que os nossos os fizeram retirar com a morte de muita gente.

António Teles da Silva foi governar o estado do Brasil.

Veio El-Rei nosso Senhor da sua quinta de Alcântara com toda a Casa Real.”

Gazeta do Mês de Agosto de 1645

“Na nossa fronteira do Alentejo, entrou Fernão Martins de Ayala, tenente do capitão Manuel Gama, filho de Fernão Gomes da Gama, quinze ou dezasseis léguas por Castela dentro, só com nove homens, e entre Trujillo e Mérida encontrou o conde de Zinguen, natural de Bruxelas, cavaleiro do Tosão, mancebo de alguns 24 para 25 anos, o qual vinha à ligeira com três criados, em mulas de aluguer, a caminho de Badajoz, a servir o general de cavalaria, porquanto ao barão de Molinguen havia El-Rei Católico feito mestre de campo general, e fez ao dito conde prisioneiro e trouxe-o a Elvas, de onde passou para o castelo de Belém.”

No entanto, sem deixarem de ser noticiosas com carácter factual, as matérias apresentavam, por vezes, um carácter propagandístico. De facto, em algumas notícias faz-se a propaganda da Restauração, tanto de forma directa (como, por exemplo, nos dois primeiros exemplos que seguem abaixo, em que se mostra a popularidade de D. João IV no estrangeiro) como indirecta (como, por exemplo, no terceiro exemplo, onde se realça a derrota de Castela, procurando um rebaixamento da nação, do seu rei e/ou dos seus aliados). Atente-se nos exemplos:

Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642

“Mas nem por isso deixou o povo [de Roma] de se alvoraçar. Homens e mulhães andavam como doidos pelas ruas gritando *VIVA 'L RE D. GIOVANNE L 'Quarto.*”

Gazeta do Mês de Novembro de 1646

“Pôs-se um retrato de El-Rei Nosso Senhor numa sala do palácio do embaixador de França, despovoando-se Roma para o ver, e todos os pintores faziam infinitas cópias, que se compravam para adornar as casas em Roma e mandar a outras partes.”

Gazeta do Mês de Junho de 1645

“Tomaram os holandeses a capitania de Dunquerque e os franceses dois navios que o castelhano mandava com dinheiro para socorro de algumas praças.”

Mostra-se assim que, embora pudesse fazer propaganda da Restauração, de forma mais ou menos clara, a primeira intenção da *Gazeta* foi mesmo a de veicular informação, a de noticiar, mesmo dentro das limitações do tempo e da conjuntura da época.

Apresenta publicidade

Não

Design

te o General, & algũs officiaes lhe escaparão. Veyo prifoneiro Dom
Diego de Mers, Governador do Regimento do Conde Duque, com
4. officiaes, todos os mais morrerão; trouxerão os Francefes del'pojos,
em que vinhão dez peças de artilheria. Depois d'isto se juntarão os
Castelhanos, que estauão da outra parte da ribeira, & vierão pallan-
do a hũs tras ontros com animo de se vingarem. Porem Monfiur de
la Mota fez que se retiraua, & alli como vio pallados seiscientos in-
fantes, voltou sobre elles, & matou quatrocentos, & os de mais ca-
tiuou. Foy grandissimo o estrago, que ouue em todos estes encon-
tros: morrerão nouecentos Castelhanos, & vierão prifoneiros qua-
trocentos, entre os quaes auia fincoenta officiaes. No exercito dos
Francefes, perecerão cẽ homẽs, os mais delles soldados velhos, & al-
gũs Monfiures. Sahio ferido o Mariscal de Camp, Monfiur de Ter-
rail, Monfiur de Landricou, Monfiur de Bais, Monfiur de Iaceti,
o lugar Tenete de Tunnus, o cavalleiro de Sauuaise, & Monfiur de
Pleis Capitão de carauinas: veyo prifoneiro, & ferido o Monfiur
de Sanctilario.
Morreo o Duque de Pernon, que era o mais velho dos Princeses
de França, & prifou cõ Luis vndecimo, & cõ 3. antecessores seus.
O Conde de Guebrian Capitão General del Rey Chriftianissimo
em Germania, pallando o rio Reno aos 14. de Janeiro cõ 700. ho-
mẽs, & 5. peças de Campanha por hũa ponte de barcas, q se fez em
Vuefel, acompanhado do Conde de Eberstein, foy até a Cidade de
Ordinuen, donde teue auiso de que Lamboy General do Empera-
dor estaua fortificado no Pais de Kenpen cõ 9000. homẽs esperan-
do ao General Hazfeld, para q jũtos fôrmaẽ hũ exercito de 18000.
homẽs. Poze logo ao caminho com animo de efroutar que se jun-
tassem. Estaua o Lamboy nũ fortissimo reparo cõ feis para peitos, &
cõ 10. batalhoẽs de infantaria, & às suas espaldas em hum lhano a
caualleria de socorro. Numa parte da fortificação auia hũa Diga de
12. pẽs de alto, q se chamaua Landuert, & hũa grade fôrta: & ao re-
dor das

Figura 2 – Página interior da *Gazeta*



Figura 3 – Capa do mês de Janeiro de 1642 e de Novembro de 1641 da *Gazeta*

Formato	<i>In-quarto</i> – 13,5x19 centímetros
Apresenta frontispício	Não (apenas o primeiro número apresenta frontispício).

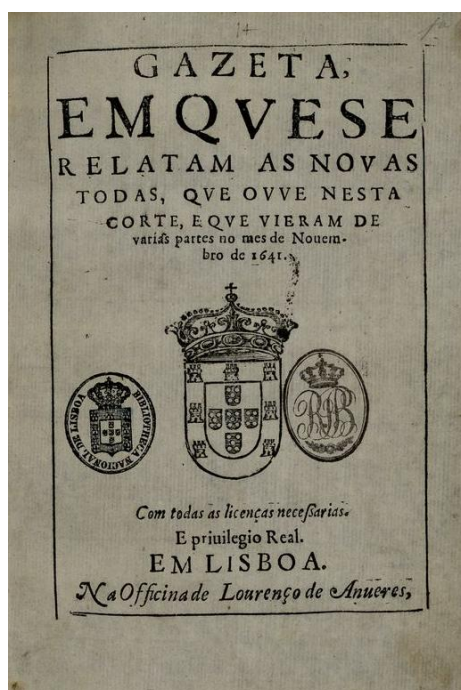


Figura 4 – Capa do primeiro número da *Gazeta*, de Novembro de 1641, o único que apresenta frontispício

Apresenta título	Sim. Surgia em maiúsculas: “GAZETA EM QUE SE RELATAM...” OU
-------------------------	---


	“GAZETA DO MÊS DE...”.
Paginação	Uma coluna. Muito pontualmente, duas.
Letra capitular	Presente.
Colocada no início da primeira notícia. Muitas vezes era também ornamentada – isto durante a primeira fase de publicação.	
 <p>O principio do mes vierão da Cidade de Badajôs trinta Castelhanos de caualllo,& chegarão denoite aos campos de Eluas,& numa herdade,aque chamão a Elscriuan,& noutras circunuiñhas, dêrão em quantidade de bois,& de ouelhas, & sem acharem embaraço, seforão com a presa.mas veio hũ pastor a Eluas a dar auiso ao General,& logo fahio o Tenen-</p>	
<p>Figura 5 – Exemplo de letra capitular ornamentada usada na primeira fase de publicação da Gazeta</p>	
Na segunda fase da gazeta, colocava-se letra capitular no início de cada grupo de notícias.	
<p>carão cõ grãde admiração. 12. q̃ hũ cãdea se acêdeopor simelma é a capella dos paços do mefmo Duq̃. Os fuceffos farão ver a verdade,ou para melhor difer, vaidade deftes agouros.</p> <p><i>De Lião aos 10. de Março de 1643.</i></p> <p>Esta fomanã passou por esta Cidade,caminho da Corte, o senhor de la Iarrie- Montigni,gentilhomem do Embaixa- dor de França em Roma,oqual partio de Roma aos vinte do</p>	
<p>Figura 6 - Exemplo de letra capitular usada na segunda fase de publicação da Gazeta</p>	
Número de página	Não. Apenas se refere, e de forma irregular, o número do caderno resultante da dobragem da folha de impressão, e, quando tal acontece, este surge em rodapé e centrado.
Apresenta imagens, desenhos, gravuras	Apenas um número.
Surge uma iluminatura no mês de Janeiro de 1642.	



Figura 7 – Iluminatura com a face de uma mulher, presente na *Gazeta* do mês de Janeiro de 1641

Referências administrativas (taxas, licenças, impressores, etc.)	Sim.
--	------

Surgiam, por norma, na última página. O símbolo do privilégio real aparece, frequentemente, no início de cada número.

EM LISBOA.

Com todas as licenças necessarias.

Na Officina de Domingos Lopez
Rosa. Anno de 1642.

Esta Gazeta está conforme com o
seu original. Em sam Domingos de Lis-
boa, 11. de Feuereiro de 642.

O D. Fr. Ignacio Galvão.

Visto estar conforme com o original, pode correr esta
Gazeta. Lisboa 11. de Feuereiro de 642.
*Fr. João de Vasconcellos, Peãro da Sylva.
Francisco Cardoso de Torneo.*

Taxaõ esta Gazera em 6. reis em papel. Lisboa. 12. de Fe-
uereiro de 1642.
João Pinto Ribeiro. Meneses.

Com priuilegio Real.

Figura 8 – Referências administrativas na última página do número de Fevereiro de 1642 da *Gazeta*

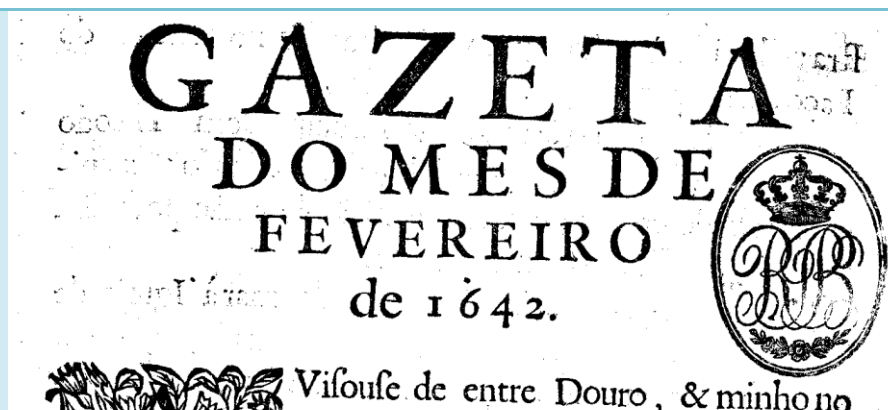


Figura 9 – Símbolo do privilégio real, na capa do número de Fevereiro de 1642 da *Gazeta*

Secções

Sim.

Na primeira fase da *Gazeta*, a publicação apresentava duas secções: a primeira, sem título, com notícias domésticas e uma segunda, com o título “Novas de Fora do Reino”, contendo, como o nome indica, notícias do estrangeiro.

Na segunda fase da *Gazeta*, as notícias eram iniciadas pela referência ao local de proveniência das mesmas, bem como à data em que terão acontecido ou que terão sido recolhidas.

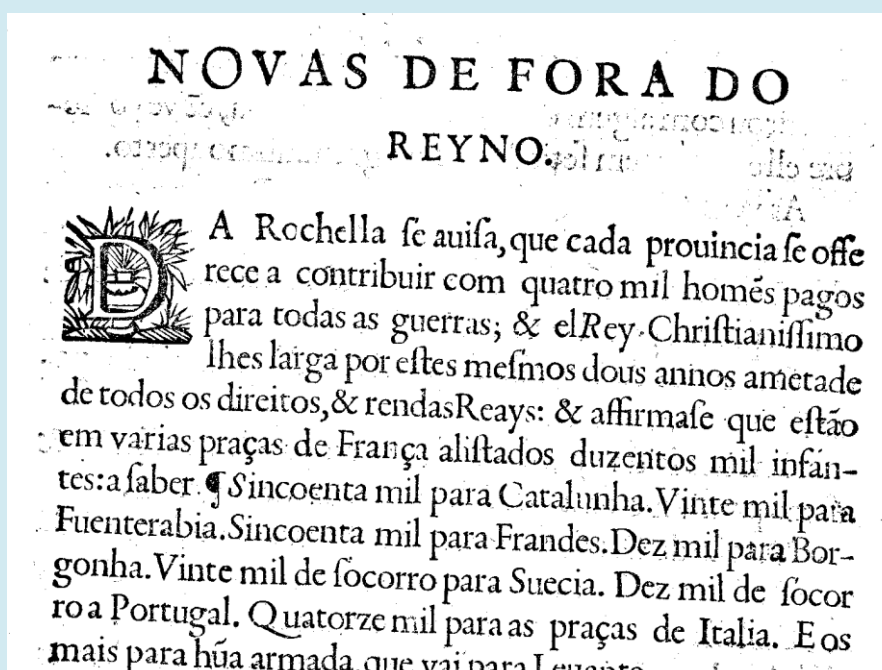


Figura 10 – Secção “Novas de Fora do Reino” da *Gazeta*

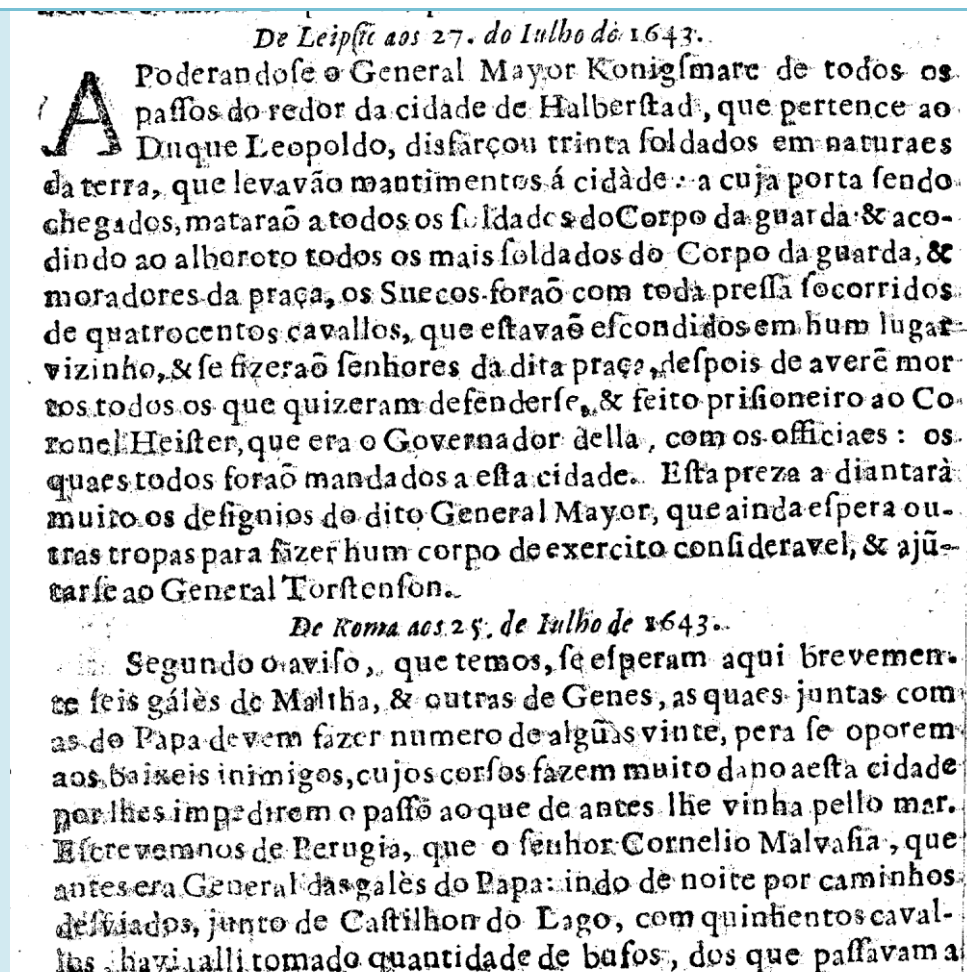


Figura 11 – “Secções” na segunda fase da *Gazeta*

Título

Regular

Pode dizer-se, à luz da época, que sim.

Quadro 13 Títulos e datas de publicação da *Gazeta*

Mês e ano de publicação	Título e eventual “manchete”
Novembro 1641	<i>Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641</i>
Dezembro 1641	<i>Gazeta do Mês de Dezembro de 1641</i>
Janeiro 1642	<i>Gazeta do Mês de Janeiro de 1642</i>
Fevereiro 1642	<i>Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642</i>
Março 1642	<i>Gazeta do Mês de Março de 1642</i>
Abril 1642	<i>Gazeta do Mês de Abril de 1642</i>
Maior 1642	<i>Gazeta do Mês de Maio de 1642</i>
Junho 1642	<i>Gazeta do Mês de Junho de 1642</i>
Julho 1642	<i>Gazeta do Mês de Julho de 1642</i>
Outubro 1642 (primeira)	<i>Gazeta Primeira do Mês de Outubro de Novas Fora do Reino</i>

Outubro 1642 (segunda)	<i>Gazeta Segunda do Mês de Outubro de Novas Fora do Reino</i>
Novembro 1642 (primeira)	<i>Gazeta Primeira do Mês de Novembro de Novas Fora do Reino</i>
Novembro 1642 (segunda)	<i>Gazeta Segunda do Mês de Novembro de Novas Fora do Reino</i>
Dezembro 1642	<i>Gazeta Primeira e Segunda do Mês de Dezembro de Novas Fora do Reino</i>
Março 1643	<i>Gazeta do Mês de Março de 1643</i>
Abril 1643	<i>Gazeta do Mês de Abril de 1643 de Novas Fora do Reino Com o Protesto Que Fez a Sua Santidade o Bispo de Lamego, Embaixador deste Reino de Portugal Quando Saiu de Roma</i>
Maió 1643	<i>Gazeta do Mês de Maio de 1643 de Novas Fora do Reino na Qual Se Relatam Aditamentos à Morte do Padre / Thomas Holanda, da Companhia de Jesus, e Se Contam Vários Tributos e Presentes Que Se Fizeram ao Grão-Turco</i>
Junho 1643	<i>Gazeta do Mês de Junho de 1643 de Novas Fora do Reino / Na Qual Se Conta Um Notável Prodígio, Se Relatam as Rainhas de França Que Tiveram o Governo do Reino e Tutoria dos Filhos e as Cortes Que Se Fizeram em França Depois di Falecimento D'El Rei Luís XIII Cognominado O Justo</i>
Julho 1643	<i>Gazeta do Mês de Julho de 1643 de Novas Fora do Reino</i>
Setembro 1643	<i>Gazeta do Mês de Setembro de 1643 de Novas Fora do Reino / Entre as Quais Se Relata a Presa da Cidade de Thionvilla Com os Artigos das Capitulações</i>
Outubro 1643	<i>Gazeta do Mês de Outubro de 1643 de Novas Fora do Reino / Entre as Quais Se Relata a Viagem do Marechal da Mota em Aragão e o Encontro Que a Armada de França Teve Com a Castelhana na Costa de Barcelona e a Conspiração do Paxá de Alepo Contra o Grão-Turco Com o Sucesso Que Teve</i>
Novembro 1643	<i>Gazeta do Mês de Novembro de 1643 de Novas Fora do Reino / Entre as Quais Se Relata Como o Exército Francês Governado pelo Marechal da Motha Fez Levantar o Cerco de Flix, na Catalunha, Com o Desbaratar dos Castelhanos Diante Daquela Praça</i>
Dezembro 1643	<i>Gazeta do Mês de Dezembro de 1643 de Novas Fora do Reino / Entre as Quais Se Dá Conta da Vitória Que o Príncipe Guilherme de Nassai, Filho do Príncipe de Orange, Teve dos Castelhanos Junto a Anvers, a Qual Foi a Maior Que Naquelas Partes Se Tem Alcançado dos Castelhanos</i>
Janeiro 1644	<i>Gazeta do Mês de Janeiro de 1644 de Novas Fora do Reino Com a Cópia de Uma Carta Escrita de Roma Tocante à Entrada do Príncipe Casimiro na Companhia de Jesus, a Morte do Marechal de Guébriant, General de El-Rei Cristianíssimo, na Alemanha, e Seus Serviços</i>
Fevereiro 1644	<i>Gazeta do Mês de Fevereiro de 1644 De Novas Fora do Reino / Na Qual Se Dá Conta de Dois Sucessos Notáveis</i>
Março e Abril 1644	<i>Gazeta do Mês de Março e Abril de 1644 de Novas Fora do Reino / Em Que Se Dá Conta do Recebimento Que Fizeram em La Rochelle ao Marquês de Cascais, Embaixador Extraordinário de El-Rei de Portugal em França</i>
Maió e Junho 1644	<i>Gazeta do Mês de Maio e Junho de 1644 de Novas Fora do Reino / Em Que Se Dá Conta do recebimento e Entrada Que Fizeram em Paris ao Marquês de Cascais, Embaixador Extraordinário de El-Rei de Portugal em França e Audiência dos Cristianíssimos Reis</i>
Julho e Agosto 1644	<i>Gazeta do Mês de Julho e Agosto de 1644 De Novas Fora do Reino</i>
Janeiro 1645	<i>Gazeta do Mês de Janeiro de 1645 de Novas Fora do Reino / Com</i>

	<i>a Descrição das Cerimónias Que Se Fizeram Antes e Depois da Criação do Nosso S. [Sumo] P. [Pontífice] o Papa</i>
Junho 1645	<i>Gazeta do Mês de Junho de 1645 de Novas Fora do Reino / Na Qual Se Dá Conta da Armada do Grão-Turco, Da Presa e Rendição do Castelo e Cidade de Agramont e Rosas na Catalunha, Com as Capitulações Que o Conde de Plessi-Pressin, Tenente-General do Exército de El-Rei Cristianíssimo Naquele Estado, Debaixo das Ordens do Conde de Harcourt, Vice-Rei e Tenente-General Nele, a D. Diogo, Cavaleiro de Ilhescas, Governador da Dita Praça de Rosas Por El-Rei Católico</i>
Julho 1645	<i>Gazeta do Mês de Julho de 1645 de Novas Fora do Reino / Nas Quais Se Dá Conta da Grande Derrota Que os Castelhanos Tiveram na Catalunha a 22 de Junho Passado, Com a Lista de Prisioneiros, e Que Se Refere o Estado Presente das Coisas de Inglaterra e Irlanda. Dá-se Também Notícia da Entrada Que Por Castela Dentro Fez Dom Rodrigo de Castro e Uma Carta Que de Badajoz Se Diz Escreveram ao Conde de Castelo Melhor, Governador das Armas de El-Rei Nosso Senhor Na Província do Alentejo</i>
Agosto 1645	<i>Gazeta do Mês de Agosto de 1645 de Novas Fora do Reino / Entre as Quais Se Dão as da Armada do Grão-Turco, da Nossa Índia Oriental, da Dieta de Münster e de Roma. E Também Se Referem Algumas da Fronteira do Alentejo</i>
Julho e Agosto 1646	<i>Gazeta do Mês de Julho e Agosto de 1646 de Novas Fora do Reino / Entre as Quais Se Dá Conta da Batalha Naval Que a Armada do Cristianíssimo Rei de França Teve Com a de Castela</i>
Setembro e Outubro 1646	<i>Gazeta do Mês de Setembro e Outubro de 1646 de Novas Fora do Reino / Entre as Quais Se Dá Conta da Chegada da Esquadra Portuguesa a França, Com Outras Circunstâncias Tocantes a Ela e declara-se a Verdade no Tocante a El-Rei de Castela e os Holandeses</i>
Novembro 1646	<i>Gazeta do Mês de Novembro de 1646 de Novas Fora do Reino / Na Qual Se Dá Conta do Estado dos Negócios das Pazes Gerais, das Vitórias dos Franceses na Flandres e Alemanha, da Presa de Furnes e Dunquerque, Com as Capitulações, dos Sucessos Vitoriosos da Armada de França e Esquadra Real de Portugal na Itália, o Estado das Guerras do Turco Contra os Venezianos e dos Consertos [Acordos] de Sua Santidade Com a Casa Berberina</i>
Agosto 1647	<i>Gazeta do Mês de Agosto de 1647 de Novas Foa do Reino / Entre as Quais Se Dá Conta do Levantamento de Nápoles e Sicília Com as Presas de La Bassée e Dixmude Pelas Armas de França e da Grande Vitória Que os Venezianos Tiveram do Grão-Turco no Primeiro de Julho de 1647</i>
Setembro 1647	<i>Gazeta do Mês de Setembro de 1647 de Novas Fora do Reino / Entre as Quais Se Dá Conta de Alguns Levantamentos Mais nas Partes da Itália, Se Relata o Poder das Armadas de França e Espanha, Veneza e do Turco, Com Outras Coisas Muito Dignas de Memória, e o Desbaratar dos Holandeses na Ilha de Ceilão</i>
Fonte: Sousa, coord. et al., 2011, pp. 59-64	
Como se poder verificar pelo quadro acima, a parte inicial do título da <i>Gazeta</i> (“ <i>Gazeta</i> ”) foi sempre a mesma.	
Inclui data	Sim.

Em todos os números da *Gazeta* se menciona a data a que se refere aquele exemplar.

Primeira página



Figura 12 – Primeiras páginas da *Gazeta* – Janeiro de 1642 e Agosto de 1645

Exibe notícias	Sim, excepto no primeiro número.
Mostra o preço	Não, esta informação surge no final.
Coloca data	Sim.
Nome dos redactores	Não.
Nome dos impressores ou da casa de impressão	Não. Esta informação surge no final, excepto no primeiro número.
Censura	
Sujeita à censura	Sim.

Quando saiu o primeiro número da *Gazeta*, vigoravam, ainda, em Portugal, as regras da censura prévia (civil e eclesiástica) e o sistema de licenciamento de circulação, estabelecidas na regência de Filipe II de Portugal, que datavam de 1603, bem como as determinações da Carta Régia de 1627, que reforçavam o poder desta mesma censura. Quando D. João IV chegou ao poder, reaproveitou a legislação existente e confirmou a sua autoridade. Em 1643 (Janeiro), criou-se a “Lei da Confirmação” e em Agosto do mesmo ano acrescentou-se um outro diploma.

Local das informações sobre licenças	Por norma, na última página. O símbolo do privilégio real costumava aparecer na primeira.
Oficial/Oficiosa²⁴⁵	Pode dizer-se que a <i>Gazeta</i> era, de certa forma e durante o seu primeiro período de publicação, oficiosa.

O carácter da publicação não era, de todo, oficial. No entanto, também não era fruto de uma iniciativa completamente livre, pois precisava de licenças para ser publicada e essas licenças não eram fáceis de obter. O facto de a Coroa conceder o privilégio de publicação era só por si uma forma de controlo (ao mesmo tempo que era uma espécie de garantia para o impressor, pois assim sabia que não teria concorrência legal).

Notícias

Quadro 14 – Localização geográfica dos acontecimentos relatados na *Gazeta*

Local	Primeiro período (Novembro de 1641 a Julho de 1642)	Segundo período (Outubro de 1642 a Setembro de 1647)
Portugal e raia fronteiriça	39	2
Domínios de Portugal fora de Portugal Continental	4	1
Espanha (excepto Catalunha)	19	9
Catalunha	2	3
França	9	18
Sacro-Império	4	12
Península itálica (excepto Vaticano), incluindo possessões de Espanha, etc.	4	10
Estados Pontifícios/Vaticano	2	3
Inglaterra/Grã- Bretanha/Irlanda	8	14
Flandres e Províncias Unidas	2	3
Outros países e territórios europeus/Vários países e territórios europeus	6	17
Domínios espanhóis fora do continente europeu	0	1

²⁴⁵ Em relação a esta questão do oficial/oficioso, Espejo (2013, p. 76) refere que apesar da necessidade de se obterem licenças, antes de uma publicação aparecer e circular no mercado, ter pesado sobre qualquer um destes periódicos, em nenhum dos casos se pode falar de um apoio oficial por parte dos governos a qualquer uma das publicações. Daí usar-se comumente o termo oficioso para designar este apoio “dissimulado” que, frequentemente, era dado pelo poder régio ou pelo Estado.

Outros países e territórios (fora da Europa)/Vários países e territórios fora da Europa/Outras situações	1	6
Fonte: Sousa, coord. et al. 2011, pp. 326-327		
Notícias nacionais	Sim, na primeira fase. Não, na segunda fase.	
<p><i>Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642</i> A oito fez anos o Sereníssimo Príncipe Dom Teodósio. Vestiram-se os fidalgos todos de gala e estavam previstas festas de cavalaria, mas El-Rei Nosso Senhor não pode assistir a elas e assim não tiveram efeito.</p> <p><i>Gazeta do Mês de Dezembro de 1641</i> Nas fronteiras de Trás-os-Montes entraram algumas tropas de cavalaria Castelhana, e muitas de mosqueteiros: iam marchando sem que lhes escapasse caminhante, ou pastor, que não rendesse gado, em que não fizesse presa, nem lugar, que não saqueassem. Inquietaram-se todas as terras circunvizinhas, até que chegou o clamor às nossas praças de armas, e de improviso se juntaram companhias de várias partes, e foram buscar os inimigos, e deram neles junto ao lugar da Bemposta. Houve uma pendência muito renhida de parte a parte; mas os Castelhanos, depois de lhes custar a batalha grande copia de vidas, deixaram a presa, e se retiraram com muita descomposição.</p>		
Notícias do estrangeiro	Sim, em ambas as fases.	
<p><i>Gazeta do Mês de Junho de 1642</i> No mês de Abril passado saiu um livro impresso em Londres por mandato do Parlamento, intitulado <i>Demonstração dos Acontecimentos Admiráveis que Sucederam na Irlanda</i>, composto pelo doutor Henrique Joanes, no qual estão os testemunhos de uma inquirição que se fez por um decreto do Parlamento, em que os ingleses que fugiram da Irlanda declaram debaixo de juramento em quanto importam os danos que haviam padecido naquelas guerras. E foi avaliado em cinco milhões (...).</p> <p><i>Gazeta do Mês de Novembro de 1646</i> Por carta de Münster se soube como na Suécia se tem feito uma companhia de mercadores, de que é presidente o chanceler do Reino, para fazerem duas frotas todos os anos para Portugal, uma em Junho e outra em Setembro.</p>		
Fontes das notícias	Há fontes referidas e intuídas.	
<p>Observação directa; Cartas; Relatos orais de viajantes; Outras publicações noticiosas.</p> <p>Durante a segunda fase de publicação, as principais fontes foram a <i>Gazette</i> e a <i>Nouvelles Ordinaires</i>, ambas francesas e pertencentes ao monopólio de Renaudot, das quais a <i>Gazeta</i>, com muita frequência, traduzia as notícias e republicava-as.</p>		
Géneros jornalísticos nas notícias		

Notícias factuais	Sim.
<p><i>Gazeta do Mês de Maio de 1642</i> Vieram algumas naus de França, as quais trouxeram muitos soldados portugueses que militavam por El-Rei Dom Filipe nas praças da Catalunha. O General Martim Afonso de Melo mandou algumas tropas de gente sobre a Codiceira vila de Castela, na qual entraram. E depois de fazerem recolher o inimigo com grandíssimo dano, foram saqueando o lugar e se pôs fogo à maior parte dele. Estão declarados os capitães da armada Real que se vai aprestando para sair este Verão, que consta de famosos galeões do Estado.</p> <p><i>Gazeta do Mês de Agosto de 1647</i> De Leipzig, 4 de Julho de 1647 Aos 27 do passado rendeu-se a aos suecos o castelo de Hoff, os quais permitiram que os oficiais pudessem retirar-se, mas obrigaram os soldados a ali estar em suas tropas.</p>	
Notícias comentadas	Sim.
<p><i>Gazeta dos Meses de Novembro e Dezembro de 1642</i> Esta praça é de muita importância, porque além de dar um porto muito avantajado às nossas armas, abre o caminho de Casal e mantém os inimigos em perpétuo receio e incerteza do desígnio de nossas armas pela ponte que com muita facilidade lhe pode fazer sobre o Pó naquela parte que fica fronteira a Crescentim, praça também de Madame, e finalmente Verruè foi sempre em certo modo tida por fatal aos castelhanos porque uma vez não a puderam tomar com quarenta mil homens governados pelo duque de Feria, nem a tomariam nunca se não fossem as últimas revoltas do Piemonte e agora a perderam sem tiro de artilharia.</p> <p><i>Gazeta do Mês de Agosto de 1647</i> Temendo as galés de Nápoles que o duque de Richelieu, general da Armada de França, as investisse, no porto colocaram muitas cadeias de ferro e madeiros. E sabendo que se havia feito à vela na volta da Provença, saíram no mesmo dia 29 do passado e tomaram a rota de Nápoles.</p>	
Outros géneros	Sim, mas em número muito residual.
<p><i>Gazeta Primeira do Mês de Novembro de 1642</i> Carta que o Rei Cristianíssimo mandou aos Senhores e Preboste dos Mercadores e Mesteres da sua boa cidade de Paris sobre a entrega da cidade e castelo de Perpilhão, na qual lhe manda que assistam ao Te Deum onde Sua Majestade se havia de achar em Pessoa. Da parte de El-Rei Caríssimos e muito amados: Depois que fomos obrigados a levar nossas armas a Espanha, não só para nos opormos aos inimigos declarados do nosso Estado as também para dar à Catalunha oprimida o socorro que ela nos pedia, sempre considerámos Perpilhão como uma praça da qual dependia o sucesso destes justos desígnios, pelo que (...) a meio do Inverno (...), fomos enfim em pessoa por cerco à dita praça (...) de sorte que, havendo sofrido um cerco de cinco meses e todos os extremos que a falta de mantimentos pode causar, ela finalmente se rendeu aos 9 deste mês (...). E como o progresso e glorioso sucesso deste sítio faz verdadeiramente ver que o devemos à graça divina, (...) havemos resolvido (...) dar as graças em pessoa à Igreja de Notre Dame da nossa boa cidade de Paris (...) e para este efeito cantar nela o Te Deum Laudamus, com a solenidade requerida. Da qual vos quisemos assim avisar e mandar (...) que assistais lá em corpo (...).</p>	
Promotores / Redactores / Impressores	
Referência ao nome do redactor	Não.

Referência ao nome do impressor ou da casa de impressão	Sim.
Temário	
Temas principais	Vida militar e conflitos bélicos, vida social e religiosa; vida política e administrativa; vida diplomática (mais de três quartos das notícias).
<p>Vida militar e conflitos bélicos <i>Gazeta do Mês de Março de 1642</i> Quarta-feira de Cinzas, à tarde, saiu da cidade de Elvas Gaspar Pinto Pestana, comissário da cavalaria, com 700 cavaleiros, e foi alojar-se a Campo Maior. Logo foram duas companhias reconhecer o campo e encontraram num posto a que chamam o Cabeço da Cerva (...) um clérigo castelhano (...) com 25 cavalgaduras e alguns soldados da escolta, mudando umas colmeias. Deram neles e mataram-lhes seis homens, renderam os restantes, tomaram as cavalgaduras, deram uma ao clérigo para que se fosse. No dia seguinte, saiu de Campo Maior o comissário com a cavalaria e 500 mosqueteiros (...) e deixando os mosqueteiros de emboscada (...) escalou os campos de Vilar del Rey. Deu volta ao lugar e seus contornos e chegou-se tanto que de dentro das trincheiras lhe mataram dois cavaleiros, mas os nossos tiraram a vida a trinta castelhanos e renderam 24. E não houve em todo aquele circuito herdade, moinho, quinta, seara, defesa ou olival a que não alcançasse o destroço deste assalto. Depois de não ter o que destruir, retirou-se o comissário com grande número de vacas, porcos, ovelhas, cabras, cavalgaduras e muitas cargas de roupa branca.</p> <p>Vida social e religiosa <i>Gazeta do Mês de Novembro de 1641</i> Num lugar da Beira se afirma que um homem, ouvindo dizer numa conversa de amigos que na feliz aclamação de El-Rei nosso Senhor fizera o crucifixo da Sé o milagre, que a todos é notório, disse se podia acaso a imagem do Senhor despregar o braço, e assim que acabou de dizer estas palavras caiu uma parede junto da qual estavam todos os da conversa e só a ele matou.</p> <p>Vida política e administrativa <i>Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642</i> António de Saldanha vai por general da esquadra que está para dar à vela com o primeiro tempo. (...) Manuel de Sousa Pacheco está despachado por governador da ilha Terceira. (...) Despachou El-Rei Nosso Senhor ao marquês de Montalvão por vedor da Fazenda, com superintendência nas armadas, e tomou posse a 13 do mês. (...) Manuel da Silva Mascarenhas está despachado por capitão-mor da vila de Mourão.</p> <p>Vida diplomática <i>Gazeta do Mês de Novembro de 1641</i> O padre João de Matos, reitor que foi da Companhia [de Jesus] em Évora, agora assistente da mesma Companhia em Roma, escreveu que o Sumo Pontífice esperava com grande alvoroço pelo bispo embaixador de Portugal, apesar das instâncias que o de Castela fazia por lhe estorvar a entrada. (...) De Génova e de Veneza se diz que foi lá bem recebida a deliberação da nobreza de Portugal [de aclamar D. João IV] e que se resolveu que não se dará socorro contra El-Rei Dom Filipe mas que [também] será admitido o embaixador de El-Rei Dom João o Quarto.</p>	

Tabela 2

Publicações seiscentistas periódicas portuguesas – características jornalísticas
Mercúrio Português

Critérios jornalísticos

Periódico

Sim.

O *Mercúrio* cumpriu rigorosamente o propósito com que se apresentou, de sair mensalmente: em cada ano, desde 1663 e 1666, saíram doze números, mais sete no ano de 1667 e ainda dois números suplementares, ou extraordinários.

Actual

Sim.

O que se disse para o termo actualidade na tabela sobre a *Gazeta*, mantém-se, até porque a época é praticamente a mesma. O quadro seguinte mostra o mês de publicação do *Mercúrio* e, por vezes, a data em que este foi colocado em circulação (nem sempre o periódico disponibilizou esta informação).

Quadro 15 – Data de circulação do *Mercúrio*

Mês e ano de publicação	Correu em
Janeiro de 1663	Omisso
Fevereiro de 1663	Omisso
Março de 1663	Omisso
Abril de 1663	Omisso
Maio de 1663	Omisso
Junho de 1663	Omisso
Julho de 1663	Omisso
Agosto de 1663	Omisso
Setembro de 1663	20 de Outubro de 1663
Outubro de 1663	14 de Novembro de 1663
Novembro de 1663	Omisso
Dezembro de 1663	Omisso
Janeiro de 1664	Omisso
Fevereiro de 1664	Omisso
Março de 1664	Omisso
Abril de 1664	Omisso
Maio de 1664	Omisso
Junho de 1664	Omisso
1.º Número extraordinário (Julho de 1664)	7 de Julho de 1664
Julho de 1664	Omisso
Agosto de 1664	Omisso
Setembro de 1664	Omisso

Outubro de 1664	Omisso
Novembro de 1664	Omisso
Dezembro de 1664	Omisso
Janeiro de 1665	Omisso
Fevereiro de 1665	Omisso
Março de 1665	Omisso
Abril de 1665	Omisso
Maio de 1665	Omisso
Junho de 1665	Omisso
2.º Número extraordinário (Julho de 1665)	Omisso
3.º Número extraordinário (Julho de 1665)	Omisso
Julho de 1665	Omisso
Agosto de 1665	Omisso
Setembro de 1665	Omisso
Outubro de 1665	Omisso
Novembro de 1665	Omisso
Dezembro de 1665	Omisso
Janeiro de 1666	Omisso
Fevereiro de 1666	Omisso
Março de 1666	Omisso
Abril de 1666	Omisso
Maio de 1666	Omisso
Junho de 1666	Omisso
Julho de 1666	Omisso
Agosto de 1666	Omisso
Setembro de 1666	Omisso
Outubro de 1666	Omisso
Novembro de 1666	Omisso
Dezembro de 1666	Omisso
Janeiro de 1667	Omisso
Fevereiro de 1667	Omisso
Março de 1667	Omisso
Abril de 1667	Omisso
Maio de 1667	Omisso
Junho de 1667	Omisso
Julho de 1667	Omisso
Fonte: Moreira e Pernes, 2013, pp. 203-209	

Conforme mostra o quadro acima, a informação sobre a data em que o *Mercúrio* correu esteve, quase sempre omissa, excepto em três meses. Por esses, podemos perceber que, à semelhança do que aconteceu na *Gazeta*, decorriam sempre algumas semanas – duas, três – entre o mês da publicação e a data em que esta era posta a circular. Ainda assim, e recordando que se fala do século XVII, pode afirmar-se que a publicação se mantinha actual.

Discurso

Noticioso, embora apresentando-se propagandístico em determinadas situações.

Como seria expectável, e tal como referia no seu primeiro número, o principal objectivo do *Mercúrio* foi informar. 98% das matérias do periódico eram notícias

(Moreira e Pernes, 2013, p. 324).

Alguns exemplos que atestam os dados apresentados:

Mercúrio Português, Março de 1665

Aos 30 deste mês partiu de Lisboa a capitânia da Companhia do Comércio com vinte e tantos navios marchantes para o Brasil e um dia destes partirá outro de guerra e do Brasil virá também o galeão chamado Padre Eterno que se faz no Rio de Janeiro e é o mais famoso baxel e guerra que os mares já mais viram e comboiaram em frota os navios que houver naquele estado com o favor de Deus.

Mercúrio Português de Janeiro de 1664

“Nos últimos dias deste, mandou João Leite de Oliveira Governador da praça de Campo Maior esperar junto do lugar de Lobão o Correio ordinário para Madrid, tendo sabido por línguas o dia e a hora em que costumava passar por aquela parte. Foi a esta diligência Francisco Galvão Tenente muito valeroso da companhia de cavalos do Capitão Inácio Coelho da Silva, com doze soldados escolhidos, e bem armados, em que iam oito cabos de esquadra.”.

No entanto, muitas das notícias do *Mercúrio* revestiam-se de um carácter propagandístico, normalmente enaltecendo-se a figura do rei, dos seus familiares e dos seus partidários e ocultando qualquer assunto que mostrasse o lado menos bom da Casa Real. Os exemplos que se seguem, provam o que se disse:

Mercúrio Português, Janeiro de 1663

Em 19 deste mês partiu El-Rei a fazer exercício na casa das suas coutadas de Salvaterra e Almeirim e com ele o Sereníssimo Infante Dom Pedro seu irmão, com quem em todas as saídas e entretenimentos se acompanha, amando-se tão estreitamente que se libra uma das felicidades do Reino nesta conformidade de ambos. Não cessa lá o despacho dos negócios, para o que levou consigo um dos secretários e alguns conselheiros, deixando outro em Lisboa para se comunicarem, e um ou dois dias antes do de Cinzas voltará a esta Corte.

Mercúrio Português, Agosto de 1663

E festejando-se na Corte, aos 21 deste mês, os anos de Sua Majestade, e pregando na Capela Real o padre António de Sá, da Companhia de Jesus, e parecendo que em algumas palavras picava no governo, como alguns pregadores costumam, se disse que seus superiores o queriam afastar da Corte, ao que acudiu o conde de Castelo Melhor, pedindo-lhes com toda a instância que o não mudassem, e para maior segurança de que não o fizessem, lho encomendou Sua Majestade por um decreto firmado por sua Real mão, afirmando que gostara muito de o ouvir e que queria que os pregadores falassem com toda a liberdade.

Em ambos os exemplos, o rei e a sua família são apresentados de forma muito favorável e “simpática”. A imagem do rei estava algo afectada por rumores que o consideravam incapaz, entre outras coisas, e no *Mercúrio* procurou-se atribuir-lhe qualidades que iriam ajudar a que fosse ser visto como o monarca ideal. Também o conde de Castelo Melhor e as suas políticas foram apresentados, por vezes, de forma mais “generosa”. António de Sousa de Macedo subordinou, assim, a informação à propaganda, no seu *Mercúrio Português*. Recorreu, para tal, não só à verdade (que também pode ser propagandística), mas também a meias-verdades e a omissões.

Apresenta publicidade

Não.

Design

feitos contrários; os nossos trataram de buscar o inimigo; o inimigo de se recolher a Badajoz, não gostando de achar opposição ao intento com q' sahiria. O Marquez de Caracena, que ficara em hum alto com duas tropas de cauallos (nao se sabe para q' effeito) mandou logo buscar a Badajoz mais infantaria com duas peças de artilheria, que lhe chegaraõ.

Finalmente nos encontramos; & quando se prometia hum furioso combate, a caualleria do inimigo voltou as costas, & se poz em vergonhosa fugida; (só alguns poucos da retraguarda tentaraõ fazer hũa pequena resistencia) deixando sem piedade a infantaria desemparedada. Dos nossos cauallos hums seguirãõ aos que fugiaõ, aprisionandoos, & matandoos; outros inuestiraõ com os infantes, que, atirando poucos tiros, quizerãõ tambem fugir, mas não puderaõ. Trezentos & tantos foraõ prisioneiros; entre elles hum Sargento Mór, & alguns Capitães; alguns ficaraõ mortos; os menos escararaõ espalhados por caminhos asperos. Dos cauallos tomamos perto de cento. Matamos muitos, & mais foraõ se não riueraõ a retirada de menos de hũa legoa a Badajoz.

Entre tanto o General Caracena, em lugar de soccorrer, olhava curioso o que passava de cima daquelle alto que chamaõ Atalaya de S. Engracia, segura pella visinhança do seu forte de S. Christuaõ, & de alli com algum sobrefalto fiz hũa bella retirada em paz, & em salvo.

A 3 Foi

Figura 13 – Página interior do *Mercúrio Português*



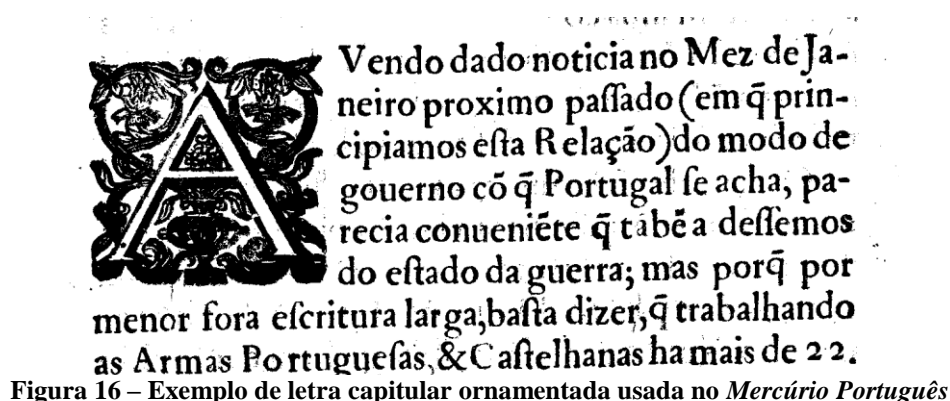
Figura 14 – Capas do *Mercúrio Português*, Maio de 1664 e Março de 1663

Formato	In- quarto – 20x15 centímetros
Apresenta frontispício	Cinco números apresentam frontispício: Janeiro de 1663, Março de 1663, Janeiro de 1664, 1665 e 1667.



Apresenta título	Sim. Em maiúsculas: “MERCURIO PORTUGUES COM AS NOVAS DO MÊS DE...”; “MERCURIO PORTUGUES, COM AS NOVAS DA GUERRA entre Portugal e Castela.
Paginação	Uma coluna. Muito pontualmente, duas.
Letra capitular	Presente.

Colocada no início da primeira notícia. Na grande maioria das vezes era ornamentada.



Número de página	Não. Só muito raramente se fazia referência a esta informação. Quando tal acontecia, aparecia em fim de página e centrada.
-------------------------	--

Apresenta imagens, desenhos, gravuras

Sim, mas só a partir de determinada altura. Surgiram, a partir do mês de Junho de 1666, sempre no final da publicação e às vezes também no início.

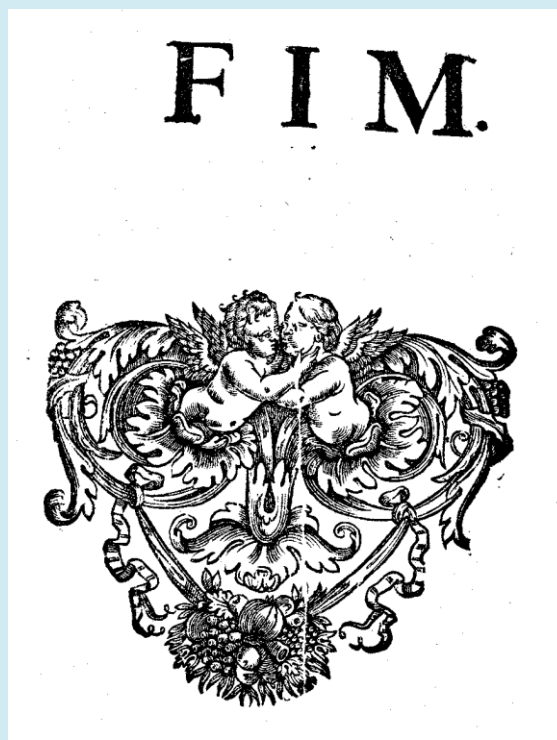


Figura 17 – Vinheta decorativa colocada no final do *Mercúrio Português*, do mês de Junho de 1666

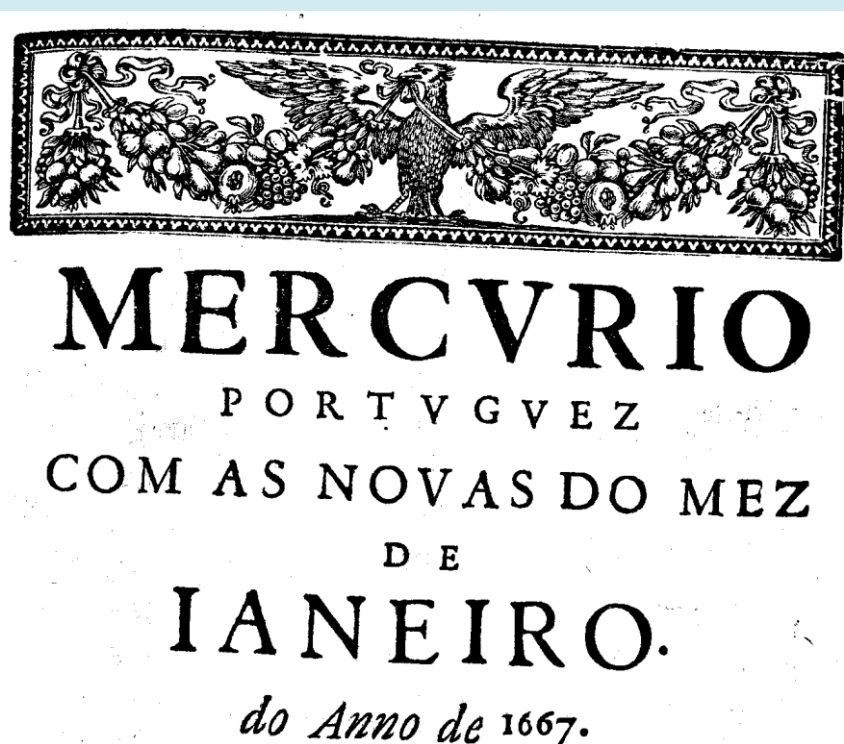


Figura 18 – Vinheta decorativa colocada no início do *Mercúrio Português*, do mês de Janeiro de 1667

Referências administrativas (taxas, licenças, impressores, etc.)	Sim.
---	------

Por norma, surgiam no final, mas, nomeadamente quando o periódico tinha capa, podiam vir no início.

As taxas aparecem apenas em alguns meses do primeiro ano de existência do jornal.

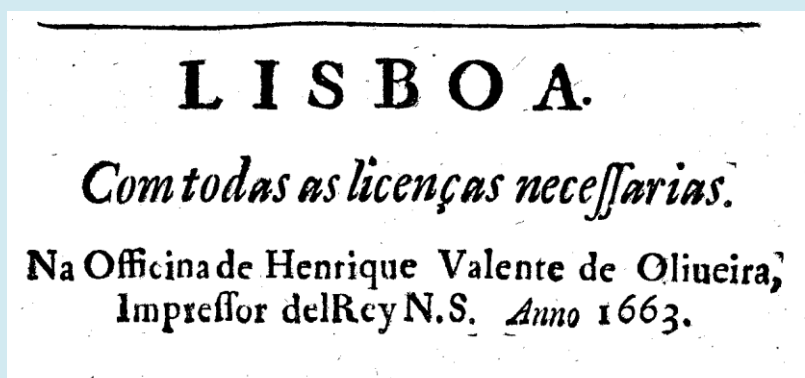


Figura 19 – Referência às licenças e ao impressor, no final do *Mercúrio Português* do mês de Julho de 1663

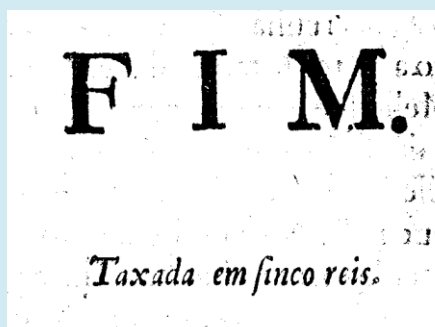


Figura 20 – Referência às taxas, no final do *Mercúrio Português* de Fevereiro de 1663

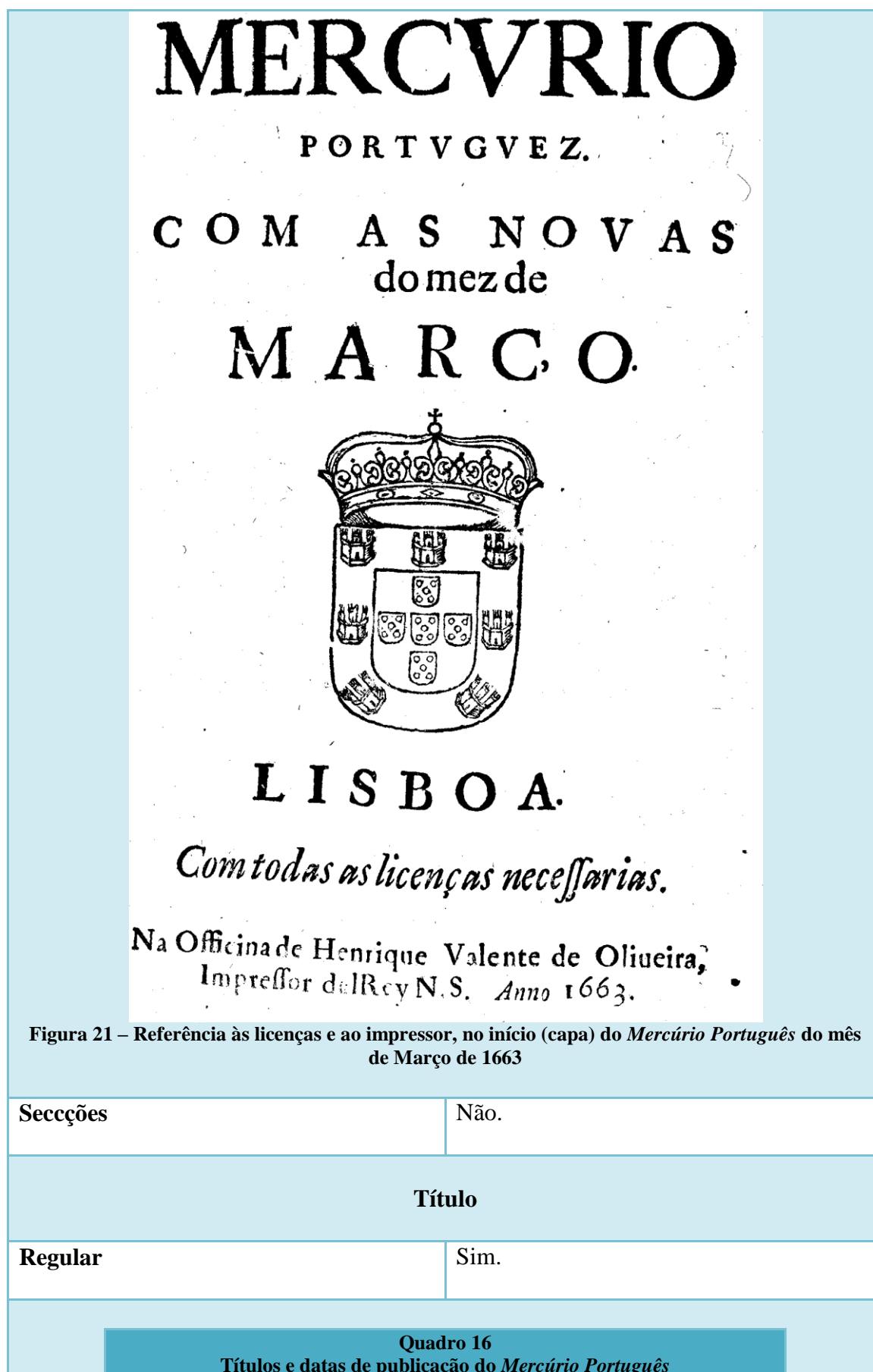


Figura 21 – Referência às licenças e ao impressor, no início (capa) do *Mercúrio Português* do mês de Março de 1663

Seccções	Não.
Título	
Regular	Sim.

Quadro 16
Títulos e datas de publicação do *Mercúrio Português*

Mês e ano de publicação	Título e eventual “manchete”
Janeiro de 1663	<i>Mercúrio Português, com as novas da guerra entre Portugal, e Castela – Novas do mês de Janeiro de 1663</i>
Fevereiro de 1663	<i>Mercúrio Português, com as novas da guerra entre Portugal, e Castela – Novas do mês de Fevereiro de 1663</i>
Março de 1663	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Março de 1663</i>
Abril de 1663	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Abril de 1663</i>
Maió de 1663	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Maio de 1663 – Satisfazendo Mercúrio Português à sua natureza, e à sua promessa de falar verdade, ainda que fosse com sucessos contrários, refere os do Mês de Maio na forma seguinte</i>
Junho de 1663	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Junho do Ano de 1663 – em que se alcançou a vitória da Batalha que se deu no Canal, e em que foi restaurada a cidade de Évora pelos portugueses</i>
Julho de 1663	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Julho do Ano de 1663 – E o glorioso sucesso na Praça de Almeida</i>
Agosto de 1663	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Agosto de 1663</i>
Setembro de 1663	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Setembro de 1663</i>
Outubro de 1663	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Outubro de 1663 – Relação da guerra que o Conde de São João Governador das Armas da Província de Trás os Montes fez por aquela província em Galiza, até Castela a Velha, entrando, saqueando, e destruindo por muitos dias, e muitas léguas de terra, mais de cento e setenta vilas, e lugares do inimigo, sem lho impedir o exército d’El-Rei de Castela, e socorro com que o mesmo Conde passou logo ao Minho. E de como o conde do Prado Governador das Armas de Entre o Douro e Minho passou o Rio Minho, pelejou com o inimigo, ganhou à escala o forte de Gaião, destruiu, assombrou e sujeitou à obediência d’El-Rei Nosso Senhor muitas terras de Galiza. Correrias que se fizeram pelas outras província e saída que S. Majestade fez ao Campo da Junqueira com a gente da guerra desta Cidade.</i>
Novembro de 1663	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Novembro de 1663. E Relação de como valerosamente se tomou a Praça de Lindoso</i>
Dezembro de 1663	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Dezembro de 1663</i>
Janeiro de 1664	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Janeiro do Ano de 1664. Entrada de S. Majestade em Santarém, e sucessos na guerra muito notáveis</i>

Fevereiro de 1664	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Fevereiro do Ano de 1664</i>
Março de 1664	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Março do Ano de 1664</i>
Abril de 1664	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Abril do Ano de 1664</i>
Mai de 1664	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Maio do Ano de 1664</i>
Junho de 1664	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Junho do Ano de 1664 – Em que se refere a tomada da Praça de Valença pelo Exército de S. Majestade, de que é Capitão General o Marquês de Marialva Conde de Cantanhede; e o mais que neste mês obrou o exército de Alentejo</i>
1.º Número extraordinário (Julho de 1664)	<i>Mercúrio Extraordinário. Com a cópia da carta de Pedro Jacques de Magalhães Governador das Armas da Província da Beira no Partido de Almeida em que se deu conta a S. Majestade que Deus guarde, da milagrosa vitória que alcançou do Inimigo, sobre a Praça de Castelo Rodrigo, em 7 do presente mês de Julho de 1664. O Mercúrio ordinário referirá no fim deste mês as mais particularidades, de que ainda não chegou notícia</i>
Julho de 1664	<i>Mercúrio Português, Com as novas do mês de Julho Ano 1664. Com a Gloriosa e maravilhosa vitória, que alcançou Pedro Jacques de Magalhães, Governador das armas no partido de Almeida, contra o Duque de Ossuna, em Castelo Rodrigo</i>
Agosto de 1664	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Agosto Do Ano de 1664</i>
Setembro de 1664	<i>Mercúrio Português, com a recuperação da Praça de Arronches. E os mais sucessos deste Mês de Setembro Do Ano de 1664</i>
Outubro de 1664	<i>Mercúrio Português, do mês de Outubro Do Ano de 1664. De como o inimigo voou a sua Praça de Erecera em Estremadura. E entrada e deslocação da Vila de Freixinela, por Pedro Jacques de Magalhães, Governador das Armas do Partido de Almeida, na Província da Beira. E a Grande, e Notável destruição, que o Conde de S. João Governador das Armas da Província de Trás os Montes fez no Reino de Galiza, entrando, e saqueando mais de trinta vilas, e lugares, de que se tiraram despojos riquíssimos, e ficou arruinada toda aquela parte.</i>
Novembro de 1664	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Novembro, Do Ano de 1664. Rota da Cavalaria de Badajoz, Ruína do forte de Vale de la Mula, chegada da frota do Brasil, e Embarcações da Índia, e outros diferentes sucessos.</i>
Dezembro de 1664	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Dezembro, Do Ano de 1664</i>
Janeiro de 1665	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Janeiro Do Ano de 1665</i>
Fevereiro de 1665	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Fevereiro Do Ano de 1665</i>

Março de 1665	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Março Do Ano de 1665</i>
Abril de 1665	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Abril Do Ano de 1665</i>
Maió de 1665	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Maio Do Ano de 1665</i>
Junho de 1665	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Junho Do Ano de 1665. A Valerosa defesa de Viçosa, a famosa vitória da batalha de Montes Claros, A importante assolação das praças de Zarza, e Ferreira, com outras particularidades</i>
2.º Número extraordinário (Julho de 1665)	<i>Mercúrio Português extraordinario. De como fueron assoladas la Praça de Sarça, y la villa de Ferrera en Castilla por las Armas Portuguesas, gobernadas por Alfonso Furtado de Castro Rio y Mendoça. Refierelo en Castellano, para los que no quieren entender outra lengua</i>
3.º Número extraordinário (Julho de 1665)	<i>Relacion verdadera, y pontual, de la gloriosíssima victoria que en la famosa batalla de Montes Calros alcançò el Exercito delRey de Portugal, de que es Capitan General Don Antonio Luis de Meneses Marquez de Marialva, Conde de Cantañede, contra el Exercito delRey de Castilla, el Marquez de Caracena, El dia diez de Junio de 1665. Con la admirable defensa de la plaça de Villa Viciosa</i>
Julho de 1665	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Julho do Ano de 1665.</i>
Agosto de 1665	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Agosto do Ano de 1665.</i>
Setembro de 1665	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Setembro do Ano de 1665.</i>
Outubro de 1665	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Outubro do Ano de 1665.</i>
Novembro de 1665	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Novembro do Ano de 1665.</i>
Dezembro de 1665	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Dezembro do Ano de 1665.</i>
Janeiro de 1666	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Janeiro do Ano de 1666.</i>
Fevereiro de 1666	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Fevereiro do Ano de 1666. E se refere o funeral da Rainha nossa Senhora que Deus tem.</i>
Março de 1666	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Março do Ano de 1666.</i>
Abril de 1666	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Abril do Ano de 1666.</i>
Maió de 1666	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Maio do Ano de 1666. E tomada da praça de Sanlúcar del Guadiana.</i>
Junho de 1666	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Junho do Ano de 1666.</i>
Julho de 1666	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Julho do Ano de 1666. Refere-se a vergonhosa fugida do Exército de Castela</i>

	<i>em Galiza. E a milagrosa vitória que as armas Portuguesas alcançaram nas partes de Angola, do poderoso Rei de Congo, que foi morto em uma batalha.</i>
Agosto de 1666	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Maio do Ano de 1666. Refere-se a vinda de França, e famosa entrada em Lisboa da Rainha Nossa Senhora.</i>
Setembro de 1666	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Setembro do Ano de 1666</i>
Outubro de 1666	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Maio do Ano de 1666. E resumo breve das festas que se fizeram em Lisboa pelo casamento de Suas Majestades.</i>
Novembro de 1666	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Novembro do Ano de 1666</i>
Dezembro de 1666	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Maio do Ano de 1666</i>
Janeiro de 1667	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Janeiro do Ano de 1667.</i>
Fevereiro de 1667	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Fevereiro do Ano de 1667.</i>
Março de 1667	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Março do Ano de 1667.</i>
Abril de 1667	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Abril do Ano de 1667.</i>
Mai de 1667	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Maio do Ano de 1667.</i>
Junho de 1667	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Junho do Ano de 1667.</i>
Julho de 1667	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Julho do Ano de 1667.</i>
Fonte: Moreira e Pernes, 2013, pp. 203-209	
Como se poder verificar pela tabela acima, a parte inicial do título do <i>Mercúrio Português</i> (“ <i>Mercúrio Português</i> ”) foi sempre a mesma.	
Inclui data	Sim.
Em todos os números do <i>Mercúrio</i> se menciona a data a que se refere aquele exemplar.	
Primeira página	

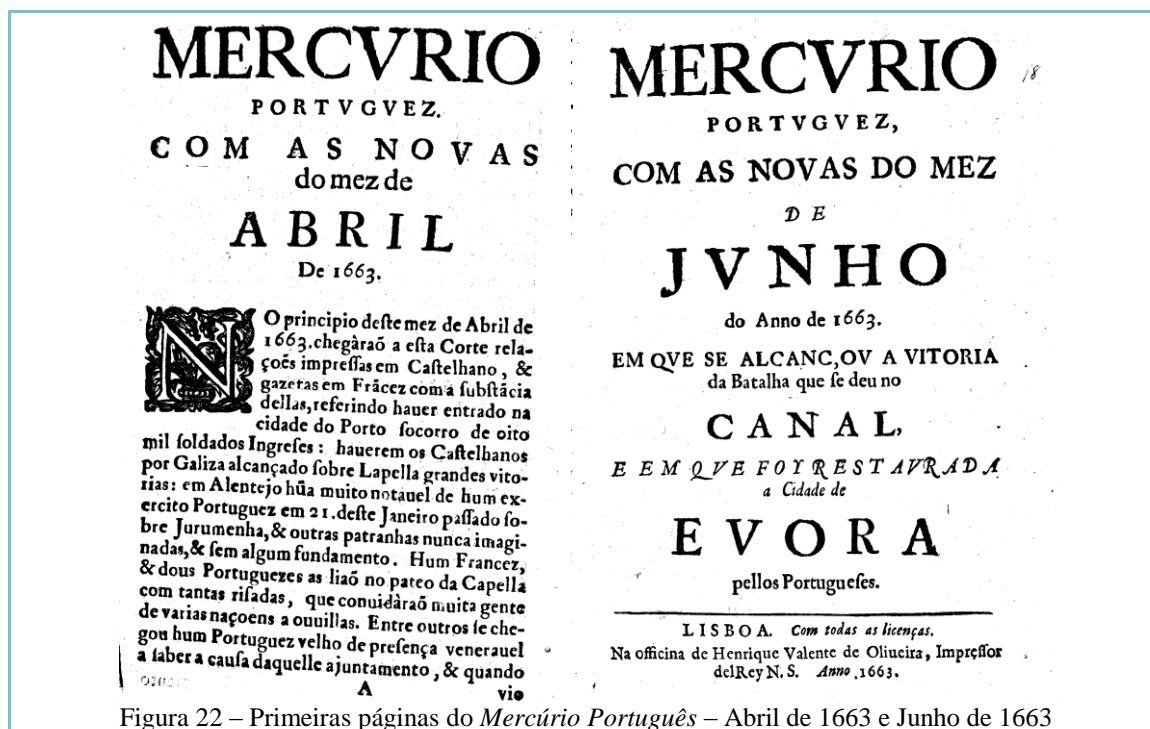


Figura 22 – Primeiras páginas do *Mercúrio Português* – Abril de 1663 e Junho de 1663

Exibe notícias	Sim. Quando o exemplar tem capa, as notícias só começam na página seguinte.
Mostra o preço	Não.
Coloca data	Sim.
Nome dos redactores	Não (apenas no primeiro número).

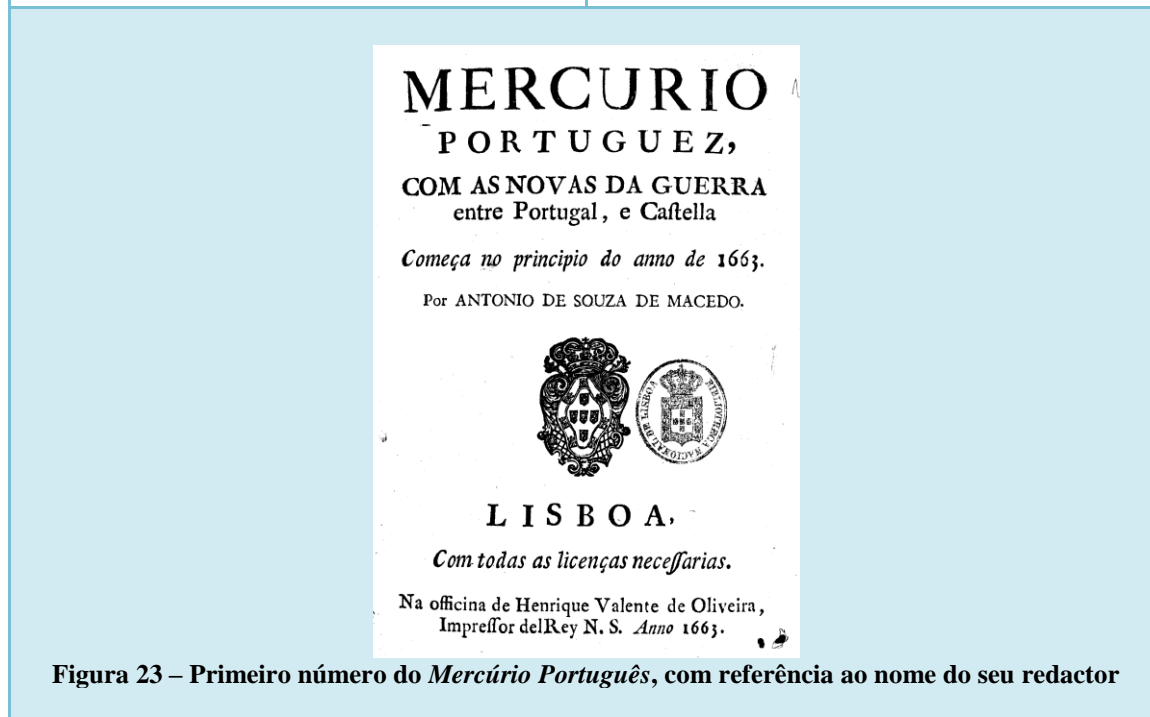


Figura 23 – Primeiro número do *Mercúrio Português*, com referência ao nome do seu redactor

Nome dos impressores ou da casa de impressão	Depende. Por norma, esta informação surgia no final. Mas houve casos em que também surgiu no início.	
Censura		
Sujeita à censura	Sim.	
<p>O <i>Mercúrio Português</i> obedecia aos princípios legais do duplo licenciamento, civil e eclesiástico, conforme estava estabelecido nas Ordenações Filipinas do Reino e na Carta Régia de 26 de Janeiro de 1627, cujas disposições continuaram em vigor após a Restauração da Independência. Essa legislação foi, inclusivamente, reforçada por um decreto de 14 de Agosto de 1663, atribuído ao primeiro ministro de D. Afonso VI, o terceiro conde de Castelo Melhor, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, onde este “recomendava” que não se desse “licença sem consulta, a obras em que se envolvam cousas de Estado ou reputação pública”. Era a forma encontrada pelo poder régio e pelo poder clerical para controlarem a formação de correntes de opinião, mesmo que, no caso do <i>Mercúrio</i>, o perigo de divulgar notícias “incómodas” fosse mínimo, pois era redigido por um membro leal do Governo.</p>		
Local das informações sobre licenças	Depende. Normalmente era no final, mas também chegou a surgir no início.	
Oficial/Oficiosa	Sim.	
<p>Dado que o <i>Mercúrio</i> era escrito por um membro do Governo, e uma vez que para circular precisava de exibir licenças para tal, bem como de passar na censura prévia (e só por isto já é possível falar-se de um certo controlo por parte dos governantes), o seu carácter não pode ser considerado totalmente livre o isento de “partidarismos”. Mas como esse controlo por parte do poder também não era assumido, considera-se que a publicação era oficiosa.</p>		
Notícias		
Quadro 17 – Localização geográfica dos acontecimentos relatados no <i>Mercúrio Português</i> em Portugal		
Local	1663-1666	1667
Alentejo %	35	51
Lisboa %	27	22
Porto %	2	0
Coimbra %	1	4
Minho %	6	2
Algarve %	3	2
Trás-os-Montes %	14	7
Possessões africanas %	1	0
Possessões orientais %	3	7

Brasil %	4	2
Outros %	4	3
Fonte: Moreira e Pernes, 2013, pp. 335		

Quadro 18 – Localização geográfica geral dos acontecimentos relatados no <i>Mercúrio Português</i>		
Local	1663-1666	1667
Portugal %	52	34
Castela %	43	22
França %	2	12
Inglaterra %	1	8
Sacro-Império %	0,8	3
Flandres e Províncias Unidas %	0,8	12
Outros países e território europeu %	0,4	9
Fonte: Moreira e Pernes, 2013, pp. 338		

Notícias nacionais	Sim.
---------------------------	------

Mercúrio Português de Janeiro de 1664
 “Nos últimos dias deste, mandou João Leite de Oliveira Governador da praça de Campo Maior esperar junto do lugar de Lobão o Correio ordinário para Madrid, tendo sabido por línguas o dia e a hora em que costumava passar por aquela parte. Foi a esta diligência Francisco Galvão Tenente muito valeroso da companhia de cavalos do Capitão Inácio Coelho da Silva, com doze soldados escolhidos, e bem armados, em que iam oito cabos de esquadra.”

Mercúrio Português de Maio de 1666
 “Partiu o Conde de Schomberg de Estremoz Domingo, que se contaram vinte e três deste mês, à noite, pouco acompanhado por ir mais oculto. O Vedor geral do exército, e o da artilharia foram com ele para executarem o que fosse necessário nos seus ministérios. Na terça feira à noite, que foram 25. chegou a Beja, a cuja paragem tinha convocado as tropas que havia de levar, que foram de Portugueses, e Estrangeiros mil e duzentos cavalos, e coisa de três mil infantes; não havendo ainda chegado os terços do Algarve, e de Setúbal, que não quis esperar por não se arriscar às mudanças que na dilação costuma haver.

Notícias do estrangeiro	Sim.
--------------------------------	------

Mercúrio Português, Março de 1667
 A República de Veneza, vendo a grande prevenção do turco, tem mandado embaixadores a todos os príncipes da cristandade, o que chegou a França, foi logo despedido porque a paz que o rei cristianíssimo tem feito com o grão turco, impediu que em público se tratasse dos socorros de França, mas afirmam por certo que com soma considerável de dinheiro socorre este rei aquela república.

Mercúrio Português, Março de 1667
 As tropas suecas, que alojavam no Ducado de Breme, não tão-somente persistem ainda nele, como vão crescendo e por não ser o país capaz de tanto, o general Vvrangel quis alojar algumas tropas na Pomerania; este excesso com que crescem as tropas suecas, fez armar o rei da Dinamarca e prevenir aos eleitores de Brandeburgo e Colónia aos duques de Bronzui e Luxemburgo e aos Lansgrave de Hassia, que todos mandaram seus deputados a Brumzvick, para tratar ou do acomodamento, ou da defesa e o general maior Frederico Alefelt saiu de Copenhaga a visitar as praças marítimas da Noruega.

Fontes das notícias	Há fontes referidas e intuídas.
Posição privilegiada de António de Sousa de Macedo na corte, Observação directa; Documentos oficiais; Cartas; Outras publicações noticiosas.	
Géneros jornalísticos nas notícias	
Notícias factuais	Sim.
<p><i>Mercúrio Português</i>, Agosto de 1665 Aos vinte e dois deste mês cem cavalos nossos, e quarenta infantes do mesmo Partido foram esperar a recolha que costuma vir da Serra de Gata para Ciudad Rodrigo. Toda a tomaram; e constava de cento e trinta e uma cavalgaduras carregadas de vinhos, azeites e refrescos, com cem homens armados de escopetas, dos quais nenhum escapou morto, ou prisioneiro.</p> <p><i>Mercúrio Português</i>, Fevereiro de 1664 Recolhido o inimigo, começou Pedro Jaques de Magalhães a refazer as pontes e viu chegando a gente que lhe faltava. Aos 16 teve aviso que sessenta cavalos entraram pela parte de Castelo Rodrigo; saiu-lhes de Almeida o tenente general D. António Maldonado com 140 e tendo marchado mais de uma légua, mas ele sem embargo da desigualdade grande no número, se retirou bizarramente, vindo sempre pelejando, com muitas voltas que fez e lhe tomou dez cavalos; nós também perdemos onze, com que nisto ficaram ambas as partes iguais, mas da sua também houve mortos.</p>	
Notícias comentadas	Sim.
<p><i>Mercúrio Português</i> de Junho de 1663 Segunda-feira vinte e cinco deste ao meio dia chegou a Lisboa o aviso da Restauração de Évora, cuja felicidade se duplicou com a da frota do Brasil, que na mesma hora vinha entrando entre a maior alegria; oferecendo-se à vista quarenta e tantos navios mercantis (além dos de guerra) que todos juntos com inchadas velhas, e vários galhardetes, na maior serenidade do tempo, formando um bizarro esquadrão, sabiam o famoso Tejo; soando nos ouvidos sua artilharia, e a correspondência de seus clarins, e deixando-se considerar a riqueza daqueles, e de outros trinta e tantos baixéis, que se ficavam em diferentes portos do Reino, e de suas ilhas, (por ordem especial que queles portos devem a El-rei nosso Senhor, depois de entrar no governo) carregados de açúcar, tabaco, couros, pão do Brasil, e de outras mercadorias, que tudo se avalia em sete ou oito milhões de cruzados.</p> <p><i>Mercúrio Português</i> de Janeiro de 1664 Nos últimos dias deste, mandou João Leite de Oliveira Governador da praça de Campo Maior esperar junto do lugar de Lobão o Correio ordinário para Madrid, tendo sabido por línguas o dia e a hora em que costumava passar por aquela parte. Foi a esta diligência Francisco Galvão Tenente muito valeroso da companhia de cavalos do Capitão Inácio Coelho da Silva, com doze soldados escolhidos, e bem armados, em que iam oito cabos de esquadra.</p>	
Outros géneros	Sim, mas em número muito residual.
Promotores / Redactores / Impressores	
Referência ao nome do redactor	Não (só aconteceu no primeiro exemplar).

	Aliás, do ano de 1667, quando António de Sousa de Macedo já não estava à frente da publicação, nem se sabe quem foi o redactor.
Referência ao nome do impressor ou da casa de impressão	Sim.
Temário	
Temas principais	Vida militar e conflitos bélicos e vida social e religiosa (destaque para vida militar e conflitos bélicos, que ocupa mais de metade dos temas das notícias).
<p>Vida militar e conflitos bélicos</p> <p><i>Mercúrio Português</i> de Maio de 1666</p> <p>Partiu o Conde de Schomberg de Estremoz Domingo, que se contaram vinte e três deste mês, à noite, pouco acompanhado por ir mais oculto. O Vedor geral do exército, e o da artilharia foram com ele para executarem o que fosse necessário nos seus ministérios. Na terça-feira à noite, que foram 25. chegou a Beja, a cuja paragem tinha convocado as tropas que havia de levar, que foram de Portugueses, e Estrangeiros mil e duzentos cavalos, e coisa de três mil infantes; não havendo ainda chegado os terços do Algarve, e de Setúbal, que não quis esperar por não se arriscar às mudanças que na dilação costuma haver.</p> <p>Ali se não pode esconder a jornada; mas já não importava o descobrir-se, pela pressa com que ele a fazia, e porque posto que o Marquês de Caracena quisesse acudir aquela parte, não poderia consegui-lo, senão depois de muitos dias, por haver de ir pelo largo caminho de circunferência da rota que Portugal mete em Castela, o qual nós atalhamos pelo centro.</p> <p><i>Mercúrio Português</i> de Maio de 1665</p> <p>Em Galiza ajunta o Castelhana exército. Da nossa parte fez o mesmo o Conde de Prado Governador das Armas, acostumado a vencê-lo. No mês passado dissemos, que tinha o Conde preso um soldado, por dar avisos ao inimigo, resultou da sua prisão prenderem-se outros dois cúmplices pobres, que o eram por dinheiro, com que o inimigo os corrompeu. Convencidos por testemunhas, e por suas mesmas confissões, foram neste mês de Maio em Viana enforcados, e esquartejados, e as cabeças, e quartos levados, e postos em lugares convenientes. A mulher de um deles, também culpada, foi relevada da pena de morte, por estar prenha, mas foi açoitada, e degradada para toda a vida para Angola.</p> <p>Vida social e religiosa</p> <p><i>Mercúrio Português</i>, Fevereiro de 1666</p> <p>Na câmara onde a rainha nossa senhora faleceu foi seu corpo composto por senhoras que a serviam e algumas que a haviam servido e estavam já fora do paço, mas acudiram ali naquela ocasião e elas o meteram num caixão forrado de tela branca (...).</p> <p><i>Mercúrio Português</i>, Novembro de 1663</p> <p>No mesmo tempo tocou o inimigo arma ao nosso exército rijamente por duas vezes e o Conde de Prado ouvindo as peças entendeu que aquela arma era diversão para alguma facção intentada por mar; pelo que, ainda que já de antes, com antecipada prevenção tinha enviado o mestre de campo Rodrigo Pereira Souto Maior com alguns infantes para aquela parte, agora mandou sem dilação quatro companhia de cavalos e um terço de infantaria acudir a toda a costa. Porém Deus o nosso senhor com superior poder atalhou qualquer intento do inimigo; porque estando até àquela hora em que atirou a Fortaleza da Insua, o mar sem vento e a noite muito serena e clara, como se fora em Agosto, subitamente se levantou uma furiosa tormenta do Sul, com que se perderam alguns barcos e a gente deles e os mais arribaram à Vila da Guarda, dando-se por perdidos e logo no dia seguinte, que foram treze, dois mil homens, que neles</p>	

escaparam, voltaram para o exército.

ii. Espanha: *Gaceta Nueva* / *Gaceta de Madrid*

A *Gaceta Nueva* (ou *Gazeta Nueva*, como era grafiada) é também considerada um periódico. Destinou-se a um público, divulgou informação actual de forma cíclica e regular e teve um título que começou de forma inconstante mas que rapidamente, logo ao terceiro número, se unificou.

Tabela 3	
Publicações seiscentistas periódicas espanholas – características jornalísticas <i>Gaceta Nueva</i> / <i>Gaceta de Madrid</i>	
Critérios jornalísticos	
Periódica	Sim.
Nos dois primeiros anos de publicação, 1661 e 1662, saíram doze e oito números, respectivamente, do periódico. Entretanto, a sua produção é interrompida e só regressa em 1677. ²⁴⁶	
Actual	Sim.
Não há dados que informem sobre a data em que <i>Gazeta Nueva</i> circulou. No entanto, podemos afirmar que ela é actual, uma vez que em cada número (que referia o mês em que era publicado), nas próprias notícias há referência à data de quando se recolheram as informações. Isso mostra que entre a data da recolha e a data da publicação decorriam duas, três semanas, normalmente.	
Discurso	Noticioso, mostrando-se com mais frequência factual, mas também propagandístico.
A grande maioria das notícias da <i>Gazeta Nueva</i> pretendia informar e fazia-o de um modo factual.	
<i>Gazeta Nueva</i> , Dezembro de 1662	

²⁴⁶ Depois da análise de todas as referências bibliográficas e hemerográficas consultadas, esta parece ser a hipótese mais acertada, até porque as provas físicas existentes assim o mostram. De qualquer forma, ficaram registadas as diferentes opiniões.

De Cadiz

Avisan de Cadiz, que el Domingo 19 de Junio por la tarde entrará en aquella Bahía seis Navios, dos Polacas, y una Saetia; y el Lunes 20 otras seis Galeras del señor Duque de Turin, con soldados veteranos del Reyno de Napoles, y Estado de Milan: los 1500 son desmotados, traen sus arneses, carabinas, pistolas, coletes, fillas, botas, frenos, y toda prevención Militar, del Regimiento Español del señor Duque de Veraguas: y de los Napolitanos del señor Marques de Torrecusa, y D. Carlos Tuffo: y de los Alemanes del Marques de Borgomainero, y Barones de San Morite, y Caradolet. Los de mas son infantes, en que se incluyé mil Ingenieros, Artilleros, &c. Todos los quales entraron en Sevilla por el Rio, el Sabado 25 de dicho mes, por la tarde, en las Galeras del señor Duque de Turfi, y en otras muchas embarcaciones; desde d'sde marcharán a incorporarse co el Exercito de Estremadura. Estase esperado otro buen numero de géte Italiana, q há de traer las Galeras de Napoles, y Sicilia, y otra Esquadra de Navios de guerra, y quatro de trigo, con que se hade reforçar la Armada Naval, q se previene; y la demás gente passará al Exercito del Serenissimo señor D. Juan de Austria. Y esto se enviado sin dos mil Infantes Aragoneses, q presto llegará a Badajoz, para donde se encaminan doze mil vestidos de municion, q traen de Napoles dichas Galeras.

No entanto, algumas matérias revestiram-se de um carácter propagandista, fosse porque faziam elogios directos a D. João José da Áustria ou a outros membros do governo ou da corte espanhola, fosse porque procuravam “denegrir” a imagem daqueles que eram considerados “inimigos” de Castela, nomeadamente Portugal.

Gazeta Nueva, Março de 1662

De Portugal

Que llegaron a Lisboa las 148 familias de Portugueses Africanos, que salieron rendidos de la ciudad de Tanger, culpando el mal gobierno de la duquesa de Bergança, pues por ella se veían expulsos de su patria, sin haciendas, ni casas a donde poderse aluergar: cuyas razones ocasionaron en los Portugueses de Lisboa tanta tristeza, y melancolía, que se temió aquel día una grande sollevación popular. Y que los Ingleses piden el Puerto de Setubal, antes que lleven à Doña Catalla de Bergança à Londres; a que se han opuesto valerosos los habitantes de aquel Puerto.

Apresenta publicidade

Não.

Design

fado con Madamíela Maria Mancini, sobrina del señor Cardenal Mazarino; e que a su Emocencia doto en su testamento, en la cantidad que le retiró en la Gazeta antecedente.

Martes 22. de Março por la mañana, sucedió en gran parte de la Romania (que es tierra del Estado de la Iglesia) un espantoso Terremoto, que arruynó en menos de dos minutos de hora, casi veinte y seis Ciudades, Villas, y Lugares: cuyos nombres son como se siguen.

Ciuitela se arruinó toda, junto con la Iglesia Parroquial, y la Escuela, con muerte de los Maestros, y Estudiantes de modo que en esta Villa perecieron todos sus vecinos, menos 6. personas que quedaron sin lesión alguna, y mas de 400. heridos. Casi lo mismo sucedió en Planeta, y Mariadise. Y poco menos en las Ciudades de Pódo, Forli, Santa Sofia, y las Villas de Cefena, Galeata, San Casiano, Donadala, Castrocoro, Modigliana, Gaglioli, Gaiercola, Valdoppio, Roveriano, San Pedro in Bagno, Barchio, Spinello Segui, Meldula, Morrano, Matchio, Mercatale, la Roca, y Maradi. El numero de los muertos es tan grande como compásivo, Dios se tira tener piedad de sus animas, y a nosotros nos conceda buena vida, y buena muerte, para mayor gloria de su Divina Magestad.

Muchos de los Montes, Rios, y Arroyos de aquel territorio mudó lugares con el Terremoto; y en particular la Montaña que divide la Ciudad de Pondo, de las Villas de Galeata, y Meldula se dividió en dos partes, dexando en medio un tránsito de 200. pasos de ancho; pero este quedó tan intratable por el vapor sulfureo que continuamente exhala la tierra, que hasta que este, no se ha de poder caminar por aquella parte.

Las reliquias deste Terremoto llegaron a experimentar en la Ciudad de Bolonia, y mucho mas en Sicilia, de donde escriuē, que anda la gente como un sentido, amedrentada de los continuos temblores que se padecen en aquella Isla.

DE NAPOLES.

QUE se han hecho en el Reyno de Napoles muchos festejos por aver nacido un hijo al señor Virrey Don Galpar de Bracamonte, Conde de Penaranda.

Y que en aquella Ciudad, Viernes 22. de Febrero, parió una señora principal, que murió de parto, y su Monstruo sin vida, a los

Figura 24 – Página interior da *Gazeta Nueva*

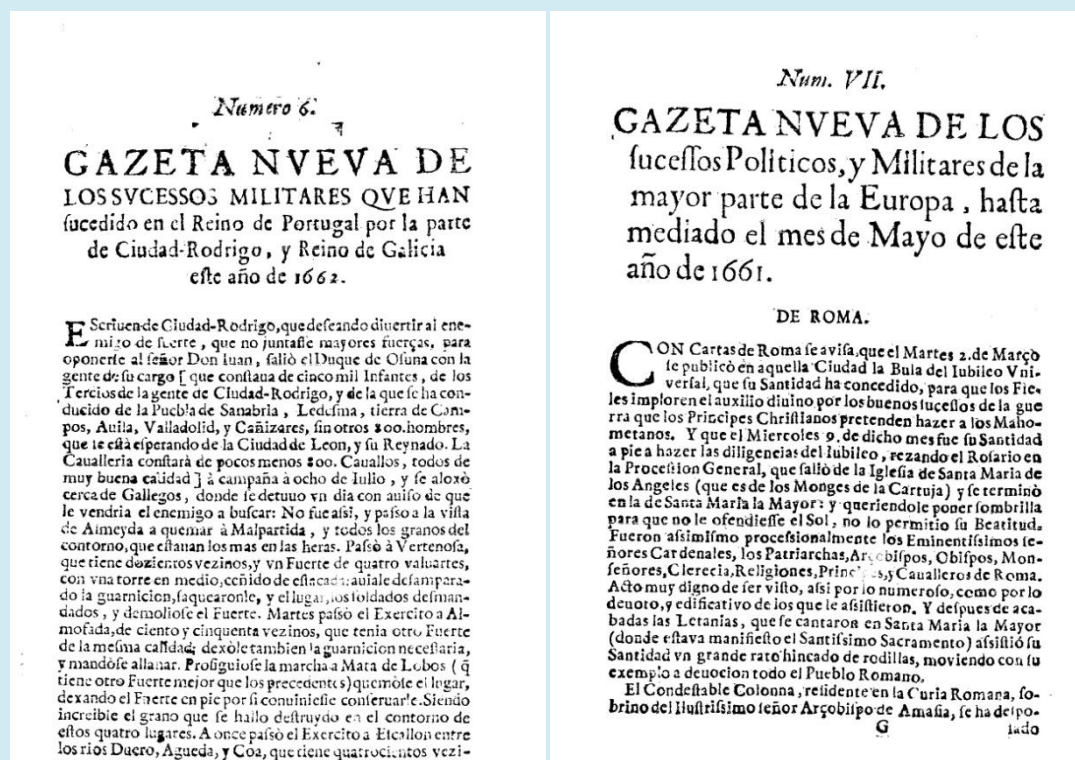


Figura 25 – Capa do mês de Agosto de 1662 e de Maio de 1661 da *Gazeta Nueva*

Formato	In-quarto – 12x20 centímetros.
Apresenta frontispício	Não.

Apresenta título	Sim. A parte inicial, “GAZETA NUEVA” ou “RELACION O GAZETA” (primeiro número) surgia sempre em maiúscula. O resto oscilava entre palavras em maiúscula e outras em minúscula.
Paginação	Uma coluna. Por uma ou outra vez, e em textos que não eram as habituais notícias, surgiram duas.
Letra capitular	Presente.

Colocava-se letra capitular no início de cada primeira notícia e no início de cada grupo de notícias.

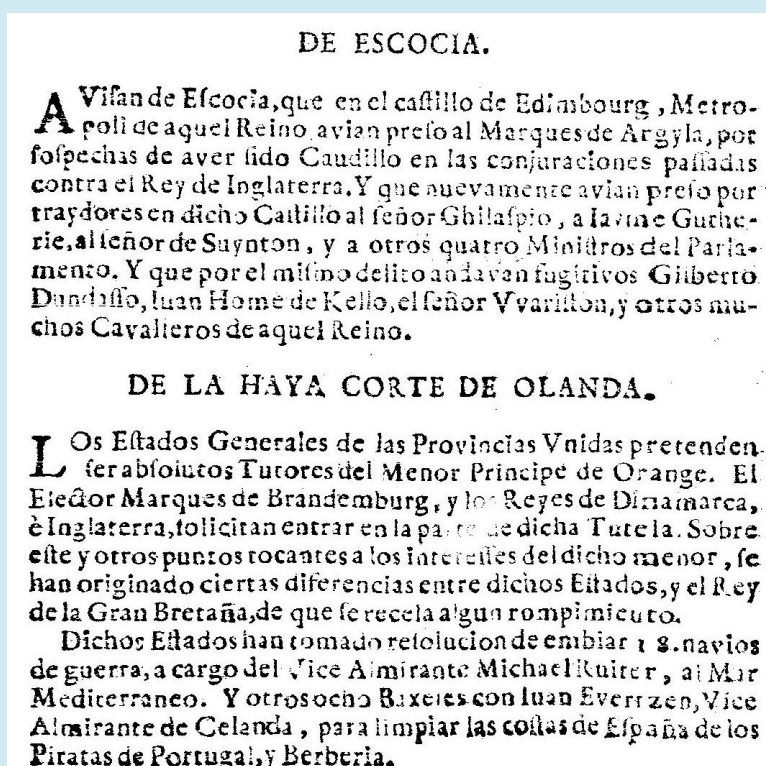


Figura 26 – Exemplo de letra capitular usada no início de cada grupo de notícias da *Gazeta Nueva*

No primeiro número a circular, em Janeiro de 1661, a primeira letra capitular da primeira notícia era também ornamentada.

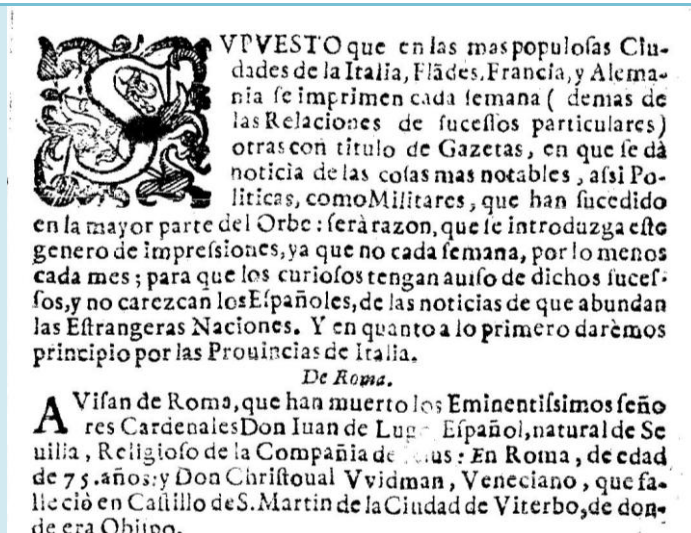


Figura 27 – Letra capitular ornamentada, usada na primeira notícia do primeiro número da *Gazeta Nueva*

Número de página	Não. Por uma ou outra vez, aparece um número e, quando tal acontece, surge na parte superior da folha, do lado direito.
Apresenta imagens, desenhos, gravuras	Apenas um número.

No número 5, de Julho de 1662, surge uma imagem de uma jarra com flores.



Figura 28 – Imagem de uma jarra de flores, presente no número 5, de Julho de 1662, da *Gazeta*

Nueva	
Referências administrativas (taxas, licenças, impressores, etc.)	Sim.
Esta informação, sobre licenças e impressores, surgia sempre no final da publicação. Nunca se verificaram referências a taxas.	
<p><i>Con licencia, en Madrid, por Iulian de Paredes, Impressor de libros, en la Plaçuela del Angel, año 1661.</i></p> <p><i>Con licencia en Madrid por Iulian de Paredes Impressor de libros, en la Plaçuela del Angel. Año 1662.</i></p> <p><i>Vendese en casa del dicho Impressor.</i></p>	
Figura 29 – Dois exemplos das referências administrativas presentes na última página da <i>Gazeta Nueva</i>	

Secções	Sim.
As notícias eram organizadas por local de proveniência. Não é propriamente uma divisão por secção, mas mostra uma certa arrumação e um certo cuidado em apresentar a informação de forma mais ordenada.	
<p>DE POLONIA, Y MOSCOVIA:</p> <p>A Viendo Michael Fedoronitz, Gran Czar, Duque de Moscouia, Emperador de la Rúsia, &c. seguido sangrienta guerra, desde el año pasado de 1657. con Iuan Casimiro Rey de Polonia, sobre las pretensiones que aquel Duque tiene de q el Principe de Moscouia, su primogénito, ha de suceder en los Reynos de Polonia, después de los dias de la vida del dicho Rey Iuan Casimiro, por auerlo así prometido los Vvziudades Electores de aquel Reyno, en el</p>	
Figura 30 – Secções na <i>Gazeta Nueva</i>	

Título	
Regular	Sim (se considerarmos a publicação da <i>Gaceta</i> por fases. Nesta primeira fase, entre 1661 e 1662, o título foi

	relativamente regular, nomeadamente na sua parte inicial: <i>Gazeta Nueva</i> – excepção para os dois primeiros números).
--	---

O quadro 20 ajuda a perceber de forma mais clara qual foi a titulação da *Gaceta* nos seus dois primeiros anos de publicação.


Quadro 19 Títulos e datas de publicação da <i>Gaceta</i>, nos anos de 1661 e 1662		
Título	Data de publicação	Numeração
<i>Relación o Gazeta de algunos casos particulares, así políticos como militares sucedidos en la mayor parte del mundo hasta fin de Diciembre, de 1660</i>	Janeiro de 1661	I
<i>Gazeta de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte del mundo, hasta el mes de Enero deste año mil y seiscientos y sesenta y uno</i>	Janeiro de 1661	II
<i>Gazeta nueva de las cosas mas particulares, assi políticas, como militares, sucedidas en la mayor parte de la Europa, hasta el mes de Febrero deste año de mil y seiscientos y sesenta y uno</i>	Fevereiro de 1661	III
<i>Gazeta nueva de las cosas mas notables, assi políticas como militares, sucedidas en la mayor parte de la Europa, hasta mediado el mes de Março de este año de mil y seiscientos y sesenta y uno</i>	Março de 1661	IV
<i>Gazeta nueva de las cosas mas notables, assi políticas como militares, sucedidas en la mayor parte de la Europa, desde mediado em les de Março de este año de mil y seiscientos y sesenta y uno, hasta parte de Abril de dicho año</i>	Abril de 1661	V
<i>Gazeta nueva de las cosas mas notables, assi políticas como militares, sucedidas en la mayor parte de la Europa, desde mediado el mes de Abril de este año de mil y seiscientos y sesenta y uno, hasta parte de Mayo del mismo</i>	Abril de 1661	VI
<i>Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, hasta mediado el mes de Mayo de este año de 1661</i>	Maio de 1661	VII
<i>Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, hasta viente y cinco de Junio deste año 1661</i>	Junho de 1661	VIII
<i>Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, hasta fin de Julio deste año 1661</i>	Julho de 1661	IX
<i>Gazeta, nueva de lo sucedido a las catolicas armas de su Magestad en los Exercitos de Estremadura, Castilla, y reino de Galicia, hasta veinte de Agosto desta año de 1661</i>	Agosto de 1661	X
<i>Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, hasta fin de Septiembre de 1661</i>	Setembro de 1661	XI
<i>Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, hasta quinze de Noviembre de 1661</i>	Novembro de 1661	XII
<i>Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, hasta fin de Febrero de este</i>	Fevereiro de 1662	Numero Primero

año de 1662		
Gazeta nueva, de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, y Africa, hasta fin de março deste año de mil y seiscientos y sesenta y dos	Março de 1662	Num. 2
Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Asia, Africa, y Europa, hasta fin de Abril deste año de mil y seiscientos y sesenta y dos	Abril de 1662	Numero Tercero
Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, y Africa, hasta 23 de Junio de este año de mil y seiscientos y sesenta y dos	Junho de 1662	Numero Quarto
Gazeta nueva, de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, hasta todo el mes de Julio deste año de mil y seiscientos y sesenta y dos	Julo de 1662	Num. 5
Gazeta nueva de los sucessos militares que han sucedido en el Reino de Portugal por la parte de Ciudad-Rodrigo, y Reino de Galicia este año de 1662	Agosto de 1662	Numero 6
Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, hasta fin de Septiembre de este año de 1662	Setembro de 1662	Numero 7
Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Asia, y Europa, hasta fin de Diziembre del año pasado de 1662	Dezembro de 1662	Numero Octavo
Fonte: Sites da Biblioteca Oficial de Espanha e do Boletim Oficial do Estado, também de Espanha.		

Como se poder verificar pelo quadro acima, a parte inicial do título da *Gazeta Nueva* (“*Gazeta Nueva*”) foi sempre a mesma, exceptuando os dois primeiros números.

Inclui data	Sim.
-------------	------

Primeira página

<p style="text-align: center;">Numero 1.</p> <h2 style="text-align: center;">RELACION.</h2> <p style="text-align: center;">O GAZETA DE ALGUNOS CASOS particulares, así Políticos, como Militares, suce- didos en la mayor parte del Mundo, hasta fin de Diziembre de 1660.</p>  <p>SVPVESTO que en las mas populosas Ciu- dades de la Italia, Flades, Francia, y Alema- nia se imprimen cada semana (demas de las Relaciones de sucesos particulares) otras con título de Gazetas, en que se dá noticia de las cosas mas notables, así Po- líticas, como Militares, que han sucedido en la mayor parte del Orbe: será razon, que se introduzga este genero de Impresiones, ya que no cada semana, por lo menos cada mes; para que los curiosos tengan auiso de dichos suce- sos, y no carezcan los Españoles, de las noticias de que abundan las Eñrangeras Naciones. Y en quanto a lo primero daremos principio por las Prouincias de Italia.</p> <p style="text-align: center;">De Roma.</p> <p>A Visán de Roma, que han muerto los Eminentísimos señ- ores Cardenales Don Juan de Lugo Español, natural de Se- uilla, Religioso de la Compañia de Jesus: En Roma, de edad de 75. años: Don Christoval Vvidman, Veneciano, que fa- lleció en Castillo de S. Martin de la Ciudad de Viterbo, de don- de era Obispo.</p> <p>Y que después que en la Ciudad de Roma, y en las demas de la Italia, se publicaron las Pazés entre España, y Francia, han cessado totalmente las pasiones y parcialidades q̃ muchos de los Príncipes Italianos tenian por el afecto a dichas Coronas:</p> <p style="text-align: center;">A con</p>	<p style="text-align: center;">Numero primero.</p> <h2 style="text-align: center;">GAZETA NVEVA</h2> <p style="text-align: center;">DE LOS SVCESSOS POLITICOS, y Militares de la mayor parte de la Eu- ropa, hasta fin de Febrero de este año de 1662.</p> <p style="text-align: center;">DE ITALIA.</p> <p>A Visán de Roma, q̃ ya se hallaua mejor de sus achaques Fray Domingo de Santo Thomas [hijo de Sultan Hi- brahín Emperador de los Turcos, ya difunto, y fo- brino de Mehmet, que oñ gobierna el Othomano Impe- rio] el qual fue el año pasado de 1644. aprehendido de siete Gale- ras de Malta, en compañía de su madre la Gran Sultana [que en vna Esquadra de quatro Galeones iba en romería al Tem- plo, a donde aquella barbara Infidelidad venera el Zancarron de la fábula Propheta perido Mahoma] y llevado a la Ciudad de la Balera, que es la Metrópoli de la Isla de Malta, principal as- siento de la fagrada Religión Militar de San Juan Gerotolimita- no. Y auiendo después muerto en aquella Ciudad la Sultana su madre, en la renacida de su error, y fe la, fue educado el ni- ño, que se llamaua Ommi por orden del Eminentísimo se- ñor Lectoris, Gran Maestre q̃ entonces era de dicha Religión, en el Conuento de Santa Maria de S. Salvo, de el Orden del Gran Padre de Santa Dominga de Guzman, señalándole el Gran Maestre renta competente anual por todo el discurs- o de su vida. Cōsirtiose después a nuestra Santa Fe Catholica. Y a los 23. de Febrero de 1656. fue solemnemente bautizado en la dicha Ciudad, con la pompa y magestad que se deuia a su sagrado, siendo el Gran Maestre su Padrino: eligiendo el nom- bre de Domingo de Santo Thomas. Pocos dias después tomó el Habito de la fagrada Religión de Predicadores, y en el Con- uento de aquella Ciudad: auiendo profesado en ella, dió or- den el Reuerendísimo Padre Maestre Fray Juan Baptista de</p> <p style="text-align: right;">Ma-</p>
<p style="text-align: center;">Figura 31 – Primeiras páginas da <i>Gazeta Nueva</i> – Janeiro de 1661 e Fevereiro de 1662</p>	
Exibe notícias	Sim.
Mostra o preço	Não.
Coloca data	Sim.
Nome dos redactores	Não.
Nome dos impressores ou da casa de impressão	Não.
Censura	
Sujeita à censura	Sim.
<p>Durante o reinado de Filipe IV (1621-1665), as medidas para controlar a imprensa endureceram. Não se podia oublicar o que quer que fosse sem autorização prévia e sem se ter licença para tal. No reinado de Carlos II (1665-1700), estas disposições mantiveram-se, sofrendo algumas modificações ou acrescentos.</p>	
Local das informações sobre licenças	Na última página.
Oficial/Oficiosa	Pode dizer-se que a <i>Gazeta Nueva</i> foi oficiosa.
<p>A <i>Gazeta Nueva</i> era “patrocinada” e estava sob a protecção por/de um membro da</p>	

família real, o que limitava, como tal, aquilo que divulgava e a forma como o fazia. O periódico tinha licença para circular mas não contava com privilégio real.

Notícias

Quadro 20 – Localização geográfica dos acontecimentos relatados na *Gazeta Nueva*

Cidades espanholas	Cidades europeias	Países	Outros locais
Cadiz	Roma	França	África
Zafra	Veneza	Inglaterra	
Viscaya	Turim	Áustria	
La Palma	Nápoles	Alemanha	
Badajoz	Milão	Suécia	
Sevilha	Génova	Irlanda	
Málaga	Livorno	Hungria	
Alicante	Moscovo	Polónia	
Gibraltar	Viena	Portugal	
Llerena	Oran	Malta	
Tui	Munster	Dinamarca	
Galiza	Haya	Escócia	
Cartagena	Riga	Flandres	
Ciudad Rodrigo	Bruxelas	Holanda	
	Varsóvia		
	Londres		
	Paris		
	Jerusalém		
	Aronches		

Notícias nacionais

Sim.

Gazeta Nueva, Julho de 1662

Lunes 3 de Julio llegó a la Corte de España un presente, q la Christianissima Reyna de Francia embio para la Catholica nuestra señora, y el Principe nuestro señor, q Dios guarde.

Contenia el presente q pertenecia a la Reyna nuestra señora, grande cantidad de Guantes bordados al vio de Francia, è Inglaterra, con variedad de flores, y lazos de viuissimas colores, entretexidos de oro y plata: riquissimos Estuches bordados de piedras preciosas: Auanicos muy primorosos, Rosarios de Agatas engastados en oro: y Reloxes de lo mesmo, cuyas caxas estañan cubiertas de diamantes, con una cadena de oro de filigrana en cada uno. Y para el Principe nuestro señor, venia un Caxon, en forma de Bufetillo, en que se veía un jardín con sus Quadros, formados en èl muchos lazos de arboles, y flores con sus frutas, todo de oro esmaltado de diamantes, y rubies. A los lados tenia sus gauetas, y en ellas curiosissimas joyas de oro con esmaltes de piedras preciosas, y por ultimo una Reliquia de San Luis Rey de Francia, guarnecida de diamantes, obra toda primorosissima, y de valor de mas de cien mil ducados.

Gazeta Nueva, Agosto de 1662

De Galicia

Aviendio el Exercito de Galicia acampadose en las márgenes del Rio Miño, y echado Puente en èl, por la parte de la Pela, poco distante de Mençon [que fue Domingo 9 de Julio por la mañana] se dexo ver este dia el Exercito del enemigo (que se compone de 9U Infantes y cavallos, a cargo del Conde de Prado, governador de aquella Provincia) en una eminencia de un monte, que està en medio de Valencia, y dicha Praça de la Pela.

Lunes 10 y Mattes 11 se acabò de perfeccionar, y poner en defensa la cabeça del Puente, y en el siguiente se entrò en Portugal. Aquella noche se aquarte o nuestra gente en el parage del Ara, que es

<p>territorio muy ameno de fuentes, y arboles, adonde refrescaron los Soldados con grandissima comodidad.</p> <p>Jueves 13 se abarracò el Exercito, y se dio principio a la fabrica de quatro Bonetes, ò Fortines, todos de muy buena calidad. Y el dia 19 se passò muestra general del Exercito, y se hallò la gente que se sigue.</p>	
Notícias do estrangeiro	Sim.
<p><i>Gazeta Nueva</i>, Julho de 1662 De Londres</p> <p>Que avia llegado a aquella Cuidad el Cavallero Juan Lauson Vicealmirante de Inglaterra con los Tratados y ajustamientos de Paz, que los Ingleses han hecho con los Moros de Argel, y Tripol; y la liga que pretenden hazer estas Naciones contra los procedimientos de Cid Gaylan, en que han concertado los Ingleses sitiar a Arzila, Corte de aquel valiente Moro, con un buen numero de baxeles; y q los Moros de Argel, y Tunez la sitien por la parte de tierra, para conquistarle de este modo las Plaças que el posee en la Provincia Tingitana de Africa.</p> <p><i>Gazeta Nueva</i>, Julho de 1662</p> <p>Estado de la religión Catolica en los Reinos del Japon, China, y Tartaria.</p> <p>Las noticias que ha tarido el aviso de Nueva España, son, que la flota llegó con mucha felicidad a las Provincias de Mueva-España, y q en la Veracruz murió de enfermedad el General Adrian Pulido, y otras muchas personas. Y assi mismo avisan, que el Emperador del Japon ha mandado pregonar por las Provincias de aquel Imperio, q todos sus vassallos que quisessen recibir la Religion Catolica, lo puedan hazer libremente. Y que los Sacerdotes q estuviesen ocultos en aquellos reinos, se manifiesten, y que sean de todos muy respetados. Y para que este fin ha embiado el dicho Emperador Embaxadores a Manila à pedir al Governador, Sacerdotes, q prediquen a los Japones nuestra Sancta Fé Catolica; y desto se ha tenido noticia por un navio que llegó de Filipinas a Acapulcro. Y finalmente avisan que el Gran Can, ò Emperador de los Tartaros, (que o posee la mayor parte de las Provincias de la China) en demonstración de la afición que tiene à la Religion Catolica, ha despachado Decreto a favor de la Ley Evangelica, para que se predique libremente en todos aquellos Reinos: facción que ha hecho aquel Barbaro por amonestaciõ divina, y persuacion del M.R.P. Juan Adam Religioso de la Compañia de Jesus; el qual tiene tanta cavida con el Emperador de los Tartaros, q quando dà audiencia à los Colaos (que son sus Consejeros de Estado) tiene cerca de su al dicho Padre, y por su consejo responde, y despacha todas las causas, y negocios que le proponen. Y es tanta la falta que ay de Religiosos en aquellas populosas y dilatadas Provincias, que ay Curatos de Doctrinas de Padres Dominicanos con mas de veinte mil Christianos cada una: y el Padre Francisco Brancali, Siliciano, Religioso de la Compañia de Jesus, administra los Sacramentos a mas de otras treinta mil personas. Gracias se दें a la Magestad divina, por tan señaladas mercedes como haze a sus criaturas.</p>	
Fontes das notícias	Há fontes referidas e intuídas.
<p>Observação directa; Informadores do redactor da publicação; Outras publicações noticiosas.</p>	
Géneros jornalísticos nas notícias	
Notícias factuais	Sim.
<p><i>Gazeta Nueva</i>, Setembro de 1662 De Malaga</p> <p>Avisan de Malaga, que el dia del Glorioso San Bartolomè Apostol, por la tarde, entraron en aquel Puerto seis Galeras de Francia, con mucha gente de Goarmicion, todos Soldados, vestidos con variedad de galas, plumajes, y listones. Salieronlas a recibir ocho Galeras, que se hallaron en aquel Muelle, de las dos Esquadras de Napoles, y Sicilia, y hubo entre ellas muchas falúas de Artilleria. Despues entraron todas</p>	

juntas en el Muelle, y boluieron a repetir diversas vezes las falúas de Artilleria a la salud de ambos Monarcas: que junto con la Musica de los Clarines de cada Galera, remedavam las delicias del terreal Paraysi. Despues de dos días se salieron de aquel Puerto las Galeras de Francia, y se fueron a juntar con otros seis Navios de Guerra, y dos de Fuego, que su Magestad Christianissima remite a estas Costas de España, para que las limpien de los Pyratas de Berberia, que continuamente las están infestando.

Gazeta Nueva, Julho de 1662

De Varsóvia

Avisan de Varsóvia, populosa Ciudad del Reyno de Polonia, y Pantheon de los Reyes de aquella Corona, que la Dieta se abrió en aqueila Praça el primero dia de Mayo, con general aplauso de todos los que concurrieron en la Assembleia. Y que en la primera conferencia que en ella se tubo, orò elegantemente el Embaxador del Gran Duque de Moscovia, en orden a pedir a Su Magestad Polaca, suspensión de Armas por algunos meses, en el interin que se tratan las Pazes qye con tan gran ardimiento se dessean en las Provinvias de uno e otro dominio.

Notícias comentadas

Sim.

Gazeta Nueva, Abril de 1661

De Zafra

Lunes 21 de Março, entrò el Serenissimo señor Don Juan de Austria en la villa de Zafra, aviendole salido a recibir el Cabildo de la Villa (y en su nòbre Don Tomas Mazariegos Alcalde Ordinario, y Diego Gonçalez Zamorano Regidor) a Guadalupe, que dista 27 leguas de la villa de Zafra. Salieron también a recibir a su Alteza el Duque de Sangerman, y demás Cabos del exercito de Estremadura. No quiso su Alteza entrar en Zafra con tanto aparato militar, y assido despidió todo antes de llegar a la Villa, cuyo Corregidor (que lo es Don Antonio Suares de Ocampo) salió a recibir a su Alteza à la puerta del Lugar, y le condujo al Palacio (que es del Marques de Priego, Duque de Feria) que estaba riquissimamente halajado.

Luego que su Alteza llegó a la villa de Zafra, mandò hacer refeña de la infantería, cavalleria, artillería, viveres, pertrechos, y municiones que se han prevenido para esta campaña, y se ha hallado ser cada cosa de por si tan numerosa, que excede los limites de la consideración humana. La cavalleria passò muestra en la ciudad de Truxillo, y se han hallado 6U300 cavallos, de los quales tomò possession Don Diego Cavallero de Illescas, como General q es de dicha cavelleria. Y para hazer la entrada en el reino de Portugal solo se aguarda que llegue a Vadajoz la infantería, que para este efecto està señalada. Y después de hecha la dicha refeña, quinientos cavallos nuestros cogierò al enemigo quarenta acémilas de armas, y municiones, que ivan de Yelues a Campo mayor, sin perdida de persona alguna.

Gazeta Nueva, Fevereiro de 1662

De Portugal

Avisan de Lisboa, el disgusto que han recibido los Portugueses con la nueva del casamiento del Duque de York, con hija de Milord Eduardo Hyde, Gran Canciller del Reino de Inglaterra: porque pretendían casarlo con Dona Catalina, hija de la Duquesa de Bergança.

Que con la guerra que el Turco haze a la Christiandad, se les ha embaraçado a los Portugueses el havantar gente en las provincias de la Europa. Y que lo mismo les ha sucedido con los Moros de Africa, respecto de haliarte aquellos Mahometanos embaraçados con guerras civiles: y los de Zalè, y Tetuan han vencido en dos batallas campales a los de Marruecos, y en ellas han muerto mas de 30U infieles. Y en Argel quitò un Baxà la vida al Rey, o Governador de aquella Cuidad, con que està dividida en bandos aquella Provincia.

Que en Portugal ay muchos Fidalgos mal contentos, que defean la entrada de nuestros exercitos en aquel Reyno, para manifestar el afecto al Rey nuestro señor, y fuyo. Y que Don Manuel de Sousa de Castro, Governador de Alcautin, en la Provincia del Algarve, trato entregar aquella Praça a su Magestad; y andando la correspondencia muy viva con el Maestro de Campo Don Antonio Singler. Governador de la plaça de Ayamonte, la llevo a entender la Duquesa de Bergança, la qual embiò a prender al dicho Dom Manuel; pero este Fidalgo anduvo tan avisado, que prendió a los que le querían prender, con que tuvo lugar de pasarte en barcos a Ayamonte, con su mujer, hijos, y familia.

Este último exemplo, para além de incluir comentários, por parte do redactor, sobre aquilo que era noticiado, mostra o tratamento que a imprensa espanhola atribuía à rainha de Portugal, D^a Luísa de Gusmão, tratando-a por duquesa de Bragança, como

forma de demonstrar o não reconhecimento legítimo da família real portuguesa e da dinastia brigantina.	
Outros géneros	Sim, mas em número muito residual.
<p><i>Gazeta Nueva</i>, Junho de 1661 De La Palma En la Palma, Villa del Condado, jurisdicion de la Cuidad de Sevilla, Lunes 23 de Mayo pario una mujer un Monstruo, y fue dos niñas abraçadas, cada una con su cabeça; pero desde el enello hasta el vientre estaban pegadas: y después por lo baxo del vientre se separava cada una con sus musclos, piernas, y pies. Nascieram muertas al séptimo mes de su concepción. Dieron fee de lo referido dos Escrivanos de la dicha Villa.</p>	
Promotores / Redactores / Impressores	
Referência ao nome do redactor	Não.
Referência ao nome do impressor ou da casa de impressão	Sim.
Temário	
Tema principal	Vida militar e conflitos bélicos. ²⁴⁷
<p>Vida militar e conflitos bélicos <i>Gazeta Nueva</i>, Março de 1662 De Badajoz Que 1100 cavallos Portugueses, a cargo del Conde de Schomberg Gouvernador de la Provincia de Alentejo, despojaram, junto a la Casablanca de Talabera, parte de un comboy de 55 carreras, que ivã de Sevilla a la Plaça de armas de Badajoz, con diferentes pertrechos de guerra: Cuyo daño se aprecio en menos de 40 ducados. Y que a este tiempo la cavalleria de Arronches hizo una entrada en Portugal por la parte de Portalegre, y facò una presa de ganado de valor de doze mil ducados. Y q pocos días después, el señor Don Diego de Illescas General de la Cavalleria, teniendo noticia que ceca de Y elves apacentava el enemigo cantidad de ganado, embiò 400 cavallos para que lo cogiessen; y auiedose executado la facción, salieron 300 cavallos de Yelues a recuperar su ganado; y llegando al parage del Rio Caya, sañose Excelencia con 700 cavallos, que tenia emboscados en aquella parte, y dando de improviso sobre el enemigo, le degolló 60 cavallos, cogió mas de 150 y los demás escaparon a Y elves malheridos. Con cuy a presa de cavallos y ganado, entrò su Excelencia en Badajoz, adonde se halla el Serenissimo señor D. Juan de Austria, aguardando los 1200 soldaos, q estaban alojados en los Lugares de la Capitanía General de la Cuidad de Sevilla, para los quales, de orden de su Magestad, en menos de mes y medio, el señor Conde de Villa Umbrola, del Consejo, y Casmara de Castilla, y Assistente de la Cuidad de Sevilla, ha coprado 1200 famosissimos cavallos, para montar la dicha gente: Y agora compra otros 150 para recluta que todos han parecido lucidissimamente. Su Alteza queda pasando muestra en Badajoz, y saldrà a Campaña para mediado el mes de Abril.</p>	

²⁴⁷ Não se conhece, em Espanha, estudo algum que tenha feito uma análise quantitativa completa relativamente ao temário desta publicação. No entanto, pela leitura feita dos exemplares correspondentes aos anos de 1661 e 1662, percebe-se que a grande maioria das notícias se refere ao tema “vida militar e conflitos bélicos”. Dados bibliográficos consultados para a feitura desta tese corroboram esta afirmação.

iii. França: *Gazette*

A França teve aquela que foi a publicação mais conhecida e mais regular de todo o século XVII, a *Gazette*. Surgiu em 1631 e divulgou, de forma sistemática e contínua, todas as semanas, notícias sobre o próprio país onde era publicada e sobre o estrangeiro, notícias estas que eram destinadas a um público que ansiava por estar informado.

Tabela 4	
Publicações seiscentistas periódicas francesas – características jornalísticas <i>Gazette</i>	
Critérios jornalísticos	
Periódica	Sim.
Ao contrário das outras publicações aqui analisadas, que eram mensais, a <i>Gazette</i> foi, desde o seu início, semanal, cumprindo escrupulosamente o princípio da periodicidade. Nos anos aqui estudados (1641-1647 e 1663-1667), a <i>Gazette</i> circulou ao Sábado.	
Actual	Sim.
Ser publicada todas as semanas, na primeira metade do século XVII, tornava uma publicação o mais actual possível. Desta forma, as notícias veiculadas estavam bem mais próximas das datas em que ocorreram. Isto era, sem dúvida, manter-se em conformidade com o princípio da actualidade. Na <i>Gazette</i> , há casos de recolhas feitas no próprio dia da impressão: a última notícia colocada no exemplar n.º 49 de dia 23 de Abril de 1661 foi recolhida na mesma data.	
Discurso	Noticioso, com laivos de factualidade e propaganda. ²⁴⁸
Informar foi o principal objectivo da <i>Gazette</i> : <i>Gazette</i> , n.º 90, 15 de Julho de 1645 De Rome, le 19 Juin 1645 La Signora Olympia est retournée ici de son pays de Viterbe, où elle a esté régalée du Cardinal	

²⁴⁸ Não há, em França, estudo algum conhecido que tenha analisado o discurso da *Gazette* no seu todo, tal como há em Portugal para a *Gazeta* “da Restauração” ou para o *Mercúrio Português*. Nem tampouco foi esse o objectivo deste trabalho. Dados bibliográficos informam que o discurso deste periódico foi essencialmente noticioso e que, dado o seu carácter de “oficial”, acabou por também se revestir de um carácter propagandista.

Brancaccio Evesque de ladite villa, & de tous les Ordres, qui lui ont fait force présens. Le Cardinal Antonio est aussi revenu de son Abbaye de Subiaco: mais les Cardinaux Gabriéli Altiéri, & quelques autres en sont partis pour la résidence de leurs Evéschez. Le 15 du courât mourut ici le sieur le Bret nouvel Evêque de Toul, en sa 40 année, après avoir reçu ses Sacremens, & la b'nédiction que lui envoya Sa Sainteté, laissant outre son Evesché, pour quatorze milla escus d'offices, qui vont au profit de la Chambre Apostolique. Un Prestre parent du fameux Bandi Giulio Pezzola, a esté ce matin exécuté à mort pour avoir fait 28 homicides.

Porém, e dado que funcionou como publicação “oficial” da corte, acabou por também divulgar notícias com carácter mais propagandista:

Gazette, n.º 72, 16 de Junho de 1663

D' Avingnon, le 6 Juin 1663

Les Consuls & habitans de cette ville, ayans appris avec une extême déplaisir, l'indisposition du Roy, & de la Reyne Mère, commencèrent le 31 du Passé, du consentement de l'Archésque, des prières publiques, qu'ils ont continuées jusques au 4 de ce mois, avec exposition du S. Sacrement das toutes les Eglises, pour demander le rétablissement de deux santez si précieuses, & la conservation de toute la Maison Royale: y ayant, aussi, eu une Procession générale, outre les particulières des Parroisses, Religions, & Compagnies de Pénitens de cette ville.

Apresenta publicidade

Não.

Design

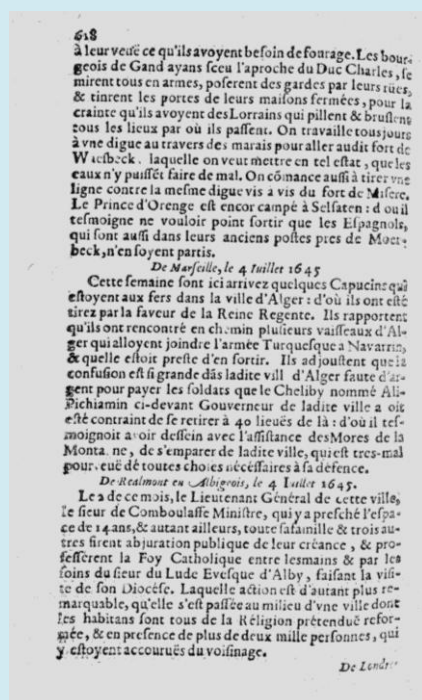


Figura 32 – Página interior da *Gazette*



Figura 33 – Capa da *Gazette* n.º 137, de 2 de Novembro de 1641 e da *Gazette* n.º 3, de 6 de Janeiro de 1663

Formato	<i>In-quarto</i> – 23 × 15 centímetros
Apresenta frontispício	Não.

A *Gazette* não apresentava frontispício, nomeadamente nos anos analisados. No entanto, quando se organizava a colecção anual (com todos os números da gazeta referentes a esse ano), a primeira página continha, para além do título, um frontispício.

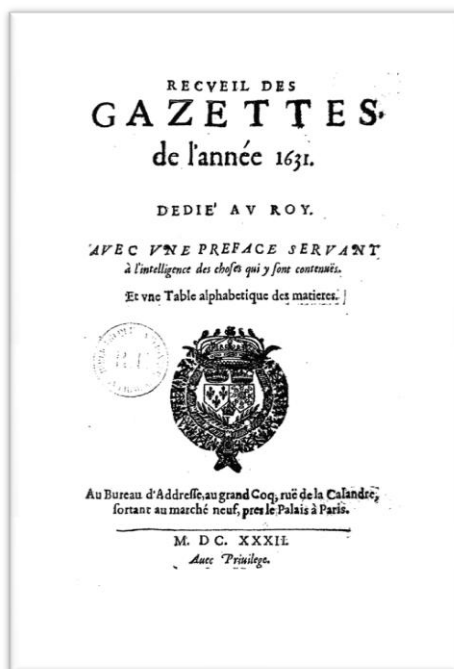


Figura 34 – Capa da colecção anual da *Gazette* (e de outras publicações), com frontispício, ano de 1631

Apresenta título

Sim. Surgia em maiúscula (“GAZETTE”), sendo que a primeira letra, o G, era decorada.

À volta do “G” está escrita a máxima: “guidée du ciel, j'adresse et par mer et par terre” – “guiada do céu, eu endereço por mar e por terra”. No centro da letra encontra-se um globo terrestre e uma agulha de uma bússola apontada para uma constelação de estrelas.

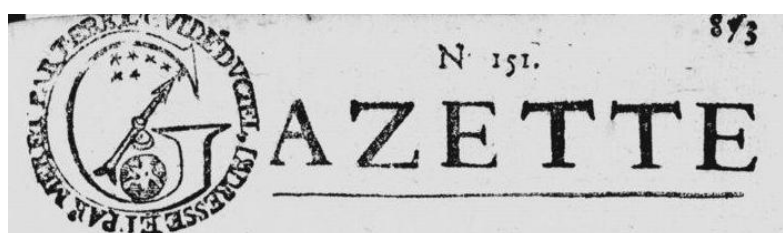


Figura 35 – Título da *Gazette*, com primeira letra ornamentada.

Paginação

Uma coluna.

Letra capitular

Presente.

Colocava-se letra capitular no início de cada primeira notícia, que era também ornamentada.

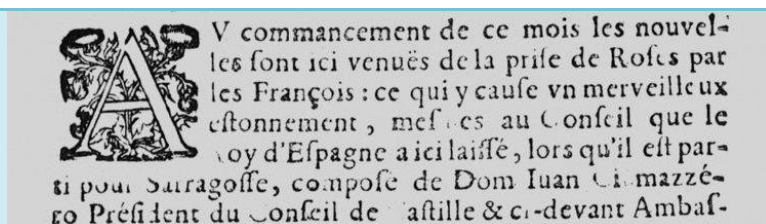


Figura 36 – Exemplo de letra capitular ornamentada no início da primeira notícia da *Gazette*

Número de página

Sim, a numeração era anual e incluiu, a partir do momento que foram publicadas, a *Nouvelles ordinaires*, relações diversas e os *Extraordinários*.

Segue-se o número total de páginas das colecções anuais de Renaudot:

1641 – 974 páginas
 1642-1647 – 1216 a 1290 páginas
 1648 – 1768 páginas
 1649 – 1296 páginas
 1650 – 1720 páginas
 1651-1662 – 1524 a 1200 páginas
 1663-1678 – 1716 a 1352 páginas

Apresenta imagens, desenhos, gravuras

Sim, mas apenas nas capas da colecção anual, ou nas páginas seguintes, ainda incluídas na introdução.

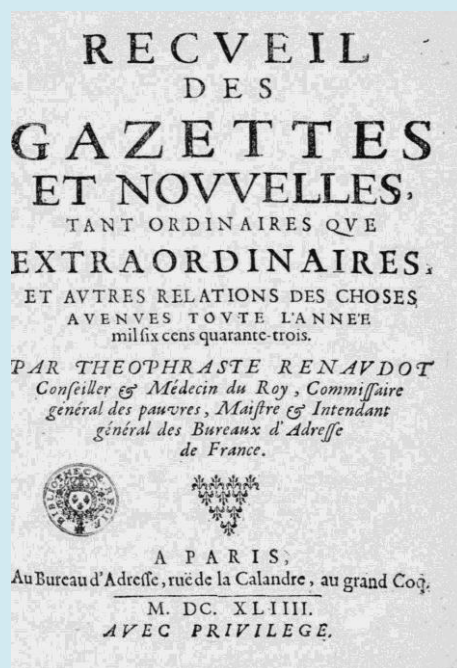


Figura 37 – Capa da colecção anual do ano de 1644 da *Gazette*, com gravura

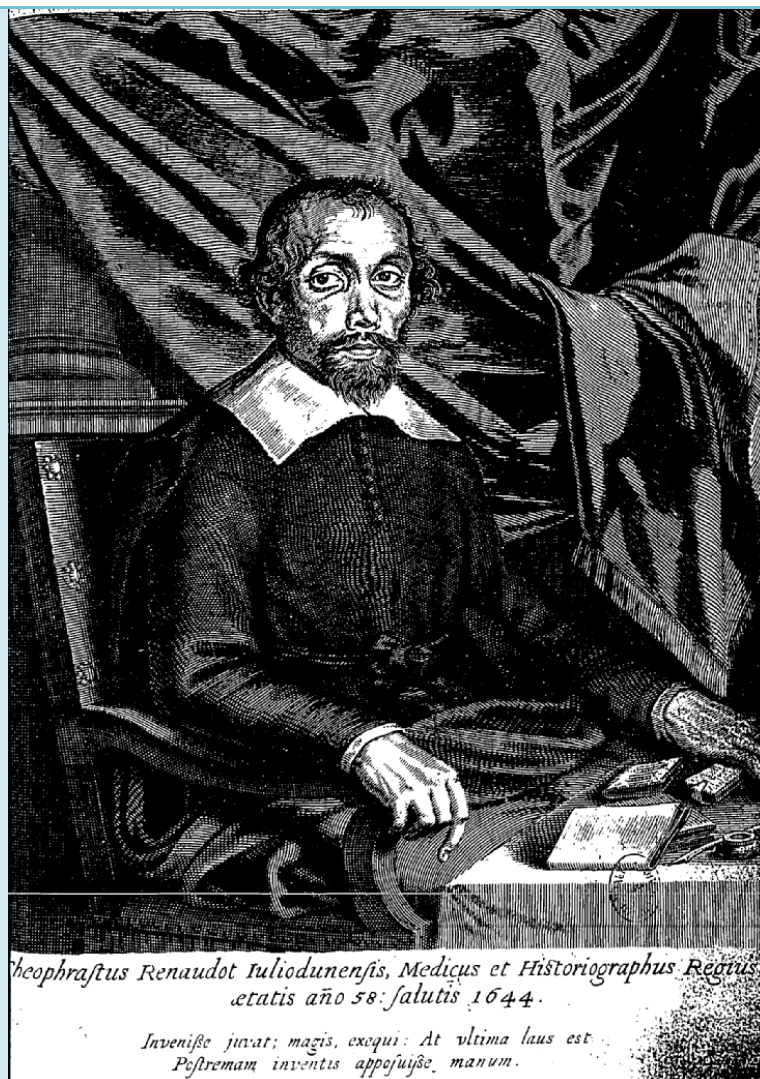


Figura 38 – Imagem de Renaudot, na contracapa da primeira colecção anual das suas publicações, 1631

Referências administrativas (taxas, licenças, impressores, etc.)	Sim.
---	------

Esta informação, sobre licenças, privilégio e impressores, surgia sempre no final da publicação. Na capa da recolha anual, também surgia esta informação, bem como o nome do redactor.

Nunca se verificaram referências a taxas.

Du Bureau d'Adresse le 4 Janvier 1642. Avec Privilège.

Figura 39 – Exemplo da referência administrativa presente na última página da *Gazette*

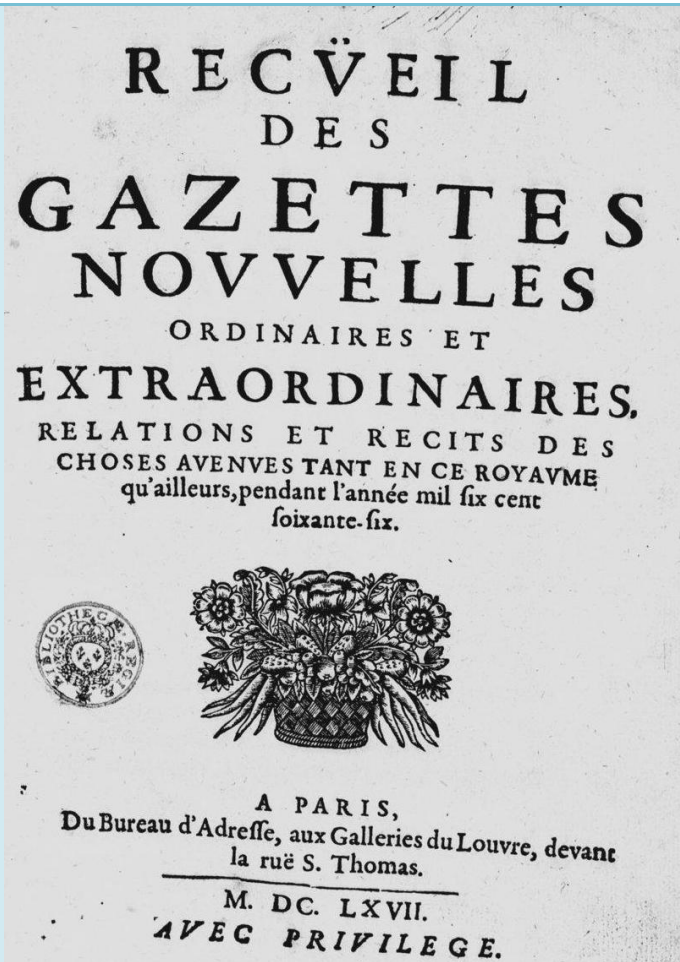


Figura 40 – Referências administrativas na capa da colecção anual das publicações de Renaudot - 1647

Secções	Sim.
<p>As notícias eram organizadas por local de proveniência e por data de recolha – surgia primeiro a mais antiga e as outras iam-lhe sucedendo por ordem cronológica. Não é propriamente uma divisão por secção, mas mostra um certo cuidado com a apresentação da informação.</p> <p>Também se verifica que primeiro se colocavam as notícias do estrangeiro e só depois as do próprio país, se bem que não exista nada que separasse umas e outras.</p>	

qu'on les a recompensez de la permission de se défaire de l'Evesché de Ferrare, & de la part, comme on dit ici, de Cardinal Pauvre. *De Cologne, le 13. Mars 1663.*

On nous a écrit de Clèves, que par l'ordre de l'Electeur de Brandebourg, les Capucins ont esté chassés de ladite ville: mais que le Gouverneur leur avoit auparavant, envoyé divers rafraichissemens, & conseillé de se retirer à Bergues, afin d'y solliciter le rétablissement des Religionnaires, que le Duc de Newbourg en avoit, pareillement, chassés, & qu'aussi-tost ils feroient rétablis en leur Maison, laquelle est, cependant, gardée par des Soldats, pour empêcher les Peuples d'y faire aucun desordre. Néanmoins, nous avons sçu que le procédé du Duc, n'est pas tel qu'on l'a voulu faire croire, & que l'ordre n'a esté donné au Magistrat de Dusseldorp, d'en faire sortir, dans six semaines, tous ceux qui s'y estoient habituez depuis la Régence, sans la permission, que sur les plaintes du Gouverneur de ladite ville, contre plusieurs Vagabonds, qui vivoient d'une manière qui les rendoit très-suspects: parmi lesquels s'estant trouvé quelques Calvinistes & Luthériens, ils ont publié que cette injonction ne regardoit que ceux de leur Créance: mais on espère qu'après les éclaircissemens nécessaires, toutes les choses seront remises au même estat qu'elles estoient auparavant.

De Marseille, le dit jour 13. Mars 1663.

Le 6 de ce mois, vne Barque venant de Thunis, nous ap-
prit

Figura 41 – Secções na Gazette

No final de cada ano, Renaudot reunia todas as publicações pertencentes ao seu monopólio (*Gazette, Nouvelles ordinaires*, relações e extraordinários diversos) e compilava-as todas juntas numa colecção anual, à qual dava o título de “Recueil de toutes les Nouvelles, Ordinaires, Extraordinaires, Gazettes ou autres Relations”

Título

Regular

Sim.

Inclui data

Não.

A data da publicação surge no final, juntamente com as referências administrativas. No início surge a numeração (que é correlativa com as outras publicações de Renaudot e é anual).

Primeira página



Figura 42 – Primeiras páginas da Gazzette

Exibe notícias	Sim.
Mostra o preço	Não.
Coloca data	Não.
Nome dos redactores	Não (na primeira página da <i>Gazette</i> , não surge esta informação. Mas na primeira página da recolha anual, normalmente colocava-se o nome do redactor).
Nome dos impressores ou da casa de impressão	Não (na primeira página da <i>Gazette</i> , não surge esta informação. Mas na primeira página da recolha anual, normalmente colocava-se o nome do impressor – ou impressores).
Censura	
Sujeita à censura	Sim.
Na França seiscentista, a imprensa regia-se por um sistema de privilégio (concessão de patente de monopólio), sob o procedimento de autorização prévia (licenças individuais para cada obra). Quem conseguia o monopólio assegurava a direcção do seu desenvolvimento, já que todos os ofícios de impressão e livraria eram regulados por uma organização corporativa e uma regulamentação minuciosa. Este sistema de controlo era acompanhado por múltiplas e fortes censuras (civis e eclesiásticas), temas	

proibidos, castigos e processos nos tribunais por violação das normas estabelecidas.	
Local das informações sobre licenças	Na última página. Na colecção da recolha anual, podia surgir também na capa da mesma.
Oficial/Oficiosa	De todas as publicações analisadas, a <i>Gazette</i> foi a que realmente teve um apoio declarado por parte dos governantes franceses.
Partiu do Estado a criação de uma publicação periódica que pudesse informar as pessoas segundo os seus interesses: a <i>Gazette</i> que estava, assim, ao serviço do Poder e era uma “arma” de propaganda do rei Luís XIII e do cardeal de Richelieu.	
<p style="text-align: center;">Notícias</p> <p>Renaudot reservou para a sua publicação, <i>Gazette</i>, as informações sobre o seu país, França, sobre a Inglaterra, sobre os Estados italianos, sobre as Províncias Unidas, sobre a Flandres e sobre a Península Ibérica. Já as notícias sobre os países germânicos e sobre a Europa do Norte eram divulgadas na <i>Nouvelles ordinaires</i>. Esta “divisão” terá sido feita ainda quando a <i>Nouvelles ordinaires</i> estava a cargo de Epstein.</p>	
Notícias nacionais	Sim.
<p><i>Gazette</i> n.º 63, 9 de Junho de 1646 D’Amiens, le 7 Juin 1646</p> <p>La semaine passé, la Reine tesmoigna de grands ressentimens de douleur pour la nouvelle que Sa Majesté receut du decez de l’Impératrice se chere & unique souer, s’estant à cette sin enfermée le 30 du passé dans le Convent deS Carmelites de cette ville.</p> <p>Le 2 de ce mois, leurs Majestez sirent leurs dévotions en l’Eglise Nostre-Dame de Foy, qui est un Convent d’Augustins, où la Reine va tous les jours entendre le salut : & où, selon la voix publique, depuis 15 ans se sont faits plusieurs miracles.</p> <p>Le 3, qui estoit le Dimanche de l’octave de la Feste-Dieu, auquel jour toutes les paroisses de cette ville vont en procession, la Reine (dont la piété se fait voit en toutes occasions) sit faire un beau reposoir au logis du Roy, où leursMajestez avec des cierges à la main receurent la procession de S. Remi leur paroisse, estans accompagnées de Mademoiselle, & de tous les Grands de cette Cour, ensemble de tous les Gardes tant du Corps Suisses, que de la Porte, du gråd Prevest & des régements François & Suisses qui estoyét sous les armes. Leurs dites Majestez accompagnèrent le Saint Sacrement jusques en l’Eglise Saint Remi : d’où le Roy alla aux Feullans : Mais la Reine y entendit la grand Messe : à l’issue de laquelle Sa Majesté sut communiee par les mains du Curé, & l’apresdisnée sut continuer ses dévotions aux jacobins.</p> <p>Ce jour là, Son Altesse Royale sit voir nostre citadelle à Mademoiselle sa fille & à la Princesse de Condé, où se trouva aussi Son Eminence.</p> <p>Sur le soir sut tenu Grand Conseil d’enhaut, où il sut résolu que Sadite Altesie partiroit pour l’armée de Flandre : comme elle sit le 4 sur les cinq heures du soir qu’elle alla coucher à Doulens, & le lendemain à Arras.</p> <p>Le mesme jour 4, le Chevalier de Riviere vint ici de la part du Duc d’Anguien donner avis à leurs Majestez qu’il avoit laissé ce Prince avec son armée pres de Landrecies, mais qu’elle devoit décamper ce jour là pour marcher plus avant.</p> <p><i>Gazette</i>, n.º 63, 4 de Junho de 1646</p>	

<p>De Calais, le 4 Juin 1646</p> <p>Toutes les troupes qui estoient en ces quartiers & qui avoyent esté contremandées, sont parties pour Auxi-le-Chateau. Les ennemis ont paru aux environs de Bourgourg & de Wate, de laquelle dernière place on a renforcé la garnison de crainte de surprise. Ils ont emmené les meilleurs canons de Mardik, & commencent à demolir ses dehors & arracher ses palissades, faisans mine de vouloir tout à fait ruiner cette place là.</p>	
Notícias do estrangeiro	Sim.
<p><i>Gazette</i>, n.º 71, 14 de Junho de 1664</p> <p>De Génes, le 25 May 1664</p> <p>Le Due de Créquy estant arrivé a Livourne, le 15 de ce mois, continua se route vers Florence, où il reçeur de Grãd Duc de Toscane, tous les honneurs imaginables: & le 23, il en partit pour aller à San Quitico. Le Sieur Zorzi est aussi parti de cette ville, sur vae Felouque qui le doit porter à Barcelone: d'eù il continuera son chemin par terre pour aller à Madrid, faire la fonction d'Ambassadeur de la République de Venise. Les dernières Lettres d'Alicant, confirment que les Corsaires d'Algier avoyent rendu au Vice-Amiral Lawson, 17 Vaisseaux Anglois, avec les hommes qui estoient dessus, & une partie des Marchandises dont ils n'a voyent pas encor dispolé : mais que sur leur refus de payer un million d'or pour les dommages sousserts par ceux de sa Nation, il leur avoit déclaré la guerre, &, ensuite, enlevé un gros Vaisseau qui retournoit en ladite ville d'Algier, chargé d'un riche Butin, & de 300 Mores qui ont esté faits Esclaves.</p> <p><i>Gazette</i>, n.º 49, 23 de Abril de 1661</p> <p>De Rome, le 24 Mars 1661</p> <p>L'Archèves que d'Amasia, partit d'ici, le 12 du Courant, pour aller en France, porter, de la part du Connestable Colonna, fon Neveu, des bijoux de grand prix, à la Damoiselle Marie Mancini, & la conduire en Italie: & le 14, ledit Conestable, accompagné de plusieurs Personnes de marque, prit la route de Milan, pour la recevoir fur la Frontière, & l'amener en cette ville: où, par l'ordre du Cardina Colonna, l'on travaille, ainfi qu'à Naples, à de très-riches livrées, & à tous lees apprefts de leurs Nopces, qui doivent estre des plus magnifiques.</p>	
Fontes das notícias	Há fontes referidas e intuídas.
<p>Observação directa; Informadores; Cartas; Documentos oficiais; Outras publicações noticiosas.</p> <p>Mais que recorrer a fontes, a <i>Gazette</i> foi fonte para muitas outras publicações que circularam na Europa seiscentista.</p>	
Géneros jornalísticos nas notícias	
Notícias factuais	Sim, a grande maioria.
<p><i>Gazette</i>, n.º 90, 15 de Julho de 1645</p> <p>De Lisbonne, ledit jour 13 Juin 1645</p> <p>Le Roy d'Espagne ayant eu avis par son Ambassadeur en Cour de Rome, quelles partisans ne pouvovér plus respondre aux plaintes faites par l'Agent du Clergé de Portugal, sur le retardement de la nomination aux Archéveschez & Eveschez vacans en ce Roy aume, a nomme à l'Archévesché de cette ville & à ceux de Braga & d'Evora, Dom Francisco de Castro Inquisiteur général de ce Royaume, le Père Jean de Vasconcellos Dominicane secod Inquisiteur, & Do Pedro d'Alincastre oncle du Duc d'Aveiro: mais ils</p>	

n'en eurent pas plutost connoir sa qu'ils surent trouver le Roy de Portugal, pour le supplia qu'ils nommast tel Officier qu'il voudroit, devant lequel ils estoient résolus de faire nouvelle déclaration de les fidélité & obeissance : renonçans à ladite nomination qu'ils jugeoyent bien n'estre qu'un artifice pour tasches de les mettre mal avec leur légitime Souverain.

Gazette, n.º 49, 23 de Abril de 1661

De Naples, le 12 Mars 1661

Le Duc de Saint Jean, qui estoit allé en Espagne, en qualité d'Ambassadeur de cette ville, en est revenue, & a fait part de sa Négociation, au Viceroy & aux Eleus du Peuple. Nous avons reçu Confirmation de la prise d'un Vaisseau, charge de cent Turcs & de Marchandises, estimées plus de trois cent mille livres, par les Galères de Malthe: mais nous avons, aussi sceu, que les Corsaires de Barbarie, ont enlevé, pres de Spartivento, un Navire François, fur lequel il y avoit divers Passagers, la plupart Anglois. On nous écrit de Palerme en Sicile, qu'on y estoit dans une grande épouvante, à caufe des tremblemens qui recommençoient de ce costé l: une des maisons de la mesme ville, en ayant esté renversée, & tous ceux qui estoient dedans, écrasés sous ses ruines: & que le Viceroy avoit reçu ordre de tirer des habitans de toutes les places de cette Isle là, de nouvelles Contributions, pour les guerres de Portugal.

Notícias comentadas

Sim, mas em número menos expressivo.

Gazette, n.º 95, 8 de Agosto de 1665

De S. Germain en Laye, le 7 Aoust 1665

Le premier du Courant, le Royestant parti d'ici, sur les huit heures du matin, alla prendre le divertissement de la Chasse, dans la Piaine de S. Denys.

Le mesme jour, Madame apres avoir demeuré 3 semaines, à Versailles, & pendant ce temps, esté tres magnifiquement traitée avec toute sa Maison, par l'ordre du Roy, qui avoit à cette fin, laissé le Sieur Langlois, l'un de ses Maîtres d'Hostel ordinaires, reviot ici en parfaite santé : & le jour précédant, la Reyne d'Anglaterra sa Mère, qui avoit, aussi, esté régagée au mesme Chateau, pendant cinq jours, avec toute la magnificence possible, retourna, parellement, à Colombes (...)

Gazette, n.º 101, 17 de Agosto de 1641

De Paris, le 17 d'Aoust 1641

Le 15 de ce mois, jour de l'Assomption, fut icy faite la solemnité en l'honneur de la Vierge, proteéctrice de cet Estat. Nostre Archévesque estoit à la Procession, assisté de son Clergé, & suivi du Prévost des Marchands & de tout le corps de ville.

Encore que je vous aye fait part de ce que j'ay appris s'estre n'aguères passé devant Aire, enrre l'armée du Roy commandée par le Mareschal de la Messeraye, & celle du Roy d'Espagne sous le Cardinal Infant: neantmoins pour ce que cette actiõ, l'une des plus memorables qui se soir passée de nos jours, n'a pû vous estre d'abord a assez circonstanciée, mais seulement touchée en general, vous en aurez une relation tres particuliere.

Promotores / Redactores / Impressores

Referência ao nome do redactor

Não. Esta referência é feita apenas em algumas capas da colecção anual.

Referência ao nome do impressor ou da casa de impressão

Sim, no final.

Temário

Temas principais

Notícias sobre a corte francesa, vida militar e conflitos bélicos, vida política e diplomática.

Os temas das notícias na *Gazette* oscilaram entre os que falavam sobre a corte francesa (nascimentos, casamentos, mortes, etc), no que às nacionais diz respeito, e sobre assuntos políticos, bélicos e diplomáticos, principalmente quando o local focalizado era o estrangeiro.

Vida militar e conflitos bélicos

Gazette, n.º 110, 29 de Agosto de 1643

Des Génes, le 1 Aoust 1643

L'armée François, apres avoir demeuré long temps dans les trois postes du bourg, des Jardins, & d'une porte d'Alexandrie, prit en fin résolution le 28 du passé, de se retirer, & de passer comme elle fit le Taner, prenant sa marche du costé de Saint Sauveur. Elle fut suivie de toutes les troupes Espagnoles qui sont en Alexandrie : mais voyans qu'il ne leur seroit guéres avantageux de marcher plus avant, elles se retirèrent aussi tost, n'ayans pais-là a receus des François, dont la cavalerie faisoit des courses jusques à Puzzuolo Formigaro. Deux jours auparavant, le Comte Galeazzo Trotti, Lieutenant Général de la cavalerie Espagnole & du Milanez : ce qui lui reussit par l'assistance du Colonel Stuff, & du Mestre de camp D. Pietro Gonçalves, n'ayant perdu en cette expédition que cinq à six soldats. Les Espagnols ont aussi renforcé ces jours passez la garnison du chasteau de Moncastel & celle Valance : où la Comte de Siruela, estant depuis peu venu de Mortare, y a tenu asssemblée de tous ses Officiers, afin de pourvoir aux dâgers dont cette dernière place est menacée. Le Marquis de Vélada, nouveau Gouverneur du Milanez, es toit attédu le 28 du passé à Pavie, où il se devoit aboucher avec le Côte de Siruela. Il a couru grâde risque d'estre pris par les Suédois en passant le Rhin, où il a perdu une bonne partie de son bagage. On nous escrit de Florence, que la nuit du 28 du passé, les troupes du Pape voulurent surprendre la ville della Piève : mais que la garnison les obligea de se retirer : & que le Baillif de Valâcey ayant ataqué Novantola, sur l'assurance que le Marquis Mathéi s'avanceroit en mesme temps avec ses troupes pour occuper le passage de Modéne : ce Duc en ayant esté averti, pour prévenir le dessein de ce Marquis, avec toute la Noblesse de son pais occupa le premier ce passage, & en mesme temps envoya du secours a Novantola, avec d'autant plus de facilité que le dedans & les dehors de ladite place, se défendoient courageusement, & que le Bailli de Valancey n'avoit pas assez de troupes. En suite dequoy le Duc de Modéne se retirant, rencontra le Mathéi qui s'avançoit vers ledit passage de Novicello : ce qui donna lieu à un combat, auquel ces deux partis disputèrent long temps sans aucun avantage, mais en sin le Marquis Mathéi fut contraint de se retirer. Le Comte Frácisco Gongaza y sut tu é d'une mousquetade : le Commissaire de la cavalerie du Pape blesse, & quelques autres furent faits prisonniers. Le Due de Modéne y perdit aussi quelques-uns des fiés. Cepédant le fleur Gambacorta, Sergent général de bataille de l'armée Ecclesiastique, ferre des pres la ville della Piève, pour en chasser les troupes du grand Duc de Toscane : contra lequel on a résolu de former deux camps, l'un pour entrer dans son pais, & l'autre pour chasser les Florentins de l'Estat Ecclesiastique.

Vida política e diplomática

Gazette, n.º 90, 15 de Julho de 1645

De Madrid, le 12 Juin 1645

Au commencement de ce mois les nouvelles sont ici venues de la prise de Roses par les François: ce qui y cause un merveilleux estonnement, mes es au Consiel que le roy d'Espagne a ici laissé, lors qu'il est parti pour Saeragosse, compose de Dom Juan Clamazéto Président du Conseil de Castille & ci devant Ambassadeur à Rome, du Duc de Villa Hermosa, des Marquis de Sainte Croix & de Castagneda, du Comte de Castrillo, & de Pedro d'Arle : en suite dequoy ils ont taset de persuader au peuple que ce n'estoit rien, & que dans le mois d'aoust ils reprédroyent cette place, qui ne s'estoit rendue que par la négligence du secours qui estoit prepare dans les Galéres. Pour laquelle raison le Général desdites Galérés a esté honteusement cassé & envoyé prisonnier : Dom Garcia de Norogna Comte de Lignarez, portugais, ayant esté nomme en sa place. Sa Majesté Catholique pour s'assuer de l'assection des Arragonnois, est tousiours à Sarragosse, avec le Prince son fils, Dom Philippe de Silva aussi portugais, & Dom Louys de Haro son favori, neveu du Comte Due d'Olivarez, qui est à Touro sur les frontières de Portugal ; vers lequel on a envoyé quelques courers pous avoir son avis sur les présentes conjonétures. Elle a cependant permis que Dom Francisco Mascarégnas Comte de Sainte Croix, ici rétenu prisonnier depuis la révolucion de Portugal, suit eschangé avec le Mestre de camp Bocca-Negra.

Notícias sobre a corte francesa

Gazette, n.º 49, 23 de Abril de 1661

De Paris, le 23 Avril 1661.

Le 15 du Courant, la Reyne Mére, avec laquelle estoyene Mademoifelle, & plusieurs Dames de la Cour, ouit au Valde-Grace, le Sermon, que le Père Bazin, jacobin du Convent de S. Honoré, y fit fur le sujet de la Passion, avec beaucoup d'éloquence & de piété.

Le 16, veille de la Résurrection de Notre Seigneur, le Roy & les deux Reynes, accompagnées de Monsieur & de Madame, ayans assisté au Salut dans la Chapelle du Louvre, furent entendre Matines, en l'Eglise des Prestres de l'O-ratoire.

Le 17, Leurs Majestez firent, le matin, leurs devotions en celle de Saint Germain l'Auxerrois, leur Parroisse, où la Reyne rendit les Paints-Bénits, avec beaucoup de magnificence: Puis, le Roy, reveftu de fon grand Collier de l'Ordre, accompagné de Monsieur, & de grand nombre de Seigneurs, & précédé des Cent Suisses, alla toucher quinze cent Malades, dans le Jardin des Tuilleries, avec les ceremonies ordinaires. L'aprefdinée, Leurs Majestez retournèrent en la mesme Eglise, entendre la Prédication du Père Cüeillens, Cordelier, done Elles furent grandement satisfaites, & Vespres chantées par la Mufique du Roy, ausquelles l'Evesque de Digne official pontificalement: la Reyne Mére, estant, ensuïte, allée aux Jacobins de la rue S. Honoré, à la Bénédiction du S. Sacrement.

Le 18, le Contract de Mariage de Mademoiseller d'Orléans, & du prince de Toscane, fut signé, dans la Chambre du Roy, par Leurs Majestez, Monsieur, madame, Madame la Duchesse d'Orléans, l'Evesque de Béziers, Ambassadeur Extraordinaire du Grand Duc de Toscane, & le Premier Président du Parlement, Tuteur de cette Princesse: Puis ce Prélat fit, au mesme lieu, la cérémonie des Fiançailles, ainsi que, le lendemain, celle des Epoufailles, dans la Chapelle du Louvre, en préfence de toure la Cour: ayant, ensuite, splendidement traité le Duc de Guife, qui réprésentoit, en l'yne & en l'autre, le Prince de Toscane.

Lezo, il eut fon Audience de Congé, à laquelle il fut conduit par le Sieur de Bonneuil, Introduteur des Ambassadeurs: qui lui porta, le lendemain, une magnifique Chapelle d'argent, de la part du Roy, pour marque de la satisfaction qu'avoit Sa Majesté, des foins qu'il a pris dans la négociation de ce Mariage.

Le mesme jour 20, le Roy, apres avoir receu les compliments des Principaux de cette ville, partit pour Fontainebleau, avec la Reyne, qui estoit portée en chaife, à caufe de fa grossesse: Leurs Majestez estans allées coucher à Fromont, où Elles furent receues, avec toute la magnificence imaginable, par le Sieur de Nouveau: qui traita tous les Seigneurs de la Cour, & particulièrement la Maison de Leursdites Majestez: lesquelles allèrent, coucher, le lendemain, à la Maison Rouge.

3.4. Discussão dos resultados

Apresentado e analisado o *corpus* desta investigação, *Gazeta* “da Restauração” (1641-1647), *Mercúrio Português* (1663-1667), *Gazeta Nueva* (1661-1662) e *Gazette*, (1641-1647 e 1663-1667) importa tecer algumas considerações sobre os resultados obtidos e conjecturar algumas explicações para eles.

Tabela 5
Comparação dos critérios jornalísticos

	<i>Gazeta “da Restauração”</i>	<i>Mercúrio Português</i>	<i>Gazeta Nueva</i>	<i>Gazette de France</i>
Periódico	Sim	Sim	Sim	Sim
Actual	Sim	Sim	Sim	Sim
Discurso	Noticioso	Noticioso	Noticioso	Noticioso

Publicidade	Não	Não	Não	Não
--------------------	-----	-----	-----	-----

Respeitar os criterios da periodicidade e actualidade são duas das exigências que se fazem a uma publicação para que esta se possa considerar um jornal. As quatro publicações que fazem parte do *corpus* desta investigação respeitaram esses critérios (cada um ao seu jeito – *Gazeta* “da Restauração”, *Mercúrio* e *Gazeta Nueva* mensais; *Gazette* semanal). De forma igualmente unânime, todas elas se apresentaram com um discurso eminentemente noticioso. Assim, pode afirmar-se que as primeiras publicações periódicas portuguesas, espanhola e francesa nasceram com intenção principal de noticiar, o que, juntando à actualidade e periodicidade que já respeitavam, vem mostrar que já no século XVII, e na altura da sua génese, o jornalismo era, com a devida distância temporal, parte daquilo que ainda é hoje.

O facto de haver um público ávido por notícias é algo que ajuda a explicar a conquista da periodicidade e a tentativa de a manter. Para além de os redactores ou promotores saberem que havia quem comprasse a publicação, para esses compradores também era importante saber que podiam contar com aquela fonte de informação, naquela data, com novidades sobre este ou aquele local.

As quatro publicações também se assemelharam no que à não inclusão de publicidade, nas suas páginas, diz respeito. Provavelmente, nesta época, ainda se desconhecia o poder que tal estratégia podia ter, quer como fonte de rendimento e lucro (para o detentor da publicação), quer como forma de visibilidade (para quem publicitasse).

Tabela 6 Comparação do <i>design</i>				
	<i>Gazeta</i> “da Restauração”	<i>Mercúrio Português</i>	<i>Gazeta Nueva</i>	<i>Gazette de France</i>
Formato	13,5x19	15x20	12x20	15x23
Frontispício	Não (1)	Sim	Não	Não (capas da recolha anual)
Título	Sim	Sim	Sim	Sim

Paginação	Uma coluna	Uma coluna	Uma coluna	Uma coluna
Letra capitular	Sim	Sim	Sim	Sim
Número de página	Não	Não	Não	Sim
Imagens, desenhos, gravuras	Não (1)	Sim	Não (1)	Não (capas da recolha anual)
Referências administrativas	Sim	Sim	Sim	Sim
Secções	Sim	Não	Sim	Sim

Relativamente ao *design*, notou-se que as quatro publicações se apresentaram com um formato *in-quarto*, sendo que a *Gazette* era a maior de todas e a *Gazeta Nueva* a menor. Em relação à presença de letra capitular, à paginação e à inclusão de referências administrativas, as quatro publicações seguiram igualmente os mesmos trilhos: inserção deste tipo de letra, paginação a uma coluna e colocação das ditas referências. Já o frontispício, foi presença frequente apenas no *Mercúrio Português*, pois na *Gazeta Nueva* simplesmente não apareceu e na *Gazeta da Restauração* e na *Gazette* apareceu apenas nas capas (capa do primeiro número e capa das recolhas anuais, respectivamente). Também a inserção de imagens, desenhos e/ou gravuras aconteceu apenas de forma constante no *Mercúrio*, nas outras publicações ocorreu por uma vez ou de forma esporádica. Por último, no que ao número de página diz respeito, apenas a *Gazette* inclui esta informação e em relação à divisão das notícias por secções, somente o *Mercúrio* não recorreu a tal.

Assim, parece claro que estas publicações se aproximaram bastante, no que ao *design* diz respeito. De todas, o *Mercúrio* foi aquela que deu mais atenção a pormenores que não o texto (imagens, frontispício) e a *Gazette* foi a que mais se preocupou em mostrar-se seriada, com a inclusão do número de página em cada uma das suas folhas.

Tabela 7 Comparação do título				
	<i>Gazeta “da Restauração”</i>	<i>Mercúrio Português</i>	<i>Gazeta Nueva</i>	<i>Gazette de France</i>
Regular	Sim	Sim	Sim	Sim
Data	Sim	Sim	Sim	Não

As quatro publicações analisadas, as primeiras dos três países mais ocidentais da Europa, exibiram um título relativamente regular ao longo do período de publicação em observação. Ainda assim, a *Gazette* e o *Mercúrio* foram mais regulares que a *Gazeta* “da Restauração” e principalmente que a *Gazeta Nueva*, que só estabilizou ao terceiro número.

Ser fiel ao título, mostrava consideração não só por quem comprava o jornal (que assim não confundia as publicações que pudessem existir, muitas vezes com nomes semelhantes), como também concedia estabilidade ao periódico.

Tabela 8 Comparação da primeira página				
	<i>Gazeta</i> “da Restauração”	<i>Mercúrio Português</i>	<i>Gazeta Nueva</i>	<i>Gazette de France</i>
Notícias	Sim	Sim	Sim	Sim
Preço	Não	Não	Não	Não
Data	Sim	Sim	Sim	Não
Nome dos redactores	Não	Não (1)	Não	Não (1)
Nome dos impressores ou da casa de impressão	Não	Não (1)	Não	Não (1)

A primeira página destas publicações (onde não se consideram as capas, quando estas existiram) exibiram todas elas notícias, como era expectável. Já não tão expectável, mas real, foi a não inclusão de data na capa por parte da *Gazette*, o que, porém, pode ser explicado pelo facto de colocar esta informação no fim e por mencionar no início numeração (que era anual e incluía as outras publicações do monopólio de Renaudot).

No que à identificação de redactores e impressores ou casas de impressão, notou-se que esta informação, quando existiu, também não foi apresentada na primeira página, mas sim na última. Tal verificou-se igualmente com a exibição do preço da publicação, que nunca se verificou na primeira página.

Estes dados mostram que aquilo que realmente interessava era noticiar e que era importante colocar as notícias logo na primeira página, de forma a torná-las visíveis e tornar a publicação “apetecível”.

Tabela 9 Comparação – censura				
	<i>Gazeta “da Restauração”</i>	<i>Mercúrio Português</i>	<i>Gazeta Nueva</i>	<i>Gazette de France</i>
Sujeita à censura	Sim	Sim	Sim	Sim
Informação sobre licenças	Final	Final (1)	Final	Final (1)
Oficial/Oficiosa	Sim	Sim	Sim	Sim

A tabela 9 é uma das mais coerentes desta comparação. As quatro publicações estiveram sujeitas à censura, as quatro colocaram a informação sobre as suas licenças no final e as quatro foram oficiosas. Tal mostra que, neste aspecto, não houve muito por onde “divagar” e que respeitar aquilo que era instituído por este instrumento de repressão era essencial para que um periódico continuasse a ser publicado.

Tabela 10 Comparação das notícias				
	<i>Gazeta “da Restauração”</i>	<i>Mercúrio Português</i>	<i>Gazeta Nueva</i>	<i>Gazette de France</i>
Notícias nacionais	Sim	Sim	Sim	Sim
Notícias do estrangeiro	Sim	Sim	Sim	Sim
Fontes das notícias	→ Observação directa → Outras publicações noticiosas → Cartas → Relatos orais de viajantes	→ Observação directa → Outras publicações noticiosas → Cartas → Posição privilegiada de António de Sousa de	→ Observação directa → Outras publicações noticiosas → Informadores do redactor da publicação	→ Observação directa → Outras publicações noticiosas → Cartas → Informadores → Documentos

		Macedo na corte → Documentos oficiais		oficiais
--	--	---	--	----------

As quatro publicações estudadas divulgaram notícias nacionais e estrangeiras, se bem que em proporções diferentes: no *Mercúrio*, as notícias “domésticas” foram a maioria, nas outras publicações não. E, de entre estas três últimas, a *Gazeta* “da Restauração” foi aquela que menos falou do próprio país, nomeadamente na sua segunda fase. Como já foi abordado neste trabalho, a censura determinava sobremaneira aquilo que podia ser divulgado e não bastava publicar algo que desagradasse àqueles que governavam para que se desencadeassem problemas sem fim para os redactores e/ou promotores.

Dada a época e as condicionantes da mesma, seria expectável que, por um lado, as notícias nacionais fossem as mais desejadas. O mundo não tinha o “tamanho” que tem hoje e a noção de proximidade estava menos alargada, por isso interessava mais aquilo que acontecia “ali ao lado”. Mas, por outro lado, se era “lá longe” que estavam a ocorrer acontecimentos dignos de registo, também não seria de estranhar se fossem as notícias sobre essas ocorrências a interessar.

No que diz respeito às fontes, viu-se que as quatro publicações aqui analisadas recorreram todas quer à observação directa, quer ao recurso a outras publicações noticiosas para “escreveram” as suas notícias. Das duas publicações estrangeiras, diz-se que se valeram de informadores próprios e do *Mercúrio*, dada a posição do seu redactor na corte, que se fez valor dos seus conhecimentos para ter acesso a informação privilegiada.

Em suma, a divulgação da informação, fosse ela nacional ou internacional, só acontecia porque já no século XVII existia um conjunto de fontes que forneciam dados a quem redigia os periódicos, permitindo assim que esta circulasse e que até já fosse possível falar em redes de circulação da informação.

Tabela 11
Comparação dos géneros jornalísticos das notícias

	<i>Gazeta “da Restauração”</i>	<i>Mercúrio Português</i>	<i>Gazeta Nueva</i>	<i>Gazette de France</i>
Notícias factuais	Sim	Sim	Sim	Sim
Notícias comentadas	Sim	Sim	Sim	Sim
Outros géneros	Sim	Sim	Sim	Sim

Tal como a tabela 9, também a 11 é completamente homogénea. As quatro publicações dividiram as suas notícias entre factuais e comentadas, sendo que em todas as factuais revelaram números mais elevados. Tal não causa estranheza dado estarmos a falar de publicações noticiosas, que tinham como principal objectivo divulgar informação.

Tabela 12
Comparação – Promotores / Redactores / Impressores

	<i>Gazeta “da Restauração”</i>	<i>Mercúrio Português</i>	<i>Gazeta Nueva</i>	<i>Gazette de France</i>
Referência ao nome do redactor	Não	Sim	Não	Não (1)
Referência ao nome do impressor ou da casa de impressão	Sim	Sim	Sim	Sim

A tabela 12 revela que o nome dos impressores ou da casa de impressão foi sempre divulgado por estas publicações, sendo que o mesmo já não acontecia com o nome do redactor, que só surgiu no *Mercúrio* e poucas vezes (na *Gazette*, aparecia o nome do seu redactor na capa da colecção anual). Tal não deixa de ser curioso e permite que se conjecturem algumas justificações para tal. Uma delas é que o impressor fosse figura mais importante que o redactor; outra, que impressor e redactor muitas vezes se confundissem ou fossem um só (aconteceu em outras publicações periódicas europeias,

de outros países, apesar de se saber que não foi o caso destas); e uma outra que não interessasse, a quem redigia, que se soubesse o seu nome.

Tabela 13 Comparação do temário				
	<i>Gazeta “da Restauração”</i>	<i>Mercúrio Português</i>	<i>Gazeta Nueva</i>	<i>Gazette de France</i>
Tema principal	Vida militar e conflitos bélicos, vida social e religiosa; vida política e administrativa; vida diplomática	Vida militar e conflitos bélicos e vida social e religiosa	Vida militar e conflitos bélicos	Vida militar e conflitos bélicos, notícias sobre a corte francesa, vida política e diplomática.

A última tabela vem mostrar que as notícias sobre guerras ou outros conflitos bélicos foram aquelas que todas as quatro publicações divulgaram, o que não causa estranheza, dada a época (cheia de conflitos e campanhas que despertavam interesse e que interferiam mesmo com a vida das pessoas, nomeadamente a grande guerra que foi a Guerra dos Trinta Anos, que envolveu grande parte dos países europeus, nomeadamente aqueles sobre os quais se debruçou este estudo). Por conseguinte, as notícias sobre a vida política, administrativa e diplomática também interessaram e foram parte do temário destas publicações e poderão associar-se, por um lado, à intensificação da participação política e, por outro, à teatralização do poder real nos regimes absolutistas – o poder régio manifestava publicamente a sua grandeza e propagandeava-se exibindo-se teatralmente. As gazetas serviram esse propósito dando espaço à publicitação da vida na corte e das ações do poder régio. Na *Gazeta de Portugal*, as notícias sobre a vida social e religiosa tiveram igualmente algum destaque (na sua primeira fase de publicação), assim como na *Gazette de França*.

Estes dados vão ao encontro daquilo que já era usual nas publicações ocasionais e que, alcançada a periodicidade, foi natural que se mantivesse.

CONCLUSÃO

No século XVII, uma Europa politicamente dividida em dois modelos de governação (monarquia absolutista – França, sobretudo – e regime parlamentarista – Inglaterra), abalada por duras e longas contendidas (Guerra dos Trinta Anos, Revolução Gloriosa – que inclui a Guerra Civil Inglesa –, Guerra da Restauração e outros conflitos locais ou regionais), religiosamente “partida” em dois (Católicos e Protestantes) e a sofrer transformações em todos os parâmetros, conseguiu “gerar” as primeiras publicações periódicas noticiosas e instituir sistemas jornalísticos que viriam a manter-se por muito tempo e a influenciar aquilo que é hoje o jornalismo.

Portugal, em alguns aspectos, reproduziu aquilo que se havia passado noutros países europeus, no que à génese do jornalismo diz respeito: viu intensificar-se a produção gráfica de publicações, assistiu ao crescimento da sua burguesia, presenciou o aumento da circulação da informação, através de redes de correspondentes, viajantes ou outros, etc. Porém, num período marcado pela Restauração da Independência do país e pela guerra que se lhe seguiu, os primeiros passos do jornalismo também estiveram de certa forma ligados a estes acontecimentos. E, claro, ligados igualmente à conjuntura política e social da época. Sendo assim, não é de estranhar que as duas publicações surgidas no seio desta conjuntura, a *Gazeta* “da Restauração” e o *Mercúrio Português*, que foram também as primeiras publicações periódicas portuguesas, embora se tivessem caracterizado por serem informativas, também se revestiram de ideais propagandísticos, ligados à causa da Casa de Bragança. Não se sabe exactamente até que ponto cada uma destas publicações teve apoio, de qualquer tipo, por parte dos soberanos que reinavam ou das facções que representavam na altura da sua publicação, mas é provável que esse apoio tenha existido.

De qualquer forma, ambas as publicações se revestiram de um carácter oficioso, possibilitando que se fale na reprodução do modelo francês de censura e licenciamento para a imprensa. Fosse por convicção dos editores, fosse para contornar a censura, tanto a *Gazeta* como o *Mercúrio* apresentaram sempre um tom moderado e comentários controlados, tal como se verificou noutros países que seguiram o mesmo modelo, o que se traduziu num discurso noticioso e factual, mas moderado e, amiúde, apenas sobre o estrangeiro (segunda fase de publicação da *Gazeta*, por exemplo). Neste aspecto, o *Mercúrio* diferenciou-se, porque nunca deixou de veicular notícias nacionais, apesar de também nunca ter abandonado o tom regrado e prudente.

Por sua vez, a Espanha apresentava um carácter, enquanto reino, bastante específico e tinha a particularidade de, na primeira metade do século XVII, ter o seu poder estendido por diversos territórios que não apenas o da Península Ibérica. No entanto, também se encontrava envolvida em diferentes disputas e exibia alguma dificuldade em manter coeso todo o seu império. Estes aspectos fizeram com que o interesse pelo mercado de notícias se fosse instalando, de forma a que se pudesse ter conhecimento sobre o que acontecia em cada um dos domínios, tendo sido este interesse, durante algum tempo, “alimentado” e suprimido pelas publicações ocasionais. No entanto, este mercado de leitores era ainda muito restrito, limitado às elites cortesãs e letradas e pouco mais. A instabilidade política e militar terá, por sua vez, promovido a desconfiança do poder régio em relação às gazetas e outras publicações que poderia ser incapaz de controlar, o que poderá explicar que, até 1661 não tivessem existido publicações noticiosas que se destacassem, nomeadamente periódicas. Só com a *Gaceta/Gazeta Nueva* é que este critério da periodicidade foi plenamente atingido, ainda que, durante alguns tempos, também tenha sido algo incerto.

Já em França, a génese do jornalismo apresentou, desde os seus primórdios, uma relação muito estreita com o poder. As primeiras publicações noticiosas surgiram apoiadas por altas figuras do Estado e/ou mesmo pelo próprio monarca francês (sendo que este apoio se traduzia não só na concessão de licenças, como na atribuição de verbas) e, aliando a este aspecto, junta-se o facto de possuírem privilégio de impressão (num país que controlava aquilo que era publicado), o que fazia com que conseguissem assegurar a sua existência, bem como prolongá-la no tempo. Outro aspecto em que a

França se destaca na génese do jornalismo europeu é no facto de ter sido o berço da publicação que serviu de modelo a muitas das outras que surgiram nos outros países: a *Gazette*. Em 1631, Renaudot deu à estampa, com apoio do rei e do seu estimado Richelieu, o periódico que procurou informar os leitores acerca do que acontecia tanto na corte, como no resto do país e do mundo e que servia de fonte a muitas outras publicações de toda a Europa.

A Itália, país que se destacou na impressão de publicações ocasionais, como os *avvisi*, também se encontrava dividida, no século XVII, em cidades-Estado. Igualmente aqui, a imprensa não nasceu livre, mas as restrições também não eram totalmente refreadoras. Cada uma das cidades-Estado impunha algum controlo, limitando a autorização para impressão e jogando com a concessão de privilégios. No entanto, sempre que possível, os editores das publicações mantinham-se anónimos e assim conseguiam proteger-se de certas represálias. Já em meados do século, a censura tornou-se mais moderada (uma vez que os governantes perceberam o alcance que a informação podia ter) e várias publicações nasceram, nomeadamente gazetas. Cada cidade queria ter a sua publicação e, desta forma, foram surgindo publicações um pouco por todo o país, o que particularizou a génese do jornalismo italiano.

No que diz respeito à Inglaterra do século XVII e à génese do jornalismo, esta apresentou uma face diferente daquela que foi habitual nos outros países. Até cerca de 1640, o regime instaurado e a instabilidade política, bem como a censura civil, moral e eclesiástica que existia refreavam qualquer vontade que houvesse em fazer circular informação através de publicações noticiosas, apesar do interesse que cada vez mais se fazia sentir por notícias. No entanto, apesar do condicionamento a que a imprensa estava sujeita, algumas publicações foram aparecendo no país, nomeadamente a partir do momento em que se iniciou a Guerra dos Trinta Anos (1618). A partir de 1640 e até 1660, período em que a Inglaterra viveu diversos conflitos internos e em que viu ser alterado o sistema de repressão que mantinha sobre a imprensa, deu-se uma explosão de publicações noticiosas. No fundo, as contendas que ocorreram, nomeadamente a guerra civil, enriqueceram o panorama jornalístico inglês, que, tanto vivia sob um regime de censura, como sob um regime de liberdade. Pode concordar-se com Harris (1996, p. 26) quando este afirma que o desenvolvimento da imprensa e os acontecimentos políticos

ingleses andaram amiúde “de mãos dadas”. Na realidade, o nascimento da imprensa britânica foi de grande importância histórica e foi visto como símbolo do progresso e símbolo da disseminação de novas formas de governar. Esta nação deve ser considerada algo adiantada na regulação legal da imprensa, apesar de também ter imposto limites à sua liberdade e de também ter tido órgãos oficiais para a controlar. No fundo, esta “liberdade” variava consoante as variações políticas.

Na Alemanha, que esteve grande parte do século XVII envolvida em conflitos e guerras, o jornalismo encontrou terreno fértil para se instalar e expandir, não só devido a estas questões beligeras, mas também devido às disputas religiosas (Reforma luterana) e políticas (recorde-se que a Alemanha se encontrava dividida em numerosos territórios, o que permitia atenuar as medidas de controlo sobre aquilo que era impresso) que o país conheceu. De facto, as guerras da primeira metade do século XVII, que aconteceram um pouco por todo o Sacro-Império, propiciaram o aparecimento de publicações informativas e a génese da imprensa periódica alemã, uma vez que as várias facções da contenda utilizavam as publicações existentes para fazer delas um veículo das suas ideias e das notícias que se geravam à sua volta. A partir da segunda metade do século, quando os conflitos já eram menos intensos, as publicações periódicas alemãs continuaram a proliferar, embora grande parte delas vivesse e sobrevivesse sob o domínio do Império, que havia instaurado a censura e um severo regime de autorizações prévias, que tinha por hábito não ser coerente nas decisões que tomava.

O incrementar do alfabetismo foi também aspecto importante e impulsionador do desenvolvimento do jornalismo em terras germânicas. Ao mesmo tempo, o facto de Gutenberg ter inventado a imprensa neste país, bem como a sua centralidade no mapa do continente europeu (que facilitava a circulação de notícias e incentivava a sua procura), fizeram da Alemanha um local privilegiado para o crescimento do jornalismo.

Nesta tese de doutoramento, procurou-se não só compreender como se instituiu a génese do jornalismo em Portugal, através da análise dos seus dois primeiros periódicos, num espaço temporal compreendido entre 1641-1647 e 1663-1667, como também relacioná-los com aqueles periódicos europeus que mais próximos estavam,

quer geográfica, quer linguisticamente, bem como próximos no sistema político instaurado, neste caso Espanha e França. Chegado a este ponto da investigação, e feita quer a análise quer a comparação propostas, é possível dar resposta às questões que se colocaram na introdução deste trabalho e proceder-se a algumas conclusões.

Relembrando as questões em causa – Como surgiu a actividade de publicação de jornais periódicos em Portugal, tendo em conta o contexto europeu e nacional? Quais as similitudes e diferenças entre o sistema jornalístico português e os sistemas jornalísticos de outros países europeus, nomeadamente Espanha e França, e entre os periódicos portugueses e os seus congéneres europeus espanhóis e franceses, no século XVII? Que comparação pode ser estabelecida entre os processos jornalísticos e os conteúdos noticiosos dos jornais seiscentistas portugueses e dos restantes jornais europeus, nomeadamente espanhóis e franceses? –, pode responder-se que:

O nascimento do jornalismo em Portugal nasceu por iniciativa de privados (clérigos – redactores da *Gazeta*), embora, muito provavelmente, com apoio (não declarado) por parte do Estado. Nasceu, também, marcadamente noticioso, seguindo, neste aspecto, aquilo que era o habitual noutros países, com destaque para aqueles que aqui se estudaram, Espanha e França, de forma mais aprofundada, e Itália, Inglaterra e Alemanha, mais superficialmente. Esta génese ocorreu porque existia um público disposto a “consumir” notícias e interessado em manter-se informado sobre o que acontecia no seu país e no estrangeiro, e porque se agruparam um rol de outras condições que tornaram possível a configuração dos sistemas jornalísticos em cada um destes locais.

Os três sistemas analisados inseriam-se num ambiente de alguma repressão, onde se procurava controlar tudo aquilo que era escrito, nomeadamente se o propósito desse escrito fosse a sua circulação pública. Assim, Portugal, Espanha e França instituíram sistemas de censura próprios para as publicações noticiosas, sendo que estas necessitavam de licenças prévias para poderem circular e bastava que o seu discurso fosse contra aquilo que era “desejado” pelos governantes ou outras elites para que a publicação fosse suspensa e/ou o seu redactor/promotor/impressor sofresse represálias.

Assim, o discurso, não deixando de ser noticioso, pautou-se, amiúde, por um carácter propagandístico, apogilizando reis, membros da corte, acções de uns e outros, e denegrindo nações “inimigas”, seus representantes e suas políticas.

As publicações surgidas nestes sistemas também apresentaram bastantes semelhanças. As principais notadas entre as primeiras publicações surgidas em Portugal, Espanha e França prenderam-se com o temário, a sujeição às regras da censura e aos sistemas de repressão aplicados à imprensa, com o *design* e com o género das notícias divulgadas.

Desta forma, a primeira conclusão que se pode aferir é de que a génese do jornalismo, nestes três países, foi mais um fenómeno global que nacional, por muito estranho que possa parecer falar-se de globalização do jornalismo ou da informação numa época tão passada. Porém, é para isso que os dados obtidos apontam (se bem que têm de se entender o conceito globalização à luz da época seiscentista).

Desde já, o facto de a *Gazeta* “da Restauração”, em determinado período de vida, ter usado como fonte para as suas notícias a *Gazette* de França, limitando-se a traduzir as mesmas (por exemplo, as notícias veiculadas no mês de Outubro de 1643, na *Gazeta*, eram todas tradução de notícias veiculadas pela *Gazette*, pela *Nouvelles ordinaires* e pelos extraordinários de Renaudot, num período compreendido entre Agosto e Setembro do ano em questão; igualmente, os conteúdos divulgados na *Gazeta* do mês de Setembro de 1643, haviam sido copiados e devidamente traduzidos das *Gazette* e *Nouvelles* que circularam nas semanas de Julho e Agosto em França), mostra que já no século XVII existia uma certa inter-relação entre alguns territórios e entre certos indivíduos ou grupos de indivíduos. E este aspecto leva a outro: o facto de a gazeta portuguesa veicular os “mesmos” conteúdos que a sua congénere francesa, implicava que o grosso das notícias fossem, para os portugueses, sobre o estrangeiro. Ora, independentemente de ser esse o desejo do público leitor (saber novas do estrangeiro em detrimento das novas nacionais) ou não, a verdade é que se fosse a única informação disponível para leitores ávidos por novidades, acabava por “cair no gosto” e por aumentar o interesse por aquilo que ia acontecendo “lá fora”. Tudo isto permitiu que

o “mundo ficasse maior” para os europeus do século XVII e que uma consciência unitária identitária começasse a ganhar contornos.

Por outro lado, foram perceptíveis as semelhanças que estes periódicos apresentaram, logo desde o seu início, no que ao *design* diz respeito. Para tal acontecer, as diferentes publicações tiveram que circular entre os diferentes países para que fossem conhecidas e pudessem influenciar-se e auto-sugestionarem-se umas às outras (para as notícias estrangeiras, outros periódicos, nomeadamente estrangeiros, eram as melhores fontes). É mesmo provável que já nesta altura tenham existido redes de correspondentes nos diferentes países, promovendo a troca de informações entre si. Pode assim afirmar-se que as primeiras publicações periódicas de Portugal, Espanha e França eram conhecidas e lidas além-fronteiras, ajudando a revelar um espaço de intercâmbio de notícias e a mostrar que a génese do jornalismo no século XVII não foi um fenómeno isolado mas global, que deve ser estudado, para além de modo singularizada, como um todo.

A segunda conclusão depreendida é a de que as políticas vigentes em cada um destes países, bem como a organização política dos mesmos e a atitude dos seus governos foi crucial para determinar o carácter da imprensa periódica que emergiu nos diferentes países em análise. Obter licença para circular ou, ainda melhor, ter privilégio real, era quase como que garantia de sucesso para uma publicação noticiosa. Veja-se o caso da *Gazette* que, não sendo declaradamente oficial, nasceu sob a protecção do rei de França e do seu “braço-direito” e que conseguiu manter-se em circulação ao longo de todo o século XVII e mesmo nos séculos subsequentes. Ou então no caso da *Gazeta Nueva* que viu o seu interregno acontecer quando o seu patrono D. João José da Áustria morreu. Ou ainda o *Mercúrio Português*, que enquanto manteve como redactor António de Sousa de Macedo, membro do governo de D. Afonso VI, e enquanto este não foi destronado pelo irmão, saiu regularmente e sem qualquer problema com a censura.

Esta conclusão leva à constatação de um facto: alguns redactores eram também funcionários do Estado (casos de Renaudot, Fabro, Macedo) o que lhes conferia uma posição privilegiada no acesso à informação, nomeadamente aquela mais confidencial

ou mesmo oficial. E este tipo de informação era a mais credível e aquela em que o público mais confiava, se bem que, amiúde, as notícias nacionais eram dadas segundo os interesses do poder e, como tal, a sua veracidade poderia estar corrompida (como o mostraram os exemplos de notícias de carácter propagandista ou as comentadas, de cada um dos países). Por outro lado, a posição favorável de um redactor junto dos centros de poder, auxiliava não só a que este tivesse acesso às licenças de forma mais fácil, mas também a que a sua publicação tivesse mais hipóteses de êxito. Desta forma, pode concluir-se que quanto mais próxima uma publicação estivesse do poder e dos seus membros, maiores eram as probabilidades do seu sucesso e da sua durabilidade (desde que, obviamente, não publicassem conteúdos “prejudiciais” para o governo ou para as suas acções).

O sucesso e a durabilidade de uma publicação noticiosa também dependiam do seu respeito pelas normas da censura. Esta, nas suas mais variadas formas, limitou aquilo que se dizia e que se divulgava como notícia, terminou com publicações, levou à prisão redactores, promotores, impressores... Conseguir uma licença de publicação não era, por vezes, suficiente para um periódico singrar. Bastava que divulgasse uma notícia depreciativa sobre membros da família real, ou alguém que lhes estivesse próximo, para que “pesados castigos caíssem” sobre a publicação e sobre os seus mentores. Terá sido esta, muito provavelmente, a causa do interregno que a *Gazeta* “da Restauração” sofreu.

Uma outra conclusão que foi possível deduzir tem a ver com o temário e com os critérios de noticiabilidade, no século XVII. Em todas as publicações estudadas, o assunto mais noticiado foi mesmo o que dizia respeito à vida militar e aos conflitos bélicos. Nessa altura, como hoje, foi/é notícia aquilo que tinha/tem valor noticioso, privilegiando-se as guerras, a actualidade, a referência a pessoas de elite, o insólito, a transgressão, a tragédia, o extraordinário e a morte. As guerras que deflagravam na Europa, não só pela curiosidade, nem pela vontade de estar informado, mas principalmente porque o seu curso afectava a vida das pessoas, foram o tema mais corrente nas publicações analisadas, o que vem provar o que ficou dito, que os critérios que faziam de algo notícia no século XVII são os critérios que fazem de algo notícia nos dias de hoje.

Como última conclusão, e indo esta um pouco contra aquela que foi a primeira, é também possível afirmar que a génese do jornalismo, não deixando de ser um fenómeno global, teve também contornos próprios em cada um dos países, nomeadamente nos aqui analisados. Assim, a génese do jornalismo em Portugal esteve “na mão” de clérigos (os três prováveis redactores pertenciam a ordens religiosas), enquanto que em Espanha e França esteve a cargo de homens de confiança do rei ou outros membros do governo, não relacionados com a Igreja; em França o sistema de monopólios entregou a produção de periódicos noticiosos a uma só pessoa, enquanto que em Portugal e Espanha tal não aconteceu (neste período do nascimento do jornalismo); as duas publicações portuguesas mostravam maior cuidado com o *design* e com as questões formais, uma vez que as suas publicações se apresentaram mais organizadas e *cleans* que a espanhola e principalmente a francesa; e o *Mercúrio* foi a publicação que apresentou maior quantidade de notícias sobre o país, cerca de metade, algo que não se verificou em nenhuma das outras, destacando-se, assim, numa época em que divulgar assuntos “domésticos” ainda se revelava tarefa “complicada”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alarcón Sierra, R. (1992). La prensa en el siglo XVIII (el Padre Feijoo y Luis de Cueto: una polémica sobre la «Gazeta de Zaragoza»), *Cuadernos de Estudios del Siglo XVIII*, 2. Oviedo, Instituto Feijoo de Estudios del Siglo XVIII, pp. 3-28.

Andrews, A. (1859). *The history of British journalism. From the foundation of the newspaper press in England, to the repeal of the stamp act in 1855*. London, Bentley. [Em linha]. Disponível em http://books.google.com/books?id=nC16B5AwPg4C&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false [Consultado em 22/01/2012]

Albert, P. e Terrou, F. (1970). *Histoire de la presse*. Paris, Presses Universitaires de France.

Arblaster, P. (2005). Posts, Newsletters, Newspapers: England in a European system of communications. *Media History*, 11: 1-2, pp. 21-36.

Azevedo, J. L. de. (1933). Organização económica. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal*. Volume V. Barcelos, Portucalense Editora, Lda., pp. 287-316.

Barata, F. (1983). A arte em Portugal da Restauração ao iluminismo. In: Saraiva, J. H. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Publicações Alfa, pp. 305-322.

Benedict, B. (2000). *Curiosity. A Cultural History of Early Modern Inquiry*. Chicago, The University of Chicago Press.

Bernal, M. e Espejo, C. (2003). Tres relaciones de sucesos del siglo XVII. Propuesta de recuperación de textos preperiodísticos. *Revista Científica de Información y Comunicación*, n.º 1, 2003, pp. 133-174. [Em linha]. Disponível em <http://www.ic-journal.org/data/downloads/1265039450-1bernal-y-espejo.pdf> [Consultado em 05/12/2012].

Black, J. (2011). *The English Press in the Eighteenth Century*. London, Routledge Revivals.

- Black, J. (2011). *The English Press 1621-1861*. Stroud, Gloucestershire, Sutton Publishing.
- Blanchard, G. (1973). Marcellin Allard: la première gazette française. In: *Communication et languages*. Nº 17, pp. 66-81. [Em linha]. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/colan_0336-1500_1973_num_17_1_3987 [Consultado em 02/09/2013].
- Blanning, T. C. W. (2002). *The Culture of Power and the Power of Culture*. Old Regime Europe 1660-1789. Oxford, Oxford University Press.
- Bots, H. (1982). Recueil des informations dans deux périodiques hollandais a la fin du XVII e siecle. Retat, P. (sous la direction de). *Le journalismo d'Ancien Régime. Questions et propositions / Table ronde CNRS, 12-13 juin*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- Bourdon, A.-A. (1973). *História de Portugal*. Coimbra, Livraria Almedina.
- Bourne, H. R. F. (1887). *English Newspapers: Chapters in the History of Journalism, Volume I*. London, Chatto & Windus, Piccadilly.
- Boxer, C. (1977). *O Império Colonial Português*. Lisboa, Edições 70.
- Boys, J. E. E. (2011). *London's News Press and the Thirty Years War*. Woodbridge, The Boydell Press.
- Braojos Garrido, A. (1999). De los antecedentes a la conquista de la libertad de expresión. In: Gómez Mompart, J. L. e Marín Otto, E. (eds.). *Historia del Periodismo Universal*. Madrid, Síntesis.
- Briggs, A. e Burke, P. (2004). *Uma História Social da Mídia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Brownlees, N. (2005). Spoken Discourse in Early English Newspapers. *Media History*, 11: 1, pp. 69-85.
- Brownlees, N. (2011). *The Language of Periodical News in Seventeenth-Century England*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.

Carvalho, R. de (2001). *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime Salazar-Caetano*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Castro, A. de. (1983a). A dinâmica económica portuguesa de meados do século XVII a meados do século XVIII. In: Saraiva, J. H. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Publicações Alfa, pp. 195-216.

Castro, A. de. (1983b). O sistema de relações económicas Portugal – ultramar – Europa até ao último quartel do século XVIII. In: Saraiva, J. H. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Publicações Alfa, pp. 217-238.

Censer, J. R. (1994). *The French Press in the Age of Enlightenment*. London, Routledge.

Chartier, R. (2012). Introducción. Barroco y Comunicación. In: Chartier R. y Espejo, Carmen (eds.). *La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el Barroco*. Madrid, Marcial Pons Historia, pp. 15-34.

Chivelet, M. (2001). *Historia de la prensa cotidiana en España. Casi tres siglos de periódicos y periodistas*. Madrid, Acento Editorial.

Cidade, H. (1934). Cultura. Capítulo II – Literatura: a) o seiscentismo. In: Peres, D. e Cerdeira, E. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 449-467.

Collier, D. (1993). Método comparativo. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*. [Em linha]. Disponível em <http://www.fcs.edu.uy/archivos/RUCP-05-04-Collier.pdf> [Consultado em 12/06/2013].

Conboy, M. (2004). *Journalism. A Critical History*. London, Sage Publications.

Conboy, M. (2010). *The Language of Newspapers: Socio-Historical Perspectives*. London, Continuum.

Copeland, D. A. (2006). *The Idea of a Free Press: The Enlightenment and Its Unruly Legacy*. Evanston, Northwestern University Press.

Cortesão, J. (1933). Domínio Ultramarino. In: Peres, D. e Cerdeira, E. *História de Portugal*. Volume V. Barcelos, Portucalense Editora, Lda., pp. 317-462.

Cortesão, J. (1934). Domínio Ultramarino. In: Peres, D. e Cerdeira, E. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 637-760.

Costa, F. D. (2004). *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa, Livros Horizonte.

Costa, L. F.; Lains, P. e Miranda, S. M. (2011). *História económica de Portugal. 1143-2010*. Lisboa, Esfera dos Livros.

Cruz, A. (1983). As classes e os problemas da sociedade portuguesa. In: Saraiva, J. H. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Publicações Alfa, pp. 145-194.

Cunha, A. da. (1941). *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*. Separata das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe Letras, 4. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

De Vivo, F. (2007). *Information and communication in Venice: rethinking early modern politics*. Oxford, University Press.

De Vivo, F. (2005). Paolo Sarpi and the Uses of Information in Seventeenth-Century Venice, *Media History*, 11: 1, pp. 37-51.

Dias, E. G. (2006). *Gazetas da Restauração: [1641-1648]. Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita)*. Coleção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Dias, E. G. (2010). *Olhares sobre o Mercurio Portuguez [1663 - 1667]. Transcrição e comentários*. Lisboa, CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Días Noci, J. (2012). Dissemination of News in the Spanish Baroque. *Media History*, 18: 3-4, pp. 409-421.

Días Noci, J. (2002). Gacetas españolas de los Países Bajos en el siglo XVII: La Gazeta de Amsterdam y Noticias Principales y Verdaderas. *Ámbitos*, n.º 7-8, 2.º Semestre 2001 - 1.º Semestre 2002, pp. 215-237.

Días Noci, J. e Hoyo Hurtado, M. del (2003). *El nacimiento del periodismo vasco. Gacetas donostiarras de los siglos XVII y XVIII*. Donostia, Eusko Ikaskuntza.

- Donaire, F. G. (1994). O Jornalismo na Grã-Bretanha e na Irlanda. In: Quintero, A. P. (coord.). *Historia de la Prensa*. Lisboa, Planeta Editora, pp. 208-273.
- Dooley, B. (2001). Postscript. In: Dooley, B. e Baron, S. (eds.). *The politics of information in Early Modern Europe*. London; New York, Routledge, pp. 291-297.
- Downie, J. A. (2008). Periodicals, The Book Trade and the ‘Bourgeois Public Sphere’, *Media History*, n.º 14: 3, pp. 261-274.
- Duroselle, J-B. (1990). *História da Europa*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Eisenstein, E. L. (2009). *The Printing Press as an Agent of Change*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Espejo, C. (2011). European communication networks in the Early Modern Age: A new framework of interpretation for the birth of journalism. *Media History*, vol. 17, n.º 2, pp. 189-202.
- Espejo, C. (2013). Gacetas y relaciones de sucesos en la segunda mitad del XVII: una comparativa europea. In: Días Tena (ed.) e Cátedra García (dir.). *Géneros Editoriales y Relaciones de Sucesos en la Edad Moderna*. Salamanca, Sociedad Internacional para el Estudio de las Relaciones de Sucesos (SIERS), pp. 71-88.
- Espejo, C. (2012). Un marco de interpretación para el periodismo europeo en la primera Edad Moderna. In: Chartier R. y Espejo, Carmen (eds.). *La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el Barroco*. Madrid, Marcial Pons Historia, pp. 104-126.
- Espírito Santo, G. (2010). O Mercúrio Português: mais um instrumento da “Grande Estratégia” de Portugal na Restauração. In: Dias, E. G. *Olhares sobre o Mercurio Portuguez [1663 - 1667]. Transcrição e comentários*. Lisboa, CEPES – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. XVII-XIX.
- Ettinghausen, H. (2013). La prensa preperiódica española y el barroco. In: Días Tena (ed.) e Cátedra García (dir.). *Géneros Editoriales y Relaciones de Sucesos en la Edad Moderna*. Salamanca, Sociedad Internacional para el Estudio de las Relaciones de Sucesos (SIERS), pp. 89-102.
- Ettinghausen, H. (2001). Politics and the press in Spain. In: Dooley, B. e Baron, S. (eds.). *The politics of information in Early Modern Europe*. London; New York, Routledge, pp. 199-215.

García Pérez, S. (1998). *Imprenta y censura en España desde el reinado de los Reyes Católicos a las Cortes de Cádiz: Un acercamiento a la legislación*. [Em linha]. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=51113> [Consultado em 12/06/2013].

Godinho, V. M. (1978). Portugal, as frotas do ouro e as frotas do açúcar (1670-1770). In: *Ensaio II – Sobre a História de Portugal*. 2.^a Edição. Lisboa, Sá da Costa, pp. 423-448.

Gonzalez, R. (2008). O Método Comparativo e a Ciência Política. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Vol. 2, Nº 1, Janeiro-Junho, pp. 0-12.

Gouveia, A. C. (1993). A arquitectura dos poderes. Estratégias de interiorização da disciplina. In: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal. Quarto volume. O Antigo Regime (1620-1807)*. (coord. Hespanha, A. M.). Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 415-449.

Grimberg, Carl. (1968a). *História Universal*. Décimo primeiro volume. As lutas europeias nos séculos XVI-XVII. A mentalidade científica. Lisboa, Publicações Europa-América.

Grimberg, Carl. (1968b). *História Universal*. Décimo segundo volume. No século de Luís XIV. Lisboa, Publicações Europa-América.

Guillamet, J. (2004). De las gacetas del siglo XVII a la libertad de imprenta del XIX. In: Barrera, C. (coord.). *Historia del Periodismo Universal*. Barcelona, Editorial Ariel, pp. 43-76.

Guillamet, J. (2012). Las bases históricas del periodismo: una mirada actual... In: Chartier R. y Espejo, Carmen (eds.). *La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el Barroco*. Madrid, Marcial Pons Historia, pp. 263-275.

Gürtler, A. (2005). *Historia del periódico y sua evolución tipográfica*. Valência, Campgráfic Editora.

Habermas, J. (1989). *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge, The University of Cambridge Press.

Haffemayer S. (1999). Data Processing and the Analysis of Gazettes From the Ancien Régime, an Account of the Work. *Journal of the Association for History and Computing*, vol. II, nº 1, Abril de 1999. [Em linha]. Disponível em

<http://quod.lib.umich.edu/j/jahc/3310410.0002.103?rgn=main;view=fulltext>
[Consultado em 29/08/2012]

Haffemayer, S. (1999). La géographie de l'information dans la Gazette de Renaudot de 1647 à 1663. In : Duranton, H e Réta, P. *Gazettes et Information Politique sous l'Ancien Régime*. Saint-Étienne, Publications de l'Université de Saint-Étienne, p. 21-31.

Haffemayer, S. (2002). *L'Information dans la France du XVII Siècle*. Paris, Honoré Champion.

Harris, B. (1996). *Politics and the Rise of the Press. Britain and France 1620-1800*. London, Routledge.

Hartzenbusch, E. (1894). *Apuntes para un catálogo de periódicos madrileños, desde el año 1661 al 1870*. Madrid, Establecimiento Tipográfico “Sucesores de Rivadeneyra”.

Hespanha, A. M. (1993a). A arquitectura dos poderes. A Igreja (O poder eclesiástico. Aspectos institucionais). In: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal. Quarto volume. O Antigo Regime (1620-1807)*. (coord. Hespanha, A. M.). Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 287-290.

Hespanha, A. M. (1993b). A arquitectura dos poderes. Os poderes do centro (A Fazenda). In: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal. Quarto volume. O Antigo Regime (1620-1807)*. (coord. Hespanha, A. M.). Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 203-239.

Infelise, M. (2012). Disimulo e Información en los Orígenes del Periodismo. In: Chartier R. y Espejo, Carmen (eds.). *La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el Barroco*. Madrid, Marcial Pons Historia, pp. 159-176.

Infelise, M. (2002). *Prima dei giornali. Alle origini della pubblica informazione*. Roma, Editori Laterza.

Labourdette, J-F. (2001). *História de Portugal*. Lisboa, Publicações D. Quixote.

Lacerda, A. de. (1934a). Cultura – Capítulo V – Arte: a) arquitectura. In: Peres, D.e Cerdeira, E. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 549-600.

Lacerda, A. de. (1934b). Cultura. Capítulo VI – Arte: b) escultura, pintura e artes decorativas. In: Peres, D. e Cerdeira, E. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 601-624.

Lanciani, G. (1979). *Os Relatos de Naufrágios na Literatura Portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa, Instituto de Cultura portuguesa da Secretaria de Estado da Cultura.

Lisboa, J. L. (2006) As primeiras gazetas em Portugal: uma apresentação. In: Dias, E. G. *Gazetas da Restauração: [1641-1648]. Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita)*. Colecção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. XIII-XVII.

Lopes, Ó. e Saraiva, A. J. (1996). Prosa Doutrinal, Panfletária e Historial. In: Lopes, Ó. e Saraiva, A. J. *História da Literatura Portuguesa*. 17.^aedição, capítulo VII. Porto, Porto Editora.

Lousada, Abílio Pires. (2012). *A Restauração Portuguesa de 1640. Diplomacia e Guerra na Europa do Século XVII*. Lisboa, Fronteira do Caos Editores, Lda.

Lundell, P. (2008). The Medium is the Message, *Media History*, n.º 14: 1, pp. 1-16.

Macedo, N. de. (1934). Cultura. Capítulo I – A renovação das ideias e das instituições de cultura. In: Peres, D. e Cerdeira, E. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 421-448.

Magro, F. A. M. (1983). História monetária do período de 1640 a 1820. In: Saraiva, J. H. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Publicações Alfa, pp. 273-304.

Marques Guedes, A. (2006). Prefácio. In: Dias, E. G. *Gazetas da Restauração: [1641-1648]. Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita)*. Colecção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. VII-XI.

Martin, H-J. (1992). La imprenta. In: Williams, R. (Ed.). *Historia de la Comunicacion. De la Imprenta a Nuestros Dias*. Vol. 2. Barcelona, Bosch Casa Editorial, pp. 9-62.

Martins, H. (1964). *Manuel de Galhegos. Um Poeta Entre a Monarquia Dual e a Restauração*. Anadia, Tipografia Cisial.

Mattoso, J. (1998). *História de Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa.

Melton, J. V. H. (2001). *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*. Cambridge, Cambridge University Press.

Mendle, M. (2001). News, history and the construction of the presente in early modern England. In: Dooley, B. e Baron, S. (eds.). *The politics of information in Early Modern Europe*. London; New York, Routledge, pp. 57-79.

Mill, J. S. (1974). *Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva*. São Paulo, Abril Cultural (Coleção *Os Pensadores*).

Moreira, C. e Pernes, D. (2013). Análise formal e do discurso do Mercúrio Português (1663-1667). In: Sousa, J. P. (Org.), et al.. *Estudos sobre o Mercúrio Português (1663-1667). Discurso e Contexto*. Covilhã, LabCom.

Morlino, L. (1994). Problemas y Opciones en la Comparación. In: Sartori, G. e Morlino, L. (comp). *La Comparación en las Ciencias Sociales*. Madrid, Alianza Editorial, pp. 13-28.

Morón, N. B. (2002). *Breve historia de la prensa*. [Em linha]. Disponível em <http://www.quadraquinta.org/documentos-teoricos/cuaderno-de-apuntes/brevehistoriaprensa.html> [Consultado em 25/09/2012]

Muddiman, J. G. (1908). *A History of English Journalism. To the Foundation of the Gazette*. London, Longmans.

Navarro, F. (dir.), Pérez, A. e Vidal, M. (coord.). (2005). *História Universal. Volume 15. As Mudanças da Idade Moderna*. Lisboa, Editorial Salvat.

Nevitt, M. (2005). Ben Jonson and the Serial Publication of News. *Media History*, 11: 1, pp. 53-68.

Núñez de Prado, S. (2002). De la Gaceta de Madrid al Boletín Oficial del Estado. In: *Historia Y Comunicación Social*, n. 7, pp. 147-160. [Em linha]. Disponível em <http://revistas.ucm.es/index.php/HICS/article/view/HICS0202110147A/19421> [Consultado em 28/10/2012].

O'Hara, D. A. (2003). English Newsbooks And The Outbreak Of The Irish Rebellion of 1641. *Media History*, 9: 3, pp. 179-193.

Oliveira Marques, A. H. (1973). *História de Portugal*. Volume I. Das Origens às Revoluções Liberais. Lisboa, Edições Ágora.

Passos, C. (1928). Navegação portuguesa dos séculos XVI e XVII. Naufrágios Inéditos. Novos subsídios para a história trágico-marítima de Portugal. *Biblos*, IV.

Peacey, J. (2012). Editing and Editorial Interventions in English Journalism from the Civil Wars to the Restoration. *Media History*, 18: 3-4, pp. 259-273.

Pena Rodríguez, A. (1994). História do Jornalismo Português. In: Quintero, A. P. (coord.). *Historia de la Prensa*. Lisboa, Planeta Editora, pp. 351-396.

Pena Sueiro, N. (2006). Pliegos noticieros del siglo XVII en la biblioteca Menéndez Pelayo. In: López Poza, S. (Editora). *Las noticias en los siglos de la imprenta manual. Homenaje a Mercedes Agulló, Henry Ettinghausen, M^a Cruz García de Enterría, Giuseppina Ledda, Augustin Redondo y José Simón*. Coruña, SIELAE, pp. 167-180.

Pereira, J. C. (1983). Vectores culturais portugueses de Seiscentos e Setecentos. In: Saraiva, J. H. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Publicações Alfa, pp. 323-368.

Peres, D. (ed.). (1938). *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, vol. I (1662-1669). Porto, Companhia Editora do Minho Barcelos.

Peres, D. (1934a). História Política. Capítulo I – A Restauração: partidários e adversários. In: Peres, D. e Cerdeira, E. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 9-22.

Peres, D. (1934b). História Política. Capítulo VII – Os primeiros nãos do governo de D. Pedro. In: Peres, D. e Cerdeira, E. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 119-133.

Peres, D. (1934c). Organização económica. In: Peres, D. e Cerdeira, E. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 363-418.

Pina, L.de. (1934). Cultura. Capítulo IV – Ciência. In: Peres, D. e Cerdeira, E. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 493-548.

Pizarroso Quintero, A. P. (1994a). A revolução da impressão. In: Quintero, A. P. (coord.). *Historia de la Prensa*. Lisboa, Planeta Editora, pp. 29-57.

Pizarroso Quintero, A. P. (1994b). Evolução histórica da imprensa em Espanha. In: Quintero, A. P. (coord.). *Historia de la Prensa*. Lisboa, Planeta Editora, pp. 274-350.

Pizarroso Quintero, A. P. (1994c). Evolução histórica do jornalismo em Itália. In: Quintero, A. P. (coord.). *Historia de la Prensa*. Lisboa, Planeta Editora, pp. 58-106.

Popkin, J. D. (1999). La presse et la politique étrangère. In : Duranton, H e Rétaý, P. *Gazettes et Information Politique sous l'Ancien Régime*. Saint-Étienne, Publications de l'Université de Saint-Étienne, p. 281-289.

Ramos, R. (coord.). (2009). *História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros.

Raymond, J. (2012). El rostro europeo del periodismo inglés. In: Chartier R. y Espejo, Carmen (eds.). *La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el Barroco*. Madrid, Marcial Pons Historia, pp. 177-206.

Raymond, J. (1993). *Making the News: An Anthology of the Newsbooks of Revolutionary England 1641-1660*. Gloucestershire, The Windrush Press.

Raymond, J. (2003). *Pamphlets and Pamphleteering in Early Modern Britain*. Cambridge, Cambridge University Press.

Raymond, J. (1996). *The Invention of the Newspaper. English Newsbooks 1641-1649*. Oxford, Oxford University Press.

Raymond, J. (2002). The newspaper, public opinion, and the public sphere in the Seventeenth century. In: Raymond, J. (ed.): *News, Newspapers and Society in Early Modern Britain*. Reprinted. London, Frank Cass, pp. 109-140.

Rebollo, M. A. P. (1994). O Jornalismo em França. In: Quintero, A. P. (coord.). *Historia de la Prensa*. Lisboa, Planeta Editora, pp. 153-207.

Ribeiro, Â. (1933). Assistência e Cultura. Capítulo I – Assistência (1557-1640). In: Peres, D. e Cerdeira, E. *História de Portugal*. Volume V. Barcelos, Portucalense Editora, Lda., pp. 465-474.

Ribeiro, Â. (1934a). Cultura. Capítulo VII – Assistência. In: Peres, D. e Cerdeira, E. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 625-636.

Ribeiro, Â. (1934b). História Política. Capítulo II – A actividade diplomática da Restauração. In: Peres, D. e Cerdeira, E. (1934). *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, p. 23-40.

Ribeiro, Â. (1934c). História Política. Capítulo VI – A deposição de D. Afonso VI. In: Peres, D. e Cerdeira, E. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 101-118.

Ribeiro, Â. (1934d). História política. Capítulo V – A organização da vitória. In: Peres, D. e Cerdeira, E. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 77-100.

Ribeiro, Â. (1934e). História Política. Capítulo IV – De Montijo à morte de D. João IV. In: Peres, D. e Cerdeira, E. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 60-76.

Ribeiro, Â. (1934f). História Política. Capítulo III – Guerra da Restauração: os primeiros anos. In: Peres, D. e Cerdeira, E. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 41-59.

Rivett, G. (2013). English newsbooks, storytelling and political criticism. *Media History*, 19:1, pp. 3-16.

Rocha, J. L. de M. (1998). *A Imprensa em Portugal*, “Colecção Essencial”. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Rodrigues, A. S. (dir.). (1996). *História Comparada. Portugal. Europa e Mundo. Uma visão cronológica*. Lisboa, Círculo de Leitores.

Salvadori, M. L. (coord.) (2005). *História Universal. Volume 9. O século XVII: A era do Absolutismo. A Rússia de Pedro, o Grande*. Lisboa, Planeta De Agostini SpA.

Sartori, G. (1994). Comparación y Método Comparativo. In: Sartori, G. e Morlino, L. (comp). *La Comparación en las Ciencias Sociales*. Madrid, Alianza Editorial, pp. 29-49.

Sánchez Aranda, J. J. (2004). Evolución de la prensa en los principales países occidentales. In: Barrera, C. (coord.). *Historia del Periodismo Universal*. Barcelona, Editorial Ariel, pp. 77-118.

Saraiva, J. H. (1983). Portugal restaurado. In: Saraiva, J. H. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Publicações Alfa, pp. 19-54.

Schneider, I. S. (1994) A Imprensa na Alemanha. In: Quintero, A. P. (coord.). *Historia de la Prensa*. Lisboa, Planeta Editora, pp. 107-152.

Schneider, S. e Schimitt, C. J. (1998). O uso do método comparativo nas Ciências Sociais, *Cadernos de Sociologia*. [Em linha]. Disponível em http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_uso_do_metodo_comparativo_nas_ciencias_sociais.pdf [Consultado em 24/02/2013]²⁴⁹.

Schröder, T. (2001). The origins of the German press. In: Dooley, B. e Baron, S. (eds.). *The politics of information in Early Modern Europe*. London; New York, Routledge, pp. 123-150.

Schwanitz, D. (2004). *Cultura. Tudo o que é Preciso Saber*. Lisboa, Dom Quixote.

Serrão, J. V. (1993a). O ambiente dos poderes – O quadro económico. In: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal. Quarto volume. O Antigo Regime (1620-1807)*. (coord. Hespanha, A. M.). Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 71-117.

Serrão, J. V. (1993b). O ambiente dos poderes – O quadro humano. In: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal. Quarto volume. O Antigo Regime (1620-1807)*. (coord. Hespanha, A. M.). Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 49-69.

Shapiro, B. J. (2000). *A Culture of Fact. England 1550-1720*. London, Cornell University Press.

Silva, A. C. N. da e Hespanha, A. M. (1993). O ambiente dos poderes – A identidade portuguesa. In: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal. Quarto volume. O Antigo Regime (1620-1807)*. (coord. Hespanha, A. M.). Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 19-37.

Skocpol, T. e Somers, M. (1980). The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry. *Comparative studies in Society and History*, Vol. 22, pp. 174-197.

Sommerville, J. (1996). *The News Revolution*. Oxford, Oxford University Press.

Sousa, A. C. de. (1735-1748). *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. T. I a XII. Lisboa, Régia Oficina Sylviana e da Academia Real.

Sousa, J. P. (Coord.), et al.. (2011). *A Gazeta da “Restauração”: Primeiro Periódico Português. Uma análise do discurso*. Covilhã, LabCom.

²⁴⁹ Apesar de referir esta numeração, no artigo descarregado surge a numeração 1-43.

Sousa, J. P. (Coord.), et al.. (2007a) *A Génese do jornalismo lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628)*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sousa, J. P. (2007b). *A Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João e a génese do jornalismo lusófono*. [Em linha]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-jornalismo-lusofono.pdf>. [Consultado em 06/06/2012]

Sousa, J. P. (2008a). *As relações de naufrágios do século XVI e a génese do jornalismo lusófono*. [Em linha]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-as-relacoes-de-naufragios-secXVI.pdf>. [Consultado em 05/06/2012]

Sousa, J. P. (2013a). Jornalismo e cultura impressa na segunda metade do século XVII. In: Sousa, J. P. (Org.), et al.. *Estudos sobre o Mercúrio Português (1663-1667). Discurso e Contexto*. Covilhã, LabCom.

Sousa, J. P. (2013b). *Jornalismo em Portugal no Alvorecer da Modernidade*. Lisboa, Editora Media XXI.

Sousa, J. P. (Coord.). (2010). *O Pensamento Jornalístico Português: Das Origens a Abril de 1974*. Covilhã, LabCom.

Sousa, J. P. (2008b). Pesquisa e reflexão sobre jornalismo: até 1950... e depois. In: Sousa, Jorge Pedro et al.. *Jornalismo: História, teoria e metodologia de pesquisa: perspectivas luso-brasileiras*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 154-226.

Sousa, J. P. (2008c). Uma história breve do jornalismo no ocidente. In: Sousa, Jorge Pedro et al.. *Jornalismo: História, teoria e metodologia de pesquisa: perspectivas luso-brasileiras*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 12-93.

Sousa, J. P. (2008d). Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. In: Sousa, Jorge Pedro et al.. *Jornalismo: História, teoria e metodologia de pesquisa: perspectivas luso-brasileiras*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 93-118.

Stephens, M. (1988). *A History of News*. New York, Penguin Books.

Subtil, J. (1993). A arquitectura dos poderes. Os poderes do centro (Governo e administração). In: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal. Quarto volume. O Antigo Regime (1620-1807)*. (coord. Hespanha, A. M.). Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 157-193.

Tancredo de Morais, A. N. (1941). Comemoração do tricentenário do 1º periódico Português “Gazeta” de 1641. Separata da *Revista Militar*. Lisboa, Tipografia Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

Targa, L. R. P. (1991). Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, pp. 265-271.

Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa, Caminho.

Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra, Minerva.

Timoteo Alvarez, J. (2004). *Los medios y el desarrollo de la sociedad occidental*. In: Barrera, C. (coord.). *Historia del Periodismo Universal*. Barcelona, Editorial Ariel, pp. 21-42.

Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa, Quimera.

Truzzi, O. (2005). Notas acerca do uso do método comparativo no campo dos estudos migratórios. *Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos, Edufscar, s. p..

Valladares, R. (2006). *A Independência de Portugal. Guerra e Restauração 1640-1680*. Lisboa, A Esfera dos Livros.

Varela Hervías, E. (1960). Introdução à edição facs. da “Gazeta Nueva”. 1661-1663. (Notas sobre la historia del periodismo español en la segunda mitad del siglo XVII). Madrid, pp. 12-13.

Veríssimo Serrão, J. (1983). A Guerra da Restauração. In: Saraiva, J. H. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Publicações Alfa, pp. 3-18.

Veloso, J. M. de Q. (1933). História Política. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal*. Volume V. Barcelos, Portucalense Editora, Lda., pp. 7-287.

Vittu, J-P. (2001). Instruments of political information in France. In: Dooley, B. e Baron, S. (eds.). *The politics of information in Early Modern Europe*. London; New York, Routledge, pp. 160-178.

Ward, S. J. A. (2004). *The Invention of Journalism Ethics. The Path to Objectivity and Beyond*. London, McGill-Queen’s University Press.

Woolf, D. (2001). News, history and the construction of the present in early modern England. In: Dooley, B. e Baron, S. (eds.). *The politics of information in Early Modern Europe*. London; New York, Routledge, pp. 80-118.

Xavier, Â. B. e Hespanha, A. M. (1993a). A arquitectura dos poderes. A representação da sociedade e do Poder. In: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal. Quarto volume. O Antigo Regime (1620-1807)*. (coord. Hespanha, A. M.). Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 121-155.

Xavier, Â. B. e Hespanha, A. M. (1993b). A arquitectura dos poderes. As redes clientelares. In: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal. Quarto volume. O Antigo Regime (1620-1807)*. (coord. Hespanha, A. M.). Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 381-413.

APÊNDICE 1

Títulos e datas de publicação da *Gaceta*, nas suas várias fases

Quadro 21 Títulos e datas de publicação da <i>Gaceta</i>, nas suas várias fases			
Título	Data de publicação	Numeração	Número de página
<i>Relación o Gazeta de algunos casos particulares, así políticos como militares sucedidos en la mayor parte del mundo hasta fin de Diciembre, de 1660</i>	Janeiro de 1661	I	
<i>Gazeta de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte del mundo, hasta el mes de Enero deste año mil y seiscientos y sesenta y uno</i>	Janeiro de 1661	II	
<i>Gazeta nueva de las cosas mas particulares, assi políticas, como militares, sucedidas en la mayor parte de la Europa, hasta el mes de Febrero deste año de mil y seiscientos y sesenta y uno</i>	Fevereiro de 1661	III	
<i>Gazeta nueva de las cosas mas notables, assi políticas como militares, sucedidas en la mayor parte de la Europa, hasta mediado el mes de Março de este año de mil y seiscientos y sesenta y uno</i>	Março de 1661	IV	
<i>Gazeta nueva de las cosas mas notables, assi políticas como militares, sucedidas en la mayor parte de la Europa, desde mediado em les de Março de este año de mil y seiscientos y sesenta y uno, hasta parte de Abril de dicho año</i>	Abril de 1661	V	
<i>Gazeta nueva de las cosas mas notables, assi políticas como militares, sucedidas en la mayor parte de la Europa, desde</i>	Abril de 1661	VI	

<i>mediado el mes de Abril de este año de mil y seiscientos y sesenta y uno, hasta parte de Mayo del mismo</i>			
<i>Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, hasta mediado el mes de Mayo de este año de 1661</i>	Maio de 1661	VII	
<i>Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, hasta viente y cinco de Junio deste año 1661</i>	Junho de 1661	VIII	
<i>Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, hasta fin de Julio deste año 1661</i>	Julho de 1661	IX	
<i>Gazeta, nueva de lo sucedido a las catolicas armas de su Magestad en los Exercitos de Estremadura, Castilla, y reino de Galicia, hasta veinte de Agosto desta año de 1661</i>	Agosto de 1661	X	
<i>Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, hasta fin de Septiembre de 1661</i>	Setembro de 1661	XI	
<i>Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, hasta quinze de Noviembre de 1661</i>	Novembro de 1661	XII	
<i>Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, hasta fin de Febrero de este año de 1662</i>	Fevereiro de 1662	Numero Primero	
<i>Gazeta nueva, de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, y Africa, hasta fin de março deste año de mil y seiscientos y sesenta y dos</i>	Março de 1662	Num. 2	
<i>Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Asia, Africa, y Europa, hasta fin de Abril deste año de mil y seiscientos y sesenta y dos</i>	Abril de 1662	Numero Tercero	
<i>Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, y Africa, hasta 23 de Junio de este año de mil y seiscientos y sesenta y dos</i>	Junho de 1662	Numero Quarto	
<i>Gazeta nueva, de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, hasta todo el mes de Julio deste año de mil y seiscientos y sesenta y dos</i>	Julho de 1662	Num. 5	
<i>Gazeta nueva de los sucessos militares que han sucedido en el Reino de Portugal por la parte de Ciudad-Rodrigo, y Reino de Galicia este año de</i>	Agosto de 1662	Numero 6	

1662			
<i>Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Europa, hasta fin de Septiembre de este año de 1662</i>	Setembro de 1662	Numero 7	
<i>Gazeta nueva de los sucessos políticos, y militares de la mayor parte de la Asia, y Europa, hasta fin de Diziembre del año pasado de 1662</i>	Dezembro de 1662	Numero Octavo	
<i>La Gazeta Ordinaria de Madrid a quatro de Julio de 1677</i>	4 de Julho de 1677	1 ²⁵⁰	1-4 ²⁵¹
<i>La Gazeta Ordinaria de Madrid, De Madrid de Sabado 10 de Julio de 1677</i>	10 de Julho de 1677	2	5-8
<i>Gazeta Extraordinaria, De Madrid de 12 de Julio de 1677</i>	12 de Julho de 1677	3	
<i>La Gazeta Ordinaria, De el Sabado 17 de Julio de 1677</i>	17 de Julho de 1677	4	9-12
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Sabado 24 de Julio de 1677</i>	24 de Julho de 1677	5	13-16
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Miercoles 28 de Julio de 1677</i>	28 de Julho de 1677	6	17-20
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 3 de Agosto de 1677</i>	3 de Agosto de 1677	7	21-24
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 10 de Agosto de 1677</i>	10 de Agosto de 1677	8	25-28
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 17 de Agosto de 1677</i>	17 de Agosto de 1677	9	29-32
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 24 de Agosto de 1677</i>	24 de Agosto de 1677	10	33-36
<i>La Gazeta Extraordinaria de Madrid, de 26 de Agosto de 1677 Relacion de lo que ha pasado durante el bloqueo de Orán, hasta la retirada del Exercito de los Turcos, y socorro de aquella Plaza, cujas noticias llegaron à esta Corte con Extraordinario de Malada à 24 en diferentes cartas de 12</i>	26 de Agosto de 1677	11	

²⁵⁰ Esta numeração é aplicada pelo site do Boletim Oficial de Espanha. Na publicação em si, não surge numeração alguma. Será também assim nos anos seguintes, 1678, 1679 e 1680.

²⁵¹ Durante este ano e até 1680, o número de página era colocada apenas na página de frente, a do verso não levava número, mas era contabilizada. Ou seja, contabilizavam-se as folhas e uma numeração de 1 a 4 corresponderia a 4 folhas mas 8 páginas. Também durante estes anos a numeração foi anual, ou seja, o primeiro número tinha as páginas 1 a 4, o segundo 5 a 8 e assim sucessivamente. Mudando ao ano, voltava-se ao início, ao número 1.

<i>hasta 18 de el corriente</i>			
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 31 de Agosto de 1677</i>	31 de Agosto de 1677	12	37-40
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 7 de Setiembre de 1677</i>	7 de Setembro de 1677	13	41-44
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 14 de Setiembre de 1677</i>	14 de Setembro de 1677	14	45-48
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 21 de Setiembre de 1677</i>	21 de Setembro de 1677	15	49-52
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 28 de Setiembre de 1677</i>	28 de Setembro de 1677	16	53-54
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 5 de Octubre de 1677</i>	5 de Outubro de 1677	17	55-58
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 12 de Octubre de 1677</i>	12 de Outubro de 1677	18	59-62
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 19 de Octubre de 1677</i>	19 de Outubro de 1677	19	63-66
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 26 de Octubre de 1677</i>	26 de Outubro de 1677	20	67-72
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 2 de Noviembre de 1677</i>	2 de Novembro de 1677	21	73-76
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 9 de Noviembre de 1677</i>	9 de Novembro de 1677	22	77-80
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 16 de Noviembre de 1677</i>	16 de Novembro de 1677	23	81-84
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 23 de Noviembre de 1677</i>	23 de Novembro de 1677	24	85-88
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 30 de Noviembre de 1677</i>	30 de Novembro de 1677	25	89-92
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 7 de Diziembre de 1677</i>	7 de Dezembro de 1677	26	93-96
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 14 de Diziembre de 1677</i>	14 de Dezembro de 1677	27	97-100
<i>La Gazeta Ordinaria</i>	21 de Dezembro	28	101-106

<i>De Madrid, Martes 21 de Diziembre de 1677</i>	de 1677		
<i>La Gazeta Extraordinaria De Madrid, de 24 de Diziembre de 1677 Relacion de la insigne vitoria que el dia de San Diego de Alcalá, lograron las Reales Armas de Su Magestad, que asisten en el Prefidio de las Plaças de Oran, debajo de el mando de el Governador, y Capital General de ellas, Don Iñigo de Toledo Ossorio, según ha venido en cartas de 29 de Noviembre, de la misma parte</i>	24 de Dezembro de 1677	29	107-108
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 28 de Diziembre de 1677</i>	28 de Dezembro de 1677	30	109-112
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 4 de Enero de 1678</i>	4 de Janeiro de 1678	1	1-4
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 11 de Enero de 1678</i>	11 de Janeiro de 1678	2	5-8
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 18 de Enero de 1678</i>	18 de Janeiro de 1678	3	9-12
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 25 de Enero de 1678</i>	25 de Janeiro de 1678	4	13-16
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 1 de Febrero de 1678</i>	1 de Fevereiro de 1678	5	17-20
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 8 de Febrero de 1678</i>	8 de Fevereiro de 1678	6	21-24
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 15 de Febrero de 1678</i>	15 de Fevereiro de 1678	7	25-28
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 22 de Febrero de 1678</i>	22 de Fevereiro de 1678	8	29-32
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 1 de Março de 1678</i>	1 de Março de 1678	9	33-36
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 8 de Março de 1678</i>	8 de Março de 1678	10	37-40
<i>La Gazeta extraordinaria De Madrid, Jueves 10 de Março de 1678</i>	10 de Março de 1678	11	41-44
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 15 de Março de 1678</i>	15 de Março de 1678	12	45-48
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 22 de Março de 1678</i>	22 de Março de 1678	13	49-52
<i>Gazeta Extraordinaria, en continuación de las cosas de Inglaterra, con cartas de Londres de 14 hasta 22 de Febrero de 1678</i>	22 de Março de 1678	14	53-56

<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 29 de Março de 1678</i>	29 de Março de 1678	15	57-60
<i>Relacion de lo mas notable que ocurrió en las Reales Bodas de la serenissima Señora D. Ana Teresa de Asutria, Reyna viuda de Polonia, y Archiduquesa de Austria, con el Serenissimo Señor Carlos V duque de Lorena, de Bar, &c. Celebradas en la Ciudad de Neustat, en Austria, à 7 de Febrero de 1678</i>	7 de Fevereiro de 1678 29 de Março de 1678 ²⁵²	15	61-64
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 5 de Abril de 1678</i>	5 de Abril de 1678	16	65-68
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 12 de Abril de 1678</i>	12 de Abril de 1678	17	69-72
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 19 de Abril de 1678</i>	19 de Abril de 1678	18	73-76
<i>Relacion de lo que hasta el dia veinte y cinco de Abril de 1678 se ha sabido en esta Corte, tocante à la vergonçosa fuga, que han hecho las fuerças de Mar, y Tierra de Francia, abandonando las tres Ciudades de Messina, Augusta, y Taormina, y todos los demás lugares, t Puestos fortificados, que ocupavan en el Reyno de Sicilia</i>	25 de Abril de 1678	18	77-80
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 26 de Abril de 1678</i>	26 de Abril de 1678	19	81-84
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 3 de Mayo de 1678</i>	3 de Maio de 1678	20	89-92
<i>Relacion del modo, y circunstancias con que la Ciudad de Messina volvió à la obediencia del Rey nuestro Señor Don Carlos II abandonada de las Fuerças marítimas, y terrestres de Francia, à 16 de Março de 1678</i>	3 de Maio de 1678	20	93-96
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 10 de Mayo de 1678</i>	10 de Maio de 1678	21	97-100
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 17 de Mayo de 1678</i>	17 de Maio de 1678	22	101-104
<i>Continuacion de noticias, tocantes a la Restauracion de la Ciudade de Messina, y sus Fortalezas, y dependencias à la obediencia de el Rey Nuestro Señor Don Carlos II</i>	17 de Maio de 1678	22	105-108
<i>La Gazeta Ordinaria</i>	24 de Maio de	23	109-112

²⁵² Alguma confusão neste exemplar. Aparece inserido no número 15 e com a data do mesmo, mas a data que aparece no exemplar é bastante anterior. No entanto, como o número de página a insere neste local e como no site do Boletim Oficial de Espanha também é assim que surge, manteve-se.

<i>De Madrid, Martes 24 de Mayo de 1678</i>	1678		
<i>La Gazeta Ordinaria</i> <i>De Madrid, Martes 31 de Mayo de 1678</i>	31 de Maio de 1678	24	113-116
<i>La Gazeta Ordinaria</i> <i>De Madrid, Martes 7 de Junio de 1678</i>	7 de Junho de 1678	25	117-120
<i>La Gazeta Ordinaria</i> <i>De Madrid, Martes 14 de Junio de 1678</i>	14 de Junho de 1678	26	121-124
<i>La Gazeta Ordinaria</i> <i>De Madrid, Martes 21 de Junio de 1678</i>	21 de Junho de 1678	27	125-128
<i>La Gazeta Ordinaria</i> <i>De Madrid, Martes 28 de Junio de 1678</i>	28 de Junho de 1678	28	129-132
<i>La Gazeta Ordinaria</i> <i>De Madrid, Martes 5 de Julio de 1678</i>	5 de Julho de 1678	29	133-136
<i>La Gazeta Ordinaria</i> <i>De Madrid, Martes 12 de Julio de 1678</i>	12 de Julho de 1678	30	137-140
<i>La Gazeta Ordinaria</i> <i>De Madrid, Martes 19 de Julio de 1678</i>	19 de Julho de 1678	31	141-144
<i>La Gazeta Ordinaria</i> <i>De Madrid, Martes 26 de Julio de 1678</i>	26 de Julho de 1678	32	145-148
<i>La Gazeta Ordinaria</i> <i>De Madrid, Martes 2 de Agosto de 1678</i>	2 de Agosto de 1678	33	149-152
<i>La Gazeta Ordinaria</i> <i>De Madrid, Martes 9 de Agosto de 1678</i>	9 de Agosto de 1678	34	153-156
<i>Copia de Carta, escrita de Paris à 23 de Julio à un Cavallero de la Provincia de Bearne</i>	23 de Julho de 1678 9 de Agosto de 1678 ²⁵³	34	157-160
<i>La Gazeta Ordinaria</i> <i>De Madrid, Martes 16 de Agosto de 1678</i>	16 de Agosto de 1678	35	161-164
<i>La Gazeta Ordinaria</i> <i>De Madrid, Martes 23 de Agosto de 1678</i>	23 de Agosto de 1678	36	165-170
<i>La Gazeta Ordinaria</i> <i>De Madrid, Martes 30 de Agosto de 1678</i>	30 de Agosto de 1678	37	171-174
<i>La Gazeta Ordinaria</i> <i>De Madrid, Martes 6 de Setiembre de 1678</i>	6 de Setembro de 1678	38	175-180
<i>La Gazeta Ordinaria</i> <i>De Madrid, Martes 13 de Setiembre de 1678</i>	13 de Setembro de 1678	39	189-192
<i>Relacion de la Memorable Vitoria obtenida en Flandes por las Armas de el Rey se Su Magestad, contra el Exercito, que manda por Su ausencia, dejó à la orden de el Mariscal de Monmorancy y</i>	13 de Setembro de 1678	39	193-200

²⁵³ Data que surge na carta e data em que terá circulado.

<i>El Socorro de la Important Ciudad, y Plaça de Mons</i>			
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 20 de Setiembre de 1678</i>	20 de Setembro de 1678	40	201-206
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 27 de Setiembre de 1678</i>	27 de Setembro de 1678	41	207-210
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 4 de Octubre de 1678</i>	4 de Outubro de 1678	42	211-214
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 11 de Octubre de 1678</i>	11 de Outubro de 1678	43	215-218
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 18 de Octubre de 1679</i>	18 de Outubro de 1678	44	219-222
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 25 de Octubre de 1678</i>	25 de Outubro de 1678	45	223-228
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 1 de Noviembre de 1678</i>	1 de Novembro de 1678	46	229-232
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 8 de Noviembre de 1678</i>	8 de Novembro de 1678	47	233-238
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 15 de Noviembre de 1678</i>	15 de Novembro de 1678	48	239-242
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 22 de Noviembre de 1678</i>	22 de Novembro de 1678	49	243-246
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 29 de Noviembre de 1678</i>	29 de Novembro de 1678	50	247-250
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 6 de Diziembre de 1678</i>	6 de Dezembro de 1678	51	251-256
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 13 de Diziembre de 1678</i>	13 de Dezembro de 1678	52	257-260
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 20 de Diziembre de 1678</i>	20 de Dezembro de 1678	53	261-266
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 27 de Diziembre de 1678</i>	27 de Dezembro de 1678	54	267-270
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 3 de Enero de 1679</i>	3 de Janeiro de 1679	1	1-6

<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 10 de Enero de 1679</i>	10 de Janeiro de 1679	2	7-10
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 17 de Enero de 1679</i>	17 de Janeiro de 1679	3	11-16
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 24 de Enero de 1679</i>	24 de Janeiro de 1679	4	17-20
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 31 de Enero de 1679</i>	31 de Janeiro de 1679	5	21-26
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 7 de Febrero de 1679</i>	7 de Fevereiro de 1679	6	27-30
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 14 de Febrero de 1679</i>	14 de Fevereiro de 1679	7	30-36
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 21 de Febrero de 1679</i>	21 de Fevereiro de 1679	8	36-39
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 28 de Febrero de 1679</i>	28 de Fevereiro de 1679	9	41-46 ²⁵⁴
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 7 de Março de 1679</i>	7 de Março de 1679	10	47-50
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 14 de Março de 1679</i>	14 de Março de 1679	11	51-56
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 21 de Março de 1679</i>	21 de Março de 1679	12	57-60
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 28 de Março de 1679</i>	28 de Março de 1679	13	61-66
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 4 de Abril de 1679</i>	4 de Abril de 1679	14	67-70
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 11 de Abril de 1679</i>	11 de Abril de 1679	15	71-76
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 18 de Abril de 1679</i>	18 de Abril de 1679	16	77-80
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 25 de Abril de 1679</i>	25 de Abril de 1679	17	81-86
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 2 de Mayo de 1679</i>	2 de Maio de 1679	18	87-90
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 9 de Mayo de 1679</i>	9 de Maio de 1679	19	91-96
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 16 de Mayo de 1679</i>	16 de Maio de 1679	20	97-100
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 23 de Mayo de 1679</i>	23 de Maio de 1679	21	101-106
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 30 de Mayo de 1679</i>	30 de Maio de 1679	22	107-110

²⁵⁴ Alguma confusão, do próprio redactor ou impressor do periódico na colocação do número de página dos números 7, 8 e 9 do ano de 1679.

<i>Relacion Extraordinaria de la ceremonia, y solemnidad con que El Excelentissimo Señor Duque de Villahermosa, Governador, y Capitan General de los Payses Bajos, &c. y El Excelentissimo Señor Duque de Aremberg, y Areschot, Lugartiniente Governador de la provincia de Henao, &c. Recibieron el Collar de la Infigne Orden del Tison de Oro, En 23 de Abril de 1679. En la nobilissima villa, y Corte de Bruselas</i>	30 de Maio de 1679	22	111-114
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 6 de Junio de 1679</i>	6 de Junho de 1679	23	115-120
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 13 de Junio de 1679</i>	13 de Junho de 1679	24	121-126
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 20 de Junio de 1679</i>	20 de Junho de 1679	25	127-132
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 27 de Junio de 1679</i>	27 de Junho de 1679	26	133-138
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 4 de Julio de 1679</i>	4 de Julho de 1679	27	139-144
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 11 de Julio de 1679</i>	11 de Julho de 1679	28	145-150
<i>Carta escrita de la Corte de Francia à 24 de Junio 1679 en que viene Relacion, de la magnifica, y pomposissima Entrada, que hizo en Paris El Excelentissimo Senõr Marques de los Balbases, Embajaor Extraordinario de Su Magestad al Rey Christianissimo. A 11 de Junio 1679</i>	11 de Julho de 1679	28	151-154
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 18 de Julio de 1679</i>	18 de Julho de 1679	29	155-160
<i>Dos cartas escritas de la Corte christianissima. La una de 24 de Junio 1679 con Relacion de la magnifica, y pomposissima Entrada en Pais del Excelentissimo Señor Marques de los Balbses, Embajador Extraordinario del Rey Nuestro Señor, que se vuelve à imprimir à petición de la publica curiosidad. La otra de 12 de Julio, en que se dà noticias posteriores tan alegres como</i>	18 de Julho de 1679	29	161-166

<i>autenticas, de lo que hasta entonces ha ocurrido en orden al Casamiento del Rey nuestro Señor Carlos Segundo</i>			
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 25 de Julio de 1679</i>	25 de Julho de 1679	30	167-172
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 1 de Agosto de 1679</i>	1 de Agosto de 1679	31	175-180
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 8 de Agosto de 1679</i>	8 de Agosto de 1679	32	181-186
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 15 de Agosto de 1679</i>	15 de Agosto de 1679	33	187-192
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 22 de Agosto de 1679</i>	22 de Agosto de 1679	34	193-198
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 29 de Agosto de 1679</i>	29 de Agosto de 1679	35	199-204
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 5 de Setiembre de 1679</i>	5 de Setembro de 1679	36	205-210
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 12 de Setiembre de 1679</i>	12 de Setembro de 1679	37	211-216
<i>Descripcion De la Circunstancias mas essenciales de lo sucedido en la Augsuta, y celebre Funcion del Desposorio del Rey N. Sr. Don Carlos Segundo. Con la Serenissima Real Princesa Dona Maria Luisa de Borbon. Executado en el Real Sitio de Fontanablò à 31 de este presente año 1679. Por Carta de un Cavallero, que se hallò presente, escrita à otro desta Corte à 2 de Setiembre</i>	12 de Setembro de 1679	37	217-222
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 19 de Setiembre de 1679</i>	19 de Setembro de 1679	38	223-228
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 26 de Setiembre de 1679</i>	26 de Setembro de 1679	39	229-234
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 3 de Octubre de 1679</i>	3 de Outubro de 1679	40	235-240
<i>Relacion de la forma en que salio desta Corte, é Imperial Villa de Madrid El Excelentissimo Sr. Marques de Velada, y Astorga, Mayordomo Mayor de La Reyna Nuestra Señora D. Maria Luisa de Borbon, A 26 de Setiembre deste año 1679, llevando La Real Casa de Su Magestad al Viage de Yrun, por la Reyna</i>	3 de Outubro de 1679	40	241-248

<i>Nuestra Señora</i>			
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 10 de Octubre de 1679</i>	10 de Outubro de 1679	41	249-254
<i>Relacion de la fiesta que el Excelentissimo Señor Marques de los Balbases, Embajador Extraordinario del Rey Nuestro Señor (Dios le guarde) à Su Magestad Christianissima, diò à la Reyna Nuestra Señora Doña Maria Luisa de Borbon, en el Palacio, que Su Excelencia habitava en Paris, à siete de Setiembre 1679</i>	10 de Outubro de 1679	41	255-262
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 17 de Octubre de 1679</i>	17 de Outubro de 1679	42	263-266
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 24 de Octubre de 1679</i>	24 de Outubro de 1679	43	267-272
<i>Primera parte del viaje de la Reyna Nuestra Señora D. Maria Luisa de Borbon, a esta Catolica Corte, desde la christianissima de Francia: con otros sucesos anexos al mismo assunto, desde el ultimo de Agosto, hasta 25 de Setiembre 1679</i>	24 de Outubro de 1679	43	273-276
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 31 de Octubre de 1679</i>	31 de Outubro de 1679	44	277-282
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 7 de Noviembre de 1679</i>	7 de Novembro de 1679	45	283-288
<i>Relacion de la salida, que hizo de esta Corte el Señor D. Josef de Silva. Gentilhombre de la Camara, y primer Cavallerizo del Rey Nuestro Señor, en seguimiento de Su Magestad, D. Maria Luisa de Borbon. A 4 de Noviembre 1679. + Primera Noticia de la llegada y entregas de la Reyna Nuestra Señora D. Maria Luisa de Borbon, a estos Reynos. En carta escrita de Yrun, el Viernes 3 de Noviembre de 1679 + Noticias segunda de las entregas de la Reyna Nuestra Señora, y Primera del</i>	7 de Novembro de 1679	45	289-300

<i>viage de Su Magestad, desde Yrun a Madrid. En carta escrita de Tolosa, en 6 de Noviembre de 1679</i>			
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 14 de Noviembre de 1679</i>	14 de Novembro de 1679	46	301-304
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 21 de Noviembre de 1679</i>	21 de Novembro de 1679	47	307-312
<i>Segunda, y ultima parte del viage de La Rayna Nuestra Señora D. Maria Luisa de Brobon, desde la Corte christianissima, hasta verse en compañía de nuestro Augusto Monarca Don Carlos Segundo, en la Ciudad de Burgos à 17 de Noviembre 1679</i>	21 de Novembro de 1679	47	313-318
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 28 de Noviembre de 1679</i>	28 de Novembro de 1679	48	319-324
<i>Dichas de Quintanapalla, y Glorias de Burgos. Bosquexadas en carta escrita de Aranda de Duero, à 25 de Noviembre de 1679</i>	28 de Novembro de 1679	48	325-330
<i>Relacion muy puntual, y verdadera de lo sucedido desde el dia 19 hasta el dia 23 de Noviembre del presente año de 1679 en las primeras vistas de Sus Magestades el Rey Nuestro Señor D. Carlos Segundo, y la Reyna Nuestra señora D. Maria Luisa de Borbon (Dios los guarde) en el Lugar de Quintanapalla, y en la Entrada, y Fiestas, que se les hizieron en la muy Noble, y muy mas Leal Ciudad de Burgos. En carta de 22 de Noviembre 1679 escrita de la misma Ciudad</i>	28 de Novembro de 1679	48	331-334
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 5 de Diziembre de 1679</i>	5 de Dezembro de 1679	49	335-340
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 12 de Diziembre de 1679</i>	12 de Dezembro de 1679	50	341-346
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 19 de Diziembre de 1679</i>	19 de Dezembro de 1679	51	347-352
<i>Relacion de las fiestas reales con que se celebrou en milan al Aviso de aver falido el Rey Nuestro Señor a recibir la Reyna</i>	19 de Dezembro de 1679	51	353-358

<i>Nuestra Señora D. Maria Luisa de Borbon. Empezaron el dia de S. Carlos quatro de Noviembre; y se concluyeron el de los Años de Su Magestad. De orden de el Excelentissimo Señor Conde de melgar, Gentilhombre de la Camara de Su Magestad, y su Governador, y Capitan General del estado de Milan</i>			
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 26 de Diziembre de 1679</i>	26 de Dezembro de 1679	52	359-364
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 2 de Enero de 1680</i>	2 de Janeiro de 1680	1	1-6
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 9 de Enero de 1680</i>	9 de Janeiro de 1680	2	7-12
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 16 de Enero de 1680</i>	16 de Janeiro de 1680	3	13-18
<i>Relacion compendiosa del recibimiento, y entrada triunfante de la Reyna Nuestra Señora D. Maria Luisa de Borbon. En la muy noble, leal Coronada Villa de Madrid. A 13 de Enero 1680</i>	16 de Janeiro de 1680	3	18-24
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 23 de Enero de 1680</i>	23 de Janeiro de 1680	4	25-30
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 30 de Enero de 1680</i>	30 de Janeiro de 1680	5	31-36
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 6 de Febrero de 1680</i>	6 de Fevereiro de 1680	6	37-42
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 13 de Febrero de 1680</i>	13 de Fevereiro de 1680	7	43-48
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 20 de Febrero de 1680</i>	20 de Fevereiro de 1680	8	49-54
<i>Relación de el magnifico, y sumptuoso alarde, que dispuso, y ejecuto el Excelentísimo Señor Marques de los Velez, gentilhombre de la Camara de Su Magestad, Virrey, y Capitan General de el Reyno de Napoles. Con toda la Ilustrissima Nobleza de el mismo Reyno, y Fidelissima Ciudad. Entre otras demonstraciones con que festejaron la noticia de el felicissimo Casamiento de Nuestro Augusto Monarca D. Carlos Segundo.</i>	20 de Fevereiro de 1680	8	55-58

<i>Vino en Cartas de 16 de Enero de 1680</i>			
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 27 de Febrero de 1680</i>	27 de Fevereiro de 1680	9	59-64
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 5 de Março de 1680</i>	5 de Março de 1680	10	65-70
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 12 de Março de 1680</i>	12 de Março de 1680	11	71-76
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 19 de Março de 1680</i>	19 de Março de 1680	12	77-82
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 26 de Março de 1680</i>	26 de Março de 1680	13	83-88
<i>La Gazeta Ordinaria De Madrid, Martes 2 de Abril de 1680</i>	2 de Abril de 1680	14	89-94
<i>Nuevas ordinarias de los Sucessos del Norte Publicadas el Martes 16 de Noviembre 1683</i>	16/11/1683		9-14
<i>Nuevas ordinarias de los Sucessos del Norte Publicadas el Martes 23 de Noviembre 1683</i>	23/11/1683		15-18
<i>Nuevas ordinarias del Norte Publicadas el Martes 30 de Noviembre 1683</i>	30/11/1683		25-34
<i>Continuacion historica del estado, sucesos, y progresos de la Liga Sagrada contra Turcos, formada de las cartas, que trajo el ultimo Correo de Italia</i>	27/02/1685		33-36
<i>Continuacion historica del estado, sucesos, y progresos de la Liga Sagrada contra Turcos, formada de las cartas, que trajo el ultimo Correo del Norte + Relacion extraordinaria De la enfermedad, y muerte del Señor Rey de la Gran Bretaña Carlos II Y de la aclamación muy aplaudida, y conforme del Señor Rey Jacobo Segundo, Antes Duque de Yorck, à las mesmas Coronas</i>	17/03/1685		37-42
<i>Continuacion historica del estado, sucesos, y progresos de la Liga Sagrada contra Turcos, formada de las cartas, que trajeron los ultimos Correos de Italia, y del Norte</i>	24/04/1685		83-88
<i>Continuacion historica de el estado,</i>	05/06/1685		103-108

<i>sucesos, y progresos de la Liga Sagrada contra Turcos, formada de las cartas, que trajeron los ultimos Correos de Italia, y del Norte</i>			
<i>Continuacion historica de el estado, sucesos, y progresos de la Liga Sagrada contra Turcos, formada de las cartas, que trajeron los ultimos Correos de Italia, y del Norte</i>	19/06/1685		109-114
<i>Relacion Extraordinaria de la Junta, y principios de las sesiones del Parlamento de Escocia, con la Carta que Su Mag. Britanica escrevio al mesmo Parlamento, y la respuesta (...)</i>	26/06/1685		115-118
<i>Continuacion historica de el estado, sucesos, y progresos de la Liga Sagrada contra Turcos, formada de las cartas, que trajeron los ultimos Correos de Italia, y del Norte</i>	03/07/1685		119-124
<i>Continuacion historica de el estado, sucesos, y progresos de la Liga Sagrada contra Turcos. Formada de las cartas, que trajeron los ultimos Correos de Italia, y del Norte</i>	16/10/1685		103-108
<i>Continuacion historica de el estado, sucesos, y progresos de la Liga Sagrada contra Turcos. Formada de las cartas, que trajo el ultimo Correo del Norte</i>	23/10/1685		115-120
<i>Continuacion historica de el estado, sucesos, y progresos de la Liga Sagrada contra Turcos. Formada de las cartas, que trajeron los ultimos Correos de Italia, y del Norte</i>	06/11/1685		121-126
<i>Relacion Historica Del Año MDCLXXXIX Tocante al estado, sucesos y progresos de la Liga Sagrada contra Turcos. Formada de las ultimas cartas de Italia, y el Norte</i>	15/02/1689		37-48
<i>Relacion Historica Del Año MDCLXXXIX Tocante al estado, sucesos y progresos de la Liga Sagrada contra Turcos. Formada de las ultimas cartas de Italia, y el Norte</i>	01/03/1689		49-60
<i>Relacion Distinta Del modo con que los Embiados del Sultàn de los Turcos</i>	29/03/1689		61-76

<i>Solimàn III fueron admitidos à la Audiencia publica del Augustissimo Emperador Leopoldo I à 8 de Febrero 1689 Traducida legalmente del original en lengua Italiana, que traxo el ultimo Correo de la Corte Imperial</i>			
<i>Relacion Historica Del Año MDCLXXXIX Tocante al estado, sucesos y progresos de la Liga Sagrada contra Turcos. Formada de las ultimas cartas de Italia, y el Norte</i>	03/04/1689		101-112
<i>Relacion Historica Del Año MDCLXXXIX Tocante al estado, sucesos y progresos de la Liga Sagrada contra Turcos. Formada de las ultimas cartas de Italia, y el Norte</i>	05/04/1689		77-88
<i>Relacion Historica Del Año MDCLXXXIX Tocante al estado, sucesos y progresos de la Liga Sagrada contra Turcos. Formada de las ultimas cartas de Italia, y el Norte</i>	19/04/1689		89-100
<i>Noticias Generales de las cosas del Norte, que llegaron à 16 de Mayo, y se publican à 24</i>	24/05/1689		1-12
<i>Noticias Generales de las cosas de Europa, segun vinieron con los ultimos Correos del Norte, è Italia el Miercoles, y Jueves 25 y 26 de Mayo, y se publican el Martes 31 del propio mes 1689</i>	31/05/1689		13-24
<i>Noticias Generales de las cosas de Europa, segun vinieron con los ultimos Correos, y se publican el Martes 14 de Junio 1689</i>	14/06/1689		25-36
<i>Carta que los consejeros, y embaxadores de los electores, príncipes, y estados del Sacro Imperio, juntos en cortes en la ciudade de Ratisbona escribieron al Serenissimo, y Poderosissimo Rey de Polonia Juan III&c.</i>	21/06/1689		1-12
<i>Noticias Generales de las cosas de Europa, segun vinieron con los ultimos Correos, y se publican el Martes 28 de Junio 1689</i>	28/06/1689		37-48

<i>Noticias Extraordinarias de Cataluña, y Roma. Publicadas à 5 de Julio 1689</i>	05/07/1689		49-60
<i>Noticias Generales de las cosas de Europa, segun vinieron con los ultimos Correos, y se publican el Martes 12 de Julio 1689</i>	12/07/1689		61-72
<i>Noticias Extraordinarias de Cadiz, Lisboa, y Cataluña. Publicadas el Martes 19 de Julio 1689</i>	19/07/1689		73-84
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España. Publicadas à 26 de Julio 1689</i>	26/07/1689		85-96
<i>Noticias Extraordinarias De diferentes partes adquiridos desde la semana pasada, y publicadas à dos de Agosto de 1689</i>	02/08/1689		97-108
<i>Traduccion de una carta alemana, escrita de Spira à 29 de Junio deste presente Año 1689 que el Licenciado Martin Guthofnung, natural de aquella Ciudade, y Estudiante en Lerida, ofrece à la Inclita Nacion Catalana. En congratulación, y norabuena de la magnánima hazaña con que el Exercito Frances, puesto en fuga, que dõ excluydo del Principado. Y para anuncio de otras cumplidissimas vitorias esta Campaña. Publicada el Sabado 6 de Agosto</i>	06/08/1689		1-12
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, publicadas à 9 de Agosto 1689</i>	09/08/1689		109-120
<i>Noticias Extraordinarias del Norte, y España, publicadas el Martes 16 de Agosto 1689</i>	16/08/1689		111-122
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, publicadas el Martes 23 de Agosto 1689</i>	23/08/1689		123-132
<i>Noticias Extraordinarias de Turquia, Moscovia, y España, publicadas Martes à 30 de Agosto 1689</i>	30/08/1689		135-146
<i>Continuacion de las noticias de la Campaña de Catalvña, y relacion adventica, y distinta del Rencuentro sucedido cerca de Campredon à 21 de Agosto del año presente 1689 entre los Exercitos de España, y Francia. Glorioso, y Vitoriozo à las Catolicas</i>	03/09/1689		147-158

<i>Armas de su Magestad. Publicadas Sabado 3 de Setiembre.</i>			
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, publicadas el Martes 6 de Setiembre 1689</i>	06/09/1689		159-170
<i>Noticias Extraordinarias de Africa, y España, publicadas el Martes à 13 de Setiembre 1689</i>	13/09/1689		191-202
<i>Relacion de la ultima enfermedad, y muerte de nuestro Santissimo Padre Inocencio Onzen, Pontifice Maxim. Copiada, No sin copiosas lagrimas de la que en otras tantas de fangre ha venido escrita de Roma. Breve, Aunque con animo ocioso de resumir al dolor de la perdida inestimable, que todo el Orbe ha hecho de uno de los Mayores Pontificies, que ha tenido la Iglesia de Dios, desde el Glorioso San Pedro, hasta la era presente. Santissimo en todas las virtudes propias de su Vice-Divina Dignidade, Constantissimo, intrépido defensor de la Piedra en que esta fundada la Santa Catolica, y Apostolica Iglesia. Y de la Soberania, inmunidades, y prerrogativas que la pertenecen. Azote de infieles en las asistencias, que con magnanimidad heroica subministrò abundantissimas del Patrimonio de Christo, siendo Pontifice, y el de su mesma Casa, antes, y después de serlo, contra el enemigo comum de la Christindad, y con logro celebre, y dignamente aplaudido de todos los fieles. Publicada el Sabado 17 de Setiembre 1689</i>	17/09/1689		203-214
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, publicadas el Martes 20 de Setiembre 1689</i>	20/09/1689		215-226
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, según la ferie de los correos; pero Extraordinarias en la Calidad, y Consequencias, publicadas el Martes 4 de Octubre 1689</i>	04/10/1689		227-238
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, publicadas el Martes 18 de Octubre 1689</i>	18/10/1689		392-250

<i>Relacion Puntual de la Vitoria Insigne, que à 29 y 30 de Agosto del presente año 1689 obtuvo el Exercito Imperial, que milita en la Servia à la orden del Serenissimo Principe Luis Guillelmo, Maruques de Baden, y de Hochberg, &c. contra el exercito de Soliman III, sultan de los Otomanos</i>	25/10/1689		251-262
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, publicadas el Martes à primero de Noviembre 1689</i>	01/11/1689		263-274
<i>Noticias Extraordinarias del Levantamiento del Assedio puesto por los Moros à la Plaza de Melilla, cuyas particularidades se aguardan cõ primera ocasión y del ultimo considerable socorro introducido en la Plaza de Alarache. Por disposicion, y orden del Excelentissimo Señor Conde de Aguilar, Capitan General de la Armada del Mae Oceano, y Costas de Andalucia; lo qual executò el GeneralD. Nicolas de Gregorio. Publicadas el Martes 8 de Noviembre 1689</i>	08/11/1689		275-180
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y Levante, publicadas el Martes 15 de Noviembre 1689</i>	15/11/1689		181-174
<i>Noticias Ordinarias del Norte, è Italia, publicadas el Martes à 29 de Noviembre 1689</i>	29/11/1689		193-204
<i>Noticias Ordinarias del Norte, è Italia, publicadas el Martes à 13 de Diziembre 1689</i>	13/12/1689		373-684
<i>Noticias Ordinarias del Norte, è Italia, publicadas el Martes à 27 de Diziembre 1689</i>	27/12/1689		385-396
<i>Noticias Ordinarias del Norte, y Africa,, publicadas Martes à 3 de Enero 1690</i>	03/01/1690		1-12
<i>Noticias Ordinarias de Levante, y del Norte, publicadas Martes à 10 de Enero 1690</i>	10/01/1690		13-24
<i>Noticias Extraordinarias de los últimos inauditos progresos de las Armas Imperiales en Levante, contenidas con particular claridad, distinción, y certeza, en una Carta de todo crédito, traducida</i>	17/01/1690		25-36

<i>de la lengua Alemana, y escrita de Viena à 11 de Diciembre 1689. Otra carta de Liorna, en que se refieren los Articulos del Tratado de Paz hecho por el Gobierno de Francia con los Moros de Argel. Mas otras noticias de la orte Imperial, y Dieta de Augusta, llegadas la semana pasada à esta Catolica Corte, à cuyo publico conocimiento no ha parecido dilatarlas, por importantes como curiosas. Añadense las de Italia, que no cupieron en la Relacion de 10 del corriente, y se dãn à luz el Martes 17 de Enero 1690</i>			
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Grecia, Italia, y Africa,, publicadas Martes à 24 de Enero 1690</i>	24/01/1690		37-48
<i>Noticias Ordinarias del Norte, è Italia, publicadas Martes à 7 de Febrero 1690</i>	07/02/1690		49-60
<i>Noticias Ordinarias del Norte, è Italia, publicadas Martes à 22 de Febrero 1690</i>	22/02/1690		63-74
<i>Noticias Ordinarias del Norte, è Italia,, publicadas Martes à 7 de Março 1690</i>	07/03/1690		75-86
<i>Noticias Ordinarias del Norte, è Italia, publicadas Martes à 21 de Março 1690</i>	21/03/1690		87-98
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, Africa, y España, con la noticia mas plausible de todas, del dichosissimo arribo de la Reyna nuestra Señora al Puerro del Ferrol en Galicia à 26 del pasado. Publicadas à 4 de Abril 1690</i>	04/04/1690		99-110
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia,y España, publicadas Martes à 18 de Abril 1690</i>	18/04/1690		111-122
<i>Relacion de lo mas esencial, y cierto, que en esta Catolica Corte se ha sabido del viage de nuestra Augusta Reyna, y Señora Doña Maria-Ana Palatina del Rhin, Baviera, y Neuburg, desde las solemnes entregas de su Magestad hasta su llegada à la Coruña. Con los festejos, y demonstraciones de absequio, y amor que se le hizeeron, su recibimiento en las ciudades de Betanços, y la Coruña, y en el camino. Publicadas Martes 25 de Abril 1690</i>	25/04/1690		123-134

<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, Levante, y España, publicadas Martes à 2 de Mayo 1690</i>	02/05/1690		135-146
<i>Particularidades que asta el dia 9 de Março 1690 se han sabido en esta Catolica Corte (y no cupieron en las Noticias Ordinarias de 2 deste propio mes) de la Restavracion de la Grande Laza de Canis a del poder de los Turcos. Su situación, è importantia. Anotaciones de cómo se perdió el año 1600 y se intentò embalde volverla à ganar el año seguinte 1601. Publicadas Martes 9 de Março de 1690</i>	09/05/1690		147-158
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, publicadas Martes à 16 de Mayo 1690</i>	16/05/1690		159-170
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Africa, Italia, y España, publicadas Martes à 30 de Mayo 1690</i>	30/05/1690		171-182
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, publicadas Martes à 6 de Junio de 1690</i>	06/06/1690		183-194
<i>Noticias Ordinarias del Norte, y España, publicadas Martes à 13 de Junio de 1690</i>	13/06/1690		195-206
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, publicadas Martes à 27 de Junio de 1690</i>	27/06/1690		207-218
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, publicadas Martes à 11 de Julio de 1690</i>	11/07/1690		219-230
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, publicadas Lunes à 24 de Julio de 1690</i>	24/07/1690		231-242
<i>Relacion puntual del combate acontecido à 30 de Junio, y primero del Julio del año presente 1690 entre los exercitos de Olanda, y Francia en el Campo de Flora, entre Brusselas, y Namur; en que la verdad sin replica, decifra la parte incomparablemente mayor de Gloria, que deste sucesso cupo à los menos favorecidos de la Fortuna, y también la menos perdida. Publicada Martes 25 de Julio 1690</i>	25/07/1690		243-264
<i>Noticias de todo crédito, havidas después de la relación que se publicò el Martes</i>	01/08/1690		265-276

<i>passado25 de Julio, del Combate acontecidoentre los Exercitos de Olanda, y Franci, en el Campo de Floru: las quales con evidencia confirman es embeleco la vitoria, que de aquel dia se atribuyen los enemigos. Y reflexiones al mesmo propósito sobre la Gazeta de Paris de ocho del mes pasado, y sobre el estado presente de las cosas de Piamonte. Publicada Martes 1 de Agosto 1690</i>			
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, publicadas el Martes à 8 de Agosto de 1690</i>	08/08/1690		277-288
<i>Primeras Noticias de un Combate Maritimo sucedido entre las armas de Inglaterra, y Olanda, gouernadas por el Almirante General, conde de Torrington; y la de Francia debajo del Conde de Tourville, en la Canal de Inglaterra, junto à la Isla de VVicht, el dia 10 de Julio, y los quatro, ò cinco siguientes del presente año 1690. Y otro Combate Terrestre, sucedido à 11 delpropio mes de Julio en Irlanda, junto à la Cuidad de Drogheda, entre los Exercitos de los reys de la Gran Bretaña, Guillelmo, y Jacobo. Publicadas Sabado à 12 de Agosto 1690</i>	12/08/1690		289-300
<i>Manifiesto de la Corte de Francia, publicado contra la Alteza Real del Señor Duque de Savoya com Titulo de Memoria de los motivos que han obligado al Rey à embiar un Exercito à Piamonte, &c. Y comentado con algunas reflexiones sobre lo mas esencial de su contexto. Publicadas Sabado à 19 de Agosto 1690</i>	19/08/1690		301-312
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, publicadas el Martes à 22 de Julio de 1690</i>	22/08/1690		313-324
<i>Relaciones formadas con la exactitud posible, y con materiales de entero crédito, del combate marítimo, dado à 10 de Julio del año presente 1690 entre las armadas de Inglaterra, y Olanda, y la de Francia. Y de la vitoria insigne reportada à 11 del propio mes de Julio por el Rey de la</i>	29/08/1690		325-336

<i>Gran Bretaña, contra Franceses en Irlanda. Publicanse à 29 de Agosto, para desengaño de lo que Franceses han esforçado alterar en su ventaja la verdad destos sucesos.</i>			
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, publicadas el Martes à 5 de Septiembre de 1690</i>	05/09/1690		337-348
<i>Noticias Extraordinarias, de los sucesos ventajosos, y vitoriosos de las Armas de su Magestad, unidas à la de Piamonte, bedajo del mando de su Alteza Real el Señor Duque de Saboya; con la expulsión fuera del Piamonte, del Exercito de Francia, que manda el General Catinat. Comprenden en diario lo acontecido desde primero asta 16 de Agosto 1690. Adjunta va la relación de lo que passò en la Conferencia que tuvieron el Conde Corbeli, y otros Oficiales Imperiales del Bloqueo del Gran Varadin con los Turcos de la mesma Plaça, sobre haverla de entregar. Publicanse el Martes à 13 de Septiembre.</i>	12/09/1690		1-12
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, publicadas el Martes 19 de Septiembre de 1690</i>	19/09/1690		13-24
<i>Relacion del Combate, sucedido el Viernes diez y ocho de Agosto, entre el Exercito, compuesto de las fuerças de Milàn, y Piamonte, en servicio, y al mando de S.A.Real el Señor Duque de Savoya, y el de Francia, gobernado por el General Monsieur Catinat. Viene con cartas del mesmo Exercito de Piamonte de 27 de Agosto, afiançada en el mayor cuidado imaginable de la verdad, que se puso en su formación. Publicase el Martes 26 de Septiembre 1690</i>	26/09/1690		25-36
<i>Noticias Extraordinarias de Levante, è Italia, que comprenden la plausible nueva de la rendición de la Giudad, y Fortaleza insegue de Napoles de Malvasia, à las Gloriosas Armas de la Serenissima Republica de Venecia.</i>	03/10/1690		37-48

<i>Publicadas el Martes tres de Octubre 1690</i>			
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, publicadas el Martes 10 de Octubre 1690</i>	10/10/1690		49-60
<i>Desvarios de la Francia, o relación verdadera de las demonrtraciones disparatadas de alegría, que han hecho en París, y otras partes de aquel Reyno, por la muerte imaginaria del Rey de la Gran Bretaña, Principe de Orange: contenidas en una Carta, que escrevio un vezino de París à otrode Londres à 18 de Agosto de 1690. Traducida del Francès , y publicada el Martes 16 de Octubre</i>	16/10/1690		61-72
<i>Noticias Ordinarias del Norte, è Italia. Publicadas el Martes 24 de Octubre 1690</i>	24/10/1690		1-12
<i>Noticias Ordinarias del Norte, y España, publicadas el Martes à 31 de Octubre de 1690</i>	31/10/1690		349-360
<i>Noticias Ordinarias de Italia, publicadas el Martes siete de Noviembre 1690</i>	07/11/1690		361-172
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y España, publicadas el Martes 21 de Noviembre 1690</i>	21/11/1690		331-342
<i>Noticias Ordinarias del Norte, publicadas el Martes 5 de Diziembre de 1690</i>	05/12/1690		343-354
<i>Noticias Ordinarias del Norte, y Italia, publicadas el Martes 19 de Diziembre de 1690</i>	19/12/1690		357-368
<i>Noticias Universales Del Norte, y Italia, publicadas à 2 de Enero de 1691</i>	02/01/1691		1-12
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Africa, y otras partes, publicadas el Martes à 16 de Enero de 1691</i>	16/01/1691		13-24
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y Levante, publicadas el Martes à 30 de Enero de 1691</i>	30/01/1691		25-36
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, y Levante, publicadas el Martes à 6 de Febrero de 1691</i>	06/02/1691		37-48
<i>Noticias Ordinarias del Norte, y otras partes, en que se comprenden los primeros avisos de una Vitoria</i>	13/02/1691		49-60

<i>conseguida del Exercito Imperial contra Turcos, y Tartaros en la Transilvania; publicadas el Martes à 13 de Febrero de 1691</i>			
<i>Noticias Ordinarias del Norte, y otras partes, con la Relacion especial de la Vitoria, que las Armas Imperiales, debaxo del mando del Señor Principe Luis de Baden, han reportado del Exercito Turco, y Tartaro, al retirarse los Barbaros de la Transilvania. Publicadas el Martes à 20 de Febrero de 1691</i>	20/02/1691		61-72
<i>Noticias Ordinarias del Norte, y otras partes, publicadas el Lunes à 26 de Febrero de 1691</i>	26/02/1691		73-39
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, y España, publicadas el Martes 6 de Março de 1691</i>	06/03/1691		41-52
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, y España, publicadas el Martes 20 de Março de 1691</i>	20/03/1691		77-88
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, y otras partes, publicadas el Martes 29 de Mayo de 1691</i>	29/05/1691		173-184
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, y otras partes, publicadas el Martes 12 de Junio de 1691</i>	12/06/1691		185-196
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas el Martes 24 de Julio de 1691</i>	24/07/1691		257-268
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas el Martes 14 de Agosto de 1691</i>	14/08/1691		293-304
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas el Martes 21 de Agosto de 1691</i>	21/08/1691		305-316
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas el Martes 2 de Octubre de 1691</i>	02/10/1691		377-388
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas el Martes 30 de Octubre de 1691</i>	30/10/1691		413-424
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	08/04/1692		157-168
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	15/04/1692		169-180
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia,</i>	22/04/1692		181-192

<i>España, y otras partes, publicadas (...)</i>			
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	29/04/1692		193-204
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	06/05/1692		205-216
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	13/05/1692		217-228
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	20/05/1692		229-240
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	27/05/1692		241-252
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	03/06/1692		253-264
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	10/06/1692		265-276
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	17/06/1692		277-288
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	23/06/1692		289-300
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	01/07/1692		301-312
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	08/07/1692		313-324
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	22/07/1692		325-336
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	29/07/1692		337-348
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	05/08/1692		349-350 ²⁵⁵
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	12/08/1692		351-362
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	19/08/1692		363-374
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	26/08/1692		375-386
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes con una Relacion muy puntual del choque, que hubo el dia 3 de Agosto en Flandres, entre el Exercito de los Aliados, y el de Francia, publicadas el Martes dos de Septiembre de 1692</i>	02/02/1692		387-398
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	09/09/1692		369-380
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia,</i>	16/09/1692		381-392

²⁵⁵ Provavelmente, aqui, há um erro na numeração. Colocou-se 250 em vez de 260 o que vai alterar toda a numeração a partir deste número. Há mais erros destes ao longo de todas as fases da publicação.

<i>España, y otras partes, publicadas (...)</i>			
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	23/09/1692		393-404
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	07/10/1692		405-416
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	14/10/1692		417-428
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	21/10/1692		429-440
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	04/11/1692		441-452
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	10/02/1693		61-72
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	28/04/1693		201-212
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	05/05/1693		213-224
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	12/05/1693		225-236
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	19/05/1693		237-248
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	16/06/1693		285-296
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	30/06/1693		309-320
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	07/07/1693		321-332
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	14/07/1693		333-344
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	21/07/1693		345-356
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	28/07/1693		364-368
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	04/08/1693		369-410
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	11/08/1693		411-422
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	18/08/1693		423-434
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	25/08/1693		435-446
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	07/09/1693		459-470
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	15/09/1693		471-482
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	22/09/1693		483-494

<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	06/10/1693		507-518
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	27/10/1693		531-542
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	01/12/1693		579-390
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	22/12/1693		603-614
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	26/01/1694		25-36
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	02/02/1694		37-48
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	09/02/1694		49-60
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	09/03/1694		97-108
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	13/04/1694		157-168
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	11/05/1694		193-204
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	08/06/1694		241-252
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	28/06/1694		277-288
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	06/07/1694		289-300
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	20/07/1694		313-324
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	27/07/1694		325-336
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	03/08/1694		337-348
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	10/08/1694		349-360
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	23/08/1694		373-384
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	07/09/1694		397-408
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	28/09/1694		433-444
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	19/10/1694		469-480
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	02/11/1694		493-504
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	09/11/1694		505-516
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia,</i>	16/11/1694		517-528

<i>España, y otras partes, publicadas (...)</i>			
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	23/11/1694		529-540
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	30/11/1694		541-552
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	07/12/1694		553-564
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	14/12/1694		565-576
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	21/12/1694		577-588
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	28/12/1694		589-600
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	03/01/1696		1-12
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	10/01/1696		13-24
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	17/01/1696		25-36
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	24/01/1696		37-48
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	31/01/1696		49-60
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	07/02/1696		61-72
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	14/02/1696		73-84
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	21/02/1696		85-96
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	05/03/1696		97-108
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	20/03/1696		109-120
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	27/03/1696		121-132
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	03/04/1696		133-144
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	10/04/1696		145-156
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	17/04/1696		157-168
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	01/05/1696		169-180
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	08/05/1696		181-192
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	14/05/1696		193-204

<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	22/05/1696		205-216
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	29/05/1696		217-228
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	09/06/1696		229-240
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	19/06/1696		241-252
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	26/06/1696		253-264
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	03/07/1696		265-276
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	10/07/1696		277-288
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	17/07/1696		289-300
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	24/07/1696		301-312
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	31/07/1696		313-324
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	14/08/1696		337-348
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	21/08/1696		349-360
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	27/08/1696		361-372
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	11/09/1696		385-396
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	18/09/1696		397-408
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	25/09/1696		409-420
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	02/10/1696		421-432
<i>Relacion Extradordinaria del combate sucedido el dia 16 de Agosto de 1696 entre las armas imperiales, mandadas por su Alteza electoral de Saxonía; y las de los turcos mandados por su mismo Sultán</i>	05/10/1696		Sem número de página.
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	16/10/1696		433-444
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	23/10/1696		445-456
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	30/10/1696		457-468
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	06/11/1696		469-480

<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	13/11/1696		481-492
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	27/11/1696		493-504
<i>Noticias Ordinarias Del Norte, Italia, España, y otras partes, publicadas (...)</i>	11/12/1696		505-516
<i>Noticias Ordinarias del Norte, Italia, España, y otras partes, desde primero de Enero, hasta oy veinte y seis de Março</i>	26/03/1697	Num. I	1-4
Fontes: Sites da Hemeroteca Digital de Espanha (http://hemerotecadigital.bne.es/index.vm) e do Boletim Oficial do Estado (http://www.boe.es/buscar/gazeta.php)			